

Francisco Pradilla y Ortiz. *A rendição de Granada*, 1882. Óleo sobre tela. Senado da Espanha. Nesta obra, Boabdil, o último rei mouro de Granada, é representado entregando as chaves da cidade a Fernando de Aragão, rei de Castela e Leão, em 1492.

Francisco Pradilla y Ortiz/Senado da Espanha

FRENTE 1

CAPÍTULO

1

A formação dos impérios ibéricos

Na década de 1990, o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam propôs o que conhecemos por “História Conectada”, que estabelece conexões entre diversas partes do mundo sem reduzi-las a “dominantes” e “subordinadas” e sem promover uma comparação direta, mas buscando semelhanças e diferenças entre elas. Nessa abordagem, deve-se partir do micro ao macro, das partes ao todo e vice-versa. A compreensão da história do Brasil, por exemplo, passa pela compreensão da história do Império Português, bem como por um aprofundamento em relação à história do continente africano e da própria América. Neste capítulo, conheceremos o processo de formação dos impérios ibéricos, desde a constituição dos reinos de Portugal e Espanha até a expansão marítima.

A formação dos reinos de Portugal e Espanha

Reconquista?

É comum a utilização do termo “Guerra de Reconquista” para designar o fenômeno que resultou na formação dos reinos de Portugal e Espanha. No entanto, a ideia de “reconquistar” não se refere a algo que fora previamente conquistado? Como podemos utilizar o termo “reconquista”, nesse contexto, se Portugal e Espanha sequer existiam no momento em que a guerra aconteceu?

Além disso, é comum que a expressão venha acompanhada de um caráter religioso: fala-se em uma “Guerra de Reconquista Cristã”. Sob essa perspectiva, como a península Ibérica estava ocupada por populações islâmicas desde o século VIII, a “Guerra de Reconquista” seria uma retomada da cristandade sobre a região. Porém, qual é a legitimidade que os cristãos possuíam sobre aquelas terras? Foram os cristãos os primeiros a ocuparem a península Ibérica?

Para que possamos compreender melhor o panorama que envolveu o confronto entre cristãos e islâmicos na península Ibérica, devemos antes conhecer a história da ocupação humana nesse território.

Ocupação da península Ibérica

Dos povos autóctones ao domínio romano

Ainda que haja evidências arqueológicas da presença, há cerca de 500 mil anos, de neandertais e de *homo sapiens sapiens* na península Ibérica, os agrupamentos sociais da Idade do Ferro é que são considerados autóctones, ou seja, nativos da região. Entre esses povos, podemos destacar os iberos, que serão resgatados para a denominação da península; os lusos, posteriormente utilizados na construção da identidade portuguesa; e os celtas, que também se fizeram presentes em outras regiões europeias.

Entre os séculos XII a.C. e III a.C., fenícios e gregos tiveram contato com esses povos nativos e até mesmo fundaram colônias na região. Além das trocas culturais, a presença dos fenícios foi fundamental para o envolvimento dos iberos nas Guerras Púnicas (264 a.C.-146 a.C.) entre romanos e cartagineses. O conflito entre a República Romana e Cartago, colônia fenícia no norte do continente africano, fez com que os iberos fossem recrutados para lutar ao lado dos fenícios. Com isso, Roma, vitoriosa no conflito, acabou por invadir e dominar a península Ibérica. O domínio romano perdurou do século III a.C. ao século V d.C. e promoveu, nas localidades em que se fez mais intenso, uma série de influências sobre os

Povos autóctones da península Ibérica – c. 300 a.C.



Fonte: LE ROUX, Patrick. *La Péninsule Ibérique aux époques Romaines (fin du IIIe S. av. n.è. - début du VIe s. de n.è.)*. Paris: Armand Colin, 2010. p. 365. (Adapt.).

O mapa apresenta a pluralidade de grupos linguísticos que habitavam a península Ibérica por volta de 300 a.C. A diversidade de idiomas é um indicativo da heterogeneidade de etnias presentes entre os povos autóctones. Também é possível identificar as primeiras colônias estabelecidas pelos fenícios (cartagineses) e pelos gregos.

povos autóctones, entre elas culturais e linguísticas. Estradas, aquedutos e termas transformaram a região, já previamente urbanizada. Outro legado importante da presença romana na península Ibérica foi a consolidação, ao longo dos séculos, da religião cristã.

Outras áreas da península, mais distantes do domínio romano, conseguiram manter características próprias, como suas línguas nativas – no caso da região montanhosa de Cântabro, por exemplo, foi preservada a língua basca. Toda essa narrativa, envolta em uma ampla heterogeneidade de povos e culturas que circunda a ocupação humana na península Ibérica, é um dos fatores que colaboram para a compreensão da diversidade cultural presente, ainda hoje, na região.

A crise do Império Romano e os povos “bárbaros”

Explicar a decadência de um império vasto e complexo como o romano exige uma compreensão ampla de diversos fatores que, juntos, contribuíram para esse processo. Aqui, vamos nos concentrar apenas em alguns deles.

Com o fim da expansão territorial, ainda no apogeu do império, o conseqüente fim das guerras contra os inimigos externos contribuiu para a escassez de mão de obra escravizada. Cada vez mais dependente desse sistema exploratório de trabalho, Roma assistiu ao colapso do modo de produção escravista e às conseqüências para a economia. Disputas internas pelo poder político e a expansão do cristianismo em Roma, que enfraqueceu a figura do imperador, foram também fatores importantes para o agravamento da crise do Império Romano e a conseqüente perda de seus domínios.

Em meio a uma crise política, econômica e social, os povos que viviam fora dos territórios imperiais, chamados pelos romanos de “bárbaros” (alanos, odos, visigodos, suevos, ostrogodos, vândalos, saxões, hunos, germanos, francos etc.), iniciaram um processo migratório em direção aos domínios de Roma. É importante frisar que a aproximação desses povos não pode ser reduzida a invasões territoriais. Além de incursões militares, muitos desses povos passaram a conviver de maneira harmoniosa com povos de áreas mais distantes de Roma; outros, por sua vez, estabeleceram alianças militares com o próprio Império Romano.

Com o decorrer da crise e da queda de Roma, os visigodos se apossaram da maior parte da península Ibérica até o século VII. Nesse período, prevaleceram no território traços que marcaram o medieval ocidental, como uma expressiva religiosidade católica, o desenvolvimento de uma nobreza ligada à terra e à guerra e um clero enriquecido e politicamente influente.

Os reinos “bárbaros” no Ocidente europeu – século V



Fonte: MCEVEDY, Colin. *Atlas da história medieval*. São Paulo: Verbo, 1999. p. 19.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, inúmeros reinos bárbaros foram formados no antigo território de Roma. Na península Ibérica, dois reinos se formaram: o Reino dos Suevos e o Reino dos Visigodos.

A península Ibérica e o islã

Até aqui, vimos que a ocupação da península Ibérica passou por lusos, iberos, gregos, fenícios, romanos (pagãos e cristãos), vândalos, suevos e visigodos. No entanto, a narrativa da formação de Portugal e Espanha tem início com a ocupação islâmica da região. Para entendermos como esse processo se consolidou, devemos antes conhecer um pouco sobre a origem do islamismo.

A expansão islâmica

No século VII, na península Arábica, Muhammad (571-632) fundou uma nova religião monoteísta: o islamismo. Tornando-se o seu representante máximo, o fundador, já consagrado como profeta, unificou política e religiosamente a península Arábica e iniciou um intenso processo de expansão religiosa na região.



Muhammad proibindo a intercalação. Cópia otomana do século XVII de um manuscrito do início do século XIV. Muhammad é o nome original de Maomé na língua árabe. O nome aportuguesado é considerado ofensivo por alguns muçulmanos.

Após a morte de Muhammad, o islamismo continuou em expansão e conquistou a Síria, a região da Mesopotâmia, a Palestina, a Pérsia, parte da Índia, a costa oriental e o norte do continente africano (conforme será tratado no próximo capítulo), além da península Ibérica.

Ocupação islâmica da península Ibérica

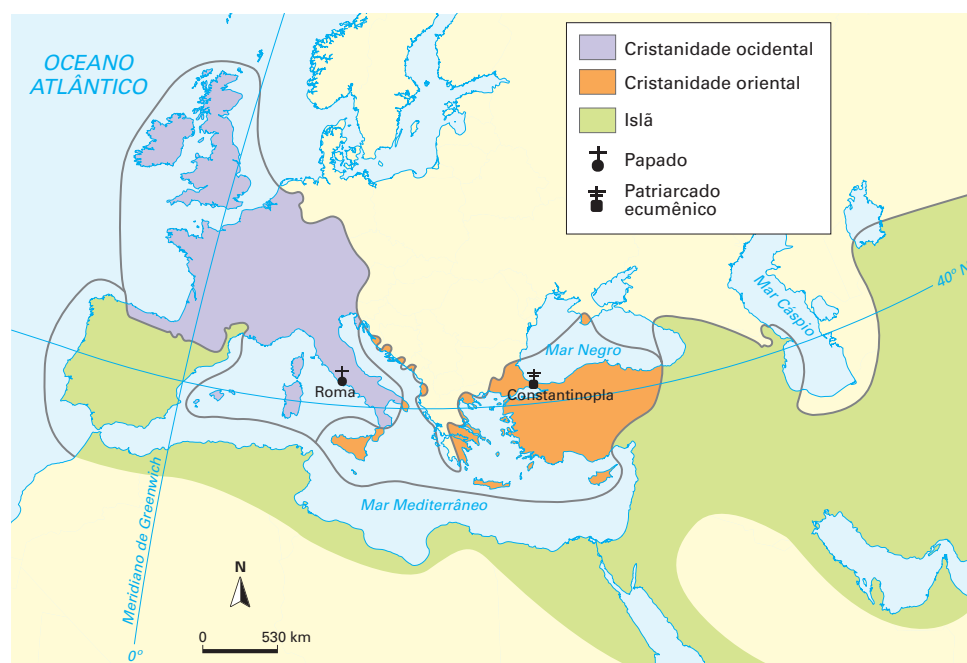
Em 711, durante o período do califado omíada, a expansão islâmica chegou ao Ocidente europeu. A derrota dos visigodos para os árabes na Batalha de Guadalete deu início à formação de uma série de reinos muçulmanos na península Ibérica, entre eles os reinos de Valência, Granada e Al-Andalus.

A existência de reinos mouros na região perdurou até o século XV. Durante esse período, judeus, cristãos e muçulmanos conviveram sob a garantia de tolerância religiosa nas áreas dos reinos islâmicos. Apesar de terem de pagar mais tributos e não poderem construir casas mais altas que as dos muçulmanos, judeus e cristãos (estes também conhecidos como moçárabes) não eram perseguidos. Deviam, porém, usar distintivos de identificação e promover seus respectivos rituais religiosos em silêncio.

A presença árabe na península Ibérica contribuiu para um profundo desenvolvimento técnico-científico na região. A agricultura conheceu o cultivo de algodão e laranja; as catedrais – muitas vezes utilizadas tanto por muçulmanos como por judeus e católicos – receberam influência da arquitetura árabe, o que pode ser observado na constituição dos arcos, por exemplo; e avanços na Matemática auxiliaram nas técnicas de navegação, essenciais à expansão marítima do século XV.

Mouro: termo empregado pelos cristãos, na Idade Média, para designar as populações islâmicas que viviam no norte do continente africano, em Malta, na Sicília e na península Ibérica.

A expansão do califado omíada – século VIII



No século VIII, o califado omíada havia adquirido um território considerável. As regiões ao redor do Mediterrâneo foram divididas entre muçulmanos e cristãos. O cristianismo, nesse momento, possuía dois centros: um em Roma, no Ocidente, e outro em Constantinopla, no Oriente.

Fonte: MCEVEDY, Colin. *Atlas da história medieval*. São Paulo: Verbo, 1999. p. 45. (Adapt.).

A Guerra de Reconquista Cristã

O início do conflito

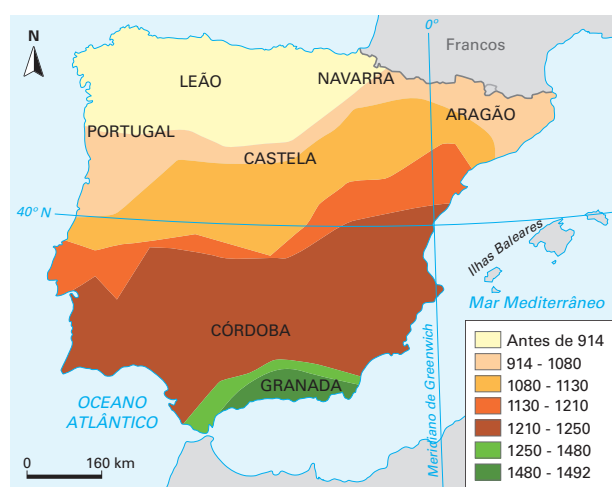
Retomando os questionamentos do início do capítulo, podemos dizer que não é possível atribuir a algum agrupamento a legitimidade sobre a península Ibérica. Daí a importância do saber histórico como forma de questionar discursos e o modo como as narrativas são contadas.

Os cristãos, herdeiros do reino visigodo, ao vencerem a Batalha de Covadonga, em 722, mantiveram-se na região das Astúrias e, posteriormente, na Galícia. Na perspectiva cristã da expulsão dos muçulmanos da península Ibérica, foi a resistência no norte do território que iniciou a chamada Reconquista.

Assim, “Guerra de Reconquista” é o termo utilizado para designar o período que, ao longo de quase oito séculos, envolveu, em um empreendimento de caráter político, religioso e militar, a luta da cristandade pelo domínio da península Ibérica. A Reconquista tem como marco inicial a vitória na já citada Batalha de Covadonga e, como marco final, a tomada de Granada, em 1492.

Ao longo desse processo, diversos territórios cristãos foram formados (alguns inicialmente como senhorios e, posteriormente, consolidados como reinos): Leão, Navarra, Portugal, Aragão, Castela, Córdoba e Granada.

Processo de Reconquista da península Ibérica – séculos X a XV



Fonte: ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995, p. 122. (Adapt.).

As conquistas cristãs sobre a península Ibérica ao longo da Guerra de Reconquista foram feitas gradualmente, entre os séculos VIII e XV.

Apesar de iniciados no século VIII, foi entre os séculos XI e XIII, sob a influência do movimento cruzadista – e os sucessivos fracassos na tentativa de tomar Jerusalém –, que se intensificaram os embates contra os muçulmanos. A identidade ibérica, construída ao longo de guerras, foi fortemente marcada pela religiosidade católica. Figuras como El Cid (1043-1099), responsável pela conquista de Valência, e o bíblico Santiago Mata-Mouros, que, segundo a lenda, apareceu em diversas ocasiões para ajudar os cristãos contra os muçulmanos, tornaram-se personagens heroicos no Império Espanhol.

Os reinos ibéricos

A formação de Portugal

Em 1096, Henrique de Borgonha recebeu o senhorio de terras do Condado Portucalense como doação de Afonso VI, rei de Leão. Ainda que com diferenças em relação às estruturas feudais clássicas (presentes no território que hoje corresponde à França, por exemplo), D. Henrique, natural de Dijon, região que faz parte da atual França, tinha o dever hereditário de proteger as terras, podendo usufruir dos tributos recolhidos na região.

O herdeiro de D. Henrique, Afonso Henriques, após ter vencido os mouros na Batalha de Ourique (1139), conseguiu ampliar seu poder político no condado, onde já era aclamado como rei. Após Afonso Henriques ampliar a autonomia do Condado Portucalense, o reino de Leão o reconheceu como Afonso I, rei de Portugal (ainda que mediante um juramento de lealdade a Leão). Em 1179, com a bula papal *Manifestis Probatum*, o reino lusitano consumou sua emancipação.

A dinastia de Borgonha governou Portugal até 1383. Nesse período, deu início ao processo de centralização política do poder, por meio de uma profunda organização militar. O exército nacional foi formado e reforçado com a libertação dos servos na região.

A Revolução de Avis

Em 1383, a morte do rei D. Fernando, “o Formoso”, levou ao fim a dinastia de Borgonha e, conseqüentemente, deu início a uma crise sucessória em Portugal. Sem que houvesse um herdeiro legítimo ao trono português, o rei de Castela, D. João I (casado com D. Beatriz, filha de D. Fernando), reclamou para si a coroa de Portugal, assim como a unificação dos reinos.

Em Portugal, descontentes com a possibilidade da anexação por Castela, a baixa nobreza e a camada mercantil passaram a apoiar a coroação de D. João, Mestre de Avis (irmão bastardo de D. Fernando).

A chamada Revolução de Avis (1383-1385) acarretou a vitória de Portugal contra a família real de Castela, levando D. João de Avis ao trono. A Revolução de Avis favoreceu a centralização política do poder em Portugal, que organizou, nesse momento, uma burocracia capaz de controlar o recolhimento de tributos e os incentivos para tornar possível a expansão marítima.

A dinastia de Borgonha, entre os séculos XII e XIV, já havia promovido intensas transformações políticas, econômicas e sociais em Portugal. Com a Revolução de Avis e a burocratização proveniente da consolidação política do poder, as mudanças se fortaleceram. É importante notar que parte dessas mudanças, como a formação das monarquias absolutistas (o termo será discutido mais profundamente na frente 2 do livro 2), só acontecerá no restante da Europa ao longo da Idade Moderna, ou seja, Portugal realizou tais processos de maneira precoce em relação às demais monarquias do continente.

! Atenção

É comum vermos a Revolução de Avis identificada como uma revolução burguesa, devido ao apoio e à participação da camada mercantil. No entanto, esse processo não deve ser caracterizado dessa maneira.

Primeiro, é importante ressaltar que, no século XIV, o conceito de “burguesia” não condizia, ainda, com a ideia que será utilizada para caracterizar, por exemplo, a Revolução Inglesa do século XVII e outros processos posteriores. Durante a Baixa Idade Média, o termo “burguesia” apresentava um sentido amplo e servia para se referir, basicamente, aos que viviam nas cidades.

Com a Revolução de Avis, o rei aproximou-se dessa baixa nobreza que, em troca de lealdade a D. João e à família de Avis, passou a receber uma série de privilégios. Parte da camada mercantil, por sua vez, acabou enriquecendo em razão dos incentivos às práticas comerciais e, posteriormente, das descobertas ultramarinas que aconteceram sob a dinastia de Avis. Porém, essas são consequências de práticas que acabaram por favorecer o desenvolvimento da centralização política do poder em Portugal.

A formação da Espanha

Ao final do século XV, com a tomada de Granada, a “Reconquista” cristã havia chegado ao fim. Na península Ibérica, após uma série de disputas internas, havia quatro reinos: Portugal, Navarra, Castela e Aragão.

Em 1496, o casamento dos “reis católicos”, Fernando de Aragão (1452-1516) e Isabel de Castela (1451-1504), unificou os reinos sob a égide do cristianismo.

É importante ressaltar que a unificação da Espanha não a transformou em um reino tal qual conhecemos. A Espanha foi, até meados do século XIX, uma confederação de reinos chefiados por um único rei. Os reinos gozavam de autonomia variada, mas tinham de submeter-se ao poder central. O historiador John Elliott chama essa estrutura de “monarquia compósita”.

Por isso, ainda assim, podemos dizer que tanto na Espanha como em Portugal houve uma centralização precoce do poder político, em comparação com o restante Ocidente europeu.

Reinos ibéricos antes da unificação espanhola – séculos XIII a XV



Fontes: ALBUQUERQUE, Manoel M. de; REIS, Arthur César F.; CARVALHO, Carlos Delgado de. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FENAME, 1997; DUBY, Georges. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987, p. 52.

Granada foi o último local de resistência islâmica na península Ibérica. Em 1483, cerca de uma década antes da conquista de Granada, a península Ibérica era constituída pelo Reino de Portugal (que já havia passado pela Revolução de Avis), o Reino de Castela (que havia dominado Leão), o Reino de Navarra (pertencente ao reino francês) e o Reino de Aragão (que se estendia até a Sicília).

! Saiba mais

Ao final do século XV, os judeus (que viviam, desde o século VIII, em meio aos reinos islâmicos) foram expulsos da Espanha. As famílias de origem judaica buscaram refúgio inicialmente no reino de Portugal. No entanto, em 1496, o rei de Portugal, D. Manuel, em acordo com os monarcas espanhóis, também expulsou os judeus de seu território. As famílias que permaneceram na Espanha e em Portugal foram obrigadas a se converter ao cristianismo; nasceram, assim, os chamados cristãos-novos. Outros tantos, sem saber se um dia poderiam voltar para suas casas, saíram da península Ibérica com seus pertences e levaram a chave de casa, que acabou se tornando uma relíquia de família. Em 2015, os governos da Espanha e de Portugal concederam a cidadania àqueles que comprovassem ascendência judaica sefardita, ou seja, de origem ibérica.



Retrato de casamento do rei Fernando de Aragão e da rainha Isabel de Castela. Século XV. Óleo sobre tela. Convento das Augustinas, Chile. A união de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, os “reis católicos”, foi decisiva para a formação da Espanha.

Collection Avila Madrigal de las Alías Torres/Convento de las Augustinas, Chile

Saiba mais

Como vimos, a heterogeneidade na formação da Espanha foi bastante expressiva, e a constituição de uma monarquia compósita contribuiu para a manutenção das especificidades de suas regiões.

Ainda hoje, o Estado espanhol convive com muitos movimentos separatistas. Partidos políticos regionais defendem a separação de regiões como Galícia, Andaluzia, Aragão, Astúrias, Ilhas Canárias, Cantábria e Leão; entre os grupos mais proeminentes, há os que buscam a emancipação da Catalunha e do País Basco.

O País Basco, ao norte da Espanha, representa uma unidade autônoma que engloba três províncias francesas. Além do espanhol e do francês, fala-se o idioma basco (euskera). Em 1959, surgiu na região o movimento separatista ETA (Euskadi Ta Askatasuna, que significa “País Basco e Liberdade”), que durou até 2018, quando anunciou o seu fim definitivo. Até então, o ETA havia sido responsável por uma série de atentados em nome da causa basca.

A Catalunha, na costa leste, em sua luta por independência, adquiriu autonomia legislativa e possui idioma próprio, o catalão. No entanto, busca sua emancipação completa na formação dos Estados Federados Catalães, que seriam compostos – além da região catalã – por Valência, pelas Ilhas Baleares e por províncias francesas.

O futebol é um espaço importante para a expressão das lutas políticas dessas regiões. No FC Barcelona, a bandeira de capitão traz as cores da bandeira catalã (listras amarelas e vermelhas); no Athletic Club Bilbao, são contratados apenas jogadores que tenham nascido ou crescido no País Basco, ou que tenham ascendência basca, uma exigência que o clube consegue manter há mais de um século, com raras exceções.

A transição para a Idade Moderna

Do micro ao macro

Seguindo o que foi proposto no início deste capítulo, vamos transitar entre as partes e o todo, entre o micro e o macro. Agora que conhecemos as especificidades da formação dos reinos de Portugal e Espanha, vamos considerar esse período de uma perspectiva mais ampla.

Sairemos do micro a fim de compreender, de maneira mais abrangente, as transformações que aconteceram no Ocidente europeu durante a passagem da Idade Média para a Idade Moderna e de que forma elas se relacionam com a expansão marítima.

A Baixa Idade Média

Toda crise é ruim?

Convencionou-se designar Baixa Idade Média o período que vai do século XI ao século XV. A crise ou o declínio desse período representa uma transformação nos principais aspectos que caracterizaram o apogeu do feudalismo – é importante destacar que falar em crise da Idade Média não implica, necessariamente, um caráter pejorativo ao fenômeno. Assim, veremos a economia de subsistência dar lugar a um modelo

econômico pautado na produção de excedentes e, conseqüentemente, na ampliação das relações comerciais; inovações técnicas e tecnológicas aumentarem a produção agrícola; a retomada da importância dos espaços urbanos; o enfraquecimento dos senhores feudais e o fortalecimento da centralização política do poder; entre outras transformações sociais.

Expansão e crise do mundo feudal

Durante o século IX, o Tratado de Verdun, que dividiu o vasto império de Carlos Magno entre seus três descendentes, e uma nova leva de invasões “bárbaras” (agora, de povos mais ao norte da Europa, como os vikings) foram essenciais para a fragmentação política e para o fortalecimento dos senhores feudais em parte do ocidente da Europa. Os senhorios representavam espaços que garantiam a proteção militar e espiritual daqueles que se submetiam a um nobre, que era o senhor feudal.

No apogeu do mundo feudal, próprio da Europa ocidental, prevaleceu a economia de subsistência (ainda que o comércio tenha permanecido em pequena escala), a sociedade estamental e a descentralização do poder político.

Porém, três séculos mais tarde, as invasões cessaram e, gradualmente, ocorreu uma acomodação populacional e territorial na Europa. O período, sem grandes epidemias e sem grandes conflitos, favoreceu tanto o crescimento demográfico quanto uma maior segurança nas rotas comerciais.

Assim, o início da Baixa Idade Média foi marcado pelo crescimento populacional e pelo aumento da produção agrícola (beneficiada por novas técnicas, como a rotação trienal de terras, e por novas tecnologias, como a charrua e o moinho hidráulico). A produção de excedentes, somada ao novo contexto, favoreceu o chamado renascimento urbano-comercial, e o crescimento do comércio resultou na formação das cidades medievais.

Paralelamente a esse processo, as Cruzadas (séculos XI-XIII) contribuíram não somente para a expansão do feudo às cidades, mas também do Ocidente em direção ao Oriente. Iniciadas com um caráter estritamente religioso, conforme o renascimento urbano-comercial se consolidava, as Cruzadas, principalmente a partir da quarta incursão (financiada pelos comerciantes de Veneza), passaram a representar os crescentes interesses comerciais do Ocidente europeu.

Durante os séculos XIV e XV, em um feudalismo transformado pela expansão, a crise se torna mais evidente. Em um período marcado pela fome, por doenças (como a peste negra) e revoltas de camponeses, os senhores feudais não conseguiam mais garantir a proteção da população campesina e, portanto, foram perdendo a importância que haviam conquistado. Com a necessidade de conter a crise, o enfraquecimento dos senhores feudais e as novas demandas (entre elas o gerenciamento de uma moeda única no reino, capaz de facilitar as relações comerciais), os reis recuperaram sua importância, em um processo de centralização do poder político.

Mercantilismo

Do ponto de vista historiográfico, não há consenso sobre a economia de excedentes, desenvolvida durante a Baixa Idade Média, ter sido uma economia capitalista ou não. Ainda que seja possível identificar, por exemplo, algumas relações capitalistas de trabalho no período, a classificação dessas práticas econômicas é, ainda, tema de debate entre historiadores.

Podemos, no entanto, utilizar o termo mercantilismo para caracterizar o conjunto de práticas econômicas na Europa Ocidental, principalmente entre os séculos XV e XVIII.

Uma de suas principais características é o metalismo, ou **bulionismo**, ideia de que as riquezas de um reino eram definidas pelo acúmulo de metais preciosos. Estes eram essenciais na produção monetária, então o valor das moedas dependia intrinsecamente da quantidade de metal (peso) que cada uma possuía. Outras características do mercantilismo são: protecionismo alfandegário; manutenção de uma balança comercial favorável; concessão de monopólios a particulares (a economia mercantil, como herança da Baixa Idade Média, funciona em sistemas de monopólios tanto para o comércio quanto para a produção); e, como veremos mais adiante, o próprio colonialismo.

Bulionismo: termo provavelmente derivado da palavra inglesa “*bullion*”, que significa “ouro em pequenos lingotes”. Por isso, “bulionismo” também é empregado para se referir à prática do metalismo.

A expansão marítima

Por que enfrentar os perigos das navegações?

A expansão marítima europeia, iniciada no século XV, foi um marco da modernidade.

As conquistas proporcionadas pelas assim chamadas “descobertas” representaram o início de um lento processo de transformação da posição econômica da Europa no mundo. Isso porque, ao contrário do senso comum eurocêntrico da história, devemos considerar o poderio árabe e os reinos africanos durante o período medieval. Essa hegemonia que a Europa começou a conquistar terminaria apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a disputa pela hegemonia passou a ser entre Estados Unidos e União Soviética e, posteriormente, com o final da Guerra Fria, quando estendeu-se para a América e a Ásia.

Houve também uma alteração no eixo de poder internacional. O Mediterrâneo deu lugar ao oceano Atlântico como foco da disputa.

A expansão marítima significou, ainda, um processo de dominação cultural por meio da ocidentalização. Nas Índias, na América e no Japão, os valores, a mentalidade e a religiosidade europeus foram implementados – por vezes impostos – como forma de consolidar a conquista sobre essas regiões, ainda que no Japão tenham ocorrido reações que modificaram essa dinâmica de ocidentalização. Seria a primeira experiência de “globalização” do Ocidente, que permitiu contatos interculturais (muitas vezes por meio da violência), ampliou os territórios conhecidos e favoreceu novos arranjos geopolíticos.

Navegar não era uma novidade para as sociedades europeias. O mar Mediterrâneo, por exemplo, foi palco de uma série de expedições e conflitos durante a Antiguidade. A novidade da expansão marítima do século XV consistia em navegar no oceano Atlântico.

Por isso, é fundamental compreendermos que a navegação oceânica carregou um intenso caráter fantástico durante a Antiguidade e a Idade Média. A civilização grega, por exemplo, representou o oceano em diversas narrativas míticas, como “Jasão e os Argonautas”. As “colunas de Hércules” citam o Estreito de Gibraltar; os domínios de Hades (deus do “submundo” na mitologia grega) eram localizados em direção ao poente (oeste) e, na *Odisseia*, de Homero, Ulisses chega aos Campos Elísios pelo oceano.

O Navio chegou aos confins do profundo Oceano, onde surge a cidade dos Cimérios, sempre envolta em neblina e em nuvens: nunca o sol brilhante os visita com sua luz, nem quando sobe para o céu cheio de astros nem quando do céu se inclina para a terra, pois uma noite ali se estende sobre os pobres mortais. Lá chegando, impelimos o navio para a praia, desembarcamos as reses e, seguindo o curso do Oceano fomos ter ao lugar indicado por Circe. Perimedes e Euríloco seguravam com firmeza as vítimas; eu, desembainhando a cortante espada que levava o flanco, escavei um buraco do comprimento e da largura de um braço. Em seguida, ali despejei uma libação para os defuntos: primeiro mel e leite, depois suave vinho e, por fim, água e por cima espargi a branca farinha. E dirigi uma ardente prece às lânguidas sombras dos mortos: de volta a Ítaca, haveria de imolar em minha casa uma estéril vaca, a melhor da manada, enchendo a pira de esplêndidas ofertas; a Tirésias, em particular, prometi sacrificar uma rés negra, a mais bela de todo o rebanho.

HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Atena Editora, 1960. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-05102007-151151/publico/TESE_LUCINEA_RINALDI.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

Com a ascensão do cristianismo, durante o Império Romano, o oceano recebeu conotações ambíguas. Ora era visto a partir de uma perspectiva positiva, como no Gênesis bíblico, em que as águas serviam como oposição às trevas; ora recebia um caráter negativo, como na narrativa do dilúvio. Contudo, no cristianismo surgem os primeiros santos patronos das navegações e dos navegadores: São Cristóvão (protetor dos caminhos), São Brandão, Santo Amaro e Santelmo (santos navegadores).

Durante a Idade Média e com o apogeu do feudalismo, o oceano tornou-se sinônimo do desconhecido. Entendia-se que a terra conhecida estaria toda rodeada por águas e, assim, quanto mais distante do centro (terra), maiores seriam os perigos. Para o imaginário medieval, o oceano representava uma fronteira entre o que é real (visível) e aquilo que está num campo mítico ou simbólico.

Navegar, portanto, representava o enfrentamento do desconhecido, interpretado, na maioria dos casos, como sinônimo de perigo. Ou seja, para além dos perigos concretos, como os naufrágios (a maior parte das embarcações conseguia realizar apenas uma única viagem), a falta de instrumentos de precisão para se guiar, a ausência de mapas, as correntes marítimas, entre outros riscos, devemos compreender o que impulsionou o interesse pelas Grandes Navegações.

Os interesses políticos e econômicos

O processo de desenvolvimento comercial na Europa favoreceu a consolidação de uma economia de excedentes (mercantilismo). Dessa forma, a busca por produtos de alto valor comercial ganhou um interesse cada vez maior. Cidades da península Itálica, como Gênova, Pisa, Roma, Florença e Veneza, destacaram-se comercialmente ao exercer um intenso controle sobre o comércio de produtos do Oriente. Boa parte dos produtos vinha por rotas terrestres da região das Índias (o termo “Índias”, à época, não era utilizado para designar o que hoje chamamos de Índia, mas uma vasta região que incluía China, Japão, Ilhas Molucas, entre outras) até Constantinopla, que, por sua vez, repassava as mercadorias às cidades italianas pelo Mediterrâneo.

As especiarias orientais (pimenta-do-reino, noz-moscada, cravo-da-índia, canela, anis, gengibre, semente de coentro, semente de mostarda, açafraão etc.), portanto, chegavam à Europa tendo as cidades italianas como intermediárias. Assim, as navegações atlânticas seriam uma alternativa ao monopólio dessas cidades, visando a um comércio direto entre o Ocidente e o Oriente.

O crescimento da atividade comercial (que representou um aumento na cunhagem de moedas), somado ao afluxo de riquezas em direção ao Oriente, promoveu, na Europa do século XIV, uma escassez de metais preciosos. As navegações eram, portanto, um mecanismo para a obtenção de novas fontes de metais como o ouro e a prata.

Rotas comerciais europeias na Baixa Idade Média – século XIII



Fonte: CARTWRIGHT, Mark. Trade in Medieval Europe. *World History Encyclopedia*. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/article/1301/trade-in-medieval-europe/>. Acesso em: 31 maio 2022.

Renascimento Cultural

Além das questões de caráter político-econômico, houve uma importante transformação na mentalidade europeia. O Renascimento Cultural (tema que será abordado com mais profundidade na frente 2) promoveu uma mudança na forma de pensar e compreender o mundo em parte do Ocidente europeu.

A transição do pensamento teocêntrico para o antropocêntrico não ocasionou abalos na fé ou na crença em Deus. No entanto, favoreceu o desenvolvimento de uma cultura terrena. Essa forma secular de pensamento não questionava, necessariamente, aquilo que era tido como fantástico ou maravilhoso; havia, na verdade, um desejo por descobertas, de ver com os próprios olhos o que era tido como lenda.

O antropocentrismo não incentivou as Grandes Navegações por descreditar as lendas sobre os oceanos serem habitados por criaturas monstruosas ou sobre o Oriente ser ocupado por homens com cabeça de cachorro, pigmeus e gigantes. O antropocentrismo favoreceu a expansão ultramarina à medida que incitava um gosto pelo mistério e pelo desconhecido, ou, como é comum aparecer na historiografia, um “gosto pela aventura”.

Revisando

1. A chamada “Guerra de Reconquista”
 - a) foi motivada apenas por ideais econômicos.
 - b) aconteceu devido à precoce centralização do poder nos Estados ibéricos.
 - c) envolveu a expulsão dos mouros e a formação de reinos cristãos na península Ibérica.
 - d) rompeu com os preceitos defendidos pelas Cruzadas.
 - e) marcou o início do projeto expansionista inglês.
2. A presença islâmica na península Ibérica foi
 - a) fruto da derrota cristã durante a segunda Cruzada.
 - b) resultado da expansão islâmica ao longo dos séculos VII e VIII.
 - c) resultado da vitória moura na Batalha de Poitiers.
 - d) estabelecida após a invasão árabe a Portugal e Espanha.
 - e) impedida pela ascensão do Império Franco.
3. A unificação espanhola, na virada do século XV para o século XVI,
 - a) promoveu o desaparecimento das diferenças identitárias internas.
 - b) garantiu a supressão da religião católica na Espanha.
 - c) permitiu a tolerância religiosa no reino espanhol.
 - d) foi sucedida pela perseguição e expulsão dos judeus.
 - e) favoreceu o domínio sobre o Reino de Portugal ainda no século XV.
4. Sobre a Revolução de Avis, ocorrida em Portugal no século XIV, pode-se afirmar que:
 - a) consolidou o processo de Reconquista cristã da península Ibérica.
 - b) permitiu que a burguesia mercantil assumisse o controle da política nacional.
 - c) promoveu um impedimento no desenvolvimento do projeto ultramarino lusitano.
 - d) contribuiu para a consolidação da centralização política do poder em Portugal.
 - e) favoreceu a fragmentação territorial do Condado Portucalense.

5. **UFMG (Adapt.)** Leia este trecho:

Este fluxo de prata é despejado em um país protecionista, barricado de alfândegas. Nada sai ou entra em Espanha sem o consentimento de um governo desconfiado, tenaz em vigiar as entradas e as saídas de metais preciosos. Em princípio, a enorme fortuna americana vem, portanto, terminar num vaso fechado. Mas o fecho não é perfeito [...] Ou dir-se-ia tão comumente que os Reinos de Espanha são as “Índias dos outros Reinos Estrangeiros”.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984, v. 1, p. 523-527.

- a) **IDENTIFIQUE** a prática econômica a que se faz referência nesse texto.
- b) **CITE** o principal objetivo dessa prática.
- c) Mas o fecho não era perfeito [...] Ou dir-se-ia tão comumente que os Reinos de Espanha são as “Índias dos outros Reinos Estrangeiros”.

EXPLIQUE o sentido histórico dessa frase.

6. **UFPR** Sob o ponto de vista político, todos os reis medievais ibéricos se consideravam herdeiros legítimos e descendentes dos antigos monarcas visigodos. Por isso, consideravam sua qualquer terra ganha aos “infiéis”. Assim surgiu a palavra Reconquista. A guerra permanente tinha-se por justa, até que fosse alcançado o objetivo último. Mais do que um conflito religioso, a Reconquista surgia a todos, na Europa cristã, como uma questão de herança.

(Adaptado de Oliveira Marques. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001. p. 72–73.)

Sobre o fenômeno da Reconquista, é correto afirmar:

- a) Favoreceu o nascimento dos reinos ibéricos independentes.
 - b) Promoveu a conversão em massa das populações muçulmanas para o cristianismo.
 - c) Deslocou integralmente o interesse e a ação dos cruzados para a Península Ibérica.
 - d) Fomentou a migração imediata dos muçulmanos para o norte da África.
 - e) Encerrou a coexistência entre cristãos e muçulmanos no medievo ibérico.
7. De que forma as Cruzadas se relacionam com a Guerra de “Reconquista”?
8. A questão religiosa foi uma marca fundamental da história da península Ibérica entre os séculos VIII e XVI. Caracterize a forma com a qual os reinos muçulmanos e cristãos trataram os judeus na região.

9. **UEL-PR** Durante os séculos XI a XIII verificou-se nas atividades agrícolas e artesanais da Europa Centro-Occidental um conjunto de transformações (...) que repercutiram no crescimento das trocas mercantis. Situa-se aí historicamente o chamado renascimento urbano medieval.

A. E. Rodrigues e F. A. Falcon. *A formação do mundo moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 9.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que tais mudanças econômicas:

- a) caracterizaram-se pelo desenvolvimento das técnicas de produção e amplo emprego de recursos energéticos, tais como carvão e petróleo.
 - b) implicaram no capitalismo mercantil incrementado pelo amplo comércio atlântico, fomentado por negociantes italianos e príncipes alemães.
 - c) aumentaram a produção no campo e na cidade e fomentaram a circulação de bens e moedas, viabilizados por novos instrumentos de crédito a governantes e comerciantes.
 - d) privatizaram as terras e introduziram um modelo de produção fabril, promovido pelo governo britânico.
 - e) reforçaram o predomínio político e comercial dos senhores feudais sobre os governos citadinos.
10. Caracterize as principais diferenças entre o modo de produção feudal e o modo de produção mercantilista ressaltando como essa transição contribuiu para as Grandes Navegações.

Exercícios propostos

1. Qual é a relação entre o cristianismo e a formação dos reinos de Portugal e Espanha? Explique.
2. **Fatec-SP 2017** No século VIII, tropas muçulmanas, lideradas pelo general Tarik, saíram do Norte da África, atravessaram o mar Mediterrâneo pelo Estreito de Gibraltar e conquistaram quase toda a península Ibérica. Sobre o período de domínio muçulmano na península Ibérica, é correto afirmar que
 - a) contribuiu para a consolidação do feudalismo, isolando a Europa do restante do mundo e estimulando as pessoas a abandonarem as cidades.
 - b) o desenvolvimento mercantil provocou o crescimento de cidades como Córdoba e Toledo, atraindo poetas, letrados e músicos, estimulando o ambiente intelectual.
 - c) sua duração foi maior em Portugal do que na Espanha, reino do qual os muçulmanos foram expulsos pelos cruzados, cerca de trinta anos após a ocupação da península Ibérica.
 - d) durou aproximadamente meio século e foi marcado pela perseguição aos cristãos, pela obstrução das rotas mercantis e pela Peste Negra, que dizimou parte da população europeia.
 - e) consolidou o sistema escravocrata medieval, fechou universidades, desestimulou o desenvolvimento científico e proibiu manifestações literárias e musicais pagãs.
3. **Uece 2018** Considerando a Idade Média, relacione corretamente os acontecimentos apresentados a seguir aos valores do código de Cavalaria Medieval, numerando a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I

Coluna II

- | | |
|-----------------|--|
| 1. Guerra Santa | ■ Ação de libertação da Espanha do domínio árabe. |
| 2. Cruzadas | ■ Liberação do domínio da Terra Santa dos muçulmanos. |
| 3. Reconquista | ■ Combate que tem como objetivo a defesa da verdadeira fé. |

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) 2, 1, 3.
 - b) 3, 1, 2.
 - c) 3, 2, 1.
 - d) 1, 3, 2.
4. **UPE 2021** No interior do Brasil pode-se ainda ver hoje em dia a dramatização da luta entre mouros e cristãos em evento que costuma ocorrer por ocasião das festas juninas. Trata-se de uma tradição comum nos dois lados do Atlântico, cuja realização periódica tem por fim reforçar as identidades coletivas. No caso europeu, desempenha papel na reafirmação da identidade nacional e religiosa ao atualizar um fato marcante de sua história. Quanto ao Novo Mundo, sua persistência desempenha dois papéis complementares, contribui para fortalecer laços culturais cristãos, funcionando como ritual de aproximação e integração. Ao mesmo tempo, contribui para acentuar a negação da presença islâmica em solo ibérico.

Fonte: MACEDO, José Rivair. Mouros e cristãos: a ritualização da conquista no velho e no Novo Mundo. In: Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre (BUCEMA). Hors-série, n° 2, 2008, p. 1-2. (Adaptado)

No texto, as referências aos mouros na cultura popular ibero-americana evidencia qual evento ocorrido no medievo europeu?

- a) Guerras de reconquista na península ibérica entre cristãos e muçulmanos.
- b) Influências culturais dos símbolos islâmicos medievais no cristianismo ibérico.
- c) Alianças políticas e econômicas estabelecidas entre os ibéricos e os muçulmanos.
- d) Disputas territoriais entre cristãos e mouros ocorridas em certos períodos do ano.
- e) Construções coletivas da identidade cultural dos ibéricos como referência oriental.

- 5. UFPR 2018 (Adapt.)** Para muitos pesquisadores, é correto assinalar que durante a Idade Média foram os árabes, não os cristãos, os herdeiros e sucessores da ciência helênica, uma herança que fez com que toda a extensão dos seus domínios, da Espanha ao Afeganistão, o mundo muçulmano, fosse cenário de uma atividade intelectual intensa, não só em filosofia, mas também em matemática, astronomia e medicina. Nem sempre conhecida ou traduzida no Ocidente, essa produção está preservada em uma grande quantidade de manuscritos.

(BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe. A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 36.)

Com base no texto acima e nos conhecimentos sobre o mundo muçulmano na Idade Média, assinale a alternativa correta.

- a) Foi justamente em função do seu caráter religioso fragmentado que o mundo muçulmano e a sua civilização distinguiram-se mais vigorosamente do Ocidente cristão, fortemente homogêneo. A existência, no seio do Império Muçulmano, de numerosas tendências religiosas teve consequências consideráveis na produção de manuscritos.
- b) Apesar da sua hegemonia nas ciências durante o período medieval, a civilização muçulmana era, afinal, um simples conjunto díspar de empréstimos culturais, o qual não conseguia refletir o novo universalismo e a nova ordem social que se instaurou com o surgimento do Islã.
- c) Durante esse período, cidades como Córdoba, Bagdá e Alexandria, entre outras, se tornaram centros de intercâmbio de conhecimentos. Tratava-se de um circuito cosmopolita do qual a Europa, periférica e tragada por diversas crises religiosas, não participou.
- d) A Idade Média foi um período caracterizado pelo domínio efetivo, militar e político, dos países muçulmanos sobre os países cristãos. Um domínio caracterizado, entre outras coisas, pela presença hegemônica da língua árabe nos espaços comerciais, políticos e acadêmicos da Europa.
- e) Existe consenso entre a maioria dos historiadores que estudam o período de que a emergência do horizonte renascentista deve muito ao trabalho dos sábios e acadêmicos muçulmanos, conhecidos pelo mundo cristão, sobretudo, através da Península Ibérica.

- 6. UFG-GO** Leia o texto a seguir.

É notório que os reis que deixaram boa memória, cada um no seu tempo, buscaram a maneira de acrescentar as suas rendas e fazendas, sem dano e prejuízo dos seus súditos, para sustentar o seu estado real, a boa governança dos seus reinos, bem como a guarda e conservação deles para a conquista e guerra.

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. Diversos de Castela. Livro 3, fôlio 85. Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 256. (Adaptado.)

Escrito no século XV, o texto é parte de uma instrução régia de Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Ele revela, como aspecto característico das monarquias europeias centralizadas, a organização das finanças régias,

- a) considerando as despesas com a administração dos negócios militares.
- b) implementando uma política de favorecimento da burguesia emergente.
- c) estabelecendo uma remuneração à nobreza pelos serviços burocráticos.
- d) impondo o controle estatal às atividades econômicas privadas.
- e) justificando a intervenção na economia com base nos princípios de autossuficiência.

- 7. UEL-PR 2016** A organização do mundo medieval, concebida como harmônica, foi rompida no decorrer dos séculos X ao XV por um complexo processo histórico constituído por transformações e criações que mudaram a Europa Ocidental.

Em relação à criação das monarquias ibéricas nesse contexto, considere as afirmativas a seguir.

- I. A nobreza portuguesa lutou de forma unificada contra o reino de Castela pela independência de Portugal, apoiando-se no retorno do Rei Dom Sebastião I.
- II. A reconquista da região ibérica, no século XIII, teve início com o Papa Urbano VII ao conceder o reino de Navarra a Dom Afonso Henrique.
- III. A reconquista espanhola equilibrou-se em uma centralização política, mas sem atingir uma unificação cultural pelas diversas identidades de seus habitantes.
- IV. Em Portugal, a Revolução de Avis, composta majoritariamente pelas camadas burguesas, fortaleceu a unificação política do reino.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

- 8. UPF-RS 2017** Entende-se por mercantilismo o conjunto de ideias e práticas econômicas dominantes na Europa entre os séculos XV e XVII. Seu período

de dominação corresponde à fase de transição do feudalismo para o capitalismo e ficou marcado pela intervenção estatal na economia, caracterizado:

- a) Pela limitação das atividades das companhias comerciais privadas, em função dos privilégios concedidos às empresas estatais.
- b) Pela preocupação com o enriquecimento da burguesia em detrimento da nobreza feudal, garantindo a aliança de burgueses de vários países.
- c) Pelo monopólio metropolitano sobre as colônias da América, o qual passou a estimular as disputas entre as grandes empresas comerciais de propriedade da burguesia.
- d) Pelas teorias metalistas, que, ao defender práticas protecionistas, promoveram grande rivalidade entre as nações europeias.
- e) Pelo controle exclusivo externo, em contraposição à livre concorrência interna, tanto nas áreas coloniais quanto nas metropolitanas.

9. UEPG-PR 2017 Os chamados Estados Nacionais Modernos emergiram na Europa a partir do final da Idade Média, sendo que os primeiros casos datam do século XII e apresentam características bastante peculiares. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01** A ascensão dos Estados Nacionais Modernos correspondeu ao fim do absolutismo, uma forma secular de monarquia existente na Europa. A partir de então, todos os monarcas passaram a governar sob os limites de constituições que delimitavam os direitos e as funções dos reis.
- 02** A partir das unificações regionais que deram origem aos Estados Nacionais Modernos, as forças militares acabaram perdendo espaço. Na medida em que a figura do monarca simbolizava a ideia de nação e a identidade nacional, os exércitos perderam sentido e foram paulatinamente enfraquecendo ao longo dos séculos XVII e XVIII.
- 04** Portugal foi o primeiro país europeu a se unificar em torno do que se entende por um Estado Nacional Moderno. Tal primazia se deu pelo esforço coletivo dos portugueses na reconquista cristã da Península Ibérica, então marcada pela presença dos árabes.
- 08** A não formação de quadros burocráticos especializados foi um fator decisivo para o fracasso dos Estados Nacionais Modernos e que levou aos processos revolucionários dos séculos XVIII e XIX que puseram ao fim tal modelo. Geralmente, os monarcas indicavam parentes ou amigos para a gestão pública.
- 16** A organização administrativa, a unificação de taxas e leis e a liberdade comercial no espaço do reino são fatores que explicam o apoio da nascente burguesia aos processos de centralização política que levou a formação dos Estados Nacionais Modernos.

Soma:

10. Uece 2019 Escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo sobre as monarquias ibéricas.

- A formação das monarquias ibéricas está ligada ao processo de reconquista cristã.
- As monarquias nacionais ibéricas se formaram antes das monarquias francesa e inglesa.
- O reino de Castela foi o único domínio espanhol que não contou com minorias étnicas e religiosas.
- Defenderam tolerância e respeito, não obstante a maioria dos reinos cristãos.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V, F, F, F.
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, V, F.
- d) F, V, F, V.

11. Uern 2015 Os descobrimentos marítimos europeus do século XVI estão inseridos no contexto da política mercantilista. Essa política, segundo o historiador *Fernand Braudel* "(...) reagrupa comodamente uma série de atos e de atitudes, de projetos, de ideias, de experiências que marcam, entre o século XV e XVIII, a primeira afirmação do Estado moderno em relação aos problemas concretos que ele tinha que enfrentar".

(BRAUDEL, Fernand, *Civilisation, Économie et Capitalisme, XV^e XVIII^e Siècle; le Jeu de L'échange*. Paris: Armand Colin, 1979. in: MARQUES, 2006.)

Tendo em vista a afirmação de Braudel e as características do mercantilismo, assinale a única alternativa correta referente a um princípio ou ideia mercantilista.

- a) A liberdade econômica e o individualismo financeiro devem prevalecer acima do bem comum e das políticas públicas.
- b) Todas as relações sociais de produção devem ser definidas pela liberdade de contrato entre capital e trabalho, visando o lucro coletivo.
- c) É preciso crer que leis naturais regem o comércio e as indústrias, e devem, portanto, agir de acordo com a "mão invisível" da economia.
- d) A maneira ideal de se acumular riquezas é fazer com que mais mercadorias sejam vendidas e menor quantidade seja comprada pelo país.

12. Unimontes-MG 2015 Em relação ao Mercantilismo (conjunto de ideias e práticas de intervenção do Estado na economia), marque com a letra **C** (CORRETA) ou com a letra **I** (INCORRETA) cada uma das afirmativas.

- Qualquer política econômica caracterizada pela intervenção estatal deve ser classificada como mercantilismo, independentemente da época de sua efetivação.
- Os Estados Nacionais que emergiram na Europa, na idade Moderna, implementaram práticas mercantilistas para garantirem o fortalecimento de suas economias.
- Na época do mercantilismo, a concepção dominante de riqueza era a de que a agricultura constituía a principal fonte da riqueza nacional.

■ O metalismo e a busca pela balança comercial favorável, além da obsessão por colônias, são características da política mercantilista.

A sequência **CORRETA** é

- a) C, C, I, I.
- b) C, I, C, I.
- c) I, I, C, C.
- d) I, C, I, C.

13. UPE 2017 O exercício do mercantilismo pressupõe a existência de um Estado forte, capaz de planejar aspectos importantes da economia e de realizar, posteriormente, a prática dessa planificação.

POMER, Leon. *O surgimento das nações*. São Paulo: Atual, 1987, p. 28.

No contexto descrito pelo texto, o poder do Estado Moderno estaria ligado à

- a) capacidade tributária da sociedade.
- b) possibilidade de exercício da guerra.
- c) amplitude da utilização de mão de obra escrava.
- d) habilidade de mediação de conflitos internacionais.
- e) quantidade de transações no comércio intercontinental.

14. Acafe-SC 2020 Articulando uma relação íntima entre o Estado e a economia, o mercantilismo caracterizou-se por uma política pela qual o Estado buscava garantir desenvolvimento comercial e financeiro. Foi típico das Monarquias Absolutistas da Europa. Acerca do mercantilismo, todas as afirmações abaixo estão corretas, **exceto** a alternativa:

- a) Necessitando de ouro e de prata para o fortalecimento das moedas nacionais, o metalismo foi também um importante instrumento do mercantilismo europeu.
- b) As medidas alfandegárias incentivavam as importações e liberavam o mercado interno para os produtos estrangeiros, incentivando, desta maneira, as relações comerciais.
- c) Na Inglaterra, ocorreu o desenvolvimento da frota naval e da marinha mercante, essenciais para a expansão do comércio externo.
- d) O domínio de colônias, dentro do Pacto Colonial, também caracterizou o mercantilismo, destacando-se os países ibéricos. Criava-se uma relação de dependência da colônia em relação à metrópole.

15. Acafe-SC 2017 A formação dos Estados Modernos, o Absolutismo Monárquico e o Mercantilismo caracterizaram a centralização política em várias partes da Europa, em oposição ao poder político descentralizado do sistema feudal. Nesse sentido é correto afirmar, **exceto**:

- a) O mercantilismo foi caracterizado pelo controle estatal da economia e priorizava o domínio de colônias para fornecer matérias-primas e criar mercados consumidores para a metrópole.
- b) O casamento de Fernando, herdeiro do trono de Aragão, com Isabel, do trono de Castela, consolidou a formação do território que corresponde à Espanha.

- c) O processo de fortalecimento do poder real atingiu seu ápice com o absolutismo. O monarca passou a exercer o controle total sobre o comércio, as manufaturas e sobre a máquina administrativa.
- d) As Guerras da Reconquista, ao expulsarem os muçulmanos da Europa, contribuíram decisivamente para a formação da Monarquia francesa numa aliança com setores da nobreza.

16. Unicamp-SP 2013 Alexandre von Humboldt (1769-1859) foi um cientista que analisou o processo das descobertas marítimas do século XVI, classificando-o como um avanço científico ímpar. A descoberta do Novo Mundo foi marcante porque os trabalhos realizados para conhecer sua geografia tiveram incontestável influência no aperfeiçoamento dos mapas e nos métodos astronômicos para determinar a posição dos lugares. Humboldt constatou a importância das viagens imputando-lhes valor científico e histórico.

(Adaptado de H. B. Domingues, "Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX", em Alda Heizer e Antonio A. Passos Videira, *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001, p. 59.)

Assinale a alternativa correta.

- a) O tema dos descobrimentos relaciona-se ao estudo da inferioridade da natureza americana, que justificava a exploração colonial e o trabalho compulsório.
 - b) Humboldt retoma o marco histórico dos descobrimentos e das viagens marítimas e reconhece suas contribuições para a expansão do conhecimento científico.
 - c) Os conhecimentos anteriores às proposições de Galileu foram preservados nos mapas, métodos astronômicos e conhecimentos geográficos do mundo resultantes dos descobrimentos.
 - d) Os descobrimentos tiveram grande repercussão no mundo contemporâneo por estabelecer os parâmetros religiosos e sociais com os quais se explica o processo da independência nas Américas.
- 17. Uece 2021** Os séculos XIV, XV e XVI são conhecidos como a época das grandes navegações. Por trás desse movimento, encontravam-se as monarquias absolutas da Europa que orientavam essa expansão com uma política econômica conhecida como Mercantilismo, que considerava
- a) a produção agrícola como a grande produtora de riquezas.
 - b) o comércio como um jogo de soma zero, onde o ganho só contava para quem vendesse e não para quem comprasse.
 - c) a conquista de colônias como o cerne da política mercantilista, porque as colônias enviariam mão de obra barata para as metrópoles.
 - d) a ideia metalista sem importância para a doutrina mercantilista.

- 18. Fatec-SP 2013** As caravelas foram um grande avanço tecnológico no final do século XV. Graças a elas, foi possível realizar viagens de longa distância de forma eficiente. Centenas de homens embarcaram nas caravelas dos descobrimentos. Alguns buscavam enriquecimento rápido, outros, oportunidade de difundir a fé em Cristo. Estes homens eram atraídos pela aventura, porém as surpresas nem sempre eram agradáveis. Nas embarcações, proliferavam doenças e a alimentação era precária.

Revista de História da Biblioteca Nacional, setembro de 2012, p. 22-25. (Adaptado.)

Sobre a época descrita no texto e considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que as viagens nas caravelas

- a) foram realizadas no contexto da expansão do mercantilismo europeu, visando também à ampliação do catolicismo.
- b) não pretendiam descobrir novos territórios, apenas estabelecer rotas para aventureiros e marginalizados da sociedade.
- c) tinham como principal objetivo retirar as populações muçulmanas da Península Ibérica, após as Guerras de Reconquista.
- d) eram feitas em condições precárias, pois eram clandestinas, ou seja, eram realizadas sem o consentimento das Coroas europeias.
- e) não ocorriam em condições apropriadas, embora a maior parte dos tripulantes das caravelas pertencesse à nobreza feudal.

- 19. Unicamp-SP 2022** Na Antiguidade Clássica, os gregos sabiam que a terra era redonda. Supunha-se, porém, que, se existisse gente do outro lado do globo, elas viveriam de pernas para o ar, uma vez que, nessa época, não havia ainda notícia da força da gravidade. Sobre a percepção da Terra e a ciência nos Descobrimentos, há um público que pensa na modernidade científica como algo do século XVII, esquecendo que uma nova mentalidade empírica com implicações tecnológicas motivou os Descobrimentos portugueses. O norte-americano Washington Irving e o francês Antoine-Jean Letronne, em finais do século XIX e princípios do XX, difundiram o mito da “terra plana”, o que logo ganhou adeptos. De acordo com os autores desse mito, Colombo teria proposto a D. João II sua teoria supostamente revolucionária da esfericidade da terra. O rei teria reunido seus especialistas, que rejeitaram a proposta porque achavam que a terra era plana. A viagem de Colombo com a descoberta das Américas, todavia, confirmaria a redondeza da Terra. O mito, porém, prevaleceu. No entanto, a realidade é de veras fascinante.

(Adaptado de Onésimo Teotónio Almeida, A ciência no Portugal da Expansão. Ideias. jornaldeletras. pt. 26 de setembro a 9 de outubro de 2018, p. 31-32.)

Baseado no enunciado acima, é correto afirmar:

- a) O mito da terra plana, disseminado em finais do século XIX, foi usado para interpretar os

Descobrimientos portugueses, e até hoje cativa um público. Ainda assim, desde a Antiguidade, já se sabia que a Terra é redonda.

- b) Os Descobrimentos portugueses subordinam-se à noção de Revolução Científica do século XVII, resultando em uma inovação tecnológica associada a uma mentalidade racionalista singular.
- c) O texto propõe compreender os Descobrimentos portugueses como impulsionados por uma nova mentalidade empírica com implicações tecnológicas, o que reafirma a noção da Terra plana.
- d) No domínio da modernidade científica, os Descobrimentos portugueses vão além do mito de Colombo e da Terra plana. Seus conhecimentos, porém, desembocaram em resultados de pouco significado histórico.

- 20. UPF-RS 2016** Luís Vaz de Camões, um dos maiores nomes do Renascimento Cultural português, imortalizou, em sua principal obra, a viagem de Vasco da Gama às Índias.

Já no largo Oceano navegavam,
As inquietas ondas apartando;
Os ventos brandamente respiravam,
Das naus as velas côncavas inchando;
Da branca espuma os mares se mostravam
Cobertos, onde as proas vão cortando
As marítimas águas consagradas,
Que do gado de Próteo são cortadas.

(CAMÕES. Os Lusíadas. Verso 19)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente elementos relativos à participação de Portugal na expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI.

- a) O total apoio da Igreja Católica, desde a aclamação do primeiro rei português, visando à expansão econômica e religiosa que a expansão marítima iria concretizar.
- b) Para o grupo mercantil, a expansão marítima era comercial e aumentava os negócios, superando a crise do século XV; para o Estado, trazia maiores rendas; para a nobreza, trazia cargos e pensões; e, para a Igreja Católica, representava maior cristianização dos “povos bárbaros”.
- c) O pioneirismo português se deveu mais ao atraso dos seus rivais, envolvidos em disputas dinásticas, do que a fatores próprios do processo histórico, econômico, político e social de Portugal.
- d) A expansão marítima, embora contasse com o apoio entusiasmado do grupo mercantil, recebeu o combate dos proprietários agrícolas, para quem os dispêndios com o comércio eram perdulários.
- e) A burguesia, ao liderar a arraia-miúda na Revolução de Avis, conseguiu manter a independência de Portugal, centralizou o poder e impôs ao Estado o seu interesse específico na expansão.

As cruzadas e os Estados Cristãos

As cruzadas foram expedições militares empreendidas pela Europa ocidental com o claro propósito de libertar a Terra Santa (particularmente os Lugares Santos de Jerusalém) do domínio dos turcos **seljúcidas**.

Existem nelas profundas motivações religiosas: um inegável fervor cristão por parte da maioria de seus participantes; mas também uma série de considerações de ordem política: a oportunidade de restabelecer a unidade da Igreja, rompida pelo Cisma Bizantino de 1054; a ocasião para os normandos do sul da Itália de resolverem suas desavenças com o Império Bizantino; e grande oportunidade para muitos guerreiros de conseguirem terras e estabelecerem-se como senhores feudais.

A Primeira Cruzada, que nos importa particularmente, tem lugar entre 1096 e 1099. [...] conquistaram a cidade de Jerusalém em 1099, brutalmente massacrando grande parte da sua população.

O resultado direto de tal empreendimento foi o estabelecimento de vários Estados Cristãos na Palestina e em partes da Síria: Reino de Jerusalém, Principado de Antióquia (outro Estado normando) e Condados de Trípoli e de Edessa.

Estes novos Estados tentam, com maior ou menor sucesso, realizar um processo de feudalização, nos moldes da Europa Ocidental.

Embora estes Estados tenham uma vida relativamente curta (Edessa cai em 1144, e Jerusalém, com maior parte dos demais territórios em 1187) mostram um notável esforço da Europa feudal, dividida internamente por uma série de guerras em produzir tal expansão.

Duas outras grandes cruzadas deram-se no século XII, como uma forma de auxílio aos Estados cristãos do leste, continuamente ameaçados por exércitos turcos e curdos: de 1147-1149, sob a liderança conjunta do Imperador Conrado III, do Sacro Império, e do rei Luís VII, da França, que poucos resultados concretos produziu; e a de 1189-1192, que reúne os mais poderosos governantes da Europa (o Imperador do Sacro-Império, Frederico I Barbaruiva; o rei Felipe II, Augusto da França; e o rei Ricardo I, Coração-de-Leão), em uma tentativa de reconquistar Jerusalém, perdida dois anos antes. Falhando nesta tentativa, conseguem os cruzados, por iniciativa do rei Ricardo, concluir um tratado que garantia a segurança dos peregrinos cristãos em viagem à Jerusalém.

Militarmente falando, os europeus tiram várias lições de sua aventura no leste, principalmente o uso tático de formações de cavalaria ligeira, para manobras de envolvimento e para apoio – como lançadoras de projéteis –, da **cavalaria couraçada**; e o aprimoramento na construção de fortificações. O contato com as fortificações bizantinas, de linhas concêntricas de muralhas duplas e até triplas produziu uma verdadeira revolução na construção de fortificações europeias, durante o século XII.

A expansão do feudalismo

Durante os séculos XI e XII, expande-se também a Europa, em duas outras direções: a leste e ao sul. A primeira é um movimento que parte do Sacro-Império, incorporando as terras eslavas. A segunda é a progressiva expulsão dos mouros, que desde o início do século VIII haviam-se instalado na Espanha.

[...]

A Reconquista

A expulsão dos mouros da Espanha é um longo processo, sujeito a avanços e recuos. Inicia-se no século IX, pelos reis das Astúrias, a única região cristã que não foi dominada pelos árabes, no século VIII.

Caracteriza-se esta reconquista dos territórios perdidos por uma contínua guerra de fronteiras, uma guerra de atrito, na qual a fronteira mouro/cristã flutua alternadamente, um pouco ao norte, um pouco ao sul.

No século XI, apresentava-se a Espanha dividida por vários reinos, principados e emirados, virtualmente independentes, que somavam à constante luta entre mouros e cristãos querelas internas que frequentemente produziam temporárias alianças entre um Estado cristão e outro mouro, dirigidas contra outro Estado cristão, e vice-versa.

O exemplo patente deste estado de coisas é dado pela figura de Rodrigo Díaz (conhecido como El Cid Campeador). Vassalo de Alfonso de Castela, conquista-lhe várias vitórias (1076-1080). Exilado em 1081, serve aos emires mouros de Saragossa contra os senhores cristãos de Aragão e Barcelona. Perdoado, reorganiza os exércitos de Castela, até seu segundo exílio em 1089. Transforma-se virtualmente em um monarca independente e, recrutando um exército de mouros e cristãos, toma Valência em 1093, e derrota os Almorávidas (mouros) em 1094 (batalha de Cuarte), e em 1097 (batalha de Bairen); morre em 1099, como um governante independente.

Durante o século XII, o impulso desta reconquista parece favorecer os cristãos. O Reino de Castela, sob Alfonso VII de Castela e Aragão (1126-1157), estende sua soberania sobre os outros dois reinos cristãos (Aragão e Navarra) e obtém significativos avanços sobre os mouros.

Portugal, um condado do Reino de Leão, conquista sua independência, tornando-se um reino em 1140, sob Afonso Henriques. E empreende uma contínua expansão para o sul, derrotando sucessivamente os mouros – 1147, captura de Lisboa; 1169, tomada de Badajoz; 1171, captura de Santarém.

Durante as operações para a tomada de Lisboa, os portugueses são auxiliados por contingentes de cruzados, provenientes da Inglaterra e de Flandres, que se dirigiam à Terra Santa a fim de participar da Segunda Cruzada (1147-1149).

Eis aqui uma outra contribuição dos normandos para a expansão do feudalismo europeu.

[...]

REZENDE FILHO, Cyro. *Guerra e guerreiros na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 67-70.

Seljúcidas: povo de origem turca que formava um império islâmico durante o período medieval.

Cavalaria couraçada: cavalaria formada por cavaleiros cujo corpo era protegido por uma túnica de ferro ou de couro recoberta por escamas de metal.

A experiência do viajante

Na oitava fossa do oitavo círculo do "Inferno" de Dante, Ulisses, envolto numa língua de fogo, relata sua morte (Divina comedia, XXVI, 90-142). Depois de separar-se de Circe, nada pode refrear seu ardente desejo de conhecer o mundo, os vícios e as virtudes dos humanos. Nem a lembrança de seu querido filho Telêmaco, nem o amor de sua esposa Penélope, nem a piedade devida a seu pai, Laertes, são capazes de conter o desejo intenso de experiência, de *sapientia mundi*. Ulisses encontra-se no mar Mediterrâneo, com um único navio e alguns companheiros fiéis. As descrições geográficas são precisas. De um lado observa a costa da Espanha, a última Hespéria; do outro, a costa do Marrocos, fim da África. À sua direita deixa Sevilha; a sua esquerda Ceuta. Após um discurso no qual infunde coragem e firmeza em seus companheiros para seguir viagem, a nau cruza os pilares de Hércules, emblemáticas colunas plantadas por um semideus para que nenhum humano se atrevesse a ultrapassá-las. Os pilares de Hércules eram, desde a Antiguidade, inscrições topográficas que representavam o limite do mundo conhecido e um símbolo da proibição divina diante da insensata curiosidade humana. Além deles se estende um mar sem limites, tenebroso, o verde mar da escuridão.

O viajante pretende conhecer o mundo sem habitantes que se encontra seguindo o sol. A tripulação, já velha e cansada, aventura-se pelo Atlântico. Navega primeiro rumo a oeste, depois rumo ao sul. Cruza o Equador. Ulisses distingue na noite o brilho das estrelas do outro polo, navega cinco meses por esse mar quando, obscurecido pela distância, recorta-se a silhueta de uma montanha, "alta tanto / quanto veduta non návea alcuna" [erguido tanto / que de outro igual nenhum de nós lembrava]. O viajante se alegra ao divisar o anúncio dessa "nova terra" desconhecida e desabitada que se situa nas antípodas, sem compreender que vislumbra o objeto de sua perdição: a montanha do paraíso. Desafiara proibições divinas para aproximar-se de terras inexploradas e é justo – da perspectiva cristã – seu naufrágio diante delas. Da nova terra se levanta um turbilhão que faz o navio girar entre as ondas, até que o mar se feche sobre ele. Modelo do curioso, o navegante naufraga nos espaços sagrados do ignoto.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 23-24.

Resumindo

- Após ser ocupada por diversos povos, a península Ibérica foi dominada pelo Império Romano durante séculos, promovendo múltiplas influências sobre a região.
- A ocupação islâmica da península Ibérica trouxe, ao mesmo tempo, sanções e liberdade religiosa.
- A presença árabe na península Ibérica acarretou profundas influências em campos como as artes, agricultura e, especialmente, o conhecimento técnico-científico, contribuindo para os avanços nas técnicas de navegação.
- A formação dos reinos de Portugal e Espanha aconteceu de forma precoce em relação às outras regiões da Europa.
- Com a centralização do poder e as transformações políticas, econômicas e sociais que aconteceram na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, Portugal e Espanha foram pioneiros nas Grandes Navegações.
- As navegações foram motivadas pelo espírito de aventura e pela procura por metais preciosos e produtos de alto valor comercial. De forma geral, as navegações ultramarinas visavam atender às demandas das práticas mercantilistas.

Quer saber mais?



Livros

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2020.

A obra apresenta análises diversas de aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais da expansão marítima portuguesa.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. São Paulo: Agir, 1991.

Nessa obra, o renomado medievalista Jacques Le Goff apresenta de forma clara, concisa e organizada como um diálogo as principais características da Idade Média.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

O livro trata de aspectos do cotidiano das navegações portuguesas.

PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. *A península Ibérica entre o Oriente e o Ocidente: cristãos, muçulmanos e judeus*. São Paulo: Atual, 2002.

O livro aborda a convivência entre muçulmanos, cristãos e judeus na Península Ibérica entre 711 e 1492, ou seja, durante quase toda a Idade Média, conferindo a essa região características singulares.

RAMOS, Fábio Pestana. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2008.

Neste livro, o leitor pode acompanhar os percalços enfrentados nos navios lusitanos durante as Grandes Navegações, além de ser apresentado às ambições de Portugal e dos portugueses, explicados dentro do contexto da época.



Filme

***Por mares nunca dantes navegados*. Direção: Regina Jehá. Brasil, Lauper Films (2001).**

Documentário sobre a saga das navegações portuguesas no século XV.



Site

VIDAL, Marta. Os portugueses redescobrimo o passado muçulmano de seu país. *Instituto da Cultura Árabe*, 13 jun. 2020. Disponível em: <https://icarabe.org/node/3841>.

A reportagem traz um panorama das influências muçulmanas em Portugal, propondo relações com o presente. Acesso em: 22 jul. 2022.

Exercícios complementares

1. **Unicamp-SP 2013** Tradicionalmente, a vitória dos cristãos sobre os muçulmanos na Batalha de Covadonga, na região da Península Ibérica, em 722, foi considerada o início da chamada Reconquista. Mais do que um decisivo confronto bélico, Covadonga foi uma luta dos habitantes locais por sua autonomia. A aproximação ideológica desta vitória, feita mais tarde por clérigos das Astúrias, conferiu à batalha a importância de um fato transcendente, associado ao que se considerava a missão da monarquia numa Hispânia que tombara diante dos seus inimigos.

(Adaptado de R. Ramos, B. V. Sousa e N. Monteiro (orgs.), *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 17-18.)

- Explique o que foi a Reconquista.
 - De que maneiras a Batalha de Covadonga foi reutilizada no discurso histórico e político pelos clérigos das Astúrias?
2. **Uece 2021** Após a morte de Maomé, em 632, teve início uma era de grande expansão da civilização muçulmana liderada pelos califas, os sucessores do profeta, entre os séculos VII e VIII. Considerando o impacto dessa expansão para o velho mundo, assinale a afirmação verdadeira.
- O islamismo estabelecido por Maomé, como uma religião monoteísta, com bases diferentes do judaísmo e do cristianismo, tornou-se intolerante às demais religiões.
 - Os muçulmanos não produziram uma civilização que proporcionou contribuições relevantes à cultura ocidental, além do radicalismo religioso.
 - Apesar de surgir na península arábica, o islamismo só prosperou na Europa, em regiões como os Balcãs, o leste europeu e a península ibérica.
 - O islã cobriu muitos povos e regiões, criando uma grande civilização que adotou e difundiu contribuições culturais de povos orientais e ocidentais.

3. **UEMG 2016**



http://descobrirmaishistoria.blogspot.com.br/2014_01_01_archive.html. Acesso em: 21/9/2015

Durante a Idade Média, no ano de 570, nascia Maomé, conhecido por ser o profeta de Alá. Desde a sua morte até o século XXI a crença em Alá tem sido difundida pela fé Islâmica que é, até hoje, predominante no norte da África e na Península Arábica. Em 711, a expansão islâmica conquistara espaço na Europa Ocidental. Quase toda a Península Ibérica fica sob o poder do Califado.

O que detém o avanço Islâmico é

- a) a resistência do império Franco e o processo de reconquista ligado às monarquias locais fortemente influenciadas pelo cristianismo.
- b) a proposta, dos grupos dirigentes das Monarquias Ibéricas, de associar os preceitos islâmicos aos valores cristãos, enfraquecendo assim as frentes de batalha.
- c) a ação da Rússia em repressão aos islâmicos, formando uma frente combativa para manter as antigas monarquias ibéricas.
- d) a formação de um Reino Cristão que unia todas as monarquias europeias para combater os invasores.

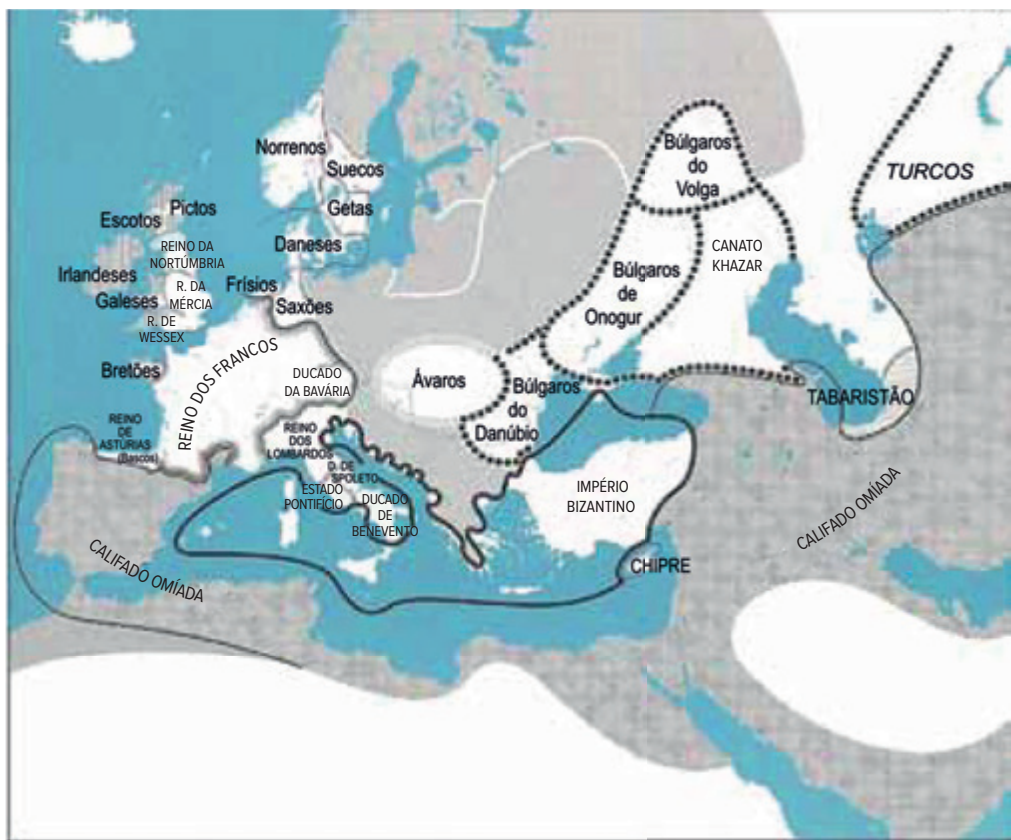
4. FGV-RJ 2015 Da mesma forma que a Terra Santa, ainda que com identidade menor, a Península Ibérica possibilitava a reunião das ideias de paz (luta no exterior da Cristandade), de Guerra Santa (engrandecimento da Igreja em terra anteriormente cristã) e de peregrinação (corpo santo apostólico em Santiago de Compostela). A Reconquista revelou-se especialmente atraente, o que é significativo, para o centro-sul francês (...) cujos cavaleiros foram os mais constantes participantes ultramontanos da luta antimoura na Península.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Peregrinos, monges e guerreiros*. Feudo-clericalismo e religiosidade em Castela Medieval. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 161.

Sobre a Reconquista Ibérica, é correto afirmar que se trata de

- a) um conjunto de guerras e conquistas territoriais cujas motivações foram semelhantes àquelas que estimularam a ação dos cristãos durante as Cruzadas.
- b) um movimento dirigido pelos comerciantes castelhanos, interessados em se apropriar das riquezas e rotas mercantis do mundo islâmico.
- c) um movimento sem vinculação às crenças religiosas e devocionais cristãs e estimuladas pelo avanço científico precoce da Península Ibérica.
- d) uma incursão de cavaleiros a serviço da monarquia francesa com o intuito de anexar a Península Ibérica e reestruturar o antigo Império Carolíngio.
- e) um movimento essencialmente religioso que visava a combater o fanatismo muçulmano e estabelecer monarquias cristãs que respeitassem a liberdade religiosa na Península Ibérica.

5. FMJ-SP 2020 Observe o mapa, que se refere ao ano de 737.



(Colin McEvedy. *Atlas de história medieval*, 2007.)

No contexto da Idade Média, o mapa demonstra

- a) a divisão do Império Carolíngio, que se desagregou em diferentes reinos cristãos.
- b) a expansão árabe, que resultou na formação de um império islâmico com domínios em três diferentes continentes.
- c) a invasão da Europa ocidental por povos bárbaros, que vieram de territórios da atual Hungria.
- d) a reconstrução do Império Romano do Ocidente, que era uma importante aspiração dos governantes bizantinos.
- e) o processo de unificação das tribos da península Arábica, que fez surgir um Estado árabe-muçulmano.

6. **Unicamp-SP (Adapt.)** Os impérios desenvolveram diferentes estratégias de inclusão. O império romano permitia a multiplicidade de crenças, desde que a lealdade política estivesse assegurada. Espanha e Portugal, entretanto, apesar de terem incorporado povos de línguas e culturas diversas sob seus governos, impuseram uma uniformidade legal e religiosa, praticando políticas de intolerância religiosa como caminho preferencial para assegurar a submissão e a lealdade de seus súditos.

(Adaptado de Stuart B. Schwartz, *Impérios intolerantes: unidade religiosa e perigo da tolerância nos impérios ibéricos da época moderna*, em R. Vainfas & Rodrigo B. Monteiro (orgs.), *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 26.)

A partir do texto, diferencie o império Romano dos impérios ibéricos modernos.

7. **UFG-GO** Analise a imagem a seguir.



SANTIAGO MATAMOUROS. Disponível em: <http://www.wga.hu/art/c/carreno/st_james.jpg>. Acesso em: 29 fev. 2012.

Desde a Idade Média, São Tiago Maior foi retratado de várias formas. Nessa imagem do século XVII, que recorre à Reconquista na Península Ibérica, sua figura é representada como Matamouros. Com base na imagem, conclui-se que essa recorrência alude à

- a) valorização da cultura islâmica, derivada do contato com os muçulmanos.
- b) apropriação de personagens bíblicos, utilizados para legitimar a disputa territorial e religiosa.
- c) formação de uma matriz cultural ibérica, renovada pela fusão entre belicismo islâmico e apostolicismo cristão.
- d) incorporação do princípio muçulmano da Guerra Santa, favorecida pela expansão árabe.
- e) adoção do ideal muçulmano de martírio, advindo da experiência adquirida nas Cruzadas.

- 8. Fatec-SP 2018** O idioma árabe exerceu forte influência na língua portuguesa que, desse idioma, incorporou palavras como alambique, álcool, alface, açúcar, arroz, álgebra e azeitona, entre outras. Assinale a alternativa correta sobre os contatos entre árabes e portugueses que possibilitaram essa influência.
- No início do século XXI, a eclosão da Primavera Árabe possibilitou o estreitamento dos laços entre os países muçulmanos e Portugal que, ao receber refugiados desses países, sofreu forte influência em seu idioma e hábitos alimentares.
 - A partir do século XX, o advento das Grandes Navegações possibilitou o contato da Europa com regiões até então desconhecidas, como o Oriente Médio, cuja sofisticação cultural influenciou os hábitos e costumes da elite letrada de Portugal.
 - Em meados do século XVI, durante a Conferência de Berlim, as potências europeias partilharam os territórios do Oriente Médio e, ali, Portugal estabeleceu intercâmbios comerciais, culturais e linguísticos com as populações de origem árabe.
 - No final do século XII, fugindo da perseguição religiosa islâmica exercida pelo Império Turco, árabes cristãos migraram para Portugal e lá influenciaram a língua portuguesa com a introdução de cantigas tradicionais e histórias folclóricas.
 - A partir do século VIII, populações de língua árabe se estabeleceram na Península Ibérica como resultado da expansão e conquista islâmicas, e sua influência se tornou visível na arquitetura, na arte, na medicina e na ciência ibéricas, marcando, também, a formação da língua portuguesa.
- 9. FGV-SP 2014** Ao final da Copa do Mundo de futebol disputada na África do Sul (2010), alguns dos jogadores da seleção da Espanha realizaram a volta olímpica como campeões desfraldando uma bandeira da Catalunha. A respeito da História dessa região, é correto afirmar:
- O reino de Aragão uniu-se ao de Castela com o casamento dos reis católicos, Fernando e Isabel, mantendo-se a autonomia de Aragão e o funcionamento de cortes próprias.
 - A região da Catalunha promoveu uma revolução ao final do século XVIII, influenciada pelos acontecimentos transcorridos na França com a subida dos jacobinos ao poder.
 - Durante a II República, a partir de 1931, a região perdeu sua autonomia e tornou-se uma das bases das legiões falangistas que apoiaram Franco.
 - A autonomia e o direito ao ensino da língua catalã e seu emprego na administração pública foram garantidos à Catalunha com o regime franquista, a partir de 1936.
 - Com a democratização, em 1975, a região da Catalunha perdeu sua autonomia e isso desencadeou o aparecimento de movimentos armados que lutam pela sua independência.
- 10. Unicamp-SP 2018** A ideia de que a demanda de especiarias resultava da necessidade de disfarçar o gosto da carne e do peixe putrefatos é um dos grandes mitos da história da alimentação. Na Europa medieval, os alimentos frescos eram mais frescos que os atuais, pois provinham da produção local. Os alimentos em conserva mantinham-se em salga, curtição, dessecação ou gordura, assim como hoje em dia são enlatados, refrigerados, liofilizados ou embalados a vácuo. De qualquer forma, os aspectos determinantes do papel desempenhado pelas especiarias na gastronomia eram o gosto e a cultura. A cozinha muito temperada com especiarias era objeto de desejo por ser cara e por “condimentar” a posição social dos ricos e as aspirações de quem ambicionava sê-lo. Além disso, a moda gastronômica predominante na baixa Idade Média europeia imitava as receitas árabes, que exigiam sabores doces e ingredientes fragrantos: leite de amêndoa, extratos de flores aromáticas e outras iguarias orientais.
- (Adaptado de Felipe Armesto-Fernández, 1492: o ano em que o mundo começou. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.27).
- A partir do texto acima e de seus conhecimentos históricos:
- defina o que são as especiarias e explique seu significado social na Europa medieval.
 - explique como era feito o comércio de especiarias na baixa Idade Média.
- 11. Fuvest-SP 2021** No dia 12 de outubro de 1492, três navios a serviço da coroa de Castela, comandados pelo navegador genovês Cristóvão Colombo, chegaram às atuais Bahamas. Relacione tal acontecimento com a
- concepção medieval-cristã de que a Terra era uma criação de Deus;
 - competição mercantil interestatal europeia de fins do século XV;
 - memória construída em torno dele em dois momentos dos séculos XX ou XXI.
- 12. Fuvest-SP** Deve-se notar que a ênfase dada à faceta cruzadística da expansão portuguesa não implica, de modo algum, que os interesses comerciais estivessem dela ausentes – como tampouco o haviam estado das cruzadas do Levante, em boa parte manejadas e financiadas pela burguesia das repúblicas marítimas da Itália. Tão mesclados andavam os desejos de dilatar o território cristão com as aspirações por lucro mercantil que, na sua oração de obediência ao pontífice romano, D. João II não hesitava em mencionar entre os serviços prestados por Portugal à cristandade o trato do ouro da Mina, “comércio tão santo, tão seguro e tão ativo” que o nome do Salvador, “nunca antes nem de ouvir dizer conhecido”, ressoava agora nas plagas africanas...

Luiz Felipe Thomaz, “D. Manuel, a Índia e o Brasil”. *Revista de História (USP)*, 161, 2º Semestre de 2009, p.16-17. Adaptado.

Com base na afirmação do autor, pode-se dizer que a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI foi um empreendimento

- puramente religioso, bem diferente das cruzadas dos séculos anteriores, já que essas eram, na realidade, grandes empresas comerciais financiadas pela burguesia italiana.
- ao mesmo tempo religioso e comercial, já que era comum, à época, a concepção de que a expansão da cristandade servia à expansão econômica e vice-versa.
- por meio do qual os desejos por expansão territorial portuguesa, dilatação da fé cristã e conquista de novos mercados para a economia europeia mostrar-se-iam incompatíveis.
- militar, assim como as cruzadas dos séculos anteriores, e no qual objetivos econômicos e religiosos surgiriam como complemento apenas ocasional.
- que visava, exclusivamente, lucrar com o comércio intercontinental, a despeito de, oficialmente, autoridades políticas e religiosas afirmarem que seu único objetivo era a expansão da fé cristã.

13. UFSC (Adapt.)



A expansão marítima teve ligações com os questionamentos e as inovações que acompanharam o Renascimento e, politicamente, com a formação do Estado moderno na Europa. Assim, é impossível analisá-la sem mencionar as mudanças econômicas, a intensificação das atividades comerciais, o fascínio pelas especiarias, a luta da burguesia para consolidar sua riqueza.

REZENDE, Antonio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História: História Geral e do Brasil*. São Paulo: Atual, 2001. p. 158. Gravura do séc. XVI, de Theodore de Bry. p. 157-158.

Sobre a expansão marítima e comercial europeia:

- Explique duas razões para o pioneirismo do reino português.
- Considerando que o mercantilismo é um conjunto de práticas econômicas relacionadas ao processo de expansão marítima, explique (em no máximo 6 linhas) duas de suas características citadas abaixo:
 - Metalismo
 - Protecionismo
 - Balança Comercial Favorável
 - Colonialismo

14. FGV-SP 2015 O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

(Eli F. Heckscher, *La epoca mercantilista*, 1943, p. 459-461, apud Adhemar Marques e et alii (seleção), *História moderna através de textos*, 1989, p. 85. Adaptado.)

Segundo o autor,

- as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.

- b) as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.
- c) o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.
- d) o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.
- e) a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

15. Unesp 2015

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,
E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpru-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!

PESSOA, Fernando. "O Infante". *Mensagem. Obra poética*, 1960.

Identifique quatro características que, segundo o texto, marcaram a expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI. Exemplifique com os versos do próprio poema.

16. Unesp 2016 Entre os motivos do pioneirismo português nas navegações oceânicas dos séculos XV e XVI, podem-se citar

- a) a influência árabe na Península Ibérica e a parceria com os comerciantes genoveses e venezianos.
- b) a centralização monárquica e o desenvolvimento de conhecimentos cartográficos e astronômicos.
- c) a superação do mito do abismo do mar e o apoio financeiro e tecnológico britânico.
- d) o avanço das ideias iluministas e a defesa do livre-comércio entre as nações.
- e) o fim do interesse europeu pelas especiarias e a busca de formas de conservação dos alimentos.

17. Unesp 2018 (Adapt.) Leia o texto para responder à questão.

O mundo procurado por Colombo mostrava-se esquivo. Mas outro o aguardava, um mundo de riqueza mais fácil de explorar. Na Mesoamérica e na região andina, nas terras habitadas pelos povos conhecidos como astecas e incas e em suas imediações, havia redutos de densos assentamentos e vida urbana, com os quais não se tinha contato. A incorporação

do continente americano levaria a Europa a deixar de ser uma região pobre e marginal para se transformar num viveiro de hegemonias globais potenciais.

(Felipe Fernández-Armesto. *1492: o ano em que o mundo começou*, 2017. Adaptado.)

O autor sustenta que um mundo inesperado aguardava a expedição de Cristóvão Colombo, devido

- a) ao caráter improvisado da navegação espanhola e à falta de conhecimentos náuticos dos navegadores ibéricos.
- b) à semelhança dos costumes dos povos americanos com os dos espanhóis e à presença de Estados teocráticos nos moldes europeus.
- c) à carência alimentar dos povos americanos e à possibilidade de introdução em grande escala de excedentes industriais em terras americanas.
- d) à quantidade de metais preciosos acumulados naquelas sociedades e à disponibilidade de mão de obra para as explorações econômicas.
- e) ao encontro de populações desprovidas de crenças religiosas arraigadas e à facilidade de sua cristianização.

18. Unicamp-SP Referindo-se à expansão marítima dos séculos XV e XVI, o poeta português Fernando Pessoa escreveu, em 1922, no poema "Padrão":

E ao imenso e possível oceano
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
Que o mar com fim será grego ou romano:
O mar sem fim é português.

(Fernando Pessoa, *Mensagem – poemas esotéricos*.
Madri: ALLCA XX, 1997, p. 49.)

Nestes versos identificamos uma comparação entre dois processos históricos. É válido afirmar que o poema compara

- a) o sistema de colonização da Idade Moderna aos sistemas de colonização da Antiguidade Clássica: a navegação oceânica tornou possível aos portugueses o tráfico de escravos para suas colônias, enquanto gregos e romanos utilizavam servos presos à terra.
- b) o alcance da expansão marítima portuguesa da Idade Moderna aos processos de colonização da Antiguidade Clássica: enquanto o domínio grego e romano se limitava ao mar Mediterrâneo, o domínio português expandiu-se pelos oceanos Atlântico e Índico.
- c) a localização geográfica das possessões coloniais dos impérios antigos e modernos: as cidades-estado gregas e depois o Império Romano se limitaram a expandir seus domínios pela Europa, ao passo que Portugal fundou colônias na costa do norte da África.
- d) a duração dos impérios antigos e modernos: enquanto o domínio de gregos e romanos sobre os mares teve um fim com as guerras do Peloponesso e Púnicas, respectivamente, Portugal figurou como a maior potência marítima até a independência de suas colônias.

19. **FGV-SP 2019** Leia com atenção o trecho de *Os Lusíadas*.

Quem eram, de que terra, que buscavam,
Ou que partes do mar corrido tinham?
Os fortes Lusitanos lhe tornavam
As discretas respostas que convinham:
"Os Portugueses somos do Ocidente,
Imos buscando as terras do Oriente."
"Do mar temos corrido e navegado
Toda a parte do Antártico e Calisto,
Toda a costa Africana rodeado;
Diversos céus e terras temos visto;
Dum Rei potente somos, tão amado,
Tão querido de todos e benquisto,
Que não no largo mar, com leda fronte,
Mas no lago entraremos de Aqueronte.

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, século XVI. (adaptado) <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000178.pdf>

Sobre a chamada expansão marítima do século XVI, é correto afirmar:

- a) Iniciou-se com o Périplo Africano, que representou o primeiro contato histórico dos europeus com os povos da África.
- b) Foi possibilitada pelo processo de descentralização política portuguesa, que garantiu a participação de grupos particulares nas atividades marítimas.
- c) Teve motivações análogas às da Reconquista, como a conquista de terras e riquezas, a expansão do Cristianismo e o combate aos muçulmanos.
- d) Foi promovida pela Igreja estabelecida em Roma, que incumbiu os Estados ibéricos de empreenderem a conquista de novos continentes.

- e) Foi provocada pelos avanços dos povos islamizados do Norte da África sobre o sul do continente europeu.

20. **FGV-RJ 2020** [...] Vossas Majestades, como católicos cristãos e Soberanos devotos da santa fé cristã, seus incrementadores e inimigos da seita de Maomé e de todas as idolatrias e heresias, pensaram em enviar-me a mim, Cristóvão Colombo, às mencionadas regiões da Índia para ir ver os ditos príncipes, os povos, as terras e a disposição delas e de tudo a maneira que se pudesse ater-se para sua conversão à nossa fé; e ordenaram que eu não fosse por terra ao Oriente, por onde se costuma ir mas pelo caminho do Ocidente, por onde até hoje não sabemos com segurança se alguém teria passado.

Cristóvão Colombo, *Diários da Descoberta da América*, Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 29-31.

De acordo com o excerto dos *Diários de Colombo*, é correto afirmar:

- a) A navegação pelo Atlântico com o objetivo de chegar às Índias era uma empreitada conhecida desde a Antiguidade.
- b) As relações entre a Igreja e o Estado estavam intimamente ligadas no projeto de conhecimento e conquista das Índias.
- c) O acesso ao Oriente por rota terrestre era conhecido pelos europeus durante a Antiguidade, mas foi interrompido durante a Idade Média.
- d) A conversão dos muçulmanos e o combate às heresias foram fatores desprezados durante a expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI.
- e) A viagem marítima tinha como objetivo principal pacificar a cristandade envolvida nos conflitos relacionados com a Reforma Protestante.

BNCC em foco

EM13CHS102

1. É bastante comum, ainda hoje, um discurso segundo o qual os países europeus são muito antigos, com origens que remontam a um passado romano ou medieval. Essa ideia, principalmente a partir do século XIX, favoreceu a ascensão de retóricas eugenistas, utilizadas, por exemplo, pelos regimes fascistas. De que forma a narrativa histórica sobre a formação de Portugal e Espanha pode desconstruir esse tipo de discurso?

EM13CHS201

2. O termo "Reconquista", utilizado pelos reinos ibéricos para denominar o processo de expulsão da população islâmica da península Ibérica, é bastante questionado. Apresente e explique os principais questionamentos acerca da utilização desse termo.

EM13CHS204

3. Personagens como Santiago "Mata-Mouros" e El Cid foram exaltados durante e após a formação do Reino da Espanha. De que forma a chamada Guerra de "Reconquista" influenciou a formação identitária espanhola?

Detalhe de Oscar Pereira da Silva. *Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, 1922.* Óleo sobre tela. Museu Paulista da USP, São Paulo.

Museu Paulista da USP, São Paulo, SP

FRENTE 1

CAPÍTULO

2

A formação das estruturas coloniais

Descoberta ou “achamento”? Ocupação ou invasão? A chegada dos europeus à América constituiu um dos fenômenos mais complexos da história. O contato com os povos ameríndios representava conhecer agrupamentos humanos que não correspondiam a nenhuma de suas expectativas em termos de valores sociais, políticos ou religiosos. Os choques ocorriam, geralmente, de maneira violenta, resultando no extermínio de parte significativa das comunidades indígenas.

A conquista – militar, política, religiosa ou cultural – foi ferramenta imprescindível da colonização. Ao longo do século XVI, Portugal e Espanha instalaram sistemas coloniais na América, voltados para a acumulação de lucro na Europa.

Pioneirismo de Portugal e da Espanha na expansão marítima

O que justificou Portugal e Espanha terem sido pioneiros do processo das Grandes Navegações?

Um primeiro aspecto, apesar de não ser central na compreensão do pioneirismo ibérico, é a localização geográfica desses reinos, que possuíam um litoral recortado, favorável às navegações, sobretudo às principais rotas do Atlântico e do Mediterrâneo.

Como vimos, a centralização política do poder em Portugal e na Espanha foi precoce em comparação aos outros reinos da Europa. Dessa forma, as respectivas monarquias eram capazes de concentrar a arrecadação tributária e, assim, financiar os empreendimentos marítimos, que não só favoreceriam os comerciantes, como já vimos, mas também as práticas mercantilistas, beneficiando Portugal e Espanha.

Eram as monarquias centralizadas que permitiam a obtenção de títulos, privilégios, soldos e recompensas aos navegadores. Em um navio, por exemplo, o capitão era um representante do rei, exercendo autoridade suprema sobre seus subordinados durante as viagens.

Por fim, há a questão do desenvolvimento técnico e tecnológico. Não há algo que possamos chamar de “revolução técnica” no que diz respeito às Grandes Navegações; o que ocorreu foi um processo de aperfeiçoamento gradual.

No campo da Cartografia, a elaboração de portulanos (mapas com nomes de portos escritos perpendicularmente à costa) e de mapas de cabotagem foram as atividades mais importantes para o sucesso das navegações. Cartógrafos eram, inclusive, disputados entre os reinos, o que acabou transformando a Cartografia em questão política.

Entre os instrumentos e técnicas de navegação, o uso do astrolábio e do quadrante (influências dos povos árabes) possibilitou que os navegadores se orientassem melhor. Uma agulha magnética conectada à rosa dos ventos formou a bússola. Também houve aperfeiçoamento no cálculo de latitude.

Em Portugal, especificamente, aprofundou-se o conhecimento dos ventos alísios. Talvez, entre as inovações tecnológicas lusitanas, deva ser destacada a criação das caravelas, no início do século XV. As caravelas eram embarcações de pequeno porte, leves, rápidas e de fácil manobrabilidade. Concebidas com dois e, posteriormente, três mastros, conseguiam navegar com ventos contrários (podiam executar a manobra de “bolinar”, ziguezaguear contra os ventos), além de possibilitarem o uso de remos, caso fosse necessário. Também podiam se aproximar mais da terra.

Durante muito tempo, a historiografia debateu a respeito da existência da Escola de Sagres, concebida como um espaço de ensino de técnicas de navegação. No entanto, sem evidências de sua existência, ela foi tida, entre os historiadores, como um mito criado a fim de enaltecer o domínio português sobre os mares. Ainda não é possível afirmar sua existência, mas entende-se hoje que essa escola possa ter sido um espaço em que especialistas e estudiosos da navegação reuniam-se para debater e compartilhar seus conhecimentos.

As primeiras conquistas portuguesas

Em 1415, Portugal promoveu a conquista de Ceuta, que representou o início de sua expansão ultramarina. Localizada no noroeste do continente africano, Ceuta era um entreposto comercial muçulmano que servia também como ponto de partida para uma série de ataques no Mediterrâneo. Dessa forma, a tomada de Ceuta por Portugal representava uma expansão do espírito cruzadístico que havia impulsionado a chamada Guerra de Reconquista (ainda em curso nessa época), de contenção da religião islâmica.

Posteriormente, foram conquistadas as ilhas atlânticas da Madeira (1425) e dos Açores (1427), de onde Portugal iniciou seu projeto colonizador, que debateremos mais adiante. Também foi conquistado o litoral ocidental da África. Após vencerem o desafio de transpor o Cabo do Bojador (1434), os portugueses criaram uma série de feitorias ao longo do continente africano: Guiné (1453), Cabo Verde (1460) e São Tomé (1471). As feitorias eram entrepostos comerciais fortificados, nos quais se trocavam tabaco, armas e açúcar por marfim, ouro em pó, pimenta malagueta e, posteriormente, por africanos escravizados.

O desejo de uma rota alternativa às Índias acentuou-se com a tomada de Constantinopla pelo Império Turco-Otomano, em 1453. Com o fim da chamada “rota da seda” (rota comercial terrestre entre o Oriente e o Ocidente), Portugal tinha a possibilidade de adquirir o monopólio do comércio oriental.

Rotas para o Oriente – século XV



Fonte: O'BRIEN, Patrick (ed.). *Philip's Atlas of World History*. Londres: Philip's, 2007. p. 116-117. (Adapt.).

A rota mais longa para se chegar às “Índias” era contornando o continente africano. No entanto, ao romper com os intermediários, Portugal passou a ser hegemônico no comércio de especiarias.

Em 1488, Bartolomeu Dias chegou ao Cabo das Tormentas, no sul da África. Rebatizado com o nome de Cabo da Boa Esperança, sua conquista representava a possibilidade de realizar o périplo no continente africano para, então, chegar ao Oriente. Uma década depois, em 1498, o genovês Cristóvão Colombo, que havia navegado sob a bandeira espanhola anteriormente, fundou a primeira feitoria portuguesa no Oriente: Calicute. A chegada de Colombo a essa região consolidou os objetivos do expansionismo português.

As primeiras conquistas espanholas

Após o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, que consolidou uma relativa centralização do Estado espanhol, foi concretizada a expansão marítima da Espanha.

Pouco antes da unificação, porém, diz a lenda que Cristóvão Colombo, usando um ovo como exemplo, teria proposto aos reis católicos uma rota para as Índias mais eficiente do que a dos portugueses, que haviam acabado de contornar a África. Colombo pretendia chegar ao Oriente navegando em direção ao Ocidente, ou seja, circum-navegando o globo terrestre. É importante ressaltar que a Igreja católica não afirmava, nessa época, que a Terra era plana. Ainda que existisse um modelo terrestre plano, a Igreja defendia a existência de um modelo esférico, remontando à Antiguidade (Ptolomeu, no século II d.C., já defendia o modelo esférico do planeta, além de ter sido o responsável pela criação dos conceitos de latitude e longitude). Mesmo assim, os riscos da proposta feita por Colombo aos reis espanhóis eram elevados.

Com o aval de Fernando e Isabel, Colombo partiu em direção ao oeste com três caravelas: Pinta, Nina e Santa Maria. Após pouco mais de um mês de viagem, chegou à América (à Ilha de Guanaani, hoje San Salvador) pensando ter chegado às Índias.

Os tratados ibéricos

Ao compreenderem que o território atingido por Colombo, em 1492, era um continente até então desconhecido pelos europeus, acirraram-se as disputas entre Portugal e Espanha pela legitimidade da exploração dessas terras.

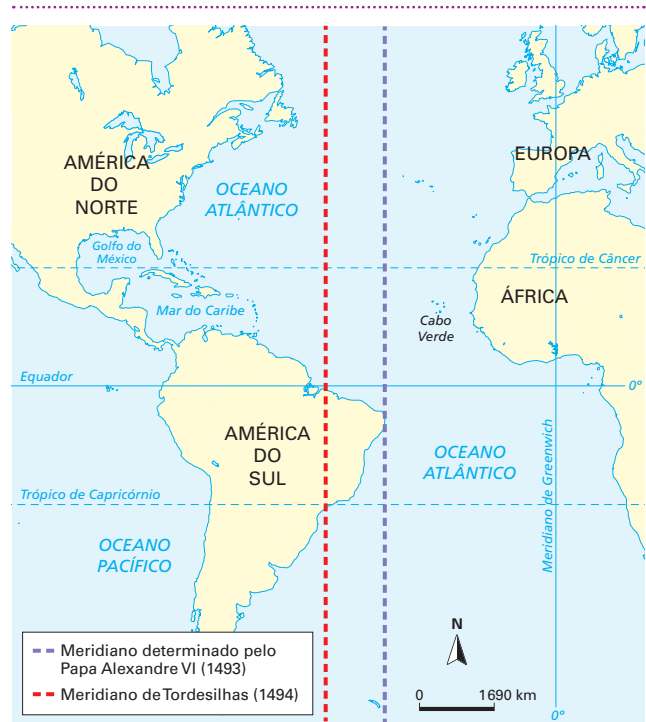
Anteriormente, ainda em 1480, os reinos ibéricos haviam firmado o Tratado de Toledo. O acordo assegurava ao reino espanhol a exploração das terras ao norte das Ilhas Canárias e, aos portugueses, as terras ao sul do referencial (garantindo a rota para o Oriente, contornando a África). Porém, a viagem de Colombo à América, sob a bandeira do reino espanhol, tornou necessária a redefinição dos limites de exploração.

A legitimação da exploração das terras pautava-se na tradição canônica medieval que concedia ao papa – e, portanto, à Igreja católica – a jurisdição universal sobre o mundo. Em 1493, a Bula *Inter Coetera* propôs a delimitação da área de exploração a partir de uma linha imaginária, a cerca de cem léguas a oeste de Cabo Verde, deixando o território a oeste da linha para Castela e a leste dela para Portugal. No entanto, o papa Alexandre VI,

responsável pela demarcação, apoiava a rainha Isabel de Castela, que sairia beneficiada. O rei de Portugal repudiou o tratado e ameaçou declarar guerra caso o acordo não fosse refeito.

Com a bula revogada, em 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas (assim chamado por ter sido firmado na cidade espanhola de Tordesilhas), deslocando o limite para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, mas mantendo para a Espanha o direito de exploração do território a oeste da linha e a leste para Portugal. Dessa forma, Portugal obteve mais espaço no Atlântico para realizar suas navegações até o Oriente e para explorar parte do território que viria a ser o Brasil.

Os tratados ibéricos – século XV



Fonte: Tratado de Tordesilhas. *Britannica Escola*. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/Tratado-de-Tordesilhas/574522>. Acesso em: 1º jun. 2022.

Terra à vista: Cabral e o Brasil

Em 1498, Vasco da Gama havia alcançado as Índias, dando início ao domínio português no Oriente. Após retornar a Portugal, os relatos retratavam uma terra de riquezas (Vasco da Gama descreveu Samorim, rei de Calicute, como uma pessoa adornada por joias, ouro e pedras preciosas) e de produtos de alto valor comercial (o grão de pimenta comprado a 8 cruzados era vendido a 80 na Europa).

Logo após o retorno de Vasco da Gama, o rei de Portugal, D. Manuel, enviou outra expedição às Índias com o intuito de aprofundar a relação com o Oriente e assegurar o monopólio sobre o comércio de especiarias. Assim, no dia 9 de março de 1500, partiu de Portugal uma grande frota de treze caravelas e dez naus (embarcações usadas principalmente para fins militares), sob o comando do fidalgo Pedro Álvares Cabral.

A frota de Cabral, porém, não chegou ao destino esperado. Desviando mais a oeste do que o desejado, no dia 22 de abril de 1500, atingiu um trecho de terra logo batizado de Monte Pascoal, por causa do feriado da Páscoa. Em seguida, chegaram à região hoje conhecida como Porto Seguro, chamando-a de Ilha de Vera Cruz. Ao descobrir que não se tratava de uma ilha, alteraram o nome para Terra de Vera Cruz e, posteriormente, Terra de Santa Cruz.

Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e Calicute – 1500



Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico: Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 91. (Adapt.).

Povos indígenas da América

Durante muito tempo, a historiografia tradicional utilizou fontes europeias, tratadas sem que houvesse questionamentos sobre a credibilidade delas, para redigir uma história indígena. Crônicas, cartas de viagem, diários de navegação e tratados descritivos serviram tanto para descrever a fauna, a flora, o clima e a terra quanto para caracterizar as sociedades ameríndias. Esses relatos, no entanto, eram usualmente carregados de exacerbação de detalhes “exóticos” (aos olhos europeus) sobre os indígenas, representados frequentemente como “bárbaros” ou “selvagens” e, assim, distante do que seria o ideal de civilização, o que contribuiu para uma construção negativa em relação a essas populações que, de alguma forma, perdura até hoje.

A utilização da palavra “índios”, por exemplo, muitas vezes omite a heterogeneidade entre as diversas populações ameríndias, já que, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, as diferenças étnico-culturais existentes não as retiravam da condição, atribuída pelos europeus, de selvagens.

A carência de fontes escritas pelas populações do continente americano e a interferência europeia nas

narrativas ameríndias contribuíram para a manutenção de uma perspectiva eurocêntrica sobre os povos nativos da América. Nesse sentido, o historiador Serge Gruzinski fez uma profunda análise sobre as tentativas de escrever uma história indígena da Mesoamérica no século XVI. A partir do trabalho do missionário Toribio de Benavente Motolinia (1482-1569), Gruzinski identifica as dificuldades metodológicas que envolviam a escrita dessa história, uma vez que, para a Europa do século XVI, a produção historiográfica dependia intrinsecamente de documentos escritos.

Portanto, o trabalho de construir uma história indígena da Mesoamérica, anterior ao contato com os espanhóis, a partir de fontes orais e imagens foi um esforço significativo. Tal observação, no entanto, não deve ser compreendida como exaltação do empreendimento europeu, mas como mecanismo de indagação às razões que seriam capazes de justificar esse esforço.

As histórias produzidas por Motolinia sobre os diversos representantes indígenas permitem que esses sejam concebidos como objetos homogêneos e estáticos, sendo, portanto, passíveis de transformações. Ao inserir a história ameríndia na perspectiva europeia de tempo, a homogeneização indígena atende às expectativas da Europa de transformar os espaços e as pessoas, além de sublimar as especificidades presentes naqueles povos.

Diante disso, como poderemos escrever ou entender uma história indígena? Ciente de que, para o historiador, todas as documentações representam alguma forma de parcialidade, cabe, então, um importante exercício de alteridade: o de nos colocar no lugar do outro. Isso nos permite compreender de maneira aprofundada os fenômenos históricos das populações indígenas.

Saiba mais

Basicamente, a perspectiva pós-colonialista busca romper com a visão eurocêntrica sobre os países e povos que foram colonizados no passado. Isso porque, mesmo que antigas colônias europeias tenham conquistado sua independência, o estigma colonial ainda se faz presente no olhar europeu sobre outros povos e culturas. Para que isso seja desconstruído, estudos recentes têm sido realizados a partir de fontes produzidas pelos antigos povos colonizados, no intuito de colocá-los como protagonistas de suas próprias histórias.

[...] A teoria pós-colonial é uma empresa de descolonização, mas não a descolonização concreta (algo que já foi mais ou menos realizado) das lutas armadas e acordos militares, mas a descolonização da história e da teoria, uma abordagem de fato alternativa do Ocidente. [...] os estudos pós-coloniais reinserem o debate da identidade nacional, da representação, da etnicidade, da diferença e da subalternidade no centro da história cultural mundial contemporânea.

PRYSTHON, Ângela. Interseções da teoria crítica contemporânea: Estudos Culturais, pós-colonialismo e Comunicação. *ECO-PÓS*, v. 7, n. 2, ago./dez. 2004. p. 36. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/download/1119/1060/1952. Acesso em: 1º jun. 2022.

Mesoamérica

O termo “mesoamérica” foi criado pelo arqueólogo alemão Paul Kirchhoff para designar a região da América Central (México, Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica), na qual populações ameríndias se desenvolveram a partir de algumas características em comum.

Os registros fósseis humanos na região da Mesoamérica datam de 9000 a.C. Os indícios arqueológicos apontam que o desenvolvimento das práticas agrícolas na região pode ter acontecido por volta de 5000 a.C., e o domínio sobre a produção da cerâmica por volta de 2300 a.C.

Porém, foi aproximadamente em 1300 a.C., na região do Golfo do México, conhecida desde então por Olman (Terra da Borracha, Terra dos Olmecas), que teve início o desenvolvimento urbano com a formação de grandes cidades. A passagem para o modelo urbano (ou ainda proto-urbano) promoveu mudanças políticas, socioeconômicas e religiosas entre os olmecas.

Áreas culturais da Mesoamérica



Fonte: FAMSI – Foundation for the Advancement of Mesoamerican Studies, Inc. Disponível em: <http://www.famsi.org/maps/>. Acesso em: 10 jun. 2022. (Adapt.)

Mapa com a delimitação das áreas culturais da Mesoamérica. Apesar de os mexicas (astecas) e os maias serem os mais conhecidos, diversas outras civilizações desenvolveram-se no espaço que compreende, hoje, o México e suas adjacências. Entre elas, podemos citar a dos olmecas, a de Monte Albán, de Cholula e de Teotihuacán.

A organização dos povos da Mesoamérica teve por base uma elite de sacerdotes comandando comunidades de camponeses. A existência de artefatos adornados (estatuetas, máscaras de jaguar, colares, pedras polidas etc.) na região indica que, provavelmente, havia uma divisão do trabalho nessas sociedades: enquanto alguns grupos se dedicaram à produção agrícola, outros se especializaram em ofícios artísticos, no sacerdócio e demais atividades. As civilizações mesoamericanas legaram técnicas agrícolas avançadas baseadas na irrigação artificial, além de um sistema de escrita, de numeração e de marcação do tempo (calendário). A arquitetura de caráter religioso desses povos se relacionava à crença na vida após a morte e ao culto aos mortos.

A influência olmeca se fez presente em várias localidades da Mesoamérica. Teotihuacán, “a metrópole dos deuses”, talvez seja o melhor exemplo. Estabelecida no fértil vale do México, cujo apogeu se deu por volta dos séculos V e VI, foi fruto de vários séculos de desenvolvimento. Teotihuacán, que chegou a ter cerca de 50 mil habitantes, constituía especialmente tudo o que está implícito na ideia de uma cidade: edifícios religiosos, como duas pirâmides escalonadas e o templo de Quetzalcóatl (a “serpente emplumada”); palácios; escolas; ruas pavimentadas; e regiões reservadas para habitação. Dominando as áreas vizinhas, foi o centro de um grande reino ou de uma confederação de povos.

Uma das mais conhecidas civilizações da América Central foi a civilização maia, que se desenvolveu na península de Yucatán, por planícies dos estados mexicanos de Tabasco e Chiapas, partes da Guatemala e, ainda, por Belize, El Salvador e Honduras, a partir do século IV, alcançando seu apogeu econômico e cultural entre os séculos XI e XIII. Os maias não formaram um império unificado, mas estruturaram-se em cidades-Estados independentes.

A sociedade maia estruturou-se em dois estratos sociais predominantes: um grupo dominante (importantes guerreiros, governantes e sacerdotes) e uma população que se submetia política e religiosamente ao primeiro grupo. Entre suas realizações culturais, desenvolveram complexas técnicas arquitetônicas (abóbada guarnecida por contraforte) e artísticas (pinturas em murais, esculturas em baixo relevo, cerâmica); calendários a partir de uma precisa observação astronômica; conhecimento sobre o zero matemático e uma forma de escrita ainda hoje não decodificada.

A civilização maia, assim como os teotihuacanos, passou por um declínio entre os séculos VIII e X, porém muitas cidades continuaram existindo, algumas mantendo-se autônomas até o início da conquista espanhola. Essas civilizações, que compõem o período clássico (250-900) da Mesoamérica, deixaram uma série de legados, como o urbanismo e as heranças religiosas, que se aperfeiçoaram posteriormente, no período pós-clássico (950-1519).

A mais expressiva das civilizações da América Central no período da chegada dos espanhóis foi a mexica (asteca). Os astecas desenvolveram um império que se estendeu do México até a região hoje compreendida pela Guatemala, com mais de 300 mil quilômetros quadrados de área. Eles tinham como área central a atual Cidade do México, onde os astecas ergueram sua capital, Tenochtitlán, na qual, acredita-se, viviam mais de 100 mil pessoas.

Os mexicas narram sua própria origem da seguinte maneira: viviam na mítica Aztlan-Chicomoztoc (alguns pesquisadores indicam que pode representar uma região ao norte do Vale do México), composta de sete cavernas e de povos que falavam o náhuatl, idioma de muitos teotihuacanos. Socialmente subordinados por *tlatoque* (governantes) e *pipiltin* (nobres), os *macehualtin* (como se autodenominavam os mexicas, com uma conotação de “servos”) eram obrigados a ceder parte da sua produção agrícola aos governantes como tributos. Descontentes com a situação, seguiram a profecia do sacerdote Huitzilopochtli, segundo a

qual o deus Tetzahuitl Teotl havia aconselhado os mexicas a migrarem até encontrar um local onde avistassem uma água pousada em um cacto devorando uma cobra. Essa imagem foi vista em uma ilha do Lago Texcoco e teria se tornado, em 1325, a cidade de Tenochtitlán.



Capa do Códice Mendoza, década de 1540. Litografia colorida. Universidade de Oxford, Inglaterra. Na ilustração é possível observar uma representação do mito fundador de Tenochtitlán: no centro da imagem, há uma águia pousada sobre um cacto. Elaborado por escribas astecas após a conquista europeia, o Códice Mendoza foi ilustrado a partir do formato pictórico e iconográfico tradicional asteca, porém conta com texto em espanhol.

Sua organização econômica tinha por base a agricultura e a exploração das populações dominadas. Promoveram complexas obras de irrigação, como as *chinampas*, ou jardins flutuantes, que eram pequenas ilhas artificiais feitas por acumulação de lama das margens pantanosas de lagos, a fim de expandir as áreas cultiváveis.

A sociedade, assim como no passado mítico, baseava-se em uma estrutura rígida, no topo da qual se encontrava uma camada de aristocratas e de chefes militares, além dos sacerdotes. Estes mantinham o domínio sobre a massa de camponeses, os quais viviam sob um regime semelhante à servidão coletiva, e também sobre um grande contingente de escravizados, normalmente prisioneiros de guerra. Havia uma divisão do trabalho na qual aos homens eram reservadas as tarefas ligadas à agricultura (de abóboras, pimentas, milho, feijões, batatas, cacau, chicle, coca, tomate, quinoa, algodão de fibra longa, tabaco e mandioca) e à produção especializada, enquanto às mulheres cabiam trabalhos domésticos, a feitura da massa de *tortillas*, a fiação e a tecelagem. Os mexicas conheciam o ouro, a prata, o cobre e o estanho, além de algumas pedras preciosas. Eles também desenvolveram técnicas metalúrgicas na criação de adornos e ferramentas.

A religiosidade mexica se desenvolveu a partir dos cultos ao sol e à terra. Ometeotl era, para os mexicas, “o deus dual”, ao mesmo tempo pai onicriador e mãe universal; pai e mãe de todos os quatro deuses que permitiram colocar o sol em movimento e, assim, criar a vida. A partir da compreensão de que o sangue era parte integrante da cosmogonia, praticaram sacrifícios humanos em larga escala.

Os mexicas exerceram domínio sobre diversas outras sociedades ameríndias, submetendo-as ao pagamento de tributos, que, por sua vez, eram um dos pilares de manutenção do poderio mexica. Às vésperas da invasão espanhola, Tenochtitlán era o centro administrativo de um grande e complexo domínio territorial.

Zona andina central

Os primeiros núcleos de civilização desenvolveram-se na região andina da América do Sul (Peru, Bolívia, Equador, Chile e Argentina), a partir de 1200 a.C., com o cultivo sistemático do milho, o que possibilitou a sedentarização e o surgimento de várias cidades-Estados. A partir de 600 d.C., esses núcleos passaram a se unificar, estabelecendo impérios que ultrapassaram os limites originais e dominando áreas mais vastas. Os períodos em que houve a presença de uma administração central capaz de controlar os agrupamentos humanos, tanto na costa quanto na região das montanhas, são denominados “horizontes”.

Durante o chamado “horizonte primitivo”, o desenvolvimento esteve concentrado em Chavín, um templo religioso nas montanhas do leste, entre 1000 a.C. e 300 a.C. Durante o “horizonte médio” (500 a.C.-1000 d.C.), destacaram-se sucessivamente dois centros administrativos: Tiahuanaco, na região boliviana do lago Titicaca, e Huari, no vale do Mantaro, no Peru.

Mas foi o Tahuantinsuyo (o Império Inca), comunidade multiétnica formada nos Andes, que se destacou. Suas origens situam-se no século XII, quando ocorreu a reunião de vários povos sob o domínio do grupo inca ou quíchua, na região de Cuzco, no Peru. O longo processo de disputa bélica com povos vizinhos pelo controle da região desenvolveu uma forma de poder político na qual o imperador acumulou também a autoridade religiosa, tornando-se divino, o “filho do sol”.

O período mais conhecido da história inca situa-se no século XV, com sua expansão territorial iniciada pelo imperador Pachakuti, que resultou em um império de mais de 4 300 quilômetros ao longo dos Andes (envolvendo o Equador, ao norte, e o Chile e a Argentina, ao sul) e que ainda estava em fase de expansão quando os espanhóis alcançaram a região na segunda década do século XVI. As comunidades incorporadas pelos incas mantinham uma identidade cultural própria, na qual os senhores locais eram submetidos a um sistema de governo indireto.

A sociedade inca era teocrática e rigidamente hierarquizada. No topo, ficavam o soberano e sua parentela; depois, os militares, os sacerdotes e os altos funcionários imperiais; mais abaixo, os trabalhadores especializados; e, na base, os camponeses, submetidos à servidão coletiva.

A terra era considerada propriedade do imperador, portanto os camponeses apenas a cultivavam. A agricultura (de milho, batata, tomate, coca, quinoa e amendoim) era feita em terraços como forma de permitir a prática agrícola em declives de montanhas. Homens e mulheres também eram sujeitos à *mita*, trabalho forçado em obras públicas e serviços militares.

Os incas não chegaram a elaborar uma escrita. Utilizaram-se apenas de pictogramas e ideogramas, mas desenvolveram um sistema contábil sofisticado, o *quipu*, necessário em uma sociedade tributária controlada pelo Estado. O idioma praticado era o runa simi, o qual os europeus denominaram quíchua.

Simon Mayer/Shutterstock.com



O *quipu*, ou *kipu*, era um instrumento feito de lã ou de algodão, no qual os nós (tanto a quantidade de amarrações quanto suas posições nas cordas) e diferentes cores eram utilizados como mecanismo de contagem e comunicação.

A administração era centralizada na capital, Cuzco, de onde partia uma extensa rede de estradas (cerca de 30 mil km de extensão) que interligavam o império, dividido em quatro territórios governados pelos *após* (chefes), que assesso-ravam o inca (imperador). Cada território subdividia-se em províncias para fins de controle tributário.

Indígenas antes do Brasil

Antes da chegada dos portugueses, o território que viria a ser o Brasil era habitado por centenas de grupos diferentes que compunham mais de 1000 línguas distintas, das quais sobreviveram cerca de 160. Esses milhares de idiomas derivavam de quatro principais grupos linguísticos: o tupi (representando o agrupamento mais populoso, que ocupava quase toda a faixa da costa atlântica até a margem sul do rio Amazonas); o macro jê (grupos que habitavam a região do Planalto Central, o Maranhão e o alto Paraguai); o caraíba (presentes da região amazônica); e o aruaque (estabelecidos às margens dos rios Negro e Orinoco). Podemos citar, ainda, grupos com menores quantidades de representantes, que derivaram de outros troncos linguísticos, tais como: xirianá, tucano, pano, paezan, guaicura, charrua, nhambiquara, bororo, carajá, mura, aripaquista etc.

Muitos agrupamentos foram exterminados sem que houvesse tempo de os linguistas conhecerem e estudarem seus idiomas. Diante disso, Johanna Nichols, especialista em estudos de idiomas, diz que, se um grupo linguístico necessita de 8 mil anos para tornar-se diferente dos outros, para que houvesse tantas línguas na região, o território deve ter sido povoado há pelo menos 50 mil anos. Estimativas mais recentes indicam que havia uma população de cerca de 2,4 milhões de indígenas no que viria a ser o Brasil à época da chegada dos portugueses; na mesma época, em Portugal, havia cerca de 1,4 milhões de habitantes.

A teoria que apresenta a datação mais antiga para a ocupação do território identificado hoje como Brasil é a da arqueóloga Niède Guidon. Segundo a pesquisadora, vestígios do que supostamente seriam restos de fogueiras encontrados na região do Piauí indicariam ocupação humana há cerca de 50 mil anos. Porém, essa teoria foi amplamente criticada por muitos arqueólogos, pois os vestígios encontrados por Guidon seriam de combustão espontânea, e não indícios de atividade humana, conforme defendia a pesquisadora.

Outros agrupamentos humanos, também do período denominado Pré-História, foram os povos dos sambaquis, que habitaram a costa atlântica entre 2 e 8 mil anos atrás, vivendo da pesca e da coleta de frutos do mar. Esses diversos grupos tinham em comum a prática de acumular materiais orgânicos, como conchas, cartilagens de peixes e moluscos, ossadas humanas etc., formando os sambaquis (palavra formada por “*tãba*”, que significa “concha”, e “*ki*”, que significa “amontoado”). Os sambaquis eram, portanto, um “amontoado de conchas”, depósitos constituídos por materiais orgânicos

que, empilhados ao longo do tempo, sofreram a ação de intempéries naturais, passando, assim, por um processo de fossilização química.

Joannis77 (CC BY 4.0)



Há sambaquis que resistem até os dias de hoje e, como são semelhantes a pequenas colinas nas regiões litorâneas, muitos passaram despercebidos. Uma tática amplamente utilizada pelos pesquisadores para identificá-los foi consultar as comunidades caiçaras sobre os locais de que retiraram recursos para construir suas habitações. Como os sambaquis são depósitos de calcário, muitos foram utilizados para extração a fim de servir à construção civil. Na foto de 2012, vemos o Sambaqui Figueirinha I, na região de Jaguaruna, em Santa Catarina.

Os indígenas que habitaram o território brasileiro não desenvolveram um sistema numérico ou de escrita, pautando-se, portanto, na tradição oral. Eram caçadores e coletores; apesar de terem dominado a agricultura e a pecuária, havia poucos animais que pudessem ser domesticados para a subsistência e para as práticas agrícolas em regiões de floresta densa. Diante disso, muitos agrupamentos viviam em aldeias por períodos curtos; muitas vezes, as comunidades deslocavam-se anualmente por um perímetro para aproveitar determinadas estações para a coleta de insumos específicos. As aldeias eram montadas utilizando-se materiais como madeira, cipó e capim.

Na região amazônica, muitos agrupamentos dominaram complexas técnicas artesanais, como a produção de cerâmica, com destaque para a cerâmica marajoara, decorada com grafismos pintados (nas cores vermelho, extraída do urucum, preto, extraída do jenipapo, e branco) e com aplicações em alto-relevo. A cerâmica marajoara foi amplamente utilizada para a fabricação de urnas funerárias, o que é um indicativo de que essa população possuía ritos sobre a morte.

Apesar de hábeis artesãos, os indígenas conheciam metais, mas não haviam dominado as técnicas metalúrgicas, o que contribuiu para entendermos como as chamadas

“bugigangas” europeias, como facas e machados, promoveram profundas alterações nos modos de vida dos povos ameríndios. Como formas de adorno, utilizavam pinturas corporais e ornamentos feitos de pedras e penas (para caçar aves sem danificar as penas, alguns indígenas desenvolveram setas de pontas arredondadas), que eram usados em diversas partes do corpo, como boca, cintura, orelhas, pescoço etc.

Dada a impossibilidade de trabalhar a fundo as especificidades de cada um dos agrupamentos, abordaremos aqui os mais numerosos: os derivados do jê e do tupi.

Os jês, família linguística do tronco macro jê, representam os agrupamentos que falavam o akwen, apinajé, kaingang, kayapó, suyá, timbira, entre outros. Distantes do mar, não possuíam familiaridade com atividades ligadas à navegação. Passaram por processos migratórios pouco intensos e, assim, constituíram aldeias maiores que as de outras comunidades indígenas e sem hierarquias. Por terem vivido na região que hoje é o Centro-Oeste do Brasil, foram menos afetados, inicialmente, pelo processo de conquista europeia.

Os tupis formaram a família linguística tupi-guarani, que, por sua vez, representa os agrupamentos que falavam o tupinambá, guarani, parakanã, kagwahiv, tapirapé, kayabi, araweté, entre outros. Como habitavam a região do litoral atlântico, tiveram intensos contatos (muitas vezes de forma violenta) com os portugueses e, por isso, aparecem com maior destaque nas narrativas da colonização. Os tupis haviam dominado de forma mais profunda as práticas agrícolas. Exerciam a agricultura de coivara, técnica na qual a queimada era utilizada como forma de abrir espaço para áreas cultiváveis. Dentre os alimentos cultivados, destacavam-se o milho e a mandioca.

Seus aldeamentos eram formados por quatro ou mais habitações dispostas de maneira circular, deixando, ao centro, um pátio no qual ocorriam as festas, os rituais e outras atividades cotidianas. Possuíam uma religiosidade de caráter politeísta e atrelada à natureza. Segundo a cosmologia tupi, os animais compunham sociedades formadas por linguagem, cultura, moral e religião próprias, apesar de incompreensíveis para os seres humanos; não havia, portanto, a hierarquia da natureza típica do pensamento cristão ocidental. Seres humanos e natureza eram equivalentes em importância.

Os conflitos entre comunidades indígenas não eram movidos pelo desejo de exercer dominação política, escravidão ou extração de tributos ou de bens materiais. De forma geral, as guerras eram motivadas por vingança ou por conflitos de cunho ancestral. Quando eram feitos prisioneiros de guerra, não se tinha a intenção de promover a exploração compulsória de seu trabalho, mas sim de extrair suas forças subjetivas durante os rituais antropofágicos. A antropofagia, ou canibalismo ritual – importante frisar que não se tratava de uma prática comum a todos os indígenas –, era praticada por certas comunidades a fim de adquirir a força, a coragem e a honra de seus inimigos derrotados em conflito. Consistia, portanto, em um ato culturalmente reconhecido pelas partes presentes no processo.

Saiba mais

O cronista Hans Staden (1525-176) fez duas viagens ao Brasil durante o século XVI e relatou, da seguinte forma, um ritual antropofágico:

Quando trazem para casa um inimigo, os primeiros a bater nele são as mulheres e as crianças. Depois colam nele penas cinzas, raspam-lhes as sobrancelhas, dançam em volta dele e atam-no direito, de forma a não poder fugir. Depois dão-lhe uma mulher, que o alimenta e também se entretém com ele. [...].

Alimentam bem o prisioneiro. Mantêm-no assim durante algum tempo e preparam-se para a festa. [...]. Confeccionam, ainda, ramos de penas e os amarram à maça com a qual o matam. Fazem também uma grande corda, que chamam de muçurana. Com essa corda amarram-no antes de matá-lo. [...]. Soltam a muçurana de seu pescoço e passam-na em volta do corpo e depois puxam-na com força, dos dois lados. Ele agora fica amarrado no centro. Muitas pessoas puxam a corda de ambos os lados. Deixam-no assim por algum tempo e põem à frente dele pequenas pedras, para que possa atirá-las contra as mulheres que andam em torno dele e lhe dizem, de forma ameaçadora, como querem comê-lo. As mulheres estão pintadas e, depois de ele ter sido esquartejado, devem andar em volta das cabanas com os quatro primeiros pedaços. Isso para o grande regozijo dos remanescentes.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Porto Alegre: L&M Pocket, 2008. p. 160-163.



"Cena de canibalismo", de Theodor de Bry, a partir de *Americae Tertia Pars*, 1592. Gravura publicada (originalmente em preto e branco) juntamente ao relato de viagem de Hans Staden. O cronista, ao fundo, observa uma comunidade indígena tupinambá praticando um ritual antropofágico. É importante ressaltar que a gravura representa uma perspectiva europeia em relação às práticas indígenas. Staden, um europeu, aparece indignado com o ato, enquanto os tupinambás são apresentados como "selvagens" que devoram com ferocidade as partes humanas.

Período pré-colonial (1500-1530)

O desinteresse inicial

Independentemente da intencionalidade ou da causalidade que levou à chegada da frota comandada por Pedro Álvares Cabral ao Brasil, é certo que o território americano não era o destino final daquela expedição.

Após a assim chamada "descoberta", as naus e caravelas não retornaram a Portugal; passados alguns dias, Cabral comandou sua frota em direção ao destino estabelecido desde o início: o Oriente e o lucrativo comércio de especiarias.

O primeiro contato com o território que viria a ser o Brasil não apresentou, de início, elementos que pudessem ser explorados pelos interesses mercantis. Os indígenas não usavam adereços feitos de ouro ou de prata, o que indicava, aos portugueses, que não havia metais preciosos na região. As primeiras impressões não encontraram, também, abundância de produtos dotados de alto valor comercial.

Soma-se isso a centralização dos interesses lusitanos no lucrativo comércio com o Oriente. Dessa forma, a exploração do território recém-achado pelos portugueses não assumiria um protagonismo nos esforços promovidos pela monarquia de Portugal. Enquanto nas "Índias" eram montadas feitorias, criada a Casa da Mina e posteriormente, a Casa da Índia (organização para administrar e organizar o comércio dos territórios dominados pelos portugueses no Oriente), além do Conselho da Índia, as iniciativas em relação ao território americano limitaram-se, durante as primeiras décadas, à expedição de reconhecimento e à exploração do pau-brasil.

Extração de pau-brasil

O pau-brasil (que acabaria influenciando no nome do território colonial) é uma árvore que pode atingir até 15 metros de altura e era abundante na região da Mata Atlântica. A madeira do pau-brasil possui coloração vermelho vivo que remete a brasas de fogo (daí o nome Brasil), e sua resina servia para tingir tecidos. Além disso, a madeira em si era de ótima qualidade para construções.

Interessado nas aplicações comerciais, Portugal concentrou seus limitados esforços na região para a extração do pau-brasil. Vale ressaltar que essa atividade acontecia em sistema de estanco régio, ou seja, tratava-se de um monopólio da Coroa. Como as atenções estavam voltadas às “Índias”, a Coroa portuguesa concedeu o monopólio sobre a atividade para terceiros, principalmente a Fernando de Noronha e, depois a Jorge Lopes Bixorda. A concessão de monopólios (de comércio ou de produção) a particulares consistia em uma prática comum do mercantilismo, e não somente reforçava a centralização política do poder como também permitia um aumento sobre as arrecadações (mesmo concedendo o monopólio, a Coroa continuava recolhendo tributos referentes às trocas).

A extração era feita de forma rudimentar, a partir de escambo com comunidades indígenas litorâneas. Os indígenas extraíam o pau-brasil e o armazenavam em feitorias. A primeira feitoria foi montada, em 1504, na região onde hoje é Cabo Frio. Em troca do trabalho, os indígenas recebiam as chamadas “bugigangas”; porém, é necessário tomarmos cuidado ao associarmos o termo a um caráter pejorativo. Entre as “bugigangas”, estavam objetos como facas, machados, agulhas, foices, espelhos, chapéus, anzóis, painéis, pás etc. Para povos que não exerciam o domínio sobre a metalurgia do ferro, essas ferramentas permitiram profundas transformações, tanto na possibilidade de ampliar a produção quanto no tempo reservado ao ócio.

A colônia vista com outros olhos

Ainda na primeira metade do século XVI, por volta de 1530, iniciou-se a decadência do comércio com o Oriente. O fim do monopólio português (com o surgimento de novas concorrências) e os ataques árabes no oceano Índico favoreciam, simultaneamente, a desvalorização das especiarias no mercado europeu e o encarecimento na manutenção dos domínios no Oriente.

Assim, pela necessidade de organizar uma nova fonte de lucros (ainda que o comércio com o Oriente não tenha sido interrompido), Portugal voltou sua atenção para o território americano. Porém, por não terem sido prioridade da monarquia lusitana, as terras além do Atlântico estavam, nesse momento, sofrendo constantes ataques de piratas e de corsários, além de contar com a presença de mercadores ingleses, franceses, da região dos Países Baixos, entre outros. Os franceses, sobretudo, eram a principal ameaça para Portugal. Diante disso, a fim de tornar o território lucrativo aos interesses portugueses, era necessário antes assegurar a posse e o domínio sobre essas terras.

Em 1530, Martim Afonso de Sousa (1500-1564), fidalgo de confiança do rei de Portugal D. João III (1502-1557), liderou uma expedição armada em direção ao Brasil. A expedição, que durou até 1533, tinha como principais finalidades o combate aos contrabandistas franceses e a fundação de vilas a fim de povoar e consolidar a posse da Coroa lusitana sobre a região. Assim, Martim Afonso fundou inicialmente a vila de São Vicente (1532), no litoral paulista.

A montagem do sistema colonial

Estrutura e administração da colônia

Como vimos anteriormente, o mercantilismo consistia em um conjunto de práticas promovidas pelos Estados centralizados europeus que se desenvolveram no início da Idade Moderna. Entre essas práticas, estavam o metalismo, a manutenção de uma balança comercial favorável, o protecionismo alfandegário e o estabelecimento de monopólios (que, como vimos na extração de pau-brasil, poderiam ser concedidos a particulares) sobre atividades econômicas.

Veremos, a seguir, de que forma a concepção de colônia funcionou como uma espécie de síntese aos anseios mercantis.

O que foi o sistema colonial? “Colônia”, na Antiguidade romana, era uma palavra utilizada para designar uma unidade agrícola. “Sistema”, por sua vez, corresponde a um conjunto de elementos, portanto dois ou mais, que estabelecem algum tipo de relação entre si. Compreendemos o sistema colonial enquanto um conjunto entre uma unidade agrícola (colônia) e a metrópole (no caso do Brasil, Portugal).

A relação se dava a partir da imposição de um monopólio metropolitano sobre as atividades produtivas e comerciais da colônia. A partir do sistema colonial, a colônia deveria exportar produtos primários exclusivamente à metrópole, e, a partir de restrições à produção manufatureira, a colônia deveria importar manufaturas oriundas apenas da metrópole. A submissão colonial ao monopólio metropolitano, base fundamental do sistema colonial, é o que chamamos de pacto colonial.

No entanto, é preciso dizer que o monopólio metropolitano concedido na concepção teórica do sistema colonial nunca se deu de maneira absoluta. Sua aplicação dependia de intensos mecanismos de controle e fiscalização por parte da metrópole. Sendo assim, as colonizações conviveram com o contrabando e com uma dinâmica voltada para o mercado interno colonial. Da mesma forma, temos que observar que a intensidade da aplicação do pacto colonial e a fiscalização para garantir o exclusivo metropolitano oscilaram ao longo do tempo e pelos espaços coloniais.

Houve períodos de maior e de menor controle – quando as atividades coloniais não se faziam interessantes para a metrópole. Nesses momentos, as colônias gozaram de maiores liberdades comerciais. Também podia ocorrer de certas regiões da colônia receberem maior fiscalização, enquanto outras eram negligenciadas.

Saiba mais

Para explicar as atuais diferenças (políticas, econômicas, sociais e culturais) entre, por exemplo, o Brasil e os Estados Unidos, é comum escutarmos, como argumento, que a gênese das especificidades entre esses países encontra-se nos distintos processos colonizadores pelos quais passaram. Nessa premissa, a fim de distinguir as formas de colonização sobre o continente americano, criaram-se os conceitos “colônia de povoamento” e “colônia de exploração”.

Os termos, cunhados no século XIX por Paul Leroy-Beaulieu (1843-1916), visavam diferenciar, especificamente, as colonizações espanhola e portuguesa da colonização inglesa em parte da América do Norte. A colonização ibérica, visando à exploração imediata das riquezas, não teria se preocupado em se fixar e desenvolver a região a longo prazo; assim, teriam se consolidado as chamadas “colônias de exploração”.

A Inglaterra, por sua vez, na perspectiva de Leroy-Beaulieu, imbuída por um espírito atrelado ao trabalho, teria se organizado a fim de se fixar e desenvolver os territórios coloniais, montando o que seriam as “colônias de povoamento”.

No entanto, há muito a historiografia vem abandonando essa distinção ao compreender que toda colônia corresponde a um objeto de exploração metropolitano. Não é possível afirmar que existiram projetos de povoamento que visavam ao desenvolvimento colonial sem que este servisse aos interesses da metrópole. Mesmo as práticas voltadas ao povoamento (que também ocorreram em áreas coloniais ibéricas) configuravam um mecanismo cuja intenção era povoar para proteger e proteger para explorar. Sendo assim, a historiografia evita a utilização do conceito de “colônia de povoamento”.

Incorrer na ideia de que os diferentes modelos coloniais poderiam explicar as complexas diferenças entre Brasil e Estados Unidos é, além de errôneo, insuficiente. Afinal de contas, após os respectivos processos coloniais, ambos os países passaram por inúmeras transformações. Portanto, os processos de colonização não foram os únicos fatores a influenciar a formação de seus Estados e de suas sociedades.

Colonização da América espanhola

Conquista da América pelos espanhóis

O início da colonização espanhola na América se deu no violento processo de conquista sobre o território e, principalmente, sobre as populações ameríndias. A colonização da América (Ibérica), em números absolutos, representou o maior massacre da história, promovido pela Europa, em relação às populações autóctones. S. F. Cook e W. Borah estimam a população indígena, na região do México, em 25 milhões de pessoas em 1515. Quatro anos mais tarde, em 1519, essa mesma população havia sido

reduzida a 17 milhões. As mesmas pesquisas inferem que, em 1548, havia 6 milhões de indígenas no México e, no início do século XVII, dos 25 milhões iniciais, havia cerca de 750 mil ameríndios.

Segundo o poeta chileno Pablo Neruda, a conquista espanhola foi realizada pela cruz, pela espada e pela fome. Em uma mesma perspectiva, o importante historiador franco-búlgaro Tzvetan Todorov, em sua obra *A Conquista da América*, fala em uma conquista material e uma espiritual sobre o continente.

A “conquista espiritual” foi feita pela “cruz”, ou seja, pela imposição da fé católica aos ameríndios. Não podemos, no entanto, pensar que a conquista espiritual não tenha sido violenta, também, em uma perspectiva física. O catolicismo foi imposto pela força, aculturando os indígenas e legitimando a dominação. A resistência dos ameríndios à nova fé muitas vezes foi utilizada pelos espanhóis como argumento para legitimar a “guerra justa” e a escravização dos nativos.

A “conquista material”, por sua vez, representa as intervenções bélicas – ou pela “espada”, na frase de Neruda. O enfrentamento militar entre europeus e indígenas favorecia os espanhóis, pois eles usavam armas de fogo, cavalos, cães e armaduras. Entre as táticas de batalha, o cerco contra cidades ameríndias e o confisco de alimentos se fizeram presentes. Nesse sentido, a “fome” foi elemento crucial na violência contra os indígenas em dois momentos: primeiramente como tática de guerra e, posteriormente, já durante a colonização, com a introdução do cultivo de novos alimentos produzidos em larga escala (o trigo, por exemplo), o que prejudicou as práticas agrícolas de subsistência dos povos nativos. Com as exportações em massa de insumos primários, ocorreu a diminuição da produção de alimentos voltada ao mercado interno e, assim, houve o encarecimento desses produtos.

Há um aspecto da conquista material sobre a América que não está presente na fala do poeta: as doenças. Doenças como varíola, malária, sarampo, tifo e gripe eram comuns no século XVI, tanto na Europa quanto nas regiões que, há séculos, possuíam trânsito com as populações europeias, como é o caso de partes do continente africano e do oeste asiático. A América, entretanto, esteve isolada do contato com essas doenças endêmicas, e, por isso, os ameríndios não possuíam imunidade ou defesas biológicas contra elas.

Situados em regiões insulares da América Central desde a chegada à América, os espanhóis realizaram, na virada do século XV para o XVI, uma série de incursões de caráter exploratório sobre o continente americano. As expedições militares espanholas concentraram-se contra os dois agrupamentos sociais mais numerosos que estavam presentes no continente: o Império Mexica e o Império Inca. Ambos acabaram dominados – material e espiritualmente – pelos espanhóis, mesmo que estes estivessem em menor número.

A conquista sobre os mexicas se deu sobre a liderança do conquistador espanhol Hernán Cortés (1485-1547). Em 1519, Cortés partiu de Cuba em direção ao litoral do que hoje seria Vera Cruz, no México.

Com cerca de 600 soldados, 15 cavaleiros e 15 canhões, os espanhóis conquistaram o centro mexicano de Tenochtitlán, que, à época, estima-se que possuía entre 100 mil e 300 mil habitantes.

Durante muito tempo, a fim de explicar a vitória espanhola diante de tamanha disparidade numérica, foi defendida a tese de que a civilização mexicana teria facilmente se submetido aos espanhóis, uma vez que acreditavam que se tratavam de deuses. Em carta ao rei espanhol, Cortés diz que os mexicanos o reconheceram como o deus Quetzalcóatl. Porém, o historiador Matthew Restall, em sua consagrada obra *Sete mitos da conquista espanhola*, aponta que essa interpretação não está inteiramente correta. Para compreender a conquista de Cortés, devemos lembrar, inicialmente, que a civilização mexicana era composta de uma vasta heterogeneidade de comunidades indígenas submetidas a um poder central. Os espanhóis, dessa maneira, exploraram a rivalidade já existente entre os agrupamentos ameríndios.

A aliança entre os espanhóis e alguns indígenas pode ser compreendida a partir da relação entre Hernán Cortés e a indígena Malinche. Ela pertencia à etnia Nahuatl e fazia parte da população nativa submetida aos mexicanos. Por conhecer o idioma nahuatl, ela dominava as tradições astecas e teria sido uma das responsáveis por transferir esse conhecimento aos espanhóis, que, mediante vantagem de conhecer seus inimigos, usaram isso ao seu favor. Além disso, ao conhecer as dinâmicas internas, os espanhóis formaram alianças com outros ameríndios descontentes com a submissão ao império de Montezuma II. Portanto, além dos pouco mais de 600 espanhóis, a conquista foi realizada com o apoio de centenas de guerreiros ameríndios.

Cortés submeteu a capital do Império Mexicano, Tenochtitlán, a um cerco de 75 dias e consolidou a conquista em 13 de agosto de 1521, após a morte de boa parte da população mexicana da cidade por fome, sede (as águas foram envenenadas pelos espanhóis), doenças e enfrentamento militar. Em 1522, os antigos territórios do Império Mexicano tornaram-se a Nova Espanha.

Assim como as disputas internas foram utilizadas na conquista do Império Mexicano, o mesmo aconteceu em relação ao Império Inca.

A sucessão ao trono inca poderia ser feita por qualquer pessoa que tivesse parentesco com o rei. Não havia, portanto, uma linha sucessória definida, podendo ocupar o trono filhos, sobrinhos, irmãos ou até mesmo primos do antigo imperador. O final de um reinado era, normalmente, um período de conflitos pela sucessão real. No início do século XVI, quando os espanhóis tiveram contato com a região andina, os irmãos Huascar e Atahualpa disputavam o poder após a morte do pai deles, Huayna Capac.

Francisco Pizarro (1471 ou 1476-1541), depois de já ter tentado, sem sucesso, conquistar os incas, usou a guerra civil a seu favor. Após ter aportado na costa de onde hoje é o Equador, em 1531, Pizarro marchou em direção ao Peru. Ao chegar a Cuzco, em 1532, a guerra civil havia terminado com a morte de Huascar, e o recém-vitorioso Atahualpa tentava se consolidar como novo imperador.

A fim de se impor perante os incas, Pizarro explorou as rivalidades que permaneceram no império diante da disputa entre os irmãos. Ao mesmo tempo que apoiou os incas ligados a Huascar, nomeando-os para cargos diversos, o conquistador espanhol sequestrou o novo imperador, Atahualpa, exigindo como resgate um aposento cheio de ouro e dois outros repletos de prata. Mesmo após receber o pagamento, o imperador inca foi condenado à morte e executado pelos espanhóis.

Favorecido pela fragmentação interna, Francisco Pizarro conseguiu dominar Cuzco e Quito em 1533. Dois anos depois, em 1535, Lima, a nova capital definida pela Espanha, foi fundada no Vice-Reino do Peru.



Bancroft Library, Califórnia, Estados Unidos.

Imagem do códice *Lienzo de Tlaxcala*, 1550. Cortés e Malinche (à direita) encontram Montezuma II (à esquerda) em 1519.

Particularidades da colonização espanhola

Uma das principais diferenças entre a colonização espanhola e a colonização portuguesa, o processo de urbanização ganhou destaque no capítulo “O semeador e o ladrilhador” de um dos mais consagrados ensaios da historiografia, o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. De forma resumida, a distinção entre o semeador e o ladrilhador é apresentada a partir de duas concepções distintas em relação à formação das cidades coloniais. Os portugueses seriam os “semeadores” e teriam fundado suas cidades sem nenhum tipo de ordenação ou racionalização prévia, jogando suas sementes de forma aleatória (“caia onde cair”, como diz o *Sermão da Sexagésima*, do jesuíta Antônio Vieira, obra da qual Sérgio Buarque tira a ideia do semear), fazendo com que os espaços urbanos se desenvolvessem sem método ou rigor. Em contrapartida, os espanhóis “ladrilhadores” teriam planejado suas cidades a partir de um modelo geométrico em forma de grade, a fim de melhor explorá-las.

Contudo, devemos perceber que há diversas interpretações possíveis acerca da urbanização promovida pelos espanhóis em território colonial. Enquanto alguns historiadores defendem a ideia de que o plano em grade das cidades coloniais era um mecanismo pensado previamente para racionalizar e, assim, tornar a exploração mais efetiva, outros, por sua vez, questionam a possibilidade de existir, na Espanha, um conhecimento prévio sobre as formações urbanas. Compreendem, portanto, que a disposição urbana em forma de grade seria uma solução mais natural e, principalmente, mais compatível com o tamanho do território americano.

Podemos, no entanto, perceber que as hipóteses não são, necessariamente, antagônicas, sendo possível analisá-las de forma conciliável. Independentemente da existência ou não de um caráter intencional no que envolveu a montagem de cidades no território colonial da Espanha, é certo afirmarmos que a construção desses espaços representa uma forma de transferência de uma ordem social, política e econômica europeia à América.

A urbanização, seja por parte do “semeador”, seja por parte do “ladrilhador”, foi uma importante ferramenta da colonização. Trata-se de um recurso que favoreceu a ocupação (consequentemente, a proteção), a apropriação de recursos e a imposição de uma jurisdição àquele espaço. Por exemplo, as cidades espanholas na colônia possuíam uma ampla rede de serviços e universidades desde o século XVI.

A principal atividade econômica foi a extração de minérios como o ouro e, especialmente, a prata. Lembremos que a procura por metais preciosos, ao ser uma das bases da economia mercantil, contribuiu para incentivar as Grandes Navegações e era um dos principais interesses das monarquias europeias em suas respectivas colônias. A Espanha contou com duas vantagens: primeiramente, a abundância de minérios nas regiões que configuram, hoje, México, Peru e Bolívia; em segundo lugar, o fato de as civilizações mexica e inca dominarem práticas metalúrgicas contribuiu para que as minas de ouro e prata fossem rapidamente identificadas.

Cidades e vilas da América espanhola



Fonte: BETHELL, Leslie. (org). *História da América Latina*. Volume II – América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 2012. p. 83.

Para a exploração de minérios na região colonial, a Espanha renunciou à administração direta em troca de parte da extração, feita por mineradores independentes, paga à metrópole como forma de tributo. Até o século XVIII, a tributação predominante foi de 20% dos minérios extraídos; tal imposto ficou conhecido como quinto real. No entanto, seja visando estimular a exploração em determinadas regiões, seja por pressões coloniais, o valor cobrado foi alterado ao longo dos séculos, a depender das localidades. Em alguns lugares, por exemplo, os 20% foram reduzidos para 10%; em outros, para 5%. Em 1778, a Espanha reduziu a cobrança em todo o território colonial. A partir de então, era cobrado 3% nas colônias e mais o equivalente a 2% quando os minérios chegavam à Europa.

A “mortífera fome do ouro”, como Pietro Martire designou a exploração de minérios no período colonial, contribuiu para a morte cada vez mais numerosa dos ameríndios. A exploração de grandes quantidades de minério exigia um número cada vez maior de trabalhadores.

Tendo a Espanha restrições sobre o tráfico de africanos – uma vez que era uma atividade controlada majoritariamente por Portugal –, a exploração da mão de obra indígena era a base do modo de produção colonial, exceto na área das Antilhas, onde a escravização de africanos foi predominante. É preciso que tenhamos cuidado nas formas de designar o trabalho compulsório imposto aos ameríndios. A ideia de “escravidão indígena”, que existiu apenas em casos excepcionais, não é suficiente para descrever o processo. Chamaremos, então, o modelo mais comum de exploração da mão de obra nativa de servidão indígena.

Uma das principais formas de servidão indígena foi a *encomienda*, a qual consistia na concessão temporária de ameríndios aos chamados *encomenderos*, normalmente proprietários de terras que podiam explorar a mão de obra em troca da obrigação de promover a catequese.

Na região do Vice-Reino do Peru, a exploração da mão de obra indígena foi feita por meio da *mita*. O sistema de *mita* era parte da tradição incaica, mas foi apropriado pelos espanhóis a fim de legitimar o trabalho compulsório dos ameríndios com finalidades religiosas (construção de igrejas) e públicas, por um período de sete anos passíveis de renovação em troca de um salário anual irrisório. Uma prática semelhante à *mita* foi reproduzida no México sob o nome de *repartimiento*. Durante as lutas por independência na América, em 1825, Simon Bolívar aboliu a *mita*.

Divisão administrativa da América espanhola



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel M. de; REIS, Arthur César F; CARVALHO, Carlos Delgado de. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FENAME, 1997. p. 59. (Adapt.)

Antonio de la Calancha (1584-1654), frade agostiniano, disse que “os moinhos moeram mais índios do que metais, pois cada peso que se cunha custa a morte de dez índios”. Notem, portanto, que, ao chamarmos esses mecanismos de servidão indígena, e não de escravidão, não estamos preocupados em dizer que algum tenha sido melhor, pior, mais ou menos violento. É necessário, apenas, diferenciá-los a fim de evidenciar suas especificidades.

Interessada na mineração, a fiscalização metropolitana se fez presente por meio de diversos aparatos burocráticos na tentativa de impedir o contrabando ou o não pagamento

de tributos. Na Espanha, visando controlar as atividades coloniais, havia o Conselho Real e Supremo das Índias, órgão que controlava a administração dos territórios americanos, e as Casas de Contratação, por meio das quais todos os assuntos relacionados a impostos e ao comércio eram controlados. Para impedir o contrabando, foi estabelecido um sistema de porto único na Espanha para receber as mercadorias coloniais, enquanto, na América, todas as relações comerciais eram feitas a partir de um porto em Vera Cruz, no Vice-Reino da Nova Espanha; um porto em Porto Belo e outro em Cartagena, ambos no Vice-Reino de Nova Granada.

As colônias americanas foram submetidas a uma estrutura administrativa rígida, composta de quatro Vice-Reinos cujos territórios a princípio eram de maior interesse para a Espanha: Nova Espanha (hoje México e Califórnia), Nova Granada (hoje Colômbia e Equador), Peru (hoje Peru e Bolívia) e Rio da Prata (hoje Argentina, Uruguai e Paraguai). Também foram criadas quatro capitãncias-gerais em áreas estratégicas: Cuba, Guatemala, Venezuela e Chile.

Enquanto a exploração de ouro e prata destacou as regiões do México, do Peru e da Bolívia, outras áreas coloniais produziam gêneros alimentícios, como o Chile e a América Central, ou criavam gado, como a Argentina.

Tanto os Vice-Reinos como as capitãncias-gerais subdividiam-se em Audiências, com jurisdição sobre assuntos judiciais, religiosos, militares, financeiros e comerciais. Existiam ainda os *cabildos*, ou *ayuntamientos* (câmaras municipais), encarregados da administração de vilas e cidades.

A Igreja católica exerceu um importante papel na América espanhola, pois auxiliava na submissão dos indígenas aos interesses da metrópole. Como vimos, a Igreja católica foi parte integrante da “conquista espiritual”, mas durante a colonização se fez presente ao coibir manifestações culturais e religiosas ameríndias ou de matrizes africanas por meio dos Tribunais do Santo Ofício, instalados nos Vice-Reinos de Nova Espanha e do Peru.

A sociedade colonial espanhola era rigidamente hierarquizada. O acesso aos principais cargos administrativos na colônia estavam todos reservados aos *chapetones* (espanhóis ou descendentes diretos de espanhóis que representavam o interesse metropolitano), enquanto os *criollos* (denominação atribuída aos colonos que representavam os interesses coloniais) não tinham acesso à administração, mesmo sendo, geralmente, grandes proprietários de terras e apresentando alto poder aquisitivo. Apenas no século XVIII, quando o domínio espanhol já começava a ser contestado por essa elite colonial, as disputas internas permitiram a presença dos *criollos* nos *cabildos*.

Instalação da empresa açucareira na América portuguesa

Brasil: empresa mercantil lusitana

Diferentemente da América espanhola, que contava com complexas estruturas de produção, além da abundância de metais preciosos, coube a Portugal transformar o território do Brasil em um aparato que servisse aos interesses mercantis; daí a analogia de se pensar o Brasil como uma empresa mercantil com ênfase no setor primário voltado para a exportação.

Madeira, tabaco, minérios, algodão e, principalmente açúcar, conhecido como “ouro branco” e considerado um produto de luxo de alto valor comercial, eram produzidos aqui. O açúcar, produzido a partir da cana, já existia no Oriente desde o século VI e passou a ser produzido também na Europa (Sicília, Chipre, Creta e península Ibérica) e no norte da África ao longo do século XIV; portanto, esse método produtivo não era novidade quando os portugueses o trouxeram para o Brasil.

A partir de iniciativas de D. Henrique, Portugal montou plantações de açúcar nas ilhas atlânticas (Madeira e Açores) e também em Cabo Verde e São Tomé. A produção açucareira nessas regiões era feita a partir de um modelo que seria replicado no Brasil: latifúndio, monocultura, exploração da mão de obra escravizada negra de origem africana e com a produção voltada à exportação; modelo conhecido como *plantation*.

Apesar de se constituir enquanto atividade agrícola, portanto primária, a produção de açúcar era bastante complexa. Até o século XVIII, tratava-se de uma das atividades de maior exigência mecânica conhecida pelos europeus. Sua implementação dependia de apoio de especialistas que, trazidos da Ilha da Madeira ao Brasil, verificavam a viabilidade da produção canavieira. Embora detivesse experiência prévia e o conhecimento necessário para o manejo de uma empresa açucareira, a Coroa portuguesa não contava com os recursos necessários na dispendiosa montagem dos engenhos.

O financiamento para a fundação dos primeiros engenhos de açúcar no Brasil foi feito, em grande parte, por particulares. Dentre os grupos que investiam na montagem de engenhos, destacaram-se os comerciantes flamengos (comumente tratados de forma vulgar como “holandeses”), que possuíam um amplo desenvolvimento financeiro à época.

Quando o açúcar chegava a Lisboa, ele era vendido, preferencialmente, para a região de Flandres, cujos comerciantes acumulavam grande parte das riquezas atreladas à produção açucareira ao serem responsáveis pela distribuição do produto final na Europa.

Portugal não ficava, então, com a maior parte dos lucros? Para responder a essa pergunta, é necessário conhecermos mais a fundo os processos que envolviam a produção açucareira.

As terras da produção açucareira

O eixo da produção açucareira concentrou-se no litoral do nordeste brasileiro, principalmente na região que hoje representa a Bahia e Pernambuco. Apesar de o cultivo da cana-de-açúcar ter se feito presente também no sudeste, o nordeste recebeu o protagonismo devido à sua proximidade com a metrópole, o que favorecia o transporte da mercadoria, além de contar com condições naturais, como o solo de massapê (terra escura e argilosa), fértil ao cultivo de cana-de-açúcar.

A produção do açúcar estava dividida em três etapas: agrícola, manufatureira e comercial. Na primeira delas, a produção agrícola, destacava-se por uma especificidade do *plantation* brasileiro: nem todos os senhores de engenho plantavam cana-de-açúcar. Havia lavradores livres que,

apesar de possuírem terras, não detinham os recursos necessários para a montagem de um engenho.

Esses lavradores levavam sua produção para moagem em engenho de terceiros, iniciando-se, assim, a segunda etapa: a transformação da cana-de-açúcar em produtos comerciáveis. A cana era moída e, depois, o caldo extraído dela era fervido até virar melaço. O melaço, livre de impurezas, era reservado em recipientes de barro até ficar cristalizado, formando os chamados “pães de açúcar”, dos quais eram extraídos o açúcar mascavo (considerado de qualidade inferior) e o açúcar branco, que era moído e levado para a secagem ao ar livre. O açúcar então era encaixotado e dividido entre lavradores e senhores de engenho. Na última etapa, a comercial, o açúcar era levado aos portos e transportado para Lisboa. Como vimos anteriormente, era Flandres que distribuía o produto para o mercado europeu.

O lucro da produção açucareira estava distribuído entre lavradores, senhores de engenho, intermediários comerciais na colônia e em Portugal e, por fim, comerciantes flamengos. Assim, os lucros de Portugal com o açúcar eram expressivamente maiores que o dos lavradores e senhores de engenho; a maior parte das riquezas, no entanto, concentrava-se nos Países Baixos.

Então, como Portugal poderia ampliar seus lucros na exploração colonial? É o que responderemos a seguir.



Engenho de açúcar. Ilustração feita para o livro *Novo e Completo Dicionário de Artes e Ciências*, publicado na Inglaterra em 1763.

Atividades econômicas complementares

Além da produção de açúcar, havia também na colônia outras atividades econômicas e muitas assumiam um caráter complementar à agricultura canavieira. Caso, por exemplo, da pecuária, em que o gado era usado como transporte na tração nos engenhos e, ainda, destinado à alimentação e ao mercado interno.

Durante o período colonial, a criação de gado foi feita de forma extensiva, ou seja, com os animais criados soltos a fim de se aproveitar a vasta extensão territorial. A pecuária era realizada essencialmente por trabalhadores livres. Outra importante atividade era a existência de lavouras de policultura para subsistência (arroz, feijão e mandioca).

Escravidão

Mão de obra escravizada negra de origem africana

No que diz respeito ao aumento dos lucros metropolitanos, devemos conhecer o peso do tráfico transatlântico de escravizados como fonte de mão de obra para as colônias lusitanas.

Inicialmente, havia sido empregada a exploração compulsória da mão de obra indígena. No entanto, em 1570, Portugal proibiu a escravização de indígenas (salvo em casos de “guerra justa”).

Por que Portugal optou pela escravização de negros de origem africana em detrimento da exploração da mão de obra indígena?

É necessário tomarmos alguns cuidados ao responder a essa questão. Afirmar que o indígena não estava adaptado à escravidão, que era “preguiçoso” ou que não detinha conhecimentos agrícolas é afirmar que o negro havia nascido para a escravidão, um raciocínio equivocados. Afirmar que os indígenas fugiam com maior facilidade é outro engano, pois omite a vastidão do território que compõe o Brasil e a pluralidade de agrupamentos indígenas que havia aqui no século XVI. Essas justificativas também escondem as tantas formas de resistência dos negros escravizados. Durante os mais de três séculos de escravidão, houve revoltas, ataques a senhores, fugas, formação de quilombos e, ainda, o suicídio e a prática do aborto.

Outra justificativa comum à nossa indagação está na bula *Sublimis Dei*, divulgada pelo papa Paulo III em 1546. Nela, os indígenas são caracterizados como gentios (pagãos), ou seja, eram seres humanos que não conheciam a palavra de Deus e, portanto, passíveis de conversão. Na prática, isso significaria o fim da escravização dos indígenas, pois seria possível catequizá-los na fé católica. Porém, essa resposta é insuficiente para compreender a razão da escravização dos negros em detrimento da escravização dos indígenas. Primeiramente porque, ao recusarem ou oferecerem resistência à conversão, os indígenas abandonariam a condição de gentios e passariam a ser vistos pela Igreja católica como infieis, sendo, portanto, passíveis de escravização.

Outro aspecto importante é atentar aos esforços sobre a catequese de negros escravizados, que, inclusive, recebiam nomes cristãos. Ora, se havia tentativa de cristianizar os negros de origem africana, por que estes podiam ser escravizados e os indígenas não?

A explicação da exploração da mão de obra africana parece encontrar-se em outro lugar. Segundo Fernando Novaes, importante historiador brasileiro, é o tráfico transatlântico de escravizados que explica a escravização dos negros, e não o contrário.

Ao proibir a escravização indígena no território colonial, Portugal, que já possuía feitorias na costa ocidental da África, garantia um mercado consumidor para os traficantes lusitanos de escravizados, assim como permitia maior arrecadação de tributos sobre essas transações comerciais. Além disso, permitia aos comerciantes que trocassem escravizados por produtos coloniais, evitando um afluxo de riquezas (moeda) da metrópole em direção à colônia.

Assim, a opção pela exploração da mão de obra negra de origem africana se deu pelos altos lucros gerados pelo tráfico negreiro e pelos interesses metropolitanos adjacentes a ele. Não à toa, muitos colonos continuaram escravizando indígenas, ainda que ilegalmente, até o século XVIII.

! Atenção

É muito comum em livros e textos diversos a utilização das palavras “escravo” ou “escrava” para se referir às pessoas submetidas à escravidão. No entanto, a partir de um processo recente, há reflexões importantes acerca do significado desses termos.

Ao dizermos “o escravo”, há implícito em seu significado um caráter de naturalização da condição sobre a qual o indivíduo encontra-se submetido. A palavra colabora na transformação do ser humano em mercadoria, apagando, assim, sua identidade. Ao substituímos o vocábulo “escravo” por “escravizado”, estamos tentando reforçar a ideia de que essa é uma condição momentânea e, principalmente, imposta (violentamente) por terceiros.

Mesmo as pessoas que nasceram na condição de cativos devem ter o direito a uma identidade para além da escravidão.

Brasil e África

Os dois lados do Atlântico

A escravidão praticada na Idade Moderna representou a maior migração forçada da história. Estima-se que 3 646 800 pessoas foram trazidas ao Brasil para serem escravizadas, representando 38% do tráfico mundial.

A história colonial do Brasil é indissociável da história da África. Por isso, para que possamos compreender a história brasileira, é necessário conhecermos, também, a do continente africano.

Uma breve história da África

Para que possamos pensar uma história da África, é preciso reconhecer a enorme pluralidade da África e dos africanos. Houve, e ainda há, no continente africano uma vasta heterogeneidade étnica, cultural, religiosa, de idiomas, de estruturas sociais e políticas e, inclusive, de fenótipos. O território, por sua vez, também se apresenta de forma diversa. Rodeado pelo Mediterrâneo, a norte, pelo oceano Atlântico, a oeste, e pelo Índico, na costa oriental, o continente conta com extensas áreas desérticas, com estepes, com savanas e com florestas tropicais.

A homogeneização dos diferentes povos africanos foi frequentemente utilizada como uma maneira de inferiorizar os que eram considerados diferentes e, assim, legitimar processos de dominação.

Portanto, devemos reconhecer que não há uma única história da África. Há muitas histórias de muitas Áfricas. Trabalhar com a história africana só é possível se feita a partir tanto das relações internas quanto da sua interação com outros continentes. O que iremos propor aqui é conhecer alguns dos principais aspectos do continente até o século XIV.

É comum associarmos a história do continente africano apenas à escravidão moderna ou ao imperialismo do

século XIX. No entanto, a África foi palco de fenômenos históricos amplamente conhecidos. Foi no território africano que o ser humano surgiu e desenvolveu-se antes de migrar para outros continentes. Lá, também foi encontrada Lucy, o mais antigo (e completo) fóssil homínido de que se tem notícia, com cerca de 3 milhões de anos. O domínio sobre a agricultura e o aprofundamento das técnicas e tecnologias durante o período Neolítico e, posteriormente, o domínio da metalurgia aconteceram no continente africano. E o desenvolvimento da civilização egípcia, que legou uma série de elementos culturais para a humanidade, também ocorreu na África.

O continente também integrou o Império Persa, a civilização fenícia, o Império Macedônico e o Império Romano. Com a expansão romana, inclusive, muitos territórios africanos cristianizaram-se. A fé cristã, disseminada a partir do Egito durante o século IV, assumiu diversas interpretações. Em Axum (Namíbia), por exemplo, a igreja axumita, ao seguir o monofisismo (doutrina segundo a qual a natureza divina de Jesus prevalece sobre a natureza humana), formou-se como igreja separada tanto de Roma quanto de Constantinopla.

Com a expansão do islamismo a partir do século VII, o califado Omíada conquistou o Egito, em 652, e depois parte da costa oriental e o norte do continente. No litoral índico, o encontro entre populações árabes-islâmicas com nativos de matriz cultural banto deu origem a uma sociedade marcada pela utilização do idioma suaíli (hoje, com falantes na República do Quênia, Tanzânia e Uganda). No norte da África, no Magreb, houve uma resistência inicial dos povos berberes, mas que acabaram se convertendo ao islamismo.

Com a presença mulçumana no norte do continente africano, o Magreb recebeu um incremento das atividades comerciais; caravanas de camelo vindas do Oriente cruzavam a região em direção ao Sudão Ocidental (entre Senegal e Mali), Central (República do Chade) e Oriental. A presença islâmica também contribuiu para o desenvolvimento do comércio de escravizados na região.

Muitas vezes, a experiência de escravidão no continente africano, anterior ao colonialismo moderno, foi utilizada a fim de justificar a escravização praticada na Idade Moderna, a partir da premissa de que “o africano” já escravizava “o africano”. No entanto, tal afirmação é equivocada. Não existe “o africano”; como vimos, havia, no continente africano, diversas culturas e etnias que não se reconheciam como iguais, sendo muitas até mesmo rivais entre si. Também é necessário diferenciar as formas de escravidão praticadas no continente da que seria realizada pela Europa a partir do século XV. Na África, assim como nas civilizações mesopotâmicas, na civilização grega e em Roma, havia três formas de escravidão: por compra e venda, por dívidas ou daqueles que se tornavam prisioneiros de guerra. Os cativos não perdiam sua liberdade por completo, gozando de autonomia, inclusive, para se deslocarem sozinhos em longas viagens.

Houve diferentes formas de organização social na África. Muitas sociedades, principalmente antes do contato com o cristianismo e com o islamismo, eram matrilineares, ou seja, a legitimação da linhagem se fazia pelas descendências das mulheres. Outras, como a civilização de Meroé, além de matrilineares, eram matriarcais, com mulheres em posições de poder.

Entre as formas de Estado, podemos destacar, das mais rudimentares às mais complexas, os clãs ou linhagens que eram reunidos por uma ancestralidade em comum e comandados por um chefe eleito. Nos clãs, havia uma divisão equitativa da produção. Um reino poderia ser composto de uma congregação de diversos clãs que manteriam a autonomia sobre seus ritos e tradições. Os clãs deveriam, no entanto, jurar fidelidade ao rei, normalmente um chefe de clã que havia se sobreposto aos demais. Era comum que os reis tivessem um caráter sagrado. Um império era formado a partir da submissão de um grande território e sobre alguns reinos.

No século XV, com a chegada dos portugueses ao litoral atlântico do continente, havia, por exemplo, os impérios de Mali, Gana, Benin, Daomé, Kongo e Ndongo. O Kongo possuía 3 milhões de habitantes, com um rei (Manikongo) sentado em um trono de madeira e marfim. Mbanza Kongo era a capital do reino, hoje chamada São Salvador, em Angola. De lá, saíam caravanas que levavam ferro e sal para outras partes da África.

Portugal explorou as rivalidades existentes entre os grupos dominantes e dominados para favorecer o tráfico transatlântico de escravizados. A atividade alterou a dinâmica na África; vários grupos africanos passaram a dedicar-se à captura de pessoas para que fossem comercializadas como escravizadas. Os portugueses venderam pólvora e fuzis a reinos africanos que efetuavam tal caça, desequilibrando a relação de poderes no continente. Esses mercadores adquiriam escravizados por meio da guerra com outros povos (muitas vezes é o rei de determinada região africana quem realiza esse comércio) ou pela venda de homens considerados subversivos, tais como adúlteros, bandidos e feiticeiros.

No entanto, dada a pluralidade que tanto enfatizamos, nem todos os reinos submeteram-se aos interesses dos europeus. Muitas regiões se recusaram a capturar e comercializar escravizados. Um caso muito famoso que ilustra essa explicação é a rainha Nzinga, de Angola, que, após uma série de conflitos com os portugueses, fez acordos de paz, tendo sido uma das únicas economias que não dependiam do trabalho escravizado. Essa rainha causou um grande impacto no imaginário europeu, pois rompia com a ideia dominante da mulher submissa: dizia que era um rei e tinha um harém de homens vestidos de mulher, os quais chamava de “minhas esposas”.



Retrato imaginário da rainha Nzinga de autoria do francês Achille Devéria, anos 1830. A imagem de Nzinga ganhou notoriedade com esse retrato, embora se tratasse do olhar europeu sobre a personagem.

Sociedade colonial nos séculos XVI e XVII

A sociedade açucareira

A sociedade que se desenvolveu ao redor da produção açucareira estava alocada na região rural do litoral nordestino.

Diretamente condicionada pelo núcleo fundamental colonial, caracterizava-se como uma sociedade patriarcal, autoritária e violenta, além de hierarquizada e pautada pela contraposição entre o senhor de engenho e os submetidos à escravidão.

O senhor de engenho representava um caráter aristocrático, cujos *status* e poder relacionavam-se, principalmente, à posse de terras e de escravizados.

Compondo o restante do quadro social, havia uma pequena parcela de trabalhadores livres (capatazes, feitores, técnicos de produção de açúcar, trabalhadores urbanos, médicos, professores e membros do clero); todos, no entanto, estavam submetidos ao poder dos senhores. Às mulheres, independentemente de *status* social, impunha-se uma condição de submissão. Eram subordinadas juridicamente aos homens e excluídas da política.

Assim, a possibilidade de mobilidade social era consideravelmente restritiva.

Companhia de Jesus

Em 1540, em meio ao contexto das reformas religiosas na Europa, o papa Paulo III reconheceu a congregação criada por Inácio de Loyola (1491-1556), a Companhia de Jesus. Os jesuítas eram uma ordem religiosa católica que representava uma espécie de reinvenção do espírito cruzadista. Organizados em uma rígida hierarquia interna, eles dedicavam-se à vida prática e espiritual pautados na ideia de servidão a Deus e de muita oração, pois acreditavam que ela seria responsável por toda transformação possível.

Na Europa, os jesuítas foram bastante ativos no sistema educacional e político, criaram escolas e agiram politicamente como ministros, embaixadores etc. A Companhia de Jesus representou uma ativa obra da Igreja católica no que diz respeito à expansão da fé cristã. Diante das milhares de comunidades indígenas nos territórios americanos, os jesuítas exerceram um papel fundamental na conversão dos nativos. Como vimos, em 1537 – pouco antes do reconhecimento do papa sobre a ordem jesuítica –, os indígenas foram considerados gentios, ou seja, passíveis de conversão. Dessa forma, a catequese indígena representava a principal tarefa dos jesuítas na colônia.

O processo de catequese indígena deveria ser diferente do que fora praticado anteriormente em regiões da África. Dentro das sociedades hierarquizadas, ao converter os líderes, a população restante também acabaria gradualmente convertida. Porém, as comunidades indígenas no Brasil não reconheciam hierarquias aos moldes pressupostos pelos europeus, obrigando, assim, que a catequese acontecesse de forma individual.

Nos primeiros contatos, os jesuítas aprenderam o idioma e os aspectos culturais daquelas sociedades (principalmente

agrupamentos litorâneos de troncos derivados do tupi), vivendo entre eles. A aproximação cultural era, justamente, para expandir as possibilidades de conversão.

Para tal, algumas outras táticas foram adotadas. Peças teatrais, muitas vezes representadas em idiomas nativos, misturavam elementos locais com narrativas canônicas. A conversão por imposição sincrética se fez bastante comum, e elementos da mitologia indígena eram associados a santos católicos.

Os jesuítas organizaram-se nas colônias em missões, um espaço de conversão, produção e reserva de mão de obra produtiva e militar. Nesses espaços, eram ensinadas aos indígenas lições de religião, de alfabetização nos moldes portugueses e de música. O objetivo dos jesuítas era moldar os indígenas na fé cristã e em valores europeus, como disciplina e trabalho.

Os jesuítas colaboraram para o processo de colonização, uma vez que muitas das missões tornaram-se vilas e, posteriormente, cidades. Em 1554, eles fundaram o Colégio de São Paulo, que viria a ser a cidade de São Paulo. Para os colonos, os jesuítas foram essenciais na formação educacional. Diferentemente da América espanhola, onde existiam universidades desde o século XVI, a América portuguesa teve, por alguns séculos, nos jesuítas, a principal rede educacional da colônia.

Administração na América portuguesa

Capitanias hereditárias

Como vimos, povoar os territórios coloniais era uma importante ferramenta de defesa, já que consolidava a legitimidade sobre determinado território. Quando Portugal deu início à montagem do sistema colonial, fazia-se necessário, também, povoar e administrar a colônia.

Mas e o Tratado de Tordesilhas? Ele não era suficiente para garantir a legitimidade de Portugal sobre o território do Brasil?

O tratado foi um acordo pautado na tradição canônica medieval, a qual entendia que o papa, representante de Deus na Terra, detinha a jurisdição universal sobre as terras do mundo. No entanto, com a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, uma série de transformações sociais, políticas, econômicas e de mentalidade aconteceram. Além dessas, ocorreram importantes mudanças de cunho jurídico. A formação de leis seculares se opunha às tradições medievais, muitas vezes consuetudinárias. Dessa forma, reinos como a França recusavam-se a aceitar legitimidade sobre territórios que não estivessem efetivamente ocupados.

A expedição de Martim Afonso de Sousa patrulhou a costa e expulsou, inclusive, franceses do território colonial. Mas como impedir, a partir de então, novos invasores? Em 1534, Portugal implementou o sistema de capitanias hereditárias.

A administração colonial por meio de capitanias não era uma novidade para a Coroa portuguesa. Sem dispor dos recursos necessários, Portugal, desde as colônias atlânticas no século XV, já havia instalado esse sistema de colonização delegada a particulares. Sem dispor de capital

financeiro e humano suficientes, a metrópole garantia autonomia aos colonos (usando seus próprios recursos) como agentes da exploração, enquanto a Coroa, na maioria dos casos, mostrava-se presente recolhendo tributos e montando o aparato fiscalizador.

A instituição das capitanias hereditárias era herdeira, com algumas especificidades, da concessão real de senhorio no Portugal da Baixa Idade Média. Era concedido, de forma hereditária, o senhorio sobre uma faixa de terra, ou seja, os capitães donatários, agora senhores de territórios delimitados, detinham a jurisdição sobre aquela região e sobre os habitantes que nela residissem. A monarquia portuguesa, ao conceder as capitanias, ficava, então, restrita a uma condição de senhorio maior e deveria, assim, respeitar a autonomia dos donatários.

Cada capitão donatário, ao receber a carta de doação, assumia a responsabilidade jurídica sobre as terras, além de obrigações: criar vilas, cobrar tributos, defender o território, nomear cargos políticos, militares e jurídicos e promover a doação de sesmarias. A sesmaria era um mecanismo de facilitação de acesso à terra. O sesmeiro, ao receber a terra, passava a ter a obrigação de catequizar os nativos da região, proteger as terras e torná-las lucrativas à metrópole em um período de até cinco anos, além de pagar tributos à Coroa sobre essa produção. Essa forma de colonização, concedendo amplos poderes aos particulares, gerou uma série de conflitos com a monarquia, tanto em territórios da África como da América.

🔦 Saiba mais

Durante muito tempo, concebeu-se a divisão das capitanias hereditárias como faixas de terra dispostas na horizontal, paralelas umas às outras (como representado na primeira imagem a seguir). No entanto, segundo o professor Jorge Pimentel Cintra, em pesquisa de 2013, as capitanias do norte (Maranhão 1; Maranhão 2; Piauí; Ceará; Rio Grande do Norte 1 e Rio Grande do Norte 2) estavam dispostas na vertical, paralelas ao tratado de Tordesilhas; enquanto as demais, na horizontal, perpendiculares ao meridiano do tratado.



Modelo convencional de divisão das capitanias.



Modelo refeito a partir de pesquisas recentes.

Fonte: CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 21. n. 2, jul./dez. 2013, p. 39. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/BmZzykT6KTRDPBsmTkCz vJr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

O território colonial foi dividido em 15 capitanias, que, por sua vez, foram cedidas a doze capitães donatários. Sendo a condição de senhor de significativa importância à metrópole, as capitanias foram concedidas a nobres de baixa e média estirpes, também conhecidos como fidalgos, burocratas e comerciantes de Portugal.

Porém, a necessidade de altos investimentos, somada às hostilidades presentes no território americano (animais, conflitos com indígenas, constantes invasões estrangeiras e condições sociais e climáticas distintas da metrópole), geraram uma série de complicações na adoção do modelo no Brasil. Dos doze capitães donatários, seis nunca chegaram a vir ao Brasil, dois foram mortos por indígenas e outros foram acusados pelos colonos de abusarem do poder imputado a eles. Diferentemente da experiência nas ilhas atlânticas, o sistema de capitanias hereditárias no Brasil – devido à distância em relação à metrópole – acabou concedendo autonomia em demasia aos donatários.

É comum afirmarmos que, das 15 capitanias, somente duas prosperaram: Pernambuco e São Vicente. Porém, o que significa “prosperar”? Muitas vezes, associa-se a prosperidade das capitanias apenas à exploração do açúcar. No entanto, é preciso lembrar também das obrigações que detinham os donatários. Pernambuco e São Vicente prosperaram por causa do plantio de cana-de-açúcar e por terem fundado vilas, doado sesmarias, colaborado no processo de povoamento e proteção, além de terem organizado juridicamente, os territórios. Prosperar, nesse contexto, representa atender às expectativas da metrópole.

Câmaras Municipais

Como vimos anteriormente, a fundação de vilas e cidades era feita a partir de intenções defensivas. Todavia, o processo de urbanização possuía, ainda, atributos de caráter burocrático.

Na mesma época da instalação do sistema de capitânicas hereditárias, foram estabelecidas as Câmaras Municipais (a primeira, em 1532) como representação do poder local nas vilas. As Câmaras Municipais eram órgãos administrativos locais que visavam controlar e organizar as vilas e cidades que se desenvolviam na colônia.

As câmaras ficavam nas sedes das principais vilas e eram compostas de três a quatro vereadores, além de um procurador e um juiz (os juízes nomeados pela Coroa eram denominados juízes de fora). A candidatura e a eleição eram restritas aos que fossem considerados “homens bons”. Na prática, a participação política estava restrita aos homens brancos, maiores de 21 anos, proprietários de terras e que não possuíssem ancestrais que tivessem praticado trabalhos manuais. Sendo assim, cristãos-novos, mulheres, ameríndios, pardos e negros eram excluídos da política colonial.

Cabia à câmara e a seus oficiais promover a administração financeira, a limpeza das ruas, o preparo de festas, a realização de obras públicas, julgar alguns crimes comuns e, ainda, garantir a manutenção da cadeia. Os vereadores também eram os responsáveis pela doação de datas (terrenos urbanos).

Governo-geral

Diante do fracasso da maior parte das capitânicas, a Coroa portuguesa, desejosa de conter os desmandos dos capitães donatários e, assim, reaver o controle sobre a região colonial, instalou o Governo-geral em 1548. Além do insucesso da primeira tentativa administrativa, a descoberta da vila rica de Potosí, em 1545, na América espanhola, reforçou a necessidade da Coroa portuguesa de melhor assegurar o controle sobre a colônia. Com a descoberta de grandes jazidas de minérios na região onde hoje é o Peru, Portugal acreditava ser questão de tempo até que grandes quantidades de ouro e prata fossem descobertas também em sua colônia. Sendo assim, fazia-se urgente garantir o completo domínio sobre a região para evitar prejuízos, em caso de descoberta de minérios no Brasil.

O Governo-geral consistia em um organismo burocrático e centralizador com o intuito de melhor coordenar a administração colonial e, assim, garantir que a colônia servisse à metrópole. Importante dizer que o Governo-geral não substituiu o sistema de capitânicas hereditárias, mas visava esvaziar o poder dos capitães donatários. Ao criar cargos, como os de governador-geral, ouvidor-mor (responsável pela justiça), provedor-mor (responsável pela fiscalização sobre a tributação), capitão-mor da costa (responsável pela defesa de ataques estrangeiros) e alcaide-mor (responsável pelo policiamento interno), os capitães donatários estavam, agora, subordinados a superiores e, portanto, com menor autonomia.

O governador-geral, cargo nomeado pelo conselho de Estado português, era um servidor da monarquia lusitana. Eleito a cada três anos (podendo ser nomeado sucessivamente), garantia uma participação ativa da Coroa no processo de colonização. Caberia, a partir de agora, ao governador-geral a concessão de sesmarias.

Não é necessário que tenhamos conhecimento sobre as especificidades de cada um dos governadores-gerais; no entanto, a fim de melhor compreender a montagem do sistema colonial, iremos conhecer os três primeiros governos-gerais no Brasil.

O primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza (1549-1553), fundou, em 1549, a cidade de Salvador, que se tornou, a partir de então, a sede do Governo-geral e do primeiro bispado. Com ele, chegaram mudas de cana-de-açúcar, os primeiros escravizados e os primeiros jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega.

Duarte da Costa (1553-1558) enfrentou conflitos com franceses, que, em 1555, haviam invadido a região da Baía da Guanabara, formando, ali, uma colônia francesa, a “França Antártica”, governada por Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571). A montagem da colônia francesa visava, essencialmente, à exploração do pau-brasil. Tratava-se de uma região sobre a qual havia questões delicadas, não somente pela presença dos franceses em território de domínio português, mas também pelas constantes disputas entre populações indígenas nos arredores. No coração da ocupação francesa, encontrava-se o Forte Coligny, situado na Ilha de Serigipe (hoje, Ilha de Villegagnon).

A expulsão dos franceses, no entanto, só se concretizou no Governo-geral de Mem de Sá (1558-1572). O fim da França Antártica aconteceu mediante um conflito contra os franceses e os indígenas tupinambás, aliados dos franceses na extração de pau-brasil, que formaram a Confederação dos Tamoios. Após o conflito, houve uma negociação de paz entre os portugueses e os indígenas, mediada pelos jesuítas em um acordo conhecido como Armistício de Iperoigo.

Com a morte de Mem de Sá, em 1573, a América portuguesa foi dividida. Criou-se, então, a Repartição do Norte, com centro administrativo em Salvador, e a Repartição do Sul, com um governo no Rio de Janeiro. Como a divisão não deu resultados significativos, em 1578, o governo foi novamente unificado, com a sede retornando a Salvador.

Formação da União Ibérica

Crise sucessória em Portugal

Como vimos, após a montagem do sistema, Portugal usufruiu da exploração colonial sem grandes percalços, salvo uma ou outra exceção. Contudo, a partir de 1580 até 1640, o reino passou por mudanças políticas que afetaram diretamente o Brasil. Durante esse período, Portugal esteve submetido ao Império Habsburgo, ou seja, ao Império Espanhol. Para que compreendamos como isso aconteceu, é necessário que conheçamos o fim da Dinastia de Avis.

Em 1578, D. Sebastião de Avis, rei de Portugal, foi visto pela última vez durante a Batalha de Alcácer Quibir, no norte do Marrocos.

D. Sebastião, filho de João Manuel e de Joana da Áustria, perdeu os pais ainda muito cedo. Com uma criação fortemente religiosa, nunca se casou, vivendo sob um ideal cavaleiresco. Movido pelo “espírito de cruzada”, de combate aos infiéis, organizou uma forte empreitada para conquistar a região do Marrocos. Nas vizinhanças do Rio Wad al-Makhazin, após uma vitória inicial dos portugueses,

o exército português foi derrotado na Batalha de Alcácer Quibir. No meio dessa batalha, D. Sebastião desapareceu; ninguém encontrou seu corpo nem o viu fugindo. Relatos dizem que foi avistado pela última vez no alto de uma colina.

Sem ter se casado e, portanto, sem herdeiros legítimos, o desaparecimento de D. Sebastião passou o trono de Portugal a seu tio-avô, o cardeal da Igreja católica D. Henrique. O governo de D. Henrique não cessou os problemas dinásticos em Portugal. Por ser cardeal, o novo rei não poderia constituir família; entretanto, mesmo com a autorização do papa para romper com o celibato, D. Henrique morreu dois anos mais tarde, sem deixar herdeiros. Era o fim da Dinastia de Avis em Portugal.

Felipe II, rei da Espanha, pertencente à Dinastia Habsburgo, primo de D. Sebastião, seria o mais próximo na linhagem a assumir o trono lusitano. Contando com o apoio do papa e de significativos setores da nobreza portuguesa, Felipe II iniciou um amplo movimento pela unificação das Coroas. Prometeu preservar o idioma e as instituições portuguesas, de modo que todos os assuntos referentes a Portugal fossem resolvidos apenas por ministros portugueses dentro do território português. A união se consolidou em 1581 com o Juramento de Tomar; a partir de então, Portugal passou a integrar a monarquia espanhola. Apesar de possuir relativa autonomia, Portugal deveria submeter-se ao poder central da Espanha.

Sebastianismo

O fim da Dinastia de Avis representou, para Portugal, o fim do apogeu do Império Português. A associação entre o desaparecimento de D. Sebastião e a decadência de Portugal foi fundamental para o desenvolvimento do “sebastianismo”, um sentimento nostálgico atrelado ao apogeu lusitano.

Sem que houvesse sido encontrado o corpo de D. Sebastião, muitos aguardariam seu retorno na expectativa de que, assim, Portugal recobrasse sua completa autonomia política e, também, seu poderio político e econômico. No entanto, com o passar dos anos (e séculos), a expectativa do retorno de D. Sebastião assumiu um caráter cada vez mais místico e religioso.



Detalhe de Cristóvão de Morais. *Retrato de Sebastião*, rei de Portugal, c. 1565. Óleo sobre tela. Palácio de Holyrood, Edimburgo. D. Sebastião retratado com cerca de 11 anos de idade.

Em 1584, um jovem aldeão afirmou ser D. Sebastião, mas foi rapidamente desmascarado e preso pela Coroa espanhola. No ano seguinte, o filho de um homem que trabalhava em uma pedraria na região dos Açores declarou ser o antigo rei e começou a distribuir, a lavradores, títulos de nobreza com o intuito de organizar uma corte e um exército. Todos foram executados. Em 1594, um pasteleiro chamado Sebastião começou a ser seguido por uma multidão de sebastianistas fervorosos. Seus discípulos armaram uma conspiração, mandando cartas a casas nobiliárquicas portuguesas e estrangeiras, chegando até a prometer a prima do verdadeiro Sebastião em casamento. O impostor, assim como os anteriores, foi executado. Ainda no século XVI, um jovem da região de Nápoles se apresentou como D. Sebastião; sem conseguir falar português, foi preso.

No século XVIII, mais de 200 anos após o desaparecimento do último rei de Avis, um sebastianista previu um terremoto em Lisboa, o que, três anos mais tarde, concretizou-se. O sebastianismo transformava-se, cada vez mais, em uma superstição de caráter messiânico. Em 1813, durante o domínio de Napoleão Bonaparte sobre Portugal, surgiu mais um homem alegando ser Sebastião: Antônio José Dias disse ter sido enviado por Deus para salvar seu país, mas também acabou preso.

O sebastianismo se fez presente na identidade portuguesa e na brasileira. O “messianismo” brasileiro se expressou por meio do desejo de transformações das condições políticas e sociais, em diversos contextos, como foi o caso do arraial de Canudos e de Contestado, assuntos que serão tratados posteriormente.

O Império Habsburgo

A união das Coroas de Portugal e Espanha tornou o Império Habsburgo, a mais importante casa real na Europa, ainda mais poderoso. Além de todo o Império Português (na África, na Ásia e na América), os habsburgos dominavam a região do Sacro Império Romano-Germânico e os Países Baixos.

Dessa forma, Portugal passou a se inserir nas questões geopolíticas do Império Espanhol. Há dois conflitos centrais que merecem nossa atenção. Em primeiro lugar, a luta pela emancipação política dos Países Baixos. A região, essencialmente protestante, havia entrado em conflito contra os espanhóis, católicos, em 1568. A ruptura com o domínio Habsburgo visava cessar as perseguições religiosas e não mais ter de se submeter aos altos tributos que lhes eram cobrados. Em 1581, a região declarou sua independência, formando, assim, a República das Províncias Unidas (Flandres, Zelândia, Utrecht, Antuérpia, Bruxelas, Gent e Holanda). O conflito, no entanto, acabou se mesclando a uma guerra ainda maior, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Nela, a República das Províncias Unidas (com apoio dos principados protestantes do Sacro Império e da França Bourbonica) continuou seu combate contra os Habsburgos.

Como os conflitos espanhóis eram, também, atrelados aos portugueses, a aliança de Portugal com os comerciantes de Flandres na produção açucareira foi gradualmente se rompendo. A inserção de Portugal em meio a essa série de conflitos favoreceu as sucessivas invasões estrangeiras sobre o território colonial do Brasil ao final do século XVI e início do século XVII.

Brasil filipino

Domínio luso-espanhol

Durante o período da União Ibérica, a colônia portuguesa recebeu a visitação do Tribunal do Santo Ofício, o qual se fez presente ao longo de todo o período colonial na América espanhola.

Do ponto de vista administrativo, Portugal e seus territórios coloniais passaram a ser regidos, desde 1603, pelas Ordenações Filipinas, que constituíram um código jurídico, ou seja, um conjunto de leis que foram vigentes no território do Brasil até a criação do Código Criminal, em 1830.

Nesse período, ocorreu o início da interiorização da colonização, até mesmo em razão da perda de validade do Tratado de Tordesilhas, visto que, com a união das Coroas de Portugal e Espanha, não era mais necessária a existência de uma divisão entre o domínio colonial espanhol e o português. Em 1619, Belém tornou-se a base da penetração e exploração da região amazônica. Em 1621, a colônia foi novamente dividida em duas partes: o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil, com governos independentes (o território colonial teria dois governos-gerais até as reformas pombalinas, no século XVIII). Devido às dificuldades no estabelecimento de comunicações internas entre o território colonial ao norte e o restante da colônia portuguesa, a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão promovia uma conexão direta entre a metrópole e a região norte. Dessa forma, buscava-se atenuar os ataques estrangeiros que se acentuaram durante o período da União Ibérica.

Ao final do século XVI, corsários ingleses – como Edward Fenton, em 1583; Robert Withrington, em 1587; e Thomas Cavendish, em 1591 – atacaram a costa brasileira. Em 1612, houve uma nova incursão francesa. Após terem sido expulsos da Baía de Guanabara, em 1567, os franceses atacaram a região do Maranhão. Liderados por Daniel de la Touche, fundaram a cidade de São Luís, tentando estabelecer outra colônia nas terras portuguesas, à qual deram o nome de França Equinocial. A reação portuguesa foi intensa, e, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, conseguiram expulsar os franceses em 1615.

Porém, o destaque do período das invasões ficou com a ocupação holandesa no nordeste, que perdurou de 1630 a 1654.

Brasil holandês

Invasão e ocupação do nordeste brasileiro

Como vimos, a República das Províncias Unidas era formada por Flandres, Zelândia, Utrecht, Antuérpia, Bruxelas, Gent e Holanda. A Holanda – termo muitas vezes empregado para fazer referência aos Países Baixos como um todo – era a mais poderosa dessas províncias. Durante os

conflitos que envolveram a emancipação da República das Províncias Unidas e, posteriormente, a Guerra dos Trinta Anos, a Espanha proibiu que Portugal, submetido à Coroa espanhola, mantivesse suas relações comerciais com a região dos Países Baixos.

Assim, impedidos de realizar comércio com as colônias portuguesas, os neerlandeses passaram a adotar uma política agressiva de guerra no ultramar, visando se apropriar de riquezas (escravizados, ouro, açúcar e canela) e de territórios coloniais ibéricos na Ásia, na África e na América.

Em 1602, na Holanda, foi criada a Companhia das Índias Orientais (V.O.C.), uma companhia de comércio – parte estatal, parte privada – responsável por conquistar diversas feitorias luso-espanholas no Oriente. Vale ressaltar que as companhias de comércio tinham um importante aspecto militar, uma vez que, em diversos casos, o processo de conquista não se dava de forma pacífica.

Assim, em 1621, os holandeses criaram a Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C.) com o objetivo de expandir a atuação holandesa em direção ao Novo Mundo. Estando proibido o comércio com a região colonial portuguesa, a Companhia das Índias Ocidentais assumiu um caráter essencialmente militar, praticando sistematicamente ataques e saques na costa do nordeste brasileiro.

A primeira tentativa de ataque direto aconteceu entre 1624 e 1625, em Salvador. Além de capital e sede administrativa da colônia, Salvador constituía-se no porto por onde o açúcar brasileiro escoava para a Europa. Conquistá-la equivalia a não apenas neutralizar as possibilidades de defesa ibérica como também a exercer o controle sobre a produção e o comércio do açúcar. O ataque que havia conseguido dominar Salvador em um pouco mais de 24 horas foi frustrado no ano seguinte, graças a uma eficaz resistência luso-espanhola. A Companhia das Índias Ocidentais voltou a atacar o litoral da Bahia outras duas vezes, ambas sem sucesso.

Sem resultados efetivos na Bahia, em 1630, a Companhia das Índias Ocidentais invadiu Pernambuco em um processo que se prolongou ao longo de sete anos. Com o desejo de apropriar-se da produção de açúcar, a Companhia das Índias tentava evitar a destruição dos engenhos. Entre os colonos, a reação à invasão se deu de forma bastante heterogênea. Em um primeiro momento, recuaram em direção ao interior, formando núcleos de resistência, enquanto os holandeses se fixaram em Olinda. Símbolo da resistência, Matias de Albuquerque, junto aos agrupamentos indígenas, promoveu diversas guerras de emboscada contra os neerlandeses. Alguns senhores de engenho, mediante os ataques, fugiram para outras regiões da colônia ou voltaram à Europa; outros, posteriormente conhecidos como “colaboracionistas”, apoiaram a invasão. Domingo Fernandes Calabar, após ter lutado na resistência, aliou-se aos holandeses, transmitindo informações sobre os núcleos de resistência e liderando investidas militares contra os colonos.

Com a concretização da conquista em 1637, a Companhia das Índias Ocidentais visava à tomada de toda a empresa açucareira lusitana, ou seja, não apenas havia dominado o nordeste brasileiro, do litoral do Maranhão até Sergipe, como também promoveu a ocupação de feitorias africanas para

controlar o tráfico transatlântico de escravizados (em 1637, tomou a feitoria de São Jorge da Mina, na Guiné; e, em 1641, a feitoria de São Paulo de Luanda, em Angola).

Entre 1637 e 1644, o território dominado pela Companhia das Índias Ocidentais foi governado pelo conde Maurício de Nassau. Esse foi o período mais próspero da dominação holandesa e o apogeu da produção açucareira no nordeste brasileiro. Desejosos de ampliar a produção de açúcar, os holandeses promoveram intensos investimentos no desenvolvimento da empresa açucareira. A presença holandesa nas feitorias africanas havia intensificado o fluxo de escravizados no Brasil. Senhores de engenho receberam incentivos e empréstimos, e os engenhos abandonados durante a guerra foram confiscados e postos a leilão. Antes receosos com a invasão, muitos colonos – principalmente os membros da elite –, agora estreitavam relações com os holandeses.

A chegada de investimentos e empresários também contribuiu com o processo de urbanização da região. Privados do porto de Salvador, os holandeses tiveram de escoar a produção açucareira por Recife, porto mais próximo a Olinda, área rural que concentrava boa parte dos engenhos. Assim, Recife recebeu uma série de obras modernizadoras, como a melhoria e ampliação do porto, hospitais, calçamento e iluminação das ruas, construção de pontes, drenagem de pântanos, parques, museus, bibliotecas etc.

A presença da Companhia das Índias Ocidentais, ou seja, a presença de holandeses, em sua maioria calvinistas, estabeleceu que não houvesse perseguição religiosa no nordeste colonial. Tratou-se de um período em que muitos judeus, cristãos-novos e islâmicos deslocaram-se para o Brasil. No entanto, muitos católicos alegavam que eram coibidos de promover suas práticas religiosas.

Por fim, durante o governo de Nassau, missões científicas e artísticas vieram ao Brasil. Willem Piso e Georg Markgraf constituíram uma expedição para estudar a fauna e a flora

loais. Markgraf, posteriormente, contribuiu com a construção do primeiro observatório astronômico das Américas, no Recife. No campo das artes, Frans J. Post e Albert Eckhout, influenciados pelo barroco holandês, retrataram paisagens, tipos étnicos, a fauna e a flora brasileiras. Muitas obras produzidas pelos holandeses no Brasil foram dadas como presentes para uma série de monarquias europeias; outras acabaram sendo destruídas na Guerra de Restauração, terminada em 1653.

Saiba mais

Durante muito tempo, Domingos Calabar foi tido no imaginário popular como o primeiro grande traidor da história brasileira. Posteriormente, a partir da premissa de que a presença holandesa teria contribuído para o desenvolvimento do nordeste, houve uma reabilitação da sua imagem como uma espécie de patriota, alguém que teria agido de forma consciente a fim de garantir a defesa sobre os melhores interesses locais.

No entanto, será que podemos falar em patriotismo no século XVII? É certo que “patriota” era o termo pelo qual alguns holandeses calvinistas se autointitulavam, porém seu emprego articulado a uma concepção de nacionalismo não cabe nesse contexto. A construção da ideia de nação e de nacionalismo se dá apenas no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. Dessa forma, será que poderíamos falar em um herói ou em um traidor do Brasil, sendo que o Brasil enquanto nação sequer existia? O Brasil do século XVII, uma colônia portuguesa, não pode ser entendido como uma nação. Da mesma forma, aqueles que viveram na e da colônia também não podem ser tidos como representantes dessa nação, pois eram, em sua maioria, europeus que priorizavam os interesses coloniais aos metropolitanos. Aqueles que resistiram ou ajudaram as invasões não o fizeram contra nem a favor do Brasil, fizeram o que lhes era mais interessante. Portanto, nem herói nem traidor, Calabar foi um homem de seu tempo.



Coleção particular, Amsterdã.

Frans Post. *Engenho*, 1661. Óleo sobre madeira. Coleção particular, Amsterdã. Post seguiu pintando temas brasileiros mesmo após retornar à Holanda, em 1644.

Revisando

1. **UPF-RS 2019** No final do século XV, Espanha e Portugal foram os primeiros países europeus a promoverem a expansão marítima europeia, chamada também de as Grandes Navegações. As razões desse pioneirismo estão relacionadas

- a) à enorme quantidade de capitais acumulados nesses dois países através do renascimento comercial no século XIV.
- b) ao processo de fortalecimento da burguesia comercial que estava ocupando o poder tanto na Espanha quanto em Portugal.
- c) ao desenvolvimento industrial dos dois países, que os forçou a buscar novos mercados consumidores e fornecedores de matéria-prima.
- d) ao espírito aventureiro de portugueses e espanhóis desenvolvido durante a Guerra de Reconquista contra os mouros.
- e) à centralização monárquica e ao fato de a nobreza desses dois países estar fortalecida, ao contrário de outras nobrezas europeias, conseguindo, assim, financiar o projeto de expansão marítima.

2. **UEM-PR 2014** Sobre a expansão marítima e a colonização europeias nos séculos XV e XVI e seus desdobramentos na integração das regiões geográficas e na economia mundial, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

- 01 Na época das navegações, as monarquias nacionais adotavam práticas econômicas que buscavam a acumulação de metais preciosos como medida de riqueza.
- 02 As navegações portuguesas dos séculos XIV, XV e XVI tiveram como finalidade principal promover a emigração do excedente populacional daquele país para as colônias do além-mar.
- 04 Durante o período colonial, as colônias ibero-americanas deveriam realizar comércio apenas com suas metrópoles.
- 08 A colonização da América contribuiu para o desenvolvimento do comércio entre os continentes e para a Revolução Industrial.
- 16 Como resultado da colonização da América, Portugal e Espanha se transformaram em potências econômicas e importantes polos da Revolução Industrial.

Soma:

3. **Uece 2019** Antes da chegada dos portugueses às terras americanas,

- a) havia dois grupos étnicos habitando a região hoje chamada Brasil: os Tupis e os Tapuias.
- b) falavam-se alguns poucos dialetos, variantes de uma mesma língua geral, o Nheengatu, apesar de existir um grande número de grupos indígenas.
- c) uma variedade de comunidades nativas, etnicamente diferentes, espalhava-se pelo território da futura América portuguesa.
- d) havia uma só sociedade indígena vivendo em harmonia, igualitarismo e paz; desconhecia-se a violência da guerra, trazida para cá pelos europeus.

4. **Unesp 2021** O consumo dos alimentos nas propriedades de monocultura de cana-de-açúcar estava [...] baseado no que se podia produzir nas brechas de um grande sistema subordinado ao mercado externo, resultando em uma grande quantidade de farinha de mandioca, feijões de diversos tipos, batata-doce, milho e cará comidos com pouco rigor, além de uma cultura do doce, cristalizada na mistura das frutas com açúcar refinado e simbolizada, popularmente, pela rapadura.

(Paula Pinto e Silva. "Sabores da colônia". In: Luciano Figueiredo (org). *História do Brasil para ocupados*, 2013.)

O texto caracteriza formas de alimentação no Brasil colonial e revela

- a) o esforço metropolitano de diversificar a produção da colônia, com o intuito de ampliar as vendas de alimentos para outros países europeus.
- b) a diferença entre a sofisticação da alimentação da população colonial e o restrito conjunto de alimentos disponíveis na metrópole.
- c) a articulação entre um sistema de produção voltado ao atendimento das necessidades e interesses da metrópole e as estratégias de subsistência.
- d) o interesse dos grandes proprietários de terras na colônia de produzir para o mercado interno, rejeitando a submissão ao domínio metropolitano.
- e) a separação entre as lavouras voltadas ao fornecimento de alimentos para os países vizinhos e as plantações destinadas ao consumo interno.

5. **Famerp-SP 2019** O sistema de *plantation*, predominante na colonização portuguesa do Brasil, baseou-se na

- a) produção agrícola voltada à subsistência e ao comércio local.
- b) exportação dos excedentes agrícolas não consumidos internamente.
- c) aplicação de moderna tecnologia europeia à agricultura.
- d) rotação de culturas em pequenas propriedades rurais.
- e) monocultura extensiva com emprego de trabalho compulsório.

6. **UFSC 2016** Sobre os povos africanos, é CORRETO afirmar que:

- 01 a partir do século XV, diversos povos africanos, ao serem desenraizados e transplantados para diferentes regiões, foram vítimas da maior migração forçada da história da humanidade.
- 02 a compra e venda de pessoas escravizadas já era amplamente praticada na África antes mesmo do interesse europeu pela atividade, o que facilitou os acordos comerciais.
- 04 a pequena variedade de etnias africanas e a proximidade de suas manifestações culturais facilitaram o processo de desenraizamento e de aceitação daqueles povos da condição de escravos na América.

08 na época do tráfico atlântico, os milhares de sujeitos escravizados não tinham a ciência de que eram “africanos”, pois esta identidade foi forjada muitos anos depois.

16 muito do que se conhece sobre o passado dos povos africanos deve-se ao papel exercido pelos contadores de histórias, geralmente anciãos, que através da tradição oral buscam a preservação da memória coletiva.

Soma:

- 7. UFPR 2015** [...] a aldeia é um espaço escolhido e organizado pelo próprio índio, e “o aldeamento é resultado de uma política feita por vontade dos europeus para concentrar comunidades indígenas”.

(Aldeias que não estão no mapa. Entrevista com a Profa. Dra. Nanci Vieira de Oliveira por Maria Alice Cruz. *Jornal da Unicamp*. 197, novembro de 2002, p.5.)

A afirmação acima se refere aos aldeamentos missionários e às transformações que eles trouxeram à vida dos indígenas no período colonial da América portuguesa. Os objetivos das missões jesuíticas eram

- a) a catequese e a escravidão dos indígenas como mão de obra para a monocultura, o que implicou para os índios a mestiçagem com os escravos negros e a modificação de sistema de trabalho e organização social.
 - b) a aculturação, a conversão religiosa e a escravidão dos indígenas para extração do pau-brasil, o que implicou para os índios a mestiçagem com os brancos europeus e a modificação da sua organização social.
 - c) a catequese, o isolamento político e cultural dos jesuítas e o controle das áreas de fronteiras com as colônias espanholas, o que implicou para os índios uma grande mortalidade por conta dos confrontos com os espanhóis.
 - d) a aculturação e a proteção dos indígenas perante os bandeirantes, o que implicou para os índios a conversão religiosa e a formação de clérigos e de noviças para a Companhia de Jesus.
 - e) a catequese, a proteção dos indígenas e a assimilação dos nativos ao sistema colonial, o que implicou para os índios a modificação de hábitos, crenças religiosas, sistema de trabalho e organização habitacional.
- 8. Uece 2017** No período de 1580 a 1640, Portugal foi governado pelo Rei Felipe II, que era também rei da Espanha. Isto se deveu ao fato de o rei português, D. Sebastião, ter morrido, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, sem deixar herdeiro; e seu sucessor, o Cardeal D. Henrique, que tinha 70 anos, veio a falecer em janeiro de 1580, ocasionando a crise dinástica e a disputa que levaria o rei espanhol ao trono português. Essa época é conhecida como
- a) Período Pré-colonial.
 - b) Período Regencial.
 - c) União Ibérica.
 - d) Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

9. FGV-SP Na ilha Espanhola que foi a primeira, como se disse, a que chegaram os espanhóis, começaram as grandes matanças e perdas de gente, tendo os espanhóis começado a tomar as mulheres e filhos dos índios para deles servir-se e usar mal e a comer seus víveres adquiridos por seus suores e trabalhos, não se contentando com o que os índios de bom grado lhes davam, cada qual segundo sua faculdade, a qual é sempre pequena porque estão acostumados a não ter de provisão mais do que necessitam e que obtêm com pouco trabalho. E o que pode bastar durante um mês para três lares de dez pessoas, um espanhol o come ou destrói num só dia. Depois de muitos outros abusos, violências e tormentos a que os submetiam, os índios começaram a perceber que esses homens não podiam ter descido do céu. Alguns escondiam suas carnes, outros suas mulheres e seus filhos e outros fugiam para as montanhas a fim de se afastar dessa Nação. Os espanhóis lhes davam bofetadas, socos e bastonadas e se ingeriam em sua vida até deitar a mão sobre os senhores das cidades.

Frei Bartolomeu de Las Casas, *O Paraíso Destruido* (1502). São Paulo: L&M Pocket, 2001, pág. 32 e 33.

Assinale a alternativa que interpreta corretamente o texto acima.

- a) Frei Bartolomeu de Las Casas faz referência aos atos violentos praticados pelos cruzados castelhanos, aragoneses e leoneses – aqui vagamente chamados de “espanhóis” – ao tomarem Jerusalém, a Terra Santa.
 - b) O excerto refere-se à chegada dos navegadores espanhóis, durante o reinado de Felipe II, às ilhas Filipinas, que receberam tal nome em homenagem ao monarca.
 - c) Trata-se de uma crítica da Igreja Católica à escravidão de africanos na Ilha de Madagascar, na África Oriental, iniciada quando Vasco da Gama ultrapassou o Cabo das Tormentas, em 1488 d.C.
 - d) Frei Bartolomeu de Las Casas denuncia o massacre físico, cultural e ideológico das populações autóctones americanas, praticado pelos conquistadores espanhóis, que atingiram a região em 1492.
 - e) Frei Bartolomeu de Las Casas refere-se aos métodos de conquista e colonização efetivados pela Coroa Espanhola, sobretudo na Índia, razão pela qual se denominou a possessão como Ilha Espanhola e seus habitantes, índios.
- 10. PUC-Campinas 2022** Nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é em si mesma um processo de relação entre a sociedade e o espaço. A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas.

(MORAES, Antonio Carlos R. Território e história no Brasil. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002, p. 112)

No início da colonização do território brasileiro, a Coroa portuguesa implementou o sistema das capitanias hereditárias que

- a) dividiu a faixa litorânea em lotes proporcionais às posses dos nobres que, como donatários, se dispuseram a cultivá-los e habitá-los por meio da ação dos missionários jesuítas, uma vez que os indígenas ofereciam resistência à ocupação de suas terras.
- b) facilitou a administração, pelo Governo Geral em exercício, do vasto território a ser colonizado, uma vez que cada donatário era incumbido de zelar pelo cumprimento da lei, introduzir lavouras de cana e arregimentar mão de obra local.
- c) fracassou do ponto de vista econômico e administrativo, uma vez que os donatários permaneceram em Portugal e foram escassas as tentativas de povoamento, obrigando Portugal a dividir o território em dois vice-reinos, um ao norte e outro ao sul.
- d) adaptou um modelo já vigente em outras colônias portuguesas, acompanhado da distribuição de sesmarias, pelos donatários, que também tinham o direito de cobrar tributos e utilizar a mão de obra indígena.
- e) foi idealizado pelo Conselho Ultramarino a fim de acelerar a exploração econômica e o povoamento, por meio da edificação de vilas e da adoção do modelo de plantation para viabilizar a exportação canieira.

Exercícios propostos

1. **Uece 2020** Atente para as seguintes afirmações a respeito do Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494:

- I. Seu objetivo foi demarcar os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial marítima.
- II. Estabelecendo uma linha demarcatória de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, o acordo atribuía a Portugal e Espanha não apenas as terras já descobertas, mas também as por se descobrirem.
- III. Como se tratava da criação de um sistema de monopólio, impunha uma reserva de mercado metropolitano que atingia todas as riquezas coloniais.

É correto o que se afirma somente em

- a) III. b) I e III. c) II. d) I e II.

2. **Fuvest-SP 2020** A representação cartográfica a seguir refere-se à viagem de circunavegação, iniciada em Sanlúcar de Barrameda, na Andaluzia, em 20 de setembro de 1519, e comandada pelo português Fernão de Magalhães, a serviço da monarquia da Espanha. A despeito da repercussão da viagem para o desenvolvimento dos conhecimentos náuticos e para a exploração do Oceano Pacífico, Battista Agnese foi um dos poucos cartógrafos a registrar a empreitada de Magalhães.

A representação cartográfica de Battista Agnese



Battista Agnese, *Atlas Portulano*, 1545. Biblioteca Digital Mundial. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/>.

- a) revelava a permanência das técnicas e sentidos simbólicos da cosmografia medieval, que orientaram os navegadores ibéricos na época da expansão ultramarina.
- b) estava vinculada aos dogmas cristãos e procurava conciliar o registro da viagem de Fernão de Magalhães com a perspectiva de Terra Plana ainda presente entre letrados cristãos.
- c) estava baseada nos relatos dos navegadores, no acúmulo de conhecimentos acerca das rotas marítimas e em estimativas de distâncias a partir de cálculos matemáticos e da planificação do globo terrestre.
- d) apresentava o Oceano Pacífico em suas reais dimensões de acordo com o entendimento de Fernão de Magalhães e de Cristóvão Colombo e em desacordo com as perspectivas cristãs.
- e) estava assentada nos conhecimentos e detalhes geográficos bíblicos e nas formulações cosmológicas de Ptolomeu, fundamentais para o sucesso da viagem de Fernão de Magalhães.

3. Famerp-SP 2017



(Serge Gruzinski. 1480-1520: a passagem do século, 2008. Adaptado.)

Considerando o mapa e o contexto histórico, é correto constatar que essas viagens

- a) estabeleceram as bases de uma economia planetária, com plena integração comercial entre as diversas partes do mundo.
 - b) contribuíram para a globalização, ao conectar partes do mundo que até então se ignoravam ou não se ligavam diretamente.
 - c) resultaram de equívocos e erros de navegação, mais do que de cálculos ou de um projeto expansionista organizado.
 - d) representaram a ampliação da hegemonia romana sobre o planeta, iniciada na Antiguidade Clássica.
 - e) tiveram por objetivo a aquisição de escravos, daí privilegiarem rotas na direção.
4. Unesp 2019 O dia em que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz [...] era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da Santa Cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que se encontrava descoberta de Santa Cruz e por

este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos [...].

(Frei Vicente do Salvador, 1627. Apud Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, 1986. Adaptado.)

O texto revela que

- a) a Igreja católica defendeu a prática do extrativismo durante o processo de conquista e colonização do Brasil.
- b) um esforço amplo de salvação dos povos nativos do Brasil orientou as ações dos mercadores portugueses.
- c) os nomes atribuídos pelos colonizadores às terras do Novo Mundo sempre respeitaram motivações e princípios religiosos.
- d) o objetivo primordial da colonização portuguesa do Brasil foi impedir o avanço do protestantismo nas terras do Novo Mundo.
- e) uma visão mística da colonização acompanhou a exploração dos recursos naturais existentes nas terras conquistadas.

5. Urca-CE 2021 Embarcados, até que as costas da África se perdessem de vista, os cativos eram presos nos ferros. A promiscuidade e os horrores desse aprisionamento também foram temas de descrição que causam mal-estar em todos os leitores sensíveis que tomam conhecimento das horríveis condições de encarceramento dos cativos.

(MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX. p. 68. Petrópolis, Vozes, 2016).

O sistema escravista adotado no período moderno é denominado de escravismo criminoso, por basilar suas relações a partir do uso exagerado da violência sejam a física, psicológica, religiosa-cultural e sexual. É incoerente sobre esse período:

- a) O continente africano era excessivamente pobre e tinha o escravismo como Sistema, com a finalidade de fugir da opressão e da fome os africanos vinham para o Brasil com a finalidade de aqui serem escravizados e terem uma vida melhor. Entretanto, ao chegarem aqui percebiam que os senhores brasileiros eram sarcásticos e violentos.
- b) Os portugueses transportavam até 500 cativos em seus navios, a preferência era por pessoas do sexo masculino, a taxa de mortalidade durante a viagem era significativa, as pessoas que moravam na proximidade dos portos sabiam quando um navio com escravizados estava se aproximando devido ao mau cheiro que inebriava a costa.
- c) Desembarcando no Brasil, o cativo era “bem-cuidado e engordado” para a venda, esta se dava na rua, na praça ou em leilões. O objetivo dos vendedores era adquirir o maior lucro possível por sua mercadoria.

- d) A violência se dava de diversas formas, entre elas, a preventiva que consistia na redução do escravizado à obediência e submissão dentro da legalidade do Sistema e da religião católica.
- e) Os escravizados habitaram dois espaços distintos, o campo e a cidade: os escravizados do campo estavam limitados a grandes Plantações e aos serviços agrícolas em geral; os escravizados da cidade acabavam frequentando os mais diversos espaços e exercendo distintas profissões, entre esses se destacam os escravos de ganho.

6. Unicamp-SP 2022 A rainha Nzinga (1624-1663), governante seiscentista do Ndongo, um reino da África Central situado na atual Angola, chegou ao poder graças à sua competência militar, à diplomacia bem sucedida, à manipulação da religião e de conflitos entre potências europeias. Ela criou as condições para a primeira sublevação popular mbundu contra a exploração portuguesa ao atrair para sua causa os chefes que estavam sob influência europeia. Depois conquistou o reino vizinho de Matamba e o governou por três décadas junto com o que restou do poderoso reino Ndongo; desafiou treze governadores portugueses que regeram Angola entre 1622 e 1633. Apesar de seus feitos e o longo reinado, comparável ao de Elizabeth I (1503-1603) da Inglaterra, ela foi desacreditada pelos contemporâneos europeus e por autores posteriores.

(Adaptado de Linda Heywood, *Nzinga de Angola: a rainha guerreira de África*. Lisboa: Casa das Letras, 2017. p. 10-12; 82.)

Com base no excerto e em seus conhecimentos, é correto afirmar que a rainha Nzinga:

- a) Utilizou, como estratégias políticas para conter o avanço português em seus territórios, a formação de alianças com reinos vizinhos (como Congo), a exploração dos conflitos entre Portugal e Holanda e a interferência nas redes do tráfico.
- b) Expulsou os portugueses de Angola e reconstruiu o reino do Ndongo em sua extensão original através da política de distribuição de terras aos sobas que aceitaram a sua legitimidade no trono.
- c) Aboliu o tráfico atlântico de escravizados, apesar da oposição de missionários e comerciantes portugueses que viviam em Luanda, e perseguiu os sobas envolvidos com o comércio.
- d) Enfrentou um mundo onde o imaginário monárquico e o ideário político eram hegemonicamente masculinos e, assim como a Rainha Elizabeth I, não teve sucesso político e militar.

7. Unicamp-SP 2020 Na América Portuguesa do século XVI, a política europeia para os indígenas pressupunha também a existência de uma política indígena frente aos europeus, já que os Tamoios e os Tupiniquins tinham seus próprios motivos para se aliarem aos franceses ou aos portugueses.

(Adaptado de Manuela Carneiro da Cunha, *Introdução a uma história indígena*. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp, 1992, p. 18.)

Com base no excerto e nos seus conhecimentos sobre os primeiros contatos entre europeus e indígenas no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A população ameríndia era heterogênea e os conflitos entre diferentes grupos étnicos ajudaram a definir, de acordo com suas próprias lógicas e interesses, a dinâmica dos seus contatos com os europeus.
- b) O fato de Tamoios e Tupiniquins serem grupos aliados contribuiu para neutralizar as disputas entre franceses e portugueses pelo controle do Brasil, pelo papel mediador que os nativos exerciam.
- c) Os indígenas, agentes de sua história, desde cedo souberam explorar as rivalidades entre os europeus e mantê-los afastados dos seus conflitos interétnicos, anulando o impacto da presença portuguesa.
- d) As etnias indígenas viviam em harmonia umas com as outras e em equilíbrio com a natureza. Esse quadro foi alterado com a chegada dos europeus, que passaram a incentivar os conflitos interétnicos para estabelecer o domínio colonial.

8. FGV-RJ 2020 De maneira geral, a conquista progrediu com mais rapidez e mostrou-se mais eficiente contra os Estados indígenas organizados, uma vez que estes se renderam aos espanhóis como entidades unificadas. Quando caía uma capital urbana, todo o território imperial perdia muito do seu poder de resistência.

(Charles Gibson. "As sociedades indígenas sob domínio espanhol". In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina*, vol. II, 1999.)

O texto alude a um aspecto da conquista espanhola dos povos ameríndios, no século XVI, que

- a) substituiu, em povos tradicionalmente dominados, a escravidão pelo trabalho assalariado.
- b) encontrou nas populações litorâneas da América grandes acúmulos de metais preciosos.
- c) contou com o apoio dos líderes religiosos nativos convertidos ao monoteísmo cristão.
- d) subjugou de forma pacífica antigas instituições imperiais em plena decadência política.
- e) usufruiu de uma estrutura hierárquica de dominação política nativa previamente instalada.

9. FICSAE-SP 2019 Mil anos antes da "descoberta" do Brasil pelos europeus, um grande movimento de migração parece ter se iniciado no sul da floresta amazônica. Os povos que se moviam falavam línguas aparentadas, de uma grande família de línguas que denominamos *tupi-guarani*. Praticavam a coivara e eram bons caçadores e pescadores.

(Norberto Luiz Guarinello. *Os primeiros habitantes do Brasil*, 2009. Adaptado.)

A partir do texto e de seus conhecimentos, pode-se afirmar que os referidos povos

- a) limitavam-se ao extrativismo e alimentavam-se principalmente de moluscos, daí serem também chamados de povos dos sambaquis.
- b) eram pacíficos e estabeleceram relações amistosas com outros grupos nativos e, posteriormente, com os colonizadores portugueses.

- c) eram originários da Ilha de Marajó e dominavam a cerâmica, o que permitia a conservação de mantimentos e a produção de urnas funerárias.
- d) foram dizimados por grupos indígenas procedentes do litoral pacífico do continente, daí sua cultura ter sido extinta antes da conquista portuguesa.
- e) praticavam a agricultura e tinham bom domínio da navegação, o que contribuiu para sua expansão pelas terras posteriormente chamadas de Brasil.

10. Enem 2018 O encontro entre o Velho e o Novo Mundo, que a descoberta de Colombo tornou possível, é de um tipo muito particular: é uma guerra – ou a Conquista –, como se dizia então. E um mistério continua: o resultado do combate. Por que a vitória fulgurante, se os habitantes da América eram tão superiores em número aos adversários e lutaram no próprio solo? Se nos limitarmos à conquista do México – a mais espetacular, já que a civilização mexicana é a mais brilhante do mundo pré-colombiano – como explicar que Cortez, liderando centenas de homens, tenha conseguido tomar o reino de Montezuma, que dispunha de centenas de milhares de guerreiros?

TODOROV, T. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1991 (adaptado).

No contexto da conquista, conforme análise apresentada no texto, uma estratégia para superar as disparidades levantadas foi

- a) implantar as missões cristãs entre as comunidades submetidas.
- b) utilizar a superioridade física dos mercenários africanos.
- c) explorar as rivalidades existentes entre os povos nativos.
- d) introduzir vetores para a disseminação de doenças epidêmicas.
- e) comprar terras para o enfraquecimento das teocracias autóctones.

11. UEPG-PR 2018 Diferente da versão romantizada que mostra uma chegada pacífica dos europeus ao Brasil no século XVI, a colonização portuguesa se deu a partir do uso sistemático da violência e do extermínio dos habitantes originais da terra (os indígenas). A exploração e o povoamento da colônia só foi possível após a sobreposição bélica dos europeus sobre os nativos. A respeito da colonização brasileira no século XVI, assinale o que for correto.

- 01** No século XVI, as mulheres tiveram destacada atuação na vida social e política colonial. Não são raros os casos de mulheres que administraram engenhos de açúcar e ocuparam cargos nas câmaras coloniais. Esse quadro muda gradualmente nos dois últimos séculos coloniais.
- 02** É possível afirmar que a ocupação efetiva da colônia pelos portugueses se deu a partir de 1530. Antes disso, ocorrem algumas expedições, nomeiam-se algumas localidades litorâneas e se constroem poucas feitorias. Somente com a produção do açúcar no litoral nordestino é que, de fato, os portugueses trazem contingentes humanos e montam uma estrutura produtiva na colônia.

04 Martin Afonso de Souza fundou as vilas de Piratinga e São Vicente (ambas no litoral de São Paulo) e ali desenvolveu o plantio de cana-de-açúcar, cultura com a qual os portugueses tomaram contato durante as Cruzadas medievais.

08 A atividade açucareira no século XVI teve seu auge no litoral nordestino. Naquela região, os engenhos reais contavam com centenas de escravos (predominantemente africanos) e produziam em larga escala, uma vez que o principal objetivo era abastecer os mercados europeus.

16 Na medida em que já existiam habitantes no território brasileiro antes da chegada dos europeus é, no mínimo, questionável, o uso do termo “descobrimto do Brasil” pelos portugueses. O que houve, de fato, foi um processo de dominação dos europeus sobre os nativos americanos.

Soma:

12. UEM-PR 2014 Com relação ao início da colonização do Brasil, é **correto** afirmar que:

- 01** Devido ao fracasso da adoção da escravidão dos nativos, os portugueses adotaram o sistema feudal como forma de dominação dos índios brasileiros.
- 02** As feitorias instituídas após o descobrimento eram, ao mesmo tempo, um entreposto comercial e um estabelecimento de defesa.
- 04** As principais tribos indígenas brasileiras encontradas pelos colonizadores europeus eram coletoras. Sendo assim, elas não praticavam a agricultura como forma de sobrevivência.
- 08** As primeiras relações comerciais estabelecidas entre os índios do litoral da América Portuguesa e os europeus assumiram a forma do escambo.
- 16** Assim como ocorria no Paraguai, os *aldeamentos* ou as *reduções* foram uma estratégia utilizada pelos jesuítas para sujeitar os índios à lei civil e religiosa dos padres.

Soma:

13. UEPB 2014 Considerando a realidade da América Portuguesa nas três primeiras décadas do século XVI, é correto afirmar:

- a) A expedição exploradora de Gaspar de Lemos, em 1501, implantou o sistema de Capitâneas Hereditárias para garantir o desenvolvimento da cana-de-açúcar.
- b) A Coroa Portuguesa proibiu o estanco do pau-brasil, já que a madeira era contrabandeada por franceses e ingleses.
- c) As expedições de Cristovão Jackes, em 1516 e 1526 não tinham caráter militar, nem combateram estrangeiros. Tinham a função específica de reconhecer o território e implantar as feitorias.
- d) A atividade desenvolvida com autorização da Coroa Portuguesa foi a extração de pau-brasil, uma atividade nômade e predatória, que não tinha a finalidade de promover o povoamento.

e) A mão de obra indígena foi pouco explorada e bastante valorizada pelos portugueses, que presenteavam os nativos com objetos de grande valor no mercado europeu.

14. PUC-Campinas 2022 A expansão das rotas marítimo-comerciais foi uma forte motivação para as potências europeias investirem em navegação, uma vez que

- a) o tráfego de embarcações no Mar Mediterrâneo estava saturado e era controlado por mercadores italianos, levando os países ibéricos a buscarem alternativas que lhes permitissem ampliar seu potencial mercantil.
- b) o comércio de especiarias, altamente rentável, era de monopólio árabe e realizado entre os países do Oriente por meio de caravanas terrestres, sendo interessante aos europeus iniciarem rotas rápidas e seguras pelo mar a fim de adentrarem e ampliarem esse mercado.
- c) a aquisição de metais preciosos, na lógica do metalismo, havia se tornado fundamental para o enriquecimento dos países europeus, então governados por suas burguesias mercantis, após o fim do feudalismo.
- d) a busca de novas terras significava a possibilidade da obtenção de mão de obra barata, matéria-prima e a ampliação de mercado para os países ibéricos, que já experimentavam os primórdios da revolução industrial.
- e) a pirataria inglesa vinha se expandido e prejudicando intensamente o comércio marítimo europeu, impulsionando a busca por caminhos alternativos que levassem ao Oriente, fonte dos produtos mais cobiçados daquele momento.

15. PUC-RS 2016 Sobre o período pré-colonial na História do Brasil, é correto afirmar que

- a) foi estabelecida a escravidão indígena como forma de exploração do trabalho, devido à ausência de uma atividade econômica que financiasse o tráfico de escravos africanos para o Brasil.
- b) a economia baseou-se na exploração de produtos naturais da terra, que não exigiam o estabelecimento da agricultura para serem extraídos, como o pau-brasil, o cacau e o látex.
- c) promoveu-se a doação de porções da terra recém-descoberta para a aristocracia portuguesa, cujos membros ocupavam os principais cargos na administração pública reinol.
- d) havia desinteresse na colonização imediata do território, tendo em vista que os principais recursos humanos e materiais portugueses estavam voltados para a exploração do rendoso comércio com as Índias.
- e) foram enviadas ao litoral brasileiro as chamadas “expedições guarda-costas”, que visavam vigiar a nova descoberta portuguesa diante da possível invasão holandesa na região.

16. UFRGS 2020 (Adapt.) A respeito da expansão europeia, da conquista e da ocupação da América Espanhola, considere as afirmações a seguir.

- I. A *encomienda* era um sistema no qual indígenas deveriam fornecer mão de obra e pagar tributos a colonos espanhóis.
- II. A conquista foi pacífica em relação aos Estados indígenas organizados, elemento que facilitou a rendição dessas populações.
- III. A escravidão de povos autóctones foi um expediente comum, utilizado pela Coroa, contra indígenas capturados em guerras ou que se rebelassem.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

17. Unicamp-SP 2021 As imagens produzidas por artistas europeus, tal como vemos na pintura do holandês Jan Davidsz de Heem, tiveram um papel importante na construção do conceito de exótico no imaginário da Europa na época moderna.

Naquele contexto, a pintura apresentava itens obtidos quando se exploravam e se colonizavam países em cantos distantes do mundo. A natureza (os elementos que a representam) é, assim, quase um estudo científico e, novamente, uma alusão à abundância obtida graças ao vitorioso comércio holandês.

(Adaptado de Rolf Winkes. *Natura Morta*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 10: 145-161, 2000. p. 149.)

Os colonizadores exerceram diversas operações que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais.

(Adaptado e traduzido de Anibal Quijano. *Colonialismo, eurocentrismo y América Latina*. In *Colonialidad del saber: eurocentrismos e ciencias sociales*. Buenos Aires, CLACSO. 2005, p. 209.)



(Jan Davidsz de Heem. *Natura Morta com Papagaios*. The Ringling Museum, fim da década de 1640.)

- a) O exótico é estabelecido a partir de uma relação assimétrica entre universos diferentes. Justifique por que a imagem ao lado apresentaria características “exóticas” e relacione essa adjetivação ao pensamento colonial da época.
- b) Apresente uma semelhança e uma diferença entre a experiência colonial holandesa e a portuguesa.

18. **Fuvest-SP 2022** Analise a imagem:



El Greco, Alegoria da Santa Aliança (Sonho de Filipe II), 1579. El Escorial, Espanha. Óleo sobre tela. PUPPI, Lionello. El Greco. Florença: Sadea Editore, 1977, prancha 8.

A partir da pintura de El Greco:

- a) Identifique um aspecto religioso característico do império espanhol ao final do século XVI.
 - b) Identifique e explique um aspecto social característico do império espanhol ao final do século XVI.
 - c) Explique o papel da religião na formulação das justificativas para a colonização da América.
19. **Enem PPL 2018** Embora a compra de cargos e títulos fosse bem difundida na América, muitos nobres, aí moradores, receberam títulos da monarquia devido a suas qualidades e serviços. Desde o século XVI, os títulos de marquês e conde (títulos de Castela) eram concedidos, sobretudo, aos vice-reis e capitães-gerais nascidos na Espanha. Com menor incidência, esta mercê régia também podia ser remuneração de serviços militares, de feitos na conquista, colonização e fundação de cidades.

RAMINELLI, R. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. *Revista de História*, n. 169, jul.-dez. 2013.

Segundo o texto, as concessões da Coroa espanhola visavam o fortalecimento do seu poder na América ao

- a) restringir os privilégios dos comerciantes.
 - b) reestruturar a organização das tropas.
 - c) reconhecer os opositores do regime.
 - d) facilitar a atuação dos magistrados.
 - e) fortalecer a lealdade dos súditos.
20. **UPF-RS 2018** Na conquista europeia da América, muito mais do que na guerra, os processos de trabalho e o conseqüente controle disciplinar imposto pelos espanhóis resultaram na mortandade da população nativa. Dentre os processos de trabalho impostos aos indígenas e que resultaram em sua dizimação, podemos apontar
- a) o assalariamento, que era pago em valores muito baixos e geralmente em espécie.
 - b) a peonagem, na qual os indígenas trabalham em troca de comida, embora essa fosse racionada.
 - c) a escravidão imposta aos indígenas, semelhante à dos africanos trazidos para América para trabalhar na extração de metais.
 - d) a encomienda, forma de trabalho compulsório imposto a toda uma tribo para executar serviços agrícolas e de mineração.
 - e) a parceria, na qual os indígenas eram obrigados a trabalhar na agricultura e nas minas, destinando dois terços da produção aos espanhóis.
21. **FGV-RJ 2018** A respeito da conquista da América e de sua colonização empreendida pelos espanhóis, é correto afirmar:
- a) Foram facilitadas pelo baixo índice de ocupação humana nas regiões do México, do Peru e da Bolívia, o que permitiu o estabelecimento de núcleos urbanos baseados nas referências culturais europeias.
 - b) Basearam-se na produção agrícola realizada nas plantations escravistas e no comércio local, o que garantiu o controle do território frente às invasões de outras potências europeias.
 - c) Basearam-se em um sistema administrativo dividido em vice-reinados, cujas jurisdições se estendem sobre vastas áreas territoriais e cabildos, representações políticas locais controladas por grandes proprietários, comerciantes e mineradores.
 - d) Foram marcadas pelo estímulo a fluxos migratórios provenientes da Península Ibérica, o que permitiu que, em poucas décadas, houvesse uma ampla maioria de europeus e seus descendentes nos territórios americanos controlados pela Espanha.
 - e) Caracterizaram-se pela tolerância religiosa e pela diversidade política, o que acabou por transformar a América Espanhola em área de refúgio para grupos e indivíduos perseguidos no continente europeu por suas crenças e práticas políticas.

22. Unesp 2020 Para responder à questão a seguir, leia o trecho de uma carta enviada por Antônio Vieira ao rei D. João IV em 4 de abril de 1654.

No fim da carta de que V. M. me fez mercê me manda V. M. diga meu parecer sobre a conveniência de haver neste estado ou dois capitães-mores ou um só governador.

Eu, Senhor, razões políticas nunca as soube, e hoje as sei muito menos; mas por obedecer direi toscamente o que me parece.

Digo que menos mal será um ladrão que dois; e que mais dificultoso serão de achar dois homens de bem que um. Sendo propostos a Catão dois cidadãos romanos para o provimento de duas praças, respondeu que ambos lhe descontentavam: um porque nada tinha, outro porque nada lhe bastava. Tais são os dois capitães-mores em que se repartiu este governo: Baltasar de Sousa não tem nada, Inácio do Rego não lhe basta nada; e eu não sei qual é maior tentação, se a ____1____, se a ____2____. Tudo quanto há na capitania do Pará, tirando as terras, não vale 10 mil cruzados, como é notório, e desta terra há-de tirar Inácio do Rego mais de 100 mil cruzados em três anos, segundo se lhe vão logrando bem as indústrias.

Tudo isto sai do sangue e do suor dos tristes índios, aos quais trata como tão escravos seus, que nenhum tem liberdade nem para deixar de servir a ele nem para poder servir a outrem; o que, além da injustiça que se faz aos índios, é ocasião de padecerem muitas necessidades os portugueses e de perecerem os pobres. Em uma capitania destas confessei uma pobre mulher, das que vieram das Ilhas, a qual me disse com muitas lágrimas que, dos nove filhos que tivera, lhe morreram em três meses cinco filhos, de pura fome e desamparo; e, consolando-a eu pela morte de tantos filhos, respondeu-me: “Padre, não são esses os por que eu choro, senão pelos quatro que tenho vivos sem ter com que os sustentar, e peço a Deus todos os dias que me os leve também.”

São lastimosas as misérias que passa esta pobre gente das Ilhas, porque, como não têm com que agradecer, se algum índio se reparte não lhe chega a eles, senão aos poderosos; e é este um desamparo a que V. M. por piedade deverá mandar acudir.

Tornando aos índios do Pará, dos quais, como dizia, se serve quem ali governa como se foram seus escravos, e os traz quase todos ocupados em seus interesses, principalmente no dos tabacos, obriga-me a consciência a manifestar a V. M. os grandes pecados que por ocasião deste serviço se cometem.

(Sérgio Rodrigues (org.). *Cartas brasileiras*, 2017. Adaptado.)
V. M.: Vossa Majestade.

Em um estudo publicado em 2005, o historiador Gustavo Acioli Lopes vale-se, no quadro da economia colonial, da expressão “primo pobre” para se referir ao produto derivado das lavouras mencionadas por Antônio Vieira em sua carta.

No contexto histórico em que foi escrita a carta, o “primo rico” seria

- a) o açúcar.
- b) o pau-brasil.
- c) o café.
- d) o ouro.
- e) o algodão.

23. ESPM-SP 2019 A primeira vez que se mencionou o açúcar e a intenção de implantar uma produção desse gênero no Brasil foi em 1516, quando o rei D. Manuel ordenou que se distribuíssem machados, enxadas e demais ferramentas às pessoas que fossem povoar o Brasil e que se procurasse um homem prático e capaz de ali dar princípio a um engenho de açúcar. Os primeiros engenhos começaram a funcionar em Pernambuco no ano de 1535, sob a direção de Duarte Coelho. A partir daí os registros não parariam de crescer: quatro estabelecimentos em 1550; trinta em 1570, e 140 no fim do século XVI. A produção de cana alastrava-se não só numericamente como espacialmente, chegando à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, à Bahia e até mesmo ao Pará. Mas foi em Pernambuco e na Bahia, sobretudo na região do recôncavo baiano, que a economia açucareira de fato prosperou. Tiveram início, então, os anos dourados do Brasil da cana, a produção alcançando 350 mil arrobas no final do século XVI.

(Lília M. Schwarcz. *Brasil: uma Biografia*)

A partir do texto e considerando a economia açucareira e a civilização do açúcar, é correto assinalar:

- a) a cana-de-açúcar era um produto autóctone, ou seja, nativo do Brasil e gradativamente foi caindo no gosto dos portugueses e dos europeus, a partir do século XVI.
- b) a produção e comercialização do açúcar ocorreram sob a influência do livre-cambismo em que se baseou o empreendimento colonial português.
- c) a metrópole estabeleceu o monopólio real, porém a comercialização do açúcar passou para os porões dos navios holandeses, que acabaram por assumir parte substancial do tráfego entre Brasil e Europa.
- d) os portugueses mantiveram um rigoroso monopólio sobre o processo de produção e refinação do açúcar, só permitindo a participação de estrangeiros na comercialização do produto.
- e) para implantação da indústria canavieira no Brasil, o projeto colonizador luso precisava contar com mão de obra compulsória e abundante, dada a extensão do território e por isso sempre privilegiou a utilização dos nativos, cuja captura proporcionava grandes lucros para a coroa.

24. ESPM-RJ 2016 Quem vir na escuridade da noite aquelas fonalhas tremendas perpetuamente ardentes, o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.

(Padre Antonio Vieira. Citado por Lília Schwarcz e Heloísa Starling in *Brasil uma Biografia*)

A leitura do trecho deve ser relacionada com:

- a) o trabalho indígena na extração do pau-brasil.
- b) o trabalho indígena na lavoura da cana-de-açúcar.

- c) o trabalho de escravos negros africanos no engenho de cana-de-açúcar.
- d) o trabalho de escravos negros africanos no garimpo, na mineração.
- e) o trabalho de imigrantes italianos na lavoura cafeeira.

25. Unesp 2015 Leia o texto para responder à questão.

A casa-grande, residência do senhor de engenho, é uma vasta e sólida mansão térrea ou em sobrado; distingue-se pelo seu estilo arquitetônico sóbrio, mas imponente, que ainda hoje empresta majestade à paisagem rural, nas velhas fazendas de açúcar que a preservaram. Constituía o centro de irradiação de toda a atividade econômica e social da propriedade. A casa-grande completava-se com a capela, onde se realizavam os ofícios e as cerimônias religiosas [...]. Próximo se erguia a senzala, habitação dos escravos, os quais, nos grandes engenhos, podiam alcançar algumas centenas de “peças”. Pouco além serpenteava o rio, traçando através da floresta uma via de comunicação vital. O rio e o mar se mantiveram, no período colonial, como elementos constantes de preferência para a escolha da situação da grande lavoura. Ambos constituíam as artérias vivificantes: por meio delas o engenho fazia escoar suas safras de açúcar e, por elas, singravam os barcos que conduziam as toras de madeira abatidas na floresta, que alimentavam as fornalhas do engenho, ou a variedade e a multiplicidade de gêneros e artigos manufaturados que o engenho adquiria alhures [...].

(Alice Canabrava apud Déa Ribeiro Felon (org.).
50 textos de história do Brasil, 1986.)

Quanto à organização da vida e do trabalho no engenho colonial, o texto

- a) destaca a ausência de quaisquer relações de trabalho e de amizade dos senhores com os seus escravos.
- b) demonstra a distribuição espacial das construções e seu papel no funcionamento e na lógica do poder dentro do engenho.
- c) enfatiza a predominância do trabalho compulsório e os lucros obtidos na comercialização de escravos de origem africana.
- d) denuncia o descaso dos senhores de engenho com a escolha da localização para a instalação do engenho.
- e) atesta a irracionalidade do posicionamento das edificações e os problemas logísticos trazidos pela falta de planejamento espacial.

26. Unesp 2019 Njinga dizia que não queria a paz com os portugueses porque os portugueses haviam aprisionado sua irmã e não queriam libertá-la. O padre Serafim de Cortona escreveu, então, para o governador português de Angola, pedindo-lhe que libertasse a irmã de Njinga, com o que faria grande serviço a Deus e ao rei, com a introdução “da nossa santa fé naquelas partes”. A favor da devolução, disse ainda que assim acabaria a já longa guerra e se abriria o “comércio ao resgate dos negros”.

(Marina de Mello e Souza. Além do visível: Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII), 2018. Adaptado.)

O episódio é relatado pelo padre Serafim de Cortona em um documento escrito em 1658 sobre Njinga, rainha de territórios do interior da África. Para o sacerdote,

- a) o fim da exploração do trabalho escravo dependia da conversão dos nativos ao cristianismo.
- b) os povos do continente africano viviam em paz política antes da chegada dos colonizadores.
- c) as decisões políticas dos colonizadores prejudicavam o crescimento econômico das tribos africanas.
- d) as populações de religiões fetichistas resistiam com destemor às invasões europeias.
- e) os diversos interesses religiosos, políticos e econômicos dos colonizadores eram complementares.

27. UFRGS 2017 Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo, sobre a expansão de Portugal e a formação do império ultramarino entre os séculos XV e XVIII.

- O principal resultado da dinâmica expansionista de Portugal foi a homogeneização de todas as regiões que compunham o território imperial, tornando-as plenamente dependentes da metrópole e desprovidas de autonomia política e econômica.
- A formação do Império português, iniciada no contexto do Renascimento europeu, deu-se a partir da constituição de um ideário predominantemente clássico, que rompeu com as tradições medievais de governo.
- O reino de Portugal, do ponto de vista econômico, estava amplamente ligado ao comércio atlântico, tendo como uma das principais fontes de renda as receitas obtidas pelo tráfico ultramarino.
- A Igreja Católica, marcada pela dependência em relação à Coroa por meio do padroado régio, desempenhou um importante papel unificador do Império ao longo da expansão territorial portuguesa.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) F – V – V – F.
- e) F – F – V – V.

28. Uece 2019 A parte da África localizada ao sul do equador foi habitada por povos cuja língua falada pertencia a um tronco linguístico com dezenas de famílias e cerca de 470 línguas, as quais atualmente são faladas por aproximadamente 100 milhões de pessoas em territórios como o Congo, Angola e Moçambique. Por extensão, os povos que falam essas línguas são chamados de

- a) mbanza longos.
- b) malineses.
- c) bantos.
- d) congolezes.

29. FGV-SP 2017 [Desde o início do século XIV], no reino do Congo [...] moravam povos agricultores que, quando convocados pelo mani Congo, partiam em sua defesa contra inimigos de fora ou para controlar rebeliões de aldeias que queriam se desligar do reino. Aldeias

(lubatas) e cidades (banzas) pagavam tributos ao mani Congo, geralmente com o que produziam: alimentos, tecidos de ráfia vindos do nordeste, sal vindo da costa, cobre vindo do sudeste e zimbos (pequenos búzios afunilados colhidos na região de Luanda que serviam de moeda). [...] o mani Congo, cercado de seus conselheiros, controlava o comércio, o trânsito de pessoas, recebia os impostos, exercia a justiça, buscava garantir a harmonia da vida do reino e das pessoas que viviam nele. Os limites do reino eram traçados pelo conjunto de aldeias que pagavam tributos ao poder central, devendo fidelidade a ele e recebendo proteção, tanto para os assuntos deste mundo como para os assuntos do além, pois o mani Congo também era responsável pelas boas relações com os espíritos e os ancestrais.

[...] O mani Congo vivia em construções que se destacavam das outras pelo tamanho, pelos muros que a cercavam, pelo labirinto de passagens que levavam de um edifício a outro e pelos aposentos reais que ficavam no centro desse conjunto e eram decorados de tapetes e tecidos de ráfia. Ali o mani vivia com suas mulheres, filhos, parentes, conselheiros, escravos, e só recebia os que tivessem nobreza suficiente para gozar desse privilégio.

Marina de Mello e Souza. *África e Brasil africano*, 2006.

A partir da descrição do reino do Congo, é correto afirmar que, nesse reino,

- a) toda a organização administrativa estava voltada para a acumulação de riquezas nas mãos do soberano, que as redistribuía entre as aldeias mais leais e com maior potencialidade econômica.
- b) o político e o sobrenatural estavam intimamente relacionados, além das semelhanças entre uma corte europeia e uma de um reino na África, porque ambas eram caracterizadas por hierarquias rígidas.
- c) a ordem política derivava de uma economia voltada para a produção baseada no uso da mão de obra compulsória, por isso o soberano era o maior beneficiado com a captura de homens para serem escravizados.
- d) a fragmentação do poder entre os chefes das aldeias e os conselheiros do soberano permitiu a consolidação de uma prática política pouco usual na África, na qual as decisões eram tomadas pelos moradores do reino.
- e) a prevalência da condição tribal favoreceu sua dominação por outros povos africanos, mas especialmente pelos comerciantes europeus, interessados na exploração de metais amoeáveis.

- 30. FGV-SP 2016** Em muitos reinos sudaneses, sobretudo entre os reis e as elites, o islamismo foi bem recebido e conseguiu vários adeptos, tendo chegado à região da savana africana, provavelmente, antes do século XI, trazido pela família árabe-berbere dos Kunta.

[...] O islamismo possuía alguns preceitos atraentes e aceitáveis pelas concepções religiosas africanas, [...] associava as histórias sagradas às genealogias, acreditava na revelação divina, na existência de um criador e no destino. [...] O escritor árabe Ibn Batuta relatou, no século XIV, que o rei do Mali, numa manhã, comemorou a data

islâmica do fim do Ramadã e, à tarde, presenciou um ritual da religião tradicional realizado por trovadores com máscaras de aves.

(Regiane Augusto de Mattos, *História e cultura afro-brasileira*. 2011)

Considerando o trecho e os conhecimentos sobre a história da África, é correto afirmar que

- a) a penetração do islamismo nas regiões subsaarianas mostrou-se superficial porque atingiu poucos setores sociais, especialmente aqueles voltados aos negócios comerciais, além de sofrer forte concorrência do cristianismo.
- b) a presença do islamismo no continente africano derivou da impossibilidade dos árabes em ocupar regiões na Península Ibérica, o que os levou à invasão de territórios subsaarianos, onde ocorreu violenta imposição religiosa.
- c) o desprezo das sociedades africanas pela tradição árabe gerou transações comerciais marcadas pela desconfiança recíproca, desprezo mudado, posteriormente, com o abandono das religiões primitivas da África e com a hegemonia do islamismo.
- d) o comércio transaariano foi uma das portas de entrada do islamismo na África, e essa religião, em algumas regiões do continente, ou incorporou-se às religiões tradicionais ou facilitou uma convivência relativamente harmônica.
- e) as correntes islâmicas mais moderadas, caso dos sunitas, influenciaram as principais lideranças da África ocidental, possibilitando a formação de novas denominações religiosas, não islâmicas, desligadas das tradições tribais locais.

- 31. Famerp-SP 2018** A Bahia é cidade d'El-Rei, e a corte do Brasil; nela residem os Srs. Bispo, Governador, Ouvidor-Geral, com outros oficiais e justiça de Sua Majestade; [...]. É terra farta de mantimentos, carnes de vaca, porco, galinha, ovelhas, e outras criações; tem 36 engenhos, neles se faz o melhor açúcar de toda a costa; [...] terá a cidade com seu termo passante de três mil vizinhos Portugueses, oito mil Índios cristãos, e três ou quatro mil escravos da Guiné.

(Fernão Cardim. *Tratados da terra e gente do Brasil*, 1997.)

O padre Fernão Cardim foi testemunha da colonização portuguesa do Brasil de 1583 a 1601. O excerto faz uma descrição de Salvador, sede do Governo-Geral, referindo-se, entre outros aspectos, à

- a) incorporação pelos colonizadores dos padrões culturais indígenas.
- b) ligação da atividade produtiva local com o comércio internacional.
- c) miscigenação crescente dos grupos étnicos presentes na cidade.
- d) existência luxuosa da nobreza portuguesa na capital da colônia.
- e) dependência da população em relação à importação de produtos de sobrevivência.

- 32. Unesp 2021** A produção de açúcar no Brasil colonial era parte de um conjunto de processos e relações que ultrapassavam os limites da colônia e incluíam
- a estruturação do engenho como unidade produtiva, a disposição portuguesa de povoar a colônia e o comércio sistemático com a América espanhola.
 - as técnicas de cultivo indígenas, as mudas de cana procedentes do mundo árabe e a intermediação britânica na comercialização.
 - a adaptação da cana à terra roxa do Nordeste, o conhecimento técnico dos imigrantes e a atuação holandesa no transporte marítimo.
 - a constituição da grande propriedade, o tráfico de africanos escravizados e a existência de amplo mercado consumidor na Europa.
 - o avanço da ocupação das áreas centrais da colônia, o recurso à mão de obra nativa e o crescimento do gosto pelos sabores doces na Europa.

- 33. PUC-SP 2016** Entre todos os moradores e povoadores uns fazem engenhos de açúcar porque são poderosos para isso, outros canaviais, outros algodoads, outros mantimentos, que é a principal e mais necessária cousa para a terra, outros usam de pescar, que também é muito necessário para a terra, outros usam de navios que andam buscando mantimentos e tratando pela terra conforme ao regimento que tenho posto, outros são mestres de engenhos, outros mestres de açúcares, carpinteiros, ferreiros, oleiros e oficiais de fôrmas e sinos para os açúcares e outros oficiais que ando trabalhando e gastando o meu por adquirir para a terra, e os mando buscar em Portugal, na Galiza e nas Canárias às minhas custas, além de alguns que os que vêm fazer os engenhos trazem, e aqui moram e povoam, uns solteiros e outros casados, e outros que cada dia caso e trabalho por casar na terra.

Gonsalves de Mello e Albuquerque. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 114.

A carta, enviada pelo donatário de Pernambuco ao rei de Portugal em 1549, mostra que os

- colonos exerciam diversas atividades produtivas no Brasil colonial, o que gerava a presença de muitos trabalhadores livres sob a ordem escravocrata.
 - escravos desempenhavam todas as atividades produtivas no Brasil colonial, o que permitia aos colonos portugueses o desfrute do ócio e o enriquecimento rápido.
 - senhores de engenho controlavam todas as relações de trabalho e de produção no Brasil colonial, o que impedia que a Corte portuguesa lucrasse efetivamente com a empresa colonizadora.
 - nobres portugueses eram os donatários das principais capitanias no Brasil colonial, o que limitava a ascensão social dos escravos alforriados.
- 34. UEM-PR 2016** A partir de 1534, a Coroa Portuguesa adotou o sistema de capitanias hereditárias ou de donatarias para viabilizar a colonização do Brasil. Sobre a divisão do território colonial brasileiro em capitanias, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

- O sistema de capitanias hereditárias se caracterizava pela doação de extensas faixas de terra a capitães-donatários, regulamentada pelas Cartas de Doação e Forais.
- O donatário deveria colonizar a capitania, fundar vilas e proteger a terra e seus colonos contra os ataques de nativos e de estrangeiros.
- Os forais estabeleciam os direitos e os deveres dos donatários em relação à exploração da terra, que recebiam não como proprietários, mas como administradores.
- As capitanias hereditárias que mais prosperaram foram a de Santana, localizada ao sul do território brasileiro, e a do Maranhão, situada na parte setentrional da colônia.
- O sistema de capitanias hereditárias foi adotado primeiramente na América Portuguesa e só depois implantado por Portugal em suas colônias das ilhas do Atlântico.

Soma:

- 35. UEPG-PR 2016** As capitanias hereditárias foram instaladas no Brasil em 1534. Lotes que mediam entre 150 e 600 quilômetros de terras e que iam do litoral brasileiro até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, as capitanias corresponderam às primeiras divisões administrativas na colônia e marcaram o modelo de colonização lusitano ao longo do século XVI. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- O donatário, ou seja, aquele que recebia a posse da terra das mãos do rei de Portugal, tinha a obrigação de torná-la produtiva. Cabia ao donatário a doação de terras (sesmarias), a fundação de vilas e a organização da defesa territorial da capitania.
- O meridiano de Tordesilhas, linha imaginária que cortava a América de norte a sul, tinha como função delimitar os espaços continentais vinculados à colonização ibérica, inglesa e francesa sobre esse território.
- Cartas de doação eram os documentos cartográficos que indicavam o tamanho e os limites das capitanias de acordo com a concessão real aos donatários.
- Qualquer súdito português que demonstrasse interesse em vir para a colônia poderia receber a concessão de uma capitania. Isso explica o fato de fidalgos, pequenos comerciantes e até mesmo trabalhadores despossuídos terem se tornado donatários no Brasil do século XVI.

Soma:

- 36. UEM-PR 2019** Sobre o período de domínio português nos territórios da América, os quais viriam a se constituir no Brasil, assinale o que for correto.

- A sociedade que se desenvolveu no litoral do atual Nordeste brasileiro tinha características aristocráticas; era dominada por um grupo de proprietários rurais e patriarcais, centrado no poder do chefe de família, o patriarca.

- 02** Entre as várias rebeliões e revoltas que ocorreram naquele período, a Inconfidência Mineira (1789) foi a mais radical. Seu programa de governo pregava a instalação de uma monarquia brasileira e a imediata abolição da escravidão.
- 04** Os primeiros trabalhadores europeus assalariados livres chegaram ao Brasil somente no século XVIII, para trabalhar nas fazendas de café de São Paulo e de criação de gado em Minas Gerais. Esse fato deu origem à expressão “política do café com leite”.
- 08** A administração pública das vilas estava a cargo das câmaras municipais, também chamadas de Senado da Câmara, órgãos formados por vereadores eleitos pelos chamados “homens bons”.
- 16** No século XVIII, além da produção açucareira, principalmente no Nordeste, e da mineração, principalmente na região central do atual território brasileiro, desenvolviam-se também a pecuária, a produção de gêneros de subsistência e outras atividades econômicas.

Soma:

37. UEPG-PR 2017 A partir da chegada dos portugueses, em 1500, teve início o período de colonização do Brasil. Ao longo do século XVI, ocorreu o processo de formação de uma sociedade e de um modelo econômico bastante característicos e que acabou por lançar as bases do que viria ser a realidade socioeconômica brasileira após a independência, em 1822. A respeito do primeiro século colonial, assinale o que for correto.

- 01** A senzala era a principal construção dos engenhos do século XVI. Ela abrigava o proprietário da terra, sua família, seus agregados e empregados mais importantes. Era o centro administrativo e social do latifúndio.
- 02** Um dos principais traços da sociedade colonial do século XVI foi a segregação étnica. Ao contrário da miscigenação que ocorreu a partir do século XIX, nesse primeiro momento praticamente não houve mistura racial entre brancos, negros e índios.
- 04** A alta lucratividade propiciada pela comercialização de escravos africanos trazidos para o Brasil potencializou a atividade do tráfico negreiro já no século XVI.
- 08** A mobilidade social era praticamente nula. A posse do latifúndio tornava o seu proprietário detentor absoluto de poder, levando ao clientelismo e a hierarquização acentuada da sociedade.
- 16** Do ponto de vista religioso, apesar do predomínio católico, a sociedade colonial do século XVI foi marcada pela forte presença de grupos ligados às religiões protestantes como o calvinismo e o luteranismo.

Soma:

38. Uece 2017 Leia atentamente os excertos a seguir:

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer,

conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço;

André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte. Itatiaia, 1982. p. 89.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro. José Olímpio editora, 1984. p. 119.

Considerando os vários aspectos da formação social do Brasil, pode-se afirmar corretamente que os dois trechos acima tratam

- a) da inclusão do negro e do pobre no processo democrático que rompeu com os direitos e privilégios das classes dominantes.
- b) da integração social ocorrida ainda na colonização com o processo de miscigenação étnica que tornou iguais todos os brasileiros.
- c) da condição de exploração e exclusão a que estava sujeita uma parcela significativa da população brasileira em razão dos interesses das elites.
- d) da perfeita inclusão dos negros libertos e da população pobre em geral na sociedade brasileira, com a criação da República e da democracia no Brasil.

39. UEPG-PR 2016 Núcleo central da sociedade colonial brasileira do século XVI, o engenho de açúcar nordestino propiciou a formação de um sistema de relações sociais que acabou sendo esmiuçado por Gilberto Freyre, no clássico *Casa Grande & Senzala*. A respeito da sociedade colonial do século XVI, assinale o que for correto.

- 01** Apesar de centrada nos engenhos, a sociedade açucareira ficou conhecida por seu alto nível de urbanização. Ao redor das estruturas agrárias floresceram inúmeras cidades de grande porte, como Recife e Salvador.
- 02** A sociedade açucareira era patriarcal, ficando a maior parte dos poderes concentrados nas mãos dos senhores de engenho.
- 04** O engenho era o centro da produção e também da sociedade açucareira. Sua sede administrativa era a Casa Grande, local onde o senhor do engenho residia com sua família e com seus agregados.
- 08** A mão de obra predominante nos engenhos era composta por escravos africanos que participavam de todas as etapas produtivas. Porém, além deles, haviam também trabalhadores livres e assalariados.
- 16** Além dos senhores e dos escravos, na sociedade açucareira também existiam outros grupos sociais como o dos pequenos lavradores que arrendavam porções de terras dos grandes engenhos e ali plantavam cana-de-açúcar.

Soma:

40. UEM-PR 2015 No período colonial predominava no Nordeste brasileiro uma sociedade patriarcal. Sobre essa sociedade é correto afirmar que:

- 01** Na sociedade patriarcal prevalecia a democracia familiar, onde os problemas econômico-sociais eram resolvidos pelos pais e pelos filhos com idade acima de 18 anos.
- 02** Cabiam à mulher os trabalhos domésticos e a educação dos filhos nos preceitos cristãos.
- 04** A sociedade patriarcal se organizava em torno da figura do Senhor de Engenho e o engenho, ou a grande fazenda, era mais que uma unidade produtiva, polarizando a vida social.
- 08** Na sociedade patriarcal predominava o trabalho assalariado; contudo, os trabalhos domésticos eram realizados por escravos.
- 16** Por meio do compadrio se estabelecia uma rede de parentesco que promovia dependências e privilégios entre os grandes proprietários de terras.

Soma:

41. Acafe-SC 2018 É verdade que antes da união das monarquias ibéricas, em 1580, ao manter uma boa relação com os portugueses, os flamengos frequentavam os portos brasileiros e a cidade de Lisboa carregando açúcar em suas urcas, levando-o a refinar em Flandres e distribuindo-o por via terrestre e fluvial por toda a Europa central. De sua embarcação tão características, ficou a lembrança na toponímia carioca, através do morro que evoca a sua forma.

PRIORI, Mary del. *Histórias da gente brasileira: volume 1: colônia*. São Paulo: Editora LeYa, 2016. Página 69.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o período colonial da história do Brasil é correto afirmar, **exceto**:

- a)** Durante a União Ibérica, holandeses e espanhóis formaram a Companhia das Índias Ocidentais e dividiram os lucros da comercialização do açúcar produzido no Brasil e levado para a Europa.
- b)** Com a União Ibérica acirraram-se os conflitos entre a Espanha e a Holanda. Com a proibição espanhola da parceria comercial entre holandeses e produtores de açúcar no Brasil, os flamengos invadiram o nordeste.
- c)** Maurício de Nassau, administrador holandês em Pernambuco, promoveu reformas urbanas e manteve uma boa relação com os senhores de engenho.
- d)** A revolta conhecida como Insurreição Pernambucana acabou determinando a saída dos holandeses do nordeste brasileiro e teve como consequência uma crise na empresa açucareira brasileira.

42. UEPG-PR 2020 Ameríndios é o nome atribuído aos povos que habitavam a América antes da chegada dos europeus, no final do século XV. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01** Estudos apontam para a existência de povos primitivos que habitaram o Brasil, onde atualmente se localiza o estado do Piauí, na região de São Raimundo Nonato.

- 02** Os Maias baseavam sua economia na agricultura, construíram pirâmides e possuíam uma forma de escrita baseada em símbolos.
- 04** Os Astecas promoviam sacrifícios humanos como forma de agradar e homenagear seus deuses.
- 08** Diferente do que ocorreu com a América do Sul e com a América Central, na América do Norte não havia ocupação populacional antes da chegada dos europeus e, portanto, não é possível falar em Povos Ameríndios naquela região do continente.

Soma:

43. Uece 2017 Leia atentamente o excerto a seguir:

Há duas Brancas Dias: uma real, outra imaginária. A primeira pode ser conhecida consultando-se os documentos históricos e os estudos já escritos a respeito; a outra está nos romances e peças de teatros inspirados pelo personagem real. [...] Enquanto seu marido, Diogo Fernandes, instalava-se em Pernambuco, [...] Branca, que havia permanecido em Portugal, era denunciada e presa pela Inquisição. Acusada de judaísmo pela própria mãe e por uma irmã, que já se encontravam presas, Branca admitiu a dita heresia, sendo assim libertada, [...]. Com a morte do marido, além de administrar a parcela que restava do engenho Camaragibe após um fracasso parcial de sua exploração, Branca manteve em sua casa da Rua Palhares, em Olinda, com a ajuda das filhas, uma escola para ensinar meninas a cozinhar, bordar e fazer rendados. Mal imaginava que, trinta anos depois, já morta, suas ex-alunas a denunciariam ao visitador inquisitorial por práticas judaizantes no Brasil.

Bruno Fleiter. *Dois faces de um mito. Nossa História*. Ano 1, n. 10, ago. 2004. p. 48.

O aspecto da colonização do Brasil tratado no trecho acima diz respeito

- a)** ao processo de inclusão social dos praticantes de religiões não católicas, respeitando o direito ao culto e suas tradições religiosas.
- b)** à perseguição religiosa, por parte do Tribunal do Santo Ofício, que trouxe a inquisição até as terras brasileiras no período colonial.
- c)** à condição de liberdade de culto e manifestação religiosa presentes na História do Brasil desde a colonização até os dias atuais.
- d)** à perfeita inclusão na sociedade brasileira dos negros libertos, dos judeus e da população pobre em geral, com a criação da República e da democracia no Brasil.

44. UCS-RS 2014 Durante a União Ibérica (1580-1640), iniciou-se a ocupação do território que hoje denominamos de Amazônia. Considere as seguintes afirmativas sobre a ocupação desse território:

- I.** A ocupação portuguesa foi empreendida de duas maneiras: a primeira com a instalação de fortalezas militares na beira dos rios para controlar a navegação (única via de comunicação) e os navios de outros países europeus; a segunda, através de várias ordens de padres católicos que instalaram missões para a evangelização dos índios.

- II. O Forte do Presépio, instalado em 1616, deu origem à cidade de Belém; do Forte de São José do Rio Negro, fundado em 1669, nasceu Manaus.
- III. Os índios, nas Missões, cultivavam a terra e entravam na floresta para colher as drogas do sertão, tais como: a baunilha, o cacau, o guaraná e a castanha-do-pará. Porém, as Missões transformaram-se em empreendimentos pouco lucrativos, uma vez que os índios não gostavam de trabalhar.

Das afirmativas acima, pode-se dizer que

- a) apenas I está correta.
- b) apenas II está correta.
- c) apenas I e II estão corretas.
- d) apenas II e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

45. UEM-PR 2015 Em 1580, Felipe II da Espanha assumiu o trono de Portugal. A partir de então, e até 1640, os reis da Espanha eram, também, reis de Portugal. Este período da história dos dois países é conhecido como o da União Ibérica. A esse respeito, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

- 01 Com a União Ibérica, ocorreu uma fusão econômica e administrativa, pois tanto o reino de Portugal quanto suas colônias passaram a ser administrados diretamente pela nobreza da Espanha.
- 02 O império espanhol, sob o reinado de Felipe II, congregava a Península Ibérica, os Países Baixos e outras possessões na Europa. Suas possessões na América incluíam o México, ao norte, e, ao sul, os atuais territórios do Brasil, do Chile e da Argentina, além de possessões na África e na Ásia.
- 04 Inimigos dos espanhóis durante a União Ibérica, os ingleses percorreram, com seus navios, a costa brasileira pilhando navios carregados de açúcar.
- 08 A grande extensão territorial, a distância entre as possessões e os ataques de outros povos foram minando o império espanhol. A porção portuguesa desse império sofreu perdas territoriais até 1640, quando ocorreu a restauração dos Bragança ao trono português.
- 16 O Tratado de Methuen, de 1703, firmado entre Portugal, Inglaterra e Espanha, marcou o reconhecimento efetivo, por parte da Espanha, da independência portuguesa e ao mesmo tempo deu início à influência inglesa sobre Portugal.

Soma:

46. Uece 2018 Sobre a presença de europeus, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, no território que hoje pertence ao Brasil, é correto afirmar que

- a) se restringiu aos portugueses que, desde o Tratado de Tordesilhas, eram os únicos com direito sobre esta terra plenamente reconhecido pelas demais nações europeias.
- b) diferentemente de outras regiões da América, nenhuma das cidades do Brasil sofreu ataques de piratas ou corsários de origem europeia.
- c) devido ao Tratado de Tordesilhas, apenas portugueses e espanhóis estiveram pelas terras brasileiras durante os séculos de nossa colonização.
- d) além dos portugueses, em diversas regiões do atual território brasileiro, nos primeiros séculos da colônia, houve presenças de espanhóis, franceses e holandeses.

47. Uece 2018 O governo de Felipe I à frente do reino português (1581-1598) marcou o início da União Ibérica, período em que os dois reinos ibéricos foram governados pelo mesmo soberano, após a guerra de sucessão portuguesa. Este mesmo monarca, chamado Felipe II, na Espanha, originou a dinastia filipina.

Em relação ao Brasil, a chegada do rei espanhol ao trono português teve como consequência

- a) a elevação do Brasil a vice-reino, tal qual os demais vice-reinos que a coroa espanhola possuía na América.
- b) a ocupação do litoral brasileiro da região Sudeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo, por espanhóis.
- c) a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido à Portugal e à Espanha, o que apressou a independência da colônia.
- d) a ocupação do litoral nordeste do Brasil pelos holandeses, que pretendiam retomar o comércio do açúcar.

48. Uece 2017 Atente ao seguinte enunciado: “Em seu governo, Maurício de Nassau incentivou a produção de açúcar, que havia decaído durante a conquista, com a concessão de financiamentos; também estimulou a agricultura de subsistência, sobretudo da mandioca, para que não faltassem alimentos aos mais pobres. Homem culto e amante das artes, seu governo foi um período de tolerância religiosa entre católicos e protestantes. Seu retorno à Europa e sua substituição por um ‘triumvirato’ – que alterou suas práticas administrativas – fez surgir reações e insurreições por parte dos senhores de engenho”.

O enunciado se refere ao período histórico marcado

- a) pela implantação do Governo-Geral, em 1548, como forma de resolver o fracasso administrativo das Capitânicas Hereditárias e garantir a posse e a pacificação da Colônia.
- b) pelo domínio francês no Maranhão, no qual o governo do Conde Nassau trouxe grandes avanços à cultura canieira daquela região e o desenvolvimento da cidade de São Luís.
- c) pelo domínio francês no Rio de Janeiro, que teve na figura de Maurício de Nassau seu grande nome, responsável por desenvolver a economia e a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- d) pelo domínio holandês no Nordeste do Brasil, que se estendeu desde a Bahia até o Maranhão e que teve na administração de Nassau seu período de maior desenvolvimento.

49. UPF-RS 2017 As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia brasileira. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos

(Boris Fausto, *História do Brasil*, 1996, p. 84)

Sobre o tema destacado no texto acima, é correto afirmar que

- a) Domingos Fernandes Calabar foi o personagem principal das forças luso-brasileiras, lutando heroicamente até o final ao lado de Portugal, que lhe deu o título de príncipe.
- b) a ocupação das zonas de produção açucareira na América portuguesa e o controle do suprimento de escravos teve como principal interessada a maior companhia de comércio da época, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, financiada com capitais do Estado e de financistas particulares.
- c) o despotismo de Maurício de Nassau em Pernambuco levou a sociedade local a se levantar contra o período de pobreza imposto por ele, em 1630.
- d) o projeto holandês de colônias de povoamento, similar ao dos Estados Unidos, poderia ter estimulado um desenvolvimento autônomo à colônia brasileira, com base na industrialização.
- e) as Batalhas de Guararapes (1648 e 1649) marcaram a tomada de Recife pelo exército luso-brasileiro, formado majoritariamente por índios tapuias que, com sua técnica de guerra avançada, foram decisivos para a derrota dos holandeses.

50. FGV-RJ Frans Post chegou ao Brasil em 1637 e integrou o grupo de artistas ligados à administração holandesa sob o comando de Maurício de Nassau. Paisagens, cenas cotidianas e personagens foram os temas principais representados por Post durante os anos vividos no Brasil. Observe atentamente a imagem abaixo, de sua autoria, e depois responda às questões propostas.



- a) Identifique na pintura: a instalação representada; a força motriz utilizada; a mão de obra predominante e o produto processado.
- b) Depois de estabelecidos em Pernambuco, os holandeses conquistaram Angola. Qual era a articulação entre essas duas regiões?

Texto complementar

Por que é errado dizer que “os negros escravizaram os negros”?

[...] Falamos “a África” ou “os africanos” ou “os negros da África” como se estivéssemos falando do mesmo povo, da mesma região, da mesma identidade étnica, cultural e linguística. Quando falamos de África, falamos de um continente composto por 54 países, com mais de 800 milhões de habitantes, distribuídos em mais de mil grupos linguísticos. Mas, ainda assim, esquecemos toda essa pluralidade e a generalizamos. Falamos de cultura africana, culinária africana, literatura africana. O mesmo não ocorre com a Europa. Nós não falamos cultura europeia, culinária europeia e literatura europeia. Nós falamos sobre cultura francesa, culinária italiana e literatura inglesa. [...]

Isso acontece porque, ao longo do tempo, a História dos povos europeus foi exaltada enquanto experiências humanas com complexidades, especificidades e identidades plurais. A História da Europa foi retratada considerando povos distintos, nações distintas com questões específicas. E é com essa complexidade, que perpassa pelo rompimento da generalização de África que precisamos encarar a História dos povos africanos. É necessário considerarmos os distintos povos africanos em suas especificidades. Quando se fala que “os negros escravizaram os negros” de quais “negros” estamos falando? De reis? De súditos? Em quais costumes esses “negros” estão inseridos? Quais são suas crenças? No que se baseia a escravidão dentro de sua respectiva sociedade?

Na África Central do século XVII (região onde hoje se localizam Angola, República do Congo e República Democrática do Congo), por exemplo, existiam diversos reinos. O reino do Congo, reino do Dongo, Matamba, Cassange, Benguela, entre outros. Os habitantes de cada um desses reinos não se identificavam como “negros” ou como “africanos”, muito menos se identificavam como iguais. Os reinos se constituíam em rígidas hierarquias, baseadas em ancestralidade, laços de sangue, poder sobre território, poder sobre pessoas, alianças políticas e militares. Havia pessoas com mais direitos do que outras; pessoas com mais poderes do que outras. Considerando a organização do Quilombo dos Palmares como a reconstrução de um reino centro-africano no Brasil, é possível dizer que esses valores e hierarquias também foram reproduzidos aqui.

Tomemos, como exemplo, o reino do Dongo, formado pelo grupo étnico ambundo, no qual o idioma era o quimbundo, cujo soberano do reino se chamava *Ngola* (o que deu origem ao nome do país Angola). O *Ngola* era a autoridade máxima dentro de todo o reino. Mas o reino era dividido em várias regiões e cada região tinha um líder local, chamado *soba*. O *soba* era o chefe da aldeia, representava a liderança máxima dentro de seu espaço de domínio e exercia poder sobre todas as pessoas que residiam naquele território. Dentro das aldeias, havia os membros oficiais das famílias, chamados de crianças da “murinda”; e aqueles que eram chamados de *quijicos*, servos obtidos através de guerra, mas que não poderiam ser vendidos. Os *quijicos* eram uma extensão dos bens do *soba* e do *Ngola*. E, por fim, havia no Dongo a categoria social dos *mubicas*. Os *mubicas* eram escravizados obtidos em guerra que poderiam ser vendidos e eram muitas vezes usados como moeda de troca. Os *mubicas* estavam abaixo dos *quijicos*, que estavam abaixo das crianças da murinda, que estavam abaixo dos *sobas*, que por sua vez estavam abaixo do *Ngola*. Todas são categorias sociais distintas, divididas em hierarquias extremamente organizadas e baseadas nos valores dos ambundos. Percebiam, os *quijicos* não eram livres e detentores de direitos, mas não poderiam ser vendidos, ao contrário dos *mubicas*. Isso porque a lógica de escravidão dentro dos valores ambundos é completamente diferente da escravidão que se desenvolve no continente americano.

Nessa sociedade complexa, fica evidente que não se tratava de negros escravizando negros. Eram *sobas* e *Ngolas* que exerciam seus poderes e domínios legítimos sobre pessoas. Não eram negros vendendo os próprios negros. Eram *sobas* e *Ngolas* vendendo *mubicas*, porque os *mubicas* não eram considerados iguais aos *sobas* e *Ngolas*. E são essas diferenças que precisamos enxergar. Não existia uma identidade única, uma classe social única, um grupo africano único. Os ambundos, assim como qualquer outro povo africano, enxergavam-se dentro de suas diferenças. E, da mesma forma como ocorreu ao longo da história da humanidade, essas diferenças resultavam em disputas, guerras, hierarquias e poderes distribuídos de formas diferentes.

Entretanto, não é possível de forma alguma dizer que a escravidão dos *mubicas* do reino do Dongo era igual à escravidão do Brasil Colônia e Império. Não é possível dizer que os escravizados do Dongo eram iguais aos milhões de africanos escravizados nas Américas. A existência da escravidão no continente africano tem suas especificidades que a diferem profundamente do processo de escravidão que se desenvolveu no Brasil. A escravidão entre os povos africanos é a prova de que, assim como os povos europeus, asiáticos e quaisquer outros, os africanos são seres humanos inseridos em experiências históricas de grande densidade. Não se trata de negar a existência da escravidão dentro do continente africano. Mas dizer de forma genérica que “negros escravizaram negros” é negar a complexidade das sociedades africanas, é reduzi-las a um único grupo, é diminuir sua humanidade. E o mais importante: a existência da escravidão no continente africano não é justificativa para diminuir a cruel, violenta, genocida e desumanizadora experiência da escravidão africana nas Américas [...].

OLIVEIRA, Guilherme. Por que é errado dizer que os negros escravizaram os negros? *Portal Geledés*, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-e-errado-dizer-que-os-negros-escravizaram-os-negros/>. Acesso em: 1º jun. 2022.

Resumindo

- A chegada dos europeus à América promoveu um intenso choque nas culturas ameríndias.
- No território que viria a ser a América espanhola, destacavam-se os grandes impérios Mexica (na Mesoamérica) e Inca (na zona andina central).
- No território que viria a ser o Brasil, as populações indígenas eram marcadas por uma profunda heterogeneidade.
- As bases da colonização foram definidas pelo sistema colonial, ou seja, pelo exclusivo metropolitano em relação ao comércio colonial.
- A colonização espanhola foi marcada pela extração de minérios, exploração da mão de obra indígena (*mita* e *encomienda*) e urbanização e segmentação social entre *criollos* e *chapetones*.
- Após um período de desinteresse inicial pela América, Portugal deu início à montagem da empresa açucareira pautada na exploração da mão de obra escravizada negra de origem africana. A produção de açúcar na colônia foi baliza para o estabelecimento das relações sociais e econômicas.
- Entre 1580 e 1640, Portugal esteve submetido ao domínio espanhol. Durante esse período, o da União Ibérica, a Companhia das Índias Ocidentais invadiu o nordeste colonial do Brasil, tomando, para si, a empresa açucareira de Portugal.

Quer saber mais?



Livros

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O livro reúne mais de 100 artigos de pesquisadores sobre a história dos povos indígenas do Brasil.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

O livro aborda, por meio de problemáticas diversas, a história dos povos nativos do território que viria a ser o Brasil.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2020.

A obra apresenta uma visão panorâmica da história do continente africano e sua diversidade.



Podcast

HISTÓRIA Pirata #18 – Os povos indígenas e o Brasil colonial, com José Inaldo Chaves.

O programa debate questões diversas sobre a história e a historiografia dos povos indígenas do Brasil.



Vídeo

COLONIZAÇÃO e formação do Brasil | Fernando Novais. Café Filosófico CPFL. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Dfe8NoGm_d4

Aula com Fernando Novais, professor Emérito da Universidade de São Paulo, sobre o Brasil Colônia e a formação do Brasil como nação.

Acesso em: 8 jul. 2021.

Exercícios complementares

- 1. Unicamp-SP 2020** O escritor Fernão Mendes Pinto não foi o único a criticar a construção de um império que ia da Índia ao Amazonas. Outros – entre os quais se destacam Gil Vicente e Camões – registraram que o reverso da medalha do papel de civilizadores e missionários assumido pelos portugueses era a brutalidade, a covardia, a avareza, a crueldade, a pilhagem e o desprezo pelas sensibilidades, costumes, crenças e propriedades dos locais. A prosa e a poesia do século XVI exprimiram o receio de que o preço a pagar por tal aventureirismo poderia ser a degenerescência moral e o declínio das virtudes cívicas em Portugal.

(Adaptado de A. J. R. Russel-Wood, Reviewed work: The Travels of Fernão Mendes Pinto by Fernão Mendes Pinto, Revecca D. Catz. *The International History Review*, p. 568-572, ago. 1990.)

- a) Explique as críticas de Gil Vicente e Camões à construção do Império português da Época Moderna.
- b) Cite e explique uma forma de resistência à presença dos portugueses no Ultramar.

- 2. Unicamp-SP 2019** Sobre o diário do indígena Chimalpahin, o historiador Serge Gruzinski escreveu: Toda a obra do cronista transborda de anotações que desenham um imaginário planetário, cujas referências nos parecem muitas vezes inesperadas. Dois meses depois de ter evocado o assassinato do rei de França, em 15 de novembro de 1610, Chimalpahin dirige seu olhar para o Japão e anota: “Dom Rodrigo de Vivero, vindo do Japão, perto da China, fez sua entrada na Cidade do México. Fez-se amigo do imperador japonês e este lhe emprestou a fortuna que Rodrigo trouxe à Cidade do México; ele trouxe, além disso, alguns japoneses com ele. Todos estavam vestidos como se vestiam lá, com uma espécie de colete e um cinto em torno da cintura, onde levavam sua katana de aço, uma espécie de espada. Não se mostravam tímidos, não eram pessoas calmas ou humildes, tinham, ao contrário, o aspecto de águias ferozes.”

(Adaptado de Serge Gruzinski, *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Edusp, 2014, p. 36.)

Considerando o estudo histórico de Gruzinski e seus conhecimentos,

- a) identifique, a partir do texto, dois aspectos que caracterizam os contatos culturais;
 - b) explique a importância do diário de Chimalpahin para a compreensão do processo de colonização da América.
- 3. Fuvest-SP 2020** A imagem a seguir refere-se às principais rotas de comércio da África do Norte e Ocidental, no século XV.



Eric Wolf, *A Europa e os Povos sem História* (trad.). São Paulo: Edusp, 2005.

Em relação às rotas comerciais representadas no mapa, é correto afirmar que elas

- a) indicam que a melhoria das condições ambientais do Saara permitiu a construção de estradas pelo deserto.
- b) foram construídas pelo poder islâmico do Cairo, que promoveu a unificação de toda a África do Norte.
- c) mostram a decadência econômica do comércio do Saara oriental, em razão da crise do Império Egípcio.
- d) atingem a região ao sudoeste do Saara, local de origem do ouro que chegava aos portos do Mediterrâneo.
- e) representam o poder do Império de Songai, cuja capital era Timbuctu, que unificou todo o território entre o Atlântico e o mar Vermelho.

4. Unesp 2016 Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até a outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Traz, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas e delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. [...]

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal nem de ferro; nem lho vimos.

Porém a terra em si é de muito bons ares [...].

Águas são muitas; infindas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar.

(Carta de Pero Vaz de Caminha, 1500. <http://objdigital.bn.br>.)

Identifique duas das motivações da colonização portuguesa do Brasil citadas na Carta, indicando os trechos do documento que as mencionam.

5. Unifesp Chegamos à terra dos Ciclopes, homens soberbos e sem leis [...] Não têm assembleias que julguem ou deliberem, nem leis; vivem em grutas, no cimo das altas montanhas: e cada um dita a lei a seus filhos e mulheres, sem se preocupar uns com os outros.

(Homero. *Odisseia*, Século VIII a.C.)

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles não têm nem entendem nenhuma crença, segundo parece. E, portanto, se os degredados que aqui hão-de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvidado, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, fazerem-se cristãos e crerem na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade e imprimir-se-á [facilmente] neles qualquer cunho que lhes quiserem dar.

(Pero Vaz de Caminha. *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, 1º de maio de 1500.)

Os textos apresentados expressam valores próprios às sociedades em que foram produzidos: a Grécia da antiguidade e a ibérica do século XV.

- a) Que diferença de valores pode ser constatada entre essas sociedades, a partir dos textos?
- b) Além do objetivo expresso pela Carta de Caminha, a colonização portuguesa do Brasil teve uma clara finalidade econômica. Qual finalidade era essa?

6. FICSAE-SP 2017

Em busca de Pindorama – A questão da terra e da identidade indígenas no Brasil

A luta dos gamela na região de Viana [Maranhão] não é recente, afirmam os indígenas. Há ataques registrados em pelo menos duas outras ocasiões: no final da década de 1960, quando escrituras de terras onde eles viviam começaram a aparecer com o nome de outros donos, e em 1987. Como em diversas regiões do país, o conflito reflete a dificuldade que rege a titularidade de terras rurais. Uma história que passa por expulsões de pessoas mais vulneráveis de suas áreas, por grilagem e ocupações irregulares e, até, pela convivência de cartórios, que em décadas passadas faziam registros falsos de acordo com o gosto de quem pudesse pagar mais. Em um cenário onde o estoque de terras vêm se esgotando, os conflitos parecem estar se tornando cada vez mais frequentes.

Talita Bedinelli, *EL PAÍS*. Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/06/politica/1494107739_378228.html, Acessado em: 08/05/17. Imagem: <https://mirim.org/terras-indigenas>, acesso em 13/05/2017.

No Mato Grosso, onde está reunida, a população xavante tem atualmente quase vinte mil índios, segundo o censo da Funai. Cerca de deles vivem nas quatro aldeias de Marãiwatsédé, numa região que era de transição do cerrado para a floresta amazônica – quem conheceu a região nos anos 1960 fala com saudosismo do mato fechado que encobria até as estradas. A mata, contudo, desapareceu. Rodeada por fazendas com soja e gado, ela ganhou o título de terra indígena mais desmatada do Brasil, com cerca de 80% de seu território destruído.

Lucas Ferraz, Rai Reis Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, 12/09/2016.



Imagem: <http://www.dicionariotupiguarani.com.br/mapas/>. Acesso em 13/05/2017.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º – São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º – As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

[...]

§ 4º – As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Fonte: Extraído de Constituição da Rep. Fed. do Brasil, 1988. Tít VIII, Cap. VIII, Dos Índios. <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17/05/2017.



Imagem: <http://www.socioambiental.org>. Acesso em: 17/05/2017.

A partir dos textos e das imagens, caracterize a situação dos povos indígenas no início da colonização portuguesa (século XVI) e na atualidade, tendo em vista a questão da terra e da identidade.

7. Fuvest-SP 2018

Estimativa da população indígena da América na época do contato europeu		
Região	População estimada	Percentual em relação à população total da América
América do Norte	4.400.000	7,7
México	21.400.000	37,3
América Central	5.650.000	9,9
Caribe	5.850.000	10,2
Andes	11.500.000	10,2
Planícies da América do Sul	8.500.000	14,8
Total	57.300.000	100,0

Stuart B. Schwartz & James Lockhart, *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Com base nos dados fornecidos pela tabela,

- explique as razões da distribuição geográfica desigual da população indígena no hemisfério americano no momento do contato europeu;
- compare as unidades políticas indígenas do México com as dos Andes, citando ao menos um padrão comum e uma divergência entre elas.

- 8. Unesp 2017** Os deuses disseram entre si depois de criar o homem: “O que os homens comerão, oh deuses? Vamos já todos buscar o alimento.” Enquanto isso, as formigas vermelhas estavam colhendo e carregando os grãos de milho que traziam de dentro do Tonacatepetl (Montanha do Sustento). O deus Quetzalcoatl encontrou as formigas e lhes disse: “Digam-me, onde vocês colheram os grãos de milho?”. Muitas vezes lhes perguntou, mas as formigas não quiseram responder. Algum tempo depois, as formigas disseram a Quetzalcoatl: “Lá.” E apontaram o lugar. Quetzalcoatl se transformou em formiga negra e as acompanhou. Desse modo, Quetzalcoatl acompanhou as formigas vermelhas até o depósito, arranjou o milho e em seguida o levou a Tamoanchan (moradia dos deuses e onde o homem havia sido criado). Ali os deuses o mastigaram e o puseram na nossa boca para nos robustecer.

Apud Eduardo Natalino dos Santos. Cidades pré-hispânicas do México e da América Central, 2004.

O texto asteca

- a) promove a divulgação das qualidades nutricionais do milho para o fortalecimento dos guerreiros mesoamericanos.
 - b) oferece uma explicação mítica para a importância do milho na base da alimentação dos povos mesoamericanos.
 - c) demonstra sustentação histórica e claro desenvolvimento de pensamento lógico e racional.
 - d) procura justificar o fato de apenas os governantes dos povos mesoamericanos poderem exercer atividades agrícolas.
 - e) revela a influência das fábulas europeias na construção do imaginário dos povos mesoamericanos.
- 9. FGV-SP 2016** O poeta canta:

“A espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem.” (Pablo Neruda).

Talvez não seja inútil partir desses versos para tentar perceber por que elementos – que encarados em seu conjunto, constituem um mecanismo – foi possível a conquista da América.

(Ruggiero Romano, Mecanismos da Conquista Colonial. 1973. Adaptado.)

Sobre o trecho citado, é correto afirmar que a conquista espanhola da América

- a) diferenciou-se muito da praticada pelos portugueses no Brasil, porque houve a instituição de pequenas propriedades rurais, a produção essencialmente voltada para o mercado interno e, ao mesmo tempo, uma política indigenista que privilegiou a catequese e condenou todas as formas de exploração do trabalho indígena, estabelecendo o trabalho assalariado para as atividades produtivas; mas a ausência de alimentos fez a fome prevalecer entre os colonos.
 - b) contou com muitas condições facilitadoras, caso da organização social das sociedades indígenas, produtoras de excedentes agrícolas e acostumadas com o trabalho de exploração extrativista mineral; mas, por outro lado, os religiosos espanhóis defendiam a necessidade da escravidão indígena a fim de que os nativos da América percebessem a importância da fé religiosa e do temor a Deus para a construção de laços familiares estáveis e moralmente aceitos.
 - c) foi organizada pelas elites coloniais, representadas pelos *criollos*, que criaram vários mecanismos de exploração do trabalho indígena, prevalecendo a condição escrava, porque, ainda que os preceitos jurídicos explicitassem a qualidade dos nativos de homens livres, cada morador adulto de aldeias era obrigado a oferecer a metade dos dias do ano de trabalho nas propriedades agrícolas, sempre com o irrestrito apoio das congregações religiosas, especialmente a dos jesuítas.
 - d) constituiu-se como um organismo, no qual se articularam a superioridade bélica do colonizador, exemplificada pelo uso do cavalo; a existência de alguns mitos religiosos que precederam a presença espanhola na América, caso das profecias que garantiam a chegada iminente de novos deuses ou de calamidades; e uma considerável modificação nas formas de organização das sociedades nativas americanas, materializada na imposição de novas formas e ritmos de trabalho.
 - e) esteve sempre muito ameaçada pela dificuldade em obter mão de obra farta, porque as guerras entre os povos nativos eram constantes e geravam muitas mortes e, além disso, porque havia uma pressão importante de vários setores da Igreja Católica para que os indígenas só fossem deslocados às frentes de trabalho depois da formação catequética, que demorava alguns anos e retirava dos índios a motivação para as atividades mais rudes, caso da extração da prata.
- 10. Unesp 2018** Em 1500, fazia oito anos que havia presença europeia no Caribe: uma primeira tentativa de colonização que ninguém na época podia imaginar que seria o prelúdio da conquista e da ocidentalização de todo um continente e até, na realidade, uma das primeiras etapas da globalização.

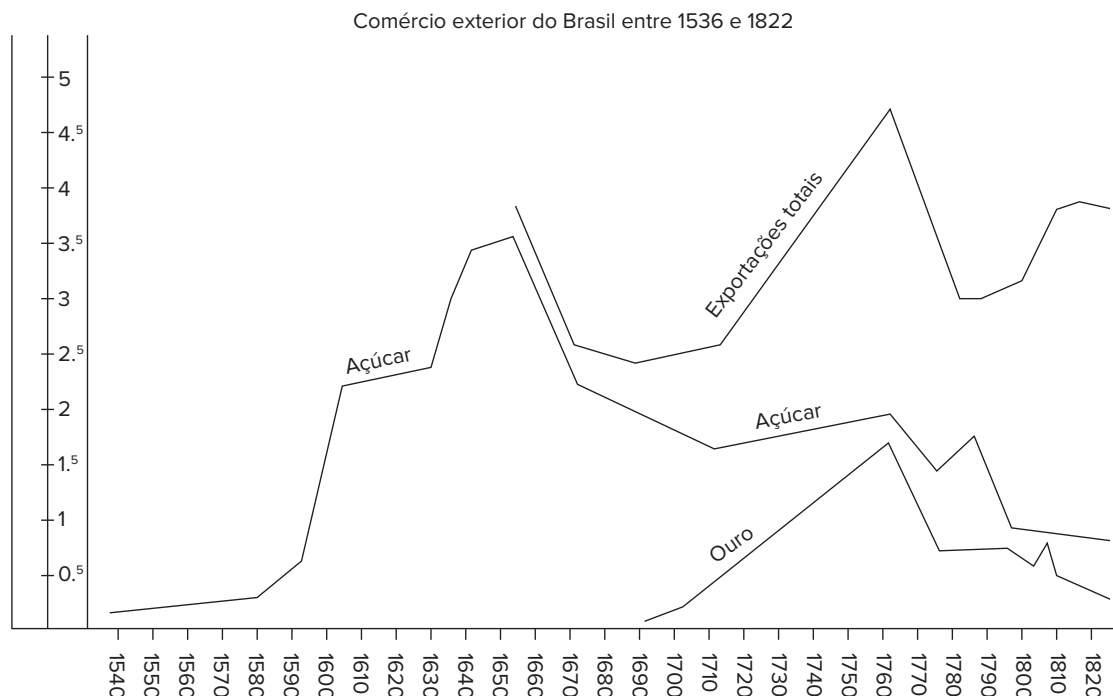
A aventura das ilhas foi exemplar para toda a América, espanhola, inglesa ou portuguesa, pois ali se desenvolveu um roteiro que se reproduziu em várias outras regiões do continente americano: caos e esbanjamento, incompetência e desperdício, indiferença, massacres e epidemias. A experiência serviu pelo menos de lição à coroa espanhola, que tentou praticar no resto de suas possessões americanas uma política mais racional de dominação e de exploração dos vencidos: a instalação de uma Igreja poderosa, dominadora e próxima dos autóctones, assim como a instalação de uma rede administrativa densa e o envio de funcionários zelosos, que evitaram a repetição da catástrofe antilhana.

(Serge Gruzinski. A passagem do século: 1480-1520: as origens da globalização, 1999. Adaptado.)

As epidemias provocadas pelos contatos entre europeus e povos autóctones da América

- demonstraram o risco da expansão territorial para áreas distantes e determinaram o imediato desenvolvimento de vacinas.
- representaram uma espécie de guerra biológica que afetou, ainda que de forma desigual, conquistadores e conquistados.
- provocaram a interdição, pelas cortes europeias, da circulação de mulheres grávidas entre os dois continentes.
- foram utilizadas pelos nativos para impedir o avanço dos europeus, que contraíram doenças tropicais, como a febre amarela e a malária.
- levaram à proibição, pelas cortes europeias, do contato sexual entre europeus e nativos, para impedir a propagação da sífilis.

11. Fuvest-SP 2021



R. Simonsen, *História econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1977.

A partir da análise do gráfico, no qual a ordenada corresponde a valores totais de exportação (em milhões de libras esterlinas) e a abcissa a intervalos de tempo (em décadas), justifique

- o declínio nos valores do açúcar entre, aproximadamente, 1650 e 1710;
- a diferença entre os valores totais e a somatória dos valores de açúcar e ouro por volta de 1760;
- a diferença entre os valores de açúcar e ouro por volta de 1810.

12. Unesp 2022 [...] as irmandades de negros eram espaços permitidos dentro da legalidade, nos quais o escravo podia manifestar-se fora de suas relações de trabalho. [...] Em certo sentido, era através da religião católica que o escravo encontrava algum lenitivo para sua situação. Tudo indica que a permissão para a criação das irmandades de negros tenha sido dada com o intuito de obter melhores resultados na cristianização dos escravos [...]. Paradoxalmente, os negros utilizaram as irmandades para resguardar valores culturais, em especial suas crenças religiosas. [...] Tudo leva a crer que, a partir da realidade vivida naquela época, bem como considerando as dificuldades, o negro recriou e reinterpretou a cultura dominante, adequando-a à sua maneira de ser.

(Ana Lúcia Valente. "As irmandades de negros: resistência e repressão". In: *Horizonte*, v. 9, no 21, 2011.)

Segundo o excerto, as irmandades religiosas de negros, no Brasil colonial, eram

- organizações culturais destinadas à difusão do catolicismo e, paralelamente, à valorização do sincretismo religioso.
- confrarias em que era proibido, por ordens metropolitanas, o contato direto entre escravizados.
- templos em que era permitida, pelas autoridades coloniais, a realização de cultos religiosos de origem africana.
- espaços de imposição de princípios europeus aos escravizados e, simultaneamente, de manifestação de traços culturais de matriz africana.
- instituições de apoio e auxílio aos escravizados, criadas e mantidas por meio da atuação catequizadora dos jesuítas espanhóis.

13. **Unesp 2022** Os povos que viviam nas terras conquistadas pelos portugueses na América
- eram destituídos de interesses e práticas religiosas.
 - concentravam-se nas áreas litorâneas do território.
 - eram coletores ou praticavam agricultura rudimentar.
 - alimentavam-se prioritariamente de carne humana.
 - eram pacíficos ou dedicados a alianças e acordos entre grupos.

14. **Enem PPL 2014** Áreas em estabelecimento de atividades econômicas sempre se colocaram como grande chamariz. Foi assim no litoral nordestino, no início da colonização, com o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o fumo, as produções de alimentos e o comércio. O enriquecimento rápido exacerbou o espírito de aventura do homem moderno.

FARIAS, S. C. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (adaptado).

O processo descrito no texto trouxe como efeito o(a)

- acumulação de capitais na Colônia, propiciando acriação de um ambiente intelectual efervescente.
- surgimento de grandes cidades coloniais, voltadas para o comércio e com grande concentração monetária.
- concentração da população na região litorânea, pela facilidade de escoamento da produção.
- favorecimento dos naturais da Colônia na concessão de títulos de nobreza e fidalguia pela Monarquia.
- construção de relações de trabalho menos desiguais que as da Metrópole, inspiradas pelo empreendedorismo.

15. **UFU-MG 2016** No final da década de 1970 e início da década de 1980, vários trabalhos foram publicados abordando a temática do mercado interno. Trabalhos esses, de base empírica, que se encarregaram de demonstrar a forte presença de relações de troca e a sua significação para o desenvolvimento interno da colônia. Trata-se agora de avaliar as especificidades do mercado interno brasileiro, as diversas modalidades em cada região e a sua integração com a sociedade local.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 27 (Adaptado).

A historiografia recente sobre a economia do Brasil colonial tem enfatizado uma dinâmica econômica mais diversificada, que pode ser exemplificada

- pela crescente presença de um tráfico interno de indígenas escravizados, com apoio da Igreja, e responsável pela formação de grupos mercantis no interior da colônia.
- pelo fortalecimento, ao longo de todo o século XVIII, da economia açucareira que, ao contrário da economia mineradora, era muito mais voltada ao mercado interno.
- pela presença de mecanismos de acumulação endógena de capital e pela formação de grupos mercantis que constituíram riqueza para além das barreiras impostas pelo sistema colonial.

- pelas atividades bandeirantes de exploração do interior que, financiadas essencialmente pela Igreja, foram decisivas na ampliação do mercado doméstico a partir do desenvolvimento de novas culturas.

16. **Fuvest-SP 2020** Observe a imagem e leia o texto.



Felipe Guamán Poma de Ayala, o autor da imagem, foi um cronista ameríndio de ascendência incaica que viveu no Peru entre 1534 e 1615. A imagem faz parte de sua *Nueva Corónica y Buen Gobierno*, finalizada no começo do século XVII e endereçada ao rei Felipe III, sendo acompanhada da seguinte legenda, traduzida do espanhol:

Pobre dos índios, de seis animais que comem e a que temem os pobres dos índios deste reino: serpente, correedor; tigre, espanhóis das cidades; leão, *encomendero*; cadela, padre da doutrina; gato, *escrivão*; rato, cacique principal. Estes ditos animais que não temem a Deus esfolam aos pobres índios deste reino, e não há remédio, pobre Jesus Cristo.

- Identifique a situação do Peru quando da elaboração da obra.
- Descreva as estruturas de poder político e econômico que são comentadas na imagem e no texto que a acompanha.
- Análise as tensões no mundo indígena sugeridas por texto e imagem.

17. **UFU-MG 2016** Em 1519, a cidade do México-Tenochtitlán contava com cerca de 400 mil habitantes, o que significa que, na época, era provavelmente a maior cidade do mundo, e que essa sociedade urbanizada com certeza dispunha de elites perfeitamente formadas para que pudesse funcionar de maneira eficaz. Compreende-se que, para administrar uma cidade de tal importância, os invasores não pudessem se abster dos saberes sofisticados, do prestígio e da influência da nobreza índia. Essa nobreza tinha uma formação notável. Antes da conquista

espanhola, era formada em colégios de ensino superior, os calmecac, onde aprendia os saberes, os mitos, os rituais e as artes do mundo pré-colombiano. [...]

GRUZINSKI, Serge. *O renascimento ameríndio*. In: NOVAES, Aduato (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 285-286 (Adaptado).

O texto discorre acerca das relações entre os conquistadores espanhóis e os indígenas durante o longo período de colonização da América.

A respeito desse tema, faça o que se pede.

- a) Discuta como o impacto da presença de uma elite letrada nativa em terras americanas afetou a colonização espanhola.
 - b) Considerando as diferenças culturais existentes entre os indígenas da América Espanhola e da América Portuguesa, caracterize as distintas estratégias usadas por colonizadores espanhóis e portugueses em relação aos nativos.
- 18. Unicamp-SP** Durante a conquista espanhola no México, iniciada em 1519 por Cortés, a superioridade tecnológica dos europeus era amplamente compensada pela superioridade numérica dos indígenas e muitos truques foram inventados para atrapalhar o deslocamento dos cavalos: os indígenas acostumaram-se a cavar fossas profundas nas quais espetavam paus em que as montarias eram empaladas. Mais tarde, em 1521, canoas “encouraçadas” resistiriam às armas de fogo. A tática indígena evoluiu e adaptou-se às práticas do adversário: os mexicas, contrariamente ao costume, armaram ataques noturnos ou em terreno coberto. Por outro lado, se as epidemias de varíola já estavam dizimando as tropas de México-Tenochtitlan, também não poupavam os índios de Tlaxcala ou de Texcoco, que apoiavam os espanhóis.

(Adaptado de Carmen Bernard e Serge Gruzinski, *História do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 351.)

- a) Identifique uma estratégia utilizada por espanhóis e outra pelos indígenas durante as disputas pelo domínio do México.
- b) Explique por que houve acentuada queda demográfica entre as populações indígenas nas primeiras décadas após a conquista espanhola.

- 19. Fuvest-SP 2018** A imagem representa a morte de Atahualpa, o último imperador inca, em 1533, após a conquista espanhola comandada por Francisco Pizarro.



Luis Montero. *Os funerais do índio Atahualpa*. Óleo sobre tela, 1865-1867.

Analise as quatro afirmações seguintes, a respeito da empresa e da conquista colonial espanhola no Peru e da representação presente na imagem.

- I. A conquista foi favorecida pelo conflito interno entre os dois irmãos incas, Atahualpa e Huáscar, aproveitado pelas forças espanholas lideradas por Francisco Pizarro.
- II. A produção agrícola das *plantations* escravistas constituiu-se na base econômica do vice-reinado do Peru, controlado pelos espanhóis.
- III. Do lado esquerdo da pintura, há uma movimentação conflituosa, na qual as mulheres incas são contidas por guardas espanhóis, contrastando com a expressão ordenada e solene do lado direito, composto por religiosos e autoridades espanholas em torno do corpo do imperador inca.
- IV. A pintura revela o resgate de elementos históricos – importante para a construção do ideário nacionalista no século XIX, no processo pós-independência e de formação do Estado nacional peruano –, mas retrata os personagens indígenas com trajes e feições europeus.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) III e IV.

- 20. Unicamp-SP 2019** A seguir, leia um trecho da petição ao rei de Espanha escrita por Juan Garrido, conquistador residente na cidade do México, em 27 de Setembro de 1538.

Eu, Juan Garrido, de cor negra, membro desta comunidade [vecino], e residente nesta cidade, trago um relato de como servi à Vossa Majestade na conquista e pacificação desta Nova Espanha. Desde quando Cortés entrou nela, estive presente em todas as invasões, conquistas e pacificações realizadas no sul do Pacífico, nas ilhas de Porto Rico e de Cuba. Fiz tudo às minhas custas, sem receber nem salário nem repartimento de índios ou qualquer outra coisa. De todas estas formas, durante trinta anos, servi e continuo a servir à Vossa Majestade.

(Traduzido e adaptado de Matthew Restall, *Probanza of Juan Garrido. Black Conquistadors: Armed Africans in Early Spanish America. The Americas*, Cambridge, v. 57, n. 2, out. 2000, p. 171.)

Assinale a alternativa correta.

- a) A presença de negros nos processos de conquista e colonização das Américas limitou-se à atuação como mão de obra escravizada em plantações, em serviços domésticos ou como trabalhadores sem especialização em núcleos urbanos.
- b) A presença de afrodescendentes na América espanhola pode ser distribuída nas categorias: escravos, fugitivos ou forros, em meio rural e urbano, auxiliares nos processos de conquista e ainda como conquistadores, proprietários e *vecinos*.

- c) A presença de negros nos exércitos de Cortez é um exemplo da ausência de critérios discriminatórios de limpeza de sangue no processo de conquista da América espanhola, diferentemente do que ocorria nas Américas portuguesa e inglesa.
- d) A presença de afrodescendentes no mundo espanhol foi tardia e concentrou-se no espaço caribenho, onde atuaram como parte da mão de obra escravizada, mas também atuaram como conquistadores e *vecinos* cidadãos.

21. Uerj 2017

MAPA 1



Planisfério de Cantino, 1502.

MAPA 2



Mapa do Brasil, de João Teixeira Albernaz, 1666.

ADONIAS, I; FURRER, B. Mapa: *imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

Podem-se observar nos mapas maneiras distintas de representar o território que viria a ser designado como Brasil, no contexto da conquista e colonização portuguesa na América entre os séculos XVI e XVII, respectivamente.

Identifique um aspecto de cada um dos mapas que os diferencie quanto à representação do território. Em seguida, apresente duas ações políticas ou econômicas da colonização portuguesa no Brasil, uma para o século XVI e outra para o século XVII.

22. Fuvest-SP 2017 (Adapt.) Durante as obras relativas ao projeto urbanístico Porto Maravilha, na zona portuária do Rio de Janeiro, foram encontradas, na escavação da área, as lajes de pedra do antigo Cais do Valongo. Esse cais de pedra foi construído no local que era utilizado para o desembarque de africanos escravizados desde o século XVIII. Quase um quarto de todos os africanos escravizados nas Américas chegou pelo Rio de Janeiro, podendo esta cidade ser considerada o maior porto escravagista do mundo.

- a) Considerando as atividades econômicas importantes do século XVIII que utilizavam predominantemente mão de obra escravizada, escreva duas dessas atividades e identifique a região onde se desenvolviam.
- b) Indique dois motivos que explicam por que, no Brasil, durante o período colonial, a mão de obra escravizada dos indígenas foi substituída pela mão de obra escravizada dos africanos.

23. Enem 2021 Porque todos confessamos não se poder viver sem alguns escravos, que busquem a lenha e a água, e façam cada dia o pão que se come, e outros serviços que não são possíveis poderem-se fazer pelos irmãos Jesuítas, máxime sendo tão poucos, que seria necessário deixar as confissões e tudo mais. Parece-me que a Companhia de Jesus deve ter e adquirir escravos, justamente, por meios que as Constituições permitem, quando puder para nossos colégios e casas de meninos.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 (adaptado).

O texto explicita premissas da expansão ultramarina portuguesa ao buscar justificar a

- a) propagação do ideário cristão.
- b) valorização do trabalho braçal.
- c) adoção do cativo na Colônia.
- d) adesão ao ascetismo contemplativo.
- e) alfabetização dos indígenas nas Missões.

24. FGV-SP 2018 A agromanufatura da cana resultaria em outro produto tão importante quanto o açúcar: a cachaça. Alambiques proliferaram ao longo dos séculos coloniais. A comercialização da bebida afetava profundamente a importação de vinhos de Portugal. Esse comércio era obrigatório, pois por meio dos tributos pagos pelas cotas do vinho importado é que a Coroa pagava as suas tropas na Colônia. A cachaça produzida aqui passou a concorrer com os vinhos, com vantagens econômicas e culturais. Essa concorrência comercial entre colônia e

metrópole se estendeu para as praças negreiras e rotas de comercialização de escravos na África portuguesa. A cachaça brasileira, por ser a bebida preferida para os negócios de compra e venda de escravos africanos, colocou em grande desvantagem a comercialização dos vinhos portugueses remetidos à África. A longa queda de braço mercantil acabou favorecendo afinal a cachaça, porque sem ela, nada de escravos, nada de produção na Colônia, com consequências graves para a arrecadação do reino.

(Ana Maria da Silva Moura. Doce, amargo açúcar. *Nossa História*, ano 3, n. 29, 2006. Adaptado)

A partir dessa breve história da cachaça no Brasil, é correto afirmar que

- a) essa produção prejudicou os negócios relacionados ao açúcar, porque desviava parte considerável da mão de obra e dos capitais, além de incentivar o tráfico negreiro em detrimento do uso do trabalho compulsório indígena, que mais interessava ao Estado português.
- b) esse item motivou recorrentes conflitos entre as elites colonial e metropolitana, condição em parte solucionada quando as regiões africanas fornecedoras de escravos tornaram-se também produtoras de cachaça, o que desestimulou a sua produção na América portuguesa.
- c) essa bebida tem uma trajetória que comprova a ausência de domínio da metrópole sobre a América portuguesa, porque as restrições ao comércio e à produção de mercadorias no espaço colonial não surtiam efeitos práticos e coube aos senhores de engenho impor a ordem na Colônia.
- d) esse produto desrespeitava um princípio central nas relações que algumas metrópoles europeias impunham aos seus espaços coloniais, nesse caso, a quebra do monopólio de grupos mercantis do reino e a concorrência a produtos da metrópole.
- e) essa mercadoria recebeu um impulso importante, mesmo contrariando as determinações metropolitanas, mas, gradativamente, perdeu a sua importância, em especial quando o tabaco e os tecidos de algodão assumiram a função de moeda de troca por escravos na África.

- 25. Unesp 2016** Os diários, as memórias e as crônicas de viagens escritas por marinheiros, comerciantes, militares, missionários e exploradores, ao lado das cartas náuticas, seriam as principais fontes de conhecimento e representação da África dos séculos XV ao XVIII.

A barbárie dos costumes, o paganismo e a violência cotidiana foram atribuídos aos africanos ao mesmo tempo em que se justificava a sua escravização no Novo Mundo. A desumanização de suas práticas serviria como justificativa compensatória para a coisificação dos negros e para o uso de sua força de trabalho nas plantations da América.

(Regina Claro. *Olhar a África*, 2012. Adaptado.)

As “*plantations* da América”, citadas no texto, correspondem a

- a) um esforço de coordenação da colonização ao redor do Atlântico, com a aplicação de modelos

econômicos idênticos nas colônias ibéricas da América e da costa africana.

- b) uma estratégia de valorização, na colonização da América e na África, das atividades agrícolas baseadas em mão de obra escrava, com a consequente eliminação de toda forma de artesanato e de comércio local.
- c) um modelo de organização da produção agrícola caracterizado pelo predomínio de grandes propriedades monocultoras, que utilizavam trabalho escravo e destinavam a maior parte de sua produção ao mercado externo.
- d) uma forma de organização da produção agrícola, implantada nas colônias africanas a partir do sucesso da experiência de povoamento das colônias inglesas na América do Norte.
- e) uma política de utilização sistemática de mão de obra de origem africana na pecuária, substituindo o trabalho dos indígenas, que não se adaptavam ao sedentarismo e à escravidão.

- 26. Unicamp-SP 2020** Um dos eixos da bipolaridade escravista que unia a África à América portuguesa girava, justamente, na rota aberta entre as duas margens do mar por correntezas e ventos complementares. Na ida, a rota principal seguia o inverso dos ponteiros do relógio, no sentido dos ventos oeste-leste, entre o Trópico de Capricórnio e 30°S. Na volta, a rota principal seguia no sentido dos alísios de sudeste, abaixo da linha do Equador. Na medida em que se zarpava com facilidade de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro até Luanda ou a Costa da Mina, e vice-versa, a navegação luso-brasileira que se desenvolveu naquelas rotas foi transatlântica e negreira. Vários tipos de trocas uniam as duas margens do oceano.

(Adaptado de Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 61-63.)

Com base no excerto e em seus conhecimentos, responda às questões.

- a) Explique a direção dos ventos alísios no Atlântico Sul e a sua funcionalidade no transporte marítimo da África para o Brasil.
- b) Cite e explique um exemplo de relação estabelecida entre o Brasil e a África na época da colonização portuguesa na América.

- 27. UEL-PR 2020** Leia o texto e analise o mapa a seguir.

Até o século XV, as principais características das comunidades africanas eram o parentesco e a escravidão. A comunidade era a principal garantia da coesão social: indivíduos que ameaçassem a harmonia ou rompessem com a lealdade ao seu grupo de parentesco podiam ser expulsos e, então, escravizados por outras comunidades. Na África, os escravos eram obtidos de várias maneiras: através do aprisionamento de “estrangeiros”, em guerras, sequestros ou compra, tanto de indivíduos expulsos de suas comunidades – acusados de praticar feitiçaria, por exemplo – quanto de membros de comunidades cuja sobrevivência estava ameaçada pela fome. Ou ainda, através de punições aplicadas a membros da própria

comunidade por crimes cometidos, como adultério, assassinato e não pagamento de dívidas. Embora os escravos não tivessem estabilidade nas comunidades que os aprisionaram, podiam tornar-se parte das mesmas, até mesmo participando da estrutura familiar e exercendo funções econômicas.

Adaptação de: MATTOS, H. M.; GRINBERG, K. "As relações Brasil – África no Contexto do Atlântico Sul". In: Beluce Belucci (Coord.). *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UCAM, CEA: CCBB, 2003. p. 32-33.



QUEVEDO, J.; ORDONEZ, M. A escravidão do Brasil. *Trabalho Resistência*. 2. ed., São Paulo, FTD, 1999 (coleção "Para conhecer melhor") olharparaver.blogspot.com

Com base no texto, no mapa e nos conhecimentos sobre escravidão, responda aos itens a seguir.

- Como se caracterizava a escravidão do século XV em algumas regiões da África?
- Como se caracterizava a escravidão no Brasil Colônia considerando as relações entre América Portuguesa e África?

28. Uerj 2018



A raça africana constitui uma parte grande da população dos países da América, e principalmente no Brasil, um elemento essencial da vida civil e das relações sociais que não teremos dúvida em consagrar grande parte desta obra aos negros, a seus usos e costumes. Compreende-se ainda melhor que assim o façamos escrevendo uma viagem pitoresca. Entretanto, se alguém julgar que em semelhante viagem dois cadernos de figuras de pretos são demais, queira considerar que o único lugar da terra em que é possível fazer semelhante escolha de fisionomias características,

entre as tribos de negros, é talvez o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro; é, em todo caso, o lugar mais favorável a essas observações. Com efeito, o destino singular dessas raças de homens traz aqui membros de quase todas as tribos da África. Num só golpe de vista pode o artista conseguir resultados que, na África, só atingiria através de longas e perigosas viagens a todas as regiões dessa parte do mundo.

Adaptado de RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Rugendas foi um dos integrantes da expedição dirigida pelo naturalista Barão de Langsdorff, que percorreu o Brasil entre 1824 e 1828. A obra *Viagem pitoresca através do Brasil*, publicada em 1835, é resultado dessa experiência.

A partir das imagens, indique um aspecto valorizado por Rugendas ao representar as populações de origem africana. Em seguida, a partir do texto, identifique uma característica do continente africano percebida por Rugendas.

29. UFRGS 2017 Assinale a alternativa correta sobre a história das diferentes sociedades africanas até o século XVI.

- O império Songhai, situado às margens do rio Níger, teve em sua capital Gao um importante polo mercantil que reunia mercadores oriundos da Líbia, do Egito e do Magreb.
- As sociedades da África equatorial, em função das condições geográficas e climáticas pouco propícias, eram formadas predominantemente por pastores de animais de pequeno porte, sendo praticamente inexistente na região o cultivo de produtos agrícolas.
- As sociedades de origem Bantu, localizadas na região da África meridional entre os séculos XII e XV, eram predominantemente nômades e coletoras, não organizadas em aldeias e com escasso desenvolvimento tecnológico.
- A África, marcada pela intensa difusão do cristianismo durante as Cruzadas, contou, entre os séculos XI e XV, com reduzida presença de elementos islâmicos na definição das variadas culturas existentes no continente.
- O estabelecimento da colônia portuguesa em Moçambique, no século XVI, definiu o início das rotas comerciais ligando a região oriental do continente africano, entre Madagascar e o Chifre da África, com a Europa e a Ásia.

30. Uece 2020 Atente para as seguintes afirmações sobre a expansão do cristianismo, no norte da África, entre os séculos I e VIII d.C.

- Começou, aproximadamente, no ano de 62 d.C. na cidade de Alexandria e depois difundiu-se para a região da Cirenaica e ao longo do rio Nilo, indo para Kush e Núbia.
- As invasões dos Vândalos, de 429 a 430 d.C., e a expansão árabe, a partir do século VII d.C., contribuíram para o enfraquecimento e quase desaparecimento do cristianismo.

III. A Etiópia foi o único local que, graças a sua profunda tradição monástica, adotou a religião cristã e conseguiu manter-se distante do proselitismo muçulmano.

É correto o que se afirma em

- a) II e III apenas. c) I e III apenas.
b) I, II e III. d) I e II apenas.

31. Unesp 2017 Caracterize os sistemas administrativos de capitanias hereditárias e de governo-geral empregados na colonização brasileira. Indique duas diferenças entre esses sistemas.

32. UFJF/Pism-MG 2020 Com as grandes navegações, portugueses e espanhóis cruzaram o oceano Atlântico chegando ao continente americano, a que denominaram Novo Mundo. Nessas terras, estabeleceram colônias que ficaram conhecidas como América portuguesa e América espanhola. Acerca da colonização nesses dois territórios, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na América portuguesa as riquezas encontradas no início da colonização foram ouro, prata e pedras preciosas, o que levou a coroa a se posicionar favoravelmente à exploração do território encontrado.
b) Na América espanhola o início da colonização foi marcado pelo estabelecimento de feitorias – entrepostos comerciais que armazenavam mercadorias, alimentos, armas – que se espalhavam pela costa.
c) Sob ameaça de invasão estrangeira, foram estabelecidos na América espanhola um sistema administrativo centralizado e uma política de povoamento pautada na *plantation* açucareira.
d) Para a administração da América portuguesa, inicialmente foram estabelecidas as capitanias hereditárias, que fracassaram, sendo criados, posteriormente, o governo-geral e as câmaras municipais.
e) Tanto na América portuguesa quanto na América espanhola, durante todo o processo de colonização, o contato com as populações nativas foi pacífico, baseado exclusivamente em diplomacia e negociações.

33. Fuvest-SP 2016 Eu por vezes tenho dito a V. A. aquilo que me parecia acerca dos negócios da França, e isto por ver por conjecturas e aparências grandes aquilo que podia suceder dos pontos mais aparentes, que consigo traziam muito prejuízo ao estado e aumento dos senhorios de V. A. E tudo se encerrava em vós, Senhor, trabalhardes com modos honestos de fazer que esta gente não houvesse de entrar nem possuir coisa de vossas navegações, pelo grandíssimo dano que daí se podia seguir.

Serafim Leite. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, 1954.

O trecho acima foi extraído de uma carta dirigida pelo padre jesuíta Diogo de Gouveia ao Rei de Portugal D. João III, escrita em Paris, em 17/02/1538. Seu conteúdo mostra

- a) a persistência dos ataques franceses contra a América, que Portugal vinha tentando colonizar de modo efetivo desde a adoção do sistema de capitanias hereditárias.

- b) os primórdios da aliança que logo se estabeleceria entre as Coroas de Portugal e da França e que visava combater as pretensões expansionistas da Espanha na América.
c) a preocupação dos jesuítas portugueses com a expansão de jesuítas franceses, que, no Brasil, vinham exercendo grande influência sobre as populações nativas.
d) o projeto de expansão territorial português na Europa, o qual, na época da carta, visava à dominação de territórios franceses tanto na Europa quanto na América.
e) a manifestação de um conflito entre a recém-criada ordem jesuíta e a Coroa portuguesa em torno do combate à pirataria francesa.

34. Unesp 2015 O Brasil colonial foi organizado como uma empresa comercial resultante de uma aliança entre a burguesia mercantil, a Coroa e a nobreza. Essa aliança refletiu-se numa política de terras que incorporou concepções rurais tanto feudais como mercantis.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*, 1987.

A constatação de que “Essa aliança refletiu-se numa política de terras que incorporou concepções rurais tanto feudais como mercantis” justifica-se, pois a política de terras desenvolvida por Portugal durante a colonização brasileira

- a) permitiu tanto o surgimento de uma ampla camada de pequenos proprietários, cuja produção se voltava para o mercado interno, quanto a implementação de sólidas parcerias comerciais com o restante da América.
b) determinou tanto uma rigorosa hierarquia nobiliárquica nas terras coloniais, quanto o confisco total e imediato das terras comunais cultivadas por grupos indígenas ao longo do litoral brasileiro.
c) envolveu tanto a cessão vitalícia do usufruto de terras que continuavam a ser propriedades da Coroa, quanto a orientação principal do uso da terra para a monocultura exportadora.
d) garantiu tanto a prevalência da agricultura de subsistência, quanto a difusão, na região amazônica e nas áreas centrais da colônia, das práticas da pecuária e da agricultura de exportação.
e) assegurou tanto o predomínio do minifúndio no Nordeste brasileiro, quanto uma regular distribuição de terras entre camponeses no Centro-Sul, com o objetivo de estimular a agricultura de exportação.

35. Fuvest-SP 2022 Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu.

Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 29.

Sobre o sentido da colonização do Brasil, é correto afirmar:

- a) Permitiu o desenvolvimento de um extenso parque industrial.
- b) Caracterizou-se pela forte presença da mão de obra assalariada.
- c) Esteve voltado, principalmente, para o mercado externo.
- d) Baseou-se na produção de manufaturas têxteis ou alimentares.
- e) Garantiu a expansão da pequena propriedade agrícola.

36. Fuvest-SP 2020 O suplício tem então uma função jurídico-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante [...]. A execução pública, por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda a série dos grandes rituais do poder eclipsado e restaurado (coroação, entrada do rei numa cidade conquistada, submissão dos súditos revoltados). [...]

O suplício não restabelecia a justiça; reativava o poder. No século XVII, e ainda no começo do XVIII, ele não era, com todo o seu teatro de terror, o resíduo ainda não extinto de uma outra época. Suas crueldades, sua ostentação, a violência corporal, o jogo desmesurado de forças, o cerimonial cuidadoso, enfim, todo o seu aparato se engrenava no funcionamento político da penalidade. [...]

Mas nessa cena de terror o papel do povo é ambíguo. Ele é chamado como espectador: é convocado para assistir às exposições, às confissões públicas; os pelourinhos, as forcas e os cadafalsos são erguidos nas praças públicas ou à beira dos caminhos; os cadáveres dos supliciados muitas vezes são colocados bem em evidência perto do local de seus crimes. As pessoas não só têm que saber, mas também ver com seus próprios olhos. Porque é necessário que tenham medo; mas também porque devem ser testemunhas e garantias da punição, e porque até certo ponto devem tomar parte nela.

Michel Foucault, *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1983.

- a) Identifique uma das práticas punitivas descritas no texto empregadas na sociedade colonial brasileira.
- b) Explique as relações entre a exibição do poder monárquico e as punições judiciais na sociedade do Antigo Regime europeu.
- c) A participação do povo nas execuções conferia a elas um caráter democrático? Justifique.

37. Unicamp-SP 2018 Ao estudar a condição feminina no Brasil colonial não se pode ter a ingenuidade de crer numa solidariedade de gênero, acima de diferenças de raça, credo e segmento econômico.

(Adaptado de Mary del Priore, *A mulher na história da colônia, em Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993).

- a) Considerando como era a mentalidade portuguesa no período mencionado, cite e explique uma função da mulher branca no processo de colonização.
- b) Explique dois papéis sociais desempenhados pelas mulheres escravizadas de origem africana no contexto do Brasil colonial.

38. UFU-MG 2016 A realidade religiosa de hoje em dia na América Latina demonstra à evidência o caráter superficial da cristianização autoritária conduzida outrora pelo poder colonial. No Brasil, especialmente, cultos clandestinos subsistiram – e agora afloram novamente – entre os índios e, sobretudo entre os negros trazidos da África. Os escritores e os viajantes dos séculos XVI-XVIII não puderam deixar de assinalá-los. Ao lê-los, percebe-se que o dia perdia aos brancos e a noite, aos escravos. Posto o sol, os caminhos do Brasil se fechavam aos brancos que se trancafiavam em suas vastas moradas por temor dos escravos.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 266-267 (Adaptado).

A catequese, indissociável do projeto colonizador português, jamais conseguiu subverter totalmente o diversificado conjunto de crenças e costumes dos indígenas e dos negros.

A respeito de tal constatação, faça o que se pede.

- a) Apresente duas características do sincretismo religioso que marcou a colonização portuguesa no Brasil.
- b) Caracterize a ambiguidade da posição da Igreja Católica em relação à escravidão de indígenas e negros.

39. UEL-PR 2013 Leia o texto a seguir, escrito pelo Padre Antonil em 1711.

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo como se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas.

No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais...

(Adaptado de: ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 89. Coleção Reconquista do Brasil. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>>. Acesso em: 1º ago. 2012.)

- a) Considerando o Período Colonial brasileiro, explique a afirmativa “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho”.
- b) Qual a posição assumida pelo Padre Antonil frente ao tratamento dispensado aos escravos?

40. Famema-SP 2018 Havia muito capital e muita riqueza entre os lavradores de cana, alguns ligados por laços de sangue ou matrimônio aos senhores de engenho. Havia também um bom número de mulheres, não raro viúvas, participando da economia açucareira. Digno de nota até o fim do século XVIII, contudo, era o fato de os lavradores

de cana serem quase invariavelmente brancos. Os negros e mulatos livres simplesmente não dispunham de créditos ou capital para assumir os encargos desse tipo de agricultura.

(Stuart Schwartz. "O Nordeste açucareiro no Brasil Colonial". In: João Luis R. Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs). *O Brasil Colonial*, vol 2, 2014.)

O excerto indica que a sociedade colonial açucareira foi

- a) organizada em classes, cuja posição dependia de bens móveis.
- b) apoiada no trabalho escravo, principalmente o dos lavradores de cana.
- c) baseada na "limpeza de sangue", portanto se proibia a miscigenação.
- d) determinada pelos recursos financeiros, o que impedia a mobilidade.
- e) hierarquizada por critérios diversos, tais como a etnia e riqueza.

41. UEPG-PR 2020 A respeito da sociedade colonial brasileira e das relações sociais e de trabalho nela contida, assinale o que for correto.

- 01** Apenas as negras escravizadas serviam aos seus senhores nas casas-grandes. Aos homens escravizados restava apenas o trabalho braçal nas lavouras.
- 02** Capitão do mato foi o termo empregado para identificar os negros que, durante o período colonial, lideraram as fugas dos africanos escravizados.
- 04** Era comum nos engenhos de açúcar do século XVI o uso de negros escravizados como mão de obra principal nas atividades produtivas.
- 08** Na mineração do século XVIII, os negros escravizados atuaram como garimpeiros e, muitas vezes, conseguiram comprar suas alforrias.

Soma:

42. Unesp 2017 Leia o trecho de *A divina comédia*, escrita pelo poeta italiano Dante Alighieri (1265-1321), no início do século XIV.

Como, em seu **Arsenal**, os venezianos fervem, no inverno, o pegajoso **pez**, pra de seus **lenhos** consertar os danos, pois, não podendo navegar, ao invés há quem renove o lenho, ou **calafete** o casco que viagem muita fez; e um na proa, na popa outro arremete, um faz o remo, outro torce o cordame, um remenda a grã vela, outro o **traquete**.

A divina comédia, 2009.

Arsenal: lugar de conserto de navios.

Pez: piche.

Lenho: barco.

Calafetar: vedar, fechar.

Traquete: mastro.

Nos versos, o poeta refere-se ao trabalho de reparação dos navios venezianos. Descreva a natureza do trabalho desenvolvido no arsenal e explique o motivo da crise econômica das cidades italianas a partir do final do século XV.

43. Acafe-SC 2016 União Ibérica (1580-1640) caracterizou-se quando Filipe II invadiu Portugal com suas tropas e assumiu a coroa portuguesa, unindo Portugal e Espanha.

No contexto da União Ibérica, **todas** as alternativas estão **corretas, exceto** a:

- a) Em 1640 terminou o domínio espanhol, através do movimento liderado pelo Duque de Bragança. O duque foi coroado monarca de Portugal, dando início à dinastia de Bragança.
- b) Neste período, o Tratado de Tordesilhas não teve nenhum efeito entre os limites territoriais portugueses e espanhóis na América. Isto favoreceu o avanço português para o interior da colônia.
- c) O principal motivo da União Ibérica foi a tentativa da França de anexar a Espanha ao seu território. A união do exército espanhol com o exército português conseguiu afastar esta ameaça.
- d) Os holandeses invadiram o Nordeste neste período e dominaram Pernambuco, pois os espanhóis não estavam permitindo o contato comercial dos batavos com os produtores de açúcar.

44. Unicamp-SP Entre 1580 e 1640, Portugal enfrentou uma delicada situação política: de um lado, passou a pertencer à União Ibérica e, de outro, viu os holandeses dominarem Pernambuco, através da Companhia das Índias Ocidentais, a partir de 1630.

- a) O que foi a União Ibérica?
- b) Dê três motivos para a invasão holandesa no Brasil.

45. Unesp 2022 Depois do estabelecimento do caminho marítimo para as Índias por Vasco da Gama em 1499, a Coroa portuguesa logo preparou nova expedição, tendo como base as informações recolhidas pelo navegador. E essa era mesmo a melhor saída para o pequenino reino português, que ficava justamente na boca do Atlântico.

(Líliã M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*, 2018.)

Além do motivo apresentado no excerto, contribuíram para que Portugal se lançasse à expansão marítima

- a) o interesse por colonizar o litoral africano e a disposição militar para a reconquista ibérica.
- b) a aliança política e comercial com a Coroa de Castela e a posição geográfica do país.
- c) a busca pelas especiarias da América e o desenvolvimento de uma indústria bélica.
- d) o desenvolvimento de instrumentos náuticos e a articulação entre interesses comerciais e religiosos.
- e) a precoce unificação política e a necessidade de insumos para a nascente indústria têxtil.

46. Unesp O artista holandês Albert Eckhout (c. 1610-c. 1666) esteve no Brasil entre 1637 e 1644, na comitiva de Maurício de Nassau. A tela foi pintada nesse período e pode ser considerada exemplar da forma como muitos viajantes europeus representaram os índios que aqui viviam.



(Albert Eckhout. *Índia Tarairiu (tapuia)*, 1641.)

Identifique e analise dois elementos da imagem que expressem esse “olhar europeu” sobre o Brasil.

- 47. UEPG-PR 2020** A respeito do uso de mão de obra escrava negra no Paraná do século XIX, assinale o que for correto.
- 01** O Porto de Paranaguá foi uma das portas de entrada de negros escravizados no Paraná.
 - 02** Na região dos Campos Gerais, os negros escravizados atuaram como mão de obra nas atividades agropastoris.
 - 04** Em Curitiba, capital paranaense, não há registro da presença de negros escravizados e, portanto, do uso desses como escravos na cidade.
 - 08** O Paraná deixou oficialmente de utilizar mão de obra escrava em 1870, bem antes da Lei Áurea, assinada em 1888.

Soma:

48. Uerj 2016



Engenho de açúcar



Vista de Olinda

Pinturas de Frans Post, século XVII, enciclopedia.itaucultural.org.br

O triunfo holandês seria coroado com a chegada do conde Maurício de Nassau-Siegen, que desembarcou como governador em janeiro de 1637. Transformado em mito de nossa história seiscentista, Nassau ficaria também celebrizado pela missão de pintores e naturalistas que financiou no seu governo. Frans Post (1612-1680) foi o mais renomado componente da missão nassoviana, dedicando-se à pintura de paisagens, retratando a natureza tropical e as construções humanas.

Adaptado de Vainfas, R. “Tempo dos Flamengos: a experiência colonial holandesa”. In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVEA, M. de F. (org). *O Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

A presença holandesa no Brasil, entre 1630 e 1654, interferiu nos rumos da colonização portuguesa nas terras americanas. O governo de Nassau (1637-1644) tornou-se uma referência, estimulando a produção de registros, como as pinturas de Frans Post.

Identifique o principal objetivo econômico da presença holandesa no Brasil, no século XVII. Em seguida, apresente duas realizações do governo de Nassau que tenham contribuído para sua notoriedade histórica.

- 49. Fuvest-SP 2014** Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e à paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos [...]. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento e martírio [...]. De todos os mistérios da vida, morte e ressurreição de Cristo, os que pertencem por condição aos pretos, e como por herança, são os mais dolorosos.

P. Antônio Vieira, "Sermão décimo quarto". In: I. Inácio & T. Lucca (orgs.). *Documentos do Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1993, p.73.

A partir da leitura do texto, escrito pelo padre jesuíta Antônio Vieira em 1633, pode-se afirmar, corretamente, que, nas terras portuguesas da América,

- a) a Igreja Católica defendia os escravos dos excessos cometidos pelos seus senhores e os incitava a se revoltar.
 - b) as formas de escravidão nos engenhos eram mais brandas do que em outros setores econômicos, pois ali vigorava uma ética religiosa inspirada na Bíblia.
 - c) a Igreja Católica apoiava, com a maioria de seus membros, a escravidão dos africanos, tratando, portanto, de justificá-la com base na Bíblia.
 - d) clérigos, como P. Vieira, se mostravam indecisos quanto às atitudes que deveriam tomar em relação à escravidão negra, pois a própria Igreja se mantinha neutra na questão.
 - e) havia formas de discriminação religiosa que se sobrepunham às formas de discriminação racial, sendo estas, assim, pouco significativas.
- 50. Unicamp-SP 2015** É na segunda metade do século XV que a África negra descobre os portugueses. Ela se compõe de um mosaico de povos, Estados e impérios (animistas ou islamizados) que nem a coroa nem os marinheiros de Lisboa jamais conseguirão dominar. O fim do século é marcado, entre outras coisas, pela expansão do Império de Gao e pela ascensão da dinastia Askya no Sudão ocidental. Mas é preciso lembrar as inúmeras redes comerciais que não haviam esperado os europeus para promover a circulação de escravos.

(Adaptado de Serge Gruzinski, A passagem do século 1480-1520. As origens da globalização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 56-57.)

- a) Que elementos do texto acima indicam que o continente africano tinha, naquele período, formas de organização complexas?
- b) Como os agentes portugueses organizaram a economia do tráfico na Era Moderna?

BNCC em foco

EM13CHS201

1. Aqueles que foram de Espanha para esses países (e se têm na conta de cristãos) usaram de duas maneiras gerais e principais para extirpar da face da terra aquelas míseras nações. Uma foi a guerra injusta, cruel, tirânica e sangrenta. Outra foi matar todos aqueles que podiam ainda respirar ou suspirar e pensar em recobrar a liberdade ou subtrair-se aos tormentos que suportam, como fazem todos os senhores naturais e os homens valorosos e fortes; pois comumente na guerra não deixam viver senão mulheres e crianças: e depois oprimem-nos com a mais horrível e áspera servidão a que jamais tenham submetido homens ou animais.

LAS CASAS, Frei Bartolomeu de. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos. PAVIANI, Jayme. *As fontes do humanismo latino*, v. 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 37.

Por que é necessário separar os conceitos de *colonização* e *conquista* quando tratamos da chegada dos espanhóis à América? Justifique sua resposta.

EM13CHS204

2. **UFMS-RS 2019** Ao iniciar uma discussão sobre o surgimento do Brasil, como o conhecemos atualmente, e sobre sua história, alguns alunos que cursavam a última série do Ensino Médio apresentaram as seguintes colocações:

- Pedro entendia que a história oficial do Brasil deveria ser contada a partir do descobrimento do território do atual País, mas que os acontecimentos anteriores à chegada dos portugueses também deveriam ser levados em consideração, para entender como e por que tudo aquilo havia acontecido.
- Luzia afirmava que a história do Brasil não deveria ser vista apenas a partir da chegada dos portugueses, pois a região onde hoje existe o Brasil já fora habitada, havia muitos séculos, por homens pré-históricos cujos fósseis foram encontrados e são vestígios da antiguidade dessa história.
- João concordava parcialmente com as afirmações dos colegas, porém compreendia que a história oficial do Brasil deveria ser tratada a partir da chegada da família real e da separação da antiga colônia com Portugal, fato que foi decisivo para que o Brasil se tornasse o país que é atualmente.
- Isabel acrescentou que concordava com parte das colocações dos colegas, porém lembrou que não poderia ser contada a história do Brasil sem lembrar que a conquista dessa região deu-se com a exploração da mão de obra africana, escravizada e trazida para a então colônia portuguesa e que deixou um importante legado cultural para o Brasil.
- Marçal foi o último dos jovens a se pronunciar e ratificou a fala de Isabel, acrescentando que os povos nativos, os índios, foram protagonistas dessa história, assim como os africanos, e que não há como falar de Brasil sem lembrar da herança indígena para a formação do País.

A partir da análise das intervenções dos estudantes, estão corretas:

- a) todas as falas dos jovens estudantes.
- b) as falas de Pedro e João, apenas.
- c) as falas de Pedro, Luzia, Isabel e Marçal.
- d) as falas de João, Isabel e Marçal.
- e) nenhum deles pode afirmar como deve ser escrita, ou contada, a história do Brasil, visto que a história já aconteceu e nada mais poderá modificá-la.

EM13CHS503

3. **UFSC 2019** Este homem é um dos maiores selvagens que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo **língua**, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhes assistem sete índias concubinas, e daqui se pode inferir que procede no mais; tendo sido a sua vida, desde que teve uso da razão – se é que a teve, porque, se assim foi, de sorte a perdeu que entendo a não achará com facilidade –, até o presente, andar metido pelos matos à caça de índios, e de índias, estas para o exercício das suas torpezas, e aqueles para os **granjeios** de seus interesses.

CARNEIRO, E. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliense, 1947, p. 134-135 apud CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. *Oficina de História*. São Paulo: Leya, 2016, p. 84. v. 2.

Língua: intérprete que auxiliava na comunicação entre indígenas e portugueses.

Granjeio: trabalho realizado com o objetivo de receber vantagens e comodidades.

O trecho acima, de uma carta do bispo de Pernambuco ao rei de Portugal Pedro II, em 1697, descreve Domingos Jorge Velho, mestre de campo das operações de Palmares. Sobre o contexto das ações e da memória histórica construída sobre os bandeirantes, é correto afirmar que:

- 01 cidades como São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna, em Santa Catarina, tiveram suas origens ligadas às ações dos bandeirantes em suas expedições em direção ao sul da colônia.
- 02 segundo a historiografia atual, a imagem heroica com que os paulistas foram representados, sobretudo no século XX, ajudaram na difusão de uma série de preconceitos culturais e raciais que formaram muitos dos valores da nossa sociedade.
- 04 muitas vezes apresentados como desbravadores, descobridores de riquezas, fundadores de vilas e responsáveis pelo povoamento de várias regiões, os bandeirantes e sua imagem heroica acabam camuflando aspectos como a dizimação de povos indígenas, o deslocamento forçado de populações nativas e a escravização que transformou o indígena em mercadoria.
- 08 a percepção do bispo na carta endereçada ao rei português trata de uma exceção, pois a Igreja estava alinhada às ações dos bandeirantes no processo de aculturação dos povos indígenas.
- 16 os bandeirantes, também chamados de sertanistas, eram os participantes das expedições oficiais que a coroa portuguesa organizava em busca da escravização dos povos indígenas e também de metais preciosos.
- 32 o apresamento dos povos indígenas, sobretudo no extremo Sul e na Região Amazônica, o sertanismo de contrato, particularmente intenso no Nordeste, e as expedições de pesquisa mineral que partiam de São Paulo em direção à região das minas foram os principais focos do bandeirantismo na América Portuguesa.

Soma:



Museu Antônio Parreiras, Niterói, RJ

Detalhe de Antônio Parreiras, *Julgamento de Filipe dos Santos*, c. 1923. Óleo sobre tela. Museu Antônio Parreiras, Niterói, Rio de Janeiro.

FRENTE 1

CAPÍTULO

3

Da crise do açúcar ao apogeu do sistema colonial no Brasil

Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, momento marcado pela crise na economia açucareira, a colonização portuguesa desprende-se do litoral e expande-se em direção ao interior, movimento que resulta na descoberta das primeiras grandes jazidas de ouro na região de Minas Gerais. Em razão dessa descoberta, Portugal expandirá seus mecanismos de controle sobre a colônia, a fim de garantir a maior margem possível de lucro sobre a exploração de minério. No entanto, a economia lusitana, em crise desde a União Ibérica, verá boa parte do ouro extraído do território do Brasil terminar na Inglaterra. O acirramento sobre a fiscalização, por sua vez, contribuirá para uma série de conflitos entre metrópole e colônia, resultando inclusive em revoltas.

A Restauração

O fim da União Ibérica

Ao longo de todo o período da União Ibérica, entre 1580 e 1640, houve resistência e oposições em Portugal. Durante o reinado de Filipe IV de Espanha (Filipe III, em Portugal), os acordos firmados em Tomar foram amplamente desrespeitados: houve a nomeação de ministros castelhanos em Portugal, o rei não reuniu as Cortes portuguesas e sequer estabeleceu um diálogo com as elites lusitanas. Então, o português D. João, duque de Bragança, tornou-se uma alternativa para pôr fim à União Ibérica e dar início, em Portugal, à Dinastia de Bragança.

Contudo, a retomada da autonomia portuguesa não aconteceu de maneira pacífica. Com a coroação de D. João IV de Bragança como rei de Portugal, os Habsburgos reagiram. Assim, entre 1640 e 1680, houve uma intensa disputa militar entre Portugal e Espanha. Após sessenta anos de domínio Habsburgo e com o império colonial em grande parte ocupado pelas Companhias das Índias Ocidentais e Orientais, Portugal recorreu à Inglaterra, que se tornou uma importante aliada.

A aproximação diplomática anglo-lusitana se deu por meio de uma série de tratados de proteção militar e comerciais, dando início a um processo de dependência econômica crescente de Portugal em relação à Inglaterra. Em troca de apoio, os portugueses foram obrigados a aceitar a presença cada vez maior de produtos ingleses em seus territórios, tanto metropolitanos quanto coloniais.

O Brasil e a Restauração

Com o fim da União Ibérica e o início dos conflitos entre Portugal e Espanha, D. João IV optou por estabelecer uma trégua de dez anos com os holandeses no Brasil. A trégua, assinada em 1641, aceitava a presença holandesa no Nordeste até 1651. Os holandeses, cientes de que, resolvida a retomada da autonomia política em Portugal, seriam alvo de esforços lusitanos para recobrar o território colonial, transformaram drasticamente sua relação com os senhores de engenho.

Em 1644, Maurício de Nassau foi substituído por Hendrick Hamel Pieter Bas e Adriaan Bullestrate no governo do Nordeste brasileiro. Com isso, teve fim a política de crédito financeiro, que deu lugar a uma ostensiva cobrança de dívidas dos empréstimos feitos aos senhores de engenho. Nesse processo, engenhos foram confiscados como forma de pagamento das dívidas com a Companhia das Índias. A aristocracia pernambucana, que antes demonstrava estar satisfeita com a presença dos holandeses, mediante a nova postura administrativa, pôs fim às boas relações. Formou-se, entre os colonos e a Companhia de Comércio, um foco de tensão.

A partir de 1645, eclodiu, em Pernambuco, uma série de levantes contra o domínio holandês, contrariando as ordens da Coroa portuguesa, que estava comprometida com a trégua que havia assinado em 1641 com vigência até 1651. Era o início da chamada **Insurreição Pernambucana** ou Guerra da Liberdade Divina (1645-1654).

Os colonos diziam lutar para ter direito de ver o novo rei português e pela liberdade religiosa católica. Após a mudança administrativa e a ostensiva cobrança dos dividendos, viam os holandeses como estranhos aos hábitos, ao idioma e às leis.

Durante o conflito, destacou-se o chamado “panteão restaurador”, representado por Henrique Dias, um homem ex-escravizado que havia sido libertado e liderava uma tropa formada por outros libertos e escravizados foragidos; pelo colono João Fernandes; pelo indígena potiguar conhecido como Felipe Camarão; e pelo filho de senhor de engenhos, um homem branco, André Vital. Durante muitos anos, foi construída e divulgada a narrativa de que se formara, ali, o “Exército Brasileiro”, com a participação desses homens de origens sociais e étnico-raciais diversas. No entanto, é importante analisar essas construções narrativas que exaltam uma “mistura das raças” (brancos, negros, indígenas e miscigenados) no Brasil, uma vez que a discriminação já se fazia presente desde aquele momento da história brasileira. O próprio termo “brasileiro” deve ser usado com cautela para se referir ao século XVII, para evitar anacronismos.

Simultaneamente a esses acontecimentos no Brasil colonial, na Inglaterra, onde ocorriam as Revoluções Inglesas, Oliver Cromwell decretou o Ato de Navegação em 1651, que restringia a participação de estrangeiros no comércio inglês. Tal medida enfraqueceu a Companhia das Índias e, ao mesmo tempo, deu início a uma guerra entre Inglaterra e Holanda.

Com o início da Guerra Anglo-Holandesa, a resistência por parte da Companhia das Índias Ocidentais se fez cada vez mais difícil no Brasil. Em 1651, conforme previsto no tratado assinado dez anos antes, chegava ao fim a trégua entre Portugal e Holanda, e assim o movimento em Pernambuco passou a contar com apoio português. Porém, somente em 1654 foi concretizada a expulsão dos holandeses que ocupavam o Nordeste do Brasil.

Para se retirar do território colonial, os holandeses exigiram de Portugal o pagamento de uma indenização no valor de 4 000 000 ducados (dívida que a Coroa pagou mediante mais empréstimos dos ingleses) e, ainda, a posse das ilhas Molucas (na Indonésia) e de Malabar (na Índia). Os portugueses, cientes da decadência de suas colônias orientais, aceitaram as exigências com a expectativa de reaver a importantíssima empresa açucareira do Nordeste colonial.

A crise do açúcar

Com a expulsão dos holandeses, Portugal investiu na retomada da empresa açucareira no Brasil e, em 1642, criou o Conselho Ultramarino, com o objetivo de ampliar o controle sobre a administração colonial.

Na segunda metade do século XVII, houve o fortalecimento da atividade jesuítica, que evidenciou, por exemplo, a atuação de padre Antônio Vieira (1608-1697). Os jesuítas representaram um importante braço dos esforços de colonização. Ao mesmo tempo que coíbiam a escravização dos indígenas, construíam discursos

que legitimavam a escravidão negra de origem africana. Outro jesuíta, Jorge Benci (1650-1708), criticava os castigos físicos promovidos pelos senhores aos escravizados, dizia que, dessa forma, os senhores, além de sofrer prejuízos com o investimento feito na compra do escravizado, corriam o risco de ir para o inferno. Desse modo, as proposições jesuíticas ligadas à escravização de indígenas e africanos favoreciam o tráfico atlântico de pessoas africanas escravizadas e legitimavam a ordem escravista colonial.

Apesar de ter recuperado a empresa açucareira, as expectativas portuguesas não se concretizaram. Após serem expulsos do Brasil, os holandeses passaram a produzir açúcar em seus domínios nas Antilhas. Sua maior disponibilidade de capitais, maior capacidade técnica de refino e transporte e seu domínio sobre as rotas de distribuição do produto na Europa davam condições mais vantajosas aos holandeses. Somado a isso, na região do Caribe, havia ainda a produção açucareira francesa e inglesa, o que contribuiu para que houvesse abundância de açúcar disponível no mercado europeu e muita concorrência, provocando, conseqüentemente, a desvalorização do produto.

Cabe destacar que a crise do açúcar não significou, porém, o fim da produção açucareira no Nordeste do Brasil. O açúcar seguiu como o principal produto da colônia explorado pela metrópole.

A emergência das revoltas nativistas

O endividamento português, especialmente com a Inglaterra, em decorrência dos gastos envolvendo a Restauração e a expulsão dos holandeses, fez com que Portugal promovesse o início de um arrocho colonial sobre o Brasil, ou seja, ampliasse os mecanismos de controle a fim de garantir o funcionamento do sistema colonial.

Nesse contexto, podemos identificar os primeiros atritos entre regiões coloniais e a metrópole ou, como são costumeiramente chamadas, as primeiras “revoltas nativistas”. Elas aconteceram no território colonial do Brasil e os revoltosos lutavam por um melhor acordo dentro da relação entre metrópole e colônia. Pediam, por exemplo, o fim do monopólio, menores impostos e leis menos rígidas. Não lutavam, portanto, pela independência política, ou seja, não exigiam a ruptura política com Portugal.

A primeira delas foi a **Aclamação de Amador Bueno**, em 1641, na capitania de São Paulo. Com a restauração portuguesa, comerciantes da capitania de São Vicente temiam que Portugal cessasse o comércio de indígenas escravizados que havia se desenvolvido na região de São Paulo durante o período da União Ibérica. Tal fato motivou uma reação dos bandeirantes paulistas, que expulsaram os jesuítas, num episódio conhecido como “Botada dos padres fora”, e depois aclamaram, como “Rei de São Paulo”, Amador Bueno da Ribeira, um importante comerciante, capitão-mor e ouvidor. Porém, sem sequer ter sido consultado, Amador Bueno recusou o título, e o movimento foi rapidamente dissipado.



Oscar Pereira da Silva. *A renúncia de ser rei – aclamação de Amador Bueno*, 1931. Museu de Arte de São Paulo, São Paulo.

Ainda no século XVII, ocorreu outra revolta nativista, a **Revolta de Beckman** no Maranhão, em 1684. O estado do Maranhão, desde a expulsão dos holandeses, enfrentava uma significativa crise econômica. Com a crise do açúcar, muitos senhores passaram a escravizar indígenas por não conseguirem arcar com os altos custos envolvidos na compra de escravizados de origem africana. Em 1682, foi criada a Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão, cujo objetivo era exercer o monopólio sobre as atividades comerciais na região, inclusive de escravizados africanos, por um período de vinte anos.

O monopólio da Companhia de Comércio passou a ser questionado na medida em que ela não atendia às necessidades locais. Havia a necessidade de mão de obra escravizada, porém a Companhia não fazia chegar a quantidade necessária de escravizados vindos de outros lugares – ao mesmo tempo, havia uma pressão jesuítica contra a escravização de indígenas da região. A Companhia também passou a ser acusada de falsificar pesos e medidas e de vender alimentos estragados. Mais que isso, o monopólio desfrutado pela Companhia de Comércio permitia que esta vendesse produtos europeus a um preço altíssimo, ao mesmo tempo em que pagava valores insignificantes pela produção local.

A insatisfação com a administração colonial gerou uma revolta na qual os irmãos Manuel e Tomás Beckman, renomados senhores de engenho da região, e Jorge Sampaio, proprietário de terras, lideraram um grupo de colonos, entre os quais havia outros proprietários de terra, comerciantes e religiosos de outras ordens descontentes com os privilégios que eram concedidos aos jesuítas. Em pouco tempo, os revoltosos conseguiram tomar o Corpo da Guarda, em São Luís, deram voz de prisão ao capitão-mor Baltasar Fernandes e ocuparam o Colégio dos Jesuítas, cujos religiosos foram expulsos do Maranhão com os representantes da Companhia de Comércio.

É importante ressaltar que não havia a intenção de promover uma ruptura com Portugal. Em meio às reivindicações, Tomás Beckman foi enviado à metrópole a fim de jurar lealdade ao rei em nome do Maranhão. No entanto, Portugal reagiu à revolta e enviou ao Maranhão um novo governador e um efetivo militar para conter os revoltosos.

Concluída a repressão, Manuel Beckman e Jorge Sampaio, identificados como os líderes do movimento, foram condenados à força. Outros envolvidos foram condenados à prisão perpétua. A Companhia de Comércio do Maranhão, cuja atuação provocou a revolta, foi extinta em 1685.

A expansão colonial

Em busca de novas riquezas

Portugal se endividou ao garantir a restauração da autonomia política e para expulsar os holandeses, que haviam ocupado por mais de duas décadas uma importante fonte de renda na América portuguesa, o Nordeste açucareiro. Ao recuperar o domínio sobre a região, a concorrência e a desvalorização do açúcar frustraram as expectativas portuguesas, que não conseguiriam pagar, como planejado, as dívidas contraídas. O agravamento da crise econômica da Coroa, que havia perdido as colônias orientais, fez com que fossem estimuladas buscas por outras fontes de renda na América portuguesa.

Com isso, o processo de interiorização se intensificou. Os elementos responsáveis por esse processo e pela consequente ampliação territorial da colônia foram a pecuária, as drogas do sertão e as disputas fronteiriças ao sul da capitania de São Vicente.

A pecuária representava uma atividade subsidiária à produção açucareira. Com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar ao longo do século XVI e início do XVII, muitos criadores deslocaram-se para o interior do sertão nordestino, principalmente ao longo do rio São Francisco e de seus afluentes. O gado, criado de maneira extensiva, percorria grandes distâncias durante a pastagem, o que fez com que essa atividade se estendesse pela faixa do sertão e atingisse as regiões interioranas do Ceará e do Maranhão.

Durante a União Ibérica, foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com administração distinta do Brasil. A ocupação foi feita de maneira gradual, movida pela necessidade de proteger a colônia dos constantes ataques estrangeiros. Ao longo do século XVII, a busca pelas **drogas do sertão** assumiu o protagonismo econômico da região. Esse termo é empregado para designar toda uma série de plantas nativas com propriedades medicinais, alimentícias, cosméticas e afrodisíacas, como baunilha, salsaparrilha, canela, castanha, cravo, guaraná e – sobretudo – cacau. Esses produtos eram obtidos por meio do extrativismo em regiões remotas e de difícil acesso. Da mesma forma que a pecuária foi responsável pela ocupação do sertão nordestino, a busca pelas drogas do sertão foi um dos principais elementos a motivar a ocupação da Amazônia.

Por fim, a luta pela posse das terras ao sul de São Paulo esteve ligada a dois fatores fundamentais: às bandeiras que se dirigiam às missões jesuíticas no Sul e ao interesse de Portugal e dos comerciantes portugueses na América em disputar com os espanhóis o controle do comércio no Rio da Prata. Com o fim da União Ibérica,

os conflitos entre Portugal e Espanha no processo de Restauração do trono português repercutiram no território colonial.

Os comerciantes portugueses, cuja presença foi permitida durante a vigência da União Ibérica, passaram a ser expulsos da região. O controle do comércio platino ficou ao encargo de duas importantes colônias da Espanha: Buenos Aires, na margem direita do Rio da Prata, e Montevidéu, na margem esquerda. Estrategicamente, em 1680, próximo a Montevidéu, os portugueses fundaram a **Colônia do Sacramento**, com o objetivo de disputar o comércio e a posse da região.

A importância econômica da região foi ampliada a partir do século XVIII, com a expansão da pecuária, que tinha por objetivo abastecer a região mineradora no centro do Brasil. Dessa forma, não se tratava mais de uma disputa apenas por um polo de comércio como também por terras nas quais se multiplicavam as estâncias, grandes fazendas produtoras de gado. As disputas entre espanhóis e portugueses na região platina se estenderam por um longo período.

As expedições bandeirantes

A capitania de São Vicente, apesar de ter sido o primeiro núcleo efetivo da colonização portuguesa, estruturada inicialmente para a produção açucareira, não se desenvolveu muito ao longo dos séculos XVI e XVII. O litoral estreito, limitado pela Serra do Mar, e a maior distância em relação à metrópole dificultavam o transporte do plantio, produzido na zona do planalto paulista, tornando as exportações mais complexas se comparadas ao que ocorria nos principais empreendimentos coloniais açucareiros no Nordeste da colônia.

No século XVII, a região contava com escassez de moedas, produtos e africanos escravizados. A economia local baseava-se na agricultura de subsistência e na produção da conserva de marmelo. A sociedade era majoritariamente composta de indígenas.

Nesse contexto, o bandeirantismo configurou-se como fruto social de uma região marginalizada de recursos materiais e vida econômica restrita. Os bandeirantes, diferentemente do que vemos hoje em estátuas e reproduções, pareciam-se mais com indígenas do que com europeus. Sem a chegada de produtos da Europa e devido à precariedade local, andavam, em geral, descalços, e não com botas de montaria. O chapéu de abas largas, a camisa e, quando muito, o gibão (espécie de colete de couro), para proteção de flechas indígenas, compunham o vestuário.

Isolados do litoral pela Serra do Mar, os bandeirantes tinham como uma opção de busca de atividade econômica a penetração a oeste, facilitada pela existência do rio Tietê, o qual avançava, enquanto via fluvial, em direção às terras mais centrais do continente. Assim, buscavam outras formas de ganho para tirar o máximo proveito das brechas do sistema colonial, como captura, escravização e comércio de populações nativas. Desse modo, foram agentes da expansão territorial e da interiorização da colonização.

Saiba mais

Em 2020, uma série de movimentos populares – notadamente na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos – questionou a existência de estátuas que enalteciam figuras históricas responsáveis por atos não mais condizentes com os valores vigentes. Monumentos que representavam indivíduos que fizeram parte de missões violentas e ações discriminatórias foram derrubados por parte da população que questionava a validade de tais atos e, principalmente, a existência de uma estátua sobre aqueles personagens. No Brasil, principalmente em São Paulo, esses mesmos questionamentos foram feitos contra os monumentos que exaltam os bandeirantes pela cidade, outrora tidos como “heróis da nação”, de caráter desbravador e responsáveis pela descoberta de minérios. Se durante um tempo isso fazia sentido, pois envolvia a produção de um passado que ajudasse a caracterizar uma nação, nos últimos anos a própria historiografia reviu essa narrativa maniqueísta. Ao promover a expansão territorial da colônia portuguesa, esses mesmos indivíduos foram responsáveis pela escravização e morte de ameríndios e atuaram na captura de escravizados foragidos e nas guerras de combate contra quilombos. Assim como aconteceu em outros países, parte da população brasileira apoiou a intervenção ou a derrubada das estátuas, enquanto outras pessoas se opuseram ao movimento, alegando que as destruir seria o mesmo que destruir a história. É necessário, portanto, compreender o papel dos monumentos para a história. O medievalista francês Jacques LeGoff define monumento como algo que evoca o passado e nos ajuda a perpetuar a recordação.

A estátua do Borba Gato, monumento que começou a ser construído em São Paulo em 1957, representa o bandeirante com botinas, roupas europeias e uma espingarda. Sabemos que os adereços, no entanto, não correspondiam com a realidade dos bandeirantes.

A exaltação de bandeirantes foi promovida, a partir do século XIX, como uma ferramenta voltada ao enaltecimento da elite paulista, que tinha o interesse de afirmar-se no cenário político da época, durante o período cafeeiro. Portanto, o passado que a estátua evoca não é necessariamente o do bandeirantismo; trata-se de um monumento que



Estátua do bandeirante Borba Gato, em São Paulo (SP), em fotografia de 2020. Em julho de 2021, o monumento foi incendiado por ativistas.

nos retrata o desejo, por parte dos paulistas, de formatar uma identidade a partir de uma imagem construída acerca dos bandeirantes.

Da mesma maneira que o monumento não representa o bandeirante e sim a sociedade que o ergueu, o desejo de derrubá-lo também é retrato de uma sociedade, de pessoas que não se sentem representadas pelo significado atribuído aos bandeirantes. Portanto, independentemente de destruir ou não as estátuas, é preciso lembrar que a história não será destruída, pois ela é feita pelas pessoas que, vivendo em seus próprios tempos, constroem ou destroem seus monumentos.

Bandeira é o nome utilizado para designar as expedições realizadas pelos bandeirantes. Geralmente, eram comandadas por um chefe, que mantinha um forte rigor hierárquico sobre seus subordinados.

Havia predominantemente três tipos de bandeiras: de apresamento, de sertanismo de contrato e de prospecção.

As bandeiras de apresamento eram voltadas para a captura e o comércio de indígenas escravizados. Tal atividade se intensificou durante o período em que os holandeses tomaram as feitorias portuguesas na África, o que resultou no encarecimento dos escravizados de origem africana e no aumento da exploração da mão de obra indígena escravizada, ainda que ilegalmente. Muitas vezes, as bandeiras de apresamento atacaram missões jesuíticas, e, como vimos anteriormente, a expansão da colonização em direção ao sul da América esteve atrelada à escravidão indígena.

Nas bandeiras de sertanismo de contrato, os senhores contratavam bandeirantes para que capturassem

escravizados foragidos, enfrentassem agrupamentos indígenas hostis aos interesses coloniais ou destruíssem quilombos. Portanto, eram expedições contratadas.

Entre 1690 e 1695, o bandeirante Domingos Jorge Velho foi contratado para destruir o quilombo dos Palmares, uma extensa confederação de comunidades quilombolas situada a 60 quilômetros da costa do atual estado de Alagoas, com economia própria e relações econômicas com vilas ao seu redor. Com receio de se tornar um incentivo para fugas de escravizados, o poder colonial pretendeu dar um fim exemplar a Palmares, que resistiu por anos a vários ataques até sua destruição, para a qual a participação dos bandeirantes foi significativa.

Por fim, as bandeiras de prospecção eram expedições em busca de metais preciosos. Elas passaram a ser mais frequentes sobretudo após o declínio do tráfico de indígenas escravizados e a recuperação portuguesa das feitorias africanas.

Bandeiras e entradas – séculos XVI e XVII



Fonte: FGV CPDOC. *Atlas histórico do Brasil*. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/bandeiras-e-bandeirantes/mapas/bandeiras-e-entradas>. Acesso em: 8 jun. 2022.

A descoberta do ouro

No final do século XVII, os esforços promovidos pela Coroa portuguesa para a busca de metais preciosos foram intensificados por causa da crise do açúcar e começaram a surtir resultados. Portugal, cada vez mais endividado com a Inglaterra e sofrendo os impactos econômicos da desvalorização do açúcar e dos gastos empreendidos nos conflitos militares, finalmente encontrou ouro em sua colônia na América.

A comunicação oficial da descoberta do ouro ocorreu em 1693, no Rio das Velhas, pelo bandeirante Antônio Rodrigues Arzão, seguida por diversas outras descobertas na região que envolve partes dos atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A descoberta de minérios na região Centro-Sul da colônia promoveu um intenso fluxo populacional para lá.

Mineração

Nova relação de Portugal com a colônia

A Restauração do trono de Portugal demandou consideráveis recursos financeiros para custear os conflitos militares com os espanhóis. A expectativa da Coroa com a expulsão dos holandeses do Brasil – que também implicou gastos – era retomar a até então lucrativa empresa açucareira do Brasil, o que não ocorreu, pois os preços

(e, portanto, os lucros) do açúcar baixaram muito devido à ampliação da concorrência, principalmente dos próprios holandeses e de seu açúcar antilhano. Com isso, Portugal optou por buscar novas fontes de renda na colônia, enquanto reforçava o controle metropolitano sobre a região colonial para evitar qualquer prejuízo.

Essas medidas de controle se manifestaram, em um primeiro momento, na criação do Conselho Ultramarino e no estabelecimento das companhias monopolistas de comércio e atingiram seu auge durante o século XVIII, após a descoberta das jazidas de minério na região de Minas Gerais.

O período entre a descoberta do ouro, em 1693, e o fim da administração pombalina, em 1777, representou o apogeu do sistema colonial. Anteriormente, definimos o sistema colonial como um conjunto interdependente ao redor de uma monarquia europeia, pautado no lucro. No sistema colonial, o comércio externo estava sujeito ao monopólio metropolitano. A colônia deveria exportar bens primários exclusivamente à metrópole e só poderia importar manufaturas, também de forma exclusiva, oriundas da metrópole. O apogeu do sistema colonial representa o período em que a fiscalização e o controle da metrópole, a fim de garantir o monopólio sobre o comércio da colônia, foram mais intensos.

O apogeu do sistema, porém, não coincide necessariamente com o apogeu econômico da metrópole. Apesar de impor mecanismos de fiscalização mais intensos e, assim, coibir práticas de contrabando de modo mais eficiente, isso não significa que a metrópole obteve, obrigatoriamente, maiores lucros. Apesar da descoberta de ouro e diamantes na América portuguesa, a grave situação econômica da Coroa fez com que boa parte das riquezas extraídas do território colonial fosse utilizada para o pagamento de dividendos na Europa, principalmente à Inglaterra.

Em 1703, o Tratado de Methuen, conhecido também como Tratado de Panos e Vinhos, foi determinante no processo de decadência econômica portuguesa. A primeira cláusula do contrato permitia que os tecidos ingleses, proibidos de entrar em Portugal desde o final do século XVII, pudessem ser importados pelos portugueses. A segunda cláusula estabelecia que a importação de vinhos franceses seria preterida em relação à de vinhos portugueses na Inglaterra. Apesar de parecer um acordo vantajoso para ambas as partes, o tratado acabou prejudicando, a longo prazo, a economia portuguesa.

Além da diferença de preços e mercado entre os vinhos e as manufaturas de lã, o monopólio inglês sobre o comércio de tecidos foi um entre os diversos fatores que favoreceram o pioneirismo da Inglaterra na Revolução Industrial. A manufatura de tecidos era uma atividade facilmente mecanizável, com amplo mercado consumidor, e a expansão dessa produção se fazia cada vez mais necessária aos interesses econômicos ingleses. Em contrapartida, em Portugal, com a produção de vinhos, foi mantido um modelo produtivo manufatureiro. A entrada de uma grande quantidade de manufaturados ingleses em Portugal, pagando taxas alfandegárias baixíssimas e, portanto, sendo vendidos a baixo custo no reino, desfavoreceu o desenvolvimento de cunho industrial em Portugal.

Ao longo do século XVIII, grande parte das riquezas coloniais extraídas do território brasileiro ia para a Inglaterra, o que incluía o ouro. O poderio econômico inglês impulsionou a Revolução Industrial, o que, por sua vez, fez da Inglaterra uma potência ainda mais fortalecida.

Economia mineradora

Com a descoberta do ouro, a atenção metropolitana deslocou-se da região Nordeste para a Centro-Sul (área que envolve hoje os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro). Com o importante crescimento econômico, em 1763 a metrópole transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A economia mineradora não substituiu a economia açucareira; mesmo durante o auge da mineração, o açúcar permaneceu como o principal produto de exportação colonial.

O modelo produtivo se manteve baseado na exploração do trabalho de africanos escravizados. Porém, diferentemente das práticas econômicas que pautaram a produção colonial nos séculos XVI e XVII, a atividade mineradora foi submetida, desde seu início, a um minucioso controle e fiscalização pela metrópole.

Em 1702, o Regimento dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro garantiu a livre exploração sobre a mineração e criou o cargo de Intendente das Minas. A intendência era responsável por distribuir datas (terrenos auríferos demarcados em lotes). A descoberta de minérios devia ser declarada à intendência, que, por sua vez, demarcava um perímetro ao redor do terreno; o dividia em lotes; e, por fim, leiloava as áreas demarcadas, dando prioridade a quem havia feito a descoberta.

A livre exploração sobre a mineração era interessante à metrópole, que se beneficiava por meio da tributação. A Coroa recolhia o imposto chamado **quinto**, ou seja, 20% de todo o ouro obtido no território colonial. Além do quinto, havia a capitação, uma quantia fixa em ouro, paga pelo minerador, proporcional ao número de escravizados que ele empregava na mineração.

Havia, no entanto, uma série de empecilhos para a devida fiscalização portuguesa. O ouro encontrado no território da colônia era, principalmente, um ouro de aluvião, ou seja, disponível em depósitos fluviais, misturado com cascalho, areia ou lama. Normalmente, o ouro de aluvião era encontrado em pequenas formas granulares, como se fossem grãos em pó. Isso favorecia o contrabando, que foi largamente praticado no período colonial. Era comum, por exemplo, esconder ouro embaixo das unhas – desse modo, mineradores visavam obter ouro sem pagar imposto e escravizados tentavam obter recursos para comprar sua carta de alforria, um documento que comprovava a condição de liberto. Outra prática de contrabando comum era a utilização dos chamados “santos do pau oco”, imagens sacras feitas de madeira com interior oco, preenchido com ouro.

Para coibir o contrabando, Portugal proibiu a circulação de ouro em pó e instalou, a partir de 1719, as **Casas de Fundição**. Com isso, todo o ouro obtido deveria ser levado para esses órgãos, onde era fundido em barras e recebia o selo real atestando seu peso e valor. Durante esse processo também era retirado o quinto. Só era permitida a circulação de minérios devidamente quintados, selados e em barra. No mesmo ano, foi criado um agrupamento militar dedicado à fiscalização das atividades auríferas, os Dragões Reais de Minas.

Dessa forma, eram criados novos mecanismos para impedir qualquer desrespeito ao sistema colonial. Sem conseguir impedir por completo as práticas de contrabando, Portugal criou a **derrama**, prevista no Alvará Régio de 1750. A partir de então, havia uma cota anual mínima – relacionada ao quinto – que deveria ser recolhida pela Coroa. Caso a meta não fosse atingida, a diferença restante era transformada em um imposto que seria cobrado (de maneira ostensiva, se necessário) de toda a população, fossem mineradores ou não. Tratava-se de um mecanismo que favorecia práticas de delações, uma vez que, para evitar a cobrança da derrama, era comum que colonos denunciassem contrabandistas.

Crescimento do mercado interno

A atividade mineradora foi acompanhada pela formação de núcleos urbanos, que confirmavam a autoridade real por meio de medidas que garantissem a arrecadação de tributos e a organização do povoamento. Desenvolveram-se cidades como Vila do Carmo (Mariana), Arraial do Tejuco (Diamantina), São João del-Rei, Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (Sabará) e Vila Rica (Ouro Preto) – cidades ainda existentes e pertencentes ao atual estado de Minas Gerais. A urbanização promoveu a ampliação do mercado interno e, conseqüentemente, um maior volume de capitais circulando na colônia.

Outras regiões, por sua vez, desenvolveram-se a partir da demanda por produtos de abastecimento para a região mineradora. Ao sul das minas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, houve uma intensificação do cultivo de tabaco. Os tropeiros representavam caravanas de comerciantes que vendiam uma série de insumos à região mineradora, principalmente montaria. Tratou-se de um período de diversificação da pecuária, caracterizado pela necessidade de transportar o ouro e de se deslocar entre as diversas regiões da colônia, agora mais integrada. A região de Sorocaba, no atual estado de São Paulo, destacou-se pelas feiras de gado muar.

Os bandeirantes, após a descoberta das jazidas de minério, ampliaram suas atuações no comércio ligado à região mineradora por meio das bandeiras de comércio ou ciclo das monções. Tratava-se de expedições fluviais, em comboios anuais, voltadas a abastecer os núcleos de ocupação mais distantes, como os garimpeiros de ouro na região de Cuiabá. Algumas se expandiram mais ao norte, formando novas frentes de expansão sobre a região amazônica.

Sociedade mineradora

A necessidade do abastecimento das regiões mineradoras levou ao desenvolvimento do comércio e ao surgimento de cidades, as quais se transformaram em polos de maior diversificação social. As transformações não foram apenas espaciais e econômicas, mas também sociais.

O desenvolvimento urbano favoreceu o surgimento da camada média por meio dos trabalhos e serviços realizados especificamente nas cidades. Outro aspecto importante era que, mediante a livre exploração dos minérios, a possibilidade de ascensão social era maior nas sociedades mineradoras do que na sociedade açucareira. Ainda que, claramente, aqueles com mais recursos estivessem mais propensos a encontrar minérios, não era impossível que um pequeno lavrador também encontrasse e ascendesse socialmente.

Desse modo, novas elites, ligadas à mineração e à vida urbana, formaram-se na colônia. Foram os filhos dessas elites que, ao estudarem na Europa, trouxeram para cá as novas ideias de liberdade, sendo diretamente responsáveis não apenas pela ampliação da atividade cultural colonial, mas principalmente pela base intelectual da luta que começou a se travar contra o domínio metropolitano.

Durante o período da mineração, destacou-se o Barroco, um movimento artístico europeu que surgiu entre o final do século XVI e início do século XVII, pautado pela atmosfera da religiosidade pós-Reformas e caracterizado por um exagero intencional marcado nos contrastes. No Brasil, esse movimento se consolidou ao longo do século XVIII e apresentou características próprias, bastante distintas dos referenciais europeus.

Na região de Minas Gerais, o Barroco se fez presente, principalmente, na construção de igrejas, pinturas e esculturas. Entre os principais artistas, estão Aleijadinho, Mestre Valentim e Manuel da Costa Ataíde. As igrejas foram fruto da competição das ordens terceiras, que visavam ao destaque na região mineradora, visto que os clérigos foram proibidos pela Coroa de se fixarem na capitania, no início do século XVIII. Conforme suas condições sociais e financeiras, as ordens terceiras construíram igrejas com adornos em ouro e outras pedras preciosas. Nos frontões, esculturas feitas de pedra-sabão, com complexos detalhes, davam destaque ao edifício.



Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, Minas Gerais, em fotografia de 2018. Podemos observar os detalhados adornos, esculpidos em pedra-sabão, presentes na parte superior da porta.

OSTILL is Franck Camhi/Shutterstock.com

Ampliação das revoltas nativistas

Durante a primeira metade do século XVIII, a intensificação do arrocho colonial agravou a tensão já existente entre as demandas coloniais e as exigências metropolitanas. A colônia, cada vez mais fortalecida econômica e socialmente, além de influenciada pelos debates intelectuais vindos da Europa, assistiu a uma ampliação de revoltas. Durante o século XVIII, muitas delas ocorreram na região mineradora. Veremos, a seguir, algumas das principais rebeliões.

Logo após a descoberta de minérios na região de Minas Gerais, houve um intenso fluxo migratório para a região. Pessoas de outras partes da colônia, em busca do ouro, deslocaram-se em direção ao Centro-Sul. Também foi o período em que a maior quantidade de portugueses veio para o território colonial.

Os bandeirantes, por terem sido responsáveis pela descoberta das jazidas de minério, demandavam a exclusividade sobre a exploração das riquezas. A disputa dos bandeirantes por terra e pelo monopólio sobre a extração do ouro chamou-se **Guerra dos Emboabas** e aconteceu entre 1708 e 1709.

Os bandeirantes protagonizaram uma série de conflitos contra os que eram considerados forasteiros, pessoas que não fossem da região de São Paulo, e contra os agentes da Coroa. A metrópole não tinha nenhum interesse no monopólio bandeirante, e a livre exploração da região mineradora atendia às expectativas lusitanas, já que, quanto mais ouro fosse descoberto, maior seria a arrecadação tributária.

Fora do eixo da mineração, em Pernambuco, entre 1710 e 1711, aconteceu a **Guerra dos Mascates** ou **Frona dos Mazombos**. Durante a crise da produção açucareira, a partir da segunda metade do século XVII, a aristocracia rural de senhores de engenho da região de Olinda se via cada vez mais enfraquecida economicamente, tornando-a mais endividada com os comerciantes da região de Recife.

Olinda era o centro político da capitania. Assim, era a Câmara Municipal de Olinda que exercia controle sobre o porto de Recife, por exemplo. Porém, a crise da aristocracia açucareira – e, conseqüentemente, de Olinda – foi agravada com a mineração, especialmente com o desabastecimento de escravizados, já que praticamente todo o tráfico se concentrou em atender a grande demanda da região mineradora. Ao mesmo tempo, os comerciantes de Recife, portugueses em sua maioria, prosperavam e se viam protegidos por uma legislação que lhes garantia o monopólio comercial. Muitos, inclusive, tornaram-se credores de senhores de engenho de Olinda.

Os comerciantes de Recife (pejorativamente chamados de “mascates” pelos senhores de engenho de Olinda) eram responsáveis tanto por suprir os engenhos, com a venda de insumos básicos, quanto por receber as caixas de açúcar, exportadas para a Europa. Com a crise açucareira, os senhores de engenho iam endividando-se ao longo da safra e, na hora de vender as caixas de açúcar, tinham de se submeter ao monopólio comercial de Recife.

Assim, reclamavam do baixo valor pago pelo açúcar e do alto valor cobrado pelas dívidas acumuladas na compra dos insumos.

Em 1709, os comerciantes de Recife, apoiados pela Coroa, conseguiram que a região fosse elevada à categoria de vila, separada de Olinda. O novo estatuto permitiu que Recife usufrísse de maior autonomia no que diz respeito, por exemplo, à determinação de novas tarifas de frete marítimo. Até então, estas eram definidas pela Câmara de Olinda e, conseqüentemente, pelos interesses dos senhores de engenho.

A decisão acirrou o descontentamento dos senhores de engenho de Olinda (pejorativamente chamados de “mazombos” pelos comerciantes recifenses), que decidiram invadir Recife. A guerra se prolongou por mais de um ano e terminou apenas com a intervenção de Portugal em 1711. A Coroa portuguesa não somente manteve a autonomia de Recife como também transformou a nova vila em sede administrativa da capitania de Pernambuco. No entanto, todos os revoltosos foram anistiados, dado que os senhores de engenho, apesar da decadência, ainda detinham certo poder e prestígio.

Uma das principais revoltas nativistas do século XVIII foi a **Revolta de Filipe dos Santos** ou **Revolta de Vila Rica**, em 1720, no coração da região mineradora. Tratou-se de uma reação à proibição da circulação de ouro em pó e da criação das Casas de Fundição em 1719, onde, a partir de então, todo o ouro obtido deveria ser entregue para ser transformado em barras e taxado, ou seja, extraída a parcela correspondente ao quinto.

O descontentamento dos colonos se dava sobretudo com relação à criação das Casas de Fundição e à proibição da circulação do ouro em pó. A colônia sofria com a escassez de moedas, e o ouro em pó facilitava as transações comerciais. Era difícil fracionar as barras para obter os valores necessários nessas transações, o que interferia negativamente no comércio interno da região mineradora.

Por isso, a Revolta de Vila Rica foi uma rebelião protagonizada, principalmente, pela camada média. Filipe dos Santos, um dos líderes da revolta, era tropeiro. Mais de 2 mil revoltosos se rebelaram contra a instalação das Casas de Fundição. Sem tropas que lhes permitissem conter a população, o Conde de Assumar, intendente de Minas Gerais, procurou negociar e ganhar-lhes a simpatia, prometendo atender a todas as reivindicações. Entretanto, tão logo conseguiu reunir um contingente suficiente de homens, atacou os revoltosos e prendeu todos os líderes. Filipe dos Santos foi condenado ao esquartejamento. Suas partes foram expostas à beira das estradas, e sua cabeça fncada no pelourinho de Vila Rica.

O episódio suscitou a necessidade, por parte da Coroa portuguesa, de aumentar o controle sobre a região. Assim, a fim de aprimorar o controle das atividades e evitar futuras revoltas, Portugal decidiu separar São Paulo de Minas, criando, em 1720, a capitania de Minas Gerais.

Redefinição dos limites e tratados

Em 1750, foi assinado o Tratado de Madri a fim de substituir as antigas definições coloniais promovidas pelo Tratado de Tordesilhas. Nas tratativas, teve destaque a atuação do diplomata Alexandre de Gusmão, que negociou com a Espanha os territórios que deveriam ser legitimados como portugueses a partir do princípio romano do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato deve possuir de direito).

Gusmão apresentou um mapa da América do Sul – cuidadosamente elaborado pelos melhores geógrafos de Portugal – mostrando as terras que os portugueses haviam ocupado até então e defendia o argumento de que a posse deveria ser reconhecida a quem possuía e ocupava de fato as terras. A Espanha, concentrada na extração de minérios na zona andina, permitiu que, com o Tratado de Madri, Portugal conseguisse triplicar seu

território colonial. Em contrapartida, porém, os espanhóis, interessados no controle e na administração do Rio da Prata, exigiram que Portugal renunciasse à Colônia do Sacramento, à época ocupada pelos portugueses. Em troca, a Espanha ofereceu ainda o chamado Território das Sete Missões (São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio, hoje no Rio Grande do Sul), um local ocupado por jesuítas espanhóis com missões indígenas.

Portugal aceitou o acordo, mas tal troca não foi aceita pelos jesuítas, que resistiam em entregar aos portugueses os territórios que ocupavam. Assim, em 1753, teve início uma série de conflitos entre indígenas Guarani e exércitos ibéricos, denominados Guerras Guaraníticas. A guerra se prolongou até 1756, quando os jesuítas foram derrotados pela intensa repressão ibérica.

Mapa do território colonial português definido pelo Tratado de Madri – 1750



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel M. de; REIS, Arthur César F.; CARVALHO, Carlos Delgado de. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: Fename, 1997, p. 30. (Adapt.)

Revisando

- 1. Famema-SP 2017** No Brasil Colonial, uma determinada atividade gerou maior articulação entre regiões distantes, ampliou a intervenção regulamentadora da metrópole e deu origem a uma sociedade diferenciada, caracterizada pela vida urbana, pelo aumento da mestiçagem e do número de alforrias e por uma notável produção cultural. Trata-se
 - a) da pecuária no sertão nordestino.
 - b) das plantations de tabaco e algodão no Nordeste.
 - c) da coleta de drogas do sertão na região amazônica.
 - d) das missões jesuíticas no Sul.
 - e) da extração de ouro nas Minas Gerais.
- 2. UFMS 2019** Quando pensamos na diversidade de paisagens, associada à extensão territorial e às formas como foram povoadas as diversas regiões do Brasil, retomamos a ideia de que o País assume dimensões continentais. Além da vastidão do território, é importante lembrar que o Brasil também possui uma história riquíssima e que cada região foi marcada por uma atividade econômica ao longo do período de ocupação pós-1500. Assim, assinale a alternativa que associa corretamente: a região do país, a atividade econômica que historicamente foi praticada na região, o período em que obteve maior êxito e qual foi a matriz da mão de obra utilizada.
 - a) Região Nordeste; mineração; período imperial; trabalho assalariado.
 - b) Região Sul; lavoura açucareira; período colonial; trabalho escravo.
 - c) Região Norte; produção de algodão; período imperial; trabalho indígena.
 - d) Região Centro-Oeste; mineração; período republicano; trabalho assalariado.
 - e) Região Sudeste; mineração; período colonial; trabalho escravo.
- 3. PUC-RS** A nova política colonial posta em prática na administração do Marquês de Pombal – Primeiro Ministro do Rei D. José I (1750-1777) – no Brasil caracterizou-se
 - a) pela formação de companhias privilegiadas com o monopólio do comércio colonial e pela centralização da administração.
 - b) pelo investimento na expansão da lavoura de café no Nordeste e de algodão no Sudeste visando aumentar os rendimentos da Coroa.
 - c) pelo estímulo ao desenvolvimento de manufaturas de tecido nas áreas não propícias ao desenvolvimento da agricultura.
 - d) pela doação de capitânicas privilegiadas no Sul e o estímulo às iniciativas privadas na colonização.
 - e) pelo apoio à ação dos missionários jesuítas no Maranhão e no Vale do Rio Amazonas.
- 4. ESPM-SP 2016** Das minas e seus moradores bastava dizer que é habitada de gente intratável. A terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro é como no inferno.

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling. *Brasil: uma Biografia*.

O texto é parte do discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720 e que o governador Pedro Miguel de Almeida e Portugal, o conde de Assumar, fez chegar às mãos das autoridades régias em Lisboa. A respeito da sedição de Vila Rica, em 1720, é correto assinalar:

- a) os sediciosos planejavam forçar a coroa a suspender o estabelecimento das casas de fundição, onde se registrava o ouro em barras e se deduzia o quinto por arroba, o imposto devido ao rei;
 - b) os sediciosos planejavam forçar a coroa a abolir a derrama, que determinava a cobrança de todos os impostos atrasados;
 - c) os sediciosos rebelaram-se contra forasteiros que eram beneficiados pela coroa com privilégios na exploração das jazidas auríferas;
 - d) os projetos dos sediciosos eram o rompimento com Portugal, a adoção de um regime republicano e a criação de uma universidade em Vila Rica;
 - e) a sublevação desafiou a ação do marquês de Pombal que havia determinado o monopólio régio sobre a extração de diamantes.
- 5. Unicamp-SP 2019** Tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às Minas Gerais o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes. De todas as partes do Brasil, se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. Daqui se seguiu, mandarem-se às Minas Gerais as boiadas de Paranaguá, e às do rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginaram poderia apetercer-se de qualquer gênero de cousas naturais e industriais, adventícias e próprias.

(Adaptado de André Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia-Edusp, 1982, p. 169-171.)

Sobre os efeitos da descoberta das grandes jazidas de metais e pedras preciosas no interior da América portuguesa na formação histórica do centro-sul do Brasil, é correto afirmar que:

- a) A demanda do mercado consumidor criado na zona mineradora permitiu a conexão entre diferentes partes da Colônia que até então eram pouco integradas.

- b) A partir da criação de rotas de comércio entre os campos do sul da Colônia e a região mineradora, Sorocaba e suas feiras perderam a relevância econômica adquirida no século XVII.
- c) O desenvolvimento socioeconômico da região das minas e do centro-sul levou a Coroa a deslocar a capital da Colônia de Salvador para Ouro Preto em 1763.
- d) Como o solo da região mineradora era infértil, durante todo o século XVIII sua população importava os produtos alimentares de Portugal ou de outras capitanias.

6. Acafe-SC 2018 A Revolta de Vila Rica no século XVIII mostrou os abusos que as autoridades portuguesas cometiam com os mineradores e a população de Minas Gerais.

No contexto dessa revolta é correto afirmar, exceto:

- a) O movimento reivindicava a redução dos preços dos alimentos e o cancelamento da medida que proibia a circulação de ouro em pó.
- b) Foi um dos nomes dados à Inconfidência Mineira, que entre seus participantes teve Joaquim José da Silva Xavier.
- c) Os altos impostos e o rígido controle sobre a exploração do ouro também contribuíram para o levante de Vila Rica.
- d) Um dos líderes da revolta foi enforcado e teve seu corpo esquartejado e exposto em praça pública.

7. Uece 2019 Segundo nos informa Darcy Ribeiro (1995, p. 194), em fins do século XVI, a colônia possuía 3 cidades, a maior delas, Salvador, então sede do Governo Geral, contava com aproximadamente 15 mil habitantes; no final do século XVII, Salvador tinha em torno de 30 mil habitantes e Recife tinha 20 mil. Ao final do século XVIII, enquanto cidades centenárias como Salvador e Recife tinham por volta de 40 mil e 25 mil habitantes, respectivamente, a jovem cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto, elevada à categoria de Vila somente em 1711, já possuía cerca de 30 mil habitantes.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 194.

O fenômeno demográfico do rápido crescimento populacional de Vila Rica (Ouro Preto) no século XVIII é atribuído

- a) ao processo de interiorização da colonização portuguesa no Brasil a partir da expansão da atividade pecuarista, por meio das correntes do sertão de dentro, oriunda da Bahia, e do sertão de fora originária de Pernambuco.
- b) à grande migração de colonos e de pessoas oriundas de Portugal para a região que hoje é Minas Gerais, em função das descobertas de jazidas de ouro e pedras preciosas, o que fez surgirem vários centros urbanos na área.
- c) ao estímulo ao desenvolvimento da colônia, promovido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, secretário de Estado do

Reino, sob o reinado de D. José I, que incentivou a indústria e a educação no Brasil.

- d) à ocupação de vastos espaços do território da colônia por colonos espanhóis das regiões do Potosi e do Rio da Prata, quando ocorreu a União Ibérica (1580-1640), época em que reis hispânicos governaram o reino de Portugal.

8. Acafe-SC 2019 A descoberta de ouro no interior do atual estado de Minas Gerais gerou um grande deslocamento populacional, transferindo parte da população colonial do litoral para o interior. Uma série de mudanças ocorreu na colônia, dentro do contexto da mineração. Sobre o ciclo do ouro no período colonial brasileiro, todas as alternativas estão corretas, exceto a alternativa:

- a) A transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro também está inserida no contexto da mineração.
- b) A mineração favoreceu o surgimento de núcleos urbanos no interior da colônia.
- c) Foi criado um comércio interno com o charque e outros produtos da pecuária (couro, sebo).
- d) A riqueza do ouro serviu para proporcionar o início da industrialização brasileira nas regiões Sudeste e Sul.

9. Uece 2020 A partir do século XVIII, houve um crescimento da estrutura urbana no Brasil Colônia, com o surgimento de um grande número de vilas e cidades, devido, principalmente,

- a) ao crescimento da atividade açucareira em todo o Brasil, após a expulsão dos invasores holandeses.
- b) ao desenvolvimento da mineração de ouro e pedras preciosas na região de Minas Gerais e à pecuária no Nordeste.
- c) ao estabelecimento da industrialização promovida pela vinda da família real portuguesa para o Brasil.
- d) ao aparecimento da cafeicultura como atividade econômica de exportação nas regiões Sudeste e Nordeste.

10. Famerp-SP 2017 A descoberta de ouro, no Brasil do século XVII, provocou, entre outros

- a) a formação de núcleos populacionais no interior da colônia e o pagamento, por Portugal, de parte das dívidas com a Inglaterra.
- b) o fim da economia agrícola monocultora e a clara diferenciação em relação às áreas de colonização espanhola na América.
- c) o início do extrativismo na colônia e a exploração dos metais nobres brasileiros por multinacionais inglesas e norte-americanas.
- d) o desenvolvimento de ampla produção agrícola na região das Minas e a autossuficiência alimentar das áreas mineradoras.
- e) a implantação de vasta rede de transportes na região das Minas e o rápido escoamento do ouro na direção dos portos do Nordeste.

Exercícios propostos

- 1. Enem PPL 2021** Em Minas Gerais, Pernambuco e outras partes do Brasil, as pessoas de origem mista, e até pessoas brancas casadas com elas, eram excluídas do governo municipal, das irmandades leigas, do clero, de certos comércios e profissões. A eleição de um certo homem para a Câmara de Cachoeira, na Bahia, foi contestada em 1748 porque “ele era um homem cuja qualidade de sangue ainda era desconhecida”, e isso a despeito do fato de que tinha diploma universitário.

SCHWARTZ, S. Gente da terra brasileira da nação. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

Depreende-se do texto que a configuração política da América portuguesa setecentista era marcada pelo(a)

- a) soberania da Igreja na solução de conflitos.
 - b) restrição da participação nas instituições locais.
 - c) investimento em educação nos núcleos urbanos.
 - d) crescimento da liberalidade na distribuição de alforrias.
 - e) interdição de associações no mundo dos negócios.
- 2. Uece 2020** Filipe Camarão, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira são personagens que participaram da Insurreição Pernambucana, que foi
- a) um movimento de oposição ao absolutismo de D. Pedro I e resultou na formação de outro país, a Confederação do Equador, durante o primeiro reinado.
 - b) o conflito entre manifestantes a favor e contra as medidas de austeridade de D. Pedro II, em 1848, na primeira fase do segundo reinado.
 - c) um movimento separatista pernambucano, ocorrido no período regencial, entre 1831 e 1840, e que somente foi pacificado com a ascensão de D. Pedro II ao trono.
 - d) o conflito responsável pela expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, no século XVII, e que garantiu a continuidade do sistema colonial português na região.

- 3. ESPM-SP 2019** Antonio Felipe Camarão, ou simplesmente Poti (camarão), na língua tupi, era índio potiguar nascido no Rio Grande do Norte, em 1601. Foi uma das principais lideranças potiguares do nordeste, havia estudado com os jesuítas, conhecia latim. Lutou ao lado dos portugueses e participou da famosa batalha de Porto Calvo ao lado dos terços de Henrique Dias, enfrentando tropas comandadas pelo próprio Maurício de Nassau. Teve reconhecida sua lealdade pelo rei de Portugal que lhe concedeu o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, o direito de usar o título de dom e brasão de armas, com soldo de capitão-mor dos índios.

Ronaldo Vainfas – direção. *Dicionário do Brasil Colonial*.

Felipe Camarão se distinguiu atuando ao lado dos portugueses:

- a) contra os invasores franceses do Rio de Janeiro, que tentavam criar a França Antártica;
- b) na luta contra o corsário Duguay-Trouin que saqueou o Rio de Janeiro;
- c) no combate que desalojou os invasores franceses do Maranhão;
- d) na guerrilha contra os holandeses que invadiram a Bahia;
- e) no combate aos holandeses, que haviam atacado o nordeste do Brasil, com destaque na Insurreição Pernambucana.

- 4. UPF-RS 2016** As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito militar da Colônia. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 84.

Tendo em vista o quadro histórico descrito acima, considere o seguinte:

- I. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais teve como alvo principal a ocupação das zonas de produção açucareira na América portuguesa.
- II. Domingos Fernandes Calabar, alagoano, tornou-se colaborador das forças invasoras, até ser preso e executado.
- III. Durante o governo do príncipe Maurício de Nassau, ocorreu a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco, e o Recife conheceu vários melhoramentos urbanos.
- IV. Os holandeses defendiam o trabalho livre e postulavam pelo fim da escravidão.
- V. A reconquista ocorreu porque os brasileiros uniram os brancos, os negros escravos e os índios em prol de Portugal num acordo que ficou conhecido como a “união das três raças”.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) III, IV e V.
- e) III e V.

- 5. ESPM-SP 2013** Leia os versos de Gregório de Matos abaixo e responda:

O açúcar já se acabou? Baixou.
E o dinheiro se extinguiu? Subiu.
Logo já convalesceu? Morreu.
À Bahia aconteceu
o que a um doente acontece,
cai na cama, o mal lhe cresceu,
baixou, subiu e morreu.

A decadência econômica que afetava a Bahia e o Nordeste brasileiro no final do século XVII decorria:

- a) da invasão francesa e da devastação da lavoura canavieira;
- b) da região se encontrar então sob a ocupação holandesa;
- c) da concorrência que o açúcar produzido pelos holandeses, nas Antilhas, fazia ao açúcar produzido no Brasil;
- d) do deslançar naquele tempo da cafeicultura;
- e) do fato de a Espanha, que dominava a região na época, ter seu interesse voltado para a extração da prata em regiões como México e Peru.

6. Fuvest-SP 2013 A economia das possessões coloniais portuguesas na América foi marcada por mercadorias que, uma vez exportadas para outras regiões do mundo, podiam alcançar alto valor e garantir, aos envolvidos em seu comércio, grandes lucros. Além do açúcar, explorado desde meados do século XVI, e do ouro, extraído regularmente desde fins do XVII, merecem destaque, como elementos de exportação presentes nessa economia:

- a) tabaco, algodão e derivados da pecuária.
- b) ferro, sal e tecidos.
- c) escravos indígenas, arroz e diamantes.
- d) animais exóticos, cacau e embarcações.
- e) drogas do sertão, frutos do mar e cordoaria.

7. PUC-Campinas 2018 Se a obra historiográfica de Sérgio Buarque de Hollanda foi um olhar para o passado brasileiro a partir da História de São Paulo (as monções, as entradas e bandeiras, os caminhos e fronteiras) entre a generalidade do ensaio, em *Raízes do Brasil*, e a sistematização acadêmica de sua produção na USP, a cidade do Rio de Janeiro funda um universo poético e um horizonte criativo inteiramente novos em Chico Buarque, no cruzamento das atividades do “morro” (o samba, sobretudo) com as da “cidade” (*A Bossa Nova e a vida intelectual do circuito Zona Sul*).

(FIGUEIREDO, Luciano (org). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 451.)

As entradas e bandeiras, durante o Período Colonial, foram expedições:

- a) contratadas pelos donatários das capitanias, a fim de mapear as populações indígenas que habitavam a região e instalar missões e aldeias visando à sua pacificação, etapa indispensável para o sucesso do empreendimento colonial.
- b) idealizadas por autoridades coloniais e pelos primeiros moradores instalados na Vila de São Paulo, com o objetivo principal de combater os colonizadores espanhóis que vinham desrespeitando os limites do Tratado de Tordesilhas e tomando-lhes as minas de ouro e prata.
- c) planejadas pelos brancos colonizadores, empreendedores particulares ou encarregados da Coroa, compostas de dezenas de índios e mestiços contratados para desbravar o “sertão” e

viabilizar rotas comerciais de minérios, especiarias e gado entre as isoladas vilas do interior.

- d) articuladas e executadas pelos bandeirantes, a mando da Coroa, da Igreja Católica ou por iniciativa própria, a fim de assegurar o controle português das minas de ouro e o plantio em terras férteis, dizimando índios hostis e fundando vilas jesuíticas para o branqueamento da população.
- e) organizadas e financiadas, respectivamente, pela Coroa Portuguesa e por particulares, em busca de metais preciosos, do apresamento de indígenas e da efetivação da posse das terras por colonizadores portugueses.

8. IFSC 2016



<https://parqueibirapuera.org/areas-externas-do-parque-ibirapuera/monumento-as-bandeiras/>

O monumento representado na figura acima está localizado no Parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo, e faz referência às diversas expedições que aconteciam no Brasil no período em que era colônia de Portugal. Sobre essas expedições, relacione as colunas:

1. Entradas
 2. Bandeiras
 3. Sertanismo de contrato
 4. Bandeiras de prospecção
- Expedições de iniciativas particulares com objetivos diversos.
 - Expedições com objetivo de combater tribos indígenas e quilombos.
 - Expedições que tinham como principal objetivo encontrar metais e pedras preciosas.
 - Expedições patrocinadas pela Coroa ou governadores com objetivos diversos, entre eles a expansão do território.

Assinale a alternativa que contém a sequência **CORRETA** correspondente ao preenchimento da segunda coluna, de cima para baixo.

- a) 1, 3, 4, 2.
- b) 2, 4, 3, 1.
- c) 2, 3, 4, 1.
- d) 1, 4, 3, 2.
- e) 3, 2, 4, 1.

9. **UEM-PR 2015** Em 1684 eclodiu no Maranhão a Revolta de Beckman. A respeito desta revolta, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

- 01 A Revolta de Beckman foi uma tentativa de o Estado do Maranhão e o do Grão Pará se tornarem independentes de Portugal.
- 02 O estopim do conflito foi a elevação de Imperatriz, em 1683, à categoria de vila, por meio de uma Carta Régia. Os senhores de engenho que viviam em São Luís não aceitaram a medida, pois isso significava uma diminuição de seus poderes.
- 04 A Revolta relaciona-se à criação, por parte da Coroa Portuguesa, da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão, com o objetivo de promover o desenvolvimento daquela região.
- 08 A Companhia de Comércio do Estado do Maranhão deveria fornecer ao Maranhão ferramentas, utensílios, gêneros de consumo e escravos, no entanto não conseguiu estabelecer um comércio regular na região.
- 16 No contexto da revolta, os jesuítas, contrários à escravização dos índios pelos moradores do Maranhão, foram expulsos pelos revoltosos.

Soma:

10. **Famerp-SP 2020** A camada intermediária abrangia, nas Minas, indivíduos entregues a uma gama variada de atividades profissionais. Creio ser possível arriscar a hipótese de que poucos viviam com certo conforto e despreocupação, a grande maioria sendo constituída pelos que tinham de lutar diariamente pela subsistência, numa capitania inteiramente voltada para a faina aurífera e para a mineração de diamantes.

(Laura Vergueiro. Oportunidade e miséria das Minas Gerais, 1983.)

Entre os membros do grupo social apresentado no texto, viviam nas Minas Gerais do século XVIII:

- a) pecuaristas, alfaiates e escravos.
- b) vendeiros, bandeirantes e grandes produtores rurais.
- c) pintores, altos dignitários da Igreja e prostitutas.
- d) tropeiros, contratadores de diamante e romeiros.
- e) carpinteiros, padres e faiscadores.

11. **UFJF-MG 2018** O mapa a seguir constitui-se como um documento do século XVII e revela o Brasil conhecido e cartografado naquele contexto. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, muitas atividades propiciaram o aumento do espaço conhecido e habitado do território hoje chamado Brasil.

Este é o Mapa de João Teixeira Albernaz II, intitulado Província do Brasil, datado de 1666. Ali é possível ver o litoral do Brasil, desde a Barra do Pará, até o Rio Grande, incluindo algumas missões jesuíticas na fronteira do Rio da Prata.



Fonte: Cartografia Biblioteca Nacional, disponível em <https://goo.gl/7ifakX>

A respeito da expansão territorial, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A pecuária desempenhou um importante papel para o povoamento do Sertão e com o tempo, os vaqueiros seguiram o curso dos rios, especialmente do Rio São Francisco.
 - b) O desconhecimento em relação às bacias hidrográficas existentes fez com que a ocupação se mantivesse restrita ao litoral da Colônia.
 - c) Os jesuítas instalaram suas missões na região nordeste, visto que a Coroa Portuguesa proibia a presença das aldeias na região ao sul do Rio de Janeiro.
 - d) A colonização portuguesa manteve-se localizada na região nordeste, permanecendo as terras abaixo do Trópico de Capricórnio dominadas pela Espanha.
 - e) Não houve nenhuma ocupação da região da Amazônia, o que fez com que esta parte do Brasil ficasse inexplorada até o final do século XIX.
12. **Uece 2018** Ocorridos entre os meados do século XVII até as primeiras décadas do século XVIII, os movimentos nativistas apresentam-se como os primeiros sinais de uma crise do sistema colonial. Sobre esses movimentos, é correto afirmar que
- a) tinham como principal objetivo a separação política entre colônia e metrópole, com a autonomia administrativa e a formação de novas nações livres nas regiões onde ocorriam.
 - b) em Minas Gerais, com a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Felipe dos Santos, no Maranhão, com a Revolta dos Beckman, e em Pernambuco, com a Insurreição Pernambucana e a Guerra dos Mascates, aparecem as divergências entre os interesses dos colonos e os da metrópole.

- c) ocorreram somente em locais que vivenciavam crises econômicas, como o Rio Grande do Sul (Farroupilha 1835-1845) e Pernambuco (Revolução Pernambucana de 1817).
- d) somente a Confederação do Equador, ocorrida no nordeste brasileiro, pode ser tomada como um legítimo movimento nativista, uma vez que não pretendia a separação política em relação a Portugal, mas, somente, maior autonomia administrativa.

13. UFSC 2015

A peso de ouro

Mais do que um recurso natural. Mais do que um artigo de exportação. O que se descobriu em Minas Gerais depois de dois séculos de colonização foi fortuna em estado puro.

CARRARA, Angelo Alves. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nov. 2008. Dossiê Ouro.

Sobre a mineração na América portuguesa, é CORRETO afirmar que:

- 01 a grande instabilidade social do início da mineração resultou em diversos conflitos armados, sendo o mais conhecido deles a chamada Guerra dos Emboabas.
- 02 ao contrário da produção açucareira, a exploração das minas de ouro priorizou o trabalho livre em detrimento do uso de mão de obra escrava em função dos frequentes temores de fugas e roubos por parte dos mineradores.
- 04 com o objetivo de assegurar o controle sobre a exploração do ouro, Portugal assumiu a posse das áreas mineradoras e passou a concedê-las em forma de lotes (datas).
- 08 a liberdade religiosa, uma das características das sociedades mineradoras, permitiu, ainda no século XVIII, a instalação de muitas igrejas e templos de diferentes religiões europeias e africanas.
- 16 o crescimento da produção aurífera nas últimas décadas do século XVIII fez com que o governo português reduzisse o controle sobre a cobrança de tributos, garantindo maior tranquilidade política na colônia do Brasil.
- 32 os artistas setecentistas da região das minas costumavam ser agrupados como representantes de um estilo denominado cubismo mineiro, típico das Minas Gerais.

Soma:

14. **FGV-SP 2013** Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal – conde de Assumar – se casou em 1715 com D. Maria José de Lencastre. Daí a dois anos partiria para o Brasil como governador da capitania de São Paulo e Minas Gerais. Nas Minas, não teria sossego, dividido entre o cuidado ante virtuais levantes escravos e efetivos levantes de poderosos; o mais sério destes o celebrizaria como algoz: foi o conde de Assumar que, em 1720, mandou executar Felipe dos Santos sem julgamento, sendo a seguir chamado a Lisboa e amargurado um longo ostracismo.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*.

A morte de Felipe dos Santos esteve vinculada a

- a) uma sublevação em Vila Rica, que envolveu vários grupos sociais, descontentes com a decisão de levar todo ouro extraído para ser quintado nas Casas de Fundição.
- b) um movimento popular que exigia a autonomia das Minas Gerais da capitania do Rio de Janeiro e o imediato cancelamento das atividades da Companhia de Comércio do Brasil.
- c) uma revolta denominada Guerra do Sertão, comandada por potentados locais, que não aceitavam as imposições colonialistas portuguesas, como a proibição do comércio com a Bahia.
- d) uma insurreição comandada pela elite colonial, inspirada no sebastianismo, que defendia a emancipação da região das Minas do restante da América portuguesa, com a criação de uma nova monarquia.
- e) uma rebelião, que contrapôs os paulistas – descobridores das minas e primeiros exploradores – e os chamados emboabas ou forasteiros – pessoas de outras regiões do Brasil, que vieram atrás das riquezas de Minas.

15. **ESPM-SP 2014** À medida que o século chegava ao fim, agravava-se a tensão entre os comerciantes portugueses residentes em Recife e os produtores luso-brasileiros. Esse atrito assumiu a forma de uma contenda municipal entre Recife e Olinda, ou seja, entre o credor urbano e o devedor rural. Olinda era a principal cidade de Pernambuco e sediava as principais instituições locais. Lá os senhores de engenho tinham suas casas. Por outro lado, o porto de Recife, a poucos quilômetros de distância era o principal local do embarque das exportações de açúcar da capitania.

LOPEZ, Adriana, MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*.

A tensão mencionada no texto contribuiu para desencadear qual das rebeliões coloniais citadas abaixo:

- a) Aclamação de Amador Bueno da Ribeira.
 - b) Revolta de Beckman.
 - c) Guerra dos Mascates.
 - d) Guerra dos Emboabas.
 - e) Revolta de Felipe dos Santos.
16. **UEPG-PR 2017** Em 1740, um relatório enviado pelo Conselho Ultramarino ao rei de Portugal definia um quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Apesar da historiografia atual tratar da existência de quilombos consentidos pelos senhores e nos quais as comunidades negras gozavam de certa autonomia, o mais comum no período colonial brasileiro era a sua caracterização como estruturas sociais de resistência negra que reuniam desde pequenos grupos até milhares de negros fugitivos. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01 Em que pese expressar a luta pela liberdade e desafiar a ordem escravocrata, os quilombos não colocaram em risco o sistema de escravidão na colônia. Prova disso é que no Brasil a abolição ocorreu após o fim do período colonial, no fim do século XIX.
- 02 Domingos Jorge Velho, português radicado na colônia, foi um dos principais defensores da formação de quilombos. Era dono de um dos maiores.
- 04 Ao longo do período colonial existiram centenas de quilombos, sendo as regiões dos atuais estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas, locais onde ocorreram com muita frequência.
- 08 Durante o domínio holandês em Pernambuco, não se verifica a fuga de escravos nem a formação de quilombos. O fato dos holandeses condenarem a escravidão e estruturarem um modelo social baseado no trabalho livre e assalariado explica tal fenômeno.
- 16 Os quilombos eram locais onde os negros se organizavam social e culturalmente de acordo com suas origens, produzindo coletivamente e sobrevivendo à margem do sistema escravista.

Soma:

17. **UEPG-PR 2018** Objeto de estudo de diversos historiadores, sociólogos e antropólogos, a sociedade colonial brasileira possui peculiaridades e constitui a base da nossa sociedade contemporânea.

A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01 Agrária, patriarcal e escravista, a sociedade colonial se estruturou a partir da grande propriedade e do poder dos donos da terra. Nesse cenário, os povoados e vilas tiveram papel secundário, limitados praticamente às funções administrativas.
- 02 Os indígenas, povos originários do território, foram amplamente integrados ao modelo de sociedade colonial. Inicialmente utilizados como escravos, os indígenas ascenderam à condição de trabalhadores livres e assalariados a partir da chegada dos africanos escravizados, exercendo importante papel produtivo na colônia.
- 04 Apesar de colonial, a sociedade da mineração, que se formou no século XVIII, diferia completamente da sociedade do açúcar. Urbana, marcada por grande mobilidade social e estruturada a partir do trabalho livre e assalariado, pode-se dizer que nela a escravidão foi meramente assessória.
- 08 A religiosidade foi um dos traços marcantes da sociedade colonial brasileira. A forte presença da Igreja Católica foi sentida durante os três séculos da colônia. Importante destacar que também há grande influência de religiões protestantes como o luteranismo e o calvinismo, sem contar as religiões de origem africana.
- 16 O mulato e o caboclo são personagens típicos da sociedade colonial. Marcada pela mistura de raças e também de culturas, a sociedade colonial possui um caráter essencialmente mestiço.

Soma:

18. **Uece 2017** O início do Séc. XVIII marcou uma importante mudança no processo de colonização do Brasil pela metrópole portuguesa. A descoberta de jazidas de pedras e metais preciosos, no interior do território, promoveu interiorização do povoamento e diversas alterações na administração colonial.

Sobre esse período, é correto afirmar que

- a) apesar de a capital da colônia permanecer no litoral, diversos núcleos urbanos surgiram nas regiões de exploração mineira tais como Vila Rica, Diamantina, Sabará e Mariana.
- b) a mais importante alteração administrativa foi a transferência da capital da colônia, de Salvador, na Bahia, para Ouro Preto, em Minas Gerais.
- c) a cobrança de impostos sobre a mineração, como o “quinto”, praticada pela Intendência das Minas, era tolerada pois todos os recursos eram usados na educação e na saúde pública e gratuita para os colonos.
- d) na atividade mineradora, o uso de trabalho escravo, muito amplo na economia açucareira, era quase inexistente, sobressaindo-se o trabalho livre de imigrantes europeus.

19. **UEPG-PR 2017** Resultado das pretensões e objetivos portugueses nas áreas coloniais, bem como da estrutura econômica montada a partir do século XVI, a sociedade colonial brasileira possui características bastante peculiares. É possível afirmar que, em parte, o atual modelo social brasileiro reflete aquele que vigorou entre os séculos XVI e XVIII.

A respeito da sociedade colonial brasileira, assinale o que for correto.

- 01 Na colônia, foi comum o transporte de pessoas em redes, cadeirinhas ou liteiras. Cabia aos escravos, carregar os seus senhores ou outros livres, neste caso cobrando por tal serviço.
- 02 A culinária colonial foi toda baseada na tradição europeia, não sendo possível falar em integração das práticas alimentares indígenas ou negras. Devido ao seu alto preço, o consumo de carne bovina restringiu-se aos mais abastados.
- 04 Apesar de predominantemente patriarcal, na sociedade colonial, existiram muitas mulheres que se envolveram em práticas políticas e que ocuparam cargos administrativos.
- 08 Os indígenas foram plenamente integrados ao modelo social colonial. Considerados homens livres, eles tiveram papel importante na dinamização do comércio interno e na integração territorial durante a Colônia.
- 16 Apesar de ambas comporem a sociedade colonial brasileira, a sociedade da mineração possui características diferentes da sociedade do açúcar. A dinâmica urbana, a existência de profissões especializadas e a influência do iluminismo francês marcaram a experiência mineira.

Soma:

20. UFSM-RS 2015 A igreja de São Francisco (foto), construída em Ouro Preto no século XVIII, é um marco do barroco e da arquitetura brasileira. O contexto histórico que explica a realização dessa obra é criado pelo(a)

- a) crise do sistema colonial e eclosão das revoltas regenciais.
- b) deslocamento do centro administrativo da Colônia para a cidade de Ouro Preto.
- c) exploração econômica das minas de ouro e consolidação da agricultura canieira.
- d) ciclo da mineração e decorrente diversificação do sistema produtivo.
- e) distanciamento em relação a autoridade colonial e conseqüente maior liberdade de expressão.



Marcos Alves Moriato/Editora Abril

Texto complementar

As artes nas Minas Gerais

[...] transformava a obra de arte em um meio de entesouramento. Também contribuía para tamanho dinamismo um traço comportamental típico da sociedade colonial mineira, ou seja, acentuado gosto pela ostentação e pela pompa, de um lado, advindo por herança dos colonizadores metropolitanos, [...]. Atente-se para o fausto das procissões, lembre-se o luxo e a riqueza dos rituais, perceba-se a magnificência dos templos, e poderá, então, compreender que se está diante de realidade social onde as artes plásticas e os ofícios artesanais a ela relacionados tiveram especial relevo e destaque, onde o tempo e as mudanças sociais foram se encarregando de refinar o gosto das pessoas, existindo por parte dos artistas permanente apuração ou renovação das formas estéticas.

Todas as características aqui apontadas se juntaram para identificar em Minas um acentuado espírito competitivo entre essas associações, que não só disputavam o concurso dos melhores artistas e artesãos para as suas encomendas, como, através deles, procuravam transformar a grandiosidade ou a beleza de suas obras em um fator de prestígio, de autoafirmação e de destaque, se as compararmos a outras agremiações. Tais rivalidades, aliás, tiveram inegável saldo positivo, posto que a emulação resultou tanto no aprimoramento do senso estético como do nível de exigência dos compradores e do público em geral.

BOSCHI, Caio C. O Barroco mineiro: artes e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2009. p. 38-41.

Resumindo

- Com a expulsão dos holandeses e a concorrência com a produção açucareira da região das Antilhas, houve a desvalorização do açúcar no comércio europeu.
- A expansão territorial na Colônia foi promovida, ao longo do século XVII, como ferramenta de busca de novas alternativas econômicas para a exploração metropolitana, das quais se destacam: as drogas do sertão, na região amazônica; a pecuária no sertão nordestino; a fundação da Colônia do Sacramento, no Sul; e, principalmente, as bandeiras.
- O século XVIII foi marcado por uma intensa fiscalização metropolitana sobre a Colônia, o que acabou resultando em uma série de revoltas denominadas nativistas.
- A mineração foi responsável pelo desenvolvimento da economia no Brasil e do mercado interno, além da integração entre várias regiões da Colônia.

Quer saber mais?



Livros

DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantismo: verso e reverso*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Col. Tudo é História).

O livro analisa as entradas e bandeiras a partir de perspectivas que desconstruem mitos relacionados a esses fenômenos.

BAETA, Rodrigo Espinha. *Teoria do Barroco*. Salvador: Edufba, 2012.

A obra investiga o conceito de Barroco a partir de seus fundamentos essenciais.

FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

O livro aborda rebeliões na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII e a relação desses movimentos com a formação da identidade colonial.



Podcast

HISTÓRIA Pirata #9 – Barroco: Europa × Brasil com André Honor.

Debate sobre o Barroco com André Honor, historiador e professor da Universidade de Brasília, a partir de diversas problemáticas relacionadas ao tema.

Exercícios complementares

- 1. Unicamp-SP 2021** Em estudo amplamente divulgado pela historiografia luso-brasileira, o historiador Charles Boxer afirmou: entre as instituições que foram características do império marítimo português e que ajudaram a manter unidas as suas diferentes colônias, contavam-se o Senado da Câmara, as irmandades de caridade e as confrarias laicas.

(Adaptado de Maria Fernanda Bicalho, “As Câmaras Municipais no Império Português: o Exemplo do Rio de Janeiro”. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 18, n. 36, p. 252, 1998.)

A partir da leitura do texto e dos seus conhecimentos,

- cite e explique uma função de uma das instituições citadas no texto que contribuía para a manutenção da unidade de diferentes colônias do império marítimo português;
 - explique duas razões pelas quais a existência de quilombos no período colonial problematiza a noção de integridade do império português.
- 2. Uece 2021** Diferentemente da monocultura açucareira desenvolvida próximo ao litoral e da exploração mineral no interior do Brasil, a atividade pecuarista colonial se caracterizou por manter
- o sistema de quarteação, ou seja, a remuneração do vaqueiro por meio da doação de uma a cada quatro reses nascidas sob sua responsabilidade.
 - grande dependência do modelo de exploração colonial baseado no latifúndio, no escravismo e na exportação.
 - seu desenvolvimento, no período colonial, apenas na região da ilha do Marajó, devido às condições favoráveis do ecossistema amazônico.
 - o quinto, que era o pagamento realizado pelo dono da fazenda aos vaqueiros no valor de 20% de todo o arrecadado após cinco anos de trabalho.

- 3. UnB-DF 2015** Cerca de um século antes de Maquiavel publicar sua mais célebre obra, um pequeno país, Portugal, dava início à saga das grandes navegações. Esse ciclo de viagens ultramarinas, ao qual outros países se incorporaram, ligou a Europa à África, à Ásia e ao Novo Mundo, a América. O sistema colonial dele decorrente desempenhou importante papel para a nova configuração econômica da Idade Moderna, que, a partir da Europa, se disseminava pelo mundo. A crise desse sistema coincidiu com a crise do Antigo Regime europeu, com o colapso das práticas econômicas mercantilistas e do absolutismo político, a partir de fins do século XVIII.

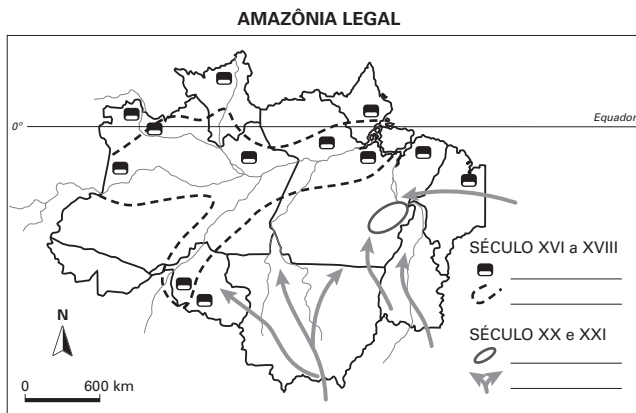
Em relação a esse cenário histórico de profundas transformações, assinale a opção correta.

- De norte a sul das Américas, o processo de colonização obedeceu a um determinado modelo, o mercantilista, de modo a impedir que, nas colônias, existissem outras atividades econômicas não comprometidas com o abastecimento do mercado externo.
 - A abundância de ouro e prata nas regiões colonizadas pela Espanha levou a metrópole a introduzir, nessas colônias, muitas práticas típicas do feudalismo, como a corveia e as banalidades.
 - No Brasil, a colonização foi compartilhada pela Coroa portuguesa e pela iniciativa privada, o que pode ser exemplificado, de um lado, pelo Governo Geral e Vice-Reinado, e, de outro, pelas capitanias hereditárias, sesmarias, produção de açúcar e exploração aurífera.
 - De todos os movimentos insurrecionais que o Brasil conheceu no período colonial, a Conjuração Mineira (Inconfidência) foi o de maior apelo popular e o que mais desgastou militarmente as forças portuguesas.
- 4. Uece 2018** Atente ao seguinte enunciado: “Em seu governo, Maurício de Nassau incentivou a produção de açúcar, que havia decaído durante a conquista, com a concessão de financiamentos; também estimulou a agricultura de subsistência, sobretudo da mandioca, para que não faltassem alimentos aos mais pobres. Homem culto e amante das artes, seu governo foi um período de tolerância religiosa entre católicos e protestantes. Seu retorno à Europa e sua substituição por um ‘triuvirato’ – que alterou suas práticas administrativas – fez surgir reações e insurreições por parte dos senhores de engenho”.

O enunciado se refere ao período histórico marcado

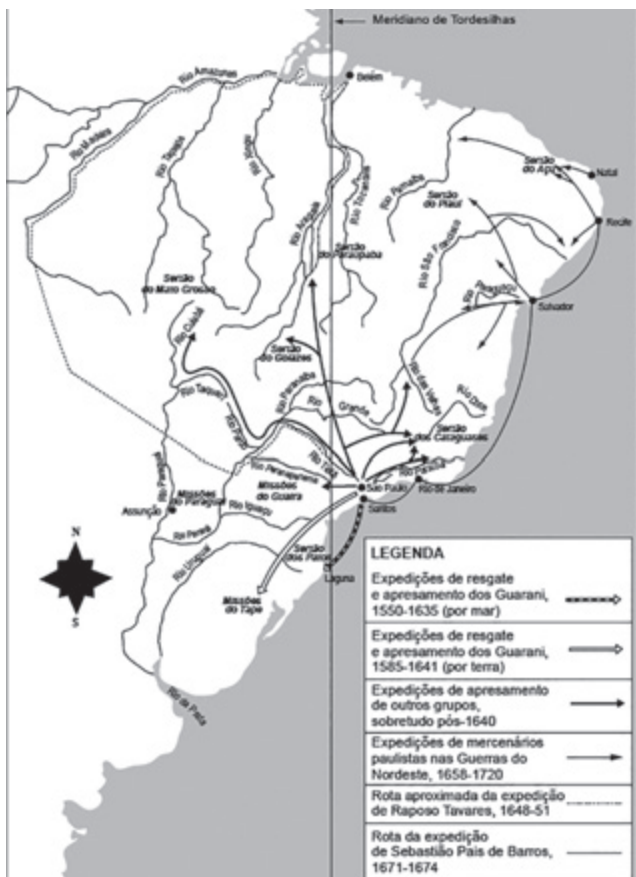
- pela implantação do Governo-Geral, em 1548, como forma de resolver o fracasso administrativo das Capitanias Hereditárias e garantir a posse e a pacificação da Colônia.
- pelo domínio francês no Maranhão, no qual o governo do Conde Nassau trouxe grandes avanços à cultura canieira daquela região e o desenvolvimento da cidade de São Luís.
- pelo domínio francês no Rio de Janeiro, que teve na figura de Maurício de Nassau seu grande nome, responsável por desenvolver a economia e a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- pelo domínio holandês no Nordeste do Brasil, que se estendeu desde a Bahia até o Maranhão e que teve na administração de Nassau seu período de maior desenvolvimento.

5. Fuvest-SP 2015 (Adapt.) A ocupação da atual Amazônia Legal Brasileira ocorreu em diferentes épocas, teve diferentes origens e envolveu distintas atividades. No período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, destacou-se a ocupação portuguesa. A ocupação, na atualidade, é marcada por diferentes atividades econômicas, algumas delas voltadas ao mercado externo. Com base em seus conhecimentos, complete a legenda no mapa. Para isso, nomeie as ocupações ou atividades econômicas correspondentes a cada símbolo.



6. UFMG 2013 Analise este mapa:

Bandeiras e Expedições de Apresamento (1550-1720)



MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 13. (Adaptado).

A partir da análise do mapa e considerando outros conhecimentos sobre o assunto,

- EXPLIQUE um motivo para as Expedições de Apresamento.
- CITE dois processos históricos decorrentes das Expedições de Apresamento.
- COMPARE o tratamento dado aos povos indígenas por parte das Expedições de Apresamento e das Missões jesuíticas.

7. UFPR 2019 Leia o excerto abaixo, retirado de artigo sobre a construção da mitologia referente à figura e à atuação dos bandeirantes no Brasil:

Delineou-se com toda a clareza [...] uma preocupação ao mesmo tempo historiográfica e ideológica, presente principalmente na obra de historiadores paulistas da primeira metade do século XX, em estudar a formação da população paulista a partir da biografia de seus antepassados ilustres, encarnados na figura do bandeirante.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social*, Campinas, SP, n. 13, 2007, p. 161.

A partir dos conhecimentos sobre o período colonial da América Portuguesa (séculos XVI a XIX) e sobre o período referido no excerto (a primeira metade do século XX no Brasil):

- Cite 2 principais atividades das bandeiras no período colonial da América Portuguesa.
- Defina duas características do mito do bandeirante construído entre o final do século XIX e primeira metade do século XX por grupos paulistas e explique duas razões que levaram a essa construção. Em seguida, aponte uma crítica feita a essa mitologia.

8. Famerp-SP 2021 Leia o texto para responder à questão.

Os protestos antirracismo iniciados nos Estados Unidos após a morte de George Floyd por um policial colocaram o mundo em polvorosa no final de maio. Além dos protestos em solo americano, cidadãos de diversas nações intensificaram a discussão acerca do racismo e resolveram pôr as mãos na massa – literalmente.

No último dia 7, em Bristol, Inglaterra, uma multidão enfurecida derrubou de seu pedestal a estátua do traficante de escravos Edward Colston e a jogou no rio da cidade. O ato foi um protesto contra a reverência a personalidades históricas cuja conduta é atualmente considerada condenável.

Na Bélgica, os moradores da cidade de Antuérpia agiram de forma parecida. Na semana passada, os belgas vandalizaram e removeram a estátua do rei Leopoldo II, lembrado sobretudo por ter colonizado o Congo Belga. [...]

O Brasil não ficou para trás na discussão – e nem poderia, diante do fato de ter sido o país das Américas que mais recebeu escravos entre os séculos XVI e XIX. Aqui, estátuas de personalidades históricas que atualmente seriam julgadas pelos mais diversos crimes habitam cidades de todos os tamanhos.

BRITO, Sabrina. “Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica?” <https://veja.abril.com.br>, 9 jun. 2020.

No caso brasileiro, alguns dos principais alvos de protestos são as estátuas e monumentos dedicados a

- a) políticos associados a casos de corrupção, uma vez que dilapidaram os recursos financeiros do país, inviabilizando a superação da crise econômica e a implementação de programas sociais.
- b) presidentes do período militar brasileiro, uma vez que lideraram a ação repressiva contra os opositores, consolidando um regime de caráter ditatorial no país.
- c) jesuítas que atuaram nas missões e reduções indígenas da colônia, uma vez que converteram os nativos ao catolicismo, impedindo a livre expressão da religiosidade e das manifestações culturais desses povos.
- d) militares e civis que participaram da Guerra do Paraguai, uma vez que o conflito provocou a dizimação de parte da população, destruindo econômica e socialmente o país vizinho.
- e) bandeirantes, uma vez que atuaram na captura de nativos e na destruição de quilombos, contribuindo para a ampliação e manutenção do trabalho compulsório na colônia.

9. **ESPM-SP 2015** As incursões dos bandeirantes paulistas às missões dos jesuítas castelhanos do Guairá multiplicaram-se a partir do século XVII. Paulistas e guerreiros tupiniquins enveredavam pelo Caminho do Peabiru, velha trilha tupi, rumo ao Guairá, território situado entre os rios Paranapanema, Iguazu e Paraná. Nessa região de posse duvidosa, dado que os portugueses sempre consideraram que a linha de Tordesilhas passava pelo estuário do Prata, os jesuítas espanhóis haviam criado entre 1622 e 1628 onze missões.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: uma interpretação*.

Quanto ao assunto tratado no texto é correto assinalar:

- a) as incursões dos bandeirantes às missões jesuítas visavam apresar indígenas aldeados em grupos numerosos e habituados ao trabalho rural;
- b) nessas incursões não havia nenhuma participação de indígenas entre os integrantes das bandeiras;
- c) o objetivo primordial dos bandeirantes paulistas era apresar “negros da terra” para a exportação dessa mão de obra para a Europa;
- d) os ataques dos bandeirantes paulistas aos jesuítas castelhanos eram uma resposta contra a postura da Espanha que naquele momento apoiava a invasão holandesa ao Brasil;
- e) as incursões dos bandeirantes paulistas contra as missões jesuíticas de Guairá e Tapas ocorreram após o Tratado de Madri.

10. **Uece 2021** “Derrama” e “Capitação” eram denominações de

- a) naus portuguesas comandadas por Cristóvão Jacques durante a Segunda Expedição Guarda-Costas enviada ao litoral brasileiro em 1516.
- b) sistemas de trabalho impostos aos indígenas, no Brasil, similares aos sistemas conhecidos como Encomienda e Mita praticados nas colônias hispânicas.
- c) tributos aplicados pela coroa portuguesa sobre a atividade mineradora realizada no Brasil durante o período colonial.
- d) crimes cometidos contra a coroa portuguesa que resultavam, respectivamente, na perda total dos bens ou na execução do condenado.

11. **Fuvest-SP** As interpretações históricas sobre o papel dos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII apresentam, de um lado, a visão desses paulistas como heróis e, de outro, como vilões. A partir dessa afirmação, discorra sobre

- a) os bandeirantes como heróis, ligando-os à questão das fronteiras.
- b) os bandeirantes como vilões, ligando-os à questão dos índios.

12. **Enem PPL 2020** Ao longo de uma evolução iniciada nos meados do século XIV, o tráfico lusitano se desenvolve na periferia da economia metropolitana e das trocas africanas. Em seguida, o negócio se apresenta como uma fonte de receita para a Coroa e responde à demanda escravista de outras regiões europeias. Por fim, os africanos são usados para consolidar a produção ultramarina.

ALENCASTRO, L. F. O trato dos viventes. São Paulo: Cia. das Letras, 2000 (adaptado).

A atividade econômica destacada no texto é um dos elementos do processo que levou o reino português a

- a) utilizar o clero jesuíta para garantir a manutenção da emancipação indígena.
- b) dinamizar o setor fabril para absorver os lucros dos investimentos senhoriais.
- c) aceitar a tutela papal para reivindicar a exclusividade das rotas transoceânicas.
- d) fortalecer os estabelecimentos bancários para financiar a expansão da exploração mineradora.
- e) implementar a agromanufatura açucareira para viabilizar a continuidade da empreitada colonial.

13. **UFMG** No início do século XVIII, em Pernambuco e em Minas Gerais, dois conflitos – respectivamente, a Guerra dos Mascates e a Guerra dos Emboabas – opuseram grupos que já se consideravam naturais da terra a portugueses e outros recém-chegados.

EXPLICITE as razões que levaram esses grupos a se enfrentar na

- a) Guerra dos Mascates.
- b) Guerra dos Emboabas.

14. Uerj

Mapa da Estrada Real



<http://direitomonarquicodobrasil.blogspot.com>

A Estrada Real, nos dias de hoje, é a reunião dos vários caminhos construídos no Brasil-Colônia, principalmente nos séculos XVII e XVIII, para o transporte das riquezas do interior para o litoral do Rio de Janeiro, de onde seguiam para a metrópole portuguesa. São 1.512 km que permitem mergulhar na história brasileira. A circulação de pessoas, mercadorias e riquezas era obrigatoriamente feita por aqueles caminhos, constituindo crime de lesa-majestade a abertura de outros não autorizados pela administração metropolitana.

Adaptado de <http://360graus.terra.com.br>

A expansão da colonização na América portuguesa, nos séculos XVII e XVIII, ocasionou o surgimento de novas atividades econômicas, de núcleos de povoamento e de caminhos e estradas, como os que compuseram a Estrada Real.

Cite a principal atividade econômica que condicionou o surgimento dos caminhos da Estrada Real e identifique dois interesses da Coroa portuguesa em controlar esses caminhos, no decorrer do século XVIII.

- 15. Unicamp-SP** Durante o século XVIII, a capitania de São Paulo sofreu grandes transformações territoriais e administrativas. Em 1709, nasceu a capitania de São Paulo e das Minas do ouro, abrangendo imenso território correspondente à quase totalidade das atuais regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, à exceção da então capitania do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Até 1748, sucessivos desmembramentos formaram as regiões de Minas, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Goiás e Mato Grosso. O novo capitão-general, mais conhecido como Morgado de Mateus, foi diretamente instruído pelo futuro Marquês de Pombal a ocupar-se da fronteira oeste

ameaçada pelos espanhóis e a fomentar a produção de gêneros de exportação.

Adaptado de Ana Paula Medici, "São Paulo nos projetos de império", em Wilma Peres Costa e Cecília Helena de Oliveira, *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2007, p. 243.

- Cite duas atividades econômicas que sustentavam a capitania de São Paulo no século XVIII.
- Considerando a política territorial na América Portuguesa nos séculos XVI e XVII, comente as mudanças significativas do século XVIII nesse aspecto.

- 16. Fatec-SP 2014** Durante o período colonial, a exploração de trabalhadores escravos de origem africana foi fundamental para o desenvolvimento das atividades produtivas em toda a América Portuguesa.

(<http://www.palmares.gov.br/2008/06/livro-valoriza-historia-afro-brasileira-do-ciclo-deouro/> Acesso em: 08.01.2014. Adaptado)

No ciclo do ouro, no século XVIII, os escravos não foram responsáveis apenas pela parte braçal, mas também pelo desenvolvimento de técnicas que nunca tinham sido aplicadas na região de Minas Gerais como, por exemplo, a técnica das canoas (que eram lavadouros, espécies de mesas) em que se depositava o cascalho retirado dos rios ou tabuleiros em pequenos montes para ser lavado e apurado.

(<http://www.palmares.gov.br/2008/06/livro-valoriza-historia-afro-brasileira-do-ciclo-deouro/> Acesso em: 08.01.2014. Adaptado)

Considerando os elementos apresentados, é correto concluir que a mineração no período colonial

- reproduzia o modelo de extração trazido pelos colonizadores portugueses.
 - agregava procedimentos técnicos desenvolvidos pelos escravos africanos.
 - dependia de grandes máquinas extratoras importadas da Europa.
 - visava à exploração do ouro, abundante nas regiões litorâneas.
 - era prejudicada pela inexperiência dos escravos nas minas.
- 17. Unesp 2021** A exploração do ouro, na região das Minas Gerais durante o século XVIII, implicou um conjunto de transformações no perfil geral da América portuguesa, tais como
- a redução no emprego da mão de obra escrava e a facilitação da entrada de imigrantes na colônia.
 - a implementação do regime de intendências e a formação de nova estrutura administrativa na colônia.
 - a concentração das atividades econômicas no interior da colônia e o abandono do comércio agroexportador.
 - o aumento dos intercâmbios comerciais com a América hispânica e a constituição de um mercado aurífero no continente.
 - o contato direto da Inglaterra com as riquezas do território brasileiro e a dificuldade portuguesa de manter o monopólio comercial.

- 18. Fuvest-SP 2020** A semente da integração nacional seria, pois, lançada pela nova Corte como um prolongamento da administração e da estrutura colonial, um ato de vontade de portugueses adventícios, cimentada pela dependência e colaboração dos nativos e forjada pela pressão dos ingleses que queriam desfrutar do comércio sem ter de administrar. A insegurança social cimentaria a união das classes dominantes nativas com a “vontade de ser brasileiros” dos portugueses imigrados que vieram fundar um novo Império nos trópicos. A luta entre as facções locais levaria fatalmente à procura de um apoio mais sólido no poder central. Os conflitos inerentes à sociedade não se identificam com a ruptura política com a Mãe Pátria, e continuam como antes, relegados para a posteridade.

Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

- Caracterize o período histórico de que trata o texto.
 - Descreva os projetos dos principais grupos políticos do período.
 - Explique a frase: “Os conflitos inerentes à sociedade não se identificam com a ruptura política com a Mãe Pátria, e continuam como antes, relegados para a posteridade”.
- 19. FGV-SP 2015** [...] se o interesse da Coroa estava centralizado na atividade minerária, ela não poderia negligenciar outras atividades que garantissem sua manutenção e continuidade. É nesse contexto que a agricultura deve ser vista integrando os mecanismos necessários ao processo de colonização desenvolvidos na própria Colônia, uma vez que, voltada para o consumo interno, era um meio de garantir a reprodução da estrutura social, além de permitir a redução dos custos com a manutenção da força de trabalho escrava.

Guimarães, C. M. e REIS, F. M. da M. “Agricultura e mineração no século XVIII”, in Resende, M. E. L. e VILLALTA, L. C. (orgs.) *História de Minas Gerais. As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Companhia do Tempo, 2007, p. 323.

Assinale a alternativa que interpreta corretamente o texto.

- Para o desenvolvimento das atividades de exploração das minas foi decisiva a permissão dada pela metrópole ao desenvolvimento técnico e industrial da região.
- Os caminhos entre as minas e Salvador, além de escoar a produção mineradora e permitir a entrada de escravos, ficaram marcados pelo aparecimento de importantes vilas e povoados.
- A produção agrícola na região das minas desenvolveu-se a ponto de se tornar um dos principais itens da pauta de produtos exportados no período colonial.
- Apesar do crescimento da agricultura e da pecuária, o mercado interno não se desenvolveu no Brasil colonial, cuja produção se manteve estritamente voltada ao mercado externo.
- As atividades agrícolas e a pecuária desenvolveram-se de certo modo integradas ao desenvolvimento da mineração e da urbanização da região mineradora.

- 20. Fuvest-SP 2019** Leia o seguinte texto:

Ocorre aqui ao pensamento o que não é lícito sair à língua, e não falta quem discorra tacitamente, que a causa desta diferença tão notável foi a mudança da monarquia. Não havia de ser assim (dizem) se vivera um D. Manuel, um D. João, o terceiro, ou a fatalidade de um Sebastião não sepultara com ele os reis portugueses.

[...]

Não hei de pregar hoje ao povo, não hei de falar com os homens, mais alto hão de sair as minhas palavras ou as minhas vozes: a vosso peito divino se há de dirigir todo o sermão. [...] quero eu, Senhor, converter-vos a vós.

[...]

Mas pois vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fordes servido. Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as consequências do Brasil perdido); entregai-lhes quanto temos e possuímos (como já lhes entregastes tanta parte); ponde em suas mãos o Mundo; e a nós, aos portugueses e espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais.

Padre Antônio Vieira, *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. Sermões, Porto: Lello & Irmão, 1959. p. 300-301.

O padre Antônio Vieira foi considerado um dos mais ilustres luso-brasileiros do século XVII. Acerca desse sermão, escrito em 1640, ao final da chamada União Ibérica, responda ao que se pede.

- Caracterize o do ponto de vista de seu estilo literário.
- Identifique o contexto da História de Portugal no qual o sermão foi composto.
- Explique a situação da América portuguesa, tal como mencionada.

EM13CHS104

1. Enem PPL 2015

Síntese entre erudito e popular

Na região mineira, a separação entre cultura popular (as artes mecânicas) e erudita (as artes liberais) é marcada pela elite colonial, que tem como exemplo os valores europeus, e o grupo popular, formado pela fusão de várias culturas: portugueses aventureiros ou degredados, negros e índios. Aleijadinho, unindo as sofisticções da arte erudita ao entendimento do artífice popular, consegue fazer essa síntese característica deste momento único na história da arte brasileira: o barroco colonial.

MAJORA, C. *BrHistória*, n. 3, mar. 2007 (adaptado).

No século XVII, a arte brasileira, mais especificamente a de Minas Gerais, apresentava a valorização da técnica e um estilo próprio, incluindo a escolha dos materiais. Artistas como Aleijadinho e Mestre Ataíde têm suas obras caracterizadas por peculiaridades que são identificadas por meio

- a) do emprego de materiais oriundos da Europa e da interpretação realista dos objetos representados.
- b) do uso de recursos materiais disponíveis no local e da interpretação formal com características próprias.
- c) da utilização de recursos materiais vindos da Europa e da homogeneização e linearidade representacional.
- d) da observação e da cópia detalhada do objeto representado e do emprego de materiais disponíveis na região.
- e) da utilização de materiais disponíveis no Brasil e da interpretação idealizada e linear dos objetos representados.

EM13CHS104

2. Fatec-SP 2019 Observe a imagem.



Johann Moritz Rugendas. *Festa de Nossa Senhora do Rosário, Patrona dos Negros*, c. 1835.

<<https://tinyurl.com/ybj66a52>> Acesso em: 20/10/2018. Original colorido.

A imagem retrata a festa em homenagem à santa padroeira da irmandade religiosa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Minas Gerais, no século XVIII. Segundo o historiador Caio Boch, “as irmandades foram a mais viva expressão social das Minas Gerais do século XVIII”. De modo geral, as irmandades são definidas como associações constituídas por religiosos leigos e fiéis de diferentes classes sociais que se dedicavam ao culto de um padroeiro.

Na região das Minas Gerais, no século XVIII, essas associações se caracterizavam pela

- a) organização da vida social, construção de igrejas e de cemitérios, organização de festas, cuidados com os necessitados e formação profissional com o ensino dos ofícios mecânicos e das artes.
- b) organização da vida econômica, construção e manutenção de estradas, criação dos órgãos de fiscalização e cobrança de impostos, e administração dos seminários coloniais, responsáveis pela formação de novos padres.
- c) organização da vida política, construção de hospitais e de escolas de educação básica, administração do patrimônio do Vaticano no Brasil e organização de bazares e feiras para arrecadação de doativos para os necessitados.
- d) criação e fiscalização do cumprimento das leis referentes à moral e aos costumes dos moradores de Minas Gerais, celebração semanal do rito da missa e administração de sacramentos, como o batismo, o casamento e a extrema-unção.
- e) criação dos órgãos de controle metropolitano sobre a população de escravos e libertos, regulamentação das práticas do Candomblé, construção de casas para os irmãos de baixa renda e desenvolvimento de sistemas de ensino religioso ecumênico.

EM13CHS20

3. Enem Libras 2017 Todos os anos, multidões de portugueses e de estrangeiros saem nas frotas para ir às minas. Das cidades, vilas, plantações e do interior do Brasil vêm brancos, mestiços e negros juntamente com muitos ameríndios contratados pelos paulistas. A mistura é de pessoas de todos os tipos e condições; homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; fidalgos e povo; leigos, clérigos e religiosos de diferentes ordens, muitos dos quais não têm casa nem convento no Brasil.

BOXER, C. *O império marítimo português: 1435-1825*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

A qual aspecto da vida no Brasil colonial o autor se refere?

- a) À imposição de um credo exclusivo.
- b) À alteração dos fluxos populacionais.
- c) À fragilização do poder da Metrópole.
- d) Ao desregramento da ordem social.
- e) Ao antilusitanismo das camadas populares.

Théodore Chassériau, *Alexis de Tocqueville*, 1850. Óleo sobre tela. Palácio de Versalhes, França.

Palácio de Versalhes, França

FRENTE 2

CAPÍTULO

1

História e Pré-História

Na pintura apresentada, você pode ver o filósofo francês Alexis de Tocqueville (1805-1859). Em seu livro *A democracia na América*, de 1835, ele reafirmou a importância de estudar História: “Quando o passado não mais ilumina o futuro, a mente humana caminha nas trevas”. Para ele, o estudo da História é fundamental para compreendermos o mundo que nos cerca e, assim, caminharmos adiante. Para você, o que é História? E qual é a importância dos estudos em História? Como eles podem auxiliar nossa compreensão do mundo? Neste primeiro capítulo, discutiremos a importância do conhecimento histórico e, em seguida, apresentaremos, em linhas gerais, o período conhecido como “Pré-História”.

História: e nós com isso?

O que é História?

Em 1939, começava a Segunda Guerra Mundial (1939-1945); e, em 1940, as tropas nazistas de Hitler, com seus tanques e soldados, entravam na França. Enquanto isso, um professor de História Medieval da renomada Universidade Sorbonne, no mesmo país, deixou a direção da publicação *Revue des Annales* para lutar contra as tropas alemãs. Seu nome era **Marc Bloch** (1886-1944). Ele já havia lutado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e era um historiador consagrado, pois havia escrito o clássico *Os reis taumaturgos*, sobre a crença de que monarcas medievais e modernos poderiam curar doenças com as mãos. Durante a guerra, Bloch foi detido pela polícia secreta nazista, a Gestapo. Em seguida, foi torturado e fuzilado.

Coleção particular



O historiador Marc Bloch foi um dos fundadores do movimento historiográfico chamado Escola dos Annales.

Antes de ir à guerra, Marc Bloch estava escrevendo um livro sobre o ofício do historiador. Da obra, nunca finalizada, restaram apenas fragmentos. Nesse pequeno clássico, que está publicado em português como *Apologia da História*, o autor se pergunta: o que é o conhecimento em História?

Para Bloch, a História é uma ciência, afinal ela tem um objeto de estudo, métodos sólidos e critérios refinados de verificação da verdade. Além disso, a História, diferentemente da Biologia ou da Química, tem como objeto de estudo os seres humanos; e, mesmo quando a História se dedica a pensar a natureza ou os objetos, ela o faz em função de sua relação com a nossa espécie, a dos *Homo sapiens*.

Assim, a História é uma ciência humana. E qual seria a especificidade da História? A resposta é: a análise das sociedades humanas através do tempo.

Os tempos do historiador

O historiador, portanto, privilegiaria o estudo do ser humano através do tempo. Certamente, esse tempo não é estável e linear, mas uma rede complexa que envolve, de um lado, o perecimento e a transformação de todas as coisas e, de outro, nossas próprias percepções.

Assim como Marc Bloch, outro historiador francês chamado **Fernand Braudel** (1902-1985) também foi preso pelos nazistas em um campo perto de Lübeck, na Alemanha. Braudel sobreviveu e tornou-se um grande historiador das gerações seguintes. No campo de concentração, aliás, redigiu o clássico *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Inclusive, ele esteve no Brasil entre 1935 e 1937 e auxiliou na fundação do primeiro curso de História do país, na Universidade de São Paulo (USP).

Braudel afirma que o tempo experienciado pelo historiador está longe de ser linear. Existiria, segundo ele, um **tempo de curta duração**: o tempo das nossas atividades diárias, do noticiário, do nosso dia a dia. E, em meio ao cotidiano, reproduzimos costumes de séculos e milênios atrás: utilizamos garfo e faca, lemos livros em papel e falamos uma língua derivada do latim. Essas são as **temporalidades de longa duração**. Por último, experienciamos ciclos de expansão e recessão econômica e vivenciamos regimes políticos, como a democracia brasileira, que existe há poucas décadas, ou seja, os **tempos de média duração**. Nossa experiência de vida é atravessada por essas várias temporalidades. O historiador, então, deve lidar com toda essa complexidade do passado.

É preciso que os historiadores entendam, ao máximo, os seres humanos do passado em seu próprio tempo. Em outras palavras, seria um erro do historiador atribuir a pessoas de outras épocas as próprias demandas e os próprios pensamentos, sem compreendê-los nos próprios termos. Isso é denominado **anacronismo** (do prefixo *a*, “ausência”, e sufixo *chronos*, “tempo”) e, como o próprio nome já diz, representa a falta de compreensão com os seres humanos do passado, o que, em última instância, é uma incompreensão da própria dinâmica do tempo. Por exemplo, comparar o “pão e circo” de Roma com as políticas sociais da atualidade é um caso grave de anacronismo, pois são ideias distintas, com propósitos e de épocas também distintos.

História é investigação

Contar histórias faz parte da existência humana. Contamos histórias de nossa vida para filhos e amigos para afirmar e fortalecer nossos elos como sociedade.

A palavra “história” é de origem grega e significa **conhecimento através da investigação**.

Na Grécia Antiga, Heródoto deu o nome de *Histórias* às suas narrativas sobre as guerras travadas entre gregos, persas e as sociedades de sua época. O que a história de Heródoto tinha de distinto das “histórias sagradas” que dominavam até então? Para ele, não havia uma história única e sagrada; pelo contrário, havia muitas histórias, de povos diversos, e elas estariam envolvidas em falsidades e boatos.

Então, caberia ao historiador a investigação do que seria o mais correto. Para Heródoto, o historiador deveria:

1. salvar do esquecimento as almas dos seres humanos no curso do tempo; e
2. fazer uma narrativa no “tempo”, e não no “tempo dos deuses”, isto é, despida de mitologias e baseada em uma investigação.

Heródoto, inclusive, realizou muitas viagens investigativas. Nelas, ele buscou, entre várias narrativas distintas, aquela que seria mais fidedigna.

Outro historiador grego, Tucídides, vai além: em sua *História da Guerra do Peloponeso*, defendeu que, em vez de escrever histórias a partir do que “escutou”, ele faria uma “autópsia”, ou seja, descreveria uma história a partir do que viu.

Muito mudou desde Heródoto e Tucídides, mas algo continua válido: o historiador constrói os seus relatos a partir de uma minuciosa investigação. Um dos principais historiadores contemporâneos, **Carlo Ginzburg** (1939-), assemelha o seu trabalho em busca de fios e rastros ao trabalho de um detetive. Todo o conhecimento do historiador, assim, é amparado em **fontes primárias**, isto é, em documentação da época estudada. Essas fontes podem ser dos mais variados tipos: manuscritos, textos impressos, evidências arqueológicas, relatos orais etc.

É por isso que o trabalho do historiador não é opinião: tudo o que diz sempre deve estar amparado por evidências dos mais diversos tipos e ancorado em uma metodologia específica. Da mesma forma, o trabalho do historiador também não é um dogma, pois, a todo momento, novas documentações, fontes, metodologias e perspectivas mudam o nosso conhecimento sobre o passado.

Saiba mais

Ficou curioso para conhecer a produção científica em História no Brasil e no mundo? Você sabia que as grandes **revistas científicas de História** disponibilizam gratuitamente seu conteúdo? Veja alguns exemplos de publicações em que você pode conferir essa produção:

- *Crítica Histórica* – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
- *História, histórias* – Universidade de Brasília (UnB)
- *International Review of Social History* – Universidade de Cambridge
- *Revista de História* – Universidade de São Paulo (USP)
- *Tempo* – Universidade Federal Fluminense (UFF)
- *Temporalidades* – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O advento da História como ciência

Apesar de o conhecimento histórico ser tão antigo quanto a espécie humana, foi apenas no século XIX que a História se tornou uma disciplina universitária específica. Tal fato aconteceu na Alemanha, com nomes como o historiador **Leopold von Ranke** (1795-1886).

Esses grandes nomes do século XIX, em muitos casos, definiram os conceitos que utilizamos até hoje para refletirmos sobre o passado. Ranke, por exemplo, foi o primeiro a utilizar, de um ponto de vista historiográfico, a expressão “Contrarreforma”, para se referir à resposta da Igreja católica ao avanço do protestantismo. **Jacob Burckhardt** (1818-1897) foi o primeiro estudioso a defender que teria existido um “Renascimento”. **Jules Michelet** (1798-1874) criou as cronologias da Revolução Francesa utilizadas até os dias atuais.

Os historiadores do século XIX eram bastante diversos e complexos. O filósofo **Benedetto Croce** (1866-1952), certa vez, disse que “toda história é história contemporânea”. Os estudos que fazemos sobre o passado, concordemos ou não, são muito influenciados por demandas e limites do nosso presente. Afinal, quando fazemos uma investigação histórica, nosso objetivo é responder a alguma pergunta predeterminada, que se relaciona com nossas próprias demandas – sem desconsiderar as ideias da época analisada, como mencionado. No século XIX, os Estados Nacionais estavam em gestação. Dessa forma, o assunto mais estudado pelos historiadores do período era a História Política. Na atualidade, os estudos sobre a história das mulheres e a história das populações negras estão em alta, dado que essas são questões muito prementes.



Michelle Perrot (1928-) é um dos grandes nomes no estudo da história das mulheres. Foto de 2016.

No século XIX, foi predominante uma forma específica de História Política: a que tratava de reis, diplomatas, estadistas e guerras. Já no século XX, outros tipos de História passaram a ser construídas: a História Econômica, a História Intelectual, a História Social e a História Cultural.

A historiadora **Élisabeth Badinter** (1944-), por exemplo, estudou a história do amor materno; o historiador **Luiz Mott** (1946-), a história da homossexualidade; o historiador **Philippe Ariès** (1914-1984), a história da infância; historiadores como **Robert Darnton** (1939-) e **Roger Chartier** (1945-) analisaram a história da escrita e da leitura; **Carlo Ginzburg** (1939-), por meio do que chamamos de micro-história, buscou revelar grandes elementos do passado estudando casos e pessoas específicas. **Walter Benjamin** (1892-1940), por exemplo, propôs, no início do século XX, o estudo de uma “história dos vencidos”, que **Georges Lefebvre** (1874-1959) chamou de “história vista de baixo”, isto é, do ponto de vista daqueles que sofreram e foram oprimidos de alguma maneira. Os campos da historiografia, assim, ampliaram-se conforme o passar das décadas.

Saiba mais

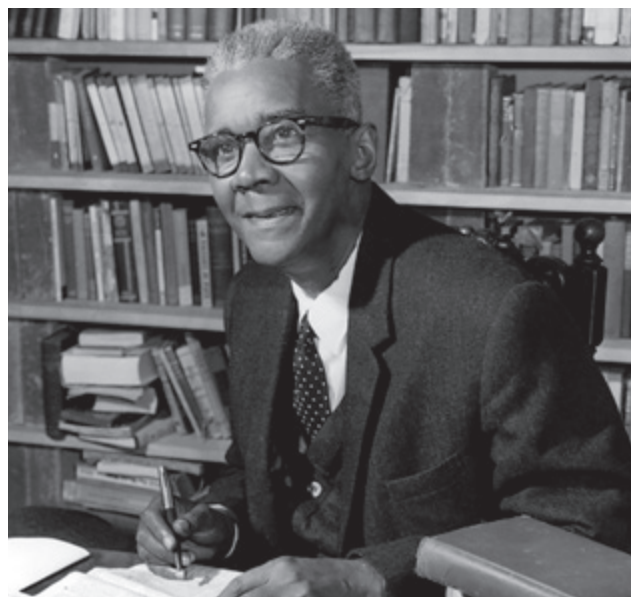
Para conhecer um pouco da análise de Walter Benjamin sobre a “história dos vencidos” e a “história dos vencedores”, leia o texto a seguir.

Benjamin reconhece que o conhecimento histórico é transmitido e explorado através de sua narração. O que se conhece sobre determinados períodos históricos está essencialmente ligado ao ponto de vista que se dispõe materialmente a contar sobre este recorte. A disposição material que embasa esta descrição é possível de se tornar efetiva, conseqüentemente, quando se trata daquele lado cuja transmissão foi viabilizada por seu “sucesso histórico”, ou, para usar termos benjaminianos, por sua “vitória”. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso tradicional da história constrói em seu desenvolvimento uma “tradição dos vencedores”. Longe de se portar como algo espontâneo ou desinteressado, o que cerceia esse processo são a violência e o poder que garantem o estabelecimento perpétuo dos detentores da “ação histórica” efetiva. O que faz com que uma guerra represente sempre o mesmo jogo onde os personagens, o cenário e o objetivo permanecem sempre os mesmos. De modo contrário a essa “naturalização” dos acontecimentos, Walter Benjamin aponta para o que se denomina “tradição dos vencidos”, ou seja, a mobilização das forças que foram silenciadas, que sucumbiram ao domínio da violência do vencedor.

A história tradicional, segundo Benjamin, é um cortejo de triunfo dos vencedores que avança austera e se ergue sob os destroços daqueles que foram vencidos. O passado é o lugar no qual o sofrimento e a luta dos vencidos mantêm-se sepultados, esquecidos sob a opulência da classe dominante. [...] as conquistas alcançadas através da força e da opressão do inimigo estão resguardadas sob a tutela da classe dominante que possui a responsabilidade de sua transmissão, logo, de sua perpetuação. [...]

PAULINO, Francisca Palloma Soares. História e tradição dos vencidos: Benjamin e O julgamento de Luculus de Bertolt Brecht. *Revista Lampejo*, n. 6, v. 2, p. 59-68, 2014. p. 61-62. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180410081519id_/http://revistalampejo.org/edicoes/edicao-6/Volume%2006_Lampejo_12_2014_Jornada/Benjamin/Artigo5_Francisca%20Palloma%20Soares%20Paulino_58%20a%202068.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

No século XXI, ganham espaço ainda outros tipos de história, como a História Natural e os estudos da história homem-animal. Com a digitalização da documentação, os historiadores conseguem encontrar fontes com maior facilidade e fazer outros tipos de levantamentos e estatísticas. Outro campo de estudos também em alta hoje é a chamada História Pública, que não visa apenas tornar o conhecimento em História acessível ao grande público, mas também, como pontuou o historiador **Bruno Leal**, “fazer com que os diversos segmentos da sociedade participem da construção deste conhecimento”.



Coleção particular

O historiador de Trinidad e Tobago **Cyril Lionel Robert James** (1901-1989) escreveu uma história do ponto de vista das populações escravizadas do Haiti, em seu clássico *Os jacobinos negros*, da década de 1930.

A periodização e suas questões

Tradicionalmente, a história foi dividida pelos franceses em cinco períodos:

- **Pré-História**, do surgimento dos homínídeos (em torno de 1,9 milhão a.C.) ao “aparecimento” da escrita na Mesopotâmia (3300 a.C.);
- **História Antiga**, do “aparecimento” da escrita à queda do Império Romano do Ocidente (3300 a.C.-476 d.C.);
- **História Medieval**, da queda do Império Romano à queda do Império Bizantino (476-1453);
- **História Moderna**, da queda do Império Bizantino à Revolução Francesa (1453-1789); e
- **História Contemporânea**, da Revolução Francesa aos dias atuais.

Em primeiro lugar, essas divisões foram criadas pelos historiadores por motivos didáticos, isto é, para tornar o passado mais inteligível. Por exemplo, no dia 4 de setembro de 476, data oficial do fim do Império Romano, o mundo antigo não deixou de existir e deu lugar ao mundo medieval. Pelo contrário, as transições costumam ser mais sutis e, frequentemente, não são percebidas pelas pessoas da época.

Em segundo lugar, e mais importante: essa divisão é absolutamente **eurocêntrica**, ou seja, toma a Europa como parâmetro e modelo para o resto do mundo. Para os povos incas, maias, chineses, indianos, habitantes da África subsaariana, ou seja, para a maior parte do planeta, dizer que o ano de 476 é o “fim da Antiguidade” é uma afirmação desprovida de sentido. Como discutiremos adiante, os próprios nomes “Pré-História” e “Idade Média” são equivocados e carregados de preconceitos. Mesmo assim, neste livro, adotaremos essa periodização, pois ainda é a mais recorrente na disciplina de História.

Podemos concluir, portanto, que o conhecimento nunca é neutro, dado que as periodizações e fontes adotadas sempre dizem respeito a valores e escolhas específicas. É preciso lembrar que nenhum historiador, nenhum livro de História falará sobre tudo o que aconteceu, afinal o passado é vasto. Por isso, fazemos seleções e falamos de recortes específicos da história. Em outras palavras, todo conhecimento é parcial, pois nunca falará de tudo sob todos os pontos de vista. Desse modo, o cientista deve explicitar suas escolhas, seus métodos.

Saiba mais

Conheça outras questões específicas do ofício do historiador no texto a seguir.

Já faz algum tempo que os historiadores perceberam as dificuldades do seu ofício, não apenas pelos obstáculos de acesso aos documentos, mas porque sua atividade não é neutra e nem o passado existe como coisa organizada e pronta, à espera de ser desvelado. O historiador produz o passado de que fala a partir das fontes documentais que seleciona e recorta, compõe uma trama dentre várias outras possíveis e constrói uma interpretação do acontecimento. Há múltiplas histórias a serem contadas já que os grupos sociais, étnicos, sexuais, generacionais, de baixo ou de cima, se constituem de maneiras diversas, mas têm diferentes modos de narrá-las. A História pode mostrar formas diferentes de pensar, de organizar a vida, de problematizar, vivenciadas por outras sociedades, em outros momentos históricos.

FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Gladys José da *apud* RAGO, Margareth. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 11.

A Pré-História e as origens humanas

O que foi a Pré-História?

Tradicionalmente, chamamos de Pré-História o **período mais longo da história humana**, ou seja, o tempo entre o aparecimento dos primeiros hominídeos e o advento da escrita, o que teria ocorrido entre 5 ou 6 mil anos atrás. O termo “Pré-História” foi cunhado pelo inglês **Sir John Lubbock** (1834-1913), em 1865, na sua obra-prima *Pre-historic Times*, para negar a cronologia, sustentada por alguns grupos religiosos, segundo a qual a Terra teria sido criada em 4004 a.C. Em contraste, ele mostrava que existiam evidências de povos e civilizações muitos mais antigos.

Atualmente, o termo “Pré-História” é considerado impreciso, pois sugere que a espécie humana não teria história sem escrita, como se fosse incapaz de transmitir seus feitos e pensamentos para a posteridade. Hoje, contudo, sabe-se que essa noção está ancorada em uma concepção **logocêntrica** da História, ou seja, que centra nossa existência na palavra, no discurso e na escrita.

A existência humana é mais plural do que a palavra escrita: com auxílio da Arqueologia, sabemos que os seres humanos “pré-históricos” possuíam formas sofisticadas de sociedade, arte e religião. E como conhecer o passado por meio da investigação arqueológica? A partir de um exemplo simples, suponhamos que um arqueólogo encontre um machado de bronze em determinado local. Feito com cobre e estanho, a fusão do bronze é uma tarefa complexa. Os metais utilizados para produzir o bronze são raros e dificilmente aparecem juntos na natureza, o que indica a existência de comércio ou de alguma forma de migração. Por fim, a existência de comércio indica que havia algum excedente para ser trocado pelos metais.

O surgimento do ser humano

Na Pré-História, ocorreu o surgimento da espécie humana. E, de modo geral, todas as sociedades humanas, em algum momento, formularam explicações sobre a origem do ser humano.

Podemos começar citando a posição **criacionista**, segundo a qual o ser humano fora criado de uma forma semelhante à atual. No século XVIII, contudo, pensadores como o **Conde de Buffon** (1707-1788) começaram a sustentar uma posição distinta, de que a natureza muda conforme o tempo e não está fixada em formas imutáveis. Além disso, enxergavam o ser humano como parte da natureza, e não separado dela.

Herdeiro dessas concepções iluministas, **Charles Darwin** (1809-1882) contribuiu com a ideia **evolucionista** da natureza, corroborada pelos estudos posteriores sobre genética. Recentemente, por exemplo, o Projeto Genoma Humano mostrou como a genética humana está fortemente ligada ao resto da natureza.

Dentro das teorias evolucionistas, não há um consenso sobre a maneira como o ser humano surgiu. Dessa forma, frequentemente são feitas muitas descobertas ao redor do mundo. Provavelmente, entre a escrita e a impressão deste livro, novas evidências surgirão.

Os biólogos costumam afirmar que a evolução dos hominídeos não se assemelha a uma linha, mas aos galhos de uma árvore. Isso significa dizer que diversas formas de ser humano surgiram e que, enquanto umas teriam desaparecido, outras deixaram descendentes. A seguir, veremos alguns exemplos de seres humanos do passado.

O **Homo habilis**, surgido há cerca de 2,5 milhões de anos, viveu em savanas, era bípede e possuía uma arcada dentária que sugere uma dieta de plantas e animais. Seu uso de pedras afiadas compensava a pequena estatura e os dentes pequenos.

O **Homo erectus** surgiu na África Centro-Oriental, cerca de 1,5 milhão de anos atrás, e povoou a Europa e a Ásia. Com um cérebro maior, um maxilar maciço e uma postura mais ereta, os achados arqueológicos sugerem cooperação e repartição de alimentos, o que deve ter garantido a sobrevivência dos filhos por tempo prolongado. Até o momento, ele foi o ser humano que mais durou na Terra, sobrevivendo por mais de 1 milhão de anos. Atribui-se a ele também a “descoberta” do fogo.

O fogo torna os alimentos mais digeríveis, liberando mais tempo para a atividade humana e possibilitando alimentar um cérebro que demanda cada vez mais energia. Pelo fogo, o ser humano passa a ter outra relação com o ambiente: aquecido pelas fogueiras, ele suporta noites frias, penetra regiões temperadas ou árticas, explora cavernas e cria novos alimentos.

Reprodução/The National Library of Australia, Camberra, Austrália



Gordon Childe (1892-1957), um dos maiores especialistas em Pré-História, sustenta, em relação ao uso do fogo, que, “pela primeira vez na história, uma criatura da natureza dirigia uma das grandes forças naturais [...], afirmava um poder sobre a natureza e modelava os objetos à sua vontade”.

Os **neandertais** (*Homo neanderthalensis*) surgiram há 200 ou 100 mil anos, bem próximos aos seres humanos modernos. Com cérebro avantajado, grandes braços e enorme mandíbula, eles já produziam objetos como ferramentas e travesseiros de pedra. É comum encontrar a cabeça e o tronco dos neandertais enterrados separadamente, o que sugere uma prática mortuária específica dessa espécie.

Finalmente, o **Homo sapiens** surgiu há 120 mil anos. Tal espécie, delicada se comparada ao resto da natureza, ampliou o número e a complexidade das ligações entre os neurônios, criando linguagem e desenvolvendo sua cultura. Como disse Gordon Childe, “dentro de nossa espécie, os melhoramentos no equipamento que os homens fazem para si mesmos – isto é, na cultura – substituíram as modificações corporais”. Ou seja, a diferença entre um ser humano de 150 mil anos atrás e um ser humano atual, do ponto de vista biológico, é ínfima; no ponto de vista cultural, entretanto, é abismal. Por isso, o surgimento da linguagem há cerca de 70 mil anos é chamado, pelo historiador **Yuval Noah Harari** (1976-), de **Revolução Cognitiva**. Por meio da linguagem, o ser humano é capaz de criar ideias como: ética, nação, dinheiro, república, família, democracia, leis, direitos humanos etc.



Crânio de *Homo sapiens* (à esquerda) e *Homo neanderthalensis* (à direita).

O atual ser humano, então, espalhou-se pelos quatro cantos do planeta e subjugou o neandertal, que desapareceu há 30 mil anos. Eles migraram da África para o Oriente Médio (há 90 mil anos), para a Índia (há 70 mil), para a Europa e a Austrália (50 mil) e para as Américas (entre 20 e 15 mil anos atrás). A ocupação da Islândia, de ilhas do Mediterrâneo e da Nova Zelândia ocorreu aproximadamente em 1500 a.C. Portanto, todos nós somos produto de milênios de migrações e integrações.

As semelhanças físicas entre os povos indígenas brasileiros e os povos do chamado “Oriente” fizeram surgir a hipótese de uma grande migração em alguma das últimas três eras do gelo, quando seria possível atravessar a pé o Estreito de Bering, que liga a Ásia à América do Norte. No entanto, tal hipótese tem sido contestada: talvez seja falsa ou pode não ter sido a única corrente migratória ao continente americano. Outra possibilidade, defendida pelo antropólogo francês **Paul Rivet** (1876-1958), chamada teoria malaio-polinésia, prevê a chegada por meio de canoas que cruzaram o Oceano Pacífico.

Em Lagoa Santa, Minas Gerais, foi encontrado o crânio mais antigo da América, com 11 680 anos, apelidado de **Luzia**. O crânio não possui traços orientais, o que invalida a tese de um povoamento exclusivamente asiático. O incêndio no Museu Nacional (Rio de Janeiro), em 2018, destruiu parte do achado.

Em 1970, a arqueóloga **Niède Guidon** (1933-) encontrou em Pedra Furada, no Piauí, restos de fogueira de 50 mil anos. Ela, então, levantou a hipótese de que há 70 mil anos alguns grupos chegaram ao Brasil navegando, ilha por ilha. É importante destacar que a falta de financiamento para as pesquisas arqueológicas no Brasil dificulta outros avanços na área, apesar dos esforços dos especialistas.



Niède Guidon (1933-), uma das mais importantes arqueólogas brasileiras.

O período Paleolítico

O período mais longo da Pré-História é o **Paleolítico**, termo que significa “antiga idade da pedra”. Ele teria iniciado com o aparecimento dos primeiros hominídeos e encerrado 12 mil anos atrás, data aproximada do desenvolvimento da agricultura.

Nesse período, ganhou forma a evolução da nossa espécie, como trabalhado no tópico anterior. O ser humano do Paleolítico convivia com uma fauna distinta da atual, com mamutes, tigres-dentes-de-sabre e cavalos selvagens. As pessoas não produziam alimentos, de modo que a existência dependia da caça e pesca de animais e da coleta de frutas, vegetais e raízes. Com isso, o ser humano levava uma vida **nômade**.

É possível dividir o Paleolítico em três períodos:

- No **Paleolítico Inferior**, houve a transição para instrumentos de pedras lascadas mais afiadas e angulares, como os machados utilizados pelo *H. erectus*. As caçadas coletivas foram aperfeiçoadas, e os seres humanos dormiam a céu aberto.
- O **Paleolítico Médio** ocorreu há 125 mil anos. Nele, as ferramentas receberam maior aperfeiçoamento, com o surgimento de arcos, flechas, anzóis e pontas de lança requintadas, utilizadas na caça de alguns animais, como renas. Os seres humanos passaram a viver em cavernas, utilizavam adornos pessoais e praticavam rituais de sepultamento, dando início às primeiras manifestações de vida religiosa.
- O **Paleolítico Superior** iniciou com o nascimento do *H. sapiens* e o fim da nossa evolução biológica. Esse período apresentou uma rica coleção de objetos de marfim, ossos, chifres e lâminas cuidadosamente produzidas. Os seres humanos passaram a criar roupas com as peles dos animais com o uso da agulha. Aparecem também as primeiras pinturas, esculturas e símbolos gravados.

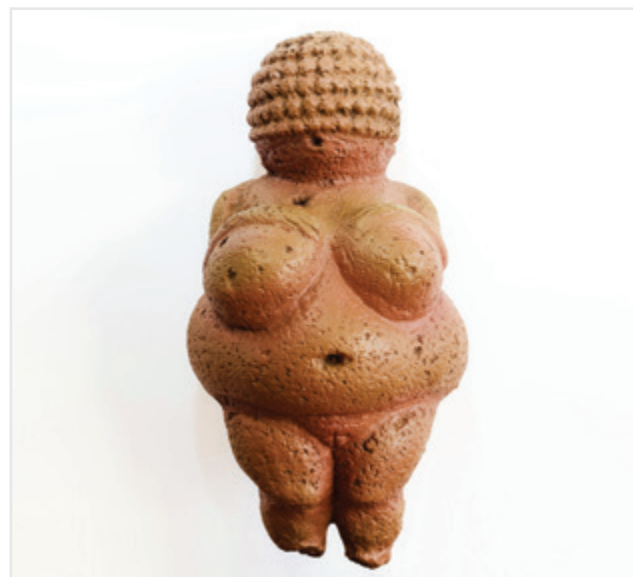
Por volta de 40 mil anos atrás, a pintura passou a desenvolver-se de maneira notável nas cavernas e foi chamada de **arte rupestre**. As primeiras obras de arte da humanidade eram, principalmente, pinturas de animais nas paredes das grutas, feitas com sangue, e estatuetas esculpidas em gesso, osso, chifre, marfim, pedra ou argila.



Arte rupestre na Caverna de Lascaux, França.

Em sua obra *A História da Arte*, Ernst Gombrich (1909-2001) sugere que as pinturas de animais soltos nas cavernas eram representações mágicas, destinadas a assegurar a alimentação ou uma boa caça. Por que ele propõe isso? Em primeiro lugar, as obras de animais eram dotadas de um realismo surpreendente, enquanto as esculturas humanas, como a famosa *Vênus de Willendorf*, encontrada na Áustria, eram estilizadas, com certas partes do corpo exageradas. Em segundo lugar, tais pinturas eram, em muitos casos, encaixadas previamente em blocos de pedra, o que mostra que não eram meras brincadeiras, e também que, provavelmente, eram feitas por pessoas especializadas. Em terceiro lugar, elas eram feitas em locais profundos da caverna, ou seja, não eram feitas para serem vistas. Quarto, ainda hoje, diversos povos indígenas, sobretudo na Austrália, realizam pinturas e danças para conseguir boa caça e colheita. Quinto, no final da Pré-História, o surgimento da escrita indica que, de fato, acreditava-se no poder da pintura.

Os historiadores, contudo, levantam muitas dúvidas a respeito das proposições de Gombrich. O historiador de arte brasileiro André Honor levanta algumas dúvidas: por que essa arte não poderia ser feita sem propósito utilitário? Não seria essa mais uma maneira de negar a historicidade e vida desses povos? Por que os historiadores de arte não consideram que a *Vênus* seja um autorretrato feito por mulheres grávidas? Em uma época em que não havia espelhos, a visão da escultora sobre si mesma poderia ser uma visão “de cima para baixo”. Em vez de uma escultura “fantástica”, teríamos algo realista, e as supostas deformidades nas *Vênus* são apenas questões de perspectiva.



Vênus de Willendorf, arte paleolítica.

No final do período Paleolítico, teve início o **Mesolítico Europeu**, a última era glacial e momento de transição para o Neolítico. Com o recuo das geleiras, entre 18 e 10 mil anos atrás, a megafauna do período glacial (mamutes, tigres-dentes-de-sabre, rinocerontes-lanudos etc.) desapareceu, a paisagem de tundras deu lugar às coníferas, surgiram desertos e desenvolveram-se as culturas costeiras, ribeirinhas e florestais.

O período Neolítico

Entre 12 e 10 mil anos atrás, no Oriente Médio e Norte da África, encontramos os registros mais antigos da **Revolução Agrícola**, ou a **Primeira Revolução Neolítica**, isto é, a domesticação de plantas (agricultura) e animais (pecuária). Tal revolução, ao que tudo indica, ocorreu de maneira independente em várias regiões do planeta. A Revolução Agrícola só é comparável, em importância, à Revolução Industrial, dado o impacto gigantesco em nossa história.

A criação de ovelhas, cabras e porcos forneceu ao ser humano o leite (e seus derivados), o esterco, o couro e a carne. A lã das ovelhas e o algodão impulsionaram o trabalho têxtil. O boi foi utilizado para puxar arados, carroças e carregar peso. O asno, a mula, o camelo e o cavalo foram os principais animais de transporte, enquanto o cachorro ajudava na caça e no pastoreio dos rebanhos. Durante o Neolítico, na Amazônia e nos Andes, a lhama e o porquinho-da-índia foram também domesticados.

A agricultura, por sua vez, exigiu conhecimento sobre cheias e colheitas, o que favoreceu o surgimento do **calendário** e da **Astronomia**. O arroz foi domesticado em 6000 a.C. na China; o café, na Etiópia; a cana-de-açúcar e a banana, em Nova Guiné; a beringela e o gergelim, na Índia; o girassol, a batata, o milho, o feijão e a abóbora, na América. Desde então, o milho, o trigo, a cevada, a oliveira e a aveia foram selecionados de tal maneira que perderam a capacidade de se reproduzir sem interferência humana.

Em suma, mais de 90% das espécies com as quais nos alimentamos hoje foram domesticadas na Pré-História – e, desde lá, poucos animais ou plantas novas foram introduzidos em nossa dieta.

Além disso, a necessidade de armazenar grãos contribuiu para o desenvolvimento da **cerâmica**. É dessa época também o surgimento do **machado de pedra polida**, que para o arqueólogo antigo era o marco da época neolítica. A **roda**, atrelada ao boi, burro ou jumento, fazia-os transportar um carro ou vagão, facilitando o comércio.

Estabelecendo relações

Para Gordon Childe, “a fabricação de potes talvez seja a mais antiga utilização consciente, pelo ser humano, de uma transformação **química**”.

A argila (silicato de alumínio), quando molhada, é plástica. Após moldada, o processo consiste na expulsão, pelo calor, de moléculas de água a uma temperatura superior a 600 graus Celsius, que tira a plasticidade do material. A arte do ceramista é modelar um pedaço de argila segundo sua vontade e dar-lhe permanência. Se a argila contiver óxido de ferro e for cozida ao ar livre, sua coloração será vermelha. Se o pote for envolto, durante o cozimento, com carvão em brasa, os sais ferruginosos serão reduzidos e o produto ficará cinzento.

Fazer um pote de argila era um exemplo supremo da criação pelo ser humano, criando forma onde ela não existia.

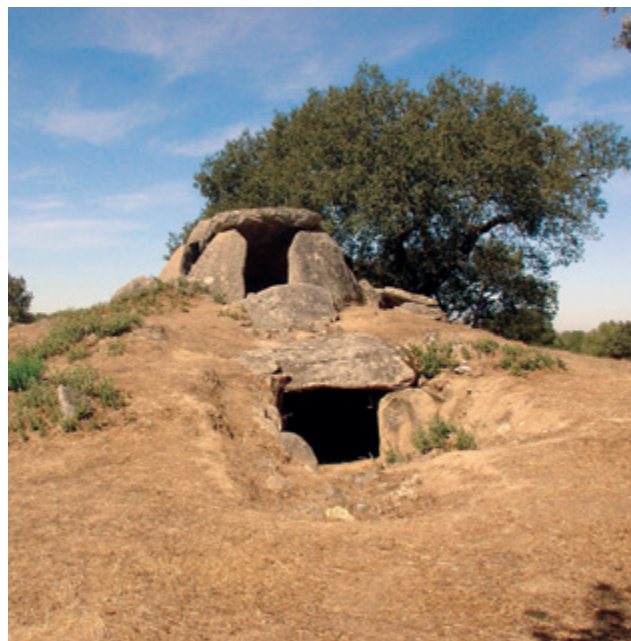
Assim, ao plantar e estocar alimentos, foi mais fácil ao ser humano fixar-se em um local – **sedentarização** –, construindo casas sólidas, muros, moinhos e dando origem às primeiras vilas. Por isso, entre 10 e 6 mil anos atrás, ocorreu

a primeira **explosão demográfica** da história, quando a população humana saltou de 100 mil para 3,2 milhões de indivíduos na região do Oriente Médio e no Norte da África. É importante saber que o advento da agricultura não significou o fim do nomadismo; pelo contrário, diversos modos de vida continuaram a coexistir.

Sobre a arte neolítica, podemos dizer que as pinturas tornaram-se menos naturalistas e imitativas, ganhando maior complexidade, movimento e possibilidade de constituir uma narrativa. A cerâmica e as construções megalíticas para o culto funerário eram a maior expressão da arte neolítica.



O **menir** é um monólito colocado sobre uma sepultura ou perto dela. Foto de Évora, Portugal, 2016.



O **dólmen** é um tipo de túmulo constituído por dois ou vários blocos de pedra fixados verticalmente no solo, sobre os quais repousa horizontalmente a terceira pedra. Foto atual registrada em São Geraldo, Portugal.

O fim da Pré-História

Com o avanço da agricultura e suas técnicas, tem-se um crescimento dos **excedentes** na produção. O excedente possibilita o comércio, aliado a um número cada vez maior de pessoas que trabalham em atividades secundárias (fabricação de utensílios, armas, roupas, construção de edifícios etc.) e terciárias (comércio, serviços religiosos e médicos, administração pública e segurança).

É a partir do desenvolvimento da agricultura que se observa o surgimento de cidades e a complexificação social. Esse fenômeno é chamado de **Revolução Urbana** ou **Segunda Revolução Neolítica**. Ao que tudo indica, ocorreu 3000 a.C.-1300 a.C., quando as primeiras grandes cidades surgiram no Oriente Médio e no Norte da África, na região do chamado Crescente Fértil, especialmente na Mesopotâmia e no Egito.

Um dos primeiros centros urbanos significativos que conhecemos existiu na cidade de Uruk, na Mesopotâmia. Lá, com as poucas pedreiras da Antiga Mesopotâmia, foi muito útil a invenção do **tijolo**, feito de um pouco de barro misturado com palha, modelado com uma forma de madeira e secado ao sol.

Trata-se de regiões desérticas, nas quais a obtenção de água demandava grandes obras, como canais para drenar os pântanos e irrigar os campos, plataformas para proteger pessoas e animais das enchentes, além de diques protetores. Os historiadores acreditam que essas primeiras cidades foram organizadas em torno de templos religiosos (**cidades-templo**), que eram responsáveis pela organização do trabalho e pelo comércio. Com o passar do tempo, a arqueologia observou que **palácios** foram construídos e

passaram a organizar a vida social das cidades (**cidades-reino**), primeiramente na Mesopotâmia, 3000 a.C.

Dessa forma, o centro do poder não é mais o templo dos sacerdotes, mas o palácio dos reis, que assumiu uma forma autocrática e dinástica. O rei possuía atribuições como a construção e o conserto de canais, diques e reservatórios, mostrando-se como distribuidor da água e da abundância. Ele coordenava também os exércitos e o comércio externo. No próximo capítulo, veremos essas estruturas no antigo Egito e na antiga Mesopotâmia.

Outra marca do fim do Neolítico é a escrita, que apareceu primeiramente na Mesopotâmia em, aproximadamente, 3300 a.C., de acordo com o historiador Marcelo Rede, especialista no assunto. O aparecimento da escrita é um fenômeno altamente complexo, um momento em que a mente humana aumenta sua capacidade de abstração e de associação de um símbolo a um significado.

De qualquer forma, permanecemos com uma pergunta essencial: por que surgiu a escrita e por que ela pode ser considerada um marco da passagem da Pré-História para a Antiguidade?

O surgimento da escrita está ligado a necessidades diversas, como o registro de dados e informações, o controle do comércio, da coleta de impostos e da mão de obra. Com as relações sociais mais complexas, não era possível armazenar os dados apenas com o auxílio da memória ou de objetos (*tokens*) específicos. A escrita passou a funcionar ainda como um componente do poder, isto é, um instrumento de dominação dos reis e sacerdotes, por meio do registro de discursos, batalhas e histórias mitológicas. Ela surge, portanto, como um instrumento de controle, administração e ordenação da sociedade.

! Atenção

O período entre o 6^o e o 5^o milênio a.C. é também o momento em que os seres humanos desenvolveram a metalurgia. Por isso, no final do período Neolítico, inicia-se o período conhecido como **Idade dos Metais**. Ainda na Pré-História, tínhamos o uso do **cobre** e do **estanho** (6000 a.C.-3000 a.C.). Depois, já na Antiguidade (3000 a.C.-1300 a.C.), no apogeu das civilizações palacianas do Egito e da Mesopotâmia, o **bronze**, uma mistura de cobre com estanho, era usado. Finalmente, na decadência dos palácios por volta de 1300 a.C., temos o **ferro**, um metal mais comum que os outros citados e também mais viável e barato. Sua difusão permitiu aos seres humanos cultivarem novas terras, derrubarem florestas e drenarem novos solos, como pode ser observado na Pré-História da Escócia ou da Noruega.

Revisando

- Fatec-SP 2015** A forma como as sociedades organizam as suas atividades produtivas se transforma ao longo do tempo e vem marcando mudanças históricas importantes.
Na transição do período Paleolítico para o período Neolítico, observam-se importantes mudanças na organização produtiva, como, por exemplo
 - o término do sistema de plantation.
 - a formação das corporações de ofício.
 - a construção de núcleos urbanos feudais.
 - o início das grandes organizações sindicais.
 - o surgimento da agricultura de subsistência.
- Enem PPL 2015** Os nossos ancestrais dedicavam-se à caça, à pesca e à coleta de frutas e vegetais, garantindo sua subsistência, porque ainda não conheciam as práticas de agricultura e pecuária. Uma vez esgotados os alimentos, viam-se obrigados a transferir o acampamento para outro lugar.
HALL, P.P. Gestão ambiental. São Paulo: Pearson, 2011 (adaptado).
O texto refere-se ao movimento migratório denominado
 - sedentarismo.
 - transumância.
 - êxodo rural.
 - nomadismo.
 - pendularismo.

3. **Fuvest-SP** Há cerca de 2000 anos, os sítios superficiais e sem cerâmica dos caçadores antigos foram substituídos por conjuntos que evidenciam uma forte mudança na tecnologia e nos hábitos. Ao mesmo tempo que aparecem a cerâmica chamada itararé (no Paraná) ou taquara (no Rio Grande do Sul) e o consumo de vegetais cultivados, encontram-se novas estruturas de habitações.

André Prous. *O Brasil antes dos brasileiros. A pré-história do nosso país.* Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 49. Adaptado.

O texto associa o desenvolvimento da agricultura com o da cerâmica entre os habitantes do atual território do Brasil, há 2000 anos. Isso se deve ao fato de que a agricultura

- favoreceu a ampliação das trocas comerciais com povos andinos, que dominavam as técnicas de produção de cerâmica e as transmitiram aos povos guarani.
- possibilitou que os povos que a praticavam se tornassem sedentários e pudessem armazenar alimentos, criando a necessidade de fabricação de recipientes para guardá-los.
- proliferou, sobretudo, entre os povos dos sambaquis, que conciliaram a produção de objetos de cerâmica com a utilização de conchas e ossos na elaboração de armas e ferramentas.
- difundiu-se, originalmente, na ilha de Fernando de Noronha, região de caça e coleta restritas, o que forçava as populações locais a desenvolver o cultivo de alimentos.
- era praticada, prioritariamente, por grupos que viviam nas áreas litorâneas e que estavam, portanto, mais sujeitos a influências culturais de povos residentes fora da América.

4. UFSC 2016

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Sozinho?

César bateu os gauleses.

Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada naufragou.

Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.

Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.

Quem cozinhava o banquete?

A cada dez anos um grande homem.

Quem pagava os gastos?

BRECHT, Bertolt. Perguntas de um trabalhador que lê.

In: _____. Poemas. Tradução de Paulo Cesar Souza.

São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 167.

Em relação a fontes e escrita da história, é **CORRETO** afirmar que:

- 01 por muito tempo as pesquisas históricas privilegiaram as fontes escritas, mas atualmente entende-se que todo tipo de registro dos atos e pensamentos da sociedade pode ser usado como fonte para a escrita da história, como, por exemplo, utensílios domésticos, vestuário, fotografias, monumentos ou mesmo registros orais.

02 a escrita da história depende da análise de fontes e da interpretação de quem a analisa, por isso ela deve ser entendida como uma versão.

04 a forma de dividir a história em quatro grandes épocas – antiga, média, moderna e contemporânea –, apesar de ser um invento europeu, deve ser empregada para o entendimento do processo histórico dos diferentes povos do mundo.

08 os conceitos de tombamento e patrimônio imaterial foram instituídos como forma de preservar bens dos mais variados, materiais e imateriais, como fotografias, livros, imóveis, cidades, receitas culinárias, que sejam considerados importantes para a memória coletiva.

16 apesar da ampliação da noção de documentos históricos, os documentos oficiais ainda são tomados pelos historiadores como as únicas legítimas fontes para o conhecimento histórico.

32 os estudos históricos da atualidade procuram dar voz a diferentes sujeitos, como mulheres, trabalhadores rurais, crianças etc.; no entanto, as pesquisas sobre o passado ainda têm maior concentração nas ações dos reis, generais, comandantes de revoltas e revoluções, pois são os atos dos grandes governantes e líderes que modificam o rumo dos acontecimentos.

Soma:

5. **UEL-PR 2018** Os indivíduos da espécie *Homo sapiens* “Cro-Magnon” foram os primeiros a domesticar animais e a deixar expressivas obras de arte, como pinturas em cavernas e figuras esculpidas de animais e de mulheres grávidas. Nas paredes da Caverna de Chauvet, por exemplo, estão as famosas pinturas do Paleolítico Superior.

De acordo com a hipótese mais aceita atualmente, nossos ancestrais surgiram na África e daí teriam irradiado para outros continentes.

Com base nessa hipótese, de origem única na África, assinale a alternativa que indica corretamente como ocorreu essa irradiação, em ordem cronológica, a partir do continente africano, para as diversas partes do mundo.

- Europa – Nordeste da Ásia – América do Norte – Indonésia – Austrália.
- Sudeste da Ásia – Europa – Nordeste da Ásia – América do Norte – América do Sul.
- Sudeste da Ásia – Europa – América do Norte – América do Sul – Austrália.
- Europa – América do Norte – América do Sul – Austrália – Sudeste da Ásia.
- Europa – Nordeste da Ásia – América do Norte – América do Sul – Oceania.

6. Uece 2016 Leia atentamente o seguinte excerto:

Se o homem comum não conhece as suas origens ele é como um macaco louco. Ele não conhece ao certo as relações de sua grande família, é como um dragão descomunal. Ele que não conhece as circunstâncias e o curso das ações de seu nobre pai e avô é como um homem que, tendo preparado a dor para seus filhos, joga-os neste mundo.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004, p.55

Do trecho acima, depreendem-se algumas características da escrita da História, quais sejam:

- conservação da memória do passado, quadro cronológico e interpretação dos acontecimentos.
- conhecimento da natureza, origem das espécies animais e lembrança ancestral.
- dialética socrática, valores teóricos e morais e busca pela verdade intrínseca da origem humana.
- atitude crítica em relação ao registro dos acontecimentos, desinteresse pelo passado e árvore genealógica.

7. Uern 2015 Leia os textos.

Tão objetiva é a História para os positivistas que um de seus maiores ensinamentos é a busca incessante de fatos históricos e sua comprovação empírica. Daí a necessidade, como pregavam, de se utilizar na pesquisa e análise o máximo de documentos possíveis.

Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>

A nova história não estuda épocas. [...] Aqui reside o conceito de “História de Longa Duração”. Segundo Braudel, a história situa-se em três escalões: a superfície, uma história dos acontecimentos que se insere no tempo curto; a meia encosta, uma história conjuntural, que segue um ritmo mais lento; e, em profundidade, uma história de longa duração, que põe em causa os séculos.

Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>

Os textos expõem duas concepções historiográficas: Positivista e da Nova História, ou Escola dos Annales. Ao analisá-los, é possível inferir que

- ambos concordam que a história é um verdadeiro exercício de erudição, acima de qualquer ciência e dos progressos da humanidade.
- para os positivistas, a história é uma ciência secundária, embora consiga obter a totalidade sobre todos os fatos não deixando dúvidas no que se refere à sua veracidade.
- os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a Nova História está mais preocupada com a análise das estruturas.
- a busca dos fatos, segundo os representantes dos Annales, é feita pela observação minuciosa dos textos e documentos oficiais, da mesma maneira que o químico, ou outro cientista, o faz.

8. Uern 2015 É impossível compreender seu tempo para quem ignora todo o passado. Ser uma pessoa contemporânea e também ter consciência das heranças, consentidas ou contestadas.

René Remond. in Bittencourt, C. *Ensino da História: Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez. 2004. p. 155.

A história tem um caráter instrumental para a compreensão das experiências sociais, culturais, tecnológicas, políticas e econômicas da humanidade ao longo do tempo. Sobre o papel da história na formação da cidadania, assinale a alternativa correta.

- O ensino da história não apenas contribui para o desenvolvimento da consciência, mas dá suporte à construção da própria identidade do indivíduo.
- No decorrer dos períodos históricos, a fundamentação teórica que incita a obediência às leis foi a principal contribuição da história na formação cidadã.
- A história, em uma visão contemporânea, passou a ter como prioridade o estudo do presente, dando ao passado um caráter arcaico e antiquado, dispensável à pesquisa histórica.
- A história como ciência básica e fundamentalmente teórica incide de forma relativa e tênue nas atividades práticas da vida humana, tendo, portanto, neutralidade em relação à política.

9. UCS-RS 2015 Por muito tempo, os historiadores acreditaram que deveriam e poderiam reproduzir os fatos “tal como tinham ocorrido”. Dentre as características do conhecimento histórico que assim produziam, é correto afirmar que

- os historiadores, ao privilegiarem a realidade dos fatos, esperavam produzir um conhecimento científico que analisasse os processos e seus significados, abrindo espaço para a subjetividade humana em suas análises.
- era uma história linear, cronológica, de nomes, fatos e datas, que pretendia uma verdade absoluta, como forma de expressar a neutralidade do historiador.
- era uma história temática, na medida em que acreditava que tudo o que o homem fazia e, até mesmo o que ele não fazia, poderia ser considerado fato histórico.
- os fatos privilegiados seriam aqueles poucos que eram amplamente documentados, como as festas populares e a cultura das pessoas ordinárias.
- o fundamental era compreender o funcionamento econômico da sociedade, que é o determinante de tudo e garante a neutralidade do historiador.

10. UEG-GO Grande parte da presença humana na Terra é explicada pelos historiadores tendo como referência o termo “pré-história”.

Sobre esse período, discorra sobre os seguintes tópicos:

- o significado da revolução neolítica;
- as limitações conceituais do termo “pré-história”.

Exercícios propostos

- 1. Enem PPL 2019** Os pesquisadores que trabalham com sociedades indígenas centram sua atenção em documentos do tipo jurídico-administrativo (visitas, testamentos, processos) ou em relações e informes têm deixado em segundo plano as crônicas. Quando as utilizam, dão maior importância àquelas que foram escritas primeiro e que têm caráter menos teórico e intelectualizado, por acharem que estas podem oferecer informações menos deformadas. Contrariamos esse posicionamento, pois as crônicas são importantes fontes etnográficas, independentemente de serem contemporâneas ao momento da conquista ou de terem sido redigidas em período posterior. O fato de seus autores serem verdadeiros humanistas ou pouco letrados não desvaloriza o conteúdo dessas crônicas.

PORTUGAL, A. R. *O ayllu andino nas crônicas quinhentistas: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

As fontes valorizadas no texto são relevantes para a reconstrução da história das sociedades pré-colombianas porque

- a) sintetizam os ensinamentos da catequese.
- b) enfatizam os esforços de colonização.
- c) tipificam os sítios arqueológicos.
- d) relativizam os registros oficiais.
- e) substituem as narrativas orais.

- 2. Unioeste-PR 2019** Leia e analise o fragmento abaixo.

Desde 2013, o autoproclamado Estado Islâmico do Iraque e do Levante – também conhecido pelas siglas ISIL ou ISIS, na tradução do nome do grupo em inglês – luta pela conquista de territórios na Síria e no Iraque, travando uma guerra que já deixou mais de 230 mil mortos e milhões de desabrigados. [...] Para afirmar a superioridade do Islamismo, o Estado Islâmico tem se esforçado para **destruir sítios arqueológicos e históricos de civilizações e religiões antigas**, numa tentativa de apagar o passado. [...] Em quase três anos de conflitos, o ISIS destruiu, pelo menos, treze sítios arqueológicos ou ruínas históricas.

ALENCAR, Lucas. Treze locais históricos destruídos pelo Estado Islâmico. 4 jan. 2016. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/01/13-locais-historicos-destruidos-pelo-estado-islamico.html>.

Ao tratarmos de evidências e procedimentos para análise de processos históricos, é CORRETO afirmar que

- a) a análise histórica não necessita dessas evidências, já que elas eram apenas utilizadas como foco de visita turística. Pois, o material necessário para a reflexão histórica encontra-se registrado em documentos impressos e arquivos públicos.
- b) a destruição desses registros históricos não faz parte do modo como o Estado Islâmico propõe impor certa leitura da história a partir dos seus interesses e domínio, esses atos foram realizados por erro de alvos durante os ataques realizados.
- c) a destruição dos sítios arqueológicos e históricos se deve apenas a um conflito no Oriente Médio em função das práticas religiosas e à intolerância pela intervenção estrangeira.
- d) práticas como as realizadas pelo Estado Islâmico, ao destruírem sítios arqueológicos e históricos, destacam como o debate sobre memória e história faz parte das disputas de poder, inclusive, como tentativa de imposição de certo nacionalismo como controle do presente e do passado para intenções futuras.
- e) as fontes são materiais importantes na investigação histórica acadêmica. O historiador se utiliza desses indícios para aprofundar pesquisas; com destaque para períodos, fatos e sujeitos. Porém, o uso de sítios arqueológicos e históricos são desnecessários ao ensino de história, por isso podem ser facilmente descartados.

- 3. Enem PPL 2019** Lembro, a propósito, uma cerimônia religiosa a que assisti na noite de Santo Antônio de 1975 quando presente a uma festa em honra do padroeiro. Ia a coisa assim bonita e simples, até que, recitadas as cinco dezenas de ave-marias e os seus padre-nossos, chegou a hora do remate com o canto da salve-rainha. O capelão começou a entoar nesse instante hino à Virgem, em latim “*Salve Regina, mater misericordiae*”, e, o que eu estranhei, foi seguido de pronto sem qualquer hesitação pelos presentes. Depois veio o espantoso para mim: a reza, também entoada, de toda a extensa ladainha de Nossa Senhora igualmente em latim. Eu olhava e não acabava de crer: aqueles caboclos que eu via mourejando de serventes nas obras do bairro estavam agora ali acaipirando lindamente a poesia medieval do responso.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

O estranhamento do autor diante da cerimônia relaciona-se ao encontro de temporalidades que

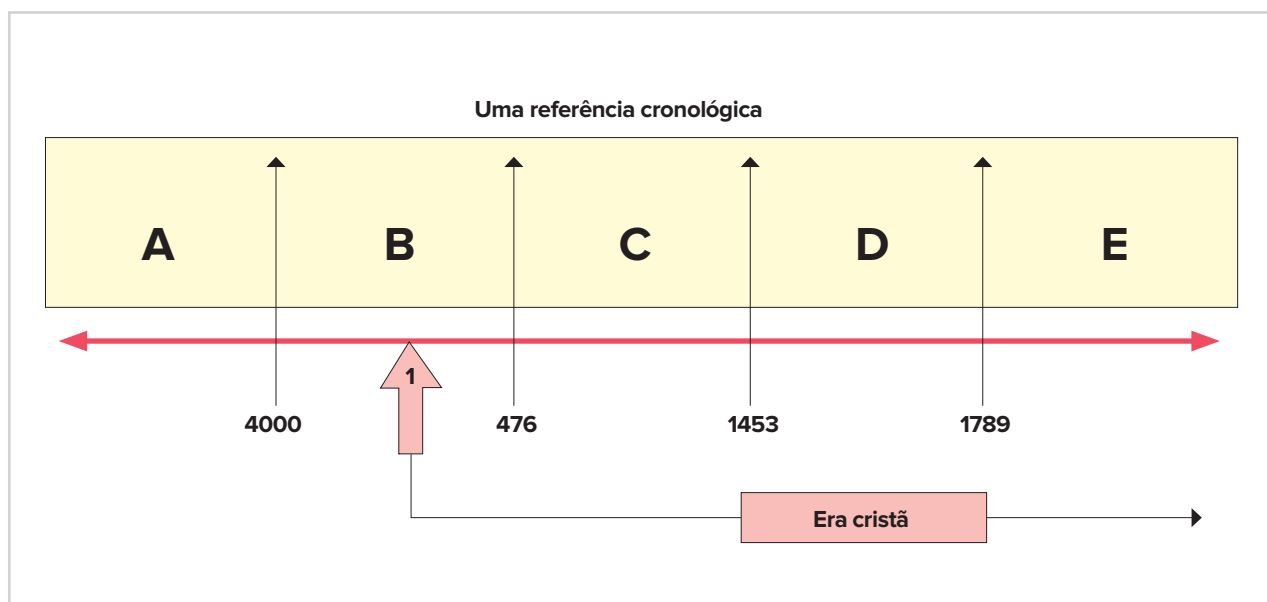
- a) questionam ritos católicos.
- b) evidenciam práticas ecumênicas.
- c) elitizam manifestações populares.
- d) valorizam conhecimentos escolares.
- e) revelam permanências culturais.

4. **UEA-AM 2018** A história é o passado que foi verdadeiramente vivido por homens de carne e osso sobre essa terra concreta – mas só podemos conhecê-lo caso ele nos tenha deixado documentos. Como a existência e a conservação dos documentos dependem de um conjunto de circunstâncias que não foram estruturadas a partir dos interesses de um historiador, jamais saberemos tudo o que esse passado foi. As questões mais interessantes muitas vezes não são as mais bem documentadas; para estudarmos, por exemplo, a Palestina do século I, dispomos de mais informações sobre a vida sentimental do rei Herodes do que sobre a data de nascimento de Cristo.

(Henri-Irénéé Marrou. *Do conhecimento histórico*, 1975. Adaptado.)

O texto refere-se

- a) ao ofício científico dos historiadores, realizado segundo os procedimentos rigorosos das experimentações laboratoriais.
- b) aos fatores culturais como motor da história, acentuando a predominância de textos filosóficos nos arquivos.
- c) ao controle das fontes históricas pelas classes dominantes, eliminando da história os movimentos populares.
- d) à impossibilidade de qualquer apreensão do passado humano, considerando a irreversibilidade dos fatos históricos.
- e) ao conteúdo lacunar do saber histórico, dependente de preservações assistemáticas de registros materiais.
5. **Fepar-PR 2019** O cristianismo trouxe uma concepção de devir histórico linear, uniforme, que, estendendo-se da Criação até o Juízo Final, foi adaptada em forma secular pelo moderno pensamento histórico [...] A articulação em Antiguidade-Idade Média-Idade Moderna foi enunciada pelo alemão Christoph Cellarius (1634-1707); de início, correspondia à interpretação e valorização pelos humanistas de uma história cultural europeia ocidental. Ao final do século XIX [...] afirmou-se no mundo ocidental uma divisão baseada em grandes marcos ou eventos, que se denomina “periodização clássica”.



Considere o texto, a linha do tempo e seus conhecimentos de História para avaliar as afirmativas.

- A Idade Antiga, por ter maior duração, disponibiliza ao historiador maior número de fontes históricas escritas do que a Idade Moderna, que compreende pouco mais de 3 séculos.
- Enquanto o ano 1 marca, na periodização clássica, o tempo decorrido depois de Cristo (d.C.), a Civilização Islâmica tem o início de seu calendário no ano 622, quando ocorreu a hégira, a retirada do profeta Maomé de Meca para Medina.
- O ano de 476, data da queda do Império Romano do Ocidente, marca um período de instabilidade (com triunfo dos germânicos e conflitos entre eles) e de uma economia de base rural, com antigos escravos e colonos transformados em servos de gleba, na estrutura feudal que foi sendo definida.
- A tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos ocorreu em 1453, no século XV. A data marca o fim da Idade Média, quando estava em marcha a expansão das cidades e o capitalismo comercial, ao qual se vincula o movimento das Grandes Navegações, cujo objetivo inicial era o comércio de especiarias diretamente nas fontes.
- No ano de 1789 teve início a Revolução Francesa. A data marca o início da Idade Contemporânea, com a redação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que consagrava o igualitarismo no plano econômico e a defesa da república como forma de governo.

6. **UEPG-PR 2018** Existem diferenças claras entre o que compreendemos por tempo cronológico e por tempo histórico. A respeito deste último, assinale o que for correto.
- 01 Historiadores se valem das formas de organizar e viver de uma sociedade para afirmar que um determinado tempo histórico se diferencia de outro.
 - 02 A passagem de um tempo histórico para outro pode ser marcada por permanências de hábitos, ideias e comportamentos.
 - 04 Há diferenças temporais entre os tempos históricos. Por exemplo: a Idade Média durou cerca de 1000 anos, enquanto a Idade Moderna pouco mais de 300 anos.
 - 08 Para os historiadores, a chamada Idade Contemporânea teve início em 1789, com a Revolução Francesa, e se prolonga até os dias atuais.

Soma:





7. **Fuvest-SP 2017** Um elemento essencial para a evolução da dieta humana foi a transição para a agricultura como o modo primordial de subsistência. A Revolução Neolítica estreitou dramaticamente o nicho alimentar ao diminuir a variedade de mantimentos disponíveis; com a virada para a agricultura intensiva, houve um claro declínio na nutrição humana. Por sua vez, a industrialização recente do sistema alimentar mundial resultou em uma outra transição nutricional, na qual as nações em desenvolvimento estão experimentando, simultaneamente, subnutrição e obesidade.

George J. Armelagos, "Brain Evolution, the Determinates of Food Choice, and the Omnivore's Dilemma", *Critical Reviews in Food Science and Nutrition*, 2014. Adaptado.

A respeito dos resultados das transformações nos sistemas alimentares descritas pelo autor, é correto afirmar:

- a) A quantidade absoluta de mantimentos disponíveis para as sociedades humanas diminuiu após a Revolução Neolítica.
- b) A invenção da agricultura, ao diversificar a cesta de mantimentos, melhorou o balanço nutricional das sociedades sedentárias.
- c) Os ganhos de produtividade agrícola obtidos com as revoluções Neolítica e Industrial trouxeram simplificação das dietas alimentares.
- d) As populações das nações em desenvolvimento estão sofrendo com a obesidade por consumirem alimentos de melhor qualidade nutricional.
- e) A dieta humana pouco variou ao longo do tempo, mantendo-se inalterada da Revolução Neolítica à Revolução Industrial.

8. **UPE 2018**

Figuras Antropomórficas	Figuras Zoomórficas	Figuras Ambíguas	Marcas de Mãos
			
Sítio: Pedra Fish Venturosa-PE	Sítio: Pedra Furada Venturosa-PE	Sítio: Furna do Lajeiro Liso Caetés-PE	Sítio: Pedra da Lua Brejo da Madre de Deus-PE

Grafismos Reconhecíveis. Imagens tratadas pelo software Adobe Photoshop X6.

In Perazzo; Pessis; Cisneiros. As pinturas rupestres da Tradição Agreste em Pernambuco e na Paraíba. *Revista FUMDHAMENTOS XII* 2015, p. 33.

Observando os grafismos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Não havia animais nesse período específico.
- b) Essas manifestações culturais não podem ser consideradas arte.
- c) Nada sabemos sobre essas populações humanas.
- d) Inexistiam técnicas para produção de pigmentos.
- e) Há grande relevância histórica e artística.

9. **Uern 2013** As gravuras se referem aos monumentos megalíticos, constantes objetos de estudo de arqueólogos e historiadores. Observe.



(Disponível em: <http://www.infoescola.com/arquitetura/monumentos-megaliticos/>.)

Acerca dessas formações rochosas misteriosas, devidamente arrumadas na natureza por nossos antepassados, é correto afirmar que

- são consideradas monumentos pela sua formação. Acredita-se que podem ter surgido durante o período Neolítico (Idade da Pedra) e a finalidade de sua existência não é totalmente conhecida.
- muitas eram contempladas e cultuadas pelos religiosos fundadores da Igreja Católica, que acreditavam em seus poderes esotéricos e na presença de relíquias sagradas entre as pedras utilizadas em sua construção.

- são construções feitas por seres detentores de altos conhecimentos, pois a maioria das pedras chega a pesar toneladas. Os templos seriam destinados aos alquimistas e magos, donos do conhecimento científico no período Homérico.
- algumas são construções de indivíduos solitários, conhecidos como menires (em celta significa “pedras compridas”) e tinham o objetivo comprovado de abrigar as tribos nômades em suas incursões em busca de alimento e moradia.

10. **Unesp 2022** De 400 mil a 40 mil anos atrás, pequenos grupos de neandertais se distribuíram por uma região que hoje abrange a Europa, o oeste da Ásia e o Oriente Médio. Desde o sequenciamento do genoma neandertal em 2010, os dados genéticos sugerem com frequência que, em algumas das ocasiões em que se encontraram, *H. sapiens* e neandertais se reproduziram e deixaram descendentes férteis. Por essa razão, populações humanas atuais sem ancestralidade exclusivamente africana abrigam em seu genoma trechos de DNA neandertal – não há evidências de que neandertais tenham vivido na África. Os especialistas defendem que essa pequena contribuição [dos neandertais] tenha influenciado certas características dos seres humanos modernos. Vários estudos já associaram genes neandertais a traços mais vantajosos, como um sistema imune mais robusto [...], ou desvantajosos, como maior risco de desenvolver doenças como diabetes ou depressão. [...]

A ideia de que *H. sapiens* tenham convivido com neandertais não é nova. Antes dos estudos de DNA antigo, já existiam evidências arqueológicas dessa coexistência no Oriente Médio e na Europa. Cavernas em Israel e na Jordânia guardam resquícios de ocupação em sequência das duas espécies. Além disso, alguns fósseis [...] apresentavam traços mistos de *H. sapiens* e neandertal.

(Ricardo Zorzetto. “Laços de família”. In: *Pesquisa Fapesp*, maio de 2021.)

O texto apresenta resultados recentes de pesquisas sobre a evolução humana e destaca, entre outros aspectos, a

- articulação de conhecimentos obtidos por meio de pesquisas científicas de áreas diferentes, na busca de explicações sobre as origens, a movimentação e a evolução dos ancestrais dos humanos.
- combinação de exemplares de diferentes espécies como a origem apenas de problemas e desajustes genéticos, posteriormente transmitidos às novas gerações.
- percepção da complexidade dos contatos entre os antepassados dos seres humanos e do isolamento rigoroso que havia entre os representantes das diferentes espécies.
- hipótese mais provável de origem dos ancestrais humanos na África e a posterior circulação e transferência das várias espécies para os demais continentes.
- limitação do conhecimento acerca das origens dos seres humanos, que continuam a ser objeto de especulação filosófica destituída de bases documentais.

Texto complementar

Trechos de *Apologia da História*, de Marc Bloch

Ora, a obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente "histórico". Assim como as vicissitudes de um poderoso núcleo de trocas. Através de um exemplo bem característico da topografia do saber, eis portanto, de um lado, um ponto de sobreposição onde a aliança de duas disciplinas revela-se indispensável a qualquer tentativa de explicação; de outro, um ponto de passagem onde, depois de constatar um fenômeno e pôr seus efeitos na balança, este é, de certa maneira, definitivamente cedido por uma disciplina à outra. O que se produziu que parecera apelar imperiosamente à intervenção da história? Foi que o humano apareceu.

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a História quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

Do caráter da História como conhecimento dos homens decorre sua posição específica em relação ao problema da expressão. Será uma "ciência"? Ou uma "arte"? Sobre isso nossos bisavós, por volta de 1800, gostavam de dissertar gravemente. Mais tarde, por volta dos anos 1890 [...], pôde-se ver especialistas do método indignarem-se com que, nos trabalhos históricos, o público desse importância, para eles excessiva, ao que eles chamavam "forma". [...] Não há menos beleza numa equação exata do que numa frase correta. Mas cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria. Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. [...]

[...] Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir. Entre a expressão das realidades do mundo físico e a das realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do luthier: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria bom nem que o fresador se contentasse com o empirismo do luthier, nem que este pretendesse imitar o fresador. Será possível negar que haja, como o tato das mãos, um das palavras?

[...]

"Ciência dos homens": dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: "dos homens, no tempo": O historiador não apenas pensa "humano". A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. O número dos segundos, anos ou séculos que um corpo radioativo exige para se transformar em outros corpos é, para a atomística, um dado fundamental. Mas que esta ou aquela dessas metamorfoses tenha ocorrido há mil anos, ontem ou hoje ou que deva se produzir amanhã, sem dúvida tal consideração interessaria ao geólogo, porque a Geologia é, à sua maneira, uma disciplina histórica; ela deixa o físico frio como gelo. Nenhum historiador, em contrapartida, se contentará em constatar que César levou oito anos para conquistar a Gália e que foram necessários quinze anos a Lutero para que, do ortodoxo noviço de Erfurt, saísse o reformador de Wittenberg. Importa-lhe muito mais atribuir à conquista da Gália seu exato lugar cronológico nas vicissitudes das sociedades europeias; e, sem absolutamente negar o que uma crise espiritual como a de irmão Martinho continha de eterno, só julgará ter prestado contas disso depois de ter fixado, com precisão, seu momento na curva dos destinos tanto do homem que foi seu herói como da civilização que teve como atmosfera.

Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica. Acima de qualquer outro, aquele que questiona até a razão de ser de nossos trabalhos. Sejam dois períodos sucessivos, recortados na sequência ininterrupta das eras. Em que medida — o vínculo que estabelece entre eles o fluxo da duração prevalecendo ou não sobre a dessemelhança resultante dessa própria duração — devemos considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo para a compreensão do mais recente?

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 53-56.

Resumindo

- O historiador francês Marc Bloch definiu o conhecimento histórico como o estudo dos seres humanos através do tempo. Nesse sentido, a História se configura como uma ciência que, a partir de uma metodologia específica e do uso profissional de fontes primárias, constrói um discurso sobre as sociedades humanas e suas transformações. Desse modo, são fundamentais as análises das diversas temporalidades (longa, curta e média) que atravessam a nossa experiência.
- Cabe ao historiador, da mesma forma, periodizar o passado, a fim de torná-lo mais inteligível. Isso foi feito, por exemplo, na construção da ideia de Pré-História, pensada no século XIX como uma maneira de periodizar o mundo anterior à escrita. Sabemos hoje, contudo, que o termo "Pré-História" é impreciso, por sugerir que o período anterior à escrita carece de estrutura histórica.
- Usualmente, dividimos a Pré-História em dois grandes períodos, o Paleolítico, caracterizado pela caça e pela coleta, e o Neolítico, definido pelo advento da agricultura e da pecuária. Em decorrência da Revolução Neolítica, há também o surgimento das primeiras cidades, na região do Oriente Médio e no norte da África, onde terão espaço as sociedades mesopotâmica e egípcia, tema do próximo capítulo.

Quer saber mais?



Sites

Associação Nacional de História (ANPUH). Disponível em: <https://anpuh.org.br/>

Site da maior organização de historiadores do Brasil, em que é possível encontrar informações diversas. Acesso em: 30 maio 2022.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. Revista de História, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>.

O artigo apresenta uma reflexão sobre a História e a Sociologia, suas diferenças e convergências. Acesso em: 30 maio 2022.



Livros

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Uma das principais obras sobre o estudo da história e a pesquisa em História.

GOSDEN, Chris. Pré-História. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Análise da Pré-História por meio de fatos e algumas deduções.

LÉVÊQUE, Pierre; CARDOSO, Artur Lopes; RIBEIRO, Antônio Pinto. As primeiras civilizações: da Idade da Pedra aos povos semitas. Lisboa: Edições 70, 1990.

Textos de especialistas sobre as primeiras civilizações.

Exercícios complementares

1. Udesc 2018 A História, segundo o historiador Marc Bloch, pode ser definida como a ciência do homem no tempo. Quando estudada em instituições escolares, ela é, comumente, dividida em: Idade Antiga, Idade Medieval, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Sobre este modelo de organização do tempo histórico em períodos ou idades, analise as proposições.

I. O modelo acima foi instituído na Grécia durante o século IV a.C. por Aristóteles que, na época, assumia as funções de tutor de Alexandre da Macedônia.

II. A adoção deste modelo demonstra o forte vínculo existente entre os programas escolares de história e a tradição europeia, na medida em que as idades são organizadas a partir de processos ocorridos majoritariamente no Continente Europeu.

III. O modelo citado foi desenvolvido e institucionalizado em 1837, pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e refere-se, exclusivamente, aos processos ocorridos a partir do Descobrimento do Brasil, em 1500.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa III é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa II é verdadeira.

2. Udesc 2018 O conhecimento histórico acadêmico ou científico é construído, prioritariamente, por meio de práticas de investigação e análise. Para a construção do conhecimento histórico, as fontes ou vestígios são, portanto, elementos fundamentais.

Analise os itens abaixo, e coloque (V) para o que for fonte histórica e (F) para o que não for fonte histórica.

- Jornais e Revistas
- Fotografias
- Documentos oficiais de Estado
- Cartas e documentos pessoais

Assinale a alternativa correta, de cima para baixo.

- a) V – V – V – V
- b) V – F – F – F
- c) F – V – V – V
- d) V – V – F – F
- e) F – V – V – F

3. UFU-MG 2018 Objeto de estudo da nova historiografia, a:

[...] história da vida cotidiana e privada é a história de pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas do banal, do insignificante, das coisas deixadas “de lado”.

DEL PRIORI, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Esse fragmento de texto aborda a inovação do conhecimento histórico a partir da segunda metade do século XX, conhecida como Nova História. Desde então, novos sujeitos tornaram-se objetos da pesquisa histórica, observando-se o seu protagonismo em diferentes esferas sociais.

Com base nessa informação, é INCORRETO afirmar que compuseram o novo grupo de indivíduos estudados

- a) as mulheres atenienses na Grécia clássica.
- b) os imperadores e os generais da Roma antiga.
- c) as comunidades manicomiais e as étnicas.
- d) os afrodescendentes no continente americano.

4. UEL-PR 2018 Leia o texto a seguir.

Eu vi coisas que vocês não imaginariam. Naves de ataque em chamas ao largo de Órion. Eu vi raios-c brilharem na escuridão próximos ao Portão de Tannhäuser. Todos esses momentos se perderão no tempo, como lágrimas na chuva. Hora de morrer.

(Disponível em: https://pt.wikiquote.org/wiki/Blade_Runner. Acesso em: 11 jul. 2017.)

Esta é uma fala do androide Roy que queria eliminar Decard, no filme *Blade Runner, o Caçador de Androides* (1982), dirigido por Ridley Scott. No entanto, no combate, Roy o salvou da morte. Essa reflexão apresenta a noção de uma existência construída por múltiplas experiências as quais, que por serem as memórias de Roy, se perderiam para sempre.

Com base nos conhecimentos hoje predominantes sobre os fundamentos da história, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- A História privilegia, nos seus estudos, as experiências coletivas dos grandes grupos humanos, excluindo a vida do indivíduo comum.
- A historiografia desconsidera a memória oral para registrar as formas culturais de compreensão do mundo.
- Nos museus e cemitérios, descansam os personagens históricos cujas ideias não mais afetarão os vivos.
- Memória e história são noções diferentes, mas se complementam e interagem quando depoimentos orais são registrados em documentos.
- Um fato histórico gera uma diversidade de documentos, e as interpretações sobre ele ressignificam o seu teor.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, F, F, V, F
- b) V, F, V, F, V
- c) V, V, F, V, F
- d) F, F, F, V, V
- e) F, V, V, F, V

5. **Uece 2017** História, como área do conhecimento, possui, hoje, especificidades que a definem, dentre as quais encontra-se a característica de

- a) ater-se apenas a documentos escritos, não aceitando como fonte outros tipos de informação tais como informações originadas na oralidade ou produzidas pela mídia.
- b) não se ater apenas aos fatos realizados por governantes e poderosos, tomando os eventos cotidianos e as práticas sociais como importantes temas históricos.
- c) entender o tempo histórico e o tempo cronológico como iguais, uma vez que ambos são caracterizados por ter medidas constantes e exatas de tempo.
- d) reconhecer apenas grandes eventos documentados oficialmente como um fato histórico.

6. **Udesc 2018** Em 1972, a equipe do arqueólogo Richard Leakey encontrou, nas imediações do Lago Turkana, o crânio e os ossos de um *Homo rudolfensis* de 1,9 milhões de anos. Esta espécie teria coabitado o território africano ao mesmo tempo em que três outras; o *Homo habilis*, o *Homo erectus* e o *Paranthropus boisei*. Em 1974, pesquisadores descobriram, na Etiópia, um fóssil de 3,2 milhões de anos, ao qual apelidaram de Lucy. Em 2017, foram publicadas pesquisas a respeito de fósseis de *Homo sapiens* encontrados no Marrocos, os quais contariam com cerca de 300 mil anos.

Disponível em www.bbc.com, acessado em 15 de março de 2018.

Estas descobertas foram essenciais para o desenvolvimento de pesquisas, a respeito da evolução de espécies, pois elas poderiam ser referentes aos antepassados diretos da espécie humana. A este respeito, é correto afirmar:

- a) A descoberta de 2017 refuta a teoria de que a origem da vida humana seria na África, deslocando-a para a península arábica.
- b) Os seres humanos que habitam a África, a América e a Europa não fazem parte da mesma espécie.
- c) É consensual, para a comunidade científica, a afirmação de que a espécie humana é originária do Continente Africano.
- d) Não existem consensos a respeito de qual continente teria se originado a espécie humana.
- e) O *Homo sapiens* é, evidentemente, anterior ao *Homo rudolfensis*.

7. **Uece 2018** É admirável a variedade de habitats ocupados pelos primeiros humanos que possivelmente iniciaram o povoamento da América em seu ponto mais meridional na Terra do Fogo, no extremo sul do continente. A chegada na América comprova a engenhosidade, adaptabilidade e capacidade migratória excepcional e insuperável do

- a) *Homo habilis*.
- b) *Homo neanderthalensis*.
- c) *Homo de denisova*.
- d) *Homo sapiens*.

8. **UEL-PR 2018** Analise a figura a seguir e responda às questões.



(Disponível em: <http://www.filmeb.com.br/calendario-de-estreias/cavernados-sonhos-esquecidos>. Acesso em: 9 out. 2017.)

Com base na figura e nos conhecimentos sobre arte paleolítica, assinale a alternativa correta.

- a) A pintura feita com guache é uma característica desse período, que consiste na mistura de alguns tipos de terra; tais pinturas serviam para catalogar o que haviam caçado, garantindo a diversidade de espécies nas caças seguintes.
 - b) As pinturas e os desenhos foram feitos com pigmentos minerais e vegetais, fixados com gordura animal; tais produções são relacionadas a aspectos mágicos, presentes no cotidiano das organizações pré-históricas.
 - c) As pinturas funcionavam como oferenda aos deuses e, pelas dimensões, é possível perceber o nível de reverência; os artistas desse período empenhavam-se na produção de uma arte religiosa com fins decorativos.
 - d) As pinturas e os desenhos encontrados nas grutas eram feitos como afrescos e representam figuras híbridas, metade humana e metade animal; os mitos gregos têm suas origens nessas imagens da pré-história.
 - e) Nos registros encontrados nas cavernas, as figuras de destaque remetem à flora; para os povos paleolíticos esses desenhos caracterizaram o momento em que deixaram de ser nômades e, para a história, foi o início das catalogações de todas as espécies.
9. **UPE 2017** Na bacia do Rio São Francisco, nas paleolagoas conhecidas hoje como tanques, foram achados ossos de animais extintos da fauna pleistocênica, que conviveram com o homem em diversas áreas da região, como Salgueiro e Alagoinha, em Pernambuco. Pesquisas mais recentes assinalaram, também, a presença de megafauna, como o mastodonte e a preguiça-gigante, como é o caso da Lagoa Uri de Cima em Salgueiro.

MARTIN, Gabriela; PESSIS, Anne-Marie. Breve Panorama da Pré-História do Vale do São Francisco no Nordeste do Brasil. *Revista FUMDHAMentos*, Volume 1 – Número 10 – Ano 2013, p. 14, adaptado.

O trecho acima propõe uma leitura da História do Brasil, que se caracteriza pela

- a) presença essencial dos europeus no continente americano.
 - b) inexistência de exemplares da megafauna em território brasileiro.
 - c) carência de estudos paleoantropológicos e sítios arqueológicos no Nordeste.
 - d) antiguidade da presença humana no país, anterior à chegada dos portugueses.
 - e) existência de répteis de porte avantajado, popularmente conhecidos como dinossauros.
10. **Uece 2019** Atenção e cuidado devem guiar a escrita historiográfica, que se utiliza de diferentes tipos de memória para compreender o passado. A memória está, de diversas maneiras, presente em todas as sociedades como experiência vivida; está em monumentos, em obras e manuais, e em tradições que instituem matrizes de pensamentos. São categorias que evidenciam a separação entre a memória e a história:
- a) registro oficial, categorização e esquecimento.
 - b) alinhamentos entre passado, presente e futuro.
 - c) aquisição, armazenamento e tempo.
 - d) seletividade, cristalização e reatualização.

EM13CHS103

1. UFSM-RS Leia os textos:**Texto I**

A intensa radiação solar na região equatorial é responsável direta pelas altas taxas de evaporação da água de sua superfície, levando à formação de massas de ar quente e úmido que condicionam os altos índices pluviométricos observados. Assim, elevadas temperaturas, intensa radiação solar e muita chuva caracterizam o clima das regiões tropicais e nos fazem entender as luxuriantes formações florestais e as riquezas dos recifes de corais típicos dessas latitudes. Esses fatores reunidos explicam, ainda, a elevada produtividade associada aos referidos ecossistemas.

UZUNIAN & BIRNER. *Biologia*. São Paulo: Harbra, 2007. p.820.**Texto II**

É seguramente fácil encontrar casos de correlação íntima entre um fato geográfico e um fato social. A **contiguidade** de duas regiões, planície e montanha, onde a ordem dos trabalhos não é a mesma e onde as colheitas amadurecem em datas diferentes, torna disponíveis os trabalhadores que alugarão periodicamente seus braços. A presença de uma grande cidade faz nascer à sua porta cultivos especiais, associados a hábitos igualmente especiais, como o dos horticultores. A ocorrência bem localizada de um produto de primeira necessidade pode engendrar consequências sociais e políticas.

VIDAL DE LA BLANCHE, Paul. *As condições geográficas dos fatos sociais*. http://www4.fct.unesp.br/raul/saude_ambiental/condicoes_geograficas_faros_sociais.pdf.**Contiguidade:** proximidade, vizinhança.

O desenvolvimento das ciências neste século XXI oferece uma variedade de explicações sobre os processos que envolvem as relações entre os seres humanos e os ecossistemas.

A História, ciência social, na medida em que estabelece o diálogo e o debate com os demais campos do conhecimento científico, pode confrontar explicações e buscar novas e mais abrangentes formas de entender o conjunto dos processos que envolveram as ações humanas ao longo do tempo e nos diversos espaços.

Como se pode perceber, através das informações da Biologia e da Geografia nos textos apresentados, essa abertura é possível e necessária, porque a História é uma ciência cada vez mais

- a) pragmática. b) experimental. c) teórica. d) interdisciplinar. e) factual.

EM13CHS101

2. UFBA Vivemos num mundo muito diferente daquele em que nossos bisavós viveram.

De lá para cá, as mudanças foram muitas.

Hoje, por meio do fax, pode-se enviar uma carta ao Japão em menos de um minuto. Com um telefone celular, pode-se conversar com alguém que esteja sentado no banco de uma praça. Pela Internet, pode-se visitar o Louvre – um museu francês que contém obras de artistas de diferentes épocas e de várias partes do mundo – sem sair de casa. Hoje é possível também viajar em trens e aviões muito mais velozes do que os que nossos bisavós conheceram.

Se compararmos o modo de se vestir e de se enfeitar do tempo dos nossos bisavós com o atual, veremos que aí também houve mudanças acentuadas. [...]

Para muitas pessoas, a História lembra apenas velharia, túmulos de reis, cidades em ruínas, papéis roídos por ratos. Lembra um passado frio, distante, morto.

Mas a ideia que temos de História é outra. Acreditamos que faz sentido estudar o passado porque ele nos ajuda a compreender o presente.

(BOULOS JÚNIOR, 2004, p. 8-9).

Com base no texto, indique dois componentes indispensáveis à construção do conhecimento histórico.

EM13CHS101

3. UEA-AM 2019 Podemos definir como “artefatos” os objetos que parecem manifestar um aspecto inteligível da ação do homem. Existem casos duvidosos de atribuição de origem, como nas escavações de sítios paleolíticos chineses, em que certas pedras lascadas pelo fogo parecem ter sido resultado de uma ação exclusiva da natureza.(Henri-Irénée Marrou. *De la connaissance historique*, 1975. Adaptado.)

Depreende-se do texto que as condições essenciais para a pesquisa histórica são

- a) as constituições das grandes civilizações históricas.
b) as organizações de arquivos históricos pelos sábios do passado.
c) as fontes diversas produzidas pelos seres humanos em sociedade.
d) as existências de relatos escritos sobre feitos militares.
e) as invenções dos instrumentos de produção agrícola.

Pirâmides de Gizé, nos arredores de Cairo, Egito. As pirâmides fazem parte da necrópole onde foram sepultados alguns faraós egípcios. As pedras utilizadas nessas construções chegam a pesar 50 toneladas e foram extraídas e transportadas das margens do Nilo. Foto de 2022.

Dave Pirmov/Stockphoto.com

FRENTE 2

CAPÍTULO

2

Os povos do Oriente Médio e do norte da África na Antiguidade

Talvez você já tenha ouvido falar sobre as pirâmides do Egito, os jardins suspensos da Babilônia, a Cleópatra ou Nabucodonosor II. A presença desses lugares e personagens em filmes, textos bíblicos e *sites* de internet pode instigar nossa curiosidade sobre os povos da Antiguidade.

No entanto, não podemos reduzir a história desses povos a meras curiosidades, deixando de lado a existência de incontáveis mulheres e homens. Não podemos também desconsiderar o trabalho científico de diversos pesquisadores a respeito desses povos. Considerando esses estudos, neste capítulo apresentaremos um panorama da vida dessas pessoas durante a Antiguidade.

Onde viviam esses povos?

Foi na região que hoje chamamos de Oriente Médio e norte da África que surgiram algumas das primeiras cidades de que temos notícia e onde viveram os egípcios, os persas, os hebreus, os fenícios e as diversas populações chamadas, genericamente, de “mesopotâmicas”. Todos esses povos deixaram legados como a escrita, o alfabeto, a Aritmética, a Geometria, unidades de pesos e medidas, a Astronomia, calendários lunar e solar, princípios de medicina, códigos religiosos e formas de organização do Estado.

Saiba mais

De acordo com o pesquisador Jean Starobinski, embora as palavras “civil” e “civilizado” já existissem, o termo “civilização” foi utilizado, pela primeira vez, em 1756, pelo Marquês de Mirabeau, economista e filósofo francês. Desde então, o termo passou a caracterizar uma pretensa superioridade dos europeus, que seriam “civilizados”, em relação a outros povos, considerados “selvagens” e, portanto, inferiores. Os pensadores europeus que se referiam aos egípcios e mesopotâmicos como “civilizados” reconheceram nesses povos características que existiam entre os próprios europeus, como o uso da escrita ou a existência de cidades. Portanto, não podemos esquecer de que a ideia de civilização origina-se de uma projeção europeia sobre outros povos, e não da visão que esses povos tinham sobre si mesmos.

Esses povos ocuparam uma área de aproximadamente 500 mil km², chamada de **Crescente Fértil**, marcada pela existência de vários rios, que tornam as terras próximas a eles propícias para a agricultura. Corresponde a vales férteis, cercados por regiões inóspitas de desertos e estepes, ao redor dos quais surgiram, na Antiguidade, grandes centros urbanos como a Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates; o Egito, às margens do rio Nilo; a Síria, próxima ao rio Orontes; e Israel e Jordânia, junto ao rio Jordão. Nessa região se passaram a Revolução Agrícola e a Revolução Urbana, estudadas no capítulo anterior.

A expressão “Crescente Fértil” foi criada pelo arqueólogo estadunidense James Henry Breasted (1865-1935), e se refere ao traçado da região, que é semelhante à lua crescente, como podemos ver no mapa a seguir.

Crescente Fértil



Fonte: Crescente Fértil. *Britannica Escola*. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/CrescenteFértil/481272>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Usualmente, atribui-se aos gregos e aos romanos o título de “criadores da civilização ocidental”. Tal ideia advém, sobretudo, do século XIX, e relaciona-se a uma tentativa de diminuir as contribuições de outros povos, ao mesmo tempo que cria um imaginário de um passado ocidental clássico. Em contrapartida, a historiografia atual, com o apoio de modernas formas de pesquisa empírica e de uma metodologia rigorosa, tem reforçado que as origens de nossa “civilização” são muito mais diversas e plurais.

Atualmente, a região abriga os estados da Palestina, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano e Chipre, além de regiões da Síria, do Iraque, do Egito, do sudeste da Turquia e do sudoeste do Irã.

Essas sociedades estavam localizadas, portanto, em regiões desérticas e dependiam dos rios para a realização das mais diversas atividades. A fim de melhor aproveitar esses recursos hídricos, construíram grandes canais, diques e outros instrumentos engenhosos que realizavam o controle e a circulação forçada da água, facilitando o seu fluxo para cidades e plantações. Por suas relações com os rios e pela habilidade e dependência do manejo da água, esses povos também são chamados de **sociedades hidráulicas ou de regadio**.



Shaduff, um antigo instrumento para obtenção de água. Egito, foto atual.

Saiba mais

Os povos que viveram na região do Crescente Fértil durante a Antiguidade deixaram muitos legados em diversas áreas do conhecimento. Na Astronomia, os povos da Mesopotâmia previam os eclipses e possuíam um calendário anual de doze meses, cada um com 30 dias, subdivididos em períodos de 12 horas; os egípcios criaram os anos bissextos e possuíam um calendário solar e lunar. Na Matemática, os povos da Mesopotâmia conheciam a raiz quadrada e a cúbica e estabeleceram a divisão do círculo em 360°; os egípcios também apresentavam conhecimentos avançados na área e construíram diversos monumentos arquitetônicos e obras de engenharia. Na escrita, foram encontradas algumas “bibliotecas” na Mesopotâmia, contendo cerca de 60 mil placas de barro com inscrições em escrita cuneiforme. Os egípcios também se destacaram nos conhecimentos em Anatomia e Medicina: além da prática de mumificação, existem papiros com investigações de doenças como varíola, catarata, escoliose, poliomielite e artrose.

A frase proferida no século V a.C. pelo historiador grego Heródoto, “O Egito é uma dádiva do Nilo”, ilustra a importância do rio para aquele povo. O rio Nilo, um dos mais extensos do mundo, tem seu período de cheias entre julho e setembro, inundando suas margens com águas barrentas ou lodosas. Quando, ao fim de outubro, as águas voltam ao normal, uma camada de nutrientes (húmus) torna a terra extremamente fértil, permitindo uma boa colheita. Por isso, o próprio nome **Egito** significa “terra preta” ou “terra fértil”. As obras de drenagem e irrigação tiveram, nesse sentido, um papel muito importante ao longo da história dos povos egípcios, pois permitiam levar as águas do rio para outros lugares. O Nilo também servia como comunicação entre as diversas partes do território, como pode ser observado no mapa.

Império Egípcio – c. de 1450 a.C.

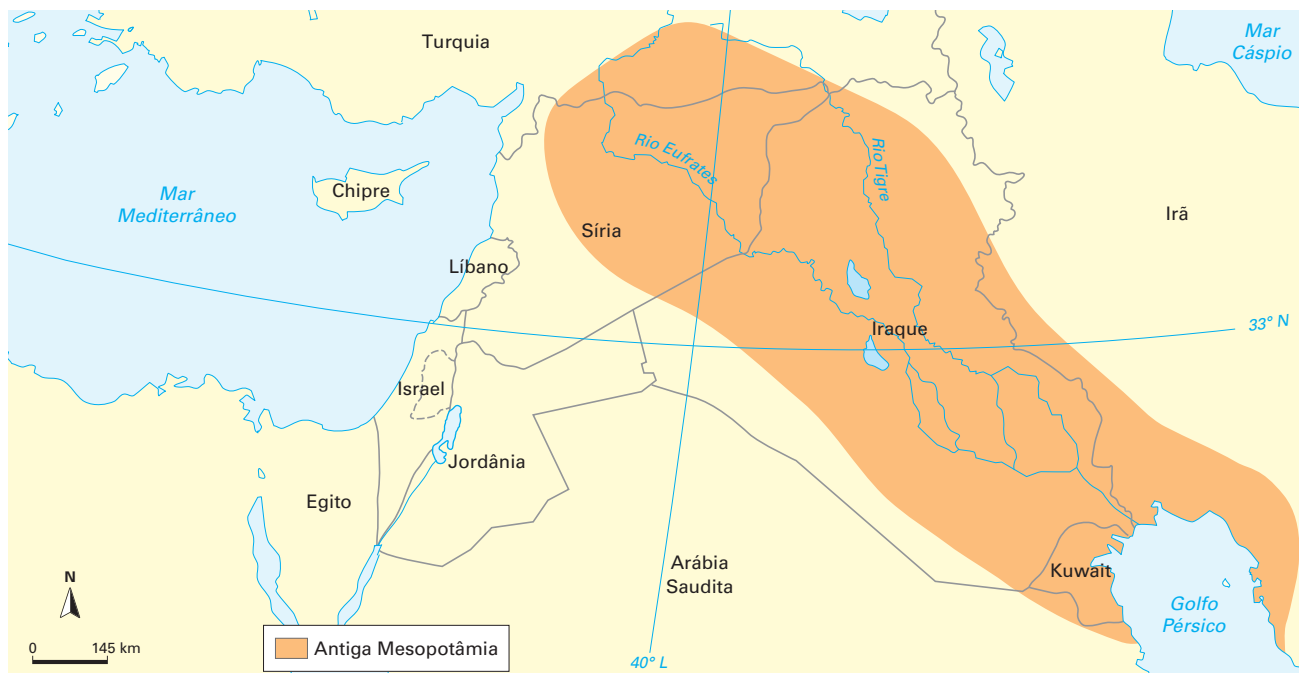


Fonte: DUBY, Georges. *Atlas Histórico Mundial*. Barcelona: Larousse Editorial, 2007. p. 27. (Adapt.)

No caso da Mesopotâmia, não havia um império, reino ou país, mas uma região geográfica que, embora cercada por desertos, possui uma planície cortada pelos rios Tigre e Eufrates, que nascem na atual Turquia e correm para o sul, até desaguiarem no Golfo Pérsico e em seus diversos afluentes e córregos. Tais rios garantem uma planície de terras férteis, onde é possível praticar a agricultura irrigada, com o cultivo de grãos, tamareiras e outras plantas. A presença da água e da fertilidade nessa região do Oriente Médio favoreceu sua ocupação, mas também ocasionou diversos conflitos entre as populações nos desertos das proximidades.

Composta de diversas cidades independentes (cidades-templo, inicialmente, e cidades-reino, posteriormente), a Mesopotâmia nunca chegou a ser um Estado unificado, como foi o Egito. No entanto, ao longo de sua história, alguns povos promoveram vastos movimentos de conquista, formando grandes reinos e quase unificando a região em alguns momentos da história. Os sumérios foram o primeiro desses povos, seguidos dos acadianos, babilônicos, assírios e neobabilônicos. Da mesma forma, apesar de serem independentes, as cidades mesopotâmicas possuíam uma cultura em comum, denominada **sumério-acadiana** (depois herdada pelos babilônicos e persas), e mostravam bastante independência na esfera econômica, o que nos permite falar em uma “sociedade mesopotâmica”. A história da Mesopotâmia, nesse sentido, inclui uma plêiade de povos, como mostra o mapa da página a seguir.

Região da Mesopotâmia



Fonte: Mesopotâmia. *Britannica Escola*. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/Mesopotâmia/481886>. Acesso em: 16 jul. 2021.

A partir de 5000 a.C., a maior parte da região entre rios foi ocupada e, por volta de 3750 a.C., iniciou-se a urbanização na Mesopotâmia. Como vimos, os primeiros povos da Mesopotâmia foram os **sumérios**, que desenvolveram a escrita mais antiga conhecida, feita com a impressão de um estilete na argila ainda mole e, por isso, chamada **cuneiforme**. Ela era utilizada para registrar textos religiosos, mitos, poemas, cartas, inscrições dos reis e contratos.

Organização política

A ocupação da região do Nilo ocorreu ainda durante o Neolítico, com os grupos saarianos do grupo linguístico *hamita*. As populações que lá se estabeleceram agruparam-se em comunidades chamadas *spats* (mais conhecidas pelo termo grego *nomos*). Supõe-se que o chefe de uma confederação tribal, o “Escorpião”, tenha reunido sob seu poder um território que se estende de Hieracômpolis até Tura. Seu sucessor, Men (Menés do grego) ou Narmer, teria sido responsável por unificar o Egito, tornando-se o primeiro faraó. Assim, a unificação do Egito deu-se entre 3100 a.C. ou 3000 a.C. e 2920 a.C.



Menés ou Narmer (século XXXII a.C.), com a coroa do Alto Egito, executando um inimigo de guerra. Museu Britânico, Londres. Esse artefato, produzido em c. 3100 a.C., é um dos documentos utilizados por egiptólogos para pensar a unificação do Egito.

A palavra “faraó” significa “grande casa”. No Egito, o faraó exercia funções políticas e religiosas, sendo chefe militar, juiz supremo, comandante único do Estado e coordenador da economia, além de ser considerado um deus vivo, intermediário entre os humanos e todo o panteão egípcio. Por tudo isso, era considerado o principal defensor do *maat*, expressão que significa “ordem”. Do faraó dependiam a ordem na terra e a ordem cósmica, ética, religiosa e filosófica.



As esculturas de faraós são representações idealizadas, atestando seu caráter divino. Não é por acaso que o termo escultor, em egípcio, significa “aquele que mantém vivo”. Na imagem, estátua do faraó Quéfnem (c. de 2500 a.C.), datada de c. 2500 a.C. Museu Egípcio, Cairo.

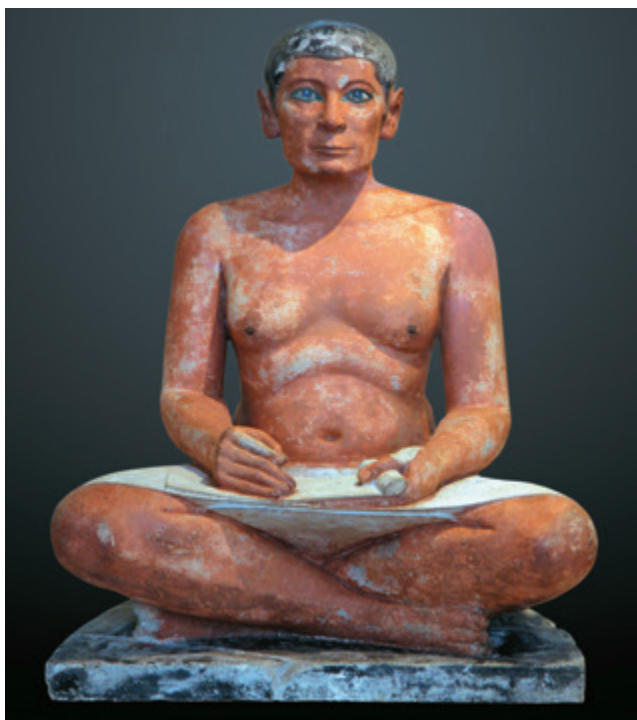
A administração do território concentrava-se no palácio, exercida pelos funcionários do faraó. O principal deles era o **tjati**, ou **vizir**, uma espécie de “primeiro-ministro”. Além disso, havia os **nomarcas**, responsáveis pela administração das províncias em nome do rei, e os numerosos **escribas**, os quais, como conhecedores da escrita, registravam a arrecadação e a cobrança de impostos, a produção agrícola, as atividades comerciais, poemas, histórias, cartas e determinações faraônicas e religiosas. Os escribas possuíam muita importância e prestígio na sociedade egípcia, conforme registra o texto a seguir.

Sê escriba. Não terás canseiras e ficarás preservado de outros tipos de trabalho. Não terás de transportar a enxada, a picareta e o cesto. Não terás de guiar o arado e serás poupado de todos os tipos de canseira.

Deixa que te recorde o estado miserável do camponês: quando chegam os funcionários para fixar a taxa da colheita, as serpentes já levaram metade do cereal e o hipopótamo comeu o resto. O pássaro voraz é uma calamidade para os camponeses. O trigo que restava na eira desapareceu, os ladrões levaram-no. Não pode pagar o que deve pelos bois que pediu emprestados; além disso, os bois morreram de tanto lavrarem e debulharem. E já o escriba atraca à margem do rio para calcular o imposto sobre a colheita, com um séquito de servos armados de bastões e de núbios com ramos de palmeira.

Sátira dos ofícios. Citado por CAMINOS, Ricardo A. O Camponês. In: DONADONI, Sérgio (dir.). *O homem egípcio*. Lisboa: Presença, 1994.

Reima (CC BY 2.0)/Museu do Louvre, Paris



A barriga protuberante nas esculturas dos escribas egípcios sugere prestígio social, uma vez que indica fartura de alimentos e um trabalho não braçal. Estátua de escriba sentado (2600-2350 a.C.). Museu do Louvre, Paris.

Saiba mais

A **escrita hieroglífica** utilizava mais de 800 símbolos em pictogramas (imagens que representam ideias), fonogramas (imagens que representam sons) e determinativos (imagens que representam nomes ou ações). Acreditava-se no poder mágico da escrita, pois o próprio termo “hieróglifo” significa “inscrições sagradas”. Os hieróglifos eram utilizados nas inscrições de templos, túmulos, pirâmides etc. Uma simplificação do hieróglifo, para fins práticos, foi a escrita **hierática**, que mais tarde ganhou uma nova simplificação, chamada **demótica**. A escrita hieroglífica era restrita a uma elite, que a aprendia nas escolas como uma forma de exercer o poder sobre as populações que, em sua maioria, não sabia escrever. Em 2400 a.C., para registrar seus documentos de forma mais eficiente e barata, os egípcios passaram a usar o papiro, papel feito a partir do caule da planta *Cyperus papyrus*.

A história política do Egito faraônico é dividida em:

- **Reino Antigo (2575-2134 a.C.):** período no qual ocorreu o auge da divinização do faraó, e a capital era Mênfis. O culto ao deus Rá (o deus Sol) atingiu sua maior importância, as pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos foram criadas, e o faraó era identificado como encarnação do deus Hórus. O reino antigo entrou em crise devido a invasões estrangeiras e conflitos entre o faraó, os nomarcas e os sacerdotes, no período chamado de “Primeiro Período Intermediário”.
- **Reino Médio (2040-1640 a.C.):** período em que o faraó retoma seu lugar de poder. Com as guerras contra os hicsos (grupo misto semita-asiático), tem início o “Segundo Período Intermediário”, caracterizado por instabilidades e conflitos.
- **Reino Novo (1550-1070 a.C.):** com a expulsão dos hicsos, inicia-se o período mais bem documentado do Egito. Foi nessa época que viveram os faraós Akhenaton, Hatshepsut e Ramsés II. Nesse período, muitos tribunais foram substituídos por oráculos, na solução de querelas jurídicas. Ao final do Reino Novo, o faraó, enfraquecido, dividiu seu poder com o alto sacerdote de Amon e com o vice-rei da Núbia.



Estátua de Hatshepsut, que, em cerca de 1480 a.C., foi a primeira mulher a assumir o trono egípcio, adotando para si símbolos régios, como a barba falsa e o distintivo do faraó. Novo Museu, Berlim.

O Reino Novo teve fim quando o Egito, em 525 a.C., foi conquistado pelo rei persa Cambises. Em seguida, o território foi tomado por Alexandre, o Grande, em 332 a.C. Posteriormente, o território foi romano, bizantino, árabe, turco e inglês, recuperando sua autonomia política apenas no século XX.

No caso da Mesopotâmia, como se viu, não havia um reino unificado, mas cidades independentes. As primeiras dessas cidades, fundadas pelos povos **sumérios**, organizavam-se em torno de templos (**cidades-templo**) e, posteriormente, passaram a ser comandadas pelos **palácios**, onde residiam os governantes. Cada cidade possuía um deus protetor que, acreditava-se, possuía todas as terras. Foi o caso das cidades de Kish, Ur, Uruk, Eridu, Lagash e Nipur.

ArchaeOptix (CC BY 4.0)/Novo Museu, Berlim

No primeiro milênio antes de Cristo, os governantes e sumo sacerdotes locais eram chamados de **en** (em outros períodos, também chamados de **ensi** e **lugal**). O **en** era autoridade máxima, detentor do poder político, militar e religioso, tendo a responsabilidade de abrir canais, diques, barreiras e rotas de comércio. Abaixo dele havia um conselho de anciãos, que julgava as decisões a serem tomadas.

Ao longo da história, alguns povos tentaram unificar a região da Mesopotâmia. Os acadianos, por exemplo, dominaram a parte sul, liderados pelo rei Sargão I, e permaneceram no controle da região entre 2340 a.C. e 2154 a.C. Em 2154 a.C., a invasão dos povos gútijs, expulsos pelo **ensi** da cidade de Uruk, deu fim a essa hegemonia. Foi quando ocorreu a fusão definitiva dos povos sumérios e acadianos.

Posteriormente, a região da Assíria, a partir da cidade de Assur, também estabeleceu um domínio, interrompido pela invasão dos hititas. A partir de 1900 a.C., a longa disputa terminou com a hegemonia da cidade da Babilônia, liderada pelo seu rei **Hammurabi**.

Durante o Império Babilônico, o rei passou a contar com um conjunto mais complexo de funcionários e conselhos. Havia uma assembleia de homens livres (*purhum*), um conselho de anciãos (*shibutum*), os representantes do rei (*shakanakum*) e os coletores de impostos (*makisu*). Após um novo período de dominação assíria e babilônica, a região acabou subjugada pelas invasões de Ciro I, o Grande, da Pérsia, em 539 a.C. e, em seguida, de Alexandre, o Grande, em 331 a.C. Com as conquistas do rei macedônico, toda a região passou por um processo de helenização, o que significou uma profunda mudança cultural, como se verá no próximo capítulo.

! Atenção

A seguir, veja a análise do historiador Marcelo Rede sobre os códigos mesopotâmicos.

O nascimento da lei?

É muito comum dizer-se que a Mesopotâmia conheceu as primeiras leis da história do homem. Mas, na verdade, os “códigos” mesopotâmicos eram muito diferentes das legislações atuais: eles não tinham leis que estabelecessem as características de um crime. Diferentemente, em geral, parecem ser coletâneas de sentenças reais, que descreviam uma situação concreta e particular e diziam o que deveria acontecer com o acusado. Como, por exemplo, nesta passagem do famoso “código” de Hammurabi: *“Se um pedreiro construiu uma casa para um homem livre, mas não reforçou seu trabalho e a casa, que ele construiu, caiu e matou o dono da casa, então esse pedreiro será morto.”*

O efeito prático dessas coleções de sentenças reais parece ter sido o de servir de modelo para que os funcionários

resolvessem casos semelhantes. Além disso, ao mandar fazer um “código”, o rei reforçava a sua imagem de ordenador da sociedade. Os “códigos” mais antigos foram:

- o de Ur-Nammu (2112-2095 a.C.), fundador da terceira dinastia de Ur, foi escrito em sumério;
- o de Lipit-Ishtar (1934-1925 a.C.), rei da cidade de Isin; também escrito em sumério;
- as Leis de Eshunna, possivelmente datadas do fim do século XIX a.C. É o primeiro escrito em acadiano;
- o Código de Hammurabi, rei da Babilônia entre 1792 e 1750 a.C. O bloco de pedra em que foi gravado [...] foi descoberto em Susa, para onde foi levado como troféu de guerra pelos elamitas, que invadiram a Babilônia por volta de 1100 a.C.

REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 38.

💡 Saiba mais

A seguir, conheça a cronologia política da Mesopotâmia na Antiguidade:

- Até 2300 a.C.: cidades-reino sumérias.
- 2300 a.C.-2193 a.C.: Dinastia de Acade e invasão dos gútijs.
- 2112 a.C.-2004 a.C.: 3ª Dinastia de Ur e invasão dos elamitas.
- 1894 a.C.-1595 a.C.: Império Babilônico Antigo (primeiro Império Babilônico).
- 1813 a.C.-1714 a.C.: antigo Império Assírio, invasão dos hititas e dos cassitas.

- 1570 a.C.-1157 a.C.: Dinastia Cassita na Babilônia.
- 1363 a.C.-1076 a.C.: Império Médio-Assírio.
- 936 a.C.-609 a.C.: Império Neoassírio.
- 625 a.C.-539 a.C.: Império Neobabilônico (Dinastia Caldeia).
- 539 a.C.: conquista persa.
- 331 a.C.: conquista macedônica.
- 144 a.C.: invasão dos partas.

Tanto no caso egípcio quanto no caso mesopotâmico, a Pérsia ocupou um papel fundamental na unificação desses territórios. A região conhecida como Planalto Iraniano ou Planalto Persa era formada predominantemente por montanhas e desertos, com a Mesopotâmia a oeste, a Índia a leste, o mar Cáspio ao norte e o oceano Índico ao sul. Mesmo as áreas com cultivos agrícolas apresentavam baixa fertilidade, obrigando a realização de complexas obras de irrigação. A partir de 6000 a.C., povos arianos ou indo-europeus ocuparam a região, organizando-se em pequenos Estados monárquicos rivais, destacando-se, entre eles, o Reino dos Medos, ao norte, e o Reino dos Persas, ao sul.

Inicialmente com capital em Ecbátana, o Reino dos Medos teve seu apogeu até o século IV a.C., destacando-se os soberanos Dejoces, o primeiro rei dos medos, Fraortes, seu sucessor, e Ciáxares, filho de Fraortes. Este último, aliando-se à Babilônia de Nabopolassar, destruiu Nínive e anexou o Império Assírio. Os medos estenderam seu domínio sobre os persas até o reinado de **Ciro I, o Grande** (559 a.C.-529 a.C.).

Ciro I, príncipe persa, da Dinastia Aquemênida, foi responsável por anexar o Reino dos Medos e fundar o Império Persa. Ciro substituiu a antiga capital, Anshan, por Pasárgada, construindo ali imponentes palácios. Os persas conquistaram os medos, anexaram a Lídia (Sardes) ao império, submeteram as cidades gregas da Ásia Menor (Anatólia, que englobava as cidades jônicas), conquistaram a Babilônia e chegaram aos territórios indianos. O filho e sucessor de Ciro, Cambises, foi responsável por expandir o território até o Egito. Nesse período, o Império Persa se estendia do Egito à Índia.

Com a morte de Cambises e a ascensão de **Dario I (522 a.C.-486 a.C.)**, o império chegou ao seu apogeu. Dario I reforçou a diplomacia de respeito às tradições e práticas religiosas de cada local e estabeleceu uma organização administrativa que dividiu o império em vinte províncias, chamadas **satrápias**, as quais eram regidas por sátrapas (governadores). As satrápias eram obrigadas a pagar um imposto, calculado de acordo com suas riquezas, e abrigavam tropas que respondiam diretamente ao imperador, evitando concentração de poder nas mãos dos sátrapas.

Império Persa – século VI a.C.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas Histórico Mundial*. Barcelona: Larousse Editorial, 2007. p. 33. (Adapt.)

Dario I e seu sucessor, Xerxes I, entraram em guerra com os gregos, conflito que ficou conhecido como **Guerras Médicas**, com vitória dos gregos. A Dinastia Aquemênida, no entanto, terminou em 331 a.C., quando Dario III foi derrotado por Alexandre, o Grande.

Economia e sociedade

Uma característica comum às economias dessas sociedades foi a dependência dos rios e dos sistemas de irrigação. Existiu nessas regiões uma dupla dinâmica econômica:

- As **sociedades aldeãs**, caracterizadas pela propriedade comunitária da terra e por uma economia de subsistência.
- Os **complexos palacianos e templários**, que supervisionavam o trabalho forçado e cobravam impostos.

A estrutura palaciana, portanto, controlava as aldeias, que passaram a conviver com uma estrutura militar e política que, nas entressafras, exigia prestação de trabalho forçado (a corveia real ou servidão coletiva, geralmente para a construção de obras) e o pagamento de tributos (geralmente na forma de alimentos).

Também existia a grande economia familiar: funcionários, sacerdotes ou comerciantes que investiam em terras e compravam pessoas escravizadas. A escravidão que existia nessas regiões, diferente da que existiu no Brasil, não era a base econômica dessas sociedades.



Camponeses trabalhando na colheita de trigo, c. 1213 a.C.-1203 a.C. Tumba de Sennedjem, em Luxor.

! Atenção

É comum, em textos diversos sobre a Antiguidade, a presença do termo "**modo de produção asiático**". A partir de alguns textos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), os historiadores marxistas denominaram dessa maneira a combinação dos seguintes elementos: 1) monarquias burocráticas, despóticas e teocráticas; 2) complexos de templos e palácios que dirigiam a economia, coordenavam a organização militar e chefiavam a religião; 3) a existência da "servidão coletiva" e da tributação sobre os camponeses, a partir das quais os complexos de templos e palácios eram sustentados; 4) o fato de, embora existirem escravos, eles não representarem a base da produção, como aconteceu no mundo greco-romano. O nome "asiático" refere-se ao fato de que, a princípio, Marx e Engels pensaram esse conceito para a China e a Índia.

Na Mesopotâmia, não existia uma moeda unificada; a cevada ou os metais eram, usualmente, padrões de valor nas transações comerciais. Apenas o domínio persa trouxe a moeda cunhada para a região.

As principais atividades eram a plantação de cevada e trigo (utilizados na produção de pão e cerveja), de sésamo (utilizado na produção de óleo para alimentação e iluminação) e de linho (utilizado na fabricação de tecidos), além da criação de animais, especialmente ovelhas, cabras e porcos, dos quais se extraíam carne, lã e leite (utilizado na produção de iogurtes e queijos). Os bois e asnos também eram aproveitados para o arado e para puxar carroças. Cavalos e camelos foram muito usados, principalmente na guerra. Legumes e hortaliças complementavam a alimentação da Mesopotâmia. Nas aldeias também havia uma produção artesanal, com potes de cerâmica, cestos de fibras vegetais, ferramentas de pedra, madeira, osso e, às vezes, metal. Enquanto nas aldeias a maior parte das pessoas praticava a agricultura, o pastoreio ou era artesão, nas cidades havia pedreiros, barbeiros, escultores, carpinteiros, artesãos, pequenos e grandes comerciantes. Como a Mesopotâmia era carente em metais, pedras e madeira de qualidade, a maioria das matérias-primas vinha de outros lugares.

No caso do Egito, os camponeses também eram maioria da população e estavam submetidos a tributos e trabalhos forçados. Os principais produtos eram a cevada, o *emmer* (uma espécie de trigo) e o linho, bastante utilizado na produção de tecidos. A atividade artesanal se concentrava na fabricação de tijolos e vasilhames feitos com argila úmida do rio Nilo, na fabricação de pão e cerveja, na produção de vinho de uva e tâmara, na fiação e tecelagem do linho, entre outras. Atividades como a produção de tijolo e de cerveja eram feitas nas próprias aldeias, enquanto as atividades ligadas a artigos de luxo se desenvolviam nas oficinas pertencentes ao rei. De Creta, no mundo grego, eles traziam artesanato e cerâmica; de Punte (atual Somália), eles adquiriam árvores de incenso. A madeira usada em navios, palácios e templos, a prata, o estanho, a cerâmica de luxo e o lápis-lazúli eram importados da Fenícia.



G. NIMATTALAH/IDEA/Granger/Imageplus

Mulher fabricando cerveja, c. 2400-2300 a.C. Museu Arqueológico Nacional de Florença.



Museu Britânico, Londres

A caça nos pântanos como programa de lazer. Tumba de Nebamun, c. 1350 a.C. Museu Britânico, Londres.



Museu Britânico, Londres

Inspeção do gado. Tumba de Nebamun, c. 1350 a.C. Museu Britânico de Londres.

No que diz respeito ao comércio, os povos **fenícios** tiveram um destaque importante. A Fenícia compreendia uma extensão de aproximadamente 200 km, que hoje corresponde ao Líbano e a uma parte da Síria e da Palestina. O nome Fenícia deriva do grego *Phoinike*, que significa “país da púrpura”, e se deve ao fato de que o algodão e o linho comercializados por esses povos eram tingidos com a famosa púrpura de Tiro, extraída de um molusco da região.

Fazendo uso de sua vasta floresta de cedros, madeira utilizada na construção de barcos, e de seus bons portos naturais, os fenícios tornaram-se comerciantes de azeite, perfume, madeira, joias e metais. Esses povos também se destacaram pelos trabalhos realizados em marfim, na forma de pentes, estojos e estatuetas, e pela técnica de fabricação do vidro.

Originários de cidades como Ugarit, Biblo (futura Jubayl), Sídón (Saída), Tiro (Sur) e Bérito (Beirute), os fenícios fundaram muitas cidades e postos comerciais no Mar Mediterrâneo. Os fenícios escalaram em Chipre, a faixa costeira da Anatólia, o sul da Palestina, o delta do rio Nilo e mantiveram relações econômicas com Creta. No norte da África, eles se estabeleceram em Útica no século XII a.C. e fundaram outros núcleos no século IX a.C., entre os quais Cartago. Na península Ibérica, Gades (Cádiz), fundada no século XII a.C., foi o porto principal dos fenícios, além da ilha de Malta.



Navio fenício em relevo do século I.

A Fenícia era composta de cidades-Estados independentes, controladas por uma oligarquia de comerciantes e proprietários agrícolas. Algumas cidades, como Cartago, adotaram o modelo grego de organização, tornando-se, inclusive, democráticas. Um dos legados deixados pelos fenícios é a difusão do alfabeto fonético de 22 letras.

Rotas comerciais fenícias



Fonte: Britannica Kids. Disponível em: <https://kids.britannica.com/kids/assembly/view/163955>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Granger/Shutterstock

A religião

Antes do século XIX, para a maior parte dos seres humanos, era muito difícil separar a esfera religiosa da vida das esferas política, econômica e social. A própria ideia de uma vida separada em “esferas”, de acordo com o sociólogo Max Weber, é parte da modernidade. Por isso, a divisão entre política, economia e religião, feita neste capítulo, é apenas didática e não existia para as pessoas que viveram na Antiguidade.

No mundo antigo também não existia a separação entre profano e sagrado. A palavra, a escrita, as imagens, os gestos e símbolos, em geral, eram dotados de sacralidade. Quebrar uma estatueta de um hipopótamo substituíam o sacrifício de um hipopótamo real. O desenho de pães na tumba alimentava o morto. Uma estátua não representava um deus, mas era uma das formas do sagrado, que é onipresente. Um templo não era apenas um “lugar”, mas um microcosmo que continha os elementos de todo o universo. Como não havia essa separação entre o laico e o religioso, os templos religiosos também exerciam funções econômicas e políticas. No caso do Egito e da Mesopotâmia, os mitos comportavam uma grande riqueza e complexidade. Existiam, por exemplo, muitas histórias distintas sobre a criação do universo.

Muito do que conhecemos hoje sobre a religião egípcia vem do estudo de relevos pintados em túmulos e templos, narrativas literárias e textos funerários, como os *Textos das Pirâmides*, os *Textos dos Sarcófagos* e o *Livro dos Mortos*. A religião egípcia é muito pautada pela observação da natureza, de modo que os deuses combinavam formas humanas e animais (**antropozoomorfia**).

Rama (CC BY 2.0)/Museu do Louvre, Paris



Amon-Ra e Maat recebem unguento do rei Ptolemeu VIII Evérgeta II (170 a.C.-116 a.C.) Museu do Louvre, Paris.

A religião buscava estabelecer um paralelo entre a ordem cósmica e as hierarquias sociais, reforçando a supremacia dos faraós ou a cobrança de impostos e a servidão coletiva. Eles acreditavam que o universo parecia funcionar como uma rede, na qual cada ponto importava para o todo: a coexistência harmônica de tudo era o chamado *maat*, personificado por uma deusa com a cabeça emplumada. Muitos deuses, portanto, personificam conceitos. Os rituais, realizados pelo faraó ou pelos sacerdotes, preservariam o mundo do caos, chamado por eles de *isfet*. O caos era entendido como uma ameaça constante.

! Atenção

O faraó Amenhotep IV banuiu, durante seu reinado (cerca de 1352 a.C. a 1336 a.C.), todos os deuses antigos, mantendo apenas Aton, uma divindade solar. O faraó, inclusive, mudou seu nome para Akhenaton, “a verdadeira imagem de Aton”, e mudou a capital de Tebas para Akhenaton (hoje Tel-el Amarna). Sabe-se pouco sobre os motivos da mudança, mas acredita-se que o faraó buscou enfraquecer os sacerdotes de Amon, poderosos em Tebas. Após a morte de Akhenaton, os faraós posteriores tentaram apagar os registros sobre ele, chegando a riscar o nome de Akhenaton das escrituras, e ele permaneceu desconhecido até as ruínas de Amarna serem encontradas. Alguns pesquisadores acreditam que essa foi uma tentativa de implementar o monoteísmo. Outros, contudo, vão contra essa ideia, reforçam que a sacralidade do faraó já existia e compreendem a Revolução Armaniana como uma forma de monolatria ou um monocultismo, isto é, o culto a um único deus, sem negar que outros também existam.



Cherbonnier Thierry/Shutterstock.com

Busto de Amenhotep IV. Museu Egípcio, Cairo.

O reforço da ordem cósmica significava também o reforço das hierarquias sociais, como a supremacia dos faraós ou a cobrança de impostos e a servidão coletiva. Os templos eram instituições que validavam a dominação social, que era sacralizada. Erguidos exclusivamente a mando do faraó, serviam como residência dos deuses e centro de operações mágicas. Somente sacerdotes e faraós podiam entrar nesses locais. O restante da população realizava consultas com os oráculos durante os festivais e possuía amuletos como o Olho de Hórus.

Os egípcios acreditavam que corpo e alma não estavam separados e que o ser humano é composto de quatro elementos: o corpo material (*khet*); a força vital, que, após a morte, depende de oferendas para continuar a existir (*ka*); a alma, que nos faz únicos, representada nas pinturas como um pássaro (*ba* ou *bai*); e a chispa do fogo divino (*khu*). A existência dos quatro elementos deveria ser preservada após a morte, a fim de evitar o desaparecimento total do indivíduo. Os elementos espirituais *ba* e *khu* poderiam ser preservados por meio de orações. O corpo, no entanto, como moradia da alma, deveria ser mumificado e protegido. As crenças funerárias e mesmo as possibilidades de quem poderia ser mumificado mudaram ao longo da história egípcia, mas a ideia de que o *ba* fazia uma travessia após a morte e encontrava a transfiguração (*akhet*) sempre existiu.

Gianni Dagli Orti/Shutterstock



Anúbis junto a corpo mumificado. No Egito Antigo, apenas o faraó poderia ter uma vida imortal e ser mumificado. A arte egípcia também servia, frequentemente, ao poder e à religião: arquitetos, escultores ou pintores eram funcionários do faraó e seus temas glorificavam os feitos dos líderes, descreviam hábitos religiosos ou representavam atividades humanas necessárias nas vidas futuras. Tumba de Senedjem, em Luxor.

Na Mesopotâmia, os pesquisadores pensaram a religião como um elemento de unidade mediante a fragmentação política que existia. Como no Egito, havia deuses que personificavam forças materiais, como Gibil, o fogo. Contudo, ao contrário do Egito, as divindades eram apenas **antropomórficas**, isto é, não eram representadas como animais. Era comum também que pessoas de destaque na história mesopotâmica se tornassem divinas. Outros deuses representavam coletividades, como *iggi*, os deuses celestes, e *anunnaki*, os deuses do subterrâneo. As mudanças de domínio de cidades significavam também mudanças de domínio de deuses, como ocorreu com o deus Marduk, da Babilônia, que substituiu Enlil.

Os deuses da Mesopotâmia, como os seres humanos, também eram sujeitos a fraquezas e paixões. Eles emitiam uma luz particular (*melam*) que provocava reações (*ni*): terremotos, furacões, secas e qualquer outro fenômeno que afligisse a humanidade poderia ser fruto da raiva dos deuses. Os seres humanos estavam sempre submetidos aos desejos dos deuses. O texto conhecido como *Dilúvio sumério* conta como o deus Enlil decidiu inundar a terra para destruir a humanidade. Outro deus, Enki, teria salvado uma pessoa e sua família, evitando a extinção humana.

Saiba mais

Na Mesopotâmia, algumas pessoas de mais destaque passavam a ser consideradas divinas. É o caso, por exemplo, de Gilgamesh, um rei sumério que se tornou protagonista de uma epopeia. A ideia de que devemos ser felizes na curta passagem que fazemos neste mundo parece ser parte importante da mitologia mesopotâmica, como aconselhava a deusa Sidúri em um trecho da Epopeia de Gilgamesh:

Tu Gilgamesh, Enche tua barriga;
Alegra-te dia e noite [...]
Cuida do jovem que tu tens nas mãos.
Que tua amada alegre-se em teus braços.
Eis tudo o que pode fazer a humanidade.

Epopeia de Gilgamesh – Tablete X: 6-14 . In: REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 38.

Pollorketes/Shutterstock.com



Dur-Untas, ou Choga Zambil, construído no século XIII a.C., localizado no território do atual Irã. Não se sabe exatamente a função dos zigurates da Antiga Mesopotâmia, como o da imagem. Acredita-se que eles funcionavam como uma escada que uniria o céu e a Terra. Foto atual.

Para os mesopotâmicos, o universo era governado por leis divinas, as *mês*, entre as quais estavam a monarquia, a verdade e a música. Segundo os sumérios, no princípio de tudo havia um grande Mar Primordial (a deusa Nammu), onde se misturavam todas as coisas, em uma situação caótica, que deu origem ao céu e à Terra. A criação seria, portanto, uma superação do caos no princípio de tudo, um processo de separação e ordenamento das coisas. Da união entre o céu e a Terra nasceram vários deuses. Um deles, Enlil, fez da Terra seu reino, enquanto o deus An ficou com o céu. Havia ainda um Mundo Inferior, destinado à deusa Ereshkigal. Os próprios seres humanos teriam sido criados porque os deuses não tinham quem trabalhasse por eles e os servissem.

Saiba mais

Os **Jardins Suspensos da Babilônia** teriam sido construídos pelo rei Nabucodonosor, no século VI a.C., para agradar e consolar sua esposa preferida, Amitis, que vivia com saudades dos campos e das florestas de sua terra natal. Os terraços desses jardins seriam irrigados pela água bombeada do rio Eufrates. A falta de evidências, contudo, é razão para que muitos considerem sua existência um mito.

Na Pérsia, havia a crença do **zoroastrismo**, que deriva da atuação do profeta Zaratustra (nascido em cerca de 650 a.C.). Zaratustra teria se encontrado com Ahura-Mazda (ou Ormuz-Mazda), o Ser Supremo, e, a partir desse encontro, teria transmitido a mensagem divina à comunidade. Ahura-Mazda teria dois filhos gêmeos: o bem, representado por Spenta Mainyu, e o mal, representado por Angra Mainyu. A partir de então, todos, tanto os seres humanos como os espíritos, tinham o livre-arbítrio para escolher entre o bem (*asha*) e o mal (*drug*), de modo que o mundo viveria em meio a uma eterna disputa de forças contrárias.

O culto a Ahura-Mazda, chamado **masdeísmo**, era liderado por sacerdotes denominados magos, aos quais cabia preservar o fogo sagrado aceso no alto das montanhas. Zaratustra estabeleceu a obrigação de cinco orações individuais diárias e a celebração de festas comunais. Do zoroastrismo derivaram várias religiões, como o mitraísmo e o maniqueísmo, além de possuir fortes influências sobre o orfismo e o pitagorismo.



Faravahar, símbolo associado ao zoroastrismo, em construção nas ruínas de Persépolis, Irã. Acreditava-se que, após a morte, as almas eram conduzidas à ponte Cinvat, onde seriam colocadas em uma balança e avaliadas segundo seus pensamentos. No fim dos tempos, haveria um julgamento final, no qual um rio de lava e metal derretido separaria os justos dos injustos. Foto atual.

Os hebreus se desenvolveram no primeiro milênio a.C., na região ocupada atualmente por Palestina e Israel, situada na costa oriental do mar Mediterrâneo. Na região irrigada e fertilizada pelas águas do rio Jordão desenvolvia-se a agricultura. Localizada entre a Mesopotâmia e o Egito, era passagem obrigatória entre a África e a Ásia.

A história dos hebreus é contada no livro *Tanach*, dos judeus, ou no chamado *Antigo Testamento*, dos cristãos. Devido à falta de fontes documentais, há controvérsias sobre datas e sobre a existência de determinados personagens de algumas dessas narrativas. Em vez de pensar os textos cristãos e judaicos como verdadeiros ou falsos, os historiadores os consideram fontes históricas, buscando entender, a partir deles, elementos sobre a sociedade, a vida e a mentalidade dos povos antigos. Muitos textos assírios ou babilônicos, por exemplo, apresentam ligações ou semelhanças com os textos bíblicos.

Os textos religiosos contêm narrativas como a história de Abraão, originário de Ur, na Mesopotâmia, que teria lançado as bases do **monoteísmo**. Segundo esses textos, lavé (uma das denominações de Deus) não seria apenas o Senhor de Israel, mas o Deus único, universal, Princípio Uno que criou o mundo, e que já havia se revelado a outros justos antes de Abraão.

lavé teria escolhido os hebreus como seu povo, por meio do qual seria redimida toda a humanidade, e prometido a eles “uma terra que mana leite e mel”. Os hebreus teriam, então, se deslocado para a região da Palestina por volta de 2000 a.C., em busca da chamada Terra Prometida. Por isso, a palavra **hebreu** significa “povo do outro lado do rio”, devido à sua origem migrante. Quando os hebreus chegaram à Palestina, ela era habitada por diversas outras populações, como os cananeus e os filisteus, no litoral; nômades semitas, no sul; edomitas, moabitas e arameus, no leste e no norte. Estes últimos tornaram sua língua, o aramaico, o idioma oficial dessa região.

Ainda de acordo com essa tradição, os hebreus estavam divididos em 12 tribos seminômades, chefiadas por cada um dos 12 filhos de Jacó (na tradição, neto de Abraão). Os líderes dessas tribos eram os grandes patriarcas do judaísmo. Em 1800 a.C., fortes secas e ataques estrangeiros obrigaram os hebreus a deixar a Palestina e migrar para o Egito.

Conta-se que, liderados por Moisés, os hebreus deixaram o Egito em 1250 a.C. De acordo com historiadores, trata-se de um período na passagem da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, no qual a opressão contra a população camponesa no Egito e na Mesopotâmia de fato aumentou, e esse tipo de migração de grupos foi comum. Deus teria se revelado para Moisés, no alto do monte Sinai, para estabelecer uma aliança com o povo hebreu. O símbolo dessa aliança seriam as Tábuas da Lei, onde estariam os Dez Mandamentos (Decálogo), entregues por Deus a Moisés.

Os hebreus chegaram à Palestina, na região de Jericó, chefiados por Josué, onde se organizaram em tribos ligadas pelo culto a lavé. Para alguns historiadores, é a partir desse momento que se pode falar com mais certeza na existência de um povo hebraico.

No entanto, para se instalar na região, entraram em conflito com cananeus e filisteus. Para organizar as batalhas, passaram a escolher um líder temporário, que só existia nos momentos de guerra, como acontecia em outras tribos. Esse líder era conhecido como juiz, e entre os mais célebres estão Gedeão, Jefté e, especialmente, Sansão, que derrotou os filisteus.

Ainda segundo essa tradição, os anciãos de Israel foram até Samuel, o último juiz, e pediram um rei. Assim, os hebreus escolheram Saul como rei, em 1030 a.C. Começava a era dos reis, entre os quais os mais conhecidos são Davi e Salomão. Com a morte de Salomão, houve uma divisão entre as tribos de Israel, o **Cisma Hebraico**, que originou dois reinos: **Judá**, com capital em Jerusalém, e **Israel**, com capital em Samaria. O sucessor de Salomão, Roboão, governou Judá. Essa divisão marcou uma separação entre os rituais religiosos dos reinos do norte e do sul, que permanecem até hoje, com o judaísmo e os samaritanos.

Após essa divisão, o Reino de Israel foi conquistado em 720 a.C. pelos assírios. Em seguida, o Reino de Judá foi destruído pelos babilônios em 586 a.C. Somente Ciro,

rei dos persas, permitiu a volta desses povos à região de Judá, onde, a partir de então, são chamados de judeus ou israelitas. Por fim, a Judeia foi dominada pelo Império Romano, tornando-se seu reino cliente em 63 a.C. É importante lembrar que o cristianismo era entendido pelos romanos como um ramo do judaísmo. Diversas revoltas levaram à destruição de Jerusalém e à expulsão dos judeus de sua região pelo imperador romano Tito, em 70 d.C. Com isso, os judeus se viram obrigados a se espalhar pelo mundo na chamada **diáspora hebraica**.

Antiguidade Oriental?

Atribuir a denominação “Antiguidade Oriental” a esse período que acabamos de estudar ainda é muito comum. No entanto, é necessário refletir sobre ela, sobretudo em decorrência de dois fatores:

- a ideia de Oriente é uma construção do próprio Ocidente, que se refere de uma forma genérica a uma enorme quantidade de povos diversos;
- a separação entre Antiguidade Oriental e Ocidental leva ao não reconhecimento das conexões entre gregos, romanos, egípcios, mesopotâmicos, fenícios, hebreus e persas.

As sociedades gregas, por exemplo, tinham costumes, práticas e relações comerciais semelhantes aos desses povos denominados orientais. O colapso da sociedade cretense, afinal, coincidirá com o colapso das sociedades do bronze e a ascensão do uso do ferro no Egito e na Mesopotâmia. Podemos lembrar também a rivalidade entre gregos e persas, que culminou nas Guerras Médicas, e a rivalidade entre fenícios e romanos, que resultou nas Guerras Púnicas. Se, por um lado, muitos fenícios adotaram a organização das pólis gregas e mesmo a forma democrática de Atenas, por outro, Alexandre, o Grande, inspirou-se nas técnicas persas de administração. Além disso, todas essas sociedades acabaram dominadas por grandes impérios, como o persa, o macedônico e o romano – nos dois últimos casos, houve uma forte helenização do Oriente Médio e do norte da África. Da mesma forma, após a conversão de Roma ao cristianismo houve também uma “orientalização” do Império Romano, que adotou a religião da Palestina.

Saiba mais

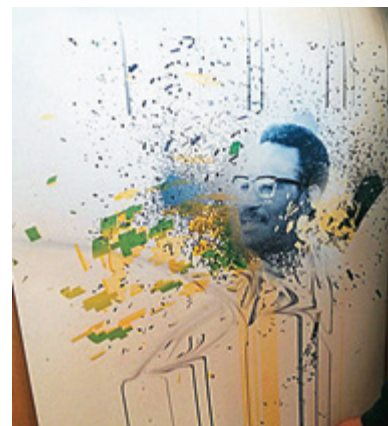
Um debate muito comum entre pesquisadores na contemporaneidade tem sido a representação dos egípcios antigos como pessoas de pele branca em seriados, filmes e novelas. Leia trechos de um texto do historiador senegalês Cheikh Anta Diop sobre esse debate:

Os egípcios tinham apenas um termo para designar a si mesmos: [...] = *kmt*, = “os negros” (literalmente). [...]

[...] o totemismo, as cosmogonias, a arquitetura, os instrumentos musicais, etc. também são reminiscências do Egito na cultura da África Negra. A Antiguidade egípcia é, para a cultura africana, o que é a Antiguidade greco-romana para a cultura ocidental.

DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: Unesco, 2010. p. 21, 34.

Pintura feita sobre uma foto de Cheikh Anta Diop exibida em Harvard, 2014.



Art by Olufeko (CC BY 4.0)/Wikimedia Commons

Revisando

- 1. Fatec-SP 2017** No século V a.C., Heródoto, historiador grego, afirmou que “O Egito é uma dádiva do Nilo”. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a principal razão de se atribuir ao rio Nilo uma importância tão grande para o desenvolvimento do Egito Antigo.
- Nos períodos de cheias, as águas desse rio fertilizavam as margens, o que possibilitou a agricultura.
 - Os faraós construíram barragens para obter eletricidade, aumentando a produção de itens de exportação.
 - A navegação pelo grande rio permitiu que os egípcios conquistassem o sul da Europa, formando um grande império.
 - Das margens do rio se retirava o barro com que eram fabricados os tijolos utilizados na construção das grandes pirâmides.
 - Atravessando a África de norte a sul, o Nilo possibilitou a integração cultural e econômica da área entre o Saara e o deserto da Namíbia.
- 2. UPF-RS 2015** As civilizações antigas localizadas no Oriente Médio basicamente se dividem em três: egípcia, mesopotâmica e hebraica. Sobre essas civilizações e suas características comuns, é correto afirmar que:
- suas relações sociais eram baseadas no princípio da igualdade de todos os cidadãos perante os deuses.
 - se desenvolveram na região do crescente fértil, nas proximidades de rios.
 - nelas existia uma teocracia absoluta baseada no comércio marítimo.
 - suas religiões primavam por uma vida após a morte, com castigos ou recompensas eternas.
 - contavam com códigos de leis brandos e desprovidos de ética religiosa.
- 3. UFRGS 2018** Considere as afirmações abaixo, sobre a história das sociedades antigas.
- O Egito faraônico caracterizava-se pela estrutura política horizontalizada, pela pouca estratificação social e pela economia centrada na piscicultura devido às cheias do rio Nilo.
 - Os fenícios mantiveram uma estrutura social militarizada e terrestre, que permitiu a conquista de outros povos na região do Oriente Médio, culminando com o fim de rotas comerciais marítimas com a Ásia.
 - A expansão do Império Persa, durante o governo de Dario I, foi marcada pela unificação dos sistemas tributário e monetário, pela implementação de um código jurídico e por uma rede de estradas e de comunicação.

Quais estão corretas?

- Apenas I.
- Apenas II.
- Apenas III.
- Apenas II e III.
- I, II e III.

- 4. UFRGS** Leia os itens abaixo, que contém possíveis condições para o surgimento do Estado nas sociedades da Antiguidade.

- Gradativa diferenciação da sociedade em classes sociais, impulsionada por uma divisão social do trabalho mais intensa, capaz de produzir excedentes de alimentos.
- Passagem da economia comunal para uma economia escravista, estimulada por guerras entre povos vizinhos, propiciando aumento da produção de excedentes e de trocas, com uma divisão do trabalho entre agricultura, pecuária e artesanato.
- Constituição da propriedade da terra e do regime de servidão coletiva nas sociedades orientais para que as grandes construções públicas fossem realizadas sob orientação dos grupos dirigentes.

Quais dentre eles apresentam efetivas condições para tal surgimento?

- Apenas I.
- Apenas I e II.
- Apenas I e III.
- Apenas II e III.
- I, II e III.

- 5. UFRN** As sociedades que, na Antiguidade, habitavam os vales dos rios Nilo, Tigre e Eufrates tinham em comum o fato de:

- terem desenvolvido um intenso comércio marítimo, que favoreceu a constituição de grandes civilizações hidráulicas.
- serem povos orientais que formaram diversas cidades-estado, as quais organizavam e controlavam a produção de cereais.
- haverem possibilitado a formação do Estado a partir da produção de excedentes, da necessidade de controle hidráulico e da diferenciação social.
- possuírem, baseados na prestação de serviço dos camponeses, imensos exércitos que viabilizaram a formação de grandes impérios milenares.

- 6. Uece 2013** A sociedade egípcia estruturava-se em um sistema hierárquico. A pirâmide, imagem típica da arquitetura do Egito, representa simbolicamente a organização social, com os escravos na base, seguidos, em ordem crescente, pelos mercadores e artesãos, militares, burocratas, sacerdotes, culminando com o faraó no topo.

Assinale a opção que corresponde a uma função (ou a funções) dos escribas nessa sociedade.

- Além de dirigir a vida religiosa, guardar o conhecimento científico.
- Aconselhar o faraó, por isso recebiam também o nome de vizir.
- Organizar e gerir os ofícios públicos, núcleo fundamental da burocracia.
- Coletar o papiro e decorar as tumbas reais ou privadas.

- 7. Uece 2019** No século VIII a.C. os fenícios protagonizaram uma intensa movimentação no Mar Mediterrâneo ao lançarem seus navios para o alto mar, implementando uma rede de comercialização de ferro, vinho, azeite, ouro, cerâmica e escravos. Os fenícios também são os responsáveis pela criação da
- a) literatura. c) roda.
b) escrita alfabética. d) matemática.
- 8. Uece** Segundo o historiador grego Heródoto, os egípcios, dentre todos os povos da Antiguidade, eram os mais religiosos. Efetivamente a vida religiosa que se desenvolveu no Egito foi extremamente rica e articulada. A característica fundamental da religiosidade egípcia era o culto
- a) a divindades antropomorfes.
b) a divindades zoomorfas, cuja divindade principal é Rá.
c) dedicado aos heróis caçadores representados na forma de animais.
d) dedicado exclusivamente ao deus Rá, o sol.
- 9. FGV-SP 2021** O Eufrates não é um rio manso e amistoso como o Nilo, com uma inundação de fim de verão, regular como um relógio, que prepara a terra para o plantio do trigo no inverno. [...] Ele transborda de suas margens, de forma errática e imprevisível, durante a primavera, quando a semente já no chão tem de ser protegida, primeiro para não se afogar sob as águas da enchente; segundo, para não secar sob o sol escaldante, que faz evaporar mais da metade do fluxo do rio antes que ele chegue ao mar.

(Paul Kriwaczek. *Babilônia: a Mesopotâmia e o nascimento da civilização*, 2018.)

O excerto faz uma comparação entre a sociedade da Suméria e a do Egito da Antiguidade, acentuando, entre elas,

- a) os aspectos divergentes do ponto de vista da natureza das atividades econômicas.
b) a ausência de organização militar para a defesa dos terrenos férteis.
c) os esforços para o aproveitamento de condições naturais de sobrevivência social.
d) os padrões distintos de submissão da mão de obra capturada nas guerras.
e) a existência de sociedades sustentadas pela propriedade coletiva das terras.
- 10. Uefs-BA 2018** Uma opinião aceita amplamente é a de que os gregos receberam o alfabeto dos povos fenícios. O nosso próprio alfabeto é derivado do alfabeto grego. Os intermediários foram os etruscos, cuja escrita foi transmitida aos romanos. (John F. Healey. "O primeiro alfabeto". In: *Lendo o passado*, 1996. Adaptado.) O excerto explicita a existência de
- a) igualdades culturais, linguísticas e políticas entre as sociedades das antiguidades Oriental e Clássica.
b) desenvolvimentos paralelos e independentes dos povos mesopotâmicos, semitas, africanos e greco-romanos.
c) encontros intercivilizacionais e políticos decorrentes da formação do antigo Império Egípcio na Europa e na Ásia.
d) diálogos e trocas culturais transcorridos na região do Mar Mediterrâneo na Antiguidade.
e) vínculos necessários entre difusão de regimes democráticos e formação cultural dos cidadãos.

Exercícios propostos

- 1. UFSC 2018** O aparecimento da escrita foi tão importante que, durante muito tempo, foi considerado o marco inicial da História. Foi a terceira forma de comunicação elaborada pelo ser humano e provocou grande revolução nos seus costumes. Diferentemente da fala e das pinturas rupestres, a escrita permitiu ao ser humano a comunicação de longo alcance geográfico, a fixação de leis, de regras e penalidades, que viabilizaram a formação de estruturas sociais e políticas estáveis.

VAINFAS, Ronaldo. *História I* (Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 30.

Sobre a escrita e a comunicação ao longo da História, é correto afirmar que:

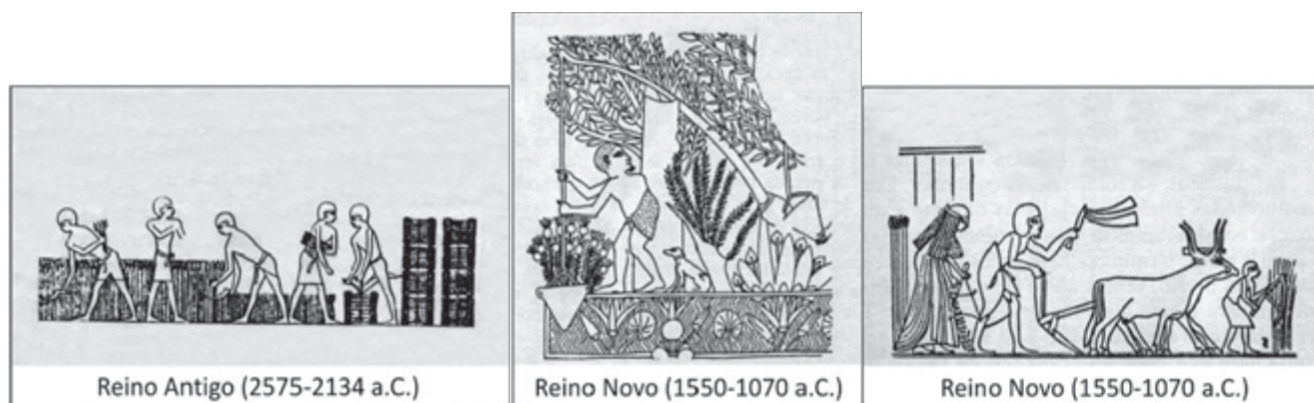
- 01** na região da Mesopotâmia, existia uma escrita chamada de cuneiforme, que serviu, inclusive, para o registro do Código de Hamurabi, conhecido como o primeiro código de leis escritas.
02 no Egito antigo, a escrita hieroglífica era privilégio da realeza e só podia ser utilizada para fins administrativos, sendo absolutamente proibida para registros ou pregações religiosas.
04 o avanço dos conhecimentos na Europa, a partir do século XV, ganhou grande impulso com a contribuição de Johannes Gutenberg, que, ao desenvolver a impressão com tipos móveis, renovou radicalmente a tipografia e o alcance das produções escritas.
08 os povos ágrafos, como muitas sociedades ameríndias e africanas, devem ser considerados menos desenvolvidos do ponto de vista da comunicação por não possuírem escrita.
16 durante o período medieval, o livre acesso à leitura, através das diversas bibliotecas espalhadas pelos mosteiros cristãos na Europa, garantiu a consolidação do respeito a dogmas e doutrinas da Igreja.
32 sancionada como língua oficial dos surdos no Brasil no início do século XXI, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao contrário dos idiomas essencialmente orais e auditivos, tem como característica ser visual e gestual.

Soma:

2. Uepa 2014 Os escribas do Egito antigo ocupavam uma posição subalterna na hierarquia administrativa governamental frente à aristocracia burocrática. Sua posição social era inferior em relação aos conselheiros do Faraó, aos chefes da administração, à nobreza territorial, à elite militar e aos sacerdotes. Mas as características de seu ofício os afastavam de trabalhos forçados e das arbitrariedades das elites, que subjugavam e exploravam camponeses livres e escravos de origem estrangeira. Tal condição privilegiada se explicava:

- pelas possibilidades de ascensão social dos escribas que, em função do sucesso de suas carreiras, poderiam ocupar posições no alto escalão da administração pública.
- por serem provenientes do meio social dos felás, camponeses livres, que investiam na formação educacional de seus filhos mais inclinados ao serviço público.
- pelo domínio dos escribas dos segredos da escrita demótica e dos hieróglifos, do cálculo e, por conseguinte, da organização das atividades da administração pública.
- pelo domínio exclusivo dos escribas do idioma escrito, da matemática, da agrimensura e dos processos administrativos em geral.
- pela dependência direta de faraós e altos funcionários reais relativa aos conhecimentos dos escribas, que formavam uma corporação intelectual dotada de poder político.

3. Fuvest-SP 2015 Examine estas imagens produzidas no antigo Egito:



Apud Ciro Flammarion Santana Cardoso. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

As imagens revelam

- o caráter familiar do cultivo agrícola no Oriente Próximo, dada a escassez de mão de obra e a proibição, no antigo Egito, do trabalho compulsório.
- a inexistência de qualquer conhecimento tecnológico que permitisse o aprimoramento da produção de alimentos, o que provocava longas temporadas de fome.
- o prevaecimento da agricultura como única atividade econômica, dada a impossibilidade de caça ou pesca nas regiões ocupadas pelo antigo Egito.
- a dificuldade de acesso à água em todo o Egito, o que limitava as atividades de plantio e inviabilizava a criação de gado de maior porte.
- a importância das atividades agrícolas no antigo Egito, que ocupavam os trabalhadores durante aproximadamente metade do ano.

4. Famerp-SP 2018 Com esta civilização surge [...] uma vida econômica dominada pelo comércio marítimo. Tal traço lhe atribui uma originalidade precisa entre as civilizações orientais, às quais ela se liga por tantos laços. Isto era inevitável, numa ilha onde a natureza impunha ao homem condições de vida muito diversas das reinantes nos vales do Nilo e do Eufrates.

(André Aymard e Jeannine Auboyer. "O homem no Oriente próximo". In: *O Oriente e a Grécia Antiga*, vol. 2, 1962.)

O excerto destaca a originalidade da civilização cretense, entre 2000 e 1400 a.C., em relação às sociedades do Mediterrâneo Oriental e do Oriente Médio, caracterizadas

- pela alta produção de gêneros alimentícios com um mínimo de esforço individual.
- pela inexistência de contatos comerciais com economias dos povos vizinhos.
- pela divisão socialmente igualitária dos bens produzidos em grande escala.
- pelo conhecimento dos segredos da escrita pela casta de produtores agrícolas.
- pela presença do trabalho coletivo em regiões favoráveis à economia agrícola.

5. Unesp Observe a figura.

Tumba de Senedjem



(Egito. Século XIII a.C.)

A respeito do contexto apresentado, é correto afirmar:

- a) a imagem demonstra que os agricultores das margens férteis do rio Nilo desconheciam a escrita.
 - b) ao contrário da economia da caça de animais, que exigia o trabalho coletivo, a agricultura não originava sociedades humanas.
 - c) a imagem revela uma apurada técnica de composição, além de se referir à economia e à cultura daquele período histórico.
 - d) os antigos egípcios cultivavam cereais e desconheciam as atividades econômicas do artesanato e da criação de animais.
 - e) a imagem comprova que as produções culturais dos homens estão desvinculadas de suas práticas econômicas e de subsistência.
6. Uece 2022 A respeito da civilização egípcia, uma das mais antigas civilizações do Oriente próximo, o historiador grego Heródoto afirmou ser o Egito um presente do Nilo. Considerando alguns aspectos da sociedade egípcia, é correto afirmar que
- a) o regime de produção predominante no antigo Egito era o de servidão coletiva e todas as terras pertenciam ao Estado.
 - b) o processo de mumificação dos mortos era feito por toda a população egípcia como uma forma de manter sua imortalidade.
 - c) as grandes pirâmides do Egito foram construídas por milhares de trabalhadores escravos.
 - d) os egípcios, por serem politeístas, adoravam vários deuses, mas havia um deus, cujo nome era Amon, que se sobressaía de todos os outros.

7. Unesp 2015 A maior parte das regiões vizinhas [da antiga Mesopotâmia] caracteriza-se pela aridez e pela falta de água, o que desestimulou o povoamento e fez com que fosse ocupada por populações organizadas em pequenos grupos que circulavam pelo deserto. Já a Mesopotâmia apresenta uma grande diferença: embora marcada pela paisagem desértica, possui uma planície cortada por dois grandes rios e diversos afluentes e córregos.

(Marcelo Rede. *A Mesopotâmia*, 2002.)

A partir do texto, é correto afirmar que

- a) os povos mesopotâmicos dependiam apenas da caça e do extrativismo vegetal para a obtenção de alimentos.
- b) a ocupação da planície mesopotâmica e das áreas vizinhas a ela, durante a Antiguidade, teve caráter sedentário e ininterrupto.

- c) a ocupação das áreas vizinhas da Mesopotâmia tinha características nômades e os povos mesopotâmicos praticavam a agricultura irrigada.
- d) a ocupação sedentária das regiões desérticas representava uma ameaça militar aos habitantes da Mesopotâmia.
- e) os povos mesopotâmicos jamais puderam se sedentarizar, devido às dificuldades de obtenção de alimentos na região.

8. IFSul-RS 2016 Este povo destacou-se pela organização e desenvolvimento de uma cultura militar. Encarava a guerra como uma das principais formas de conquistar poder e desenvolver a sociedade. Era extremamente cruel com os povos inimigos que conquistava, impondo aos vencidos, castigos e crueldades como uma forma de manter respeito e espalhar o medo entre os outros povos. O texto acima se refere a qual povo da antiguidade?

- a) Caldeus.
- b) Hititas.
- c) Assírios.
- d) Sumérios.

9. UFRGS Na África, durante a Antiguidade, entre 3.000 a.C. e 332 a.C., desenvolveu-se o primeiro Império unificado historicamente conhecido, cuja longevidade e continuidade ainda despertam a atenção de arqueólogos e historiadores. Esse Império

- a) legou à humanidade códigos e compilações de leis.
- b) desenvolveu a escrita alfabética, dominada por amplos setores da sociedade.
- c) retinha parcela insignificante do excedente econômico disponível.
- d) sustentou a crença de que o caráter divino dos reis se transmitia exclusivamente pela via paterna.
- e) dependia das cheias do rio Nilo para a prática da agricultura.

10. UPF-RS 2018 Na chamada Antiguidade Oriental, as sociedades, notadamente a egípcia e a mesopotâmica, desenvolveram-se em regiões semiáridas, onde obras hidráulicas grandiosas eram necessárias para o cultivo agrícola. Então, nessas sociedades:

- a) Desenvolveu-se o modo de produção escravista intimamente ligado ao caráter bélico e expansionista dessas sociedades.
- b) A forma de trabalho predominante era a servidão coletiva, e o indivíduo explorava a terra como membro da comunidade e servia ao Estado, proprietário dessa terra.
- c) O principal instrumento de poder das camadas populares era constituído pelo Estado, que assegurava o seu domínio sobre os outros grupos sociais.
- d) A superação das comunidades coletivas levou ao surgimento da propriedade privada e, como resultado, à utilização da mão de obra escrava.
- e) A ampla utilização do trabalho livre garantia a produção de excedentes, que era necessária para as trocas comerciais e para o progresso econômico.

Textos complementares

Trecho do Código de Hamurabi

1º – Se alguém acusa um outro, lhe imputa um sortilégio, mas não pode dar a prova disso, aquele que acusou, deverá ser morto.

2º – Se alguém avança uma imputação de sortilégio contra um outro e não a pode provar e aquele contra o qual a imputação de sortilégio foi feita, vai ao rio, salta no rio, se o rio o traga, aquele que acusou deverá receber em posse à sua casa. Mas, se o rio o demonstra inocente e ele fica ileso, aquele que avançou a imputação deverá ser morto, aquele que saltou no rio deverá receber em posse a casa do seu acusador.

3º – Se alguém em um processo se apresenta como testemunha de acusação e, não prova o que disse, se o processo importa perda de vida, ele deverá ser morto.

4º – Se alguém se apresenta como testemunha por grão e dinheiro, deverá suportar a pena cominada no processo. [...]

CÓDIGO de Hamurabi. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>. Acesso em: 3 jun. 2022.

A vida palacial

[...] A invenção da escrita no início do terceiro milênio veio reforçar, ainda mais, o poder da burocracia urbana. [...]

Neste novo tipo de sociedade fazia-se mister criar novos polos decisórios aceitos por todos, já que o poder dos chefes de família, vigente na antiga comunidade rural, era insuficiente para gerir o governo de uma cidade-estado. Surgiu, então, um novo centro de governo da cidade ligado inicialmente ao templo e mais tarde ao palácio [...]. Nas primeiras organizações urbanas da Baixa Mesopotâmia o templo do deus principal da cidade era o centro político e econômico da cidade-estado; mais tarde [...] apareceu o palácio como residência do governante da cidade e separado do complexo templário. Em pouco tempo, o palácio tornou-se o centro da vida social, política e econômica da cidade-estado [...].

BOUZON, E. O templo, o palácio e o pequeno produtor na Baixa Mesopotâmia pré-sargônica. *Phoenix*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 137-158, 1998. p. 142-143. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/download/36533/20103>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Resumindo

- Dependência desses povos em relação aos grandes rios e, por conseguinte, à realização de grandes obras de irrigação, como diques, canais e aquedutos.
- Presença de sociedades estratificadas, seja por meio de um reino unificado, como houve no Egito, seja por meio de cidades dispersas com hegemonias temporárias, como na Mesopotâmia. No caso da Pérsia, houve a formação de um grande império, que entrou em confronto com os gregos.
- Sobreposição de uma economia aldeã por uma economia, inicialmente, comandada por templos e, posteriormente, comandada por palácios.
- Submissão das comunidades aldeãs à cobrança de impostos e ao trabalho forçado.
- Destaque dos fenícios no comércio durante a Antiguidade.
- Pluralidade religiosa no mundo antigo, como se observa no monoteísmo hebraico ou no zoroastrismo persa, e seus legados para religiões na contemporaneidade.

Quer saber mais?



Livros

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sete olhares sobre a Antiguidade*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

Reunião de ensaios diversos sobre a Antiguidade Clássica e Oriental.

JOÃO, Maria Theresa Davi. *Tópicos de História Antiga Oriental*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

O livro apresenta uma análise didática das primeiras sociedades.

REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

O livro aborda a história da Mesopotâmia de maneira completa, a partir de documentos diversos.



Sites

***Egito Digital para Universidades*. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/museums-static/digitalegypt/Welcome.html>.**

O site conta com vários materiais sobre o Egito Antigo, reunidos em épocas. Acesso em: 3 jun. 2022.

***Egito – Museu Britânico*. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/egypt>.**

Na página, em inglês, é possível acessar os itens da coleção do Egito Antigo pertencente ao Museu Britânico. Acesso em: 3 jun. 2022.

Exercícios complementares

- Fuvest-SP** No antigo Egito e na Mesopotâmia, assim como nos demais lugares onde foi inventada, a escrita esteve vinculada ao poder estatal. Este, por sua vez, dependeu de um certo tipo de economia para surgir e se desenvolver.
Considerando as afirmações acima, explique as relações entre:
a) escrita e Estado; b) Estado e economia.
- Fuvest-SP 2016** Considere este mapa, que representa uma região com histórico de migrações e disputas territoriais e que já abrigou, desde antes da Era Cristã, várias civilizações.



Folha de S.Paulo, 15/11/2015. Adaptado.

- Mencione duas características da bacia hidrográfica dos rios Tigre/Eufrates, relacionando-as com sua ocupação na Antiguidade. Justifique.
 - Identifique um importante conflito que, atualmente, ocorre na área indicada no mapa e apresente uma motivação político-religiosa para esse conflito.
- Unesp 2013** [Na Mesopotâmia,] todos os bens produzidos pelos próprios palácios e templos não eram suficientes para seu sustento. Assim, outros rendimentos eram buscados na exploração da população das aldeias e das cidades. As formas de exploração eram principalmente duas: os impostos e os trabalhos forçados.

Marcelo Rede. A Mesopotâmia, 2002.

Entre os trabalhos forçados a que o texto se refere, podemos mencionar a

- internação de doentes e loucos em áreas rurais, onde deviam cuidar das plantações de algodão, cevada e sésamo.
- utilização de prisioneiros de guerra como artesãos ou pastores de grandes rebanhos de gado bovino e caprino.
- escravidão definitiva dos filhos mais velhos das famílias de camponeses, o que caracterizava o sistema econômico mesopotâmico como escravista.
- servidão por dívidas, que provocava a submissão total, pelo resto da vida, dos devedores aos credores.

e) obrigação de prestar serviços, devida por toda a população livre, nas obras realizadas pelo rei, como templos ou muralhas.

- UFT-TO 2014** A construção das pirâmides do Egito antigo ainda está envolta em mistérios e curiosidades, sendo fonte de estudos na História, na Engenharia, na Matemática e na Arte.

O processo de construção das pirâmides caracteriza-se pela:

- despreocupação em edificar um templo duradouro.
- arquitetura dissociada de funções de ordem funerária.
- grandiosidade em suas dimensões e em uma estrutura sólida.
- aplicação de diversos materiais como a madeira e o estanho.
- utilização de tijolos de argila na edificação de suas paredes internas.

- UnB-DF 2016** Acerca da interação dos seres humanos com a natureza nas civilizações da Antiguidade, assinale a opção correta.

- As sociedades do Egito antigo não praticavam a agricultura, uma vez que era considerado tabu o uso das águas do Nilo em atividades desvinculadas dos cultos religiosos, como a irrigação.
- Na religiosidade suméria, tal como acontece também em diversas outras religiões antigas, a responsabilidade pela ocorrência de desastres naturais como secas ou inundações era atribuída às divindades.
- Ao abandonarem o nomadismo, por volta de 2000 a.C., as comunidades hebraicas estabeleceram-se em locais costeiros e passaram a dedicar-se majoritariamente ao comércio, ficando, assim, particularmente vulneráveis a intempéries como tempestades e maremotos.
- Na Antiguidade, diferentemente do que ocorre no mundo contemporâneo, as catástrofes ambientais decorriam de causas naturais, pois a interferência humana era limitada e incapaz de modificar o ambiente.

- IFSul-RS 2015** Pelo Código, ficamos sabendo que a punição de alguns delitos variava de acordo com a posição social tanto da vítima como do infrator. Em geral, no entanto, a justiça era aplicada pelo princípio do “olho por olho, dente por dente”, ou seja, o castigo era equivalente à ofensa ou ao dano causado. No texto acima, estamos comentando o código de

- Hamurábi.
- MarduK.
- Assur.
- Nergal.

- UFRR 2015** O Iraque, país localizado no Oriente Médio, atualmente, convivendo com instabilidade política e social, bem como, ameaças de grupos terroristas, já foi palco de uma importante civilização da antiguidade denominada Mesopotâmia. Sobre esta importante civilização pode se afirmar que:

- a) foi a primeira civilização da História, era formada de povos nômades que mudavam-se constantemente em busca de alimentos;
- b) é considerada o berço da civilização, pois foi o primeiro povo que utilizou instrumentos importantes que, posteriormente, deram origem à medicina;
- c) foi a primeira civilização que cultivou o milho e a cevada dando início assim a agricultura, e o sistema era *plantation*;
- d) foi pioneira na utilização da escrita, da matemática e da astronomia;
- e) foi a primeira civilização a praticar o cultivo dos alimentos dando início ao que mais tarde chamou-se agricultura, o primeiro e principal produto era o café.

8. Unicamp-SP À *Ilíada*, epopeia guerreira, sucede a *Odisseia*, pacífica coletânea de lendas e aventuras marítimas. Esse contraste corresponde a uma mudança, quando os povos da região renunciam às lutas em territórios muito estreitos e se voltam para os países longínquos. Os poemas homéricos são contemporâneos da grande expansão marítima dos fenícios e a *Odisseia* está cheia de violências e rapinas de todo tipo praticadas pelos fenícios, apresentados como mercadores descarados e bandidos sem escrúpulos; mas devemos levar em conta, nessas narrativas, as rivalidades comerciais.

(Adaptado de J. Gabriel-Leroux, *As primeiras civilizações do Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 67-68.)

- a) Segundo o texto, quais seriam as razões históricas da diferença entre a *Ilíada* e a *Odisseia*?
- b) Como a organização política de fenícios e gregos os diferenciava da civilização egípcia?

9. UFRGS 2022 Com relação à história das antigas sociedades africanas e do Oriente Médio, assinale a alternativa correta.

- a) Os assírios notabilizaram-se pelo estabelecimento de relações comerciais pacíficas com os diversos grupos sociais localizados entre o Golfo Pérsico e

o Mar Mediterrâneo, e foram reconhecidos como o único império antigo desprovido de exército.

- b) Muitas sociedades do norte da África, antes do contato com as religiões cristã e islâmica, organizavam-se de forma matrilinear, conferindo às mulheres um papel destacado nas relações de poder.
- c) A civilização egípcia, favorecida pelo sistema hidráulico do Nilo, encontrou no rio uma barreira de proteção natural que impedia o avanço e o contato com os demais povos da África.
- d) Os povos da Núbia, situados no nordeste do continente africano, formaram a civilização meroítica, caracterizada pela ausência de práticas religiosas, pela simplicidade dos seus modelos arquitetônicos e pelo isolamento social.
- e) Os hebreus organizaram-se a partir de clãs patriarcais, localizados às margens do rio Jordão, e constituíram-se como povos predominantemente agrícolas, proibindo as atividades pastoris, consideradas impuras pela Torá.

10. UEPG/PSS-PR 2022 A respeito da civilização egípcia, uma das referências da Antiguidade, assinale o que for correto.

- 01 Além de chefes políticos que governavam com poderes absolutos, os faraós eram considerados divindades entre os egípcios.
- 02 Politeístas, os egípcios cultuavam deuses que possuíam papéis e características próprias, entre os quais estão Amon-Rá, Ísis e Osíris.
- 04 A mumificação foi uma das formas encontradas pelos egípcios para preservar o corpo dos mortos por meio da retirada de vísceras e do uso de substâncias químicas.
- 08 Localizada no continente africano, mais especificamente na planície do rio Nilo, a civilização egípcia se formou a partir da mistura de povos como os núbios e os semitas.

Soma:

BNCC em foco

EM13CHS103

1. Uece 2018 O código de Hamurabi é o mais famoso e orgânico código de leis existente, cujo significado não é o de uma medida legislativa, visto conter dúvidas a respeito da aplicação concreta de suas disposições nos veredictos judiciais. No que diz respeito a esse código, é correto afirmar que

- a) buscava demonstrar quão bem organizado e bem governado seria o reino sob o comando do monarca.
- b) precedia os veredictos judiciais, buscando promulgar novas disposições.
- c) tornava o rei dependente da tradição inaugurada por Ur-Nammu, fundador da terceira dinastia de Ur.
- d) considerava a possibilidade de uma medida legislativa ser um instrumento de debilidade da realeza.

EM13CHS401

2. Um importante legado mesopotâmico foi o conceito de moeda e de um primitivo sistema bancário. Analise a função desses elementos no cotidiano dos povos mesopotâmicos.

EM13CHS104

3. Se nos primórdios das civilizações da Antiguidade a escrita foi utilizada como prática com objetivos excludentes, os fenícios desenvolveram um sistema fonético mais simples e que deu origem aos alfabetos atuais. A causa dessa facilitação foi a:

- a) universalização do conhecimento.
- b) melhoria das práticas administrativas por não especialistas.
- c) facilidade nas transações comerciais.
- d) forma mais eficiente do contato com os deuses.



Museu Britânico, Londres, Inglaterra

Representação de Aquiles matando Penteseleia em ânfora grega, c. 535 a.C. Museu Britânico, Londres.

FRENTE 2

CAPÍTULO

3

A Antiguidade Clássica

Todos nós conhecemos algo que remeta ao mundo greco-romano. Alguns seriados e grandes sucessos de Hollywood, por exemplo, apresentam diversos elementos da Antiguidade Clássica. Porém, esse passado costuma ser apresentado de forma descontextualizada e acrítica, como se a história se resumisse a um baú de curiosidades. Diversos conceitos, como o de democracia, república e império, foram criados no mundo clássico. Contudo, é preciso cuidado para não fazer análises anacrônicas, pois esses conceitos tinham significados distintos para esses povos. É importante compreender, a um só tempo, o que nos une a essas populações e o que nos separa delas, pois é nessa compreensão de alteridade que está o cerne da ciência histórica.

Grécia Antiga

O que foi a Grécia Antiga?

Vivemos em um mundo dividido em Estados-Nação, onde cada um tem suas leis, impostos e força policial unificados e um sistema político estruturado. Como essa é a **nossa** realidade, tendemos a projetá-la aos seres humanos do passado. Contudo, é preciso considerar que os Estados Nacionais são uma criação do século XIX, e que os indivíduos que viveram em outras épocas experimentaram realidades políticas diferentes da nossa.

Quando se fala em Grécia, alguns pensam no Estado-Nação atual, localizado na Europa e banhado pelo mar Mediterrâneo. A Grécia Antiga, entretanto, abrangia todos os povos que falavam o mesmo idioma (ainda que com dialetos diferentes), cultuavam os mesmos deuses e possuíam os mesmos costumes. O termo que os próprios gregos usavam para descrever sua identidade, para além de qualquer conteúdo territorial e político, é **Hélade**. Dessa maneira, ao estudar a Grécia Antiga, conhecemos povos que viveram não apenas no atual país Grécia, mas também em diversas regiões da atual Turquia, Itália e de países do norte da África.

O espaço fundamental do mundo grego e, depois, do mundo romano não foi desenhado por fronteiras territoriais, mas pelo **mar Mediterrâneo**. Separado do oceano Atlântico pelo estreito de Gibraltar e do mar Negro pelo estreito de Bósforo, o Mediterrâneo foi um grande protagonista da História Antiga. Nele, uma grande teia de relações foi construída entre as penínsulas **Itálica**, **Balcânica** e a **Anatólia** (atual Turquia). Grandes portos e ilhas vendiam produtos como azeite, vinho ou lã. A colonização e a escravidão também fomentavam essa integração. Portanto, a conectividade do mar foi uma das características das sociedades clássicas.

A expansão grega – 750-550 a.C.



Fonte: DUBY, Georges. *Grand Atlas Historique*. Paris: Larousse, 2004. p. 14.

O mundo antigo ficou conhecido como o **mundo das cidades**. Porém, a riqueza e o sustento dos habitantes vinham de atividades rurais. Fosse em Esparta, Atenas ou Roma, a renda dos moradores das cidades provinha principalmente da produção de grãos, de azeite e de vinho, de forma que as manufaturas (têxteis, cerâmica, mobília e utensílios de vidro) permaneciam rudimentares e em pouca quantidade.

Costuma-se dividir a história da Grécia Antiga em cinco períodos:

- **Período pré-homérico** (2000-1100 a.C.): marcado pelas civilizações cretense e micênica, é o momento em que o mundo grego é dominado por palácios, que cumpriam funções administrativas, políticas e econômicas.
- **Período homérico** (1100-700 a.C.): após a desagregação das sociedades micênicas com as invasões dos dórios, as populações fogem para os campos ou para a costa da Ásia e a vida gira em torno da aristocracia.
- **Período arcaico** (700-500 a.C.): formação das pólis gregas, com sua lei escrita e a palavra publicizada. As cidades estabelecem colônias, o comércio se desenvolve e a noção de cidadania se consolida em oposição à escravidão.
- **Período clássico** (500-336 a.C.): momento de apogeu da pólis grega, quando, sob liderança ateniense, os persas são derrotados. eclode também uma guerra entre confederações de cidades lideradas por Esparta e Atenas. Trata-se, por fim, da época dos sofistas, de Sócrates e de Platão.

- **Período helenístico** (336-146 a.C.): declínio da pólis, com o predomínio da Macedônia e o aparecimento de uma formação imperial e de uma civilização híbrida, que une o mundo grego, mesopotâmico, persa e egípcio. Esse período termina com o domínio romano sobre o mundo grego.

Estabelecendo relações

Em aulas de Sociologia, os conceitos de classe, casta e estamento são estudados com base na obra de Max Weber. Enquanto uma sociedade de castas seria estruturada de acordo com o nascimento, e uma de estamentos seria concebida segundo os privilégios (adquiridos por nascimento, casamento, guerra e acordos), a sociedade de classes seria organizada conforme a posição do indivíduo em relação ao mercado.

Da mesma forma que é incorreto pensarmos o mundo antigo dividido em países, também é um equívoco dividi-lo em classes sociais. Para o historiador Moses Finley, no apogeu dos mundos grego e romano, havia fundamentalmente homens livres e escravos. Entre esses dois grupos, porém, existiam também múltiplas relações de dependência que preenchiam o espaço entre eles, as quais não poderiam ser classificadas em termos meramente econômicos.

O período pré-homérico (2000-1100 a.C.)

O período pré-homérico antecede a formação da cultura e dos povos gregos. A Arqueologia revela que no período Neolítico, a península Balcânica era habitada por povos chamados de pelasgos ou pelágios. Entre 3000 e 2600 a.C., eles constituíam uma monarquia, praticavam uma economia agrícola, produziam cerâmica e desenvolviam uma metalurgia do bronze.

Arqueólogos também descobriram que por volta de 2000 a.C., ao sul da península, havia imponentes palácios na ilha de **Creta**, além de objetos de bronze, depósitos de alimentos e registros financeiros. A sociedade cretense ou minoica possuía reis, guerreiros e sacerdotes-escritas, que controlavam a escrita, os tributos, os gastos e os pagamentos de funcionários.

Pierrette Guertin/Shutterstock.com



Mulheres da elite minoica retratadas em afresco do palácio de Cnossos, cerca de 1500 a.C.

Os palácios cretenses eram centros religiosos, políticos, militares, administrativos e econômicos. Vários povoaamentos, como Faísto, Cânia, Mália e, sobretudo, Cnossos, desenvolveram-se ao redor do principal palácio da ilha. Por volta de 2000 a.C., o poder marítimo e comercial de Creta já havia se expandido sobre o mar Egeu e todo o sul da península Balcânica.

Nesse período, povos indo-europeus dirigiam-se à península Balcânica. Os primeiros a chegar foram os jônios, os quais submeteram os antigos habitantes da Ásia Menor e construíram cidades fortificadas. Em torno de 1580 a.C., os jônios buscaram refúgio nas terras da Ática. Os eólios se instalaram na Beócia e na Tessália. Os aqueus, por sua vez, ocuparam boa parte da península e conquistaram os cretenses em 1400 a.C, aproximadamente.



Vestígios arqueológicos do palácio de Cnossos, Creta, na Grécia. Foto atual.

Os reis aqueus, especialmente os da cidade fortificada de Micenas, enriqueceram com o saque de Creta. Além das riquezas, os micênicos também assimilaram de Creta sua escrita, seu pensamento e sua organização sociopolítica. Devido ao poder de Micenas e às heranças de Creta, os povos gregos desenvolveram uma sociedade que ficou conhecida como **civilização creto-micênica**. Tratava-se de uma monarquia cujo rei (ou *ánax*) era considerado divino e cujos palácios controlavam a vida religiosa, ordenando o calendário, os rituais, as festas, os sacrifícios e o valor das oferendas.

Scorpp/Shutterstock.com

Entre 1500 e 1150 a.C., a civilização micênica conheceu seu ápice, conquistando o comércio do Mediterrâneo oriental. Nas guerras, utilizava predominantemente armas de bronze e carros com cavalos. De acordo com alguns historiadores, a expansão militar micênica, em busca de novas terras, encontrou oposição da cidade de Troia VII (ou Ílion). Foi então que teria ocorrido a lendária guerra entre gregos (ou “aqueus”) e troianos, descrita em *Ilíada*, de Homero.

Os palácios da civilização creto-micênica conheceram seu fim entre 1200 e 1100 a.C., quando guerreiros tradicionalmente chamados de dórios invadiram a região. Em vastas regiões da Anatólia, do antigo Egito e da Mesopotâmia, ocorreram invasões que levaram essas sociedades ao colapso.

C Messier/(CC BY 4.0)/Museu Arqueológico de Heraclião, Grécia



Estátua cretense de cerca de 1700 a.C. que representa uma deusa segurando duas cobras.

No mundo grego que despontava, o poder palaciano sumiu de forma brusca, e toda a região das antigas cidades passou por um processo de **ruralização**. Não foi apenas uma dinastia que sucumbiu, e sim um tipo de sociedade centralizada no palácio, comandada por um rei divino. O declínio do poder palaciano possibilitou, posteriormente, a criação de diferentes formas de organização política. Esse processo de dispersão dos gregos, que fugiam das invasões dórias, é chamado de **Primeira Diáspora Grega**.

O período homérico (1100-700 a.C.)

Após a desagregação das sociedades micênicas, com as invasões dos dórios, as populações fugiram para os campos ou para a costa da Ásia, e a vida passou a girar

em torno da aristocracia. Muito do que se conhece desse período é devido aos poemas atribuídos a Homero: *Ilíada*, que descreve a Guerra de Troia, e *Odisseia*, que descreve as aventuras de Odisseu (ou Ulisses, para os romanos) após a Guerra de Troia, durante seu retorno à ilha de Ítaca, de onde era rei. Essas histórias eram cantadas por poetas que perambulavam pela Grécia relatando as glórias de heróis como Aquiles e Odisseu. As palavras dos poetas eram vistas como fruto da inspiração divina e permitiam às pessoas o acesso ao mundo dos deuses.

As sociedades homéricas, profundamente rurais, tinham como unidade básica as *oikós* ou grandes famílias (em latim, denominadas *genos*). Cada *oikós* era uma unidade econômica e humana, que praticava o pastoreio e a tecelagem e produzia cereais, óleo, vinho e legumes. Cada família cultuava seus antepassados, fazendo da religião um fator fundamental de unidade. As *oikós* tinham no comando um aristocrata, que também era chefe guerreiro, chamado de **patriarca** ou **eupátrida** (termo que significa “bem-nascido”). O prestígio do eupátrida estava ligado às terras, aos escravos, aos contatos além-mar e à posse de armas de ferro e de cavalos.

A maior parte do trabalho nos campos ou dos afazeres domésticos era feita por homens e mulheres livres e pobres, que dependiam dos aristocratas, os chamados **georgóis**. Entre os homens livres, havia também os **thetas**: homens sem posses, excluídos das *oikós*, que vagavam em busca de alimento. As mulheres supervisionavam as atividades domésticas e ocupavam-se dos trabalhos com tecidos. Em *Odisseia*, conhecemos Penélope, que, durante vários anos, tece o famoso manto que, à noite, desmanchava em segredo para adiar sua escolha de um pretendente.

Ao longo do período homérico, tornou-se mais frequente o trabalho das populações escravizadas. Essa mão de obra ainda não era predominante, mas, gradualmente, se tornaria a base da economia grega. A escravidão na Antiguidade Clássica, em geral, era oriunda do endividamento e da guerra, e os escravos serviam em obras públicas, em funções urbanas e domésticas ou na agricultura. Muitos exerciam atividades fora de casa para tentar comprar sua liberdade.



Representação de escravos trabalhando em uma mina, datada do século VII a.C.

O mundo homérico era fundamentalmente **aristocrático**. Os eupátidas, membros das famílias mais ricas, decidiam os destinos da comunidade. Segundo o historiador Jean-Pierre Vernant, era fundamental para esses homens o reconhecimento de sua virtude (*areté*) por parte dos outros, isto é, de seu lugar, função e propósito no corpo social – daí a importância de oferecer banquetes, dedicar-se às guerras, ser leal aos outros homens e evitar excessos para manter a reputação.

Nas assembleias de guerreiros, discutiam-se principalmente assuntos referentes a batalhas e distribuição de prêmios. A persuasão (*peithó*) era importante, de modo que a palavra deixou de representar apenas a autoridade de um rei divinizado e se tornou importante para estabelecer diálogos entre homens (aristocratas) que se viam como iguais. Entre eles, havia um rei local (*basileus*), cujo poder era limitado e provinha de sua sabedoria, habilidade guerreira e riqueza material.

Nesse processo, os elos entre as *oikós* de uma mesma área territorial foram reforçados, formando a **fratria**. A união de várias fratrias, por sua vez, formava as tribos. Essa nova estrutura, ainda mais ampla, era chamada *demos*. Posteriormente, no período arcaico, *demos* recebeu o sentido de “povo”, “cidadão”, em oposição à aristocracia e ao rei.

No período homérico houve a ascensão da metalurgia do ferro, que substituiu a do bronze. O ferro, mais abundante e de mais fácil manuseio, permitiu o aprimoramento das técnicas agrícolas e maior difusão de armas. Houve também a adoção do alfabeto fenício, no século IX a.C., de escrita e compreensão mais fáceis, que retirou o monopólio dos escribas dos palácios. Com o alfabeto e o ferro, e, portanto, com letras e armas, os gregos conheceram uma substancial expansão.

! Atenção

A pesquisadora Flavia Eyler, em seu livro *História Antiga*, diz que a palavra “deus” ou “Deus”, para nós, evoca um ser único, o sagrado, pois o que é religioso difere de profano ou de laico. Para os gregos, era diferente. Os deuses não criaram o mundo, mas nasceram nele a partir dos poderes primordiais do Caos (vazio) e de Gaia (terra). Eram, portanto, parte do mundo e não estavam acima ou separados dele. O Sol, a Lua, a montanha e o rio poderiam ser divinos – não existindo, assim, separação entre o natural e o sobrenatural.

Para os gregos, os deuses também não eram modelos intocáveis de moralidade e podiam ser caprichosos e, inclusive, ridicularizados pelos mortais. Eram os poderes e a imortalidade que diferenciavam os deuses dos seres humanos. Eles encarnavam as virtudes que as pessoas não conseguiam atingir. Frequentemente interpretamos a frase do Oráculo de Delfos (“conhece-te a ti mesmo”) como um chamado à autorreflexão. Contudo, essa interpretação é anacrônica. Para os gregos, conhecer-se a si mesmo significava entender os próprios limites, a própria mortalidade e não se colocar no mesmo nível dos deuses



Museu Antigo, Berlim, Alemanha

Egeu, à direita, consultando o Oráculo de Delfos, c. 440-430 a.C.



Anne Beruldsen/Shutterstock.com

Estátua de Zeus, deus mais poderoso do Olimpo, além de senhor dos humanos e dos deuses na mitologia grega, c. 460 a.C.

O período arcaico (700-500 a.C.)

O nascimento da pólis

Entre os séculos VIII e VI a.C., a partir da união das antigas famílias e da derrubada dos antigos reis, a pólis ganhou espaço no mundo mediterrânico, fato que marca a passagem do período homérico para o arcaico. As pólis eram comunidades independentes, com instituições militares próprias e relativa autonomia política; por isso, frequentemente também eram cidades-Estado. Possuíam limites territoriais demarcados, que compreendiam áreas de cidade e de campo, onde vivia a maioria da população e alguns povoados urbanos secundários.

A população de uma cidade era submetida aos mesmos costumes e unida pelo culto às mesmas divindades protetoras. Toda pólis contava com um templo, localizado na parte alta da cidade, dedicado aos deuses e não mais às divindades de uma família aristocrática ou de uma etnia. Muitos historiadores, aliás, acreditam que a pólis surgiu em torno do culto às divindades, tendo a religião como fator aglutinador.

A soma dos estilos de vida, das formas de convivência e da organização da pólis era chamada de **política**. Viver na pólis era, para muitos gregos, um sinal de superioridade. Para pensadores como Platão e Aristóteles, a pólis era um forte exemplo da capacidade humana de superar a própria natureza. Enquanto os animais precisariam solucionar os conflitos por meio da força, a pólis, por ser um espaço dotado de leis iguais para todos os seus cidadãos (*isonomia*), podia garantir a justiça (*diké*) e resolver seus problemas por meio do diálogo (*logos*). A política seria um meio de realização das potencialidades humanas, superando as vicissitudes da condição natural. A virtude cívica (*dikaioσύνη*), nesse sentido, consistia em não apenas obedecer às leis justas, mas também em entender corretamente como ser um cidadão virtuoso.

! Atenção

Logos é uma palavra que reúne muitos significados, entre eles “o que se diz”, “a sentença”, “o assunto da discussão”. Assim, significa o pensar, a inteligência e a razão e pode remeter ao exercício dessa razão na argumentação.



Ruínas do Partenon, templo dedicado à deusa grega Atena, construído no século V a.C. na Acrópole de Atenas, na Grécia. Foto atual.

anyvanova/Shutterstock.com

Enquanto, no período pré-homérico a palavra do rei possuía sacralidade, nas pólis ocorria a justiça propriamente humana e realizada por meio de uma lei que era regra comum. A cidade pré-homérica era dominada pela burocracia e dependia de um poder palaciano; já a pólis era uma comuna de agricultores, cidadãos independentes e proprietários privados. Enquanto aquela era produtora, isto é, precisava de uma produção artesanal para sobreviver, esta era consumidora e vivia das rendas obtidas no campo. Essa igualdade existe apenas na esfera política, ocupada essencialmente por homens. Na esfera familiar (*oikós*), predomina a desigualdade, pois mulheres, filhos, empregados e escravos estavam fora desse jogo político.

Para a formação da pólis, foi também essencial a difusão da **moeda**, inventada no reino da Lídia e adotada pelos gregos. Cada pólis possuía sua própria moeda, com as inscrições de seu deus, seus símbolos e produtos, afirmando autonomia e independência.

Nesse período, não havia um exército permanente, pois eram os próprios cidadãos que pegavam em armas, os chamados **soldados hoplitas**. Eram eles também que providenciavam os objetos necessários para o combate, garantindo uma infantaria bem armada. Eles lutavam numa formação chamada “falange hoplítica”, isto é, fechada, com um escudo ao lado de outro, e avançavam em passos iguais, ordenados em uma série de fileiras. Em uma falange, não havia lugar para heroísmos individuais, típicos do mundo pré-homérico: o fundamental era o destino do grupo como um todo, mais do que as honras individuais.

Bibi Saint-Pol/Collecções Estatais de Antiguidades, Munique



Detalhe de ânfora com a representação de soldados hoplitas, c. 560 a.C.

O **cidadão** (*polités*) possuía direitos políticos em sua própria cidade, ou seja, tinha posse da sua terra, estava protegido pelas leis e participava da política. O estrangeiro grego e livre, isto é, aquele advindo de outras cidades da Grécia, era chamado de **meteco** e, privado de direitos políticos, era obrigado a pagar taxas especiais ao Estado. Geralmente, exercia atividades artesanais e comerciais, que os cidadãos desprezavam. Em muitos casos, os estrangeiros não gregos eram vistos como aquilo que os romanos chamariam de **bárbaros** (palavra em latim que significa “estrangeiro”), por não falarem a mesma língua nem compartilharem a mesma cultura que os gregos. Dessa forma, o conceito de bárbaro foi criado na Grécia Antiga para designar aqueles que viviam fora das pólis.

O período arcaico foi também uma época de expansão territorial. Os endividados, os aventureiros e os miseráveis (excluídos por falta de terras associada ao crescimento demográfico, fugas ou derrotas em disputas políticas), formaram grupos em torno de um chefe para buscar outras terras, que acabavam ligadas econômica e culturalmente à cidade original. No século V a.C., por exemplo, mais de 10 mil atenienses elevaram-se da condição de *theta* à condição de cidadão por ganhar terras no estrangeiro, caracterizando a **colonização** ou **Segunda Diáspora Grega**, a partir de 750 a.C. A organização da pólis espalhou-se para o sul da Itália e a Sicília (a chamada Magna Grécia), o norte da África, o sul da atual França, a península Ibérica, a região da atual Turquia, entre outros lugares.

Algumas colônias podiam ter um caráter agrário (*apoikia*), enquanto outras funcionavam como entrepostos comerciais (*emporion*), processo este que favoreceu o fortalecimento dos comerciantes. Nota-se que, diferentemente da expansão romana, a colonização grega assumiu uma dimensão muito mais **policêntrica**, não configurando exatamente uma dominação política de uma região sobre outra.

Saiba mais

De quatro em quatro anos, cada pólis dedicava um dia para homenagear aqueles que faleceram nesse quadriênio. Em uma dessas pólis, na cidade de Olímpia, as comemorações atraíam pessoas de outras cidades e geravam brigas e contendas frequentes. Para evitar essas brigas, Olímpia começou a promover competições esportivas simultaneamente aos cultos que aconteciam no templo para Zeus. As primeiras competições das quais se tem notícia datam de 776 a.C. Com o tempo, outras pólis se integraram às competições, e os Jogos Olímpicos passaram a ser um momento de trégua dos conflitos.

A pólis de Esparta

Esparta localizava-se na região da **Lacônia**, na península do Peloponeso, em um vale com terras férteis e propícias à agricultura e a boas pastagens. Esparta nunca se tornou um centro urbano, mas permaneceu separada em vilarejos e sem uma muralha unificadora. Os espartanos optaram por fechar-se às influências estrangeiras, ao mesmo tempo que adotaram para si costumes rígidos e uma disciplina atroz para manter intacta a ordem estabelecida.

Segundo a tradição, Esparta foi fundada no século IX a.C. pelos dórios, e as populações conquistadas tornaram-se uma espécie de servos da cidade, os **hilotas**. Cada espartano adulto tinha um lote de terra próprio, cultivado por famílias de hilotas, as quais davam parte dos frutos da terra aos espartanos. Embora não tivessem direitos políticos, os hilotas não eram escravos, pois formavam uma comunidade à parte, tinham suas próprias famílias e não podiam ser comprados ou vendidos. Os **espartanos** tinham o *status* de cidadãos e eram proibidos de exercer qualquer atividade econômica, sendo, por lei, obrigados a ocupar-se apenas da política e da guerra. Os **periecos**, por sua vez, viviam em áreas independentes e afastadas, possuíam pequenos lotes de terra e dedicavam-se ao comércio e ao artesanato.

O poder político na pólis era reservado aos homens espartanos. A **Gerúsia** era composta de dois reis e um conselho de 28 anciãos com mais de 60 anos, com participação militar encerrada e pertencentes a famílias tradicionais de Esparta. Os reis eram escolhidos entre as duas famílias mais importantes e tinham função militar. Os membros da Gerúsia eram chamados de **gerontes** e, além deles, havia cinco **éforos**, guardiões das leis de Esparta e responsáveis por cuidar da educação de novos guerreiros, coordenar a mobilização das tropas e julgar a atuação dos reis. Os gerontes e os éforos eram eleitos pela **Ápela**, uma assembleia de homens adultos espartanos com poderes eletivos e cuja administração cabia apenas aos reis e anciãos. Eleita, a Gerúsia redigia e apresentava as leis, que eram votadas na Ápela. Caso esta não aceitasse um projeto proposto pelos gerontes, poderia ser dissolvida. Os antigos descreviam Esparta como um governo misto e equilibrado, por conter elementos monárquicos (diarquia), democráticos (Ápela e eforato) e oligárquicos (Gerúsia).

O regime político de Esparta era uma **oligarquia** e o poder estava concentrado em um pequeno grupo de espartanos. Toda essa estrutura – inclusive o rigoroso sistema de educação dos mais jovens – era garantida por um código de leis, sagrado e imutável, escrito pelo lendário Licurgo. É habitual a historiografia ressaltar o papel da mulher espartana, a qual tinha uma participação ativa nos assuntos da cidade, visto que os homens passavam boa parte da vida jovem e adulta dedicando-se aos afazeres militares.

A pólis de Atenas

Na região da Ática, no sudeste da península Balcânica, situa-se Atenas, outra importante pólis grega. Com solo pouco fértil, Atenas se tornou dependente da importação de alguns alimentos, como o trigo. As colinas, por sua vez, favoreciam a plantação de oliveiras e videiras, e ao sul havia o importante porto de Pireu. Com um forte comércio e uma poderosa frota naval, Atenas estabeleceu um grande intercâmbio cultural com a Ásia Menor, de onde vieram inovações técnicas e descobertas no campo da aritmética, da astronomia e das artes.

Durante muito tempo, Atenas manteve uma monarquia, até que seu último rei foi derrubado pela aristocracia proprietária de terras, que estabeleceu um regime oligárquico. O rei foi substituído por nove magistrados, os **arcontes**, eleitos anualmente pela assembleia de eupátridas e encarregados do exército, da religião, da legislação, entre outros assuntos. O conselho de eupátridas, o **areópago**, assessorava os arcontes, aplicava a justiça e executava a administração.

Os conflitos sociais em Atenas cresciam e ameaçavam a estabilidade do regime oligárquico. O povo (*demos*) empobrecido exigia a redistribuição de terras, o fim da escravidão por dívida e maior participação nas decisões políticas. Os comerciantes exigiam participar da administração da pólis, enquanto enriqueciam com o comércio do vinho e das oliveiras, intensificado pela colonização. Simultaneamente, a formação dos hoplitas reforçou o sentimento

comunitário e, mais importante, armou a população. Diante da tensão social, as elites atenienses escolheram legisladores que elaboraram propostas a fim de atenuar a situação. Entre os principais legisladores está **Drácon**, que organizou e tornou público um registro escrito das leis, até então transmitidas oralmente e conhecidas apenas pelos eupátridas. No entanto, a aristocracia continuava a fazer as leis e a dominar a vida pública.

Diante de novos conflitos, os atenienses elegeram como arconte **Sólón**, que pôs fim à escravidão por dívida, bloqueou o crescimento de latifúndios e permitiu o retorno dos cidadãos atenienses vendidos como escravos. Sólón vinculou a possibilidade de participação política às fortunas, dividindo a sociedade de forma censitária, permitindo ao cidadão rico se tornar arconte de Atenas, independentemente de sua ligação com a terra ou de sua família. Também instaurou a **Bulé**, um novo conselho controlado por eupátridas, que propunha leis, e o **Helieú**, um tribunal popular de justiça.

As reformas propostas por Sólón não agradaram a aristocracia, que perdeu privilégios e não conseguiu conter as camadas populares, que queriam maior poder de decisão. Aproveitando-se dessa situação, no século VI a.C. as **tirantias** (forma de governo em que um indivíduo conquista o poder de forma ilegítima) ampliaram a participação política em todo o mundo grego.

Entre 560 e 527 a.C., a população ateniense apoiou **Psistrato**, um tirano que ascendeu ao poder e limitou os poderes da aristocracia, confiscando terras e distribuindo-as aos camponeses, concedeu empréstimos e promoveu obras públicas. Por meio de suas reformas e com a colonização grega, Atenas se tornou uma sociedade de pequenos proprietários.

No século IV a.C., três quartos dos cidadãos atenienses eram proprietários de terras, enquanto os demais podiam vender sua força de trabalho, integrar a frota naval ou participar das colônias atenienses. As tiranias bloquearam o monopólio da propriedade agrária e tornaram modesta a base da comunidade helênica.

Em 508 a.C., **Clístenes** assumiu o poder em Atenas e acabou com as guerras civis, tirando de vez o poder da aristocracia. Foi implementada uma reforma de leis que extinguiu o sistema censitário de Sólón e organizou o povo em dez classes, reunindo habitantes do território ateniense para destruir os antigos vínculos familiares provenientes do mundo homérico e refundar a pólis de Atenas. Essa reforma política foi fundamental para a instituição da **democracia**, que significa “poder do povo”.

A democracia ateniense era **direta**, na qual todos os cidadãos podiam participar da Eclésia, localizada na Ágora (praça pública), e discutir assuntos relativos à administração da pólis. A assembleia de cidadãos concentrava a maioria dos poderes, havendo um mínimo de 40 encontros por ano e um *quórum* de 6 mil para deliberações. Cada sessão era precedida pelo sacrifício de um animal oferecido a Zeus e Atenas. A cidade ateniense, portanto, não estava centralizada no palácio (período pré-homérico), nem na aristocracia (período homérico), mas na Ágora, espaço comum onde

eram debatidos os problemas de interesse geral. As propostas da Eclésia eram enviadas ao conselho (Bulé), onde eram comentadas e emendadas, retornando então para a assembleia soberana para serem votadas.

As decisões eram tomadas por meio de debate, disputa, persuasão e discussão na Ágora. Nenhum cidadão ateniense poderia deixar de se submeter às leis aprovadas pela Eclésia e, se discordasse da opinião da maioria, deveria aceitá-la ou abandonar a pólis. Todos os cidadãos possuíam **isonomia**, igual submissão à lei e à participação no exercício do poder, e **isegoria**, o direito de falar na assembleia. Em meio a esse contexto, surge o **ostracismo**, no qual os cidadãos atenienses votavam em cacos de cerâmica em forma de ostra (*ostrakon*) para que um indivíduo fosse exilado da cidade por dez anos, caso sua presença fosse, por algum motivo, nociva à democracia. Os magistrados eram sorteados entre os cidadãos que se candidatavam e tinham a função de executar as decisões tomadas pela Eclésia e pela Helieia, um tribunal popular.

Todos os cidadãos, independentemente de sua riqueza, podiam participar da política; no entanto, eram cidadãos em Atenas apenas os homens, adultos maiores de 18 anos, livres, filhos de pai e mãe atenienses. Mulheres, crianças e estrangeiros eram submetidos às leis e poderiam ter propriedade, mas não participar da política. Mesmo com essa exclusão, até o século XX poucas vezes na história um número tão grande de camponeses e artesãos pobres teve direito de voto. Em 431 a.C., havia cerca de 310 mil habitantes em Atenas, sendo 172 mil cidadãos e suas famílias, 28 500 estrangeiros e 110 mil escravos.

! Atenção

Sob o ponto de vista da época, não havia contradição entre escravidão e democracia. Acreditava-se que o cidadão só tinha tempo para ir à Ágora e dedicar-se à política, pois seus escravos poderiam garantir seu sustento material. O ócio era necessário e valorizado, permitindo aos homens a participação nos assuntos da pólis.

💡 Saiba mais

O teatro era uma instituição da pólis, com as despesas pagas pelos cidadãos ricos. O teatro grego exigia uma separação entre palco e público, além da utilização de atores profissionais. Nele, as ações se sucediam numa sequência cronológica linear, e cada personagem só permanecia no palco quando tivesse uma função significativa na cena.

Havia sobretudo dois gêneros de teatro na Grécia: a tragédia e a comédia. A tragédia grega desenvolveu-se a partir de canções e danças usadas para homenagear o deus Dionísio (Baco, em Roma). Retomando os grandes mitos, seus temas eram a religião, a relação entre o ser humano e o céu, e o conflito entre homem e poder. Ésquilo (525-456 a.C.) foi autor de *Os persas* e *Prometeu acorrentado* e usava a mitologia para ensinar a história recente, mostrando a infância da moralidade, o combate da razão contra as fatalidades biológicas e o nascimento da lei. Já Sófocles (496-405 a.C.) mostrava o drama do conflito entre o destino humano e suas ações, como fez em *Antígona* e *Édipo Rei*. Com Eurípides (480-406 a.C.), em obras como *As bacantes* ou *Medeia*, a fé na cidade enfraqueceu e uma ameaça de desagregação estava sempre presente.

A comédia grega, por outro lado, nasceu das festas em homenagem à natureza. Essas comédias nada respeitavam: satirizava-se políticos, filósofos e militares, chamando-os pelo nome. O mais famoso autor, Aristófanes (430-380 a.C.), atacava ferozmente os demagogos e criticava até mesmo Eurípides e Sócrates.

Estátua de bronze de um ator grego, cerca de 150-100 a.C.



Museu de Arte Walters, Baltimore

O período clássico (500-336 a.C.)

Durante o período clássico, a civilização grega atingiu seu apogeu: a estrutura da pólis e a democracia atingiram seu máximo desenvolvimento, ao mesmo tempo que floresciam as artes, a filosofia e o teatro. Esse apogeu teve início, sobretudo, com a vitória nas Guerras Médicas, ocorridas entre 490 a.C. e 479 a.C., produto do choque entre as cidades gregas e a política expansionista dos persas. A Pérsia (atual Irã) iniciou sua expansão sobretudo no reinado de Ciro I, conquistando o Egito, a Índia, a Ásia Menor e algumas colônias gregas na Europa. Nesse ínterim, Dario I, seu sucessor, criou uma complexa estrutura administrativa. Quando Aristágoras, o tirano da pólis de Mileto, pediu ajuda militar à Erétria e Atenas, Dario teve seu pretexto para declarar guerra à Grécia. Os persas arrasaram Mileto e, em seguida, avançaram sobre a Grécia. Após a morte de Dario, o sucessor Xerxes I continuou os conflitos, mas acabou derrotado pelos gregos.

Durante os conflitos, foi criada a **Liga** ou **Confederação de Delos**, uma aliança militar contra os persas, em que as cidades membros pagavam tributos para um fundo comum, a fim de sustentar as tropas e navios. A renda arrecadada era depositada na ilha de Delos. Em 454 a.C., o tesouro foi transferido para Atenas. Após vencer os persas, Atenas, líder da Liga de Delos, tornou-se uma das cidades mais importantes e ricas da Grécia Antiga. As outras cidades da Liga, antes aliadas, passaram a ser tratadas como súditas: estavam condicionadas ao pagamento de tributos e não podiam ter frota naval ou se desvincular da Liga de Delos. As cidades que se revoltaram, como Naxos e Tasos, foram destruídas. Desenvolveu-se, assim, um imperialismo ateniense.

Durante o governo de **Péricles**, a democracia foi aprimorada. Cargos políticos ligados à redação de leis e sua aplicação tornaram-se legalmente acessíveis a cidadãos independentemente da renda e foi criada uma pequena remuneração para aqueles que ocupassem cargos públicos. Além disso, seu governo ficou marcado pela construção do Partenon, templo em homenagem à deusa Atena.

Além da Liga de Delos, outra aliança militar se formou na Grécia Antiga, a **Liga do Peloponeso**. Diversas pólis, sobretudo as da região da Beócia (com exceção de Corinto, tradicional aliada de Atenas), estavam sob a liderança de Esparta. De um lado, Atenas, uma democracia comercial e grande potência marítima, e, de outro, Esparta, uma aristocracia agrícola e potência militar terrestre. Essa oposição de forças deu origem à **Guerra do Peloponeso** (431-404 a.C.) quando alguns grupos da cidade de Córcira, colônia de Corinto, aliaram-se a Atenas. Contudo, durante a guerra, diversas cidades da Liga de Delos se rebelaram, e os persas, tendo em vista um maior controle sobre o mar, apoiaram abertamente Esparta. Em 405 a.C., o general espartano Lisandro, com ajuda das frotas persas, capturou toda a marinha ateniense e cortou seu abastecimento de grãos. Enquanto isso, o rei espartano Pausânias cercava Atenas por terra. Após seis meses bloqueada por mar e por terra, Atenas se rendeu. Sua muralha foi destruída, seu império dissolvido e a guerra teve fim.

Entre as consequências da Guerra do Peloponeso estão o declínio das pólis gregas, a fuga de camponeses de suas terras para lutar ou se proteger e o empobrecimento da população, que fez com que aumentassem os conflitos sociais. Golpes e contragolpes afligiam as pólis, de modo que novos tiranos surgiram e a ideia de democracia perdeu força. A vitória de Esparta não trouxe a prometida liberdade às cidades do império ateniense, que foram divididas entre persas e espartanos; houve o retorno das oligarquias e a permanência de tributos a pagar. Os espartanos tentaram ainda uma fracassada ofensiva contra os persas, que entregou a eles o controle sobre a costa da Ásia Menor. As cidades dominadas uniram-se contra Esparta, e, em 371 a.C., os espartanos foram derrotados pelos tebanos, na Batalha de Leuctras. Diante desse cenário, as pólis gregas enfraquecidas acabaram submetidas a **Alexandre, o Grande** (356-323 a.C.).

Saiba mais

O *podcast* História Pirata produziu um episódio sobre Alexandre, o Grande, com o historiador Henrique Modanez de Sant'anna, que vai além da biografia do famoso general macedônico e nos mostra que é possível reconstruir seus passos a partir de fontes e bibliografias.

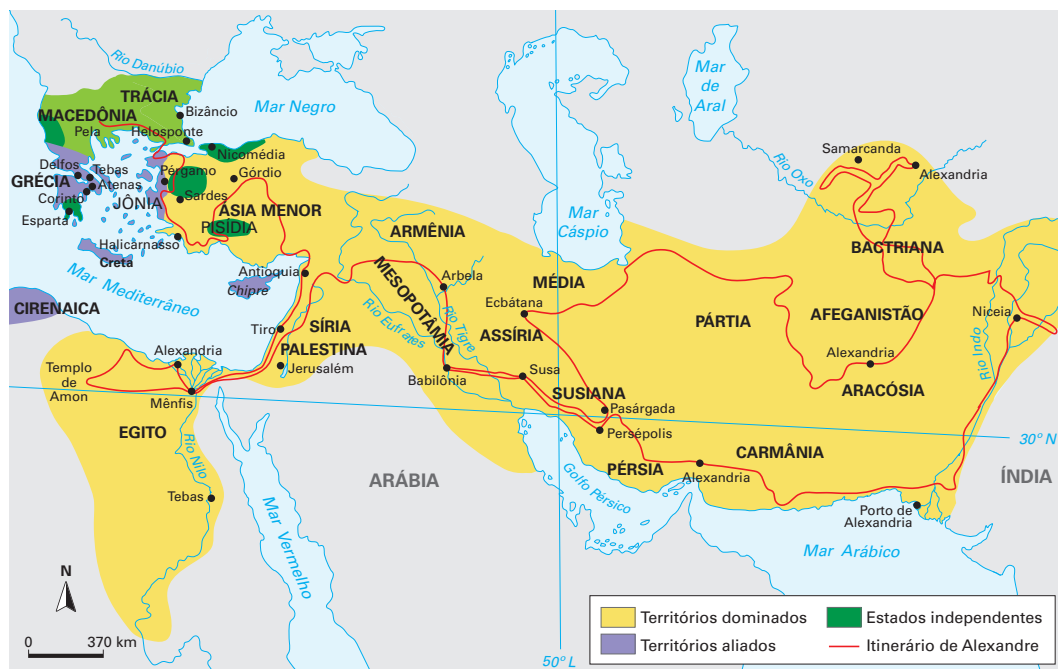
História Pirata #37 – Alexandre, o Grande. Entrevistado: Henrique Modanez. Entrevistadores: Rafinha e Daniel Gomes. Brasil: História Pirata, 27 nov. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-409417183/historia-pirata36-alexandre-o-grande-com-henrique-modanez>. Acesso em: 15 jun. 2022.

O período helenístico (336-146 a.C.)

Entre os séculos IV a.C. e II a.C., a Grécia esteve sob domínio da Macedônia, caracterizando o que ficou conhecido como período helenístico. Inicialmente, o reino da Macedônia, governado por Filipe II, despontou como potência militar e promoveu uma política expansionista, anexando cidades gregas e vencendo a Batalha de Queroneia, em 338 a.C. Filipe II foi assassinado em 336 a.C. e o trono passou para seu filho, Alexandre, o Grande.

Alexandre, discípulo de Aristóteles, assimilou valores da cultura grega e efetivou uma grande expansão territorial, que contou com a conquista do Egito, onde foi coroado faraó, e a construção de numerosas cidades, como é o caso de Alexandria. Também conquistou a Pérsia, a Ásia Menor, a Mesopotâmia e o norte da Índia. Alexandre, então, foi acometido pela febre e morreu pouco tempo depois na Babilônia, em 323 a.C.

O Império Macedônico



O império de Alexandre, o Grande.

Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Herman. *Atlas histórico*. Paris: Perrin, 1992. p. 58.

Alexandre construiu um grande império e apropriou-se da complexa estrutura política persa. Sem herdeiros, o império foi disputado entre seus generais, depois de sua morte. Por fim, houve a divisão dos **reinos helenísticos**: na Macedônia, sob comando da dinastia Antigonida; no Egito, sob comando dos Ptolomeus; e, na Mesopotâmia e na Síria, comandados por generais macedônicos.

Os reinos helenísticos eram governados sob a forma das monarquias pré-homéricas e egípcias: poder concentrado nos palácios, corte vasta e forte burocracia. O rei tornou-se figura de adoração e as assembleias democráticas desapareceram. Esses Estados logo se fragmentaram e foram paulatinamente anexados, nos séculos II e I a.C., pelos romanos, constituindo uma nova hegemonia no mundo mediterrâneo.

Nesse período, houve a intensificação dos contatos entre as culturas grega, egípcia, persa, hebraica, mesopotâmica, afegã e hindu, e, com isso, surgiu a chamada **cultura helenística**. A escrita passou a ser valorizada em detrimento da tradição oral, de maneira que uma obra literária só passava a ser considerada válida quando transformada em livro. Atuaram, nesse sentido, os escribas alexandrinos, e assim foram construídas as grandes bibliotecas helenísticas, cujo maior exemplo é a **Biblioteca de Alexandria**.

Nas ciências, destaca-se o matemático Euclides, que desenvolveu as formas e teoremas da matemática; na geografia, Eratóstenes, que calculou a circunferência do planeta; na física, Arquimedes, que elaborou as leis da hidrostática e definiu o valor do Pi; e na astronomia, Aristarco, criador do primeiro modelo heliocêntrico de universo.

Nos templos, os egípcios mantiveram a prática da mumificação, mas começaram a pintar seus túmulos com representações gregas. O comércio entre as cidades

prosperou, e as especiarias orientais como limão, açafrão, romã e pistache passaram a ser levadas para a Europa. Os tecidos persas ganharam na Europa a fama que têm até hoje.

Nas artes, ao contrário da serenidade e racionalidade das obras gregas clássicas, a arte helenística apresenta elementos de tensão e conflito. Na obra *Laocoonte e seus filhos*, do século II a.C., é representada uma cena da Eneida, de Virgílio, onde o sacerdote Laocoonte advertiu a população troiana para não aceitar o cavalo de madeira entregue pelos gregos. Como castigo, os deuses enviaram serpentes do mar que envolveram o sacerdote e seus dois filhos.



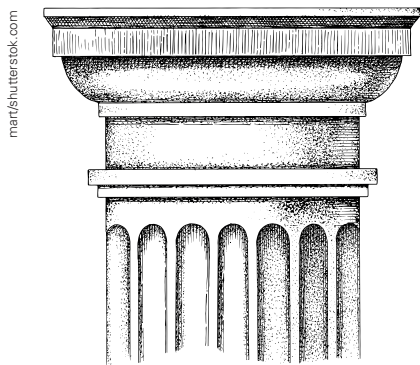
Laocoonte e seus filhos, escultura em mármore atribuída a Agesandros, Atenodoro, Polidoro. Museu Pio-Clementino, Vaticano, Itália.

gabriele geisy/Shutterstock.com

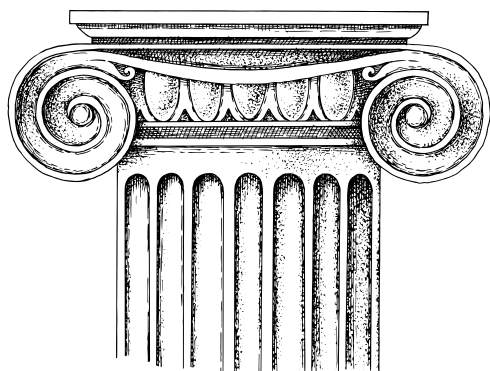
FRENTE 2

Saiba mais

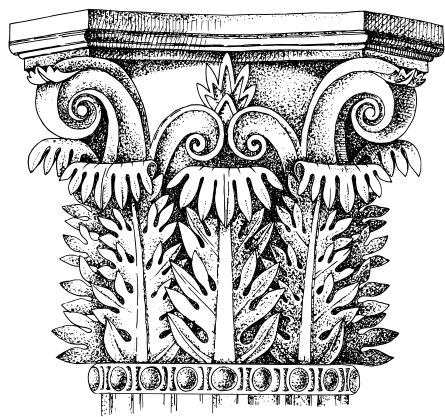
No que diz respeito à arquitetura, havia, no mundo grego, três ordens principais: a dórica, com colunas sem base e capitel curvo, representando a sobriedade; a jônica, com base e capitel terminados em duas volutas, representando a leveza e a elegância; e a coríntia, combinação das outras duas, típica do mundo helenístico, marcada pela riqueza de detalhes.



Elemento arquitetônico da ordem dórica mostrando equino curvo simples de capitel.



Capitel da ordem jônica.



Capitel da ordem coríntia com decoração foliar e volutas verticais.

Roma Antiga

Da origem à monarquia (753-509 a.C.)

No momento de sua fundação, Roma era uma cidade independente, com estruturas semelhantes a uma pólis grega. No entanto, as mudanças internas e as guerras com as quais se envolveu levaram Roma a se tornar um império, e um dos mais duradouros da história. O Império Romano se estendeu da Grã-Bretanha ao rio Eufrates e do mar do Norte ao Egito, e era fortemente ancorado na escravidão. Interligado por uma rede de estradas, o Império Romano possuía refinadas técnicas de administração, cobranças de impostos e fixação de tropas.

Roma incorporou muito da cultura das regiões que conquistou, especialmente da Grécia. Não foi apenas ouro e tecido que os romanos saquearam, mas também a cultura grega, seus princípios religiosos e sua política. Ideias e palavras como república, senado, plebiscito, comício, proletário e sufrágio vêm do período romano. Contudo, assim como a democracia dos gregos, a República e o Senado romanos tinham significados muito distintos dos nossos.

Há diferenças fundamentais entre o mundo grego e o romano. Na evolução histórica de Roma, houve o fortalecimento dos patrícios, um grupo de proprietários de terras que derrubou a monarquia e instaurou instituições capazes de garantir o seu domínio. Ao contrário da Grécia, na qual a democracia tirou o poder da aristocracia, em Roma, no Império ou na República, o poder permaneceu essencialmente aristocrático. A aristocracia romana, contudo, não foi a mesma do início ao fim; extremamente maleável, ela passou por grandes transformações e soube unir-se a uma nobreza plebeia.

A península Itálica possui uma cadeia montanhosa que protege a região dos ventos frios do norte e contribui para a ocorrência de chuvas. O solo na região é fértil, favorecendo a agricultura e a criação de gado. O rio Tibre nasce nas montanhas da Itália central e cruza uma planície antes de chegar ao mar. Às margens do rio Tibre, foi fundada a cidade de Roma. Antes da fundação da cidade, a região foi ocupada por diversos povos como itálios (latinos, sabinos, samnitas e úmbrios), gregos, messápios, lucanos, campanos e etruscos.

Os etruscos exploravam o ferro e o cobre e viviam em cidades planejadas, que influenciaram os romanos em seu plano urbanístico e seus túneis subterrâneos. Possuíam um amplo comércio, e seu artesanato, em cerâmica e bronze, era encontrado em várias partes da Europa. No século VI a.C., o Império Etrusco abarcava ao norte a planície do Pó e ao sul a região da atual Nápoles. Roma, fundada por latinos e sabinos, estava localizada no Lácio, entre colônias gregas do sul da Itália (Magna Grécia) e a Etrúria. Vestígios arqueológicos indicam que a cidade foi fundada quando pastores e agricultores, que ocupavam as colinas do Palatino, Esquilino e do Quirinal, uniram-se para se proteger de ataques etruscos.



Escultura *Lupa Capitolina*, exposta na cidade de Roma, Itália. Foto de 2017. Segundo a mitologia clássica, os irmãos Rômulo e Remo foram escondidos em um cesto e colocados no rio Tibre. Ao chegar entre dois vales, foram amamentados por uma loba e criados por pastores. Adultos, os irmãos resolveram fundar uma cidade.

Durante a monarquia, o rei acumulava funções políticas, militares e religiosas. Seu cargo não era hereditário, mas eleito pelos chefes das famílias mais ricas. Junto ao rei, havia o **Senado**, um Conselho de Anciãos que se manifestava sobre questões importantes, como as guerras.

As comunidades de Roma estavam organizadas em famílias vinculadas por um antepassado comum e eram chefiadas por um patriarca (*pater*) que exercia um poder ilimitado sobre a mulher, os filhos e os escravos. A camada dos **patrícios** era composta dos chefes das famílias poderosas, proprietários de grandes terras e rebanhos, que detinham o poder político e diziam ser descendentes de heróis lendários. Possuíam escravos, clientes e alianças com outras aristocracias. Abaixo dos patrícios, estavam os **plebeus**, homens livres, pequenos agricultores, comerciantes ou artesãos. Eram considerados romanos, mas não tinham os privilégios dos patrícios. Muitos patrícios exerciam o patrocínio (*patronus*) ou proteção sobre um outro grupo ou pessoa (um plebeu ou um patrício menos importante), que se tornava seu cliente. A relação de clientela envolvia uma série de obrigações mútuas: um patrono poderia ajudar em um empréstimo, um casamento ou um apoio para obter um cargo, esperando, em troca, que seu cliente o ajudasse sempre que fosse necessário. Por fim, estavam os **escravos**, que nesse período eram pouco numerosos.

Roma tornou-se um centro urbano organizado, mudou suas instituições políticas, ganhou um sistema de esgoto, santuários e foi cercada por muralhas, enquanto o latim tornou-se a língua corrente. Foi adotada a forma hoplítica de organização do exército. Além disso, os romanos tiveram contato com os gregos, que estabeleceram colônias na Itália meridional e na Sicília.

Do século VII a.C. ao VI a.C., os povos etruscos conquistaram Roma. Em 509 a.C., o último rei de origem etrusca, Tarquínio, o Soberbo, foi deposto por uma revolta, e a realeza foi abolida. Nesse período, sabe-se que em várias cidades os patrícios derrubaram reis, visando aumentar seu poder. A aristocracia romana temia que, como na Grécia, uma tirania ligada à plebe democratizasse o acesso à terra. Assim, os reis deixaram de existir, e Roma passou a ser uma República.

A República (509-27 a.C.)

A expressão *res publica* (literalmente “a coisa pública”) é a tradução latina da palavra grega *politeia*, que foi utilizada de formas distintas. Platão e Aristóteles usaram-na como sinônimo de “governo” ou “formação política”, seja ela qual for. O mesmo Aristóteles, contudo, usou o termo como significando “governo moderado” e “equilibrado”, diferente dos governos aristocrático e monárquico e também das formas que ele via como degeneradas: a tirania, a oligarquia e a democracia.

No caso romano, o termo é utilizado em oposição à monarquia. Trata-se da ideia de um governo para o bem comum. Em uma república, o homem deve colocar esse bem comum, que é público e geral, acima de suas paixões, interesses e ambições individuais. Até o século XVIII, a República não estava relacionada à Democracia. Até duzentos anos atrás, muitos pensadores acreditavam que um governo democrático traria a desordem e, assim, seria incompatível com o bem comum republicano.

A República Romana era composta do **Senado**, das **Magistraturas** e das **Assembleias**. O Senado, instituição mais poderosa de Roma, controlava o tesouro público, dirigia a política externa e interna, zelava pela religião e tinha o poder de decidir sobre guerras. Os 300 senadores cumpriam cargos vitalícios e eram eleitos pelos censores, que eram escolhidos entre os ex-magistrados.

Os **magistrados** eram eleitos pelas assembleias para exercer mandato de um ano (com exceção do censor). Desempenhavam as funções dos antigos reis, possuindo alguns dos seus poderes. Os magistrados mais influentes eram os dois **cônsules**, que dirigiam os negócios públicos e as campanhas militares. Os **pretores** eram encarregados da justiça; os **questores**, da administração de recursos e despesas; e os **edis curis** cuidavam dos edifícios, esgotos, vigilância de mercados e organização dos jogos. Os **censores**, eleitos a cada cinco anos, classificavam os cidadãos, definindo os que poderiam participar do exército, quais teriam direitos a decisões políticas e como ficariam distribuídos nas ordens existentes. O **pontífice máximo** era o chefe dos sacerdotes e estipulava as regras morais da sociedade. Em Roma, a religião era vista como questão cívica, instrumento de estabilidade e coesão social.

As assembleias (curial, centurial e tribal) elegiam os magistrados, inclusive os censores, responsáveis por eleger os senadores. Podiam votar apenas os cidadãos romanos, ou seja, os homens livres, incluindo filhos livres dos escravos e estrangeiros de cidades aliadas. Apesar de algumas participações da plebe, as assembleias eram controladas pelos patrícios, uma vez que o direito a um lugar era definido pela fortuna e pela posição, avaliadas por meio do *census*. Em Roma, os votos realizavam-se coletivamente – nesse caso, por meio das assembleias.

Em caso de grave ameaça à República, como guerras ou revoluções, o Senado podia suspender todas as leis e indicar um chefe único para governar Roma por seis meses: o ditador. Com o poder de todas as magistraturas, ele teria a função de pacificar a cidade.

Os conflitos entre plebeus e patrícios (494-287 a.C.)

Após a proclamação da República, os patrícios assumiram para si todos os cargos políticos. Durante mais de dois séculos, a plebe, liderada pelos plebeus enriquecidos, articulou uma luta contra essa estrutura política, conseguindo importantes reformas.

Em 494 a.C., os plebeus, descontentes com a legislação sobre dívidas e com a falta de proteção aos cidadãos, se retiraram para o monte Aventino, deixando os patrícios sem trabalhadores e soldados. Os patrícios cederam e foi criado o cargo de **tribuno da plebe**, eleito pelos plebeus, nas assembleias da plebe, e que tinha poder de veto sobre as ações do Senado.

Em 450 a.C., a plebe – novamente insatisfeita com o aumento dos impostos – ameaçou voltar ao monte Aventino e exigiu que as leis, que eram orais e conhecidas somente pelos governantes, fossem escritas. Nasceu, assim, a **Lei das Doze Tábuas**, que deu origem ao direito romano.

Em 445 a.C., a Lei Canuleia aboliu a proibição ao casamento entre patrícios e plebeus; em 367 a.C., a Lei Licínia Sextia estabeleceu que um dos cônsules fosse sempre plebeu, e, em 326 a.C., com a Lei de Poetélia, a escravidão por dívida foi abolida. Em 287 a.C., os plebeus se retiraram novamente para o monte Aventino, conseguindo aprovação da Lei Hortênsia, na qual as decisões da assembleia popular da plebe, os plebiscitos, poderiam ter validade em toda Roma. Embora a plebe tenha ampliado sua participação na sociedade romana, não alcançou plena igualdade política em relação aos patrícios. Importante destacar que as assembleias que elegiam os magistrados continuaram a ser controladas pelos patrícios.

A expansão romana

As lutas sociais conquistaram uma nova dimensão no cenário de expansão territorial de Roma. Entre os séculos V e III a.C., houve uma série de campanhas militares na península Itálica contra aqueles que ameaçavam a existência da cidade. Roma estabeleceu alianças com as cidades dominadas, e a expansão, a partir daí, se deu entre uma liga de cidades por ela liderada. Cada guerra significava o aumento de recursos, por meio do saque e da pilhagem, de escravos, de cidades aliadas e do exército que se tornava cada vez maior.

No século III a.C., os romanos já dominavam toda a península Itálica e o apogeu dessas conquistas se deu em confronto com Cartago, sua antiga aliada. Fundada pelos fenícios em 841 a.C., Cartago, situada no norte da África, era uma pólis democrática, potência comercial, com base na exploração e venda de minérios, e não tolerava o surgimento de um concorrente no Mediterrâneo ocidental. Os acontecimentos que desencadearam a guerra se deram em Messina, região da Sicília. Mercenários de Siracusa, aliados cartagineses, invadiram Messina, que era de influência romana. Os romanos tiveram, então, seu pretexto para invadir toda a Sicília. Cartago, no entanto, não aceitou tal ocupação, dando início às **Guerras Púnicas (264-146 a.C.)**. Com

a eventual vitória de Roma, Cartago foi destruída e houve o controle romano dos territórios ao longo de todo o Mediterrâneo.

As Guerras Púnicas representaram um marco da grande expansão territorial romana. No fim do século II a.C., toda a civilização mediterrânea estava sob o domínio romano. A expansão garantiu riqueza por meio dos saques, glória militar para a aristocracia e aquisição dos terrenos das áreas conquistadas. Os comerciantes italianos obtinham novas possibilidades de comércio, e os tributos cobrados dos povos dominados garantiam tanta riqueza que houve a isenção de impostos.

Para administrar diferentes regiões, os romanos empregaram várias estratégias. Uma delas foi o *municipium*, que consistia em considerar as regiões como províncias romanas e dar-lhes a cidadania. Tinham autonomia interna e o direito de participar das assembleias, mas, em contrapartida, deveriam fornecer soldados para a expansão romana. Contudo, nem todas as regiões conquistadas gozaram dessa cidadania, e, às vezes, eram obrigadas a conceder soldados e a pagar pesados tributos sem obter cidadania. Além disso, outra estratégia foi integrar as áreas conquistadas por meio de um eficiente **sistema de estradas**.

O mar Mediterrâneo, agora, era chamado de *Mare Nostrum* (nosso mar) pelos romanos. Nele, circulavam mercadorias e soldados, intensificando o comércio e a integração no mundo antigo.

Bacia Mediterrânea: Mare Nostrum



Fonte: VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2003. p. 81.

As consequências da expansão romana

A expansão transformou Roma profundamente e acabaria por minar a própria República. As guerras aumentaram o poder da aristocracia, que, ao se apoderar das terras

conquistadas, passou a ter centenas de escravos. Essa mesma aristocracia restringia cada vez mais o acesso às magistraturas: o consulado se tornou um privilégio de vinte e cinco famílias da alta aristocracia, e o cargo de tribuno da plebe perdeu importância.

Os senadores passaram a se distinguir como uma **ordem** (*ordo senatorios*), grupo reconhecido pelo Estado que mantinha determinados privilégios jurídicos devido às suas funções, diferenciando-se por seu prestígio, sua fortuna, dignidade e hereditariedade.

Ao conquistar o Mediterrâneo, Roma vivenciou o crescimento do comércio e da economia monetária. Com o domínio das rotas comerciais da região, diversos produtos chegavam a preços baixos das novas regiões romanas, o que fortaleceu os **homens novos**, um grupo de comerciantes e soldados enriquecidos. Os mais ricos desse grupo passaram a integrar uma nova ordem que admitia membros cuja fortuna não se baseasse exclusivamente na terra. Na **ordem equestre** (“cavaleiros”) poderiam entrar todos que tivessem renda para ser cavaleiro do exército (400 mil sestércios).

Paralelamente às guerras, Roma tornou-se propriamente escravista quando sua produção passou a depender do trabalho escravo. Então, a partir do século II a.C., formaram-se os **grandes latifúndios escravistas** que, pela primeira vez na história, foram introduzidos em larga escala. O escravo e sua família eram submetidos a uma severa disciplina e não podiam jamais ficar ociosos. Trabalhavam preferencialmente nos latifúndios, mas podiam ser encontrados em outros locais da República Romana.

Nos centros urbanos, os escravos trabalhavam ao lado de homens livres no artesanato, na metalurgia, nas tarefas domésticas e poderiam ser, inclusive, médicos, professores, músicos, secretários e gladiadores. Havia também os escravos do Estado, que trabalhavam nas grandes obras públicas, em minas e pedreiras. Os latifúndios escravistas eram imensos e pouco vigiados, pois os senhores geralmente residiam nas cidades. Assim, entre 134 e 104 a.C., uma série de levantes servis ocorreu na Sicília, sendo dominados com grande dificuldade. O mais famoso deles teve início em Cápua e foi liderado pelo gladiador Espártaco.

Uma das mais sérias consequências da expansão romana foi uma aparente contradição: por que quanto mais Roma crescia, mais empobreciam os camponeses, maioria da população? Obrigados a servir no exército, eles passaram muitos anos lutando longe de casa, abandonando suas plantações. Muitas famílias viam-se sem homens para cultivar a lavoura. Viúvas e órfãos se endividavam, vendiam sua propriedade para os latifundiários e dirigiam-se para a cidade. Outros soldados, ao retornarem às suas propriedades, encontravam-nas devastadas pela guerra, a família morta ou empobrecida, e, assim, também seguiam para a cidade.

Muitos camponeses endividados eram expulsos pelos grandes proprietários. Pequenos proprietários arruinavam-se devido à concorrência com os produtos das províncias e dos latifúndios. Então, os grandes proprietários (patrícios) se apoderavam das terras abandonadas, adquirindo-as

a preços baixíssimos, além de receber muitas terras conquistadas. Não faltava mão de obra: os milhares de escravos capturados na guerra atendiam à necessidade. Essa massa empobrecida que se dirigiu à cidade formou um proletariado urbano, que vivia de trabalhos ocasionais ou de esmolas.

Após o período de expansão, muitos territórios passaram a se revoltar, pois não possuíam cidadania política, pagavam pesados tributos e eram explorados ao máximo pelos comerciantes e latifundiários romanos. Entre os anos de 90 e 88 a.C., Roma enfrentou várias guerras contra essas cidades.

Saiba mais

Para compreendermos o mundo antigo, é importante sabermos que, na mentalidade dos povos da Antiguidade – assim como do período medieval –, não havia a noção de Estado ou de sociedade como existe hoje. A ideia de igualdade social não fazia sentido em um mundo ainda sem Direitos Humanos, em um mundo no qual a hierarquia era vista como natural. Antes do século XVIII, a palavra revolução significava apenas “movimento circular”. Com a Revolução Francesa, o termo adquire o sentido de um movimento em direção a um futuro esperado.

A crise da República (133-27 a.C.)

Enquanto Roma tornava-se a cidade mais poderosa do mundo, sua população empobrecia cada vez mais. Diante disso, em 133 a.C. os irmãos Tibério e Caio Graco viam na distribuição de terras uma forma de superar a crise. O objetivo da **reforma agrária dos irmãos Graco** era reduzir o número de cidadãos sem terra, aumentar a camada de pequenos e médios proprietários para, assim, ter maior número de soldados no exército (dado que apenas homens capazes de se armar poderiam lutar nas guerras). O povo afluiu em massa do campo para Roma, exaltado com a reforma, e o grupo de latifundiários que ocupava as terras estatais, por sua vez, se mobilizou contra Tibério Graco, que foi morto.

Em 123 a.C., Caio Graco assumiu o cargo de tribuno da plebe e passou a defender um projeto de reformas ainda mais amplo. Entre as propostas estava conceder a cidadania romana aos povos latinos e a criação de leis que distribuíssem trigo a preço reduzido aos cidadãos. Caio gozava de grande popularidade, contudo, os senadores rejeitaram qualquer tipo de mudança, levando-o ao suicídio.

No norte da África, Roma enfrentava uma revolta da Numíbia, comandada pelo rei Jugurta. Em 108 a.C., o general Caio Mário, o homem mais rico de Roma, mas nascido plebeu, derrotou Jugurta. Pelo seu prestígio, foi eleito ditador e cônsul, dominando a política romana entre 107 e 86 a.C. Criou o **exército permanente**, pagando os soldados e permitindo, pela primeira vez, que os mais pobres se alistassem como voluntários, ambicionando os ganhos dos saques e das promoções de carreira.

A República Romana era incapaz de administrar um império cada vez maior e mais complexo. Com isso, os ambiciosos generais se fortaleceram e ganharam um prestígio cada vez maior dentro da população. Foi então que um novo confronto assolou Roma: o cônsul patricio Lúcio Cornélio Sila tinha ganho o comando da guerra contra Mitríades, o rei do Ponto. No entanto, Caio Mário, ambicionando comandar essa guerra, induziu as assembleias a suspenderem os direitos políticos de Sila. Furioso, o cônsul mobilizou as tropas sob seu comando e invadiu Roma, executando seus adversários e assumindo plenos poderes, como ditador de Roma. O general fugiu para a África. No poder, Sila reforçou o Senado, aumentando o número de membros, e revogou o poder dos tribunos da plebe. As conquistas da plebe estavam perdidas e Roma tornava-se mais aristocrática. Sila morreu em 79 a.C., na Sicília.

Diversos chefes políticos passaram a disputar o poder. Em 60 a.C., Pompeu, Crasso e Júlio César concluíram um acordo conhecido como **primeiro triunvirato**. Com apoio do exército, o triunvirato controlou Roma, prometendo restabelecer a ordem na cidade e acabar com complôs, escândalos e revoltas. Após a morte de Crasso, Júlio César e Pompeu entraram em confronto armado pela disputa de poder, que resultou na vitória de César. Em 44 a.C., Júlio César tornou-se ditador vitalício, concentrando todo o poder político em suas mãos e enfraquecendo o Senado, que perdeu os poderes na administração financeira e provincial. Somente César podia nomear governadores, decidir sobre guerras e controlar todas as magistraturas. Desenvolveu uma política de colonização para distribuir terras e divulgar a cultura romana, doou terras a 100 mil romanos, unificou a moeda no império e fez todo o mediterrâneo viver segundo o calendário romano.

Os senadores, temerosos pela perda de poder, acusaram César de aspirar à realeza e armaram um golpe, convencendo Brutus a liderá-lo. Em 44 a.C., César foi assassinado no Senado. Sua morte causou grande comoção popular e deu início a novas guerras civis em Roma. Desse modo, foi feito um novo acordo – o **segundo triunvirato** – unindo, no governo, Caio Otávio, Marco Antônio e Lépido. Mais uma guerra aconteceu entre os três triúmviros. Otávio conquistou o Egito, apoderando-se da fortuna milenar dos faraós e formando um exército de 70 legiões. Roma novamente ficou sob o comando de um único senhor: Otávio, que chegou à Roma aclamado pelo povo e pelo Senado.

O Império Romano (27 a.C.-476 d.C.)

O principado de Otávio Augusto (27 a.C.-14 d.C.) e o Alto Império Romano (14 a.C.-235 d.C.)

Em um primeiro momento, Otávio se apresentou como defensor da República, da paz e da liberdade e manteve as instituições republicanas, assumindo o título de *princeps* (“primeiro dos cidadãos”), chefe da República. Em 27 a.C. renunciou a seus poderes, mas o Senado suplicou-lhe que permanecesse e concedeu-lhe o título de *Augusto*, que significa divino, superior aos homens mortais. Com o tempo,

o imperador passou a ser encarado como um deus vivo, herdeiro do sangue divino de seu pai, Júlio César. Assim, Otávio passou a se chamar Imperador **Augusto César** (*Imperator Caesar Augustus*).

O Senado e as magistraturas se mantiveram, contudo, Otávio Augusto e seus sucessores tomaram para si os poderes dos senadores e magistrados. Otávio tinha imunidade no cargo e direito de convocar assembleias, e o Senado, de impor leis, de escolher os magistrados, de vetar medidas de senadores e magistrados etc. Ele controlava o tesouro imperial, era o comandante do exército e o único que poderia ser aclamado após as vitórias nas batalhas.

Além disso, Augusto vangloriava-se por transformar Roma de uma “cidade de tijolos” para uma “cidade de mármore” e capital de um império. Ele garantiu o fornecimento de água ao construir aquedutos, cais e esgotos. Também ergueu o Fórum de Augusto, o Altar da Paz e um mausoléu para a família imperial. Ele criou o cargo de prefeito da cidade e confiou aos *vigiles* (bombeiros) o policiamento noturno e a luta contra os incêndios tão comuns em Roma.

Junto a seu amigo, **Mecenas**, Augusto protegeu e sustentou inúmeros homens das letras, como Tito Lívio, Horácio e Virgílio. Posteriormente, chamou-se de “mecenate” a proteção que um homem rico dá a um artista.



Augusto de Prima Porta, c. 20 a.C. Mármore. Museu Chiaramonti, Vaticano. Estátua retratando Otávio Augusto.

Museus Vaticanos, Roma

Para evitar novas revoltas no exército, o imperador forneceu lotes de terra aos milhares de soldados depois das guerras. O exército fixou-se em 300 mil homens, com salário, carreira e direitos de aposentadoria. Desse modo, Roma tornou-se um regime imperial de fato. A manutenção da vida, da propriedade e do *status* dos senadores, o fim das guerras e a paz que Augusto trouxe a Roma fizeram com que o regime fosse bem aceito.

Otávio Augusto e os demais imperadores procuraram sempre manter a plebe romana satisfeita, seguindo uma política de distribuição de trigo e dinheiro e proporcionando espetáculos de luta entre gladiadores, corridas de cavalo e teatro. Era a oficialização da política do “pão e circo” (*panem et circenses*), expressão consagrada nos séculos seguintes.

A distribuição e os espetáculos ocorriam todos os anos. Contudo, o trigo era insuficiente para abastecer uma família, ou seja, é equivocado pensar que a plebe vivia ociosa e sustentada pelo Estado. Muitos daqueles que viviam apenas do alimento distribuído eram os miseráveis que não conseguiram trabalho. Da mesma forma, o “pão e circo” não era simplesmente uma estratégia de manipulação das

massas. Práticas como essa têm raízes históricas complexas e, nesse caso, têm origem com os gregos e remetem a um comprometimento dos nobres com a vida social.

A partir de Augusto, as diretrizes da política externa romana também mudaram. Essa mudança teve um impacto cultural sem precedentes, pois as províncias deixaram de ser simples terras de conquista e adotaram, progressivamente, o modo de vida greco-romano, integrando o império. As cidades ganharam cada vez mais autonomia, até que o imperador Caracala, em 212, concedeu a cidadania a todos os habitantes do império, que já somavam 55 milhões. A infraestrutura das estradas foi ampliada, e foram construídas pontes para o acesso a regiões isoladas e melhores portos nas cidades marítimas, o que promoveu a integração econômica entre as províncias do império.

O Direito Romano começou a se organizar no Império, reunindo todas as leis e textos e procurando levantar as regras gerais. Nas palavras de Ulpiano, o Direito era a arte de buscar aquilo que “é bom e traz equidade”. Séculos depois, no fim da Idade Média, quando os Estados começaram a se reorganizar, o Direito Romano – ou melhor, uma leitura que se fez dele – tornou-se sua base jurídica.

Saiba mais

O anfiteatro era o espaço utilizado para a luta entre os gladiadores e as feras. Dos anfiteatros, o mais famoso era o Coliseu, com capacidade para mais de 50 mil pessoas e assim chamado por causa de uma imensa estátua que existia ao seu lado, o *Colosso de Nero*. Em Roma, empresários especializados treinavam escravos, criminosos e miseráveis para tornarem-se gladiadores e vendiam-nos aos magistrados das cidades por preços altíssimos. Esses magistrados organizavam as batalhas, momentos em que civilização e barbarismo se encontravam.



Ruínas do Coliseu em Roma, Itália. Foto atual.

emperorcosar/Shutterstock.com

O período do Alto Império, desde as reformas de Augusto até o fim do século II, é conhecido como **Pax Romana** (Paz Romana), devido às poucas guerras externas (Augusto fixou as fronteiras), à paz interna (fim das guerras entre generais, pão e circo e os *vigiles*), aos poucos conflitos com suas províncias (ordem e obediência promovidas por Augusto, maior integração ao Império) e a toda prosperidade do Império.

Extensão do Império Romano – século II



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Paris: Larousse, 2003. p. 27.

Saiba mais

Após Augusto, o culto ao imperador desenvolveu-se englobando toda a família (*domus Augusta*). Dessa forma, todos os imperadores pertenciam a uma linhagem de deuses. A primeira dinastia é a dos Júlio-Cláudios (14-68 d.C.). Seus imperadores foram **Tibério César**, **Calígula César**, **Cláudio César** e **Nero César**. Com a morte de Nero, em 68, eclodiu uma sangrenta luta civil entre os generais Galba, Oto e Vitélio. Quem saiu vitorioso foi Vespasiano, um cavaleiro de origem itálica, comandante do exército do Oriente. Ele não tinha ligações de sangue com Augusto e deu início à dinastia dos Flávios (69-96).

Vespasiano legitimou sua posição de imperador pelos seus méritos militares, ganhando aceitação do Senado e do povo. Seu filho mais velho, Tito, o sucedeu, tendo imenso prestígio após sufocar uma grande revolta judaica e tomar Jerusalém, entre 66 e 70. Seu governo foi marcado pela erupção do vulcão Vesúvio, em 79, que destruiu as cidades de Pompeia e Herculano, símbolos do Império Romano. Uma doença pôs fim ao reino de Tito, que foi sucedido pelo irmão **Domiciano**. Ele deu continuidade às obras públicas e, na administração, substituiu homens da nobreza por funcionários de carreira. Com isso, a oligarquia senatorial o acusou de tirano e encarregou-se de assassiná-lo.

O poder foi entregue a **Nerva**, um velho senador, iniciando a dinastia dos Antoninos (96-192). Seu reinado é encarado como o retorno do equilíbrio entre Senado e imperador. Os governos dos Antoninos são considerados como o **período de ouro de Roma**, com grande estabilidade política, poucas revoltas internas e, como definiram alguns historiadores, uma “monarquia esclarecida”, pois seus imperadores, entre eles Marco Aurélio, seguiam lições de filósofos. Com exceção do último reinado, esses reis não transmitiam seu poder a filhos, mas àqueles que consideravam “os melhores” para sucedê-los, adotando-os. Grandes obras foram construídas nesse período, como ginásios, fontes, templos, oficinas e escolas. No reinado de **Cômodo** (180-192), o último dos Antoninos, o equilíbrio rompeu-se e as tensões latentes emergiram. Ele abandonou a política de defesa das fronteiras e negociou paz, retornando a Roma. Praticou uma política de austeridade financeira, com grande número de confiscos, e entrou em conflito com os senadores, tentando tirar deles o comando das legiões. Cômodo foi, então, assassinado em uma conspiração.

Os comandantes das legiões romanas entraram em grande conflito, vencido por **Sétimo Severo** (193-211). A dinastia dos Severos (193-235) foi caracterizada por uma ampliação da burocracia estatal, que aumentou o número de funcionários e funções administrativas. Os imperadores autocráticos apoiavam-se abertamente no exército, que consumia a maior parte do orçamento. Além disso, também houve a desvalorização da moeda. A dinastia teve fim com o assassinato de **Alexandre Severo**, em 235, dando início ao período conhecido como **Baixo Império Romano**.

O Baixo Império Romano (235-476 d.C.)

A partir do século III, após a dinastia dos Severos, o Império Romano passou a viver uma crise social e política que teve início com a ameaça de uma liga de bárbaros que atacava os domínios romanos, enquanto os partas tentavam reconstruir o Império Persa, pressionando as fronteiras orientais.

Diante disso, Roma estabeleceu acordos com os chefes de tribos bárbaras, concedendo a eles territórios em troca do fim das ameaças e o pedido de que lutassem contra outros bárbaros. Além disso, eles recebiam o título de **federados** (*foederati*) e tornavam-se oficialmente romanos. No final do Império, muitos deles tornaram-se cristãos e passaram a adotar costumes romanos; líderes bárbaros ganharam o título de patrícios, e cônsules e tribos inteiras, como a dos alanos, francos, visigodos e ostrogodos, foram incorporadas ao Império, lutando junto aos romanos. Muitos romanos pobres, inclusive, preferiam ser governados pelos bárbaros, pois o Estado romano cobrava muitos impostos. Tem-se, então, um processo crescente de **romanização** e **assimilação** dos bárbaros.

Se, no período monárquico, as elites latinas fundiram-se às elites etruscas, e, no período republicano, houve a formação de uma elite patrício-plebeia mais itálica que romana, agora o Império Romano assimilava em suas elites os povos germânicos. Roma, portanto, conviveu com essa dupla-autoridade: os bárbaros, que eram reis de seus povos, eram também generais dos romanos, submissos ao imperador. Portanto, na maioria dos casos, os bárbaros se instalaram pacificamente no Império. Por todos esses motivos, o termo **migrações bárbaras** é mais apropriado do que “invasões”, e não remete à falsa ideia de bandos de bárbaros destruindo tudo. Contudo, isso não significa que não houve ataques diretos. O objetivo é enfatizar uma relação mais complexa e dinâmica entre romanos e bárbaros.

Durante o Baixo Império, Roma passava por uma crise política interna que a deixava incapaz de enfrentar os inimigos. Generais bem-sucedidos cobiçavam o título de imperador e, constantemente, tomavam o poder para si. E, por um século após a queda dos Severos, não houve a formação de uma dinastia. Outro ponto é que, desde os Antoninos, o Estado gastava fortunas em anfiteatros, termas, espetáculos e, sobretudo, com o exército, aumentando o déficit. O fim das conquistas e, conseqüentemente, dos saques gerou uma crescente escassez de metais preciosos, desvalorização da moeda e inflação. Algumas trocas passaram a ser feitas diretamente em produtos (*in natura*) e também houve a queda em número no fornecimento de escravos. Todos esses aspectos foram compensados com o aumento de impostos e do poder do Império, cada vez mais burocratizado.

Com o declínio da escravidão e um número cada vez maior de pessoas no espaço rural, fugindo das migrações bárbaras, dos impostos e das lutas sociais na cidade, ganhou força o **colonato**, que aos poucos se tornou dominante no campo. Homens que saíam das cidades, incapazes de se sustentarem e pagar impostos cada vez mais altos, colocavam-se sob a proteção de um proprietário de terra (romano ou bárbaro), tornando-se colonos. Então, um contrato era estabelecido: o proprietário cedia um lote de terra por cinco anos para o colono cultivar, e o colono comprometia-se a pagar tributos e a trabalhar certos períodos nas terras do senhor. Com o tempo os contratos tornaram-se vitalícios e hereditários, de modo que nem o colono podia abandonar a terra, nem o senhor expulsá-lo.

No fim do século IV, a situação dos colonos tornou-se tão precária que já eram chamados de **servos da gleba**, pois, apesar de não serem escravos, estavam proibidos por lei de fugir de sua terra e de suas obrigações. No século V, os colonos já não pagavam mais impostos ao Estado, mas ao proprietário de terra, que por sua vez os repassava ao Estado. Posteriormente, para fugir do Império Romano, camponeses livres, colonos e aldeias inteiras entregavam suas terras a um rico aristocrata, saindo da órbita do Estado e colocando-se em sua proteção. A esse processo deu-se o nome de **patrocínio**. Esses territórios se tornavam cada vez mais independentes, pois tinham uma produção quase autossuficiente, exerciam a justiça com suas próprias regras e organizavam as próprias tropas para lutar contra os bárbaros.

Outro elemento fundamental nesse momento de crise do Império Romano foi o **cristianismo**. Desde a conquista de Alexandre Magno, toda a Palestina era área de influência grega. Sob o domínio romano, a partir de 63 a.C., na região conviviam judeus, samaritanos, gregos e romanos. Foi nesse contexto que os cristãos – vistos pelos romanos, inicialmente, como uma seita de judeus ligados à figura de Jesus Cristo – pregavam a existência de um único Deus, e que Cristo trazia o perdão de seus pecados e a promessa de felicidade. Seus seguidores, os apóstolos, difundiram as mensagens de Jesus, em grego, considerado na época uma língua universal. Os cristãos, monoteístas, negavam categoricamente o culto imperial. Para enfrentar esses problemas, o Império respondeu com a centralização do poder, obrigando os romanos a pagar pesados impostos, enquanto o imperador cercou-se de um cerimonial como o das monarquias egípcia e persa.

Proclamado imperador em 284, **Diocleciano** reorganizou profundamente as estruturas imperiais. Para fortalecer a defesa das fronteiras e evitar interferências na sucessão do poder, ele estabeleceu a **tetrarquia**. Em vez de um, passaram a existir quatro imperadores, com laços familiares: dois “Augustos”, acompanhados cada um por um imperador mais jovem, com o título de “César”. Cada Augusto reinaria por vinte anos, transmitindo o poder ao César e nomeando o substituto deste.

O Império também foi dividido em doze dioceses. Cada uma se dividia em províncias, cujo número saltou de 48 para 305. Para conter os preços em alta, Diocleciano emitiu o Édito do Máximo, no ano de 301, fixando o maior preço de todas as mercadorias. No entanto, todas essas reformas aumentaram os impostos e tiveram grande oposição da aristocracia, que se recusava a participar dos governos locais.

Após as reformas, em 305, Diocleciano renunciou, deixando como legado um império que já não tinha mais centro nem periferia.

Com a abdicação de Diocleciano, o sistema de tetrarquia não sobreviveu, pois os imperadores guerrearam entre si. Em um desses conflitos, o tetrarca **Constantino** derrotou seus rivais e ocupou, sozinho, o trono. Constantino, o primeiro imperador cristão, renunciou de todos os cultos romanos. Nessa época, os imperadores interferiam intensamente nos assuntos da Igreja, e o cristianismo tornou-se a principal instituição romana. A partir de Constantino, todos os imperadores foram cristãos (com exceção de Juliano, o Apóstata). Com a proclamação do Édito de Milão, em 313, todas as religiões – entre elas o cristianismo – passaram a ser toleradas, podendo ser livremente praticadas. Ademais, o Édito passou a proibir que os municípios pagãos obrigassem os cristãos a realizar sacrifícios, instituiu o repouso obrigatório aos domingos e aboliu as penas contra o celibato. Com a conversão, Constantino ganhou grande popularidade.

Diante das diferentes interpretações da doutrina católica, Constantino presidiu o **Concílio de Niceia**, em 325, para determinar as diretrizes básicas do cristianismo, dando unidade à religião. Estabeleceram-se elementos da ortodoxia cristã, como o dogma da Santíssima Trindade, aceita após um grande debate entre o bispo Atanásio e Ário, fundador de uma seita arianista. Todas as divergências dessa doutrina oficial foram consideradas interpretações equivocadas da doutrina cristã, heresias.

A partir das reformas de Constantino, bispos passaram a receber terras e outros eclesiásticos obtiveram cargos na administração pública e gozaram de grandes privilégios no Império. A partir do papa Leão I, em 445, ficou estabelecido que o bispo de Roma, chamado **papa**, era a autoridade máxima de toda cristandade, legítimo sucessor de São Pedro, primeiro chefe da Igreja.

O Império tornou-se um Estado burocrático e hierárquico, aumentando o número de cargos, prefeitos, governadores e senadores. Os imperadores passaram a instalar-se em Milão e Ravena, em vez de Roma. Em 324, Constantino criou uma nova capital para o Império, a cidade de Constantinopla (hoje em Istambul, na Turquia), no Oriente, área mais rica do Império.



Moeda com o perfil de Diocleciano.



Estátua do Imperador Constantino, na Inglaterra. Foto atual.

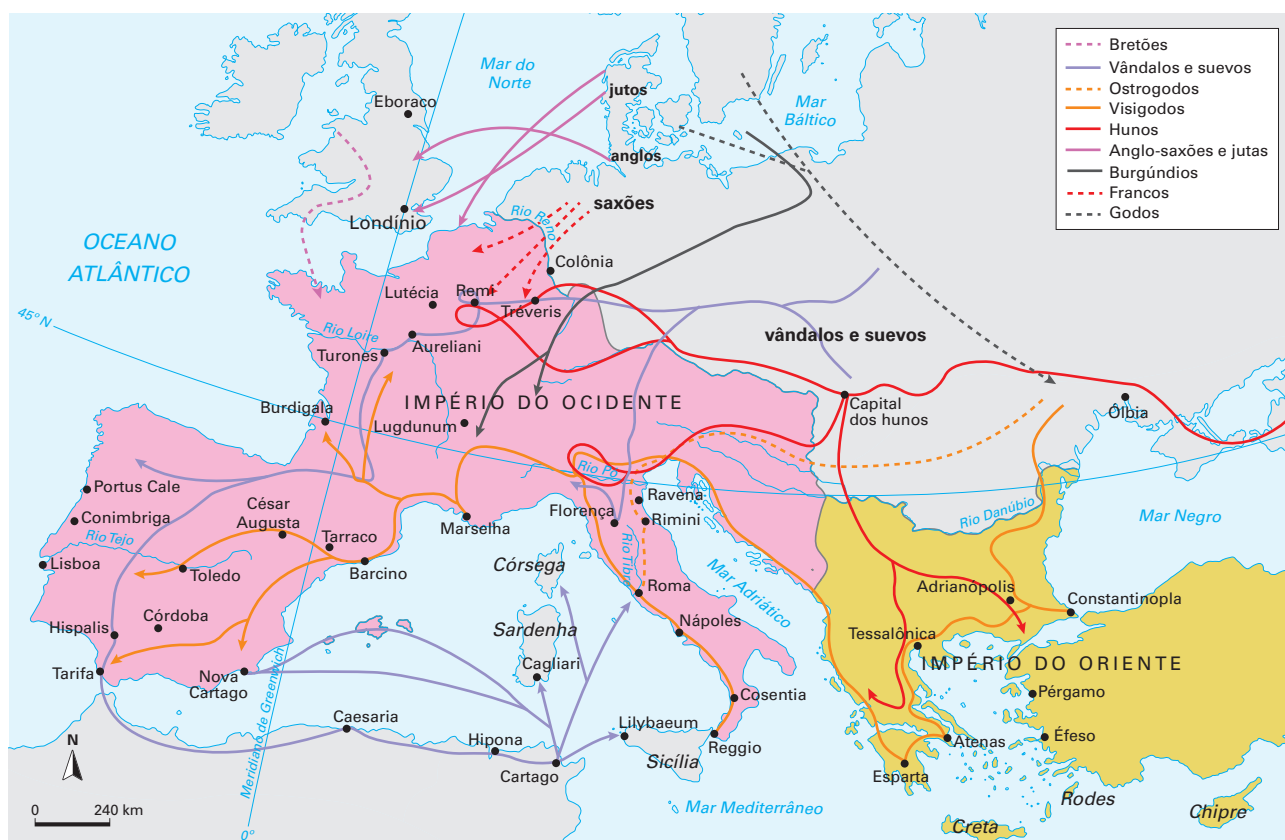
Saiba mais

As primeiras igrejas não adotaram os templos pagãos como modelo, mas as basílicas, termo que, em latim, significa “pórtico real”. O nicho semicircular ou abside seria utilizado como altar-mor, para o qual os olhos dos fiéis ficavam dirigidos. Essa parte do edifício, na qual se situava o altar, passou a ser conhecida como “coro”. O corpo central, onde a congregação se reunia, passou a ser chamada “nave” (ou “navio”), enquanto os compartimentos laterais foram chamados de “alas” (ou “asas”). Na maior parte das basílicas, a espaçosa nave era coberta simplesmente por um teto de madeira com vigas expostas. As alas tinham quase sempre um teto plano. As colunas que separavam a nave das alas eram muitas vezes suntuosamente decoradas.

O imperador **Teodósio**, em 392, com o Édito de Tessalônica, proibiu todas as formas de ritos pagãos no Império, perseguindo os seus praticantes. Cristãos com ideias diferentes das do imperador também eram perseguidos. Nunca houve tanta perseguição aos cristãos quanto a partir do século IV, desta vez promovidas por eles mesmos. Com a morte de Teodósio, em 395, o Império foi dividido entre seus dois filhos: **Honório** herdou o Império Romano Ocidental, a parte original do Império, com capital em Ravena; e **Acádio**, o Império Romano Oriental, com capital em Constantinopla. Assim, Roma deixou de ser a capital do Império.

O Império Romano do Oriente – que englobava os territórios atuais da Grécia, do Egito, da Turquia, da Síria e do Irã – conseguiu sobreviver durante toda a Idade Média (até 1453), formando o que a posteridade chamou de Império Bizantino. A Igreja do Oriente, ligada ao Imperador, apoiava-o. Foram mantidas uma burocracia eficiente, exército e marinha bem equipados e um sistema financeiro organizado e operado uniformemente.

Divisão do Império Romano do Ocidente e do Oriente – 395 d.C.



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Arthur César Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. *Atlas histórico escolar*. 7. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Fename, p. 92.

Já no Império Romano do Ocidente, a crise econômica, os ataques bárbaros e as disputas políticas terminaram em 476, quando o rei Odoacro depôs o último imperador do Império do Ocidente.

Em seguida, Odoacro entregou as insígnias imperiais ao imperador do Oriente, jurando fidelidade a ele. Assim, os diversos territórios ocidentais passaram a ser governados por povos bárbaros (francos, visigodos, suevos, vândalos, ostrogodos, burgúndios etc.), mas todos os reis bárbaros deveriam jurar submissão ao imperador do Oriente. Em 493, os ostrogodos, liderados por Teodorico, venceram Odoacro, se apoderaram da península Itálica e se mesclaram aos romanos. Ao longo dos séculos, eles tornaram-se mais autônomos em relação ao imperador do Oriente.

No século VII, os reinos bárbaros já não eram mais submissos ao imperador do Oriente. Como veremos, a coroação de **Carlos Magno**, no Natal de 800, como imperador de Roma, marca essa posição: ele afirmará que o centro do Império está no Ocidente, e não no Oriente.

Há poucos documentos que apresentam informações sobre o ano de 476. Mesmo que a queda do imperador em Ravena tenha ocorrido, o acontecimento não teve muita notoriedade, pois há muito tempo o poder já estava centrado em Constantinopla e também dividido nas mãos de reis bárbaros. A Igreja Católica já era uma força importante desde o século III. Assim, alguns historiadores preferem denominar Antiguidade Tardia o período entre o século III e o século VIII (época da ascensão do islã, de seu império e da maior autonomia dos reinos bárbaros). Seguindo a periodização tradicional, a partir do século V inicia-se a Idade Média.

Revisando

1. Udesc 2018

Observe a linha do tempo abaixo:

1500 a.C. (1) (2) (3) (4) (5) 475 d.C.

A respeito da chamada Antiguidade Clássica, assinale a alternativa que apresenta a **correta** ordem dos eventos, segundo a linha do tempo apresentada.

- a) Fundação de Roma pelos etruscos; Configuração do modelo de democracia ateniense; Instauração do Império Romano; Queda do Império Romano; Instauração da República Romana.
- b) Acontecimentos narrados por Homero em *Ilíada* e *Odisseia*; Desenvolvimento das noções de democracia e cidadania grega; Crise da República Romana; Instauração do Império Romano; Oficialização do cristianismo como religião do Império Romano.
- c) Expansão do Império Romano; Queda do Império Romano; Estruturação do Sistema Feudal; Crise do século XIV; Renascimento.
- d) Queda do Império Romano; Oficialização do cristianismo; Proclamação da República Romana; Proclamação da República Grega; Expansão dos etruscos para Atenas.
- e) República Ateniense; Ascensão do Império Espartano; Oficialização do cristianismo; Proclamação da República Romana; Expansão do Império Romano.

2. UFG-GO 2013

Leia o fragmento a seguir.

Tinha o desejo de saber por que o Nilo começa a encher no solstício de Verão. De acordo com a primeira explicação, são os ventos estivais que, desviando com seu sopro as águas do Nilo, impede-as de ir para o mar, ocasionando a cheia. A segunda versão é ainda mais absurda, embora encerre qualquer coisa de maravilhoso. Dizem que o oceano envolve toda a terra, e que o Nilo está sujeito a inundações porque vem do oceano. A terceira explicação é mais falsa. Com efeito, pretender que o Nilo provém de fontes de neve equivale a não dizer nada. Como poderia ser formado por fontes de neve se vem de um clima muito quente para um país igualmente tórrido?

HERÓDOTO. *História*. Rio de Janeiro: Jackson Inc., 1964. p. 119-120. (Adaptado).

No fragmento apresentado, escrito por volta de 440 a.C., Heródoto expõe diferentes visões para explicar os motivos das cheias do rio Nilo, no Egito. A forma de exposição de Heródoto expressa uma característica da pólis grega, associada

- a) ao apego a modelos explicativos baseados no empirismo.
- b) à crença na interferência de elementos míticos sobre os eventos naturais.
- c) à especulação filosófica como forma de transformar a realidade.
- d) à relativização da verdade como meio para alcançar o conhecimento.
- e) ao exercício do diálogo constituído por distintas opiniões sobre os acontecimentos.

3. Uece 2017

Atente ao seguinte excerto:

Vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas. Atingiu-me também uma condenação ao exílio que me manteve longe de minha terra por vinte anos após o meu período de comando em Anfípolis e, diante de minha familiaridade com as atividades de ambos os lados, especialmente aquelas do Peloponeso, em consequência do meu banimento, graças ao meu ócio, pude acompanhar melhor o curso dos acontecimentos. Relatarei, então, as divergências surgidas após os dez anos, e o rompimento da trégua e as hostilidades supervenientes.

(TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, V, 26).

Sobre a Guerra do Peloponeso, registrada por Tucídides, é correto afirmar que

- a) se trata de conflito armado entre gregos e troianos.
- b) foi uma guerra entre Atenas e Esparta.
- c) não ocorreu propriamente: trata-se de uma ficção do mundo antigo.
- d) foi o conflito que ficou conhecido como Guerras Médicas.

4. UEG-GO 2015

Como resultado das campanhas militares de Alexandre (Magno), surgiu a cultura helenística. Houve influência da cultura oriental sobre a grega, porém não se deve superestimar a importância dessa influência. Na realidade, os caracteres da cultura grega sempre foram dominantes.

ORDOÑEZ, Marlene; QUEVEDO, Júlio. *Horizontes da História*. São Paulo: IBEP, 2005. p. 41.

Essa hegemonia da cultura helênica verificou-se, sobretudo no Ocidente, sendo justificada pelo fato de que

- a) os persas logo revelariam pretensões imperialistas, sendo liderados por Xerxes numa grande campanha militar contra os gregos.
- b) os habitantes de Alexandria, a capital do Império de Alexandre, se recusavam a admitir a presença de estrangeiros em suas fronteiras.
- c) os gregos mantinham forte resistência à liderança de Alexandre Magno, por ele não ser grego de origem, já que nascera na Macedônia.
- d) os orientais, mesmo tendo se integrado ao império de Alexandre, continuaram sendo considerados bárbaros pelos gregos.

5. Uece 2019

Com a morte de Alexandre, o Grande, iniciou-se a fase conhecida como Helenismo. Considerando os valores e ideais desse período, atente para os seguintes itens:

- I. favorecimento da unificação entre a cultura superior e a cultura popular;
- II. reforço dos elos entre o indivíduo e a comunidade, repudiando o individualismo;
- III. destaque para os ideais filosóficos do epicurismo e do estoicismo.

É correto somente o que consta em

- a) II e III.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I.

6. **ESPM-RJ 2019** O ano de 509 a.C., uma das datas mais importantes na história de Roma, marcou o fim da Monarquia e o começo da República, a qual significou uma mudança radical na forma de governar Roma. O governo passou a ser exercido pelos magistrados, pelo Senado e pelas assembleias. Os magistrados detinham o poder executivo. A mais importante das magistraturas era exercida por dois elementos que atuavam como os representantes do conjunto dos cidadãos. Suas funções eram comandar o exército, convocar o senado e presidir os cultos públicos. Eram os verdadeiros chefes da República e deveriam atuar sempre de comum acordo. Nenhum deles podia tomar uma decisão sem consultar o seu colega (o termo colega significa associado a outro).

PASTOR, Bárbara. *Breve História de la Antigua Roma: Monarquía y República*.

O texto deve ser relacionado a:

- a) pretores;
- b) questores;
- c) tribunos da plebe;
- d) cônsules;
- e) ditadores.

7. **Uece 2018** As Guerras Púnicas, que se constituíram por uma série de combates entre Roma e Cartago no período entre o século III e o século II a.C., assinalaram uma mudança radical na história de Roma e do mundo antigo, porque
- a) mesmo tendo Roma sofrido algumas derrotas, triunfou com as vitórias de Aníbal.
 - b) os conflitos entre Roma e Cartago duraram mais de um século.
 - c) após o fim do conflito, Roma se aproximou de uma civilização mais avançada e rica.
 - d) redesenhou toda a organização do mundo antigo e Roma transformou-se na grande potência do Mediterrâneo.

8. **UEPG-PR 2019** Antiguidade Clássica é uma denominação utilizada para se referir ao período histórico da Europa compreendido entre os séculos VIII a.C. e V d.C. A respeito da história grega abrangida por esse período, assinale o que for correto.

- 01 *Ilíada* e *Odisseia* são dois poemas atribuídos a Homero, suposto escritor que, nesses dois textos, narrou a Guerra de Troia e as aventuras de Ulisses.
- 02 No chamado Período Homérico, as populações gregas se organizavam em comunidades que possuíam uma base familiar comum: os genos.
- 04 As Pólis, ou cidades-Estado, surgiram a partir da unificação dos genos. Cada Pólis possuía governo e leis próprios.
- 08 Localizada na Lacônia, região árida e montanhosa, Esparta foi uma das mais importantes cidades-Estado da Grécia na Antiguidade Clássica.
- 16 Avessas ao contato com outros povos, as cidades-Estado gregas se caracterizaram pelo isolamento e pela forte estrutura militar, fato que as distanciou, por exemplo, dos romanos.

Soma:

9. **Mackenzie-SP 2018** Após a unificação da península Itálica, em 272 a.C, e a vitória contra Cartago, Roma se tornou uma potência que não parou mais de se expandir. Contudo, para os plebeus, o expansionismo de Roma ocasionou profundas mudanças sociais, que atingiram, principalmente, esse grupo social. Analise as afirmativas abaixo.

- I. Ao mobilizar para a guerra, os pequenos e médios proprietários plebeus, sem que recebessem nenhum tipo de remuneração do Estado, por tais serviços, ocasionou a ruína dos mesmos. Ao retornar para Roma, não tinham recursos financeiros para retomar suas atividades.
- II. A conquista do norte da África e da Sicília e a remessa de suas colheitas de trigo para Roma fizeram com que o preço do produto despencasse, impossibilitando os proprietários plebeus de concorrerem com o baixo preço do trigo importado.
- III. A solução encontrada pelos pequenos e médios proprietários plebeus para enfrentarem a crise foi a reconversão das culturas em suas terras: substituíram o trigo e a cevada pelo plantio e cultivo de vinhas e olivais.

Assinale a alternativa correta.

- a) I está correta, apenas.
- b) II está correta, apenas.
- c) III está correta, apenas.
- d) I e II estão corretas, apenas.
- e) II e III estão corretas, apenas.

10. **UEM-PR 2020** No período republicano, a estrutura de poder em Roma se concentrou em instituições como o Senado, as assembleias ou comícios e as magistraturas.

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B., 2012, p. 100.

A respeito da república romana na Antiguidade Clássica, assinale o que for **correto**.

- 01 Os magistrados eram eleitos pelas assembleias para a ocupação dos cargos de cônsul, pretor, censor, questor e edil, e cumpriam o mandato por tempo indeterminado. O ditador, entretanto, recebia do Senado o poder absoluto, mas limitado a seis meses.
- 02 Com a política expansionista, Roma disputou a supremacia do Mar Mediterrâneo com Cartago, enfrentando os cartagineses em três guerras denominadas Guerras Púnicas.
- 04 Os plebeus estavam excluídos dos principais cargos públicos, entretanto, a partir das disputas com os patrícios, conquistaram o direito de eleger seus próprios magistrados, denominados tribunos da plebe.
- 08 As guerras de conquista contribuíram para que Roma elevasse o número de escravos e ampliasse suas riquezas advindas de espólios de guerra e de tributos.
- 16 A formação do Primeiro e do Segundo Triunvirato teve como objetivo solucionar o problema da questão agrária por meio de reformas que atendiam as reivindicações da plebe.

Soma:

Exercícios propostos

1. **Unesp 2020** A Odisseia choca-se com a questão do passado. Para perscrutar o futuro e o passado, recorre-se geralmente ao adivinho. Inspirado pela musa, o adivinho vê o antes e o além: circula entre os deuses e entre os homens, não todos os homens, mas os heróis, preferencialmente mortos gloriosamente em combate. Ao celebrar aqueles que passaram, ele forja o passado, mas um passado sem duração, acabado.

(François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, 2015. Adaptado.)

O texto afirma que a obra de Homero

- a) questiona as ações heroicas dos povos fundadores da Grécia Antiga, pois se baseia na concepção filosófica de *physis*.
- b) valoriza os mitos em que os gregos acreditavam e que estão no fundamento das concepções modernas de tempo e história.
- c) é fundadora da ideia de história, pois concebe o passado como um tempo que prossegue no presente e ensina os homens a aprenderem com seus erros.
- d) identifica uma forma do pensamento mítico e uma visão de passado estranha à ideia de diálogo entre temporalidades, que caracteriza a história.
- e) desenvolve uma abordagem crítica do passado e uma reflexão de caráter racionalista, semelhantes à da filosofia pré-socrática.

2. **Uefs-BA 2018** Leia o trecho de Odisseia, poema grego composto no final do século VIII a.C.

Tenho uma serva velha, muito compreensiva,
que amamentou e criou o meu pobre marido,
recebendo-o nos braços no dia em que a mãe o deu à luz.

[...]
Anda lá, ó sensata Euricleia, levanta-te agora:
lava os pés de quem tem a idade do teu amo.

Homero. *Odisseia*, 2011.

O trecho apresenta as palavras da rainha Penélope no momento da chegada de Ulisses ao palácio da ilha de Ítaca.

Considerando o conteúdo do trecho e a organização social na Grécia Antiga, pode-se sustentar a

- a) predominância do poder político feminino nas cidades monárquicas.
- b) existência de relações escravistas no interior das famílias nobres.
- c) natureza pacífica das relações entre gregos e bárbaros.
- d) tendência à libertação dos escravos depois da Guerra de Troia.
- e) resistência passiva dos trabalhadores estrangeiros nos palácios dos reis.

3. **Unesp 2017** Apesar de sua dispersão geográfica e de sua fragmentação política, os gregos tinham uma profunda consciência de pertencer a uma só e mesma cultura. Esse fenômeno é tão mais extraordinário, considerando-se a ausência de qualquer autoridade central política ou religiosa e o livre espírito de invenção de uma determinada comunidade para resolver os diversos problemas políticos ou culturais que se colocavam para ela.

FINLEY, Moses I. *Os primeiros tempos da Grécia*, 1998. (Adapt.)

O excerto refere-se ao seguinte aspecto essencial da história grega da Antiguidade:

- a) a predominância da reflexão política sobre o desenvolvimento das belas-artes.
- b) a fragilidade militar de populações isoladas em pequenas unidades políticas.
- c) a vinculação do nascimento da filosofia com a constituição de governos tirânicos.
- d) a existência de cidades-estados conjugada a padrões civilizatórios de unificação.
- e) a igualdade social sustentada pela exploração econômica de colônias estrangeiras

4. **Unicamp-SP 2018** Os gregos sentiram paixão pelo humano, por suas capacidades, por sua energia construtiva. Por isso, inventaram a polis: a comunidade cidadã em cujo espaço artificial, antropocêntrico, não governa a necessidade da natureza, nem a vontade dos deuses, mas a liberdade dos homens, isto é, sua capacidade de raciocinar, de discutir, de escolher e de destituir dirigentes, de criar problemas e propor soluções. O nome pelo qual hoje conhecemos essa invenção grega, a mais revolucionária, politicamente falando, que já se produziu na história humana, é democracia.

(Adaptado de Fernando Savater, *Política para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 77.)

Assinale a alternativa correta, considerando o texto acima e seus conhecimentos sobre a Grécia Antiga.

- a) Para os gregos, a cidade era o espaço do exercício da liberdade dos homens e da tirania dos deuses.
- b) Os gregos inventaram a democracia, que tinha então o mesmo funcionamento do sistema político vigente atualmente no Brasil.
- c) Para os gregos, a liberdade dos homens era exercida na polis e estava relacionada à capacidade de invenção da política.
- d) A democracia foi uma invenção grega que criou problemas em função do excesso de liberdade dos homens.

5. **Enem PPL 2019** Quando se trata de competência nas construções e nas artes, os atenienses acreditam que poucos sejam capazes de dar conselhos. Quando, ao contrário, se trata de uma deliberação política, toleram que qualquer um fale, de outro modo não existiria a cidade.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 (adaptado).

De acordo com o texto, a atuação política dos cidadãos atenienses na Antiguidade Clássica tinha como característica fundamental o(a)

- a) dedicação altruísta em ações coletivas.
- b) participação direta em fóruns decisórios.
- c) ativismo humanista em debates públicos.
- d) discurso formalista em espaços acadêmicos.
- e) representação igualitária em instâncias parlamentares.

6. **UFRN 2013** A palavra “democracia” surgiu na Grécia Antiga, mas, em diferentes tempos, ela denominou realidades distintas. Analisando a formação da democracia grega no século VI a.C., o historiador Ciro F. Cardoso afirma:

Ao apoiar-se politicamente nas massas populares, em favor das quais tomava diversas medidas, [...] a tirania promoveu a configuração do *demos* como força política mais estruturada do que o fora até então: ela significou, assim, a destruição, não dos aristocratas, mas da sociedade e do regime aristocrático mais ou menos exclusivo.

CARDOSO, Ciro F. *A cidade antiga*. São Paulo: Ática, 1993. p. 31.

- a) Mencione duas diferenças entre o modelo político aristocrático e o modelo democrático na Grécia Antiga do século VI a.C.
 - b) Compare os direitos de cidadania e o exercício do voto na democracia ateniense da Antiguidade e nas sociedades democráticas ocidentais contemporâneas.
7. **Unesp 2018** O aparecimento da filosofia na Grécia não foi um fato isolado. Estava ligado ao nascimento da pólis.
- REDE, Marcelo. *A Grécia Antiga*, 2012.

A relação entre os surgimentos da filosofia e da pólis na Grécia Antiga é explicada, entre outros fatores,

- a) pelo interesse dos mercadores em estruturar o mercado financeiro das grandes cidades.
 - b) pelo esforço dos legisladores em justificar e legitimar o poder divino dos reis.
 - c) pela rejeição da população urbana à persistência do pensamento mítico de origem rural.
 - d) pela preocupação dos pensadores em refletir sobre a organização da vida na cidade.
 - e) pela resistência dos grupos nacionalistas às invasões e ao expansionismo estrangeiro.
8. **Famerp-SP 2018** Na democracia ateniense da Antiguidade, havia um modo de exercício do poder político, que consistia no sorteio
- a) de cidadãos para o exercício de funções administrativas por um curto período de tempo.

- b) de indivíduos da população da cidade para participarem da assembleia dos cidadãos na Ágora.
- c) de habitantes mais hábeis militarmente e mais cultos para comporem o conselho político da pólis.
- d) de homens e mulheres descendentes de gregos para governarem a cidade nos tempos de paz.
- e) de estrangeiros aliados da cidade para auxiliarem os cidadãos nas decisões concernentes às relações entre as pólis.

9. **Unisc-RS 2017** Leia o texto a seguir:

Como ocorre na atualidade, também na Antiguidade [*demos*] era um termo ambíguo ou polissêmico, já que em certos contextos de uso se referia ao conjunto dos cidadãos, e em outros às pessoas comuns, à parte mais pobre da população.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Cidade-Estado Antiga*. 3. ed. São Paulo: Ática: 1990. p. 84.

Apesar das democracias modernas possuírem alguns elementos que remetem à democracia ateniense, na Antiguidade percebe-se algumas características específicas, conforme sugere o fragmento acima.

Considere as seguintes afirmativas.

- I. Os atenienses participavam diretamente das discussões e da tomada de decisões, pelo voto.
- II. Os escravos eram considerados bárbaros e as mulheres seres inferiores e, portanto, excluídos naturalmente de qualquer debate. Porém, os estrangeiros gozavam de direitos políticos, desde que participassem dos negócios públicos.
- III. Na democracia ateniense, nem todos são cidadãos, pois mulheres, escravos e estrangeiros são excluídos da cidadania.
- IV. Sendo uma democracia representativa, como as modernas, os atenienses participavam da Eclésia – a principal assembleia da democracia na Grécia Antiga.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Somente a afirmativa II está correta.
- c) Somente a afirmativa III está correta.
- d) Somente a afirmativa IV está correta.
- e) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

10. **UFRGS 2017** Na sua narrativa da Guerra do Peloponeso, Tucídides assim relata as práticas funerárias atenienses.

Desse cortejo participam livremente cidadãos e estrangeiros; e as mulheres da família estão presentes, ao túmulo, fazendo ouvir sua lamentação. Depositam-se, em seguida, os despojos no monumento público, situado na mais bela avenida da cidade, e onde as vítimas de guerra são sempre sepultadas – à exceção dos mortos de Maratona: a estes, considerando-se seu mérito excepcional, concedeu-se sepultura no próprio lugar da batalha. Uma vez que a terra recobre os mortos, um homem escolhido pela pólis, reputado por distinguir-se intelectualmente e gozar de alta estima, pronuncia em sua honra um elogio apropriado; depois disto, todos se

retiram. Assim têm lugar esses funerais; e, durante toda a guerra, quando era o caso, aplicava-se o costume.

Citado em LORAU, N. *A invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 39.

Assinale a alternativa correta a respeito da história da antiguidade grega, a partir do texto apresentado.

- a) Os ritos funerais na Grécia antiga eram cerimônias religiosas, destinadas apenas a conduzir ao paraíso os heróis mortos.
- b) Os metecos, participantes das práticas funerais, formavam parte do *demos* ateniense e possuíam os mesmos direitos políticos que os cidadãos da pólis.
- c) Todos os soldados atenienses mortos nos confrontos com Esparta, em razão do grande mérito de seus feitos, eram sepultados no próprio lugar da batalha.
- d) A cena descrita, ocorrida na democracia ateniense, indica o valor dado aos cidadãos mais eloquentes da cidade.
- e) A realização de um discurso fúnebre por alguém escolhido na massa de cidadãos de Atenas revela o caráter secundário e improvisado da cerimônia.

11. UEG-GO 2018 Leia o texto a seguir.

Para justificar a ambição grega de hegemonia universal, Aristóteles (384 - 322 a. C.) formulou a hipótese de que certas raças são, por natureza, livres desde o berço, enquanto outras são escravas.

COMAS, Juan. *Os mitos raciais*. Raça e Ciência. São Paulo: Perspectiva, 1960. v. I. p. 13.

Essa filosofia racial foi incorporada às campanhas militares de um grande general e líder político que foi aluno de Aristóteles. Seu nome era

- a) Leônidas, rei espartano que liderou a resistência contra os persas com apenas 300 soldados.
- b) Alexandre, o Grande, rei da Macedônia, que difundiu a cultura grega na África e na Ásia.
- c) Nero, imperador romano admirador dos gregos, famoso por ter colocado fogo em Roma.
- d) Péricles, governante responsável pelo apogeu da cidade de Atenas no período clássico.
- e) Licurgo, legislador conhecido por estabelecer as duras leis da cidade de Esparta.

12. UFRGS 2020 Leia o texto abaixo que apresenta um trecho do Discurso Fúnebre de Péricles, citado pelo historiador Tucídides (460-396 a.C.).

A nossa constituição não imita as leis dos estados vizinhos. Em vez disso, somos mais um modelo para os outros do que imitadores. O governo favorece a maioria em vez de poucos – por isso é chamado de democracia. Se consultarmos a lei, veremos que ela garante justiça igual para todos em suas diferenças particulares; quanto à condição social, o avanço na vida pública depende da reputação de capacidade. As questões de classe não têm permissão de interferir no mérito, tampouco a pobreza constitui um

empecilho: se um homem está apto a servir ao Estado, não será tolhido pela simplicidade da sua condição.

THUCYDIDE. *OEuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1998. p. 811-812.

Com relação à democracia ateniense no século V a.C., considere as afirmações abaixo.

- I. A isonomia – igualdade de direitos para todos os cidadãos perante a lei – era uma característica da democracia ateniense.
- II. Todos os cidadãos, na Assembleia, tinham o direito ao voto, mas somente os cidadãos de origem nobre tinham o direito a discursar.
- III. Atenas vetava a participação política das mulheres, estrangeiros e escravos, uma vez que esses não eram considerados cidadãos.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

13. Famema-SP 2020 Leia o excerto sobre a preparação dos rapazes na Grécia Antiga para exercer seu papel de cidadão e pai de família.

Dois tipos de iniciação persistiam nas épocas clássica e helenística em Atenas. A primeira, de origem mais arcaica, era a apresentação do adolescente à ¹fratria paterna, inicialmente em um sacrifício oferecido pelo pai aos deuses Zeus e Atena. A segunda, provavelmente estabelecida na época clássica, era o serviço militar, chamado *efebia*. Ambas tinham igual importância para os gregos do período, e era indispensável que o jovem passasse pelas duas.

Maria Beatriz Florenzano. *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga*, 1996. Adaptado.

¹fratria: grupo de pessoas que acreditavam ter o mesmo ancestral.

De acordo com o excerto, tornar-se cidadão em Atenas dependia

- a) da formação intelectual e do pertencimento às tropas da cidade.
- b) da aceitação pelo grupo familiar e da preparação para a guerra.
- c) do casamento dentro da linhagem e do auxílio militar ao Estado.
- d) de pagamentos feitos aos sacerdotes e do combate aos inimigos.
- e) do reconhecimento pelas autoridades civis e da capacidade bélica.

14. Uece 2022 (Adapt.) Os gregos produziram uma civilização notável e muitas conquistas dessa civilização ajudaram a formar a sociedade do Ocidente Cristão, da qual somos herdeiros. Relacione corretamente os períodos da história grega com as respectivas características, numerando a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I

1. Período pré-homérico
2. Período homérico
3. Período arcaico
4. Período clássico

Coluna II

1. formação da pólis
2. estabelecimento da democracia
3. regime gentilício
4. governo de reis

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) 4, 2, 1, 3.
- b) 1, 3, 2, 4.
- c) 4, 1, 3, 2.
- d) 3, 4, 2, 1.

- 15. Unesp 2016** A cidade tira de seu império uma parte da honra, da qual todos vós vos gloriáis, e que deveis legitimamente apoiar; não vos esquiveis às provas, se não renunciais também a buscar as honras; e não penseis que se trata apenas, nesta questão, de ser escravos em vez de livres: trata-se da perda de um império, e do risco ligado ao ódio que aí contraístes.

Péricles *apud* Pierre Cabanes. *Introdução à história da Antiguidade*, 2009.

O discurso de Péricles, no século V a.C., convoca os atenienses para lutar na Guerra do Peloponeso e enfatiza

- a) a rejeição à escravidão em Atenas e a defesa do trabalho livre como base de toda sociedade democrática.
- b) a defesa da democracia, por Atenas, diante das ameaças aristocráticas de Roma.
- c) a rejeição à tirania como forma de governo e a celebração da república ateniense.
- d) a defesa do território ateniense, frente à investida militar das tropas cartaginesas.
- e) a defesa do poder de Atenas e a sua disposição de manter-se à frente de uma confederação de cidades.

- 16. Enem 2017**

Texto I

Sólón é o primeiro nome grego que nos vem à mente quando terra e dívida são mencionadas juntas. Logo depois de 600 a.C., ele foi designado “legislador” em Atenas, com poderes sem precedentes, porque a exigência de redistribuição de terras e o cancelamento das dívidas não podiam continuar bloqueados pela oligarquia dos proprietários de terra por meio da força ou de pequenas concessões.

FINLEY, M. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 (adaptado).

Texto II

A “Lei das Doze Tábuas” se tornou um dos textos fundamentais do direito romano, uma das principais heranças romanas que chegaram até nós. A publicação dessas leis, por volta de 450 a.C., foi importante pois o conhecimento das “regras do jogo” da vida em sociedade é um instrumento favorável ao homem comum e potencialmente limitador da hegemonia e arbítrio dos poderosos.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011 (adaptado).

O ponto de convergência entre as realidades socio-políticas indicadas nos textos consiste na ideia de que a

- a) discussão de preceitos formais estabeleceu a democracia.
- b) invenção de códigos jurídicos desarticulou as aristocracias.
- c) formulação de regulamentos oficiais instituiu as sociedades.
- d) definição de princípios morais encerrou os conflitos de interesses.
- e) criação de normas coletivas diminuiu as desigualdades de tratamento.

- 17. Enem 2016** A Lei das Doze Tábuas, de meados do século V a.C., fixou por escrito um velho direito costumeiro. No relativo às dívidas não pagas, o código permitia, em última análise, matar o devedor; ou vendê-lo como escravo “do outro lado do Tibre” – isto é, fora do território de Roma.

CARDOSO, C. F. S. *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

A referida lei foi um marco na luta por direitos na Roma Antiga, pois possibilitou que os plebeus

- a) modificassem a estrutura agrária assentada no latifúndio.
- b) exercessem a prática da escravidão sobre seus devedores.
- c) conquistassem a possibilidade de casamento com os patrícios.
- d) ampliassem a participação política nos cargos políticos públicos.
- e) reivindicassem as mudanças sociais com base no conhecimento das leis.

- 18. Uepa 2014** Além dos ferveres e das delícias do calendário religioso, havia outros prazeres que nada tinham de sagrado e só eram encontrados na cidade; faziam parte das vantagens da vida urbana. Tais prazeres consistiam nos banhos públicos e nos espetáculos (teatros, corridas de carros no Circo, lutas de gladiadores ou de caçadores de feras na arena do anfiteatro, ou em terra grega, no teatro) [...] Homens livres, escravos, mulheres, crianças, todo mundo tinha acesso aos espetáculos e aos banhos, inclusive os estrangeiros, vinha gente de longe para ver os gladiadores numa cidade.

Por alguns cêntimos, os pobres passavam horas num ambiente luxuoso que constituía uma homenagem das autoridades. Além das complicadas instalações de banhos frios e quentes, os pobres encontravam passeios e campos de esporte. [...] Nessa vida de praia artificial, o maior prazer era de estar na multidão, gritar, encontrar pessoas, escutar as conversas, saber de casos curiosos que seriam objetos de anedota e exibir-se.

(ARIËS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.193-194. In: BRAICK, Patrícia Ramos e MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. vol.1. São Paulo: Editora Moderna, 2010).

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que o Estado romano propiciava:

- a) espaços públicos luxuosos destinados aos banhos frios e quentes, que tinham a finalidade de promover o lazer e estimular a comunicação e socialização entre as diversas camadas sociais de Roma.
- b) locais insalubres para as camadas populares se divertirem, nos quais encontravam os banhos públicos e espetáculos gratuitos como a luta de gladiadores, dentro da política do pão e circo.
- c) espaços privados de lazer para as camadas mais abastadas da sociedade romana, onde eram cultivadas rodas de conversação e espetáculos teatrais.
- d) divertimentos populares a todos os segmentos sociais, os quais eram realizados em espaços públicos e privados, sendo nestes últimos instaladas as famosas termas onde ocorriam os banhos quentes e frios.
- e) oportunidades para os segmentos sociais mais abastados se comunicarem com sujeitos vindos de outros lugares, especialmente da Grécia, objetivando a interação de costumes e valores.

19. Mackenzie-SP 2014 O Mar Mediterrâneo foi a maior de todas as vias de circulação romanas e dele resultou a formação do Império Romano (27 a.C. a 476 d.C.). A respeito dessa importante conquista para a civilização romana, assinale a alternativa correta.

- a) A eliminação da hegemonia cartaginesa sobre a região além de permitir que Roma passasse a dominar o comércio mediterrâneo, possibilitou aumentar o dinamismo próprio da estrutura escravista, que necessitava de mão de obra decorrentes das conquistas.
- b) Após a derrota romana nas Guerras Púnicas, quando fenícios e cartagineses ocuparam o estreito de Gibraltar, a única saída para dar continuidade ao processo de expansão foi a conquista do Mar Mediterrâneo.
- c) A explosão demográfica e os conflitos internos com a plebe urbana exigiram medidas expansionistas por parte do governo, para que se estabelecessem colônias romanas fora da Península Itálica a fim de minimizar as tensões sociais.
- d) A necessidade de expansão do cristianismo, que, a partir do século IV, tornou-se a religião oficial do Império Romano, implicou na divulgação dos princípios dessa nova doutrina para os povos bárbaros.
- e) A crescente produção de cereais, durante o Império Romano, especialmente, o trigo, levou à expansão de suas fronteiras, uma vez que era necessário ser escoado e vendido para as demais províncias romanas.

20. UFPR 2014 Sobre a religião da Roma Antiga, considere as afirmativas abaixo:

- 1. Os Jogos Olímpicos eram a principal cerimônia pública de adoração aos deuses, com a consagração de atletas de diversas partes do domínio

romano, representando as mais diferentes divindades dos territórios conquistados.

- 2. Roma Antiga era politeísta, com deuses antropomórficos incorporados de povos conquistados, especialmente dos gregos. A expansão do domínio romano promoveu a coexistência dessa religião com religiões locais que não conflitassem com os rituais romanos.
- 3. Havia dois tipos de cultos: os promovidos pelo Estado romano, que dedicava rituais, festivais e templos aos grandes deuses, e o culto doméstico, voltado para antepassados e espíritos domésticos (denominados Lares).
- 4. O fim da *Pax Romana* ocorreu com a expansão do cristianismo, que substituiu o culto doméstico romano pelo monoteísmo, promovendo contestação do poder do Imperador entre os cidadãos romanos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

21. Unicamp-SP 2014 O termo “bárbaro” teve diferentes significados ao longo da história. Sobre os usos desse conceito, podemos afirmar que:

- a) Bárbaro foi uma denominação comum a muitas civilizações para qualificar os povos que não compartilhavam dos valores destas mesmas civilizações.
- b) Entre os gregos do período clássico o termo foi utilizado para qualificar povos que não falavam grego e depois disso deixou de ser empregado no mundo mediterrâneo antigo.
- c) Bárbaros eram os povos que os germanos classificavam como inadequados para a conquista, como os vândalos, por exemplo.
- d) Gregos e romanos classificavam de bárbaros povos que viviam da caça e da coleta, como os persas, em oposição aos povos urbanos civilizados.

22. UFG-GO 2014 Leia o verbete a seguir.

vândalo (do latim *vandalus*). S. m. 1. Membro de um povo germânico de bárbaros que, na Antiguidade, devastaram o Sul da Europa e o Norte da África. 2. Fig. Aquele que destrói monumentos ou objetos respeitáveis. 3. Fam. Indivíduo que tudo destrói, quebra, rebenta.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. (Adaptado).

O verbete “vândalo” indica que o mesmo termo adquire diferentes significados. O sentido predominante no dicionário citado, e amplamente empregado na cobertura midiática das recentes manifestações no Brasil, decorre da prevalência, na cultura ocidental, de uma

- a) visão de mundo dos romanos, que, negando a cultura dos povos germânicos, consolidou a dicotomia entre civilização e barbárie.
- b) mentalidade medieval, que, após a queda do Império Romano, se apropriou da herança cultural dos povos germânicos conquistadores, valorizando-a.
- c) concepção renascentista, que resgatou os valores cristãos da sociedade romana, reprimidos desde as invasões dos povos bárbaros.
- d) imagem construída por povos dominados pelo Império, que identificaram os vândalos como símbolo de resistência à expansão romana.
- e) percepção resultante dos conflitos internos entre os povos germânicos que disseminou uma imagem negativa em relação aos vândalos.

23. Famerp-SP 2019 Leia o texto para responder à questão:

Enquanto nas cidades o poder ficou nas mãos dos bispos, nos campos, concentrou-se na dos grandes proprietários. O governo romano perdeu força: já não era capaz de cobrar os impostos de maneira eficiente, nem mesmo de pagar os exércitos. Em 476, o último imperador romano foi deposto. Era o fim do Império Romano e do mundo antigo e o início de uma nova era, a Idade Média.

(Carlos Augusto Ribeiro Machado. *Roma e seu império*, 2004. Adaptado.)

A queda do Império Romano do Ocidente foi provocada, entre outros fatores,

- a) pela fragilização do poder central, que gradualmente perdeu o controle das províncias que compunham o Império.
- b) pelo declínio econômico das colônias asiáticas, que deixaram de fornecer matérias-primas à capital do Império.
- c) pela hegemonia econômico-financeira da Igreja, que passou a combater militarmente os imperadores pagãos.
- d) pelo desenvolvimento militar dos impérios macedônio e persa, que se tornaram rivais de Roma e a derrotaram.
- e) pelas invasões dos bárbaros, que saquearam o Império Romano e, assim, facilitaram sua conquista pelos hunos.

24. Mackenzie-SP 2019 No processo histórico da Roma Antiga, a República, como regime político foi substituída pelo Império. Sobre a ordem imperial, é correto afirmar que a

- a) concentração dos poderes na figura do imperador tranquilizava a classe dos patrícios e senadores que concordavam com esse tipo de regime que, de acordo com eles, seria o único capaz de sufocar a anarquia e as rebeliões de escravos.
- b) criação do império, obra elaborada pelo Primeiro e Segundo Triunvirato, expressou o triunfo da vontade dos generais, para os quais o regime imperial seria o tipo de governo ideal, para controlar a crise social do final da República.

- c) base do império foi sustentada pelo poder dos camponeses romanos, nos campos, e pela plebe nos centros urbanos, principais interessados na existência de uma ordem que lhes assegurasse o domínio da terra e a permanência da prática do pão e circo.
- d) vitória da participação popular no cerne da vida política marcou, profundamente, o novo regime político, diferente do que ocorreu tanto no período monárquico, quanto no período republicano.
- e) crise econômica pela qual Roma passava nos últimos anos da República, decorrente das inúmeras derrotas militares enfrentadas pelos romanos e os gastos despendidos para consolidar a conquista do Mediterrâneo, levaram o povo a apoiar o novo regime.

25. UFPR 2020 Para assegurar a ordem entre os conquistados, os romanos tinham que manter postos avançados e acampamentos militares espalhados pelo território imperial. Era preciso alimentar e armar os soldados onde estivessem.

FUNARI, Pedro P. A. *Grécia e Roma*. São Paulo: Editora Contexto, 2001, p. 91.

Sobre o exército romano, no período imperial, é correto afirmar:

- a) Foi decisivo nas conquistas territoriais durante o período republicano, perdendo seu prestígio durante o período imperial.
- b) Permaneceu distante das atividades de manutenção das fronteiras dos territórios.
- c) Deixou de exercer sua influência no governo após as reformas de Augusto.
- d) Desempenhou diferentes papéis administrativos e econômicos na manutenção do poder imperial.
- e) Era limitado em tamanho, o que refletiu num papel político secundário.

26. Unioeste-PR 2018 Estar no mundo, hoje, é conviver com a mobilidade e a migração, e todas suas implicações. Do ponto de vista existencial, esta é uma experiência desconcertante, em que as referências espaciais e socioculturais são reconstituídas, num processo que envolve e atinge o próprio cerne da autoidentidade: a segurança existencial. [...] Esse percurso leva a um pensar ontológico acerca das estratégias e consequências do fenômeno migratório, o que faz refletir sobre o papel da identidade territorial, do envolvimento com o lugar e das redes sociais no movimento de sair do lugar de origem e estabelecer-se no local de destino.

MARANDOLA JR., Eduardo; GALLO, Priscila M. Da. Ser Migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. R. Bras. Est. Pop. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, jul./dez. 2010, p. 407.

Acerca dos movimentos populacionais e seus impactos ao longo da história é INCORRETO afirmar:

- a) Os anos entre 1850 e 1930 caracterizam-se como o período de maior entrada de imigrantes no Brasil, devido principalmente ao aumento da cafeicultura e conseqüentemente à maior necessidade de mão de obra.

- b) A chamada Expansão Marítima, sob liderança de portugueses e espanhóis, ocorre a partir do século XV. Conhecida ainda como As Grandes Navegações, ficou marcada entre outros aspectos pela submissão de outros seres humanos ao trabalho escravo e pela difusão do cristianismo.
- c) Um importante movimento populacional ocorre no século III d.C.: o Império Romano sofreu a invasão de um único povo denominado, por ele, de “povo bárbaro”.
- d) A imigração tem sido um dos principais problemas humanitários dos últimos anos. Os imigrantes nem sempre são acolhidos, ao contrário, se deparam com perseguição policial, políticas xenofóbicas e fronteiras fechadas.
- e) Foi em meados do século VIII a.C. que os gregos expandiram seu mundo, e enviaram colonizadores para várias regiões do Mediterrâneo e do Mar Negro. Tal processo continuou por mais de três séculos.

27. Enem 2017

Texto I

Esta foi a regra que eu segui diante dos que me foram denunciados como cristãos: perguntei a eles mesmos se eram cristãos; aos que respondiam afirmativamente, repeti uma segunda e uma terceira vez a pergunta, ameaçando-os com o suplício. Os que persistiram, mandei executá-los, pois eu não duvidava que, seja qual for a culpa, a teimosia e a obstinação inflexível deveriam ser punidas. Outros, cidadãos romanos portadores da mesma loucura, pus no rol dos que devem ser enviados a Roma. Correspondência de Plínio, governador de Bitínia, província romana situada na Ásia Menor, ao imperador Trajano. Cerca do ano 111 d.C.

Disponível em: www.veritatis.com.br. Acesso em: 17 jun. 2015 (adaptado).

Texto II

É nossa vontade que todos os povos regidos pela nossa administração pratiquem a religião que o apóstolo Pedro transmitiu aos romanos. Ordenamos que todas aquelas pessoas que seguem esta norma tomem o nome de cristãos católicos. Porém, o resto, os quais consideramos dementes e insensatos, assumirão a infâmia da heresia, os lugares de suas reuniões não receberão o nome de igrejas e serão castigados em primeiro lugar pela divina vingança e, depois, também pela nossa própria iniciativa.

Édito de Tessalônica, ano 380 d.C. In: PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000.

Nos textos, a postura do Império Romano diante do cristianismo é retratada em dois momentos distintos. Em que pesem as diferentes épocas, é destacada a permanência da seguinte prática:

- a) Ausência de liberdade religiosa.
- b) Sacralização dos locais de culto.
- c) Reconhecimento do direito divino.
- d) Formação de tribunais eclesiásticos.
- e) Subordinação do poder governamental.

- 28. Unicamp-SP 2020** Os imperadores romanos que reinaram no século II administraram um vasto império. Eles se tornaram mais abertamente monárquicos e dinásticos, particularmente fora de Roma, onde não precisavam se preocupar com os humores do Senado. Emergiu uma corte itinerante que competia por influência. Comunidades provinciais enviavam um embaixador atrás do outro para acompanhar o imperador onde quer que ele pudesse estar. Poderiam encontrar Adriano às margens do Nilo ou supervisionando a construção da grande muralha que cruzava o norte da Britânia; ajudando a projetar seu templo de Vênus diante do Coliseu; fazendo um discurso para soldados na África. O império era governado de onde o imperador estivesse.

(Adaptado de Greg Woolf, *Roma*. São Paulo: Cultrix, 2017, p. 204.)

A partir da leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- a) O Senado, composto por notáveis, fazia oposição à centralização do poder do Imperador e garantia a centralidade do governo em Roma e a democratização das decisões governamentais.
- b) O Império romano foi marcado pelas disputas de poder entre o Imperador e o Senado. Os conflitos entre eles acabaram por resultar na diminuição do poder do Senado no que diz respeito à administração pública.
- c) O Senado, composto por notáveis, apoiava a centralização do poder nas mãos do Imperador. A nova estrutura política do Império permitia a mobilidade da administração pública representada pelo Imperador.
- d) O Império, governado por militares, opunha-se às comunidades provinciais. Isso levou ao desaparecimento do Senado como instituição responsável pela administração pública.

- 29. Fuvest-SP 2018** Os Impérios helenísticos, amálgamas ecléticas de formas gregas e orientais, alargaram o espaço da civilização urbana da Antiguidade clássica, diluindo-lhe a substância [...]. De 200 a.C. em diante, o poder imperial romano avançou para leste [...] e nos meados do século II as suas legiões haviam esmagado todas as barreiras sérias de resistência do Oriente.

P. Anderson. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982.

Na região das formações sociais gregas,

- a) a autonomia das cidades-Estado manteve-se intocável, apesar da centralização política implementada pelos imperadores helenísticos.
- b) essas formações e os impérios helenísticos constituíram-se com o avanço das conquistas espartanas no período posterior às guerras no Peloponeso, ao final do século V a.C.
- c) a conquista romana caracterizou-se por uma forte ofensiva frente à cultura helenística, impondo a língua latina e cerceando as escolas filosóficas gregas.
- d) o Oriente tornou-se área preponderante do Império Romano a partir do século III d.C., com a crise do escravismo, que afetou mais fortemente sua parte ocidental.
- e) os espaços foram conquistados pelas tropas romanas, na Grécia e na Ásia Menor, em seu período de apogeu, devido às lutas intestinas e às rivalidades entre cidades-Estado.

30. Famerp-SP 2017 Durante o século IV, a velocidade da expansão do cristianismo aumentou muito, especialmente nas cidades [romanas]. As antigas crenças continuaram existindo, mas o número de fiéis diminuiu muito. Os cristãos passaram a chamar os adeptos das outras religiões de pagãos e, em algumas ocasiões, se dedicaram a destruir seus templos e as estátuas dos deuses antigos.

Isso não significa que as religiões tenham vivido em conflito. O cristianismo tomou diversas ideias e características do paganismo para si. Os livros escritos no início do Império e na época da República eram considerados obras-primas da literatura, e mesmo os que falavam de outros deuses eram lidos e apreciados pelos cristãos.

Carlos Augusto Ribeiro Machado. *Roma e seu império*, 2004. Adaptado.

Segundo o texto, a ascensão do cristianismo na Roma Antiga

- a) não impediu o avanço de outras formas de religiosidade, e o paganismo, apesar de reprimido, continuou a crescer e manteve-se hegemônico.
- b) deu-se a partir das conquistas romanas na Palestina e revelou a correção e a supremacia religiosa da fé cristã frente às antigas religiões.
- c) não impediu a manifestação de outras formas de religiosidade e, apesar de terem ocorrido tensões, algumas antigas práticas religiosas persistiram.
- d) deu-se a partir das cruzadas, que levaram a fé cristã aos pagãos, judeus e muçulmanos que controlavam as terras do Oriente Próximo.
- e) deu-se a partir do extermínio dos grupos que professavam crenças antigas e da eliminação dos materiais que contivessem referências ao paganismo.

Texto complementar

O Édipo Rei

A história tem seu início em Tebas, onde o perturbado rei Laio, por não conseguir ter filhos com sua esposa Jocasta, consulta o Oráculo de Delfos e obtém a seguinte resposta: “Se tiveres um filho, ele te matará e se deitará com a mãe”. Apesar de tentar evitar, quando estava bêbado Laio fez um filho em sua esposa: nasceu Édipo. Para evitar que o destino se cumpra, o rei mandou um de seus pastores expor a criança numa montanha para ser devorada por animais selvagens ou por aves. Porém, a criança sorriu ao pastor e este, incapaz de matá-la, entrega-a ao rei Políbio, o qual não conseguia ter filhos. O rei Políbio criou Édipo como um filho, o qual se destacou graças ao porte, coragem e inteligência. Porém, quando Édipo foi consultar o Oráculo, já adulto, recebeu a mensagem: “Matarás seu pai e deitarás com sua mãe”. Acreditando que o rei Políbio era seu pai, Édipo fugiu de sua cidade para Tebas numa carroça, com um cocheiro e dois homens. Porém, no caminho, o príncipe Édipo cruzou com a carroça de um rei de Tebas. O cocheiro desse rei pede para Édipo dar passagem, batendo com um cajado no seu ombro. Então Édipo mata o rei e seu cocheiro. Obviamente, o rei era Laio, pai de Édipo. Chegando em Tebas, Édipo vê que um monstro aflige a cidade, com cabeça e seios de mulher, corpo e patas de Leoa: a esfinge. Todos os anos, a esfinge exige que um jovem tebano tente resolver seus enigmas, caso contrário, o mata: “decifra-me ou devoro-te”. Vendo a chegada de Édipo, Creonte, irmão de Jocasta, promete a mão de sua rainha, caso Édipo livre a cidade do monstro. Então a esfinge propôs a Édipo: “Quem, entre os que vivem na terra, na água, nos ares, têm uma só voz, um só modo de falar, uma só natureza, mas tem dois, três e quatro pés?”. E Édipo responde: “É o homem, quando criança engatinha, na idade madura caminha e quando velho apoia-se numa bengala”. Derrotada, a esfinge joga-se de um penhasco e morre. Desse modo Édipo, salvador de Tebas, se casa com a rainha Jocasta e vira rei de Tebas. Porém, tempos após a chegada do novo rei, uma peste recai sobre Tebas e, de repente, as mulheres dão luz a monstros, as fontes secam e muitos morrem de uma estranha doença. Ao consultar o Oráculo de Delfos, para resolver os problemas de sua cidade, o rei Édipo recebe a resposta: “O mal não vai cessar enquanto o assassino de Laio não estiver morto”. Édipo inicia uma furiosa busca pelo assassino, acabando por conversar com o pastor que havia entregado-o a Políbio. Édipo, depois de descobrir que casara com sua mãe e matara seu pai, perfura os próprios olhos. Jocasta se enforca. Os filhos de Édipo com Jocasta, os quais disputaram intensamente o trono, maltrataram o pai, trancando-o em quartos escuros e dando carne de animais sacrificados para ele comer. O protagonista então fugiu para Atenas, onde morreu. Era impossível fugir do próprio destino.

Texto elaborado para fins didáticos.

Resumindo

Grécia Antiga	
Período pré-homérico	Período pré-grego, no qual a civilização creto-micênica possuía características orientais (teocracia). A partir das invasões dóricas, no século XII a.C., o mundo grego diferencia-se do mundo oriental.
Período homérico	Período em que os gregos viveram nos campos, mas adquiriram o alfabeto, o ferro, entre outros elementos fundamentais para o seu futuro.
Período arcaico	Período de formação das pólis, caracterizado por conflitos sociais e pelo surgimento da propriedade privada. Desses conflitos, emergiu, em 508 a.C., a democracia ateniense.
Período clássico	Momento de apogeu das pólis gregas, sobretudo após as Guerras Médicas. O século V a.C., século de Péricles, será o auge de Atenas. O período acaba com a Guerra do Peloponeso.
Período helenístico	Período de decadência da autonomia das pólis gregas, dominadas pelo Império Macedônico, que impõe sua hegemonia sobre várias regiões. Período também de riqueza científica, centrada em Alexandria, no Egito.

Esparta	Atenas
Militarismo como solução para os conflitos sociais.	Democratização da terra e participação de todos os cidadãos (homens adultos livres atenienses) nos debates da Ágora como solução para os conflitos sociais.
Oligarquia: Gerúsia possui maior controle sobre a pólis.	Democracia: assembleia de cidadãos possui maior controle sobre a pólis. Isegoria, isonomia, isocracia.
Maior destaque para as atividades rurais dentro da pólis.	Maior destaque para o comércio dentro da pólis.
Localizada na Lacônia, na península do Peloponeso, em um vale cercado por montanhas de difícil transposição. Ao contrário da maior parte da península Balcânica, as terras eram férteis, propícias à agricultura e com boas pastagens.	Localizada na Ática, sudeste da península grega central, possuindo um solo pouco fértil. Por isso, a importação de trigo e de outros alimentos constituía a principal "política econômica" ateniense.

Roma Antiga	
Monarquia (753-509 a.C.)	Remete ao período de fundação da cidade de Roma, ao nascimento de suas primeiras instituições, muralhas e estruturas sociais (patrícios e plebeus). A República tem fim em 509 a.C., quando o Senado patrício buscava evitar que uma tirania democratizasse a terra por meio da reforma agrária.
República (509-27 a.C.)	Primeiramente, formam-se as instituições republicanas (Senado, Assembleias e Magistraturas). Depois, há lutas entre patrícios e plebeus, que culminam em mais direitos para a plebe. Paralelamente, ocorrem as primeiras guerras, inicialmente defensivas, posteriormente expansivas. Roma, uma cidade, torna-se então um grande Império, no sentido territorial do termo. Para Roma, afluem riquezas e escravos. A expansão de Roma, entretanto, acentua as contradições da República (plebe empobrece, generais se fortalecem, escravos se rebelam), fatores que culminam em sua queda.
Império (27 a.C.-476 d.C.)	O Alto Império foi um período de apogeu e prosperidade, lembrado pela <i>Pax Romana</i> e pela política do pão e circo. A partir do século III, temos falta de riquezas, migrações (ou invasões) bárbaras, falta de escravos, crise política, ruralização econômica e o fortalecimento do cristianismo – é a crise do Império Romano, iniciada no século III, que o leva à sua queda.

Quer saber mais?



Livros

CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e política na Roma Antiga*. São Paulo: Atual, 2001.

Conheça nesse livro a origem e as principais mudanças ocorridas em importantes instituições contemporâneas, como a representação política e o Direito. Esse estudo nos permite refletir e compreender como foi se construindo a ideia de cidadania.

EYLER, Flávia Maria Schlee. *História Antiga: Grécia e Roma – a formação do Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Nesse livro é apresentado um estudo sobre a formação das cidades-Estado gregas, da República e do Império Romano. O leitor é convidado a refletir sobre os problemas enfrentados pelos gregos e romanos antigos ao longo de sua história.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011.

O livro apresenta aspectos essenciais da Antiguidade Clássica, destacando elementos e referências do período e que se mantêm importantes na atualidade, como expressões cotidianas, costumes, tradições e formas de pensar.

SILVA, Marcelo Cândido. *4 de setembro de 476 – A Queda de Roma*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

O livro apresenta o contexto histórico e analisa as razões que levaram à queda de Roma, um dos mais importantes impérios da história.

VERNANT, Jean-Pierre. *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nesse livro, você encontrará um guia de introdução à mitologia clássica por meio de histórias da Antiguidade, que mostram como os mitos podem se renovar em cada aventura, drama e tragédia que protagonizam.



Sites

Museu Arqueológico Nacional de Atenas. Disponível: <https://www.namuseum.gr/en/collections/>.

Acesse o site do Museu Arqueológico Nacional de Atenas e navegue por diversas coleções do maior museu da Grécia. Você encontrará um rico acervo arqueológico que apresenta um panorama da cultura grega antiga desde a Pré-História até o fim da Antiguidade.

Acesso em: 15 jun. 2022.

Museus do Vaticano. Disponível em: <https://www.museivaticani.va/content/museivaticani/en/collezioni.html>.

Acesse o site Museus do Vaticano, que reúne renomadas instituições culturais da Santa Sé, e conheça valiosas coleções de artes e antiguidades, além de realizar um tour virtual pelo museu escolhido.

Acesso em: 15 jun. 2022.

Exercícios complementares

1. UFPR 2018 Leia o excerto a seguir:

A Grécia se reconhece numa certa forma de vida social, num tipo de reflexão que define a seus próprios olhos sua originalidade, sua superioridade sobre o mundo bárbaro. No lugar do Rei cuja onipotência se exerce sem controle, sem limite, no recesso de seu palácio, a vida política grega pretende ser o objeto de um debate público em plena luz do sol, na ágora, da parte de cidadãos definidos como iguais e de quem o Estado é a questão comum [...].

(VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.)

Tendo como base as afirmações expostas por Vernant, identifique os traços principais da pólis grega, o sistema político que ela substituiu e os principais problemas que ela apresenta.

2. Unicamp-SP 2015 O filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) definiu a cidadania em Atenas da seguinte forma:

A cidadania não resulta do fato de alguém ter o domicílio em certo lugar, pois os estrangeiros residentes e os escravos também são domiciliados nesse lugar e não são cidadãos. Nem são cidadãos todos aqueles que participam de um mesmo sistema judiciário. Um cidadão integral pode ser definido pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas.

Adaptado de Aristóteles, *Política*. Brasília: Editora UnB, 1985, p. 77-78.

- Indique duas condições para que um ateniense fosse considerado cidadão na Grécia clássica no apogeu da democracia.
- Os estrangeiros, também chamados de metecos, não tinham direitos integrais, mas tinham alguns deveres e direitos. Identifique um dever e um direito dos metecos.

3. Fuvest-SP 2017 A construção da modernidade econômica no Ocidente teve como elementos determinantes a aquisição de características mentais e sociais totalmente estranhas ao mundo greco-romano: uma árdua e longa reapropriação civil do trabalho e a invenção de uma relação nunca antes experimentada entre trabalho dependente e liberdade pessoal, seja nas cidades que renasciam, seja nos campos depois do feudalismo. E também uma reconquista da dimensão física da natureza – matéria e movimento, em um novo quadro de experiências e conceitos – como condição para uma aliança entre inteligência e produtividade, entre conhecimento científico, saberes artesanais e inovações tecnológicas.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma História rompida*. Roma Antiga e Ocidente Moderno.

A partir do texto,

- caracterize a relação entre trabalho e “liberdade pessoal” na Antiguidade Clássica;
- compare a natureza do conhecimento científico e das inovações tecnológicas do mundo greco-romano com a do mundo moderno.

4. Unesp 2019

– São uma formosura os governantes que tu modelaste, como se fosses um estatuário, ó Sócrates! [...]

– Ora pois! Concordais que não são inteiramente utopias o que estivemos a dizer sobre a cidade e a constituição; que, embora difíceis, eram de algum modo possíveis, mas não de outra maneira que não seja a que dissemos, quando os governantes, um ou vários, forem filósofos verdadeiros, que desprezem as honrarias atuais, por as considerarem impróprias de um homem livre e destituídas de valor, mas, por outro lado, que atribuam a máxima importância à retidão e às honrarias que dela derivam, e consideram o mais alto e o mais necessário dos bens a justiça, à qual servirão e farão prosperar, organizando assim a sua cidade?

Platão. *A República*, 1987.

O texto, concluído na primeira metade do século IV a.C., caracteriza

- a) a predominância das atividades econômicas rurais sobre as urbanas e enfatiza o primado da racionalidade.
- b) a organização da pólis e sustenta a existência de um governo baseado na justiça e na sabedoria.
- c) o caráter aristocrático da pólis durante o período das tiranias em Atenas e defende o princípio da igualdade social.
- d) a estruturação social da pólis e destaca a importância da democracia, consolidada durante o período de Clístenes.
- e) a importância da ação de legisladores, como Drácon e Sólon em Atenas, e apoia a consolidação da militarização espartana.

5. Unesp 2019

Analise a letra da canção “Mulheres de Atenas”, de Chico Buarque e Augusto Boal, composta em 1976, para responder à questão abaixo.

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas
Quando amadas, se perfumam
Se banham com leite, se arrumam
Suas melenas
Quando fustigadas não choram
Se ajoelham, pedem, imploram
Mais duras penas
Cadenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas
Quando eles embarcam, soldados
Elas tecem longos bordados
Mil quarentenas
E quando eles voltam sedentos
Querem arrancar violentos
Carícias plenas
Obscenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas
Quando eles se entopem de vinho
Costumam buscar o carinho

De outras falenas
Mas no fim da noite, aos pedaços
Quase sempre voltam pros braços
De suas pequenas
Helenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas
Elas não têm gosto ou vontade
Nem defeito nem qualidade
Têm medo apenas
Não têm sonhos, só têm presságios
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas
Morenas [...]

(Chico Buarque, letra e música, 1989.)

- a) Cite duas referências míticas presentes na canção.
- b) Identifique duas características da condição da mulher na Atenas antiga, citando o trecho da canção que as menciona.

6. UEG-GO 2019

Leia o texto a seguir.

No decorrer da História, nenhum poeta, nenhuma personalidade literária ocupou na vida de seu povo um lugar semelhante. Ele foi o símbolo por excelência deste povo, a autoridade incontestada dos primeiros tempos de sua história e uma figura decisiva na criação de seu panteão, assim como o seu poeta preferido, o mais largamente citado.

FINLEY, Moses. T. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1965, p. 13.

A citação expressa a importância de Homero para a cultura grega antiga. De acordo com os historiadores, Homero foi um

- a) historiador responsável por publicar a primeira obra histórica da Grécia, retratando as guerras médicas.
- b) personagem de origem indefinida a quem é atribuída a autoria dos textos épicos *Ilíada* e *Odisseia*.
- c) dramaturgo que se valeu dos mitos gregos para a produção de dramas teatrais, como *Édipo Rei*.
- d) filósofo pré-socrático que reuniu e catalogou os mitos gregos na famosa obra *As palavras e os Dias*.
- e) legislador responsável por codificar as leis e os costumes das cidades de Esparta e Atenas.

7. Enem 2019

A soberania dos cidadãos dotados de plenos direitos era imprescindível para a existência da cidade-estado. Segundo os regimes políticos, a proporção desses cidadãos em relação à população total dos homens livres podia variar muito, sendo bastante pequena nas aristocracias e oligarquias e maior nas democracias.

CARDOSO, C. F. *A cidade-estado clássica*. São Paulo: Ática, 1985.

Nas cidades-Estado da Antiguidade Clássica, a proporção de cidadãos descrita no texto é explicada pela adoção do seguinte critério para a participação política:

- a) Controle da terra.
- b) Liberdade de culto.
- c) Igualdade de gênero.
- d) Exclusão dos militares.
- e) Exigência da alfabetização.

- 8. FGV-SP 2017** [...] a partir do século V a.C., a guerra tornou-se endêmica no Mediterrâneo. Foram séculos de guerra contínua, com maior ou menor intensidade, ao redor de toda a bacia. O trabalho acumulado nos séculos anteriores tornara possível um adensamento dos contatos, um compartilhamento de informações e estruturas sociais, uma organização dos territórios rurais que propiciava a extensão de redes de poder. Foram os pontos centrais dessas redes de poder que animaram o conflito nos séculos seguintes.

Norberto Luiz Guarinello. *História Antiga*, 2013.

Sobre esses “séculos de guerra contínua”, é correto afirmar que

- a) as Guerras Púnicas, entre Atenas e Cartago, foram uma disputa pelo controle comercial sobre o mar Mediterrâneo, terminando após três grandes enfrentamentos, com a vitória de Cartago e a hegemonia cartaginesa em todo o Mundo Antigo ocidental.
 - b) as Guerras Macedônicas foram um longo conflito entre o Reino da Macedônia, em aliança com os persas, e o Império Romano, que venceu com muitas dificuldades porque ainda estava em guerra com outros povos.
 - c) as Guerras Médicas, entre persas e gregos, resultaram na vitória dos últimos e, em meio a esses confrontos, permitiram que Atenas liderasse a Liga de Delos, aliança de cidades-Estados gregas com o intuito de combater a presença persa no Mediterrâneo.
 - d) as Campanhas de Alexandre, o Grande, aliado a Esparta e Corinto, combateram e venceram as poderosas forças persas e ampliaram os domínios gregos até a Ásia Menor, propagando os princípios da democracia ateniense pelo Mediterrâneo.
 - e) a Guerra do Peloponeso, o mais importante conflito bélico da Antiguidade, envolveu as principais cidades-Estados gregas que, aliadas a Roma, enfrentaram e derrotaram as forças militares cartaginesas.
- 9. Mackenzie-SP 2018** Durante o governo de Péricles (444-429 a.C.), a cidade-Estado de Atenas atingiu seu apogeu, e algumas de suas medidas políticas, ainda, servem como referência ao mundo contemporâneo. Sobre sua influência na política, é correto afirmar que
- a) foi instituída, por sua iniciativa, a remuneração aos que desempenhavam funções no Estado. Essa seria uma forma de estímulo para que ocorresse maior participação popular no governo.
 - b) é considerado o fundador da democracia ateniense; pois, ao reforçar o poder naval e as tropas a serviço do Estado, enfraqueceu o prestígio da nobreza, essencialmente guerreira.
 - c) fortaleceu o poder do Areópago, aumentando sua capacidade de deliberar sobre questões de interesse geral da sociedade, além de poder julgar crimes de sangue e elaborar projetos de lei.

- d) foi um grande estadista que, por meio de alianças militares com os países vizinhos, por meio de acordos comerciais, e de tratados sobre livre navegação, estabeleceu os princípios da diplomacia moderna.
- e) estendeu os mesmos privilégios concedidos aos hoplitas aos soldados e marinheiros a serviço do Estado, ampliando os princípios democráticos e desenvolvendo o sentimento patriótico.

- 10. Enem 2015** O que implica o sistema da pólis é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992 (adaptado).

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a ágora tinha por função

- a) agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
 - b) permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
 - c) constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
 - d) reunir os exércitos para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
 - e) congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.
- 11. Fuvest-SP 2022** A respeito da Guerra do Peloponeso no séc. V a.C., é correto afirmar:
- a) O conflito resultou das disputas comerciais e militares entre a Liga de Delos, liderada pela cidade-estado de Atenas, e os interesses assírios.
 - b) A guerra afetou a autonomia política e administrativa das cidades-estados, dando lugar à organização imperial.
 - c) A hegemonia ateniense foi dissolvida com o triunfo da Liga do Peloponeso e as colônias na Ásia Menor foram devolvidas aos persas.
 - d) A guerra marcou a decadência do militarismo espartano frente aos exércitos atenienses, que defendiam a democracia.
 - e) O desabastecimento de escravos e a desorganização da produção agrícola contribuíram para a perda da hegemonia grega no Mediterrâneo.
- 12. Fuvest-SP 2017** Em relação à ética e à justiça na vida política da Grécia Clássica, é correto afirmar:
- a) Tratava-se de virtudes que se traduziam na observância da lei, dos costumes e das convenções instituídas pela pólis.
 - b) Foram prerrogativas democráticas que não estavam limitadas aos cidadãos e que também foram estendidas aos comerciantes e estrangeiros.

- c) Eram princípios fundamentais da política externa, mas suspensos temporariamente após a declaração formal de guerra.
- d) Foram introduzidas pelos legisladores para reduzir o poder assentado em bases religiosas e para estabelecer critérios racionais de distribuição.
- e) Adquiriram importância somente no período helenístico, quando houve uma significativa incorporação de elementos da cultura romana.

13. UFPR 2013 Considere a afirmação do historiador Pedro Paulo Funari:

A guerra do Peloponeso não deixou de ser, até os nossos dias, uma narrativa histórica maior. Pode parecer espantoso ver como recorrente um uso político contemporâneo de um conflito tão distante no tempo e concernente a uma realidade histórica tão específica quanto a das cidades gregas. Com efeito, os primeiros a lerem, relerem e a se inspirarem em Tucídides foram as elites britânicas. Desde os primórdios da Inglaterra moderna, nascida dos conflitos com o continente, os ingleses abandonaram todas as pretensões de potência terrestre europeia, em proveito da conquista dos mares.

FUNARI, Pedro Paulo. Usos da Guerra do Peloponeso. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, n. 4, abril de 2011.

Com qual cidade-Estado os ingleses se identificaram nos relatos de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso? Justifique sua resposta, explicando o que foi a Guerra do Peloponeso, no que se refere aos principais envolvidos, a suas motivações e às consequências para o mundo grego.

14. Fuvest-SP 2013 Não esqueçamos que o processo de formação de um povo e de uma civilização gregos não se desenrolou segundo um plano premeditado, nem de maneira realmente consciente. Tentativa, erro e imitação foram os principais meios, de tal modo que uma certa margem de diversidade social e cultural, amiúde muito marcada, caracterizou os inícios da Grécia. De fato, nem o ritmo nem a própria direção da mudança deixaram de se alterar ao longo da história grega.

Moses I. Finley. *O mundo de Ulisses*. 3 ed. Lisboa: Presença, 1998, p.16.

- a) Indique um elemento “imitado” de outros povos e sociedades que teria estado presente nos “inícios da Grécia”.
- b) Ofereça pelo menos dois exemplos do que o autor chama de “diversidade social e cultural”, que “caracterizou os inícios da Grécia”.

15. UEM-PR 2013 Tomando como base o texto a seguir e o contexto histórico a que ele se refere, assinale a(s) alternativa(s) correta(s) sobre os sistemas de governo na Grécia Antiga.

Entre os Estados, em geral, se dá o nome de realza ao que tem por finalidade o interesse coletivo; e o governo de um pequeno número de homens, ou de muitos, contando que não o seja de um apenas, denomina-se aristocracia – ou porque a autoridade está nas mãos de várias pessoas de bem, ou porque essas pessoas dela se

utilizam para o maior bem do Estado. Por fim, quando a multidão governa no sentido do interesse coletivo, denomina-se esse governo de República, que é um nome comum a todos os governos.

ARISTÓTELES, *Política: Texto Integral*. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 90.

- 01** Ao longo da sua existência, a cidade-Estado de Atenas experimentou formas de governo como a monarquia e a democracia.
- 02** A principal característica do período Homérico (XII-VIII a.C.) era o predomínio de uma anarquia “homérica” em que cada cidade-Estado procurava subjugar a outra.
- 04** Ainda que os gregos tivessem produzido grandes filósofos, os textos destes não foram assimilados pelos governantes da época, pois só foram valorizados durante o Renascimento Italiano do século XV.
- 08** Assim como em nossos dias, a democracia praticada na Grécia Antiga garantia a liberdade política a todos os homens que habitavam os territórios gregos.
- 16** Nas cidades-Estado onde a nobreza guerreira monopolizava as instituições, consolidou-se o regime aristocrático em que uma minoria deliberava pelo povo.

Soma:

- 16. UFPR 2020** Alexandre, o Grande, teve uma vida breve, mas intensa. Os historiadores da Antiguidade destacaram suas habilidades políticas e militares, e sua imagem se espalhou por meio de retratos e bustos que foram produzidos em diferentes momentos, seja no período helenístico, seja posteriormente durante o Império Romano. Tornou-se, portanto, símbolo de poder em diferentes momentos históricos. Discorra sobre dois legados de Alexandre na Antiguidade – um legado político e um legado cultural.

- 17. UFPR 2019** Leia abaixo um excerto das Leis das Doze Tábuas, sistematizadas em 450 a.C.:

TÁBUA NONA – Do direito público

- 1. Que não se estabeleçam privilégios em lei (Ou que não se façam leis contra indivíduos) [...]
- 3. Se um juiz ou um árbitro indicado pelo magistrado receber dinheiro para julgar a favor de uma das partes em prejuízo de outrem, que seja morto; [...]

(Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/12tab.htm>. Acesso em: 7 set. 2018.)

A partir dos conhecimentos sobre o período republicano da Roma Antiga (509 a.C.-27 a.C.):

- a) Explique as motivações que levaram à sistematização dessas leis e quais mudanças elas trouxeram em relação à vida política e social vigente no período monárquico (753 a.C.-509 a.C.).
- b) As Leis das Doze Tábuas deram origem a qual conjunto de leis e normas jurídicas?

18. Uepa 2014 “As Catilinárias” são um célebre discurso de Marco Túlio Cícero, filósofo e cônsul romano do século I a.C., contra Lucius Catilina. O discurso denuncia a trama do jovem patrício e de seus seguidores para obter riquezas com a derrubada do governo republicano. O discurso é representativo da obra ciceroniana que, em geral, apresenta a política como tema central, mesmo em textos cujo propósito seja tratar de questões jurídicas e filosóficas. Essa inclinação na obra de Cícero se explica pelo(a):

- a) ligação entre pensamento filosófico e vida política na Roma republicana, cuja ordem democrática ensejava uma prerrogativa utilitária para o exercício filosófico.
- b) fato de Cícero ocupar cargos políticos no Império Romano, o que demarca a peculiaridade da sua obra.
- c) força do pensamento jurídico na vida pública romana, o que limitava as possibilidades temáticas de especulação filosófica.
- d) fragilidade reflexiva da filosofia romana se comparada às obras gregas dos séculos anteriores.
- e) espaço ocupado pela oratória nas obras filosóficas romanas, empregada como valioso instrumento para a ação política.

19. UPE/SSA 2021 E enquanto Paulo os esperava em Atenas (...) disputava na sinagoga com os judeus e prosélitos, e na praça todos os dias com aqueles que se achavam presentes. E alguns filósofos epicureus e estoicos disputavam com ele.

Fonte: Bíblia. Atos dos Apóstolos, c. 17: 16 – 21.

Esse texto é um testemunho da cena religiosa no Império Romano do começo de nossa era por demonstrar a

- a) obrigação do culto ao imperador.
- b) proibição à livre difusão das ideias religiosas.
- c) interdição do proselitismo, a atividade de conversão.
- d) promoção da diversidade religiosa e seitas que disputavam fiéis.
- e) determinação do monoteísmo como regra geral para todo o Império.

20. Enem 2013 Durante a realeza, e nos primeiros anos republicanos, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os decênviros – para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólon.

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à

- a) adoção do sufrágio universal masculino.
- b) extensão da cidadania aos homens livres.
- c) afirmação de instituições democráticas.
- d) implantação de direitos sociais.
- e) tripartição dos poderes políticos.

21. Fuvest-SP 2013 A escravidão na Roma antiga

- a) permaneceu praticamente inalterada ao longo dos séculos, mas foi abolida com a introdução do cristianismo.
- b) previa a possibilidade de alforria do escravo apenas no caso da morte de seu proprietário.
- c) era restrita ao meio rural e associada ao trabalho braçal, não ocorrendo em áreas urbanas, nem atingindo funções intelectuais ou administrativas.
- d) pressupunha que os escravos eram humanos e, por isso, era proibida toda forma de castigo físico.
- e) variou ao longo do tempo, mas era determinada por três critérios: nascimento, guerra e direito civil.

22. Unicamp-SP 2013 Por que as pessoas se casavam na Roma Antiga? Para esposar um dote, um dos meios honrosos de enriquecer, e para ter, em justas bodas, rebentos que, sendo legítimos, perpetuassem o corpo cívico, o núcleo dos cidadãos. Os políticos não falavam exatamente em natalismo, futura mão de obra, mas em sustento do núcleo de cidadãos que fazia a cidade perdurar exercendo a “função de cidadão” ou devendo exercê-la.

(Adaptado de P. Ariès e G. Duby, *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. v. 1, p. 47.)

- a) Por que o casamento tinha uma conotação política entre os cidadãos, na Roma Antiga?
- b) Indique dois grupos excluídos da cidadania durante a República romana (509-27 a.C.).

23. UEPB 2013 A expansão territorial na Antiga Roma trouxe profundas modificações na sociedade estabelecida na Península Itálica. Entre elas, podemos destacar:

- a) O número de escravos aumentou significativamente e estes foram largamente utilizados na agricultura, na produção de alimentos e nas atividades urbanas.
- b) Fortalecimento da política agrícola com a expansão dos minifúndios.
- c) Democratização da sociedade com igualdade de direitos políticos entre patrícios e plebeus.
- d) Crise da mão de obra escrava, que ficou concentrada nos campos agrícolas, deixando carente o setor urbano de trabalhadores livres.
- e) Grande êxodo urbano, devido a contatos com outros povos e as conquistas romanas.

24. Uece 2021 [...] os banhos públicos eram uma verdadeira instituição na Roma antiga. Ruínas romanas espalhadas pela Europa guardam ainda hoje resquícios das termas, espécie embrionária de sauna. Por um período, havia banhos separados para homens e mulheres. Na época imperial, porém, surgiram os banhos mistos. [...] A prática era condenada. Segundo o Código de Justiniano, elaborado no século VI, bastava que uma mulher casada frequentasse as termas para que pudesse ser repudiada.

BOLOGNE, Jean-Claude. A intimidade compartilhada. Revista História Viva, Ano III, N. 27, São Paulo: Duetto.

A partir do excerto acima, é correto afirmar que

- a) a nudez, a sexualidade e outros aspectos dos valores morais romanos foram alterados com a conversão ao cristianismo.
- b) apesar de a moral cristã ser diferente da moral dos povos cristianizados, como o romano, ela não alterou traços característicos de suas culturas.
- c) o cristianismo, ao chegar em Roma, transformou apenas a religiosidade pagã, não tendo nenhuma influência na moralidade romana.
- d) a sociedade romana era muito moralista, proibia a fruição dos prazeres, o que tornou fácil e rápida a assimilação do cristianismo.

25. Unicamp-SP 2017



[https://fr.wikipedia.org/wiki/Perl_\(Sarre\)#/media/File:Retiarius_stabs_secutor_\(color\).jpg](https://fr.wikipedia.org/wiki/Perl_(Sarre)#/media/File:Retiarius_stabs_secutor_(color).jpg). Acessado em: 12/08/2016.

A imagem acima retrata parte do mosaico romano de Nennig, um dos mais bem conservados que se encontram até o momento no norte da Europa. A composição conta com mais de 160 m² e apresenta como tema cenas próprias de um anfiteatro romano.

A partir da leitura da imagem e do conhecimento sobre o período em questão, pode-se afirmar corretamente que a imagem representa

- a) uma luta entre três gladiadores, prática popular entre membros da elite romana do século III d. C., que foi criticada pelos cristãos.
- b) a popularidade das atividades circenses entre os romanos, prática de cunho religioso que envolvia os prisioneiros de guerra.
- c) uma das ações da política do pão e do circo, estratégia da elite romana que usava cidadãos romanos na arena, para lutarem entre si e, assim, divertir o povo.
- d) uma luta entre gladiadores, prática que tinha inúmeras funções naquela sociedade, como a diversão, a tentativa de controle social e a valorização da guerra.

26. Fuvest-SP 2019 [...] o “arco do triunfo” é um fragmento de muro que, embora isolado da muralha, tem a forma de uma porta da cidade. [...] Os primeiros exemplos documentados são estruturas do século II a.C., mas os principais arcos de triunfo são os do Império, como os arcos de Títo, de Sétimo Severo ou de Constantino, todos no foro romano, e todos de grande beleza pela elegância de suas proporções.

PEREIRA, J. R. A., *Introdução à arquitetura. Das origens ao século XXI*. Porto Alegre: Salvaterra, 2010, p. 81.

Dentre os vários aspectos da arquitetura romana, destaca-se a monumentalidade de suas construções. A relação entre o “arco do triunfo” e a História de Roma está baseada

- a) no processo de formação da urbe romana e de edificação de entradas defensivas contra invasões de povos considerados bárbaros.
- b) nas celebrações religiosas das divindades romanas vinculadas aos ritos de fertilidade e aos seus ancestrais etruscos.
- c) nas celebrações das vitórias militares romanas que permitiram a expansão territorial, a consolidação territorial e o estabelecimento do sistema escravista.
- d) na edificação de monumentos comemorativos em memória das lutas dos plebeus e do alargamento da cidadania romana.
- e) nos registros das perseguições ao cristianismo e da destruição de suas edificações monásticas.



Texto para as questões **27** e **28**.

Roma provou ser capaz de ampliar o seu próprio sistema político para incluir as cidades italianas durante sua expansão peninsular. Desde o começo ela havia – diferentemente de Atenas – exigido de seus aliados tropas para seus exércitos, e não dinheiro para seu tesouro; desta maneira, diminuindo a carga de sua dominação na paz e unindo-os solidamente em tempo de guerra. Neste ponto, seguia o exemplo de Esparta, embora seu controle militar central das tropas aliadas fosse sempre muito maior.

Perry Anderson. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, 1987. Adaptado.

- 27. Unesp 2014** A comparação que o texto estabelece entre Roma e Esparta é pertinente, uma vez que foi comum às duas cidades
- a) valorizar a formação e a disciplina da soldadesca e constituir amplo aparato militar.
 - b) instalar e manter importantes áreas coloniais no Norte da África e no Oriente Próximo.
 - c) estabelecer amplo domínio militar e comercial sobre o Mar Mediterrâneo e o Leste europeu.
 - d) erradicar a influência política e militar de Atenas e combater os exércitos cartagineses e persas.
 - e) viver sob regimes democráticos, após terem atravessado períodos de oligarquia e de tirania.
- 28. Unesp 2014** O texto caracteriza uma das principais estratégias romanas de domínio sobre outros povos e outras cidades:
- a) o estabelecimento de protetorados e de aquartelamentos militares.
 - b) a escravização e a exploração dos recursos naturais.
 - c) a libertação de todos os escravos e a democratização política.
 - d) o recrutamento e a composição de alianças bélicas.
 - e) a tributação abusiva e o confisco de propriedades rurais.

- 29. Unesp 2014 (Adapt.)** Leia o texto para responder à questão.

Apesar de não ter sido tão complexo quanto os governos modernos, o Império [Romano] também precisava pagar custos muito altos. Além de seus funcionários, da manutenção das estradas e da realização de obras, precisava manter um grande exército distribuído por toda a sua extensão. A cobrança de impostos é que permitia ao governo continuar funcionando e pagando seus gastos.

(Carlos Augusto Ribeiro Machado. *Roma e seu império*, 2004.)

Os gastos militares intensificaram-se a partir dos séculos III e IV d.C., devido

- a) ao esforço romano de expandir suas fronteiras para o centro da África.
 - b) às perseguições contra os cristãos, que, bem-sucedidas, permitiram o pleno retorno ao politeísmo.
 - c) à necessidade de defesa diante de ataques simultâneos de bárbaros em várias partes da fronteira.
 - d) aos anseios expansionistas, que levaram os romanos a buscar o controle armado e comercial do mar Mediterrâneo.
 - e) à guerra contra Cartago pelo controle de terras no norte da África e na Península Ibérica.
- 30. Unicamp-SP 2021** Os aposentos comuns são aqueles aos quais o povo pode ir, como os vestíbulos e pátios. Assim, magníficos vestíbulos, aposentos e átrios não são necessários para as pessoas de fortuna comum, pois visitam, mas não são visitados. As casas de banqueiros *deveriam* ser mais espaçosas e vistosas, protegidas contra ladrões. Advogados e retóricos *deveriam* morar com elegância. Para aqueles que ocupam cargos e magistraturas, *deveriam* ser feitos vestíbulos reais, amplos e devidamente decorados com grandeza.

(Adaptado de Vitruvius, "Sobre a Arquitetura", em Pedro Paulo Funari, *Antiguidade Clássica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 81.)

O arquiteto romano Vitruvius expressa, em seu texto clássico sobre os princípios da Arquitetura,

- a) a naturalização das diferenças sociais impressas na vida material, já que as habitações ditas comuns deveriam ser simples e as dos enriquecidos deveriam ser espaçosas e vistosas.
- b) a resistência contra as diferenças sociais impressas na vida material, já que as habitações de pessoas de fortuna comum, magistrados e funcionários públicos deveriam ser iguais.
- c) a percepção das diferenças sociais durante todo o Império Romano, materializadas nas habitações, e a busca por moradias mais belas e espaçosas para todos.
- d) a determinação em conservar as diferenças sociais no Império Romano, a partir de políticas públicas de construção de moradias amplas para pessoas de fortuna comum.

BNCC em foco

EM13CHS103 e EM13CHS206

1. Unicamp-SP A característica mais notável da Grécia antiga, a razão profunda de todas as suas grandezas e de todas as suas fraquezas, é ter sido repartida numa infinidade de cidades que formavam um número correspondente de Estados. As condições geográficas da Grécia contribuíram fortemente para dar-lhe sua feição histórica. Recortada pelo embate entre a montanha e o mar, há uma fragmentação física e política das diferentes sociedades.

Adaptado de Gustave Glotz, "A cidade grega". São Paulo: Difel, 1980, p. 1.

- Segundo o texto, qual a organização política mais relevante da Grécia antiga? Indique suas principais características.
- Relacione a economia da Grécia antiga com as condições geográficas indicadas no texto.

EM13CHS101 e EM13CHS206

2. Unesp O historiador ateniense Tucídides, que viveu durante a Guerra do Peloponeso, escreveu sobre os gregos: [...] antes da Guerra de Tróia, [os habitantes da] Hélade nada [realizaram] em comum. Este nome mesmo não era empregado para designá-la no seu conjunto. [...] O que fica bem comprovado [nos livros de] Homero: ele que viveu numa época bem posterior à Guerra de Tróia, não utilizou a designação [de helenos] para o conjunto [dos gregos]. [...] Não utilizou, também, a expressão "bárbaros" porque, na minha opinião, os gregos não se encontravam ainda reunidos [...] sob um único nome que [lhes] permitisse [diferenciar-se de outros povos]. De qualquer forma, aqueles que receberam [mais tarde] o nome de Helenos [...] nada fizeram conjuntamente antes da Guerra de Tróia. [...] Essa expedição mesma os reuniu apenas num momento, naquele em que a navegação marítima encontrava-se mais desenvolvida.

(Tucídides. *A guerra do Peloponeso*. Século V a.C.)

Baseando-se no texto, responda.

- Qual característica política dos gregos na Antiguidade é apresentada por Tucídides?
- Por que, apesar da situação política expressa por Tucídides, pode-se falar de uma antiga civilização grega?

EM13CHS103

3. Unicamp-SP 2014 Com relação ao ornamento, Roma não correspondia, absolutamente, à majestade do Império e, além disso, estava exposta às inundações, como também aos incêndios. Porém, Augusto fez dela uma cidade tão bela que pode se envaidecer, principalmente por ter deixado uma cidade de mármore no lugar onde encontrara uma de tijolos.

(Adaptado de Suetônio, *A Vida dos Doze Césares*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 91.)

Considerando o texto e o período de Otávio Augusto no governo de Roma, responda:

- Qual a relação da nova urbanização da capital do Império com o período de paz que Augusto pretendia simbolizar?
- Identifique uma medida social e uma medida política estabelecidas por Augusto para adaptar a tradição romana ao novo momento.

الرؤيت كثيره
سن المنطقه يوجد في خلافاً بالسم وله ما يسنه وضع

Manuscrito de Al-Mubashshir ibn Fatik, filósofo árabe, século XIII. Biblioteca do Palácio de Topkapi, Istambul, Turquia.

Gianni Dagli Orti/Shutterstock



FRENTE 2

CAPÍTULO

4

Outras Idades Médias

Este manuscrito árabe do século XIII é uma representação de Sócrates discutindo com seus discípulos. Trata-se, portanto, de uma fonte medieval que remete a um tema da filosofia grega clássica sob a ótica árabe. Certamente, a imagem nos remete a uma visão do período medieval distinta daquela que o reduz a cavaleiros e castelos e à Igreja católica. Por muito tempo, os historiadores, ao estudarem a Idade Média, concentraram-se apenas no ocidente do continente europeu. Hoje, porém, busca-se outras perspectivas sobre a época e sobre o tema. Neste capítulo, concentraremos-nos em dois povos – islâmicos e bizantinos – que compartilharam o espaço mediterrânico na Idade Média e a partir dos quais desenvolveram-se duas religiões fundamentais para a história, o islã e o cristianismo ortodoxo.

Origem do termo “Idade Média”

O período entre 476, ano da queda do Império Romano do Ocidente, e 1453, ano da queda do Império Bizantino, é usualmente chamado de Idade Média. Já se viu que o ano de 476 é meramente uma data simbólica. Isso porque a deposição do imperador Rômulo Augusto após sua derrota para Odoacro, líder do povo germânico hérulo, não foi vista, naquele período, como um fato notável, dado que os centros de lealdade já estavam localizados no Império Romano do Oriente e nas monarquias germânicas.

Mas qual é a origem do termo “Idade Média”? Assim como ocorreu com o termo “Pré-História”, sua origem pode ser considerada pejorativa. O termo foi criado por Petrarca e outros nomes do chamado Renascimento Cultural (séculos XIV ao XVI) quando eles periodizaram a história europeia, separando-a entre uma Idade Antiga ou Clássica, correspondente ao mundo greco-romano, uma Idade Média ou “Idade das Trevas”, correspondente à “longa noite de mil anos”, e uma época “nova” (em latim, moderna), que eles próprios estariam inaugurando. Para esses pensadores do Renascimento, com o fim do Império Romano, a arquitetura, a pintura e a escultura clássica haviam sido destruídas, o latim se deteriorou e, com ele, a cultura e o pensamento greco-romano foram perdidos. Dessa forma, entre a época antiga e o momento em que viviam os renascentistas, houve um período em que a arte e a cultura teriam sido atrasadas, desvalorizadas, submersas na teologia, por isso o uso da expressão “Idade das Trevas” (*tenebrae*, em latim). Até hoje, o termo “medieval” é associado ao atraso, à brutalidade, à pobreza e à ignorância. No Iluminismo (século XVIII), ampliou-se essa visão da Idade Média como um período de obscurantismo, quando a razão teria sido sufocada pelos dogmas religiosos.

É importante salientar, contudo, que essa visão do mundo medieval é preconceituosa e errônea – a ideia de uma “Idade Média”, isto é, “medíocre” ou meramente “intermediária” é tão equivocada quanto a ideia de uma “Pré-História”. Primeiramente, viu-se que o período greco-romano esteve longe de ser um esplendor para todos: a arte e o latim puro eram privilégios de uma elite patricia, enquanto a maioria da população era escravizada ou vivia em situação de pobreza. Da mesma maneira, grandes guerras e outras formas de violência praticadas no decorrer da história humana se situam na Idade Contemporânea – é equivocado, portanto, chamar toda forma de intolerância e preconceito de “medieval”. O nazismo, por exemplo, expressão máxima desses elementos, é um fenômeno contemporâneo.

Em segundo lugar, a Idade Média foi um período marcado pelo surgimento das universidades, dos hospitais, das notas musicais, dos bancos, das línguas modernas, dos futuros países europeus e das religiões islâmica e ortodoxa. A cultura greco-romana não se perdeu, tanto que os pensadores cristãos utilizaram muitos elementos da filosofia desse período antigo, especialmente de **Platão**, **Aristóteles** e dos estoicos, para formular a teologia cristã. Os mosteiros conservavam grandes bibliotecas com as obras da Antiguidade Clássica.



Este detalhe da Tapeçaria de Bayeux, do século XI, é uma representação de Guilherme, o Conquistador (centro), o primeiro rei de origem francesa (normando) a ocupar o trono da Inglaterra. O monarca está entre seus meios-irmãos Roberto e Odo. As tapeçarias, assim como as iluminuras, são expressões artísticas muito frequentes na Idade Média.

No entanto, se os renascentistas e iluministas desprezaram a Idade Média, no Romantismo surgiu outra perspectiva: a da Idade Média, com seus cavaleiros, batalhas e torneios, vista como um período de fé e tradição. Trata-se também de uma caracterização marcada pelo preconceito, dado que ela nega toda a diversidade e complexidade do período, além de reduzi-lo ao contexto europeu.

É preciso, portanto, entender a Idade Média como um período da história humana com características próprias, nem idealizado – como buscavam os românticos – nem menosprezado – como faziam os renascentistas e iluministas.

Além disso, é importante lembrar uma observação do historiador Erwin Panofsky: “Na história, como na física, o tempo é relativo ao espaço”. E o que isso quer dizer? Na história, as temporalidades sempre dizem respeito a um espaço específico. Por exemplo, a ideia de desagregação do Império Romano, embora seja importante para a Europa e para o Norte da África, pode não ser um marco importante em outros espaços, como a América do Sul e a Indochina. A noção de uma “Idade Média”, apesar de nos dizer algo sobre o mundo mediterrâneo, talvez não nos ajude a compreender outros espaços.

Nós nos concentraremos nos seguintes contextos da Idade Média: o Império Islâmico, oriundo da península Arábica, o Império Romano do Oriente, ou Império Bizantino, e o sistema feudal na Europa ocidental.

No caso da Europa ocidental, o historiador Henri Pirenne criou, para o período medieval, a seguinte divisão: Alta Idade Média (do século V ao X), correspondente à formação e ao auge do feudalismo, e Baixa Idade Média (do século X ao XV), correspondente ao apogeu, à expansão e à crise do feudalismo. Alguns historiadores costumam chamar o período entre os séculos XI e XIII de “Idade Média Central”, posterior

à fragmentação do Império Carolíngio e anterior às crises feudais dos séculos XIV e XV. Há também historiadores que preferem identificar o período entre a crise do século III, quando houve intensa disputa pelo poder em Roma, e a ascensão do islã (séculos VII e VIII) como “Antiguidade Tardia”.

Saiba mais

Leia, a seguir, um trecho do livro *História Medieval*, do historiador Marcelo Cândido:

[...] a deposição do último imperador romano do Ocidente, em 476, não significou o fim [...] das tradições e das instituições romanas, da mesma forma que o final da Antiguidade não trouxe consigo a regressão da vida econômica ou o desaparecimento do Estado e das atividades comerciais. Os povos bárbaros não conquistaram o Império, mas se integravam ao mundo romano, tanto pela violência quanto por acordos pacíficos. É por isso que a expressão “invasões bárbaras” caiu em desuso, tendo sido substituída por “migrações bárbaras”. [...] Os reinos bárbaros mantiveram o latim como a sua língua oficial, assim como preservaram as instituições e leis criadas no Império Romano tardio [...] A Idade Média foi também uma época de expansão geográfica, política, econômica e cultural. [...] Apesar da perda de quase toda a península ibérica para os muçulmanos, no início do século VIII, a cristianização da Alemanha, da Escandinávia, das ilhas Britânicas, da Boêmia, da Polônia, da Hungria e da Croácia integrou novos territórios àquilo que se convencionou chamar de Cristianidade. As cruzadas, a partir do século XI, fundadas na ideia de guerra praticada em nome de Deus, foram um segundo momento dessa expansão [...] O Mediterrâneo funcionou igualmente como um espaço de contatos culturais e de trocas comerciais entre cristãos, judeus e muçulmanos [...].

A agricultura medieval foi capaz de produzir excedentes que alimentaram grandes circuitos comerciais, tanto no Mediterrâneo, quanto no norte da Europa, e que foram responsáveis pelo desenvolvimento urbano dos séculos XI, XII e XIII [...]. A repressão e a censura não impediram o florescimento da literatura e das artes. Um bom exemplo foi o advento das universidades.

Em suma, nem tempo de decadência, nem época de ouro.

CÂNDIDO, Marcelo. *História Medieval*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9-13.

Para melhor compreensão do período, dividiremos a história medieval da Europa ocidental em quatro períodos, de acordo com a proposta do historiador Hilário Franco Jr.:

- Formação do feudalismo (do século V ao IX): momento que se segue à queda do Império Romano, caracterizado pela síntese romano-germânica e pela construção do Império Carolíngio.
- Apogeu do feudalismo (do século IX ao XI): período em que o feudalismo, na Europa ocidental, assume sua forma clássica.
- Expansão do feudalismo (do século XI ao XIII): período de desenvolvimento de um setor urbano e comercial, do crescimento demográfico a das cruzadas.
- Crise do feudalismo (séculos XIV e XV): crise sistêmica das estruturas econômico-sociais.

É importante salientar, contudo, que o feudalismo se restringe às regiões da Europa ocidental. Ainda assim, há historiadores que preferem o uso de outros conceitos (como “dominação senhorial”) em vez de “feudalismo”.

A Idade Média e o islã

A península Arábica antes de Muhammad

Atualmente, calcula-se que cerca de 1,3 bilhão de pessoas no mundo (algo em torno de 20% da humanidade) são muçulmanos. A palavra *islã* significa “submissão a Alá”, ou seja, viver segundo a vontade do Criador. A palavra *Alá* significa, em árabe, “Deus”. A religião islâmica tem suas origens na península Arábica, no ano de 610, quando Muhammad, enquanto meditava, teria recebido mensagens de Alá por intermédio do anjo Gabriel.



“Muhammad, o mensageiro de Deus” é a frase inscrita nos portões da mesquita do profeta, na cidade de Medina, na Arábia Saudita. *Muhammad* é o nome original de Maomé na língua árabe.

Muçulmano ou islâmico, portanto, é todo aquele que segue o islamismo como religião. Árabe, por sua vez, é um termo étnico-cultural que se refere a todo membro ou descendente das tribos do deserto da península Arábica. Por isso, nem todo árabe é muçulmano, assim como nem todo muçulmano é árabe (por exemplo, indonésios e malaios são predominantemente muçulmanos, mas não são árabes). Calcula-se que hoje apenas 40% dos muçulmanos são árabes. O **Alcorão**, que significa “leitura”, é o livro sagrado da religião islâmica.

Mas como era a vida dos povos da península Arábica antes da ascensão de Muhammad? Essa região possui um clima extremamente seco, com a presença de um dos maiores desertos do mundo. Em diversas ocasiões, os romanos estiveram às portas da península, mas nunca adentraram de fato no território, que permaneceu independente.

AishaAbdelICC BY 4.0/Wikimedia Commons

Principais grupos da Arábia pré-islâmica



Fonte: MALLAM, Sally. The Pre-Islamic World. *The Human Journey*. Disponível em: <https://humanjourney.us/ideas-that-shaped-our-modern-world-section/mohammad-and-the-beginnings-of-islam-mecca-backdrop/#>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Os povos da península Arábica pré-islâmica encontravam-se divididos em numerosos agrupamentos nômades (os beduínos), comandados por um chefe (*shaik*). A difícil sobrevivência levou-os ao cultivo de uma escassa agricultura de tâmaras e trigo, praticada nos oásis, à criação de rebanhos, às incursões e ao comércio de caravanas. A pilhagem era uma atividade honrosa. O camelo, símbolo de riqueza e prosperidade no mundo árabe, era o principal meio de transporte, além de servir como moeda de troca, pagamento de dote das mulheres antes do casamento, entre outras funções.

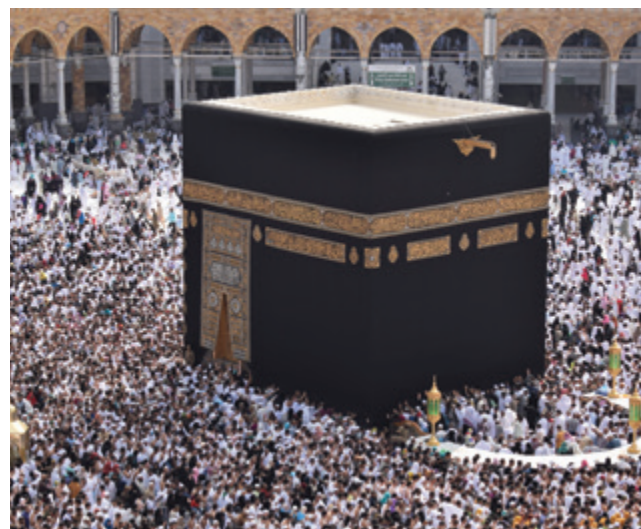
As famílias do deserto ligavam-se por um intenso espírito de solidariedade. Concursos de poesia, nos quais se cantavam as façanhas da tribo, entre outras histórias, davam como recompensa a gravação das composições em ouro nos muros da Caaba, um santuário importante para os povos da península Arábica antes mesmo do advento do islã.

A costa marítima da península era ocupada por grupos sedentarizados que viviam como comerciantes ou pequenos artesãos, exportando para o Ocidente e para o Oriente mercadorias como café, incenso, tâmaras e perfumes. Suas principais cidades eram Meca e Yatreb (mais tarde batizada de Medina). Não existia, na costa nem no interior, um governo único centralizado.

Apesar das diferenças culturais, todos os árabes eram do mesmo grupo étnico e diziam ser descendentes de Abraão (Ibrahim). Alguns acreditavam em um deus supremo, Alá, porém não deixavam de adorar uma infinidade de outros deuses, os *djinn*s, como Hanbal (o raio), Uadd (a amizade e o amor), lagurte (o socorro), entre outros. Na Arábia, antes do islã, o monoteísmo já aparecia com certa influência crescente do cristianismo ou do judaísmo, sobretudo nas regiões que hoje correspondem à Síria e à Palestina, e mesmo por meio do henoteísmo, que consiste

em uma forma de religião na qual se cultua uma única divindade, considerada suprema, mas sem negar a existência de outros deuses.

Conforme dito, o santuário comum a todos os povos da região fica na cidade de Meca (na atual Arábia Saudita). Ali está depositada em uma das laterais da Caaba a Pedra Negra, pedaço de rocha considerado sagrado pelas tribos arábicas desde o período pré-islâmico. Hoje, os muçulmanos afirmam que a pedra foi trazida pelo anjo Gabriel. Na época anterior a Muhammad, as mais diversas pessoas se dirigiam a Meca não só em busca da adoração da Pedra Negra e de seus deuses, mas também para fazer comércio. As transações comerciais eram controladas pela tribo dos coraixitas, que obtinham grandes vantagens comerciais.



A Caaba, em Meca, santuário de peregrinação e adoração dos muçulmanos, já era um local sagrado para os povos da península Arábica desde os tempos anteriores a Muhammad e à fundação do islã. Foto de 2020.

O nascimento do islã

Nascido em Meca (a data é incerta, podendo ser 570 ou 571), Muhammad pertencia a um ramo secundário da tribo dos coraixitas. Diz a tradição islâmica que, em 610, aos 40 anos, durante um retiro em uma caverna, Muhammad teve sua primeira visão. O anjo Gabriel teria descido à Terra, afirmando que Muhammad era o último dos profetas e ordenado que ele pregasse a fé em um Deus único, começando com o seguinte poema, a mais antiga passagem do Alcorão:

Lê em nome de teu Senhor que tudo criou;
Criou o homem de um coágulo de sangue.
Lê que o teu Senhor é generoso,
Que ensinou o uso do **cálamo**
Ensinou ao homem o que este não sabia

Alcorão 96:1-5. Disponível em: http://www.ligaislamica.org.br/liga_islamica_alcorao.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

Cálamo: instrumento antigo de escrita feito de junco ou de cana.



Gravura do século XIV representando o momento em que Muhammad recebe a primeira revelação do anjo Gabriel. O desenho faz parte do livro *Compêndio de crônicas*, publicado na Pérsia no século XIV.

As revelações foram feitas aos poucos por Gabriel até a morte de Muhammad em 632. O conjunto das revelações formou o Alcorão, composto por 6 226 versos distribuídos em 114 capítulos. A obra reúne o mistério do Deus-Uno e a história de suas revelações, de Adão a Muhammad, passando por Abraão, Moisés e Jesus, assim como as prescrições culturais, sociais, jurídicas, estéticas e morais que dirigem a vida individual e social dos muçulmanos.

Após três anos, seguido por um pequeno grupo de fiéis, Muhammad foi a Meca e começou a falar para os coraixitas em frente à Caaba, pregando a destruição dos ídolos tribais e afirmando a existência de um só Deus, onisciente e onipotente. Em 622, o grupo de Muhammad foi perseguido e teve de abandonar a cidade, dirigindo-se para Yatrib. Transformando a cidade em sua base, Muhammad mudou seu nome para Medina (que significa “cidade do profeta”), que se tornou a primeira comunidade a viver sob as leis muçulmanas. A fuga do profeta e seus seguidores para a cidade de Medina ficou conhecida como *Hégira*, tornando-se um dos episódios fundamentais da consolidação do islamismo, considerado o marco inicial de seu calendário.

Em 630, Muhammad retornou a Meca e, acompanhado de muitos beduínos convertidos, tomou a cidade, destruiu os ídolos pagãos na Caaba e afirmou a soberania do islamismo. Meca tornou-se o centro da religião islâmica. Com o tempo, toda a península Arábica foi unificada em torno do islamismo e de seu único chefe, Muhammad, que assumia o poder político e religioso.

! Atenção

É comum traduzirem a palavra *jihad* como “Guerra Santa”; contudo, pesquisadores e membros das comunidades muçulmanas fazem ressalvas quanto a esse uso. Isso porque a palavra “*jihad*” possui significados muito mais amplos no Alcorão. Alguns especialistas a traduzem como “empenho” ou “esforço” sobre o exercício da fé islâmica, dado que é dessa forma, estritamente simbólica e espiritual, que ela aparece diversas vezes no Alcorão. Observe nos exemplos a seguir:

Combatei, pela causa de Deus, aqueles que vos combatem; porém, não pratiqueis agressão, porque Deus não estima os agressores.

Alcorão 2:190. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/le000001.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Quanto àquele que se esforçar (*jihad*) pela causa de Deus, o fará em benefício próprio; porém, sabe que Deus pode prescindir de toda a humanidade.

Alcorão 2:96. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/le000001.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Ainda que alguns grupos islâmicos usem a expressão *jihad* estritamente para se referir a conflito armado, devemos nos lembrar que interpretações “violentas” também acontecem com outras religiões, e isso não nos leva a vê-las como essencialmente violentas. Como solução, há especialistas no assunto, os islamólogos, que dividem a expressão em “*jihad maior*” (referente ao esforço espiritual) e “*jihad menor*” (que pode manifestar-se por meio da guerra). Há ainda a palavra “*qital*” (combate), que tem sido utilizada com uma alternativa para tratar da violência cometida por grupos extremistas islâmicos. É preciso lembrar que a imensa maioria dos islâmicos é contrária a qualquer forma de violência em nome da fé.



Mesquita Masjid al-Qiblatayn, em Medina, na Arábia Saudita. Foto atual.

Alman titi (CC BY 3.0/Wikimedia Commons)

FRENTE 2

Em 632, Muhammad fez sua última peregrinação e recebeu as últimas revelações. Após a sua morte, a comunidade islâmica deu início a uma crise sucessória, que culminou na divisão interna do islã.

O Império Islâmico

Muhammad havia unificado os povos árabes em torno do islamismo. Seus sucessores, sob o ideal da *jihad*, conquistam a Síria, a Mesopotâmia, a Palestina, a Pérsia, parte da Índia, o norte da África e a península Ibérica (Portugal e Espanha). Essa conquista não foi apenas militar, mas se deu também por meio da conversão (em muitos casos, inclusive, dispensando o confronto militar).

A travessia para a península Ibérica foi feita por Tar (ou Tarik), que enfrentou os visigodos de Roderico. Por isso, tal estreito hoje é conhecido como Pedra de Tar – em árabe, Gib al Tar ou, em sua forma na língua portuguesa, Gibraltar. Após chegar ao continente europeu pela península Ibérica, o Império Islâmico tentou conquistar os francos, mas foram detidos por seu rei, Carlos Martel, na Batalha de Poitiers, em 732, e por Pepino, o Breve, em 752. No continente asiático, os árabes não avançaram para além da Índia, pois desconheciam as florestas tropicais. Em direção ao centro e ao sul da África, por sua vez, foram barrados pelo grande deserto do Saara. Ainda assim, os islâmicos formaram um vasto império que abrangeu desde o território da Índia à península Ibérica.

Mundo islâmico e bizantino – séculos VII e VIII



Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 59.

Saiba mais

Com a morte de Muhammad, sem a indicação de um sucessor, houve uma cisão no califado islâmico. De um lado, os familiares diretos do profeta afirmavam ser os únicos que podiam assumir o posto do califa, ou seja, do líder político-religioso. Do outro, estavam os muçulmanos que defendiam que a sucessão não precisava ter relação consanguínea ou de parentesco. Os apoiadores da sucessão restrita pelos parentes de Muhammad passaram a ser chamados de **xiitas**, enquanto os defensores da sucessão sem necessidade de ligação consanguínea com o profeta eram os **sunitas**. A disputa sucessória gerou também outros ramos menores dentro do islamismo, como os khajiritas.

Abu Bakr, um velho amigo de Muhammad e, portanto, pertencente ao grupo sunita, obteve diversas vitórias militares, conquistando o posto de califa e expandindo os domínios islâmicos. Após a morte de Abu, seus sucessores sunitas se mantiveram no poder e seguiram com o processo de expansão do império, mas novas crises sucessórias acirraram a rivalidade entre sunitas e xiitas, que perdura até a atualidade. Posteriormente, os grupos muçulmanos, apesar de manterem a mesma religião, dividiram-se em três grandes eixos de poder: a península Arábica, o norte da África (Magreb é o nome que se dá ao norte da África islamizado) e a península Ibérica.

As conquistas do Oriente Médio, do norte da África e da península Ibérica se deram entre os séculos VII e IX, o chamado período clássico. Entre os séculos XI e XIV, ocorreu a expansão para a Ásia Central e Índia. Após o século XIV, os povos islâmicos ergueram os “impérios da pólvora”, isto é, o Império Turco-Otomano, o último que unificou o Oriente Médio e perdurou até o século XX; o Império Safávida, de origem xiita, no atual Irã; e o Império Mogol (ou Mugal), na Índia, entre os séculos XV e XVIII. A maioria desses povos foi conquistada por ingleses e franceses no contexto do imperialismo dos séculos XIX e XX. Já no continente africano (onde, atualmente, cerca de 40% da população é muçulmana), o islã se difundiu menos pela guerra que por práticas como o comércio, a migração e a influência de professores e místicos.

Citado no início do capítulo, o historiador Henri Pirenne defendeu que, com o controle árabe sobre boa parte do mediterrâneo, o comércio dos povos cristãos foi dificultado, obrigando-os a refugiar-se no interior e dedicar-se à agricultura. Tal ideia, no entanto, não é mais aceita entre os historiadores, que apontam as trocas econômicas que ocorriam entre cristãos e muçulmanos, além da grande área de comércio que os bizantinos detinham. As rotas comerciais dos islâmicos iam da Índia à península Ibérica, incluindo também a troca de mercadorias com os cristãos. Cheques, letras de câmbio, recibos e associações comerciais eram usados nessas transações comerciais.



Nicolas Vollmer (CC BY 2.0/Wikimedia Commons)

A grande mesquita de Córdoba, na Espanha, foi construída no século X, no apogeu do domínio islâmico na península Ibérica. Após a reconquista, os espanhóis a transformaram em catedral e hoje ela é chamada de mesquita-catedral, em uma fusão de elementos islâmicos e cristãos. Foto atual.

A assimilação da filosofia grega se intensificou sob o domínio do califa al-Mansur (754-775), fundador da cidade de Bagdá em 762. No decorrer da expansão islâmica, pensadores muçulmanos procuraram convergir filosofia e islamismo, o que incluía conciliar Platão, Aristóteles e o Alcorão: nessa perspectiva, os seres provêm de Deus como a luz provém do Sol, ou seja, por uma causalidade natural que dispensa a vontade ou a intenção. O médico e filósofo persa Avicena (980-1037), um dos pensadores mais importantes da tradição islâmica e cujas obras foram utilizadas no Oriente e no Ocidente até o século XVIII, em sua obra *A Cura*, retomou as principais teses aristotélicas e acrescentou o que ele julgava serem avanços feitos na Filosofia. Para Avicena, a Filosofia deveria discorrer sobre tudo aquilo que poderia ser conhecido pela razão humana, orientando-se para um fim: a felicidade.

A chamada Escola Falsafa (filosofia racionalista) islâmica pregava que a razão poderia, sem recorrer ao Alcorão, encontrar as mesmas verdades que a religião islâmica. O filósofo Averróis (1126-1198), nascido na península Ibérica durante o domínio árabe, era conhecido por seus ricos comentários a respeito das obras de Aristóteles. É por intermédio de Averróis que o mundo cristão latino conheceu Aristóteles com profundidade – o que mostra o diálogo

entre o cristianismo e o islamismo medieval nas áreas do conhecimento humano. A Escola dos Tradutores de Toledo, na Espanha muçulmana, traduziu diversos escritos greco-romanos.

Saiba mais

Os territórios islâmicos na Idade Média investiram na produção de grandes obras filosóficas e literárias (a mais famosa delas é *As mil e uma noites*), na construção de escolas e bibliotecas e no desenvolvimento econômico e técnico, com avanços em áreas como Medicina (qualificando ervas medicinais), Matemática (inventando o arco e a tangente, tal como a equação de segundo grau e biquadrada), Química (descobrindo o ácido sulfúrico e o álcool), Higiene, Arquitetura, Astronomia, Agricultura (introduzindo na Europa o algodão, a cana-de-açúcar, o bicho-da-seda e o arroz) etc. Destacam-se Al-Khwarizmi, na Matemática, Rhazes, na Química e medicina, Alhazen, na Ótica, e Alpetragius, na Astronomia.

Como já estudado no capítulo 1 da frente 1, nos territórios muçulmanos era comum a relativa tolerância com outros povos monoteístas, que os árabes chamavam de Povos do Livro, como judeus e cristãos, que tinham direito de praticar a sua fé, embora tivessem de pagar mais impostos ao califado. Essa coexistência acabou fazendo com que muitos cristãos e judeus migrassem para a religião islâmica. O símbolo dessa tolerância é a catedral de Toledo, na Espanha, onde se alternavam os rituais cristãos, judaicos e muçulmanos.

No Império Islâmico havia a forte presença das populações escravizadas: militares escravizados, escravizados para trabalhos domésticos e mulheres para fins sexuais. Geralmente, essas pessoas eram eslavos pagãos trazidos da Escandinávia, povos das estepes da Ásia central ou de regiões do norte da África. Os últimos países da história islâmica a abolir formalmente a escravidão, a propósito, foram o Iêmen e a Arábia Saudita, em 1962, e a Mauritânia, em 1981.

A fé islâmica

O islamismo prega o monoteísmo. Apesar de aceitar a existência de anjos, demônios e outras criaturas invisíveis (como os gênios, ou *jins*), para o islã, o politeísmo é um pecado capital (a Santíssima Trindade, santos e imagens constituiriam, na visão islâmica, elementos politeístas). Após a morte, Alá aceitará os bons no paraíso e os maus serão condenados ao inferno. Não há, no islamismo, pecado original, salvação pela fé ou dependência da intermediação de sacerdotes para a salvação. Os ulemás, teólogos especializados nas leis islâmicas, são apenas intérpretes da fé islâmica, mas não mediadores. Para os muçulmanos, o cristianismo e o judaísmo não são religiões falsas, mas apenas formas inacabadas do islamismo.

Outro alicerce da religião islâmica, assim como a cristã e a judaica, é a revelação. Ela se refere ao momento em que Deus irrompe no mundo e se revela mediante mensageiros especiais.

São cinco as obrigações básicas de todo muçulmano:

- *Shahada* – recitar o credo “Alá é o único Deus e Muhammad, seu profeta” ao acordar e antes de dormir.
- *Salat* – orar cinco vezes por dia, voltado em direção à cidade de Meca. Todos os muçulmanos do mundo e todas as mesquitas são assim integrados, com milhares de corações voltados para o seu centro.
- *Zakat* – ajudar os necessitados (com dinheiro, comida ou abrigo) para, assim, purificar o dinheiro ganho. O *zakat* é uma espécie de justiça interior obrigatória, que torna efetiva a solidariedade dos seres humanos da fé, isto é, vencendo em si mesmos, o egoísmo e a avareza (a *jihad* maior), mostrando que a riqueza, como tudo, pertence a Deus.
- *Ramadã* – jejuar no Ramadã, celebrado no nono mês do calendário islâmico (quando o arcanjo Gabriel teria feito as revelações a Muhammad), privando-se, no mês todo, desde o nascer até o pôr do sol, de comida, água, prazer sexual e pensamentos ruins.
- *Hajj* – se tiver saúde e condições financeiras, fazer a peregrinação a Meca ao menos uma vez na vida para orar diante da Caaba, onde Muhammad destruiu os antigos ídolos.



Nurlan Mammadzada/Shutterstock

Multidão tenta tocar a porta da Caaba durante peregrinação a Meca. Foto de 2018.

O Império Bizantino

O termo “Império Bizantino” refere-se à região do antigo Império Romano do Oriente. Tal região sofreu muitas transformações ao longo da história, mas, em seu apogeu, chegou a englobar a península Balcânica, regiões da península Itálica, o norte da África e a Ásia Menor. No decorrer dos séculos, contudo, reduziu-se à Ásia Menor e à península Balcânica.

Império Bizantino – século VI



Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 58.

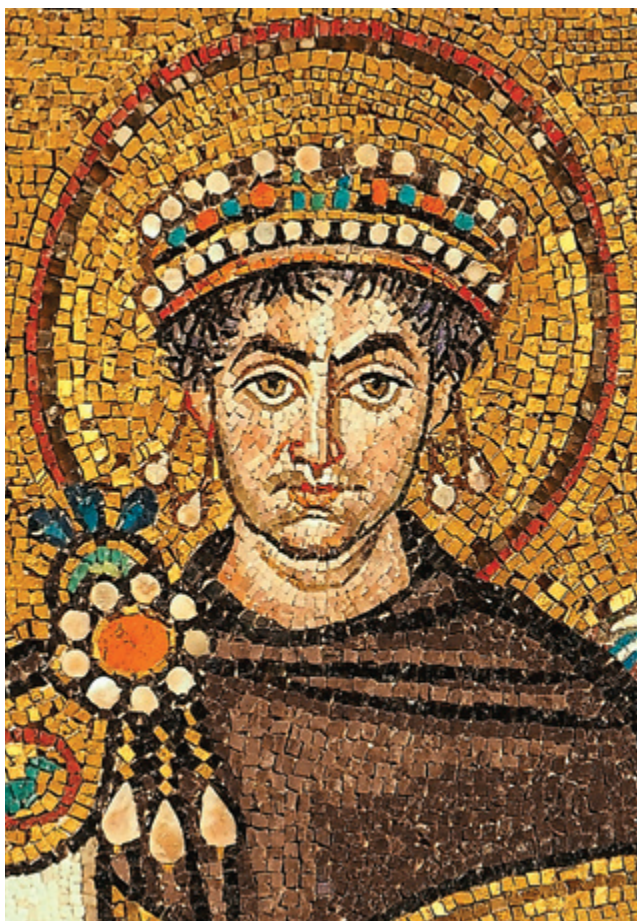
! Atenção

Os bizantinos eram, em seu tempo, chamados de romanos e se viam como os verdadeiros continuadores do antigo Império Romano e da cultura helenística. O termo “bizantino”, a propósito, foi utilizado por Hieronymus Wolf (1516-1580) para descrever o império apenas no século XVI. Por isso, aliás, muitos historiadores apenas utilizam o termo “Império Romano” – eles não se viam como “herdeiros” de Roma, mas como romanos (chamavam a si próprios, inclusive, de *Rhomaioi*, e muitos turcos até hoje chamam os gregos de Rum). Sua língua grega, sua vida material confortável e a concepção de um imperador visto como vice-rei de Deus os distinguiram dos reinos germânicos do Ocidente da Europa. O cristianismo oriental, mesclado com a filosofia grega e com as religiões egípcia-mesopotâmicas, assumiu um aspecto sentimental e reflexivo. Por isso, como lembra o historiador Jacques Le Goff, os católicos ocidentais viam os bizantinos como hereges, em um misto de desprezo, por sua religião, e inveja, por sua riqueza. No século XII, enquanto Roma e Paris não tinham 20 mil pessoas, Constantinopla contava com 1 milhão de habitantes.

A religião no Império Bizantino

A religião bizantina determinava o cotidiano dos indivíduos ao longo de toda sua vida, o que fundamentava o poder imperial, justificava a política exterior e dava significação aos temas culturais. Enquanto nas monarquias germânicas do Ocidente (que estudaremos no próximo capítulo), a Igreja católica afirmava-se como um poderio acima dos reis, no Império Bizantino tanto o poder religioso como o estatal se convergiam na figura do imperador, no fenômeno que ficou conhecido como **cesaropapismo**, ou seja, o controle e a união do poder temporal sobre o poder espiritual. Na qualidade de monarca e pontífice, o imperador bizantino era representado com auréolas, reservadas às personagens divinas.

Basilica de São Vitale, Ravena



Mosaico representando o imperador bizantino Justiniano, século VI. Basilica de San Vitale, em Ravena, Itália. Observe a auréola ao redor de sua cabeça.

Ao contrário da cristandade ocidental, onde o papado se fortaleceu como um poder independente, no Oriente ele estava atrelado ao imperador: era o próprio soberano quem escolhia o chefe da Igreja bizantina, chamado de patriarca ecumênico. Abaixo do patriarca, havia 600 bispos que, frequentemente, permaneciam em Constantinopla, visitando suas dioceses esporadicamente. Quem ficava próximo à população eram os clérigos, abaixo dos bispos na hierarquia religiosa.

Uma das mais populares figuras do Império Bizantino era a do monge. Isolado no deserto, em grutas e em altas colunas construídas para esse fim, o monge vivia em grupos disciplinados, trabalhando e orando. Modelo de pureza e religiosidade, ele fazia votos de castidade, pobreza e obediência, renunciando a tudo que fosse material, representando o oposto da riqueza do alto clero bizantino.

As festas bizantinas eram consideradas religiosas. Faltar à missa por três semanas implicava excomunhão. Na imensa cúpula das igrejas bizantinas, representando o céu, está a figura do Cristo Todo-Poderoso vigiando seus fiéis. Mas a grande expressão da presença divina entre os fiéis estava no fervoroso culto às relíquias, que incluíam diferentes tipos de objetos considerados sagrados.

Influenciados por correntes filosóficas gregas, pensadores como Clemente de Alexandria, Orígenes, Cirilo Nestório e os próprios imperadores bizantinos constantemente debatiam a respeito do que seria a “verdadeira fé”. Entre esses pensadores, havia os chamados monofisistas, que afirmavam que Cristo tinha uma natureza exclusivamente divina, e não também humana, como defende a Igreja católica romana. Com o tempo, os próprios imperadores passaram a apoiar a concepção monofisista, mesmo condenada pelo papa.

Mais intenso foi o movimento iconoclasta. Em 726, o imperador bizantino Leão III decretou o fim da adoração de imagens, ordenando a destruição delas por todo o império. Mas a população resistiu a essa determinação: quando um funcionário régio tentou destruir a imagem de Cristo na entrada do Império, foi linchado pelo povo. Em 843, a imperatriz Teodora restabeleceu o culto às imagens, argumentando que, se “Deus revelou-se aos olhos dos mortais na natureza humana do Cristo, não haveria problema de manifestar-se por meio de imagens”.

Por fatos como esses, as relações com o papado romano tornavam-se cada vez mais tensas. Até o século VIII, sempre que um papa era escolhido em Roma, o imperador

bizantino tinha que lhe dar aprovação. Em 768, contudo, o imperador perdeu o poder de ratificar a escolha do novo papa, e, em 800, o papa coroou Carlos Magno, rei dos francos e dos lombardos, como imperador dos romanos. Isso significava que o Império Bizantino havia perdido o título de Império Romano do Oriente. Essa mudança não foi aceita pelos imperadores bizantinos, que alegavam ser os verdadeiros herdeiros de Roma.

As Igrejas de Roma e de Constantinopla, ainda que fossem instituições cristãs, já mantinham há muito tempo certas diferenças, como vimos no início do tópico, a respeito da centralização do poder religioso na figura do imperador bizantino. Faltava apenas formalizar a separação, ocorrida em 1054, no episódio que ficou conhecido como **Cisma do Oriente**. Com o Cisma, foi criada a Igreja ortodoxa, encabeçada pelo patriarca de Constantinopla e sob a tutela do imperador, como já mencionado, e manteve-se a Igreja católica romana, sob o julgo do papa de Roma. Passa-se, portanto, a existir oficialmente duas igrejas cristãs. Os ortodoxos acreditavam ser mais próximos aos rituais da Igreja cristã original (daí o nome), aceitando apenas os quatro primeiros Concílios da Igreja. Em 1204, o saque dos católicos à Constantinopla ajudou a marcar a separação definitiva das duas Igrejas.

A política no Império Bizantino

Como vimos, no mundo bizantino, o imperador acumulava o poder político e o religioso. O Senado, principalmente após o século VII, praticamente não tinha influência política, mas foram mantidas instituições romanas, como o exército (com cerca de 650 mil soldados).

Como Roma, o mundo bizantino não teve um sistema fixo de sucessão do trono. Acreditava-se que alguém se tornava imperador pela vontade de Deus; desse modo, um golpe bem-sucedido era também expressão dessa vontade. Por isso, dos 107 imperadores bizantinos, 37 tiveram morte natural, oito morreram em guerras e os demais foram destronados ou assassinados.

No período do Alto Império (330-610), destaca-se o reinado de Justiniano (527-565). Alguns historiadores consideram que a história medieval começa propriamente após o seu reinado. Justiniano assumiu o trono com a tarefa de reconstruir o antigo Império Romano: assim, ele destruiu o reino dos vândalos no norte da África, retomou o sul da península Ibérica das mãos dos visigodos

e, em 553, dominou a península Itálica, que estava sob o controle dos ostrogodos. Em Ravena, na península Itálica, Justiniano construiu a **Basilica de San Vitale**, cujos mosaicos são mundialmente conhecidos.

Mas as conquistas de Justiniano duraram pouco tempo. No século VII, como se viu, o norte da África foi conquistado pelos muçulmanos. A península Ibérica, por sua vez, foi retomada pelos visigodos e, em seguida, conquistada pelos muçulmanos, enquanto, em 568, os lombardos ocuparam a península Itálica. Essas guerras custaram muitas vidas humanas e dinheiro, contribuindo para aumentar o ressentimento contra os bizantinos. Insatisfeita com os altos impostos decorrentes desses conflitos, em 532 a população se rebelou contra o imperador e deflagrou a revolta Nika, mas foi duramente reprimida.

Após reprimir a revolta popular, Justiniano ordenou a reconstrução de Constantinopla, na qual se destaca a construção da **Basilica de Santa Sofia**, hoje localizada em frente à Mesquita Azul, no bairro de Sultan Ahmet. Depois da tomada de Constantinopla pelos Turcos, em 1453, Santa Sofia foi transformada em mesquita. Em 1935, foi convertida em museu, até que, em 2020, tornou-se mesquita novamente.



A antiga Basilica de Santa Sofia foi construída entre 532 e 537, em Constantinopla, durante o reinado de Justiniano. Foto de 2013.

Uma das mais importantes realizações do reinado de Justiniano foi a elaboração do chamado **Corpus Juris Civilis** (Corpo de Direito Civil), documento que reúne e sistematiza as leis romanas escritas desde o século II. Nele estão os princípios básicos do Direito Romano, os comentários de juristas da época sobre a legislação de Roma, as leis surgidas no período de Justiniano e uma espécie de manual de instrução para todos aqueles que se valessem das leis romanas. O código de Justiniano tornou-se a base jurídica do Império Bizantino e o meio pelo qual o Ocidente recuperou o Direito Romano na posteridade.

O segundo período, conhecido como Médio Império (610-1204), ficou caracterizado pelo desmembramento do Império Bizantino: os árabes dominaram definitivamente a Síria (636) e o Egito (642), chegando a Constantinopla. Com o início da Dinastia Macedônica, que comandou o Império Bizantino de 867 a 1056, retomou-se a ofensiva contra os árabes, coroada pela conquista das ilhas de Creta e de Chipre, que deram aos bizantinos novamente o comando sobre o Mediterrâneo.



Mosaico da imperatriz Theodora na Basilica de San Vitale, século VI.

Império Bizantino – 867



Fonte: The Byzantine Empire in the mid-9th century CE. *World History Encyclopedia*. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/image/7870/the-byzantine-empire-in-the-mid-9th-century-ce/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

A Quarta Cruzada foi responsável pela desagregação do Império Bizantino, entre 1204 e 1261, culminando no Império Latino de Constantinopla, comandado por Veneza. Com ajuda de Gênova, no entanto, o Império Bizantino conseguiu se reunificar.

O Baixo Império (1261-1453) é o período de decadência e colapso do Império Bizantino. Além da perda de territórios, a aristocracia rural se fortalecia e escapava do domínio imperial. No século XIV começou a invasão dos turcos-otomanos: em 1354, eles se estabeleceram em Galípoli; em 1362, ocuparam Adrianópolis; em 1422, sitiaram Constantinopla, mas sem sucesso; em 1430, dominaram a Tessalônica; e, em 1453, tomaram Constantinopla definitivamente, sob o comando do sultão Mehmed II (também conhecido como Maomé II). Naquele mesmo ano, as muralhas de Constantinopla foram derrubadas, consolidando o fim do Império Bizantino. Constantinopla (que, posteriormente, passou a se chamar Istambul) tornou-se capital do Império Turco-Otomano.

Bilkent University, Ancara



Mehmed II, o Conquistador, em pintura do século XV.

Economia, sociedade e cultura

Ancorada na tradição helênica, durante o período romano, as regiões orientais não adotaram completamente a escravidão; assim, quando o Império Romano entrou em crise, no século III, o mundo bizantino manteve certa pujança comercial. A localização geográfica do Império Bizantino era privilegiada, pois ligava comercialmente a Europa e a Ásia, mantendo um vertiginoso comércio com os países do Oriente. Da China, da Índia e do Ceilão chegavam diferentes mercadorias, especialmente os tecidos de seda. Seu território agregava também excelentes portos, como Alexandria e os portos da Síria, da Anatólia, da Grécia, do mar Negro e, sobretudo, de Constantinopla. Feiras realizadas em diversas cidades vendiam mercadorias europeias, islâmicas, persas, indianas e chinesas. Todo esse fluxo fez de Constantinopla o mais importante centro econômico-comercial da Europa medieval. No século XI, era a cidade mais rica do mundo, ponto de encontro de pessoas e mercadorias de todas as procedências, de modo que dois terços da riqueza universal passava pelo seu amplo porto e pelas mãos dos seus comerciantes.

A decadência comercial do Império Bizantino veio a partir do século XII, com a ascensão de cidades como Gênova, Veneza e Pisa. Os venezianos patrocinaram a Quarta Cruzada, que conquistou parte do império. No campo, predominavam cada vez mais as grandes propriedades, com a ascensão de uma aristocracia que atrapalhou a coesão imperial. A partir do século XI, desenvolveu-se no Império Bizantino a chamada *pronoia*, acordo pelo qual o Estado dava um lote de terra a algum nobre ou oficial do Exército, que poderia cobrar impostos das pessoas que viviam em suas terras e treinar os homens para que se tornassem soldados do império.

Ao longo de sua história, compuseram o Império Bizantino uma infinidade de povos, como eslavos, búlgaros, persas, georgianos, armênios, russos, normandos, italianos, anglo-saxões, entre outros. Para ser bizantino não era preciso pertencer a um determinado grupo étnico, mas apenas falar grego e adotar a religião cristã ortodoxa. Judeus, por sua vez, foram perseguidos e massacrados no império.

A população de Constantinopla se organizava em comunidades, onde estabeleciam suas diferentes facções. Na maior parte do tempo, duas organizações se dividiam em Constantinopla atuando como milícias: os Verdes – adeptos do monofisismo e dos costumes locais – e os Azuis – defensores da natureza humana de Cristo e da cultura greco-romana.

A cultura bizantina era herdeira da tradição helenística (adotando a língua grega e outros elementos culturais da Grécia combinados com características do mundo oriental), ao mesmo tempo que pretendia salvaguardar a herança romana (especialmente no campo político-institucional, com o Direito, a diplomacia, a política fiscal, a organização militar e a concepção de supremacia do Estado). Aliados a esses aspectos, os bizantinos ainda mantinham uma ortodoxia religiosa cheia de verdades definitivas e transcendentais. A influência persa e islâmica também se mostrou presente no mundo bizantino.

Em algumas áreas do conhecimento, como Geometria, Astronomia e Matemática, predominaram os paradigmas gregos. Na Medicina, eram mantidos os elementos hipocráticos. A Teologia permaneceu como uma ciência à parte, recebendo influências do escolasticismo ocidental. Em termos linguísticos, o latim era muito pouco empregado no

Império Bizantino, mantendo-se o grego como língua oficial. A Geometria, por sua vez, prosseguiu apenas em termos de cartografia. As esculturas bizantinas são lembradas pelos animais de bronze que rodeavam o trono para impressionar os visitantes. A arte bizantina combinava o luxo, o misticismo e a exuberância orientais com o equilíbrio, a fluidez e a sobriedade dos gregos.



Basilica de Santa Sofia, Istambul

Pintura de Jesus Cristo na Igreja de Santa Sofia, 1261.

Revisando

- 1. Uece 2019** O acontecimento marcante a partir do qual os muçulmanos passaram a contar o ano I do seu calendário foi
 - a) o falecimento de Maomé em Medina no ano 632.
 - b) a saída de Maomé da cidade de Meca no ano 622.
 - c) o nascimento do profeta Maomé na tribo Coraixita em 570.
 - d) a revelação divina recebida por Maomé em 580.
- 2. Unesp 2018** A migração de Maomé e seus seguidores, em 622, de Meca para Medina permitiu a consolidação da religião muçulmana que incluía, entre outros princípios,
 - a) a recomendação de que os muçulmanos não escravizassem ou atacassem outros muçulmanos, pois eles pertencem à mesma irmandade de fé.
 - b) a proibição de que os muçulmanos exercessem atividades comerciais, pois o manejo cotidiano de riquezas era considerado impuro.
 - c) a proibição de que os muçulmanos visitassem Meca, pois o solo puro e sagrado dessa cidade deveria permanecer intocado.
 - d) a recomendação de que os muçulmanos não limitassem seu culto a um só Deus, pois o criador multiplica-se em diversas formas e faces.

- e) a proibição de que os muçulmanos saíssem da Península Arábica, pois eles sofriam perseguições em outros territórios.

- 3. Mackenzie-SP 2013** A Idade Média não existe. Esse episódio de quase mil anos (...) é uma fabricação, uma construção, um mito, quer dizer, um conjunto de representações e de imagens em perpétuo movimento, amplamente difundidas na sociedade, de geração em geração (...).

Christian Amalvi. "Idade Média". In: Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 537.

A respeito do tema, considere as seguintes afirmativas:

- I. As representações depreciativas do período remontam às tentativas, principalmente de humanistas italianos desde o século XIV, de retornar às fontes da Antiguidade Clássica.
- II. O século XVIII, com sua revalorização do racionalismo e antropocentrismo, assiste ao dualismo "obscurantismo" – representado pela Idade Média – e as "Luzes" – representadas pelo Iluminismo.
- III. A visão de uma Idade Média plena de cultura e da qual se originou a civilização europeia deve-se, em grande parte, ao século XIX, com o Romantismo.

Assinale

- a) se apenas I estiver correta.
- b) se apenas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas II e III estiverem corretas.
- d) se apenas I e III estiverem corretas.
- e) se I, II e III estiverem corretas.

4. **Enem 2018** Então disse: “Este é o local onde construirei. Tudo pode chegar aqui pelo Eufrates, o Tigre e uma rede de canais. Só um lugar como este sustentará o exército e a população geral”. Assim ele traçou e destinou as verbas para a sua construção, e deitou o primeiro tijolo com sua própria mão, dizendo: “Em nome de Deus, e em louvor a Ele. Construí, e que Deus vos abençoe”.

AL-TABARI, M. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia. das Letras. 1995 (adaptado).

A decisão do califa Al-Mansur (754-775) de construir Bagdá nesse local orientou-se pela

- a) disponibilidade de rotas e terras férteis como base da dominação política.
- b) proximidade de áreas populosas como afirmação da superioridade bélica.
- c) submissão à hierarquia e à lei islâmica como controle do poder real.
- d) fuga da península arábica como afastamento dos conflitos sucessórios.
- e) ocupação de região fronteiriça como contenção do avanço mongol.

5. **UPE 2015** O Islã ascendeu quando Roma caiu. Porque, nos primeiros anos do século VII da Era Comum, o caminho se abriu muito para que o Islã conquistasse o mundo; como em um piscar de olhos, os árabes realizaram a maior revolução de poder, religião, cultura e riqueza da história – e tudo isso fez da Europa a Europa.

(LEWIS, David Levering. *O Islã e a formação da Europa – De 570 a 1215*. Barueri: Amarelly, 2010, p. 1. Adaptado.)

Sobre essa realidade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ascensão do Islã se deu em torno do profeta Maomé, defensor do politeísmo coraixita.
 - b) O Islã conquistou a Espanha após a vitória na tomada de Toledo, em 1085.
 - c) Os muçulmanos do medievo basearam sua economia na produção agrícola.
 - d) A Espanha muçulmana sobreviveu até o século XVIII.
 - e) O avanço do Islã na Europa foi barrado por Carlos Martel, que comandou o exército cristão na vitória da Batalha de Poitiers.
6. **Uece 2015** No ano de 2006, os líderes religiosos, o Papa Católico Bento XVI e o Patriarca Ecumênico Ortodoxo Bartolomeu I, encontraram-se em Istambul, na Turquia. O encontro marcou a reaproximação entre Católicos e Ortodoxos, e renovou os compromissos em continuar o caminho da unidade dos cristãos e o diálogo entre ambas as religiões. A ruptura entre Católicos e Ortodoxos
- a) ocorreu em 330 com a transferência da capital do Império Romano para Constantinopla.

- b) foi conduzida pelo Imperador bizantino Justiniano, que governou entre 527 e 565.
- c) deu-se devido às desavenças entre católicos e o poder imperial, pela cobrança de indulgências.
- d) aconteceu em 1054 e ficou conhecida como Cisma do Oriente.

7. **Fuvest-SP** A Idade Média europeia é inseparável da civilização islâmica já que consiste precisamente na convivência, ao mesmo tempo positiva e negativa, do cristianismo e do islamismo, sobre uma área comum impregnada pela cultura greco-romana.

José Ortega y Gasset (1883-1955).

O texto acima permite afirmar que, na Europa ocidental medieval,

- a) formou-se uma civilização complementar à islâmica, pois ambas tiveram um mesmo ponto de partida.
- b) originou-se uma civilização menos complexa que a islâmica devido à predominância da cultura germânica.
- c) desenvolveu-se uma civilização que se beneficiou tanto da herança greco-romana quanto da islâmica.
- d) cristalizou-se uma civilização marcada pela flexibilidade religiosa e tolerância cultural.
- e) criou-se uma civilização sem dinamismo, em virtude de sua dependência de Bizâncio e do Islão.

8. **Fuvest-SP** Se o Ocidente procurava, através de suas invasões sucessivas, conter o impulso do Islã, o resultado foi exatamente o inverso.

Amin Maalouf, *As Cruzadas vistas pelos árabes*. São Paulo: Brasiliense, p. 241, 2007.

Um exemplo do “resultado inverso” das Cruzadas foi a

- a) difusão do islamismo no interior dos Reinos Francos e a rápida derrocada do Império fundado por Carlos Magno.
- b) maior organização militar dos muçulmanos e seu avanço, nos séculos XV e XVI, sobre o Império Romano do Oriente.
- c) imediata reação terrorista islâmica, que colocou em risco o Império britânico na Ásia.
- d) resistência ininterrupta que os cruzados enfrentaram nos territórios que passaram a controlar no Irã e Iraque.
- e) forte influência árabe que o Ocidente sofreu desde então, expressa na gastronomia, na joalheria e no vestuário.

9. **IFSul-RS 2016**

Dentro do Império Bizantino, a autoridade era o imperador. Este recebia o auxílio de uma extensa burocracia. O imperador era o componente fundamental das estruturas políticas dominantes (exercia seus poderes no exército e na igreja). A tática adquirida pelo Império Bizantino (apelando para a guerra e utilizando uma diplomacia para afastar e/ou englobar diversos povos enfraquecidos por sua dominação) fez com que ele cruzasse por onze séculos.

Disponível em: <<http://www.infoescola.com/idade-media/formacao-do-imperio-bizantino/>>. Acesso em: 22 jul. 2016. (texto adaptado)

O imperador que formulou o Corpo do Direito Civil e foi responsável pela reconstrução da Igreja Santa Sofia foi

- a) Constantino.
- b) Teodósio.
- c) Justiniano.
- d) Basílio II.

10. **UPF-RS 2014** O islamismo é a religião que mais cresce no mundo contemporâneo. Suas origens remontam ao século VII d.C. e sua expansão foi baseada na Jihad, guerra santa contra outros povos, especialmente os cristãos. Entre os séculos VII e VIII, foi constituído o Império Árabe-Muçulmano – que dominou a Península Árábica –, os territórios dos atuais Irã e Iraque, todo o norte da África e a Península Ibérica (atuais Portugal e Espanha). Nesse processo de expansão, os árabes assimilaram muitos legados culturais de outros povos com os quais conviveram, como as tradições da cultura clássica e oriental. Além disso, fizeram com

que valores culturais da Antiguidade Clássica chegassem ao mundo moderno. Isso foi possível porque os árabes:

- a) conseguiram profetizar os destinos da humanidade por meio dos signos do zodíaco.
- b) difundiram, por intermédio da literatura, a obra mais conhecida dos chineses, que é *Mil e uma Noites*, reunião de histórias registradas entre os Séculos VIII e IX, e lidas ainda hoje no mundo ocidental.
- c) levaram para a Europa, por meio da ocupação da Península Ibérica, antigas técnicas romanas de cultivo, habilidades de arte na representação humana e a perspectiva linear na pintura.
- d) traduziram e difundiram muitos textos, concretizando importantes realizações, a partir do pensamento grego.
- e) inventaram o papel, a pólvora, a bússola, o astrolábio, os algarismos árabes e a álgebra.

Exercícios propostos

1. **UCS-RS 2015** A arabização foi um fenômeno ligado à expansão muçulmana nos séculos VII e VIII. Sobre esse processo, é correto afirmar que

- a) os árabes impunham sua religião aos povos dominados. Cristãos e judeus eram violentamente perseguidos e, algumas vezes vendidos como escravos e, até mesmo, mortos.
- b) o idioma foi um dos fatores que prejudicou a afirmação árabe, em especial na Península Ibérica, onde se falavam línguas de origem latina. Assim, não puderam impor sua religião nem mesmo sua cultura.
- c) a convivência com os judeus foi pacífica desde o início do islamismo, não existindo maiores incompatibilidades com o judaísmo. Em função disso, a região da Palestina foi preservada das conquistas islâmicas.
- d) os árabes consentiam, nos primeiros anos da expansão, que os povos conquistados seguissem suas próprias religiões. No entanto, impunham o pagamento do imposto aos infiéis.
- e) os árabes eram monogâmicos e não aceitavam o casamento com pessoas que não praticassem a mesma religião que a sua. Dessa forma, foi difícil solidificar a etnia e a cultura árabe nas regiões conquistadas.

2. **UFRGS 2015** Considere as seguintes afirmações acerca das relações entre o Oriente e o Ocidente no mundo medieval.

- I. Uma das causas da queda do Império Romano do Ocidente foi a expansão do islamismo pelo território da Europa ocidental.
- II. A cultura árabe legou para as sociedades europeias estudos sobre autores como Platão e Aristóteles, estabelecendo um elo de ligação entre o mundo antigo pagão e o mundo moderno cristão.

- III. A península ibérica foi profundamente marcada pela presença muçulmana, que se estendeu entre os séculos VIII e XV, produzindo reflexos na cultura lusitana e hispânica.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

3. **Unesp 2016** Examine a iluminura extraída do manuscrito *Al-Maqamat*, de Abu Muhammed al-Kasim al-Hariri, 1237.



A imagem pode ser associada à tradição dos conhecimentos desenvolvidos no mundo árabe-islâmico durante a Idade Média e revela

- a) a inexistência de instrumental médico nas sociedades islâmicas, que impediam qualquer tipo de corte nos corpos.
- b) a preparação do cadáver feminino para a cremação, principal culto funerário desenvolvido nas sociedades islâmicas.

- c) a condenação imposta pelas autoridades religiosas islâmicas às pessoas que cuidavam de doentes e mulheres grávidas.
- d) o desenvolvimento da medicina nas sociedades islâmicas, o que permitiu avanços, como a descrição da varíola e o emprego de anestesia em cirurgias.
- e) o repúdio, nas sociedades islâmicas, à representação do nu feminino, o que provocou sucessivas punições civis e religiosas a artistas.

4. Uema 2021



Cúpula da Rocha. Qubbt As-Sakhrah. Jerusalém, Israel.

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%BApula_da_Rocha#/media/Ficheiro:Jerusalem-2013\(2\)-Temple_Mount-Dome_of_the_Rock_\(SE_exposure\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%BApula_da_Rocha#/media/Ficheiro:Jerusalem-2013(2)-Temple_Mount-Dome_of_the_Rock_(SE_exposure).jpg)

A Cúpula da Rocha ou Domo da Rocha, situado em Jerusalém, foi construído no século VII e é um dos lugares mais sagrados da religião islâmica. O Islamismo defende os seguintes pilares:

- a) o monoteísmo (Alá é o único Deus/Maomé, o seu profeta) e a ação de grupos extremistas radicais como forma de ação religiosa e política.
- b) a oração (salat), realizada cinco vezes ao dia, e a exigência de que toda a muçulmana use a burca (chadri) para cobrir o rosto.
- c) o jejum (saum), no mês do Ramadã, e a criação de exércitos paramilitares para a vingança contra judeus e cristãos em países ocidentais.
- d) o exercício da caridade (zakat) e a proibição de mulheres terem acesso ao ensino escolar e universitário.
- e) a peregrinação a Meca (hajj), pelo menos uma vez na vida pelo fiel, e a tolerância em relação a todas as religiões.

- 5. Mackenzie-SP 2017** Em 632, a grande discussão provocada pela morte de Maomé era quem deveria sucedê-lo como principal líder político da comunidade islâmica. Embora Abu Bakr (sogro de Maomé) tenha sido escolhido como primeiro califa, muitos defendiam que a liderança deveria ser exercida por Ali, genro do profeta, casado com sua única filha viva na época. Do casamento nasceram dois filhos, herdeiros diretos de Maomé. Para os seguidores de Ali, apenas os descendentes em linhagem direta com o profeta (portanto, as gerações nascidas de seus dois netos) deveriam assumir o controle, uma vez que teriam sido escolhidos por Alá.

Michel Reeber. *Religiões: mais de 400 termos, conceitos e ideias.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p. 259.

O texto aponta para a(o)

- a) início de um conflito civil no Império Islâmico, contribuindo para a perda de unidade política e religiosa entre os seguidores do profeta Maomé.
- b) divisão do mundo islâmico após a morte do profeta Maomé, contribuindo para o surgimento de duas importantes divisões do Islã: os xiitas e os sunitas.
- c) formação do califado, com a dinastia Omíada, governado pelos descendentes diretos do profeta Maomé, o que, por sua vez, deu início à expansão islâmica.
- d) perda da unidade política, em virtude do início da guerra civil entre as comunidades islâmicas, mas com a manutenção da crença no Corão e na Suna.
- e) imposição do poder centralizado em torno dos descendentes diretos do profeta Maomé, com a perseguição e eliminação de todos os grupos opositores.

6. UPE 2018



Iluminura do Saltério de Chludov. Bizantino, séc. IX. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Clasm_Chludov.jpg. Acesso em: 10 jul. 2017.

O Saltério de Chludov, hoje na Rússia, é um dos mais importantes documentos provenientes do Império Bizantino. Essa iluminura, em especial, retrata um importante movimento sociopolítico ocorrido nesse Estado, denominado de:

- a) Cesaropapismo, a aliança entre o imperador e o patriarca.
- b) Iconoclasmo, o movimento pela destruição dos ícones religiosos.

- c) Bizantinismo, a discussão interminável sobre temas exotéricos.
- d) Cisma, a excomunhão mútua entre as igrejas Católica Romana e Ortodoxa Oriental.
- e) Iluminismo, a política em prol da ilustração dos manuscritos.

7. UTFPR 2016 O Império Bizantino, após a queda de Roma, gradativamente se afastou da influência ocidental e da autoridade exercida pelo papa. Em meados do século XI, após uma série de discordâncias, ocorreu o Cisma do Oriente que dividiu o cristianismo em duas partes. No Ocidente, a Igreja Católica Apostólica Romana se manteve, mas no Oriente, outra Igreja Cristã foi formada. Assinale o nome que recebeu a Igreja do Império Bizantino.

- a) Igreja Protestante.
- b) Igreja Renascentista.
- c) Igreja Cristã Ortodoxa Grega.
- d) Igreja Supra Oriental.
- e) Igreja Moderna.

8. IFSul-RS 2017 A Igreja Ortodoxa resultou da ruptura com a Igreja de Roma, em 1054. Até ocorrer o Cisma, duas grandes tradições conviviam no interior do cristianismo: a latina, no Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e a bizantina, no Império Romano do Oriente, sediada em Constantinopla (antiga Bizâncio e atual Istambul, na Turquia). A Igreja Ortodoxa adota os mesmos sacramentos da Igreja Católica. No entanto, os rituais ortodoxos são cantados sem o acompanhamento de instrumentos musicais e as imagens esculpidas de santos são proibidas, exceto o crucifixo e os ícones sagrados. Os ortodoxos não admitem o conceito de infalibilidade do papa e do purgatório, lugar intermediário entre o Céu, reservado aos crentes, e o Inferno, destinado aos pagãos. Também rejeitam a doutrina católica da Imaculada Conceição segundo a qual Maria teria nascido sem pecado e concebido seu filho virgem. De acordo com os ortodoxos, esse dogma não faz parte da narrativa bíblica e contraria a doutrina tradicional do pecado original.

(BRAICK, Patrícia e Ramos. MATA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 2ª ed. São Paulo, Moderna, 2010. p. 175.)

O Cisma do Oriente, referido no texto acima resultou

- a) na divisão do cristianismo em Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Ortodoxa.
- b) no surgimento das religiões protestantes, como a Igreja Luterana e a Anglicana, na Europa Ocidental.
- c) no fortalecimento do cristianismo, com a criação da Companhia de Jesus, do militar Inácio de Loiola.
- d) na organização do Concílio de Trento, com o intuito de reafirmar os dogmas católicos abalados pelo protestantismo.

9. Famema-SP 2021 [...] cristianismo romano na Europa ocidental e central, cristianismo ortodoxo grego em Bizâncio e na Europa oriental, islam do Irã à Espanha, e, claro, o judaísmo dos judeus da Diáspora.

(Jacques Le Goff. *O Deus da Idade Média*, 2017.)

Considerando o conteúdo do excerto e conhecimentos sobre a história da Europa da Idade Média, pode-se afirmar que

- a) a natureza das relações entre as pessoas derivou acentuadamente das crenças religiosas dos grupos sociais.
- b) o poder do Papa, restrito aos assuntos religiosos, foi universalmente aceito pelas autoridades religiosas.
- c) a aliança militar de reis católicos e ortodoxos impediu a expansão do islamismo no continente.
- d) o clima de paz política caracterizou as interações entre as formações religiosas monoteístas.
- e) a oposição ao culto de imagens uniu, do ponto de vista doutrinário, as religiões oriundas da Bíblia hebraica.

10. Unesp O culto de imagens de pessoas divinas, mártires e santos foi motivo de seguidas controvérsias na história do cristianismo. Nos séculos VIII e IX, o Império bizantino foi sacudido por violento movimento de destruição de imagens, denominado “querela dos iconoclastas”. A questão iconoclasta

- a) derivou da oposição do cristianismo primitivo ao culto que as religiões pagãs greco-romanas devotavam às representações plásticas de seus deuses.
- b) foi pouco importante para a história do cristianismo na Europa ocidental, considerando a crença dos fiéis nos poderes das estátuas.
- c) produziu um movimento de renovação do cristianismo empreendido pelas ordens mendicantes dominicanas e franciscanas.
- d) deixou as igrejas católicas renascentistas e barrocas desprovidas de decoração e de ostentação de riquezas.
- e) inviabilizou a conversão para o cristianismo das multidões supersticiosas e incultas da Idade Média europeia.

Texto complementar

A Idade Média imaginada: usos do passado medieval no tempo presente

O passado medieval tem servido, de modo sistemático e preocupante, como referência para diversos projetos políticos e sociais no presente. Observamos referências problemáticas ao medievo em discursos de autoridades públicas ou em grupos de redes sociais, que fazem referências ao período para justificar posições conservadoras, preconceituosas e discriminatórias, atingindo minorias, religiosidades e outras formas de existência e de vida que não fazem parte da sua visão do que seria a Civilização Ocidental.

[...]

A historiografia sobre a Idade Média, nascida no século XIX, tem se renovado constantemente e produzido novas interpretações sobre o período, realizando, inclusive, a leitura séria e rigorosa dos imaginários construídos sobre o medievo ao longo do tempo. [...]

A ideia dos usos da Idade Média tem sido bastante tematizada pela pesquisa acadêmica. Algumas publicações e eventos pensaram, ao longo das primeiras décadas do século XXI, como o cinema criou imagens, representações e tornou pública uma certa Idade Média. O campo do Ensino tem sido, principalmente desde o final da década passada, constantemente pensado como um espaço de aprendizagem, de problematização e também de divulgação do medievo.

[...]

A despeito dos avanços da historiografia e no ensino da história medieval nas escolas, um uso pouco elaborado e demasiado perigoso do medievo invade o nosso tempo, desde a política até as redes sociais. O elemento central de boa parte dessas narrativas é uma Idade Média Ocidental que seria sinônimo de um Ocidente cristão que combateu e impediu o avanço muçulmano para o interior da Europa. Desse modo, volta-se para o medievo a fim de se resgatar uma origem da civilização branca, cristã, masculina e ocidental, em oposição a tudo o que consideram ofensivo a esse estilo de vida: o islã, as mulheres, os gays, lésbicas, transexuais, negros, indígenas, etc. De todas as Idades Médias possíveis,

PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. A Idade Média imaginada: usos do passado medieval no tempo presente. *Café História*, 9 set. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/usos-do-passado-medieval-idade-medial/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

retorna exatamente aquela ressaltada e construída pelo renascimento e pelo iluminismo: violenta, obscurantista, intolerante.

[...]

Os estudos medievais apresentam uma Idade Média de uma longa duração, um passado que se abre para o estudo acadêmico sério e conceitual, e que permite pensar um espaço muito mais amplo do que o europeu e muito mais plural do que a religiosidade cristã. A Idade Média foi palco de criação das universidades, espaços de resistência e de inventividade; das heresias que ultrajaram o predomínio da Igreja Católica e propuseram formas diversas de pensar um conceito de Deus e de divindade; da literatura profana que, por fora dos limites impostos pela moral cristã, criou formas de sociabilidade e de relações amorosas que se alongam no tempo e nos permitem partilhar suas reminiscências; da filosofia de Abelardo que questionou os universais e deu novos contornos aos debates metafísicos no Ocidente; das mulheres escritoras, particularmente, Julian de Norwich (1342-1416) e Margery Kempe (1373-1438), estudadas na bela dissertação de Mestrado de Carolina Niedermeier Barreiro.

O passado não se constitui em monopólio do pensamento histórico ou da medievalística. O passado medieval é um campo aberto a todo o público de jogos, RPGs, filmes, séries e outras formas de acessar e de se relacionar com ele. Mas é um problema quando dessa gama incrível de imaginários, seleciona-se modos muito particulares, quase sempre sem qualquer referência ou conexão com a pesquisa acadêmica, de ver e entender o passado medieval, fazendo usos e abusos, como é o caso em questão, produzindo referências que servem como justificativas para a afirmação de discursos de ódio, de discriminação e de exclusão.

[...]

Qual Idade Média é mais produtiva como experiência de aprendizagem para uma sociedade possível no presente, justa, solidária, igualitária e democrática? [...]

Resumindo

- A criação do conceito de Idade Média durante o Renascimento, bem como o menosprezo que iluministas sustentaram a respeito do período e a idealização trazida pela tradição romântica. Nem céu nem trevas, é preciso compreender a Idade Média em seus próprios termos.
- Analisamos o mundo árabe antes da ascensão do islã, quando não havia unidade política ou religiosa. É nesse contexto que, com a ascensão de Maomé, no espaço de

pouco mais de um século, um conjunto de populações dispersas na península Arábica formam um poderoso império conhecido por suas realizações culturais, científicas e artísticas.

- Abordamos brevemente as estruturas políticas (cesaropapismo), religiosas (ascensão do cristianismo ortodoxo), econômicas (papel fundamental do comércio) e culturais (predominância do helenismo) do mundo bizantino.

Quer saber mais?



Série

Ascensão: Império Otomano. Turquia: Netflix (2020).

A minissérie conta a história do sultão Mehmed II e da queda de Constantinopla.



Site

CHEREM, Youssef. Jihad: Duas interpretações contemporâneas de um conceito polissêmico. Biblioteca digital de periódicos, UFPR. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cam_pos/article/view/17045/13423

O artigo de Youssef Cherem, antropólogo e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), apresenta uma breve discussão sobre os diferentes usos do termo "jihad". Acesso em: 26 jul. 2022.



Livros

DEMANT, Peter. O mundo muçulmano. São Paulo: Contexto, 2008.

O livro apresenta as origens do mundo muçulmano, discute questões contemporâneas e propõe ações para evitar uma "guerra entre civilizações".

SILVA, Marcelo Cândido. História Medieval. São Paulo: Contexto, 2019.

O livro discute as principais características da Idade Média, com ênfase nos contrastes: a fome, a peste e as guerras em alternância com períodos de paz e prosperidade; o papado e a convivência com os particularismos senhoriais e as monarquias.

Exercícios complementares

1. Unicamp-SP 2016

A palavra árabe *iman* provém de uma raiz que significa "ter certeza" e designa fé, no sentido da certeza.

A fé, por conseguinte, não contradiz o conhecimento nem a compreensão. Pelo contrário, o desejo de saber é uma obrigação religiosa, e os tempos pré-islâmicos (século VI) na Arábia são chamados pelos islâmicos de *jahiliya*, ignorância.

(Adaptado de Burkhard Scherer (org.), *As Grandes religiões: temas centrais comparados*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 77.)

- Cite uma característica política e uma característica religiosa da península arábica pré-islâmica.
- Como conviveram fé e conhecimento científico no mundo islâmico na Alta Idade Média?

2. UFPR 2017 Explique o surgimento da expressão "Idade Média" e por que a expressão "Idade das Trevas" é considerada inadequada para se nomear o período entre a queda do Império Romano do Ocidente em 476, no século V, e a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453, no século XV.

3. UFJF-MG 2017 A notícia abaixo, publicada em uma revista semanal brasileira, informa acerca de um importante problema contemporâneo. Observe:

Islã e Terrorismo (*Carta Capital*, 01/12/2015)



Homem carrega cartaz com a inscrição "terrorista não é muçulmano" durante marcha a favor da paz que reuniu 10 mil pessoas em Toulouse, na França, em 21 de novembro de 2015.

Os atentados terroristas em Paris serviram de estopim para uma nova onda de discurso de ódio direcionado ao islã. Na França, a desconfiança e a hostilidade aos muçulmanos se solidificam, enquanto nos Estados Unidos a islamofobia ganha legitimidade no debate político e, até no Brasil, muçulmanos são alvos de agressões físicas.

Carta Capital, 01/12/2015.

O problema evocado na notícia possui uma raiz histórica profunda e secular. Em que cenário histórico podemos situar essa raiz?

- nas sucessivas guerras entre cidades-estado gregas no século V a. C.
- nos conflitos provocados pelas chamadas expansões bárbaras no século V.
- na relação entre mundo árabe e cristão desde a expansão árabe no século VIII.

- na expansão marítima europeia no século XV.
- na ocupação dos territórios americanos pelos europeus no século XVI.

4. UFG-GO 2014 Analise a imagem a seguir.



A imagem retrata um ritual religioso realizado periodicamente na cidade de Meca, na Arábia, pelos muçulmanos desde o século VII. Diante do exposto,

- identifique o evento retratado e explique o seu significado para a religião muçulmana.
- explique a importância de Meca no processo de unificação da Península Arábica no século VII.

5. FGV-SP 2014

E, com efeito, concedemos a Moisés o Livro, e fizemos seguir depois dele, os Mensageiros. E concedemos a Jesus, Filho de Maria, as evidências e amparamo-lo com o Espírito Sagrado. E, será que cada vez que um Mensageiro vos chegava, com aquilo pelo que vossas almas não se apaixonavam, vós vos ensoberbecíeis? Então, a um grupo desmentíeis, e a um grupo matáveis.

[...]

E, quando lhes chegou um Livro da parte de Allah, confirmando o que estava com eles – e eles, antes buscavam a vitória sobre os que renegavam a Fé – quando, pois, lhes chegou o que já conheciam, renegaram-no. Então, que a maldição de Allah seja sobre os renegados da Fé!

Alcorão, 2:87 e 89 *Tradução do sentido do Nobre Alcorão para a língua portuguesa*. NASR, H. (trad.), Complexo do Rei Fahd para imprimir o Alcorão Nobre: Medina, s./d.

- Compare, do ponto de vista doutrinal, a religião muçulmana e as religiões judaica e cristã.
- A Península Arábica no século VI caracterizava-se pela dispersão política e religiosa. Como a religião muçulmana favoreceu o processo de constituição de uma unidade político-religiosa na região?
- Durante o século VII, além da expansão islâmica, surgiu a divisão entre sunitas e xiitas, que se mantém até os dias de hoje. Quais foram os motivos de tal divisão no século VII?

6. UFPR 2013 Considere a seguinte afirmação sobre o termo bizantino:

É essencial lembrar que bizantino não tem conotação étnica, mas civilizacional (...). O termo bizantino foi vulgarizado apenas a partir do século XVI, depois do desmembramento do império, que, em vida, se via como herdeiro e continuador do império Romano.

(FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *O Império Bizantino*. SP: Brasiliense, 1987, p. 7-8)

Em que medida o Império Bizantino pode ser considerado herdeiro e continuador do Império Romano? Estabeleça as diferenças entre esses dois impérios entre os séculos V e VII.

7. **UFPEL-RS 2013** Observe a figura abaixo.



Mosaicos como esses, e a construção da Igreja de Santa Sofia foram realizações de qual império?

- a) Império Bizantino. d) Império Carolíngio.
b) Império Romano. e) Império Egípcio.
c) Império Persa. f) I.R.
8. **UFPB** O Império Bizantino dominou vastas regiões de diferentes etnias, em três continentes (Europa, Ásia e África), sob a égide de um modelo teocrático centralizado, conhecido como **cesaropapismo**, no qual o *Basileus* concentrava, em suas mãos, a chefia suprema do exército, da administração do Estado (*Poder de César*) e da religião cristã (*Poder de Papa*). Por conseguinte, os conflitos de natureza política, econômica, social e cultural se manifestavam como questões de religião: as famosas “**querelas religiosas**” bizantinas. Sobre essas **querelas**, é correto afirmar:
- a) O Monofisismo, uma corrente religiosa europeia, concebia o caráter unicamente humano de Cristo, contrapondo-se ao poder central e à influência das províncias asiáticas, que defendiam a dupla natureza de Cristo (divina e humana).
- b) A Questão Iconoclasta expressou as divergências entre os sacerdotes orientais (egípcios e maronitas) – defensores do culto das imagens – e os sacerdotes ocidentais (gregos e latinos) – contrários ao culto das imagens.
- c) O Cisma do Oriente (1054) dividiu o Cristianismo em duas Igrejas, a Católica Romana e a Cristã Ortodoxa, significando um dos passos decisivos para a afirmação do poder papal na Europa Ocidental e da influência bizantina no leste europeu.
- d) O Tribunal do Santo Ofício (a Inquisição) servia para garantir a ortodoxia da Igreja e foi criado pelo Basileus como instrumento de controle do poder central sobre as heresias, que explodiram primeiramente no Império Bizantino.
- e) O Arianismo, uma heresia religiosa, foi responsável pela conversão dos povos germânicos (os “Bárbaros”) ao cristianismo, defendendo a superioridade dos povos arianos sobre asiáticos e semitas.

9. **PUC-PR 2015** O Império Bizantino foi uma civilização na qual a religião tinha um lugar de grande destaque. Temas religiosos eram muito correntes entre a opinião pública em geral. Em diversos setores da vida bizantina havia forte influência religiosa. Em especial, na vida política havia uma conexão importante entre Estado e Igreja, chegando o imperador a ter um papel de destaque na vida religiosa em Bizâncio. Com base no exposto, indique o tipo de regime político que se desenvolveu no Império Bizantino.

- a) Califado.
b) Monarquia absolutista.
c) Cesaropapismo.
d) Monarquia eletiva.
e) Sacro Império Romano.

10. **UEM-PR 2016** O texto abaixo se refere ao Império Bizantino. Leia-o atentamente e assinale o que estiver correto.

Desde o princípio, o mosaico foi visto como um reflexo misterioso de um mundo sobrenatural no qual estava incluído o imperador como representante de Deus na terra. (...) Ocorre uma desproporção entre as figuras humanas e os objetos, de modo que, com frequência, um personagem tem o mesmo tamanho de uma árvore, uma casa etc. Está claro que se perdeu o gosto por copiar fielmente a forma externa, como acontecia na arte romana, e nestas representações, muito mais conceituais, intelectualizadas, interessa sobretudo a ideia, o valor simbólico e narrativo da cena, sublinhado pela luz e pela cor.

(ALMAZÁN, S. A.; MUÑOZ, S. A. *Historia de Arte*. Madrid: UNED, 2002, p. 111).

- 01 A arte pictórica da Roma antiga atingiu uma grande qualidade técnica na representação das proporções, pois foi beneficiada pelo descobrimento da perspectiva, uma técnica que os artistas bizantinos não conseguiram imitar.
- 02 Uma diferença essencial entre a arte bizantina e a de seus ancestrais gregos estava na grande importância que o Império Romano do Oriente dava à representação precisa dos diversos deuses que compunham sua religião.
- 04 A chamada Querela das Imagens foi um debate teológico e político que dividiu os iconoclastas e os iconófilos, sendo que os primeiros defendiam a destruição das imagens, entre outras coisas, por temerem que elas estimulassem a idolatria.
- 08 A técnica do mosaico, que atingiu um alto nível de desenvolvimento em Bizâncio, também foi empregada por outros povos, que a desenvolveram independentemente do contato com o Império Romano do Oriente.
- 16 A ruptura entre cristãos católicos e cristãos ortodoxos na Baixa Idade Média foi provocada, em grande medida, pelo repúdio dos orientais ao modo irônico pelo qual os artistas ocidentais representavam o sofrimento de Jesus Cristo.

Soma:

EM13CHS104

1. UFSC O grande patriarca da Bíblia Hebraica é também o antepassado espiritual do Novo Testamento e o grande arquiteto sagrado do Alcorão. Abraão é o ancestral comum do judaísmo, do cristianismo e do islamismo. É a chave do conflito árabe-israelense. É a peça central da batalha entre o Ocidente e os extremistas islâmicos. É o pai – e, em muitos casos, o suposto pai biológico – de doze milhões de judeus, dois bilhões de cristãos e um bilhão de muçulmanos em todo o mundo. É o primeiro monoteísta da história.

(FEILER, Bruce. *Abraão*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 19.)

Assinale a(s) proposição(ões) CORRETA(S) com base no texto e nos seus conhecimentos sobre os assuntos a que ele se refere.

- 01 O judaísmo, o cristianismo e o islamismo são religiões monoteístas que nasceram na mesma região do mundo, o Oriente Médio.
- 02 Embora os judeus e os cristãos encontrem na Bíblia muitas das suas crenças, o Alcorão é o livro sagrado comum ao judaísmo, ao cristianismo e ao islamismo.
- 04 O judaísmo, o cristianismo e o islamismo possuem elementos comuns em sua tradição.
- 08 Podemos encontrar, entre as muitas causas do conflito árabe-israelense, elementos relacionados à religião, como, por exemplo, a disputa por Jerusalém, cidade sagrada para judeus, muçulmanos e cristãos.
- 16 A História registra uma convivência pacífica e a tolerância entre judeus, muçulmanos e cristãos, até a criação do Estado de Israel no século XX.

Soma:

EM13CHS103 e EM13CHS201

2. Unisc-RS 2016 No início do século VII, surgiu às margens dos grandes impérios, o Bizantino e o Sassânida, um movimento religioso que dominou a metade ocidental do mundo. Em Meca, cidade da Arábia Saudita, Maomé começou a vontade de Deus, expressa no que ele e seus seguidores aceitavam como mensagens divinas a ele reveladas e mais tarde incorporadas num livro – o Corão. Em nome da nova religião – o Islã, exércitos recrutados entre os habitantes da Arábia conquistaram os países vizinhos e fundaram um novo Império, o Califado [...].

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 21.

A respeito da religião muçulmana:

- I. Meca, principal centro comercial e religioso da Arábia Saudita, era uma cidade politeísta que foi refratária à pregação do profeta que anunciava um Deus único.

- II. Maomé, contrário às políticas palacianas e coerente com os preceitos monogâmicos expressos no Corão, casou-se apenas uma vez.
- III. Em 622, depois de uma série de conflitos e disputas, Maomé se retira de Meca em direção a Medina no que ficou conhecido como *Hégira*.
- IV. Quando Maomé morreu, houve um momento de confusão entre os seus seguidores, que se dividiram entre xiitas e sefaraditas, distinção que continua até os dias atuais.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Somente as afirmativas ímpares estão corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) As afirmativas I e IV estão incorretas.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

EM13CHS106

3. UFPel-RS 2019



Fonte: Google Maps. (Autoral)

De modo geral, até o século X, é possível dizer que a civilização islâmica teve maior desenvolvimento sócio-cultural do que o Ocidente europeu. No entanto, a produção de conhecimento pelo islamismo se difundiu em parte da Europa Ocidental tendo como “porta de entrada” a região do(a):

- a) Península Itálica.
- b) Península Balcânica.
- c) Leste europeu.
- d) Península Ibérica.
- e) Oriente Próximo.
- f) I.R.

Autor desconhecido.
Busto de Carlos Magno,
c. 1350. Ouro e prata.
Catedral de Aachen,
Alemanha.

Glenn Dagli Orti/Shutterstock



FRENTE 2

CAPÍTULO

5

A Idade Média na Europa ocidental e o início da primeira modernidade

Neste capítulo apresentaremos um panorama da Europa ocidental na Idade Média e no início da Idade Moderna. Começaremos tratando dos reinos germânicos e da construção do Império Carolíngio. Depois, veremos como, após o fim desse império, houve a fragmentação do poder real no que podemos denominar feudalismo ou sistema de dominação senhorial, iniciado no século IX. Veremos também como ocorreu o crescimento da atividade comercial e das cidades, a abertura de novas áreas de cultivo e o surgimento da universidade e da cultura escolástica entre os séculos XI e XIII. Por fim, estudaremos a recessão desse mundo, a crise econômica, o fortalecimento das monarquias, o início da expansão marítima e o Renascimento Cultural.

Os reinos germânicos e a formação do feudalismo (séculos V-IX)

Com a desagregação do Império Romano do Ocidente, formaram-se diversos reinos germânicos. A maioria desses povos, chamados pelos romanos de “bárbaros”, havia adentrado o espaço romano paulatinamente por meio de acordos e tratados, integrando-se às estruturas do império, com lideranças germânicas tornando-se senadores, por exemplo. De acordo com o historiador Perry Anderson, em sua obra *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*, tais reinos tiveram como principal traço a fusão entre as heranças romano-cristãs e germânicas. No entanto, quem eram os povos germânicos?

Os povos germânicos

Contemporaneamente a palavra “bárbaro” nos remete a selvageria, atraso, violência e primitivismo. Nesse sentido, a ideia de “bárbaro” foi criada pelos “não bárbaros”, os romanos, para denominar todos os povos que não falavam latim nem compartilhavam da mesma cultura que eles. Os povos germânicos (termo que vamos adotar a partir de agora no lugar de “bárbaro”) estavam organizados em tribos e confederações de tribos e se dividiam em três grandes grupos: **escandinavos** (anglos, saxões e jutos); **germanos ocidentais** (suevos, turíngios, burgúndios, alamanos e francos) e **germanos orientais** (godos, alanos, vândalos e lombardos).

As famílias germânicas viviam em aldeias independentes e só admitiam a autoridade do rei em tempos de guerra, quando era eleito temporariamente e assumia os poderes do deus Odin, a principal divindade germânica. Além disso, esses povos não conheciam a propriedade privada da terra; suas leis eram consuetudinárias, isto é, transmitidas oralmente e baseadas na tradição; suas trocas eram feitas diretamente por produtos; e sua sobrevivência provinha de uma agricultura rudimentar, desenvolvida por mulheres e escravos, e da **pilhagem**, proveniente das guerras.

A maioria era seminômade e migrava constantemente – com exceção dos suevos –, impondo guerras e pilhagens aos povos que dominavam. Após as guerras, os germânicos realizavam banquetes e distribuíam presentes. E depois de conquistar uma região, logo partiam para outra, a fim de obter novas riquezas.

As relações entre eles eram estritamente pessoais, baseadas na palavra, na honra e nos presentes trocados. As relações medievais de vassalagem, que estudaremos adiante, foram herança tanto da clientela romana quanto de uma instituição bárbara germânica, o *comitatus*, a partir da qual os guerreiros juravam fidelidade absoluta a um líder militar que, em troca desta, os premiava com *beneficius*. De fato, o prestígio de um líder se dava pela sua capacidade de doar benefícios aos seus guerreiros após as guerras.

Os “homens do norte” ou “vikings” – termo que esses grupos nunca utilizaram para se referir a si próprios – eram provenientes das regiões hoje conhecidas como Noruega, Suécia e Dinamarca, e eram grandes guerreiros, navegadores

Pilhagem: prática de apropriar itens de valor de oponentes e populações vencidos em guerras.

e comerciantes. Eles possuíam um campesinato armado (*bondi*), um livre conselho de guerreiros camponeses (*thing*), um grupo de nobres de clã (liderado pelos *jarls*), um sistema de expedições de ataques ligeiros (*hirdh*) e um sistema monárquico semieletivo. Contudo, eles adentraram a Europa continental apenas no século IX.

Os chamados povos bárbaros desenvolveram, ainda, importantes técnicas metalúrgicas, sobretudo na fabricação de elmos, espadas e escudos, e técnicas de melhoria do uso de barcos e cavalos, algumas das contribuições que trouxeram ao mundo ocidental. Com o tempo, os romanos e os povos bárbaros foram se apropriando de costumes uns dos outros. Os romanos se apropriaram de técnicas na fabricação de armas, das trocas econômicas amonetárias e das práticas de relações de dependência pessoal dos bárbaros. Já estes se utilizaram do costume romano e confiscaram muitas terras dos próprios romanos, generalizando a prática de distribuir terras aos seus súditos (*beneficium*) em troca de serviços prestados na guerra ou na administração. Em alguns lugares, houve um entrecruzamento entre as aristocracias romana e germânica. O direito romano deu lugar ao direito bárbaro consuetudinário, baseado na tradição.



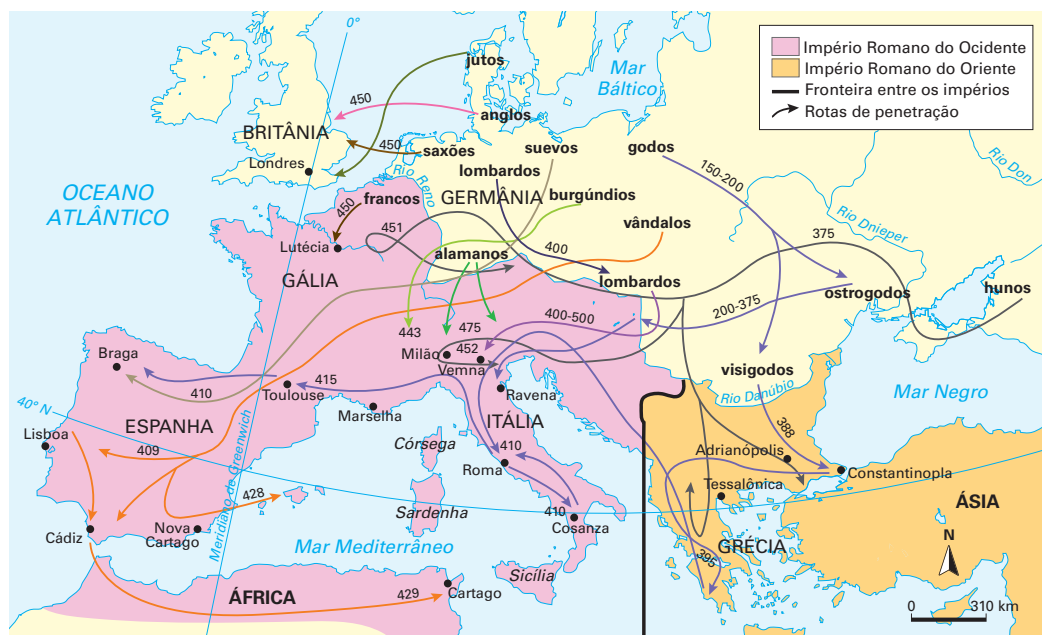
Autor desconhecido. Escultura de prisioneiro bárbaro, c. século II. Mármore. Museu Arqueológico Nacional de Nápoles, Itália.

Marie-Lan Nguyen (CC BY 2.5)/Museu Nacional de Arqueologia de Nápoles, Itália

Os reinos germânicos

A partir do século III, os chamados povos germânicos adentraram o Império Romano. Primeiramente, assumiram o título de federados, isto é, ganharam terras e autonomia dentro do império, com a condição de que ajudassem o imperador militarmente. Com o tempo, formou-se uma aristocracia germânica, e, com a deposição de Rômulo Augusto em 476 d.C., esses territórios bárbaros se tornaram gradualmente autônomos, embora ainda prestassem juramento de fidelidade ao imperador bizantino. Após as guerras contra Justiniano e com o crescente embate entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente, a ligação entre esses territórios e o Império Bizantino perdeu gradualmente a força.

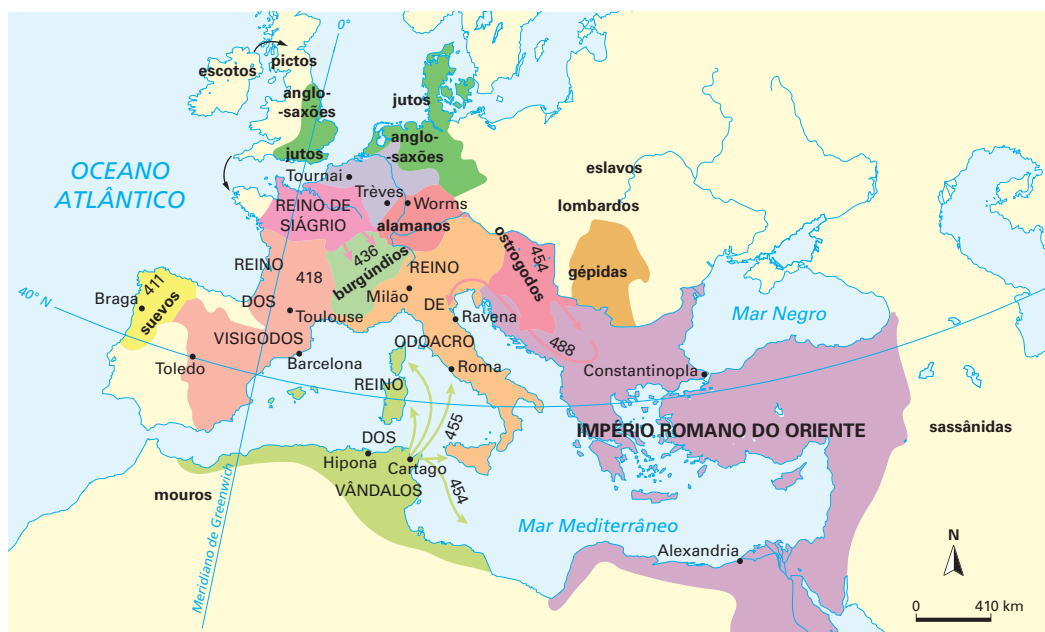
Migrações bárbaras em território romano – séculos IV e V



Fonte: FRANCO JÚNIOR, Hilário; FILHO, Ruy de Oliveira Andrade. *Atlas - História Geral*. São Paulo: Editora Scipione, 1993. p. 17. (Adapt.)

No século V, nas regiões das atuais França, Bélgica, Holanda e Alemanha, estavam os povos francos. Nas atuais Itália, Áustria e Iugoslávia, estavam os ostrogodos (os lombardos, posteriormente, instalaram-se no norte da Itália). Os burgúndios instalaram-se no leste da Gália. Na Espanha, residiram visigodos e suevos. No norte da África, estavam os vândalos. E, na Inglaterra, os anglo-saxões.

Os reinos bárbaros – 476



Fonte: SALLES, Silvana. Bárbaros e romanos eram mais parecidos do que imaginamos. *Jornal da USP*, 8 mai. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/barbaros-e-romanos-eram-mais-parecidos-do-que-imaginamos/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Em um primeiro momento, as comunidades bárbaras e romanas ficaram separadas. Depois, foram gradativamente se aproximando, e, por fim, os costumes, as instituições e práticas romano-germânicas acabaram por criar novas sociedades. As lideranças germânicas se romanizaram, adotando a vida sedentária, o colonato, a realeza, o latim e, sobretudo, o cristianismo, que veio a se tornar o principal elemento de coesão desses povos, estabelecendo uma unidade religiosa entre eles. A conversão desses povos se deu, como em Roma, primeiro pelos reis e depois pela imposição de fé aos seus súditos. Entre os francos, por exemplo, a conversão ao cristianismo católico se deu com o rei Clóvis, entre 496 e 501; entre os burgúndios, em 516; entre os suevos, em 586; entre os visigodos, em 587, com o rei Recaredo; e, nos séculos VI e VII, o papa São Gregório Magno enviou monges para a conversão dos anglo-saxões.

Esses reinos bárbaros, no entanto, tiveram curta duração. Na Espanha, os suevos foram conquistados em 585 pelos visigodos, que buscaram manter estruturas do Império Romano, como a escravidão, o direito, o latim e o Senado. A monarquia visigótica, porém, enfrentou vários conflitos com a nobreza e foi amplamente controlada pela Igreja. Mais tarde, os visigodos foram conquistados pelos muçulmanos e expulsos da Gália pelos francos. A região onde estavam os vândalos logo foi conquistada pelos bizantinos e, em seguida, pelos muçulmanos. Os ostrogodos foram dominados pelos bizantinos e, depois, pelos lombardos.

Uma exceção a esse contexto geral foram os francos, que, formando um imenso império, conseguiram conquistar quase toda a Europa ocidental no século IX. Essas conquistas acabaram alimentando um mito acerca do renascimento do Império Romano Ocidental com esses povos.



CNG (CC BY 2.5/Wikimedia Commons)

Moeda visigótica do século VI, cunhada em nome do imperador bizantino Justiniano I. A presença do imperador em moedas utilizadas por esse povo indicava a ligação que mantinham com o Império Romano do Oriente.

Saiba mais

A partir do que vimos até aqui, podemos afirmar que a teoria da autoctonia é um mito: ela não se sustenta, uma vez que todos os povos humanos estão em constante migração, troca e interação. Dessa forma, não é possível falar em “povos originais” de qualquer Estado atual, como da França ou da Alemanha. Os nazistas, por exemplo, fizeram **uso político desse passado** ao estabelecerem os bárbaros germânicos como modelos de sua própria “pureza” a ser recuperada.



Bundesarchiv (CC-BY-SA 3.0/Wikimedia Commons)

Grupo nazista reunido ao redor da estátua do germânico Arminius. Fotografia de 1925.

A Europa – 526



Fonte: Europe, 526 (Col). Medieval Sourcebook. Fordham University. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/maps/526eur.jpg>. Acesso em: 22 jun. 2022.

O Reino Franco

Em 289, os francos assinaram um tratado com o imperador romano Maximiano, tornando-se federados do império, quando ocupavam a região da Gália. Em troca, deveriam integrar o exército imperial. Com o tempo, as elites francas passaram a ocupar os mais altos escalões do Império Romano – tornando-se generais e cônsules –, e a adotar costumes romanos.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, os francos mantiveram alianças com os bizantinos. Em 481, no entanto, Clóvis I assumiu a liderança dos francos e ganhou o título de *rex* (rei). Ele converteu-se ao cristianismo e aliou-se à Igreja católica, unificou todas as tribos francas e iniciou, assim, a dinastia merovíngia. Autoproclamava-se sucessor direto do imperador romano e expandiu o Reino Franco, ampliando as fronteiras até os Pirineus.

No século VII, os reis merovíngios passaram a ser conhecidos como “os reis indolentes” devido ao fato de legarem aos *major domus* (mordomos ou prefeitos do palácio, inicialmente nomeados pelo rei) diversos poderes. Inicialmente, cabia ao *major domus* a regência durante a menoridade do soberano, incluindo a chefia da guarda palaciana, a direção da administração, a presidência das assembleias e a jurisdição sobre os demais funcionários. Com o tempo, era o *major domus* que administrava os tributos, o comércio e as leis. Em 679, Pepino de Heristal transformou esse cargo em vitalício e hereditário, isto é, independente da escolha do rei.

Em meados do século VIII, o *major domus* Carlos Martel, ou Carlos Martelo, ganhou destaque nas batalhas contra os islâmicos, mais notadamente durante a Batalha de Poitiers, ou Batalha de Tours, em 732, quando derrotou o exército do califado de Córdoba, liderado por Abd-al-Rahman. Com a morte de Martel, tornou-se *major domus* seu filho, conhecido como Pepino, o Breve, ou Pepino III. Uma das lendas sobre ele conta que, com um só golpe de espada, Pepino cortou a cabeça de um leão e de um touro ao mesmo tempo. Por isso, teria assumido o título de “o Breve”.

Arnaud 25/Galeria de Esculturas de Homens Ilustres Chateau de Versailles



Jean-Baptiste-Joseph De Bay. Estátua de Carlos Martel, 1835-1839. Mármore. Palácio de Versalhes, França.

Em 751, com o apoio do papado (a quem prometeu auxílio na luta contra os lombardos), da nobreza e do exército, Pepino foi eleito rei dos francos em uma assembleia e coroado em Soissons. Tal eleição deriva de uma tradição bárbara, segundo a qual os francos tinham o direito de escolher um novo líder se sentissem que o antigo não podia liderá-los em uma batalha. O rei merovíngio Childerico III foi deposto e confinado em um monastério. O papa Estêvão III, sucessor de Zacarias, viajou até Paris e, em 754, ungiu Pepino III e sua esposa, Bertrada, concedendo a ele o título adicional de *patricius romanorum* (patrício dos romanos). Com o apoio do papa, tinha início, então, a dinastia carolíngia (em referência a Carlos Martel).

Como rei, Pepino III participou da guerra contra os lombardos, ajudando, assim, a expandir o patrimônio da Igreja Católica na região. Após sua morte, em 768, seus filhos, Carlos Magno e Carlomano, dividiram o reino entre si inicialmente. Contudo, Carlomano retirou-se para um mosteiro e morreu em seguida, deixando sua parte para o irmão.

Durante seu reinado, Carlos Magno tentou **reconstruir o Império Romano**, afastando e dominando outros povos, distribuindo terras para a nobreza e convertendo os pagãos ao cristianismo. Após diversas batalhas, o Império Franco compreendia quase toda a Europa ocidental, abarcando o que hoje são França, a parte ocidental da Alemanha, Países Baixos, Hungria, Bélgica, Suíça, norte da Itália e parte da Espanha. O papa Leão II, no dia 25 de dezembro de 800, na Basílica de São Pedro, em Roma, nomeou Carlos Magno como “Imperador do Sacro Império Romano-Germânico”.

! Atenção

Existem alguns pontos importantes sobre a coroação de Carlos Magno. Dentre eles:

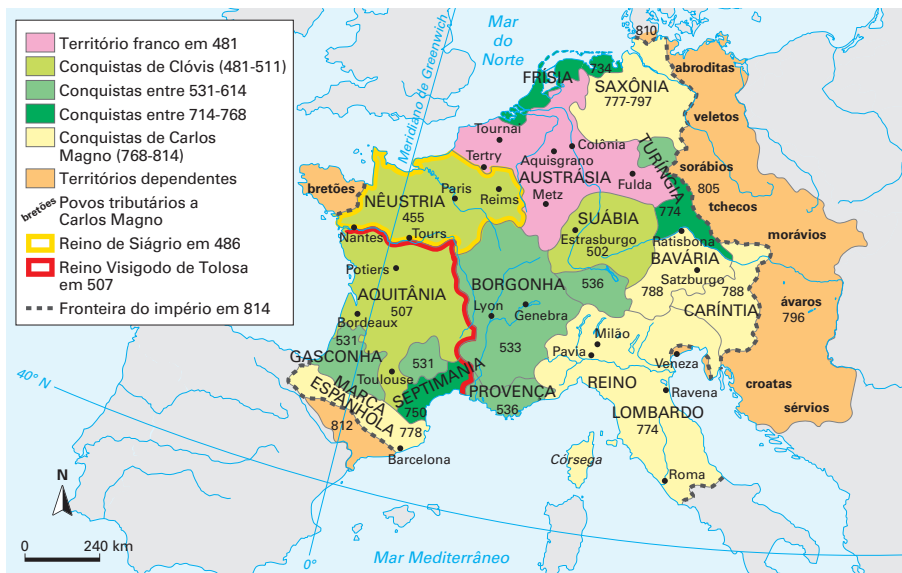
- O Império Franco era reconhecido como sucessor oficial do Império Romano; e Carlos Magno, o legítimo sucessor dos antigos imperadores, líder da cristandade, cujo poder provinha da vontade de Deus e assemelhava-se a Constantino.
- A Europa conhecia a primeira grande unidade política desde a queda do Império Romano do Ocidente. Muitos acreditavam que os tempos de Constantino, com um império unificado e cristão, haviam voltado.
- É o papa quem coroa Carlos, que está ajoelhado perante ele. Na imagem, a superioridade da autoridade papal (*auctoritas*) sobre o poder real (*potestas*) é afirmada.
- A referência aos germânicos no norte mostra como esse grupo se apresentava como herdeiro dessa tradição.
- O Império Bizantino se autoproclamava o verdadeiro sucessor de Roma, e tal ato representou uma afronta.



Iluminura do século XIV, presente nas *Crônicas da França*, mostra a coroação de Carlos Magno.

Biblioteca Britânica, Londres

A ascensão do Império Franco – séculos V a IX



Fonte: SHEPHERD, William. *Historical Atlas*. University of Texas Library. Disponível em: https://maps.lib.utexas.edu/maps/historical/shepherd/frankish_power_481_814.jpg. Acesso em: 22 jun. 2022 (Adapt.).

Com Carlos Magno, o sistema de cunhagem de moedas foi padronizado, e o Império Franco foi dividido em 200 condados. O conde, nomeado pelo imperador entre seus homens de confiança, zelava pelas leis, pelos impostos e trabalhos públicos. As regiões fronteiriças do império eram as marcas, comandadas pelos marqueses, com poderes próprios. Para estabelecer a ligação entre as regiões do império, o imperador instituiu os chamados *missi dominici* (enviados do senhor), inspetores reais que percorriam os condados. Do ponto de vista jurídico, codificou várias leis em circulação nos territórios, formando as leis capitulares, primeiro regulamento escrito da Idade Média.

Para reforçar seus laços e dependências, Carlos Magno desenvolveu largamente a instituição da suserania e vassalagem, existente desde o século VIII. Nela o rei, o suserano, exigia de seus subordinados, os vassalos, fidelidade e serviço militar. Em troca, oferecia proteção e terras. O rei tinha muitos vassalos, que, por sua vez, poderiam ter seus próprios vassalos. Essa era uma forma de o rei controlar a sociedade, mas, teve um resultado oposto posteriormente.



Gianni Dagli Orti/Shutterstock

Estátua equestre carolíngia, do século IX, representando Carlos Magno.

Saiba mais

A partir do final do século VIII, aconteceu o chamado **Renascimento Carolíngio**, quando os artistas recuperaram alguns elementos da cultura greco-romana. Na época, foram construídas muitas escolas onde se aprendia a ler e escrever; obras gregas e romanas foram traduzidas, como as de Tito Lívio e Virgílio. Na presença do rei, ocorriam sessões de debates sobre cultura e religião. O imperador cercou-se de intelectuais como Pedro de Pisa, Eginhard, Leidrade, João Escoto Erígena, Teodulfo de Orléans e do principal nome, Alcuíno de York. Alcuíno chegou a dizer que o reino dos francos era uma “Nova Atenas”.

Com a morte de Carlos Magno em 814, assumiu seu filho, Luís I, o Piedoso. Após a morte de Luís, em 840, o império foi disputado por seus filhos, em uma guerra civil. A batalha teve fim em 843, com o Tratado de Verdun, a partir do qual se estabeleceu um esboço do futuro mapa europeu.

Por esse tratado, Carlos II, o Calvo, tornou-se rei da parte ocidental do império, o reino da França Ocidental; e Luís, da parte oriental, a qual, em aliança com a Igreja, converteu-se, no fim do século X, em Sacro Império Romano-Germânico. Lotário tornou-se rei da região central, compreendendo regiões que se estendiam da Itália até o Mar do Norte. Após a morte de Lotário, em 870, Carlos e Luís dividiram seus territórios.



Biblioteca Nacional da França, Paris

Iluminura das *Crônicas da França*, século XIV, que mostra Carlos Magno instruindo seu filho Luís, o Piedoso.

A divisão do Império Carolíngio – 843



Fonte: *Maps ETC.* Florida's Educational Technology Clearinghouse. Disponível em: <https://etc.usf.edu/maps/pages/10400/10430/10430.htm>. Acesso em: 22 jun. 2022 (Adapt.).

O Tratado de Verdun e os Estados Pontifícios em 843.

No período, ocorreu também uma onda de invasões e ataques de povos normandos, os quais passaram a atacar a Europa, pilhando mosteiros, latifúndios, vilas e cidades. Junto a eles, eslavos, búlgaros, tchecos, morávios, eslovacos e húngaros (magiares) pilharam o continente e estabeleceram novos reinos nos territórios do antigo Império Romano e Carolíngio. Na península Ibérica, no norte da África e no Oriente Próximo, tinha-se o domínio quase total por parte dos muçulmanos.

A fim de se proteger dos ataques, a Europa cobriu-se de castelos e fortificações privadas. Essa nova onda de invasões e conflitos no Ocidente é considerada um marco para a consolidação do sistema de dominação senhorial, ou feudalismo.



O Castelo de Windsor foi construído no século XI, após a conquista normanda da Inglaterra por Guilherme I. Fotografia de 2020.

O apogeu do feudalismo (séculos IX-XI)

Embora a palavra “feudo” exista desde a Antiguidade, “feudalismo” não foi utilizado para designar as relações que se estabeleceram na Idade Média. Na época moderna, o termo surge não como um conceito, mas como um “contra-conceito”, já que durante a Revolução Francesa chamava-se de feudal tudo aquilo que era considerado atrasado, como os privilégios da nobreza ou os impostos

tradicionais. Somente a partir do século XIX, alguns historiadores passam a utilizar o termo para referir-se às relações políticas presentes no período medieval europeu, como o pacto entre vassalo e suserano. Outros historiadores, contudo, utilizaram o termo para referir-se a um “modo de produção”, cuja principal marca foi a servidão. É importante destacar que “feudalismo” e “Idade Média” não são sinônimos.

A partir de análises do historiador Hilário Franco Júnior, chamamos de feudalismo um conjunto de características sociais, políticas e econômicas presentes na França, Bélgica, Suíça, Itália e Alemanha ocidental, após o esfacelamento do Império Carolíngio, e, a partir do século XI, na Inglaterra e em algumas regiões da península Ibérica. As principais características do feudalismo são: a ruralização da sociedade, o endurecimento da hierarquia social, a fragmentação do poder central, o desenvolvimento das relações de dependência pessoal, a privatização da defesa, a clericalização da sociedade e o surgimento de novas formas de lidar com a vida, ligadas à hegemonia católica.



Iluminura do século XIX, de cópia de manuscrito do século XIV, que mostra a investitura (ordenação) de um cavaleiro.

A economia feudal

Museu Condé, Chantilly, França



Calendário agrícola do século XV. Cada imagem representa um mês e mostra a etapa do trabalho realizada em cada período.

Na passagem do século X para o século XI, a Europa era fundamentalmente agrícola. Os camponeses compunham 90% da população, e a manufatura, o comércio e os serviços eram atividades secundárias. Já as cidades, muitas vezes cercadas por muralhas, funcionavam como sede de bispados ou centros administrativos, judiciais e comerciais.

A produção de armas, instrumentos agrícolas, utensílios domésticos, móveis, tecidos, carnes defumadas, queijo e manteiga era artesanal e feita pelos camponeses. Alguns produtos, como o sal, eram objeto de comércio entre regiões distantes. Entretanto, as principais atividades comerciais na Idade Média eram as trocas locais, com os camponeses levando à feira parte da sua produção e trocando-a por algum artesanato urbano. A moeda, apesar de nunca ter desaparecido, era rara e escassa.

A partir do Baixo Império Romano, surgiu a figura do colono, depois chamado servo da gleba. Esse servo havia se instalado nas terras de um senhor, ganhando proteção dos ataques dos bárbaros que ocorriam naquele momento, e podia cultivar lotes de terra cedidos a ele. Em contrapartida, o servo deveria pagar diversos tributos, entre eles a corveia (trabalho nas terras do senhor), a talha (doação de parte de sua produção), a mão-morta (taxa para transmitir o uso da terra ao filho), as banalidades (taxa para utilizar o moinho, o forno e o lagar) e o dízimo ou tostão de Pedro (taxa para a Igreja).

Assim, a partir dos latifúndios romanos e das terras doadas pelos reis germânicos, formou-se a unidade de produção fundamental do feudalismo: o *senhorio*, isto é, unidades compostas de uma mansão e terras senhoriais (o manso senhorial) e uma multidão de pequenos lotes camponeses (o manso servil), além de muitas florestas e terras comuns abertas (manso comunal), utilizadas para pastagem de animais, coleta de frutos, extração de madeira e – direito exclusivo da nobreza – a caça. Em cada senhorio, o senhor feudal cobrava os impostos, aplicava a justiça,

realizava o recrutamento militar e as funções administrativas. No Sacro Império Romano-Germânico, havia cerca de 20 mil senhorios e 10 milhões de habitantes. No norte da França, existiam 2 800 senhorios em uma área de 25 mil quilômetros quadrados.

Não havia, no entanto, nada parecido com a propriedade privada moderna, garantida por escritura e documentação. Essas relações eram guiadas pela tradição e pela oralidade e com muitas terras comuns sem delimitação de posse e abertas ao uso. Na ausência de uma ideia de propriedade privada, os senhorios (que não eram, aliás, cercados por muros) tinham geralmente limites incertos, o que gerava conflitos.

No mundo medieval, os senhores controlavam a questão econômica e política em sua região, no que chamamos de soberania parcelada, diferente da soberania concentrada exercida pelos Estados atuais.

! Atenção

O que era um feudo? Muitas pessoas imaginam um feudo como um lugar em que havia um castelo, terras e florestas, controlado por um nobre e cercado por muros, mas essa é uma ideia equivocada. O feudo era um presente e, assim, poderia ser uma terra com servos, uma fonte de rendas ou, ainda, como na Catalunha, um simples soldo atribuído ao vassalo, como um boi ou uma vaca. Vejamos, a seguir, dois trechos sobre o assunto:

O feudo, e tudo o que ele implica, atinge uma franja ínfima da população; a mais barulhenta, é verdade, mas o historiador não pode sucumbir às caretas dos saltimbancos. Havia, na melhor das hipóteses, 20 000 “feudais” sobre os dez milhões de habitantes e os 600 000 km² do Império Romano Germânico; mesmo na Normandia, reputada por sua “feudalização”, encontramos 2 800 possesores de feudos em 25 000 km², no total, um homem (e sua família) por cada 10 ou 30 km².

FOSSIER, Robert. *A sociedade medieval*. Paris: Armand Collin, 1991. p. 287.

Não se deve [...] confundir senhorio e feudo, ainda que frequentemente tenham estado juntos. [...] O senhorio era um território que dava a seu detentor poderes econômicos (senhorio fundiário) ou jurídico-fiscais (senhorio banal), muitas vezes ambos ao mesmo tempo. O feudo era uma cessão de direitos, geralmente, mas não necessariamente sobre um senhorio. Havia regiões feudalizadas não senhorializadas.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 37.

Portanto, senhorio era a terra na qual o senhor feudal dominava os camponeses, exercendo poder jurídico e econômico sobre eles. Feudo era um benefício que um nobre concedia a outro, podendo ser não só um senhorio, mas também o direito de cobrar impostos sobre uma região ou outros serviços. O senhorio só pode ser considerado um feudo, portanto, quando ele é doado de um nobre para outro, a partir das relações de suserania e vassalagem.

A sociedade feudal

A sociedade feudal era rigidamente hierarquizada, dividida em ordens ou estamentos. Um estamento tinha distintas regras de comportamento, que expressavam para a sociedade seu *status*. Por isso, ao contrário de hoje (uma sociedade de classes, definida pela posição de cada um em relação ao mercado), um mercador medieval poderia ser mais rico do que um nobre, mas, por não ter ascendência nobre, era socialmente inferior. A mobilidade social em uma sociedade de ordens é bastante restrita, embora não seja inexistente, ocorrendo, sobretudo, por meio de casamentos, guerras e butins.

O clero e a nobreza impunham uma ideia de que a sociedade, feita à imagem de Deus, deveria basear-se na ordem celestial, sendo, ao mesmo tempo, una e trina. No século XI, o bispo francês Adalbéron de Laon afirmou:

A casa de Deus que parece uma é, portanto, tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual, por sua vez, presta seu apoio aos outros.

FRANCO JR., Hilário. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 34.

O clero e a nobreza pregavam, então, que cada ordem teria uma função específica na sociedade, que correspondia a sua função dentro do universo, dada por Deus. Essa visão tinha como finalidade legitimar as diversas formas de hierarquia e dominação que permeavam o mundo medieval.

A nobreza medieval dedicava-se, sobretudo, à guerra, e vivia das riquezas da terra e da servidão. Justificava sua posição social afirmando que protegeria as igrejas e os mais fracos e que combateria os pagãos (normandos, húngaros e eslavos) e os infiéis (muçulmanos).

O clero justificava sua posição afirmando que rezava para trazer os favores divinos, conduzindo os seres humanos ao Paraíso. Só por meio dos membros do clero, portanto, os seres humanos poderiam se ligar a Deus. As esmolas, os impostos e as doações que recebiam faziam do clero um possuidor de extensos domínios fundiários, detendo,

portanto, grande poder econômico e político. Os membros do alto clero eram também senhores feudais, provenientes da nobreza, já que não existia, na época, qualquer forma de seminário ou preparação para entrar na Igreja, de modo que era comum haver bispos e cardeais muito jovens. Geralmente, o alto clero era escolhido entre os segundos filhos dos nobres mais ricos, já que estes não herdavam as terras dos pais devido ao direito de primogenitura.

Clérigos e nobres impunham que os camponeses – maioria absoluta da população – deveriam trabalhar, uma vez que seu esforço, fadiga e sofrimento eram uma penitência que aliviaria seus pecados no além. Mais da metade de tudo que o camponês produzia era, por meio dos impostos, apropriado pelo clero e pela nobreza. Assim, enquanto os camponeses produziam, seu excedente era apropriado pela nobreza. Existiam também os chamados vilões, que recebiam um lote de terra de um senhor em troca de obrigações e limitações leves, podendo abandonar a terra quando quisessem.

Os alódios, terras camponesas sobre as quais não pesavam taxas ou serviços, ficaram, ao longo do tempo, cada vez menores. Os servos da gleba variavam entre 5% e 50% da população, sendo o resto escravizados, principalmente na península Itálica, ou trabalhadores livres. A partir do século XI, as corveias foram substituídas por taxas anuais ou pagamentos em dinheiro, o que indicava uma transformação econômica nesse período.

Durante a Idade Média, os excluídos e marginalizados tinham sua condição justificada pela ideia de pecado. Eram excluídos os hereges, assim chamados os cristãos que negavam alguns dogmas da Igreja, as pessoas com doenças degenerativas ou com deficiências, aqueles que sofriam de Hanseníase, chamados pejorativamente de leprosos, os estrangeiros e os judeus. Pelo Concílio de Macôn, em 581-583, definiu-se que nenhum cristão poderia servir a proprietários judeus. Pelo Concílio de Toledo, em 633, os judeus, chamados de “Anticristo”, foram proibidos de exercer funções públicas. A partir do IV Concílio de Latrão da Igreja católica, em 1215, eles foram obrigados a usar chifres nos chapéus, ou mesmo uma rodela, que depois se converteu na estrela de Davi.



Gravura inglesa de 1310 que representa a prática da corveia, uma das obrigações feudais.

A política feudal

No mundo medieval, a soberania era piramidal e parcelada, de modo que as competências do Estado eram transferidas aos senhores. Desde o século XI, os senhores de terra ganharam o poder de *ban*, isto é, aplicavam impostos em seus feudos, organizavam seus exércitos, julgavam e puniam. O Direito medieval não era escrito, mas consuetudinário; não se baseava em um conjunto de leis organizadas e sistematizadas, mas em um conjunto de usos, costumes e convenções. A ideia de “nacionalidade” não existia, e as pessoas se identificavam por serem súditas de determinado rei e subordinadas a determinada família de nobres. O elemento que conferia às pessoas uma identidade era a cristandade, identificada com a própria civilização. Os “não cristãos” eram bárbaros, hereges, infiéis, pagãos e, portanto, os “outros”.

Desenvolveram-se, assim, relações pessoais baseadas na lealdade, quase nunca registradas e acordadas por escrito, e fortaleceram-se as relações dentro das famílias e das linhagens. Além disso, multiplicaram-se as relações pessoais com o chamado contrato feudo-vassálico, o que definia o caráter piramidal das relações feudais. Nele, o senhor concedia um feudo ao vassalo, com a obrigação de ajudar seu subordinado em conflitos. Em contrapartida, o vassalo tinha uma série de obrigações, como enviar guerreiros ao seu senhor sempre que ele necessitasse, pagar a cerimônia do armamento do senhor e ajudá-lo em uma possível Cruzada. Se o vassalo tivesse herdeiros, o pacto geralmente era renovado, e o filho mais velho assumia o feudo. O nobre que traísse o seu superior perdia suas terras, o que significava também perder seu poder, sua posição e sua honra.

Os vassalos podiam dividir suas posses e doá-las a outros vassalos. Quase todos os membros da aristocracia eram, ao mesmo tempo, senhores e vassalos. Da mesma forma, quase todos os vassalos eram vassalos de vários senhores. Esse processo resultou em uma imensa descentralização do poder.

Nesse contexto, o rei era aquele designado por Deus para comandar os seres humanos, com validação e apoio da Igreja. Pessoas doentes iam procurar o rei, pois o contato com suas mãos, acreditava-se, poderia curar doenças (*Le roi te touche, Dieu te guérit* – em português, o rei te toca, Deus te cura). Grávidas, por exemplo, procuravam o toque dos reis para ter os filhos. O rei medieval era considerado sagrado e, como líder militar, distribuía favores e títulos, sendo fonte da justiça. Sua subsistência, no entanto, como a de qualquer outro nobre, provinha principalmente de suas terras e seus vassalos. O rei não tinha nenhum poder direto sobre os vassalos dos seus vassalos, nem mesmo sobre os camponeses subordinados a eles.

Saiba mais

Sobre os reis na Idade Média, vale lembrar a imagem dos Cavaleiros da Távola Redonda, lenda medieval surgida nos séculos XII e XIII que trata do rei Arthur, chefe da Grã-Bretanha no século V, do qual pouco se sabe. Os cavaleiros sentam-se em uma espécie de mesa redonda, uns ao lado dos outros: o rei não está em uma posição acima, está no mesmo nível dos outros nobres.

A guerra no mundo medieval



Museu da Tapeçaria de Bayeux, França

Um cavaleiro normando matando Harold II, rei anglo-saxão. Detalhe da tapeçaria de Bayeux, c. 1070.

No mundo medieval, a guerra era a própria razão da existência da nobreza. Entretanto, não havia um exército permanente nos reinos medievais, pois o rei, como qualquer nobre, contava apenas com seus exércitos pessoais, com os vassalos convocados pelos nobres. Assim, a maioria das guerras medievais opunha senhores inimigos ou cavaleiros e envolvia apenas os cavaleiros provenientes da nobreza. Por vezes, um combate entre os chefes dos grupos em confronto definia o fim do conflito, como a batalha entre Clóvis, o rei franco, e Alarico, rei dos godos.

Existia nas batalhas algo de sagrado, e morrer em batalha era a maior glória que os homens do medievo poderiam ter. No século VIII, o cavaleiro passou a usar o estribo, que lhe permitiu vestir uma pesada armadura e segurar as rédeas do animal com uma mão enquanto, com outra, empunhava uma lança. Em uma cerimônia para adentrar na Ordem da Cavalaria – a investitura –, um cavaleiro mais velho chamava um mais novo pelo nome, tocava nele com sua espada e acertava em sua nuca ou face um enorme bofetão, para que não esquecesse seu compromisso. Com o tempo, o cavalo tornou-se um símbolo de *status*, associado à nobreza e imortalizado nas novelas de cavalaria. Havia também os cavaleiros deserdados, que viviam fazendo saques e sequestros.

Procurando controlar essa força emergente, a Igreja aos poucos foi cristianizando o título de cavaleiro. A partir do século X, exigiu da nobreza um juramento de não lutarem contra clérigos, mercadores ou camponeses, e passou a proibir lutas durante alguns dias da semana e nas proximidades das festas religiosas. Era a chamada Paz ou Trégua de Deus, lançada no Concílio de Charroux em 989, que visava afirmar o poder da Igreja, proteger seu patrimônio e amenizar a violência cavaleiresca. A pena para aqueles que não a respeitassem era a excomunhão. Mais tarde, criou-se uma cerimônia para transformar um simples guerreiro em um *miles Christi*, o cavaleiro de Cristo, que jurava fidelidade à Igreja.

A Igreja católica medieval e o “feudalismo alemão”

A Igreja católica romana impôs seus valores em todas as esferas da sociedade medieval, tornando-se a grande herdeira do Império Romano e a única instituição do Ocidente que nunca desapareceu desde a desagregação do Império. Diante do fragmentado mundo feudal, ela era um fator de unidade na Europa ocidental.

Saiba mais

Para as pessoas que viveram durante a Idade Média, **não havia separação entre o natural e o sobrenatural**. A condição dos seres humanos estaria nas mãos de Deus, e não da sociedade, e nossa própria existência se deveria a Deus, e a Ele deveria ser dedicada. A vida é aparência e ilusão: a verdade é invisível, percebida apenas pela fé. É somente entendendo isso que compreendemos, por exemplo, a questão das relíquias religiosas, cujo grande modelo é o “Santo Graal”, o cálice supostamente utilizado por Cristo na Última Ceia.

A partir do final do Império Romano, o número de membros do clero aumentou, e este adquiriu privilégios especiais, como a isenção de impostos, o uso de tribunais próprios e grande poderio político-econômico. Ao mesmo tempo, os bispos iam adquirindo postos de comando nas cidades. Especialmente a partir de 445, com Leão Magno, ficou estabelecido que o bispo de Roma, chamado papa, era a autoridade máxima de toda a cristandade. O clero era aquele responsável pelos batismos, matrimônios e pela definição do que era pecado. O celibato, recomendado desde a época do Império Romano, tornou-se obrigatório a partir do século XII, facilitando o monopólio de terras por parte da Igreja, que não eram transmitidas ou divididas entre herdeiros.

O clero se dividia entre clero secular – aqueles que estão em contato com os fiéis, padres e bispos – e clero regular, que se diferenciava do resto da sociedade e obedecia a regras específicas de conduta.

O clero regular se formou primeiramente com os monges. Os primeiros monges surgiram no século IV, tendo como ideal o desapego ao que consideravam mundano: abandonavam as cidades e se dirigiam para regiões onde ficariam completamente isolados do mundo, solitários, sem se envolverem com situações materiais, em uma vida marcada por privações, pobreza extrema, abstinência sexual, desprezo pelos bens materiais, jejuns e orações constantes. Com o tempo, esses monges passaram a viver em comunidades, controladas por regras. A primeira experiência de um clero regular foi criada pelo monge italiano Bento de Núrsia – São Bento ou São Benedito, em latim –, sendo imposta ao conjunto de monges no século IX, que deu origem à ordem dos monges beneditinos, cujo lema era “oração e trabalho” (*laborare est orare*). Outras diversas ordens inspiradas nas regras de São Bento também foram criadas, como a de Cluny e os cistercienses.

Na Europa ocidental, eram comuns os conflitos entre o papa e o imperador do Sacro Império Romano-Germânico. O imperador deveria, em tese, ser herdeiro da autoridade do Império Romano e de Carlos Magno, a “cabeça” (*caput*) da cristandade. Todavia, o imperador, como outros reis

medievais, tinha um poder limitado sobre seu próprio território, que era dividido nos ducados da Baviera, Turíngia, Suábia, Francônia e Saxônia. Em 936, no entanto, buscando superar essa situação, Otto I, o Grande, duque da Saxônia, empreendeu uma série de conquistas e estabeleceu a autoridade real por toda a Germânia. Por ajudar a defender o papa João XII, em 962, este o coroou imperador dos romanos, sucessor de Constantino e Carlos Magno.

Otto I e seus sucessores passaram a interferir nos assuntos papais, ganhando, inclusive, o poder de nomear os bispos. O poder temporal, dos reis e imperadores, e o poder espiritual, dos papas, entraram constantemente em choque. Nesse sentido, as chamadas Reformas Gregorianas são consideradas um marco na história da Igreja: as 27 sentenças do papa (*Dictatus Papae*) buscavam afirmar que ele não podia ser julgado por ninguém e que a Igreja romana não cometia erros. Gregório afirmava, então, que o poder da Igreja, espiritual, estava acima do poder temporal, ou seja, dos reis. Assim, o papa proibiu a nomeação de bispos (a “investidura”) por parte dos imperadores. Além disso, Gregório buscou moralizar a Igreja católica, enfatizando, por exemplo, a importância do celibato.

Nesse período, Henrique IV, imperador do Sacro Império, desafiou o papa Gregório nomeando o bispo de Milão. Tal ação resultou na excomunhão do imperador pelo papa. O imperador, então, juntou um exército e marchou em direção a Roma, mas o papa fugiu para a Sicília, onde morreu. Foi a chamada Querela (Questão) das Investiduras. Iniciou-se uma verdadeira guerra civil na Germânia, enquanto a nobreza local aproveitou a oportunidade para, com a bênção papal, levantar-se contra o imperador. Foi durante essa luta que a aristocracia reduziu o campesinato à servidão, extorquiu dele tributos feudais e intensificou as obrigações militares entre os próprios membros da classe nobre. Com isso, o feudalismo consolidou-se no Sacro Império no século XII. No final, foi feito um acordo entre o papa e os reis, a chamada Concordata de Worms (1122), na qual se criava a dupla investidura: a espiritual, feita pelo papa, e a temporal, feita pelo imperador. Não obstante, os conflitos entre o papa e os reis continuaram nos séculos seguintes. Para neutralizar o poder imperial, estabeleceu-se, a partir do século XIII, que o imperador era eleito por um conjunto de nobres e coroado pelo papa, que lhe concedia sua autoridade. O Sacro Império continuou com uma monarquia eletiva por muitos séculos.



Esculturas de santos católicos na Catedral de Chartres, construída no século XII, na França. Foto de 2015.

Mustang Joe (CCO 1.0)/Flickr

FRENTE 2

A expansão do mundo feudal (séculos XI-XIII)

Entre os séculos XI e XIII, a Europa passou por um crescimento da população e das cidades (e, conseqüentemente, do comércio) e pela expansão territorial (que significava, também, expansão do cristianismo). Esse período de crescimento econômico profundo dará lugar, nos séculos XIV e XV, a momentos de crise econômica e recessão. Esse momento também pode ser enquadrado na designação mais tradicional de “Baixa Idade Média”.

Explosão demográfica e crescimento econômico

No ano de 800, quando Carlos Magno foi coroado imperador, estima-se que a Europa ocidental possuía 18 milhões de pessoas. No ano de 1300, a população passou para mais de 50 milhões. Esse crescimento intenso se deu devido a:

- **motivos epidemiológicos:** entre os séculos X e XIII, com o recuo da peste e da malária, as grandes epidemias tiveram um peso menor;
- **motivos técnico-culturais:** a guerra da época feudal, apesar de constante, era pouco destruidora, pois normalmente envolvia poucas dezenas de guerreiros e, principalmente, o objetivo das batalhas em geral não era matar o adversário, mas sequestrá-lo. Com as novas técnicas de metalurgia, a armadura tornou-se muito forte no século XII. As poderosas armas conhecidas como “bestas”, por sua vez, foram proibidas pela Igreja católica;
- **motivos técnico-econômicos ou “Revolução Agrícola medieval”:** nesse período, há um aumento de produtividade, decorrente do uso de técnicas e invenções como a charrua (o arado de ferro), o moinho de água, a coleira firme, a ferradura, o adubo calcário e, especialmente, o uso do sistema de rodízio de terras trienal, pelo qual ocorria uma alternância de cultivos (cereais, leguminosas) sobre uma mesma área. Por isso, a produtividade aumentou 50% entre os séculos IX e XIII, tornando a dieta camponesa mais rica em proteínas e ferro e diminuindo a mortalidade.

Crescimento demográfico na Europa ocidental de 1000 a 1300	
Ano	Milhões de habitantes
1000	22,1
1100	25,85
1200	34,65
1300	50,35

Fonte: FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *Atlas de História Geral*. São Paulo, Scipione, 1993. p. 23.

O “renascimento” urbano e comercial

Entre os séculos XI e XIII ocorreu na Europa o crescimento das cidades e do comércio, no que chamamos de renascimento urbano-comercial. O nome, contudo, é equivocado, dado que as cidades e o comércio nunca desapareceram.

No ano 1300, já havia 55 cidades no Ocidente cristão com mais de 10 mil habitantes. Com o aumento da produção de mercadorias e, com isso, da mentalidade do mundo do trabalho, tem-se, nesse período, uma mudança fundamental: o crescente uso dos relógios, símbolo da necessidade de mensuração precisa do tempo. Muitas dessas cidades, chamadas de **burgos**, eram fortificadas, e seus habitantes eram os burgueses. O crescimento das cidades e do comércio se deve a:

- **motivos agrícolas:** o aumento da produção agrícola gerou excedentes que possibilitaram o crescimento do comércio e das cidades;
- **motivos demográficos:** o aumento populacional nos campos levou os camponeses às cidades em busca de trabalho ou de terras em outros lugares;
- **demanda na construção:** o crescimento populacional exigiu a construção de novas catedrais, igrejas, paróquias, castelos, muralhas, torres, palácios, hospitais e casas;
- **demanda têxtil:** o crescimento demográfico exigiu também um crescimento do setor têxtil. Muitos iam às cidades produzir tecidos. As duas principais atividades nas cidades medievais, portanto, eram os setores têxtil e de construção;
- **questões culturais:** muitos camponeses fugiam para a cidade buscando não apenas trabalho, mas também escapar da tirania do senhor feudal. A cidade, assim, exercia uma pressão constante sobre os nobres. Diziam-se que se um servo morasse um ano e um dia em uma cidade sem ser reclamado pelo senhor, tornava-se livre; daí o provérbio medieval “o ar da cidade dá liberdade”.

Saiba mais

No mundo medieval, a palavra “burguesia” se referia àqueles que moravam nas cidades. Na época moderna, o termo se tornará significado de todos aqueles que não eram da nobreza ou do clero, mas que também não precisavam fazer trabalhos manuais (ou seja, também não eram camponeses ou assalariados do artesanato). Isso significa compreender como burguesia os comerciantes, fabricantes, mestres de oficinas ou profissionais liberais, como médicos e professores. No mundo contemporâneo, o termo “burguesia” está relacionado aos detentores dos meios de produção, que contratam trabalhadores assalariados.



Detalhe de *Os efeitos do bom governo*, Ambrogio Lorenzetti, 1338. A pintura foi feita em um afresco na prefeitura de Siena, Itália, e representa o cotidiano em uma cidade medieval.

Algumas cidades desenvolveram-se dentro das terras senhoriais. Posteriormente, elas obtiveram sua autonomia, mantendo-se, no entanto, dependentes da matéria-prima, dos reforços populacionais e do mercado consumidor campestre. O direito para se autogovernar era dado pela Carta de Franquia, adquirida pelos burgos por meio da compra. As cidades chamadas de comunas adquiriram sua liberdade por meio da luta.

Nessas cidades, comerciantes e artesãos passaram a se organizar em associações, que predominarão até o século XIX, denominadas corporações de ofício ou guildas. As corporações determinavam os preços e a qualidade dos produtos vendidos, o tempo da jornada de trabalho, os dias de descanso e feriados, o número de funcionários, os procedimentos de fabricação e os salários em cada unidade de produção. Existiam as corporações dos padeiros, dos sapateiros, dos marceneiros, dos comerciantes de tapeçaria, ourivesaria etc. Para exercer um ofício, o artesão era obrigado a se filiar à corporação. Caso não obedecesse às regras da corporação, ele podia ser expulso da associação. A concorrência era evitada, e formavam-se, assim, verdadeiros monopólios comerciais, objetivo central dessas corporações.

A unidade básica da produção medieval era a *oficina*. Nela, os trabalhadores dividiam-se em mestres, jornaleiros e aprendizes. O mestre era o dono da oficina, da matéria-prima e das ferramentas de produção. Os companheiros, ou jornaleiros, eram indivíduos que já haviam aprendido o ofício, entretanto não possuíam capital suficiente para montar suas próprias oficinas e terminavam por trabalhar para um mestre, por jornada, em troca de salário. Já os aprendizes eram iniciantes que ainda não tinham domínio das habilidades da produção. Não recebiam qualquer remuneração por suas atividades, apenas moradia e alimentação por parte do mestre. Após terminado o aprendizado do ofício, o aprendiz poderia se tornar um mestre de oficina, desde que para isso passasse em um teste, no qual mestres deviam observá-lo fabricando uma peça para posterior inspeção de qualidade. Essa peça era chamada de obra-prima.

Nesse contexto, aliás, a moeda volta a ser cunhada na metade do século XIII, com os *januarius* e o *florim* em

Gênova e Florença, respectivamente. Muitos senhores, desejosos de comprar luxuosos produtos orientais, passaram a exigir tributos dos camponeses em moeda. Formaram-se, nesse momento, duas grandes áreas de comércio marítimo:

- O **Mediterrâneo, dominado pelos italianos:** no *sul europeu*, as cidades italianas controlavam o comércio realizado no mar Mediterrâneo. Tais cidades tinham amplas malhas urbanas e realizavam um intenso comércio com o Oriente, como é o caso de Florença e Veneza, as mais ricas cidades no período, Gênova, Palermo, Bolonha, Milão e Pádua.
- O **mar do Norte, dominado pelos alemães:** graças, sobretudo, à *Hansa Teutônica*, ou *Liga Hanseática*. Constituída no século XII, essa liga era uma associação de mais de 150 cidades de várias áreas do Sacro Império, com a finalidade de manter os privilégios comerciais de seus mercadores e o monopólio da navegação na região. As cidades de mais relevância eram Lübeck, Bruges, Bergen e Novgorod. Importavam-se tecidos de Flandres, lã da Inglaterra, especiarias do Oriente, vinho e sal dos países do sul da Europa.

Tão importantes quanto essas rotas marítimas de comércio foram as rotas terrestres, dentre as quais a principal era a que ligava o norte da Itália a Flandres e que era conhecida pelo nome de Rota de Champagne. Aproveitando as rotas de comércio terrestre, a população local passou a realizar as “feiras”, núcleos comerciais temporários que se formavam em épocas e locais determinados e que eram frequentados por comerciantes e compradores de todas as partes.

O aumento do comércio com o Oriente causou uma relativa monetarização da economia feudal, o que levou ao surgimento dos cambistas e banqueiros, principalmente em Veneza e Gênova. Os banqueiros ganhavam esse nome por atuar inicialmente em cima de bancos. Sua função era realizar as trocas monetárias, uma vez que não havia uniformidade de pesos e medidas, fornecer empréstimos aos comerciantes e transferir valores de clientes de uma cidade para outra. A usura, ou o empréstimo de dinheiro a juros, praticada pelos banqueiros, era inicialmente condenada pela Igreja por estar sendo vendido o tempo, algo que só pertenceria a Deus.



Casa de comércio do século XIV, restaurada, na cidade de Southampton, Inglaterra. Foto de 2020.

A manufatura medieval, no entanto, nunca foi capaz de absorver toda essa população que afluía para as cidades. Havia pedintes pelas praças, mercados e ruas. Os trabalhadores, que recebiam pagamentos baixíssimos, viviam em condições precárias. Assim, a partir do século XI, proliferaram movimentos messiânicos entre essa população pobre. Nesses movimentos, um leigo ou monge aparecia como um santo salvador e, por meio de inspirações e revelações, decretava uma missão para seus seguidores.

Ao mesmo tempo, surgiram nas cidades as Ordens Mendicantes, que optavam pela pobreza, renegando as riquezas do clero nobre, e atuavam diretamente no mundo, pregando na linguagem das pessoas comuns. Exemplos dessas Ordens são a dos dominicanos e a dos franciscanos. Eles são considerados frades, ou irmãos, e não sacerdotes.

Nesse período, as igrejas eram detentoras do conhecimento, que era transmitido em latim. A partir das reformas do papa Gregório VII, em 1070, ficou estabelecido que cada abadia e catedral tivesse uma escola, daí o nome “escolástica”. Nessas escolas, eram ensinadas as sete artes liberais, pensadas pelo filósofo Boécio (470-525). Na primeira parte, o *trivium*, estavam as disciplinas que buscam menos a aquisição de conhecimento que seu modo de expressão: o emprego correto das palavras, a Gramática; a expressão apropriada do pensamento, a Dialética; e, por fim, o embelezamento do discurso, a Retórica. A segunda etapa do estudo era o *quadrivium*, as disciplinas que seguem o modelo matemático: Aritmética, Geometria, Física, Música e, mais tarde, Medicina. No século XII, foram criados os primeiros cursos de Medicina no Ocidente, assim como os primeiros hospitais (chamados “casas de Deus”).

Nos séculos XI, XII e XIII, surgiram, a partir das escolas, as primeiras universidades. Essa instituição seria um lugar universal, onde estariam estudantes e professores de todo o mundo cristão, falando e escrevendo em latim, a língua oficial da cristandade. As primeiras universidades foram as de Salerno, Bolonha, Paris, Oxford, Pádua, Nápoles, Toulouse, Salamanca, Cambridge e Praga, criadas entre os séculos XI e XIV. Financiadas por autoridades locais, elas serviam como centros de formação para uma aristocracia ligada à administração civil ou eclesiástica, onde podia-se optar por cursar Direito Canônico ou Romano, Medicina ou Teologia. Influenciadas por pensadores islâmicos como Avicena e Averróis, essas instituições passaram a recuperar os trabalhos de Aristóteles e, inclusive, conciliá-los com a doutrina cristã. O dominicano São Tomás de Aquino (1224-1274), da Universidade de Paris, teve destaque nesse período.

A expansão territorial

Como resultado de todas essas transformações no mundo feudal, ocorreu a expansão territorial da Europa, com os objetivos de exportar os excedentes da produção, conseguir novas terras, ampliar a área de comércio e, principalmente, converter novas almas para o cristianismo.

Assim, nas regiões eslavas e nos reinos do Báltico, além da Polônia e da Hungria, ampliaram-se a comunidade

cristã e o cultivo de terras. A partir do século XI, o feudalismo foi exportado também para a Inglaterra. Os povos que até então viviam na Normandia, norte da França, dominaram os anglo-saxões e, em 1066, fundaram o Reino da Inglaterra, liderados por Guilherme, o Conquistador, que distribuiu cinco mil feudos aos seus vassallos, com a condição de que eles lhe jurassem fidelidade. Daí o feudalismo inglês ser chamado pelo historiador Perry Anderson de “**feudalismo centralizado**”. Na Escandinávia, a conversão ao cristianismo se efetou no século XII, transformando as comunidades semitribais tradicionais em sistemas de Estado monárquico. No século XIII, o feudalismo se expandiu sobretudo após a derrota do exército dinamarquês de Valdemar II – o mais poderoso governante escandinavo da Idade Média.

As Cruzadas são um fenômeno que ocorre nesse momento. Nas regiões da atual Palestina e de Israel, ocorreram as Cruzadas do Oriente (1096-1270), enquanto na península Ibérica houve a chamada Reconquista Cristã, período no qual se formaram os reinos ibéricos. Diferentemente de outras expansões, as Cruzadas do Oriente não buscavam terras férteis, até mesmo porque as terras da região Palestina não tinham essa característica. Os motivos das Cruzadas foram:

- **reunificação da cristandade:** o objetivo inicial do papa era fornecer reforços para os bizantinos contra os turcos, para que, assim, a Igreja Oriental reconhecesse a supremacia de Roma. Vale lembrar que as Cruzadas tiveram início quatro décadas após o Cisma do Oriente;
- **solução para os nobres sem terra:** a crescente partilha do patrimônio dos senhores feudais entre seus filhos e seus vassallos tornava suas terras cada vez mais escassas. Para não fragmentar ainda mais seus feudos, os senhores adotaram o direito de primogenitura, segundo o qual apenas o filho mais velho herdaria terras. Muitos filhos mais novos, com isso, tornaram-se cavaleiros despossuídos e saíram em busca de sobrevivência, sequestrando nobres, assaltando estradas ou buscando casamentos. As expedições forneceriam uma ocupação a esses nobres despossuídos;
- **busca por comércio:** inicialmente, os mercadores viram as Cruzadas como um risco. As expedições encontraram novos entrepostos comerciais para as camadas mercantis em ascensão, em especial as italianas, que financiaram a Quarta Cruzada e a Cruzada de São Luís, em troca de diversos favores. As cidades, já em desenvolvimento comercial, apoiaram algumas Cruzadas como forma de expansão;
- **interesse nos saques:** muitos dos que partiam estavam interessados nos saques das batalhas, em fugir das dívidas que possuíam na Europa ou mesmo fugir de seus senhores;
- **purificação religiosa:** as Cruzadas também foram um movimento de purificação religiosa, meio pelo qual, acreditavam os guerreiros, teriam a vida eterna garantida. As Cruzadas eram vistas como a passagem para o sagrado, e muitos acreditavam, inclusive, que Jerusalém era o próprio paraíso terrestre.



Iluminura do século XV representando cruzados em Constantinopla no século XIII.

! Atenção

[...] Os historiadores costumavam explicar as cruzadas [...] através de três fatores principais. Em primeiro lugar, o crescimento populacional europeu no período que antecedeu esse movimento: a existência de um excedente da população forneceria a essas expedições o contingente necessário. O segundo fator [...] seria a necessidade de obtenção de novos domínios por parte dos filhos mais novos da aristocracia senhorial, excluídos das sucessões das linhagens que privilegiavam os primogênitos. O terceiro fator seria o interesse dos mercadores italianos em conquistar novos mercados para seus produtos.

Essas explicações não parecem mais convincentes [...]. O crescimento demográfico atingiu seu apogeu bem depois das cruzadas. [...] as terras em torno de Jerusalém eram bem menos atrativas para as atividades agrícolas do que aquelas da Europa Central [...]. Do ponto de vista das cidades italianas, as guerras levadas a cabo pelos exércitos cristãos colocavam em risco as rotas comerciais e os intercâmbios já existentes com as cidades do Oriente Médio [...].

SILVA, Marcelo Cândido da. *História medieval*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 95-96.

Até o século XI, Jerusalém, cidade sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos, era livre, aberta para peregrinações e pertencia ao Império Bizantino. No entanto, no século XI, os turcos seldjúcidas, muçulmanos provenientes da Ásia Central, conquistaram toda a região da Síria e da Palestina. Diante disso, o imperador bizantino pediu ajuda ao Ocidente, solicitando o envio de mercenários, que, pagos e liderados pelos bizantinos, combateriam os turcos na Anatólia. O papa Urbano II viu nesse episódio um meio de pôr em ação um projeto para expandir sua influência sobre as regiões do Império Ortodoxo, procurando conquistar Jerusalém dos muçulmanos. Assim, no dia 25 de novembro de 1095, o papa, no Concílio de Clermont, convocou cristãos para lutar contra os “inimigos de Cristo”, chamados por ele de infiéis.

Foram realizadas várias Cruzadas “não oficiais”, como a Cruzada dos Mendigos, dos Pastores e dos Pobres. Entre 1096 e 1270, ocorreram oito Cruzadas à chamada Terra Santa, convocadas pelos papas e organizadas por reis e senhores da nobreza. Embora as primeiras Cruzadas tenham conquistado Jerusalém, a reação dos muçulmanos foi avassaladora; caíram as últimas fortalezas dos reinos cruzados, até que, em 1291, São João de Acre, o último ponto de resistência cristã, foi também conquistado pelos muçulmanos.

As Cruzadas para Jerusalém, portanto, do ponto de vista de seus objetivos iniciais, fracassaram. Não conquistaram a Terra Santa, o cristianismo não se unificou e a Igreja ortodoxa existe até os dias de hoje. O islamismo continuou a avançar, o que culminaria, em 1453, na tomada de Constantinopla. De certa forma, as Cruzadas ajudaram a fortalecer as comunidades islâmicas, cuja união foi reforçada por lideranças que emergiram nos conflitos, caso de Saladino. Durante as Cruzadas, também houve muitos momentos de paz e trocas entre muçulmanos e cristãos, inclusive nas áreas da Medicina, da Arquitetura e da navegação.



Iluminura otomana que mostra a tomada de Belgrado, em 1456.

O problema demográfico não foi resolvido e chegaria ao seu ápice no século XIV. Os nobres despossuídos não conseguiram terras, mas passaram a integrar as ordens militares, como os templários e os hospitalários. Todavia, a própria Igreja católica proibiu a continuidade da Ordem dos Templários, que foram mortos. Embora, em alguns momentos, as Cruzadas tenham reforçado novas rotas comerciais, as expedições não levaram a um aumento significativo de rotas.

💡 Saiba mais

Veja, a seguir, comentários do historiador francês Jacques Le Goff sobre as Cruzadas:

As Cruzadas não conseguiram saciar a sede que os ocidentais tinham por terras [...] Nenhum historiador sério continua a crer que as Cruzadas sejam responsáveis pelo despertar e o desenvolvimento da cristandade medieval [...] Para mim, o único fruto trazido pelos cristãos das Cruzadas foi o damasco.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2005. p. 66.

Uma das maiores consequências das Cruzadas foi o aumento da perseguição e da intolerância religiosa na Europa. Foi nesse contexto, afinal, que a Inquisição iniciou suas práticas. Tal como um tribunal secular visa defender a lei, extinguindo o crime, o tribunal da Inquisição visava a defender a fé e a moral da Igreja católica, perseguindo aquilo que ela condenava, como as chamadas bruxarias, as blasfêmias, a sodomia, a bigamia etc. As penas aplicadas tinham uma gradação, que ia do jejum a multas, pequenas penitências, chibatadas, desterro, confisco de bens, trabalhos forçados nas galés, prisão e, em casos mais raros, os acusados que se recusavam a confessar eram entregues à autoridade civil, a qual podia aplicar a pena máxima da morte na fogueira.

A crise do feudalismo (séculos XIV-XV)

Após um longo período de expansão entre os séculos XI e XIII, as sociedades medievais conheceram seu limite: o crescimento populacional tornou-se excessivamente elevado para as condições europeias. O feudalismo, então, entrou em uma crise profunda entre os séculos XIV e XV.

No final do século XIII, em muitas regiões, houve **escassez de terras** devido ao aumento populacional, levando à ocupação de novas áreas e causando desmatamento. Para se ter uma ideia, estima-se que em 1300 as florestas francesas cobriam um milhão de hectares a menos do que hoje. Ao que tudo indica, essa devastação foi responsável também pelas chuvas constantes entre 1315 e 1317, período no qual, em muitos locais da Europa, as colheitas foram ruins e insuficientes. Em algumas regiões, cerca de 70% dos rebanhos morreram por desnutrição. Ao mesmo tempo, não havia tecnologia disponível para realizar mais escavações na atividade de mineração, o que causou escassez de metais para as moedas e consequente aumento do preço das mercadorias.

Nesse período também ocorreram grandes **epidemias**, potencializadas pelos contatos crescentes com outros povos, por aglomerações nas cidades e pela ausência de sistemas de esgoto e saneamento. Na Inglaterra, a cada mil habitantes, 100 morriam doentes. Na cidade belga de Ypres, 10% da população morreu em apenas seis meses no ano de 1316. Com a chamada peste negra, ou peste bubônica, milhões de pessoas sucumbiram, o que afetou a produção e disseminou ainda mais a fome.



Gilles li Muisis, *Peste em Tournai*, em 1349, Biblioteca Real da Bélgica, Bruxelas. A iluminura, do século XIV, representa o sepultamento massivo de vítimas da peste negra.

Com a grande mortalidade, a mão de obra camponesa, antes em excesso, agora estava em falta. Por um lado, alguns senhores feudais foram obrigados a contratar camponeses assalariados, amenizando a situação de dependência dos servos e resultando em um campesinato livre. Isso contribuiu para a **decadência da servidão**, a nova monetarização da economia e, no século XV, a intensificação do comércio. Por outro lado, outros senhores reforçaram as relações de dependência, de forma a compensar seu empobrecimento, voltando a cobrar antigos impostos que já não eram mais comuns. Nesse contexto, eclodiram diversas **revoltas camponesas**, como as *jacqueries*

da França, em 1358, a partir das quais o termo torna-se sinônimo de qualquer revolta camponesa no país, e a Revolta Inglesa de 1381. Nas cidades, eclodiram revoltas como o movimento dos Ciompi, de Florença, em 1378; as flamengas, em 1379; e as rebeliões dos jornaleiros de Flandres, de 1323 a 1328.

No contexto da fome e da peste, ocorreu a **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453), uma série de conflitos opostos França e Inglaterra. A sucessão do trono da França era disputada pelo francês Filipe de Valois, primo distante de Filipe IV, e por Eduardo III, rei da Inglaterra, neto de Filipe IV, filho de Isabel. Pela Lei Sálica francesa, no entanto, o trono não poderia ser ocupado por um herdeiro de linhagem materna, o que impedia a coroação de Eduardo III, dando início à guerra pela soberania. Além disso, havia a disputa pelo rico centro comercial de Flandres (atual Bélgica e Holanda), exportador de tecidos de lã.

O conflito, que resultou na vitória francesa em 1453, teve diversas peculiaridades. O rei Carlos VII (1422-1461) criou um exército remunerado e regular de 12 mil homens, em vez da tradicional convocação dos vassallos. Esse exército era sustentado pelo primeiro imposto nacional de importância a ser cobrado pela monarquia, a talha real, de 1439, depois chamada “talha dos soldados”, na década de 1440. Na guerra, foi utilizada a pólvora na Batalha de Castillon, em 1453, que deu uma vantagem sobre os ingleses. Deve-se destacar, também, o papel de Joana D’Arc, uma jovem camponesa que participou de diversos combates que favoreceram os franceses. Após a Guerra dos Cem Anos, a monarquia francesa será dirigida pelos Valois, que vão deter a Coroa até as guerras de religião, no final do século XVI.

No caso inglês, a guerra foi travada, principalmente, por companhias contratadas, alistadas com base em pagamentos em dinheiro, por iniciativa dos grandes senhores. Terminada a guerra, emergiu na Inglaterra outro conflito que, ao fim, opôs duas grandes famílias da nobreza: a família York (cujo símbolo era uma rosa branca) e a família Lancaster (cujo símbolo era uma rosa vermelha).

Por causa das rosas branca e vermelha, esse conflito ficou conhecido como a **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485), que terminou com a união das famílias e a ascensão de Henrique VII Tudor (1485-1509). A dinastia Tudor, assim como a Valois, permaneceu no poder até o fim do século XVI, quando deu lugar à dinastia Stuart, derrubada nas revoluções do século XVII.

Nos séculos XIV e XV, o poder clerical também entra em crise. Os reis, cada vez mais fortes, passaram a ter atritos com a Igreja. O rei da França, Filipe IV, o Belo, apoiado por uma assembleia, decidiu taxar bens da Igreja; diante disso, teve início uma grave crise envolvendo o papa Bonifácio VIII, que chegou a ser preso. Após a morte do papa, Filipe IV impôs a nomeação de um cardeal francês, que viria a ser o papa Clemente V, e forçou a transferência da sede da Igreja de Roma para Avignon, no sul da França. Em 1377, o papa Gregório XI regressa a Roma e, com isso, entre 1378 e 1417, a Igreja católica passa a ter dois papas: um em Roma e outro em Avignon. O evento ficou conhecido como **Cisma do Ocidente**, e somente com o Concílio de Constança (1414-1418) a Igreja voltou a ter um único papa.

Nesse período, as heresias ganharam força, o que culminaria, dois séculos mais tarde, na Reforma Protestante. O Renascimento Cultural tem início, as monarquias tomam as primeiras atitudes que levarão à unificação do poder, com a formação de exércitos unificados e impostos nacionais, e, para superar a falta de metais preciosos, os portugueses dão início à expansão marítimo-comercial. A tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos, em 1453, representará um grande impulso neste último acontecimento.

Todos esses eventos marcam a passagem da Idade Média para a Idade Moderna. No entanto, é preciso lembrar

que essa mudança é relativa. No campo das mentalidades, por exemplo, as pessoas continuam tão (ou mais) religiosas quanto na Idade Média, já que a ideia de secularização ocorrerá somente no século XIX. A nobreza, grupo dominante na Idade Média, passará por transformações, mas continuará a ser o grupo dominante. As corporações de ofício, de origem medieval, vão se tornar ainda mais poderosas. Além disso, é preciso notar que, embora os reis se fortaleçam ao longo da Idade Moderna, as particularidades locais e a heterogeneidade linguística medievais continuarão a existir até o século XIX.

Saiba mais

As igrejas do estilo **românico**, **normando** ou **rural** substituíram as basílicas romanas e foram predominantes entre os séculos XII e XIII. O estilo era denso, de robustez compacta, paredes e torres inteiriças, sem grandes portas e com poucas janelas. As linhas são horizontais simples, e os arcos e abóbadas são sustentados por paredes sólidas e grossas. Possantes pilares, erguidos de ambos os lados, sustentavam os arcos das pontes. Eram igrejas escuras, pequenas, com tetos baixos. Essa arte era estática, rústica e sagrada, como a sociedade que a construiu, e os capitéis das igrejas tinham uma função didática, mostrando o que acontecia àqueles que cometiam pecados.



A Igreja da Sé, em Coimbra, Portugal, é uma construção do século XII com estilo arquitetônico românico.

As igrejas do **estilo gótico** ou **urbano** foram construídas no final do século XII, período em que as cidades cresciam. Os interiores eram amplos e claros, com grandes portas e tetos altos. Elas tinham estruturas mais leves, janelas em forma de ogiva, grandes vitrais e torres altas e pontiagudas em direção ao céu. Suas estruturas dão uma impressão de ter dimensões gigantescas, pregando a pequenez e a humildade do ser humano perante Deus. Na catedral gótica, as abóbadas são compostas de arcos transversais, dispensando paredes maciças; é assim que, em vez de um arco redondo, há a união de dois segmentos de arco, o arco ogival. As paredes foram substituídas por grandes janelas. Os arcobotantes completavam a armação externa da abóbada gótica. As janelas são cobertas por linhas entrelaçadas, o rendilhado.



A Catedral de Notre-Dame de Paris, França, apresenta características da arquitetura gótica. Foto de 2013.

A Idade Moderna (1453-1789)

O que significa “Época Moderna”? Em primeiro lugar, cabe destacar que nem todos os países fazem a divisão entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, separados pela Revolução Francesa. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo, fala-se em *Modern History* desde o século XV até os dias atuais (para ocorrer alguma forma de separação, chamam-se os primeiros séculos de *Early Modern History*, o que costuma ser traduzido para a língua portuguesa como “primeira modernidade”, em contraposição à “segunda modernidade”, iniciada no século XIX).

No final do Império Romano, pensadores como Gelasius, Cassiodoro e Orose denominavam de *modernus* aquilo que era novo em oposição ao antigo – no caso, o cristianismo em oposição ao paganismo. Na Idade Média, São Tomás de Aquino chamava de *moderni* o uso de Aristóteles, em oposição a formas anteriores de fazer filosofia. No século XIV, Petrarca, um dos primeiros nomes do Renascimento, fez uma distinção entre os “tempos medievais”, que o precederam, e os “tempos modernos”, que estariam começando. Quando Petrarca e outros nomes associados ao Renascimento Cultural determinaram que havia uma Antiguidade clássica (áurea, o que, para eles, significava o mundo greco-romano), uma idade intermediária (medieval) e uma época moderna (que começaria com eles próprios), estavam lançando as bases de uma periodização utilizada até os dias de hoje. Os renascentistas pensaram em uma era de luz e glória de Roma que eles, modernos, estariam recuperando.

Isso não significa que o período que chamamos de Idade Moderna não tenha conhecido profundas transformações. A segunda metade dos séculos XV e XVI terá um grande crescimento econômico; o século XVII será, por outro lado, para a maior parte da Europa, um século de estagnação ou de crescimento reduzido; por fim, o século XVIII será, de forma geral, novamente um século de prosperidade. É importante considerar que, na prática, os períodos de crescimento são entrecortados por períodos mais curtos de crise ou estagnação, e vice-versa.

Seria a época moderna capitalista? Isso dependerá do que se entende por capitalismo. Para alguns pensadores, o capitalismo indica maior presença de pessoas investindo capital no sentido de uma produção voltada para o mercado, o que significaria que o capitalismo teria começado a se fortalecer na Baixa Idade Média. Para outros, o capitalismo representa um grupo que, mais poderoso que o próprio mercado, o comanda e pode deslocar-se territorialmente conforme a necessidade, o que significaria que o capitalismo também começaria a se fortalecer no final da Idade Média e estaria representado por um grupo muito restrito de banqueiros, comerciantes e industriais em Gênova, no século XVI, Amsterdã, no século XVIII, Inglaterra, no século XIX, e Estados Unidos, no século XX. Para outros, ainda, só há capitalismo quando a maior parte da população, destituída dos meios de produção, precisar vender sua força de trabalho para um grupo que detém tais meios, o que significaria que só há capitalismo, de fato, após a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX.

Na época moderna, há também o fortalecimento das Coroas, com maior autonomia financeira, por meio da cobrança de impostos, e militar, por meio dos exércitos permanentes; é o que chamamos de absolutismo. O termo “absolutismo”, contudo, é impreciso, já que as autonomias locais da nobreza, os particularismos e as línguas regionais continuaram bastante fortes. Cabe notar ainda que a época moderna será marcada por uma profunda cisão religiosa com as Reformas Protestantes, no século XVI, seguidas por guerras civis em vários lugares da Europa. Por fim, a passagem da Idade Moderna para a segunda modernidade, ou Idade Contemporânea, será marcada pelas Revoluções Inglesas (XVII), pelo Iluminismo (XVIII) e por uma série de revoluções.

O Renascimento Cultural (séculos XIV-XVI)

O Renascimento Cultural pode ser caracterizado como uma grande revivescência das Artes e das Letras, sob a influência dos modelos clássicos, que teve início na península Itálica nos séculos XIV e XV, expandindo-se para outros territórios no XVI.

Nos períodos medieval e moderno, o artista era aquele que estudava as sete artes liberais, as artes consideradas dignas de um indivíduo livre, ou os chamados *trivium*, constituído por Retórica, Dialética e Gramática, e *quadrivium*, composto de Música, Aritmética, Geometria e Astronomia. O que hoje chamamos de “artes” ou “belas-artes” não se incluía nas artes liberais, mas nas artes mecânicas, próximas do que chamaríamos de artesanato. Os artesãos estudavam em ateliês, oficinas coletivas que funcionavam como uma corporação de ofício, com mestres e aprendizes. Por isso, os pintores do Renascimento costumavam ter uma origem mais modesta (Michelangelo, filho de aristocratas, é exceção). Vejamos como exemplo a carta em que Leonardo da Vinci, em 1482, pedia trabalho a Ludovico, o Mouro:

Farei [...] carros cobertos, seguros e inexpugnáveis, que entrarão no território inimigo com a artilharia. [...]

Em tempo de paz, acredito que posso garantir total satisfação na arquitetura e na construção de edificações privadas e públicas e na condução de água de um lugar para o outro. Além disso, posso esculpir em mármore, bronze ou argila, bem como reproduzir em pintura qualquer coisa que possa ser feita, tão bem como qualquer outro, seja ele quem for.

SCHILLING, Voltaire. Da Vinci, Carta a Ludovico Sforza. *Terra*, 7 jun. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/da-vince-carta-a-ludovico-sforza,ffc4d90aab7b62d0202ee7f8ea81ab512yxivurj.html>. Acesso em: 22 jun 2022.

Nessa época, as produções eram coletivas, e cada mestre pintava ou esculpia com a ajuda de muitos ajudantes. A maioria dos artistas era dependente do patronato ou mecenato de nobres, de clérigos ou da própria Igreja católica, ou mesmo de alguns burgueses mais abastados, como a guilda Arte da Lã, que encomendou obras para Michelangelo, como a escultura *Davi*.



Michelangelo Buonarroti. *David*, 1501-04. Mármore. Academia de Belas-Artes, Florença. Como ainda não existiam museus, a obra ficou em frente ao Palazzo della Signoria, sede da governadoria de Florença, e simbolizava o heroísmo da cidade ante as guerras com outras cidades.

Essa forma de patrocínio, o mecenato, explica a grande quantidade de retratos de membros da nobreza. Eventualmente, uma cidade também poderia encomendar obras, como no caso do governo de Florença, que fez muitas encomendas a Da Vinci. No século XVI, principalmente nos Países Baixos, teve início também uma produção para a venda no mercado.

E quem eram os “humanistas” no Renascimento? Eles eram os professores das universidades que valorizavam os estudos das humanidades (*studia humanitatis*), ou seja, defendiam o estudo da Gramática, da Retórica, da História, da Poesia e da Filosofia Moral para além do *trivium* e do *quadrivium* da escolástica. Para a valorização desses estudos, os humanistas resgatam os estudos dos clássicos (*imitatio*), a inspiração nos atos, crenças e realizações dos indivíduos do passado para, assim, surgir um novo comportamento para o europeu, calcado na determinação da vontade, no desejo de conquistas e no anseio do novo. Dessa forma, acreditavam resgatar o mundo clássico e romper com o

período medieval. Sendo assim, três ciências se desenvolvem no Renascimento: a Filologia, estudo das origens e formações das línguas, com a busca pelo entendimento dos clássicos em seus próprios termos; a Arqueologia, para a compreensão correta do mundo greco-romano; e a Crítica Textual, buscando o contexto original da produção de palavras e textos antigos.

Com o desenvolvimento da Filologia, um estudo a respeito da *Doação de Constantino* tornou célebre o humanista italiano Lorenzo Valla, no século XV, considerado um expoente do humanismo jurídico. A doação, supostamente feita pelo imperador romano Constantino, concedia à Igreja católica grande parte das terras da Itália. Porém, Valla encontrou no documento palavras inexistentes no Império Romano, que só apareceram no século IX e X, provando, assim, a falsidade do tratado utilizado pelos papas. A descoberta de Lorenzo causou grande impacto na época. Obras como a escultura helenística *Laocoonte e seus filhos* foram encontradas pela arqueologia renascentista.

O advento do humanismo não significou o fim da escolástica, que continuou a existir durante a época moderna e conheceu inovações, como em Salamanca, no século XVI. Todos os humanistas eram religiosos, embora alguns, no século XVI, vão aderir ao protestantismo ou, como Montaigne, adotarão uma postura cética.

Saiba mais

Erasmus de Roterdã (1466-1536) é considerado um dos principais humanistas do Renascimento. Na época em que viveu, tornou-se a maior autoridade intelectual da Europa e recebeu honrarias de diversas cortes europeias. Era considerado um “humanista cristão”, tendo grande aversão à Idade Média, período em que, segundo o escritor, os teólogos pedantes desfiguraram a verdadeira religião, tornando a Igreja impura, envolvendo-a na política e impondo diversos ritos e cerimônias que contradiziam a palavra de Cristo. Assim como Petrarca, por meio da Filologia, buscava encontrar o latim na sua forma pura e original, propunha o retorno ao que chamava de “cristianismo puro e independente”, no qual sacramentos, rituais, a frequência nas igrejas e mesmo a memorização de orações não eram passos necessários para alcançar Deus. Após um incomparável estudo de latim, grego, hebraico e aramaico, fez novas edições da Bíblia, com muitas correções e sugestões. Erasmus foi um dos maiores precursores da Reforma de Lutero em 1517, apesar de ter se mostrado contrário a ela quando Lutero a iniciou. Dentre suas obras, destaca-se o livro *Elogio da loucura* (1509), que causou grande impacto ao fazer uma crítica impiedosa de reis, papas e outros poderosos.

Inicialmente, o resgate dos clássicos era um tema dos humanistas, e não dos pintores e escultores. Os primeiros pintores associados ao Renascimento, Cenni di Pietro Cimabue (1240-1302) e Giotto di Bondone (1267-1337), produziram suas obras apesar de pouquíssimas fontes ou resquícios de pinturas da Antiguidade em seus trabalhos. Em busca de um naturalismo radical, Giotto esboçava, em suas pinturas, profundidade espacial (perspectiva), técnica depois estudada por outros, como Brunelleschi (1377-1446).

Mas como, na quase ausência de pinturas greco-romanas, conciliar o naturalismo e a perspectiva com o regresso aos clássicos? Leon Battista Alberti, no *Tratado sobre a pintura* (1435), diz que o pintor deve inspirar-se na retórica clássica e buscar *convenienza*, isto é, harmonia entre as partes e as cores. Nesse sentido, Cristoforo Landino (1424-1498) dizia que Cimabue redescobriu o que os gregos chamavam de simetria. Seguindo Vitruvius, um arquiteto romano (I a.C.) que buscava proporções matemáticas no corpo humano, Alberti, Da Vinci e Dürer tentaram encontrar essas proporções na pintura. Filippo Brunelleschi (1377-1446) inspirou-se nas proporções humanas de Vitruvius para pensar a arquitetura. Assim, proporção, naturalismo e harmonia marcavam o regresso aos clássicos nas belas-artes.



Convento de Santa Maria da Graça, Milão

Leonardo da Vinci, *A última ceia*, 1495-1498. Têmpera sobre gesso, piche e mástique. Santa Maria delle Grazie, Milão. A obra apresenta uma perspectiva visual com profundidade, espessura e aparência tridimensional, característica presente nas pinturas renascentistas.

O humanista Marsílio Ficino (1433-1499) realizou discussões sobre música baseadas em passagens de Platão ou *Harmonika*, de Ptolomeu. Rabelais (1494-1533) e Pierre de la Ramée, o Petrus Ramus (1515-1572), sugeriram, para a Medicina, a leitura de Galeno e Hipócrates, ao passo que Johannes Werner (1468-1522) ressaltou a importância dos clássicos para a Matemática. Nas impressões, as letras itálicas e romanas se impuseram sobre as letras góticas. A invenção da imprensa, em 1430, por Johannes Gutenberg, tem um papel fundamental na difusão das obras clássicas e renascentistas. O uso dos tipos móveis metálicos possibilitou a impressão mais rápida e o relativo barateamento do custo do livro.

O Renascimento Cultural na península Itálica e a expansão para outros territórios

O Renascimento teve origem e maior expressividade na Itália, local onde o desenvolvimento comercial foi mais precoce. Na época, a região da península Itálica era composta de cerca de 300 cidades, das quais se destacam Gênova, Veneza, Florença, Milão e Roma.

Nos séculos XII e XIII, a região da Itália passou por uma grande prosperidade comercial. Dentre as cidades mais ricas, destaca-se Florença, que possuía 21 guildas (de advogados, mercadores de lã, banqueiros, médicos, boticários, lojistas, negociantes e artesãos). A cidade contava com inúmeras igrejas, praças, lojas de comércio de lã e de seda, farmácias, marcenarias, ateliês de escultores e cortadores de pedras, bancos etc. Importava couros da Espanha, peles e cobre da Polônia, estanho e tecidos da Inglaterra, armas do Sacro Império, além de seda, pérolas, canela, cravo e outros temperos dos países do Oriente, como a Pérsia e a China. Os tecidos importados eram pintados, refinados e vendidos ao exterior. Aliás, durante a Guerra dos Cem Anos, Florença emprestava dinheiro para a Coroa inglesa, passando a importar lã do território britânico. A história de Florença foi caracterizada por golpes, contragolpes e muita instabilidade política, ao contrário de Veneza, que conseguiu manter o mesmo regime político – composto de uma espécie de governador chamado Doge, um senado e um conselho formado por homens livres – por oito séculos.

Em tese, no século XII, as cidades eram vassalas do Sacro Império Romano-Germânico. Contudo, os próprios papas, em muitos casos, opuseram-se a esse domínio. Nesse sentido, ocorreram guerras entre partidários do papa (guelfos) e partidários dos imperadores (gibelinos). Com isso, juristas escolásticos, como Bártolo de Saxoferrato, começaram a defender a importância de cidades terem liberdade, definida como autogoverno e ausência de interferência externa. Defensores dos imperadores, como Dante Alighieri (1265-1321), acreditavam em uma monarquia universal.

Entre os séculos XII e início do XIV, as cidades italianas foram consumidas por conflitos que resultaram na ascensão de tiranos. Muitos mercenários, homens de origem plebeia contratados para a guerra, tomaram o poder. Devido ao comércio e às disputas políticas, havia na península Itálica maior espaço de mobilidade e ascensão. As guerras e o comércio enfraqueceram as noções de legitimidade e dinastia, da mesma forma que valorizaram o cálculo, a deliberação e o talento. Assim, os novos governantes, oriundos do povo, valorizariam o talento e tratariam os assuntos com maior objetividade. A arte da guerra, a estatística e a diplomacia também seriam assuntos importantes nessas cidades. Nesse contexto, muitos passam a escrever “espelhos de príncipes”, livros de conselhos para governantes, dos quais *O Príncipe*, de Maquiavel, será o principal exemplo. Esse foi também o contexto de Dante Alighieri, Francesco Petrarca (1304-1374), Giovanni Boccaccio (1313-1375), Giotto e Cimabue.

Apesar de ter surgido no período de prosperidade econômica, o Renascimento tomou impulso no final do século XIV e no século XV, durante a crise econômica, o que levou as cidades italianas a uma lenta decadência. Cada vez mais, as cidades se dedicam às atividades bancárias e de especulação, com destaque para Gênova, que passará a auxiliar financeiramente a Espanha durante a expansão marítima por meio de crédito e acordos (a prata trazida do Peru era controlada, em Sevilha, por comerciantes de Gênova, por exemplo). Com a crise, também, muitos recursos antes investidos no comércio passam a ser reinvestidos no patrocínio das Artes e das Letras.

Museu do Louvre, Paris



Quentin Matsys, *O cambista e sua esposa*, 1514, óleo sobre madeira. Museu do Louvre, Paris, França.

Em Florença, no contexto de luta contra os exércitos de Milão, os florentinos passam a defender que todo cidadão deve armar-se e engajar-se na luta pela própria liberdade, a qual era entendida como ausência de interferência exterior e possibilidade de os cidadãos – homens e proprietários –

participarem do governo, como uma forma de recuperação do ideal romano de república. No que chamamos de republicanismo ou humanismo cívico, uma república seria caracterizada pelo respeito à lei, pelo engajamento dos cidadãos e pela manutenção da liberdade, valores resumidos na palavra “virtude”. Essa palavra seria a capacidade de moldar o destino e adequar o mundo aos desejos, conferindo honra, glória e fama. Movimentos como esse nos permitem falar em um antropocentrismo do Renascimento, uma valorização do homem, de suas capacidades e da vida ativa, ou engajada nos assuntos de sua cidade. Esse antropocentrismo, entretanto, não significa a desvalorização de Deus, pois os homens continuavam tão cristãos quanto na Idade Média. Os autores republicanos voltam a ter destaque durante a luta contra a monarquia inglesa do século XVII e na independência dos Estados Unidos, no século XVIII.

No final do século XV e no século XVI, as repúblicas entram em decadência, e a maioria das cidades passa a ser governada por déspotas. Nesse período, ganham força aqueles que valorizam o neoplatonismo e a vida contemplativa, como Pico della Mirandola (1463-1494), Marsílio Ficino e Nicolau de Cusa (1401-1464). A obra de Pico, *Discurso sobre a dignidade do homem*, é considerada por muitos o grande manifesto do Renascimento. Para ele, a dignidade humana consiste em sua razão e sua liberdade, e o homem não é um animal nem celeste, pois não sabe de tudo, nem terrestre, pois não é determinado pela natureza. Segundo ele, o ser humano teria o poder quase divino de transformar a si próprio, a chamada liberdade, podendo tanto degenerar-se e ser mais cruel que o mais cruel dos animais quanto regenerar-se e ser tão bom quanto um anjo. O autor, com isso, buscava conciliar hermetismo, zoroastrismo, pitagorismo, Astrologia, platonismo, islamismo e cristianismo, já que, para ele, todas as religiões e filosofias eram facetas de uma única verdade, formas distintas de enxergar uma mesma coisa.

No século XVI, a produção renascentista se concentrou no papado. Os papas Júlio II (1503-1513) e Leão X (1513-1521) criaram uma atmosfera de luxo, requinte e sofisticação, com as obras de Leonardo da Vinci, Michelangelo Buonarroti (1475-1564) e Rafael Sanzio (1483-1520).

A pintura de Leonardo procurou reproduzir habilmente o próprio percurso da luz, deixando indefinidos os contornos que se perdem nas partes escuras e sombreadas, recortando com nitidez as superfícies banhadas mais diretamente pela luz. O resultado é um realismo maior das figuras e um tom geral de unidade e homogeneidade que realça a atmosfera mágica da pintura. Se Da Vinci se preocupava com a face de seus personagens, Michelangelo é o “poeta do corpo”. Profundamente abalado pela crise espiritual do século XVI, ele destaca a tensão permanente entre o corpo e o espírito, a carne e a alma, representando detalhes da anatomia humana. Já Rafael estaria mais próximo de uma síntese entre seus dois contemporâneos, com algo mais suave, mais simples, sem sacrificar nenhum recurso técnico e nenhum efeito emocional. Sua obra era preferida por grandes príncipes e senhores e tornou-se modelo da arte oficial até o início do século XX.



Museus do Vaticano, Roma

Rafael Sanzio, *Escola de Atenas*, 1509-1510. Afresco. Palácio Apostólico, Vaticano. A obra, encomendada pelo papa Júlio II, apresenta pensadores clássicos, como Platão e Aristóteles (ao centro), como referências no Renascimento.

No final do século XVI, a França, a Espanha e o Sacro Império Romano-Germânico disputam o domínio sobre a península Itálica. A expansão marítima portuguesa e espanhola desloca o eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico, e as cidades italianas passam por uma nova crise. Em 1517, inicia-se a Reforma Protestante. Em 1559, pelo Tratado de Cateau-Cambrésis, boa parte da península passa para as mãos da dinastia Habsburgo da Espanha, em aliança e com o apoio do papado. Ao mesmo tempo, a Inquisição, que havia sido desativada, ressurgiu em Roma. Galileu Galilei (1564-1642) será preso, e Giordano Bruno (1548-1600) será queimado. Em Veneza, as elites começaram a mudar seus investimentos do comércio para os campos. Na passagem do século XVI para o século XVII, o Barroco tomou o lugar do Renascimento na história da arte italiana.

No século XVI, ocorreu a expansão do humanismo e das artes italianas para outros lugares da Europa. Os Países Baixos conheceram, antes do Renascimento, um desenvolvimento cultural esplêndido, ligado a nomes como Jan van Eyck (1390-1441), considerado a grande expressão da arte flamenga pré-renascentista, além de Erasmo de Roterdã, o príncipe dos humanistas. O teatro inglês teve um florescimento notável, sobretudo no período de Elizabeth I (1558-1603), quando Londres viu a ascensão de camadas ligadas ao artesanato e aos negócios. A figura mais proeminente da época foi William Shakespeare (1564-1616), ator profissional e próspero empresário teatral.

Outro nome de destaque inglês foi Thomas Morus (1478-1535) ou Thomas More, que estudou Direito na Universidade de Oxford, onde recebeu formação humanista. Atuante na política, entrou no Parlamento em 1504, desempenhando inúmeras missões diplomáticas, até que, em 1529, assumiu o cargo de primeiro chanceler do rei Henrique VIII. É autor de *Utopia*, obra na qual apresenta uma comunidade tolerante, erguida sob bases racionais, em que a guerra é vista como ingloriosa, o ouro não tem valor, todos são iguais perante a lei e os cargos são eletivos. Tal descrição era uma forma de criticar a corrupção de sua própria época.

Na França, o movimento renascentista teve sua base em Paris, onde monarcas como Francisco I (1515-1547) atuaram como mecenas, patrocinando pintores, arquitetos e literatos. Pierre Lescot (1515-1578) e Philibert Delorme (1514-1570) construíram palácios tais quais Fontainebleau, Chambord, Blois e o Louvre, que definiram o renascentismo arquitetônico francês. François Rabelais (1494-1553) criou personagens como *Gargântua* e *Pantagruel*, renovando a prosa e criticando a Igreja. Na Filosofia, destacou-se Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592).

A manifestação mais marcante do Renascimento no Sacro Império Romano-Germânico foi a rápida difusão dos estudos humanistas nos meios burgueses e universitários em fins do século XV. O filólogo Johann Reuchlin (1455-1522) foi o responsável por atacar a cultura escolástica na Alemanha, sendo seguido por Ulrich von Hutten (1488-1523)

e Crotus Rubianus (1480-1545), os quais liquidaram de vez a hegemonia da cultura tradicional. Um dos mais notáveis pintores alemães foi Albrecht Dürer (1471-1528), de Nuremberg, responsável por reunir a solidez do gótico alemão, o cromatismo e luminosidade flamengas e o sentido da geometria, harmonia e profundidade da pintura italiana.

Na Espanha, as obras de Inácio de Loyola (1491-1556) *Santa Teresa d'Ávila* e *São João da Cruz* eram revestidas de grande densidade poética, somando-se à parte mais significativa do Renascimento espanhol, marcada por Fernando de Herrera (1534-1597), Miguel de Cervantes (1547-1616), Garcilaso de la Vega (1503-1536) e Lope de Vega (1562-1635). Pintores como Luis de Morales, o Divino (1510-1586), representaram o clima religioso da Espanha renascentista. *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, apresenta uma crítica genial às nostalgias medievais e, evidentemente, à Espanha de sua época.

Em Portugal, destacam-se Sá de Miranda (1481-1558), que trouxe o *dolce stil nuovo* (“doce estilo novo”) dos poetas, literatos e dramaturgos do Renascimento italiano; Luís de Camões (c. 1524-1580), autor de *Os Lusíadas*, o maior épico da língua portuguesa; Juan de Encina (1468-1529), que inaugura o teatro ibérico e tem como grande marca os *Autos*, peças em verso, de fundo religioso ou cômico, marcadas por fortes elementos populares. Destacam-se, ainda, temas cavaleirescos, religiosos e populares, como é o caso de Gil Vicente (c. 1465-1536).

Do Renascimento à Revolução Científica

No Renascimento, a magia, a filosofia e a ciência misturavam-se e auxiliavam-se, em uma sociedade atravessada por inquietações religiosas e por exigências práticas de todo gênero. Na segunda metade do século XVI e, principalmente, no século XVII, ocorreu a Revolução Científica, marcada por nomes como Copérnico, Galileu, Kepler, Francis Bacon, Isaac Newton e Descartes.

Nicolau Copérnico (1473-1543), em *Sobre as revoluções das esferas celestes* (1543), defendeu a **teoria heliocêntrica**, na qual o Sol era o centro do Universo e a Terra era mais um astro que girava em torno do Sol. Giordano Bruno, a partir de Copérnico, defendeu a existência de um

Universo infinito, sem centro e povoado por uma quantidade imensa de mundos semelhantes ao nosso.

Galileu Galilei, conhecido por defender o sistema heliocêntrico de Copérnico, contribuiu fundamentalmente para consolidar a união entre as Ciências da Natureza e a Matemática, em oposição àqueles que utilizavam a obra de Aristóteles como paradigma interpretativo. Galileu Galilei e Francis Bacon (1561-1626), ambos cristãos, defendiam, ao contrário dos herméticos e escolásticos, a separação entre o mundo natural, que seria regido por leis mecânicas expressas pela Matemática, e o mundo divino. Com Isaac Newton (1643-1727), a ideia de que todo o Universo é regido pelas mesmas leis matematicamente identificáveis ganha força, ainda que, para ele, essas leis fossem estabelecidas por Deus.

Assim, enquanto a magia é baseada em princípios ocultos eternos e universais, a ciência é ancorada na ideia de gerações distintas, contribuindo para a descoberta das verdades. Embora o estudo dos pensadores do passado seja importante para a ciência, eles não são uma autoridade inquestionável, como acontecia na magia eterna. Por isso, Francis Bacon escreveu, em 1605, *Da proficiência e o avanço do conhecimento divino e humano*. Enquanto a magia defenderia a ideia de eleitos ou iluminados, que passam as verdades eternas para todos, a ciência partiria da noção de que as inteligências podem alcançar o conhecimento por meio do método científico. Daí a importância do método indutivo (isto é, ancorado na observação dos casos particulares e na formulação de hipóteses para a descoberta de princípios gerais), defendido por Bacon.

No século XVII, emergirá a ideia que o funcionamento do mundo é autônomo, como um relógio, e dispensa interferência divina. Da mesma forma, o corpo humano seria um mecanismo, uma máquina, como diziam Thomas Hobbes (1588-1679) e René Descartes (1596-1650). Newton destacou-se com as leis universais, em que o funcionamento da natureza era entendido de maneira autônoma, regido por leis matemáticas, operando, tal como as máquinas, sem a intervenção das vontades. Para todos eles, contudo, assim como um relógio precisa de um relojoeiro, o funcionamento autônomo do Universo não excluía a existência de Deus, mas a tornava necessária.

Revisando

- UEM-PR 2019** A Europa Ocidental, a partir do século V, viu-se dividida entre vários reinos, resultado da invasão dos povos germânicos. O reino dos francos, estabelecido no norte da Gália, teve na figura de Clóvis (da dinastia merovíngia) o rei que favoreceu o processo de ruralização do território europeu. Com Carlos Magno (dinastia carolíngia), o reino dos francos viveu grande renovação cultural, atraindo para a sua corte sábios das penínsulas itálica e ibérica. Acerca do reino dos francos, assinale o que for correto.
 - 01 Durante a Alta Idade Média, a constituição dos reinos germânicos provocou uma excessiva fragmentação da posse de terras.
 - 02 As vitórias militares de Clóvis contaram com o apoio da Igreja Católica Romana, decisivo para o projeto de unificação do território.
 - 04 O feudalismo, como um sistema de organização econômico, social e político, foi estruturado no reinado merovíngio de Clóvis.
 - 08 A grande expansão de território do período carolíngio fez que o papa Leão III coroasse Carlos Magno como imperador do Sacro Império Romano no ano 800.
 - 16 A restauração do ensino no período de Carlos Magno foi marcada pela forte presença das chamadas artes liberais, o *trívio* e o *quadrívio*.

Soma:

2. **Uece 2017** Servidão e vassalagem eram duas formas de relação social existentes na Idade Média, através das quais os senhores se impunham. Sobre esses modelos de relação social, é correto afirmar que

- a) na vassalagem, um nobre submetia sua fidelidade a outro nobre que, assim, tornava-se seu suserano.
- b) a vassalagem constituía-se pelo contrato de concessão de terras do senhor feudal a um camponês.
- c) a servidão era o laço que unia um nobre a outro através do juramento de fidelidade irrestrita a ele e ao seu suserano.
- d) a servidão e a vassalagem eram relações que se davam somente entre um nobre e um camponês ligado à terra.

3. **Famerp-SP 2017** Aparece na literatura medieval, no final do século IX, para florescer no século XI, até se tornar um lugar comum no século XII, um tema que descreve a sociedade que se divide em três categorias ou ordens.

Jacques Le Goff. *Para uma outra Idade Média*, 2013.

As “três categorias ou ordens” citadas no texto são, respectivamente,

- a) aristocracia, burguesia e proletariado.
- b) militares, patrícios e camponeses.
- c) clérigos, guerreiros e trabalhadores.
- d) comerciantes, industriais e operariado.
- e) classe alta, classe média e classe baixa.

4. **UFU-MG 2017** Os especialistas em demografia histórica são mais ou menos concordes em estimar que a população global do reino da França no mínimo duplicou entre os anos mil e 1328, passando de cerca de 6 milhões de habitantes para 13,5 milhões, e de 16 a 17 milhões, considerando as regiões que desde então se tornaram francesas.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. Trad. Antônio Danesi, São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 4. (Adaptado).

De acordo com a citação, pode-se afirmar que o principal fator que permitiu o crescimento da população europeia foi

- a) o controle da Peste Negra por meio da implantação de medidas de saneamento das grandes cidades europeias.
- b) o fim dos conflitos entre os reinos, especialmente o da “Guerra dos Cem Anos”, entre França e Inglaterra.
- c) a relativa estabilidade política e econômica, que fomentou a expansão dos burgos e o aumento da produção agrícola nos campos.
- d) o incremento da agricultura, que impulsionou o sistema de trocas de mercadorias promovendo a prosperidade nos feudos.

5. **UFU-MG 2019** A partir do século XI, observa-se em várias localidades da Europa Ocidental uma intensificação das atividades comerciais. Dentre os fatores que explicariam esse “renascimento comercial”, analise as informações a seguir.

- I. Uma forte diminuição demográfica, causada pela chamada peste negra e pelas chamadas invasões bárbaras.

- II. O aumento do número de cidades e da intensificação da divisão social do trabalho que ajudou no desenvolvimento do artesanato.
- III. O aumento da atividade bancária como atividade cada vez mais significativa para expansão do comércio.

Em relação a essas informações, assinale a alternativa que apresenta as afirmativas corretas.

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.

6. **FGV-SP 2018** Aproveitando-se do reforço populacional e espiritual, os reinos cristãos acentuaram sua ofensiva contra os domínios muçulmanos. Em 1492, concluiu-se a conquista da península, com a incorporação de Granada.

A reconquista representou, para os ibéricos, uma primeira expansão feudal. Caracterizou-se pela incorporação de novas terras, pelo crescimento demográfico, pelo desenvolvimento das cidades, das atividades mercantis e pela expansão cristã. No entanto, 1492 não se encerra em Granada. Meses depois, em outubro, Colombo daria continuidade à conquista material e espiritual. Do outro lado do Atlântico.

(Flavio de Campos. *Folha de S. Paulo*, 17.10.2000. Adaptado)

A Reconquista Ibérica

- a) remonta aos meados do século IX, momento no qual os cristãos ibéricos, refugiados no norte da península, constituíram-se em pequenos reinos independentes e, a despeito das suas diferenças étnicas e das rivalidades, edificaram uma identidade cultural e política, porque objetivavam vencer militarmente os muçulmanos.
- b) contrapõe-se ao movimento das Cruzadas porque a luta e as ofensivas contra o poder muçulmano não foram realizadas como uma conquista militar, mas por meio de lenta e progressiva incorporação de novas terras, obtidas com as relações de vassalagem, em especial a partir do século XII.
- c) significou uma recomposição das forças cristãs ocidentais e parte das orientais, a partir do início do século XIV, unificadas pelo Concílio de Trento, que estabeleceu uma nova mística em torno da figura de Jesus Cristo, que passou a ser tratado como tendo essência divina e não humana.
- d) constitui-se em um processo que tem as suas origens localizadas após a formação das nações ibéricas, Portugal e Espanha, em fins do século XIV, porque a expulsão dos invasores mouros dependia de uma enorme ação militar que apenas Estados unificados podiam organizar e arcar com os custos.
- e) dependeu menos da ação das forças cristãs ibéricas e muito mais da progressiva fragilização dos domínios mouros nessa região, condição do califado de Granada, no século XIII, que foi obrigado a mandar forças militares para conter uma série de invasões aos seus domínios no Norte da África.

- 7. UFG-GO** O usurário, que adquirir lucro sem nenhum trabalho e até dormindo, vai contra a palavra de Deus que diz “Comerás teu pão com o suor de teu rosto”. Assim, o usurário não vende ao devedor nada que lhe pertença, apenas o tempo, que pertence a Deus. Disso não pode tirar qualquer proveito.

CHOBHAM, Thomas de, *apud* LE GOFF, J. *A bolsa e a vida*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 39. [Adaptado].

O texto acima apresenta o posicionamento da Igreja Católica diante da crescente atividade dos usurários, nas cidades comerciais europeias (séc. XIII). Relacione usura, tempo e trabalho no discurso eclesiástico.

- 8. UFMS 2020** Em 2019, completaram-se 500 anos da morte de Leonardo Da Vinci, considerado um dos maiores expoentes do movimento denominado Renascimento Cultural. Esse movimento foi um marco importante na sociedade ocidental, pois promoveu uma mudança profunda na maneira de pensar, impactando crenças e valores que norteavam o homem europeu até então.

Sobre as características do Renascimento Cultural, assinale a alternativa correta.

- a) O conhecimento passou a ser dirigido pelo clero católico, que administrava escolas e universidades. Assim, essa nova visão de mundo foi compreendida a partir de um único caminho: o da fé e da religião.
- b) Surgiu na Península Itálica no final do século XIV e início do XV. Foi marcado por um espírito científico, de valorização da razão e do raciocínio lógico, colocando o ser humano como centro do universo.
- c) Surgiu na Península Itálica no século XVI. Promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais baseadas nas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade.
- d) Surgiu na Península Itálica no final do século XIV e início do XV. Nesse contexto, muitos artistas e intelectuais foram buscar inspiração num período considerado por eles de grandes realizações e esplendor: o Egito antigo.

- e) Os renascentistas defendiam uma visão humanista, naturalista e teocêntrica, buscando superar a anti-gradade clássica, período que classificaram como trevas, devido à falta de produção de conhecimento.

- 9. UFRGS 2018** Sobre o desenvolvimento do pensamento moderno no Ocidente, entre os séculos XIV e XVIII, é correto afirmar que

- a) os estudos empíricos sobre a natureza, realizados no Renascimento, contribuíram para o desenvolvimento da ciência europeia.
- b) o abandono do dogma cristão pelo pensamento humanista motivou a criação dos tribunais do Santo Ofício para combater as heresias.
- c) a filosofia foi marcada por uma completa ruptura em relação à visão de mundo, elaborada durante a antiguidade.
- d) a Reforma Protestante caracterizou-se pela reafirmação dos valores institucionais da Igreja e pela defesa do papado.
- e) a rígida separação social entre a elite letrada e a população camponesa impedia o desenvolvimento de práticas culturais populares.

- 10. Uece 2016** Atente ao seguinte excerto:

A impotência do homem diante do destino, absurdo deste último, é também o que afirmam frequentemente os personagens do teatro inglês no fim da Renascença. Ao fazê-lo, eles não exprimem necessariamente a opinião dos próprios autores. Mas eles dão testemunho – o que para nós importa aqui – de um sentimento amplamente difundido na cultura dirigente.

DELUMEAU, J. *O pecado e o medo*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 317.

O famoso autor do teatro inglês, que compôs sua obra no fim da fase conhecida como Renascimento foi

- a) Nicolau Maquiavel.
- b) William Shakespeare.
- c) Lord Byron.
- d) Edgar Allan Poe.

Exercícios propostos

- 1. Uece 2022** No século IX, novas ondas invasoras formadas por normandos, húngaros e árabes varreram a Europa Ocidental. Essas novas levadas de invasores no continente europeu

- a) provocaram notável crescimento do poder dos reis e crescente fortalecimento do poder central.
- b) propiciaram o contato entre povos diferentes, favorecendo as trocas comerciais e o conseqüente florescimento do comércio.
- c) causaram o desaparecimento de terras e homens livres.
- d) enfraqueceram os laços de vassalagem ao demonstrar a incompetência dos guerreiros nobres.

- 2. Fuvest-SP 2017**



Percival, Cavaleiro da Távola Redonda na lenda arturiana, invocando Deus e o mensageiro. Chrétien de Troyes, *Le Conte du Graal*, início do século XII (BnF).

Esta imagem integra o manuscrito de uma das mais notáveis obras da cultura medieval. A alternativa que melhor caracteriza o documento é:

- a) Fábula que enuncia o ideal eclesiástico, mescla a aventura cavaleiresca, o amor romântico e as aspirações religiosas que simbolizaram o espírito das cruzadas.
- b) Poema inacabado que narra a viagem de formação de um cavaleiro e a busca do cálice sagrado; sua composição mistura elementos pagãos e cristãos.
- c) Cordel muito popular, elaborado com base nos épicos celtas e lendas bretãs, divulgado para a conversão de fiéis durante a expansão do Cristianismo pelo Oriente.
- d) Peça teatral que serviu para fortalecer o espírito nacionalista da Inglaterra, unindo a figura de um governante invencível a um símbolo cristão.
- e) Romance que condensa vários textos, empregado pela Igreja para encorajar a aristocracia a assumir uma função idealizada na luta contra os inimigos de Deus.

3. Famema-SP 2019 O problema das “origens” do feudalismo gerou inúmeras polêmicas sobre o fim do Império Romano no Ocidente (século V) e o surgimento das instituições feudais. Comumente, aceita-se a tese da junção de formas sociais romanas e germânicas que, justapostas, engendrariam as bases da sociedade feudal. Outros historiadores têm procurado ver na própria crise interna do império, particularmente a partir do século III, as causas da decadência romana e sua fragilidade em face dos bárbaros.

(Francisco C. T. da Silva. *Sociedade feudal*, 1982. Adaptado.)

As origens do sistema feudal podem ser encontradas

- a) no declínio da escravidão no Império Romano, o que originou nova forma de trabalho, e na noção de fidelidade pessoal dos germanos.
- b) no fracasso da reforma agrária no Império Romano, o que intensificou as guerras civis, e na concepção de poder divino dos germanos.
- c) na assimilação dos povos dominados, que se tornaram plenos cidadãos romanos, e na ideia de propriedade privada dos germanos.
- d) no fortalecimento da autoridade imperial, que se sobrepôs ao Senado romano, e na tradição das leis escritas dos povos germânicos.
- e) na crise dos minifúndios romanos, o que gerou intenso êxodo rural, e nas relações escravistas típicas das comunidades germânicas.

4. Unicamp-SP 2022 A grande recusa do corpo não se dá apenas no campo da sexualidade. A luxúria passa a ser cada vez mais associada à gula. Por isso, as recomendações da Igreja passam a se dirigir tanto à carne quanto à boca. Os pecados da carne e os pecados da boca passam a caminhar de mãos dadas. Assim, a embriaguez é reprimida também como forma de controlar os “camponeses e os bárbaros”, muito apreciadores de bebedeiras. A indigestão é igualmente associada ao pecado. A abstinência e o jejum dão o ritmo, portanto, do “homem medieval”. Gordido oposto ao magro, Carnaval que se empanturna contra Quaresma que jejua. A tensão atravessa o corpo medieval.

(Adaptado de Jacques Le Goff e Nicolas Truong, *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 58 e 59.)

A partir da leitura do texto e de seus conhecimentos sobre Idade Média, responda às questões.

- a) Cite e explique as tensões, que o texto menciona, relacionadas, no período medieval, ao corpo.
- b) Cite e explique duas diferenças, entre a sociedade medieval e a sociedade contemporânea, no que diz respeito à percepção sobre o corpo ideal.

5. UFJF-MG 2020 Leia o texto a seguir:

A sociedade dos fiéis forma um só corpo; mas o Estado compreende três. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do servo. A casa de Deus, que parece una, é, portanto, tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros.

LAON, Adalbéron de. In: LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2005, p. 257-258.

O trecho acima foi escrito pelo bispo Adalbéron de Laon em 1030 com o objetivo de explicar a organização social que existiu no período medieval dividida em estamentos. Sobre a sociedade estamental é CORRETO afirmar que:

- a) A igreja católica defendia e justificava a divisão social da sociedade estamental.
- b) A sociedade estamental caracterizava-se pela possibilidade de ascensão social.
- c) Nesta sociedade o estamento mais privilegiado era o dos servos.
- d) Nesta organização os servos eram sustentados pelos estamentos clerical e senhorial.
- e) A sociedade estamental era pautada em uma hierarquia social igualitária.

6. Famema-SP 2021 [...] cristianismo romano na Europa ocidental e central, cristianismo ortodoxo grego em Bizâncio e na Europa oriental, islam do Irã à Espanha, e, claro, o judaísmo dos judeus da Diáspora.

(Jacques Le Goff. *O Deus da Idade Média*, 2017.)

Considerando o conteúdo do excerto e conhecimentos sobre a história da Europa da Idade Média, pode-se afirmar que

- a) a natureza das relações entre as pessoas derivou acentuadamente das crenças religiosas dos grupos sociais.
- b) o poder do Papa, restrito aos assuntos religiosos, foi universalmente aceito pelas autoridades religiosas.
- c) a aliança militar de reis católicos e ortodoxos impediu a expansão do islamismo no continente.
- d) o clima de paz política caracterizou as interações entre as formações religiosas monoteístas.
- e) a oposição ao culto de imagens uniu, do ponto de vista doutrinal, as religiões oriundas da Bíblia hebraica.

7. UFPR 2020



Iluminura do século XIII (Disponível em: <https://education.francetv.fr>). Acesso em: 10 de maio de 2019.

Sobre a iluminura, é **INCORRETO** afirmar:

- Revela a supremacia da união entre guerreiros e trabalhadores sobre os membros do clero.
 - Representa a sociedade trifuncional tal qual foi concebida pelo bispo Adalberão de Laon, no século XI.
 - Expressa uma concepção de sociedade no medievo.
 - Representa uma configuração social baseada na cooperação e no serviço para a harmonia social no medievo.
 - Não expressa a sociedade medieval em sua configuração social variada.
- 8. FICSAE-SP 2020** Durante muito tempo, os doentes eram tratados, principalmente, com remédios populares. Nas terras não cristãs, os homens e as mulheres que aplicavam esses tratamentos eram considerados feiticeiros e feitiçeiros. Nas terras cristãs, a feitiçaria era proibida, mas havia “curandeiros” cristãos a quem Deus havia dado um saber. As pessoas mais ricas (senhores e burgueses) eram quase sempre tratadas por médicos judeus, pois os judeus possuíam conhecimentos de medicina vindos da Antiguidade.
- (Jacques Le Goff. *A Idade Média explicada aos meus filhos*, 2007. Adaptado.)
- Ao tratar das doenças e dos tratamentos médicos na Idade Média, o texto
- reconhece a diversidade dos cuidados médicos em um universo sociorreligioso uniforme.
 - caracteriza o avanço das ciências médicas na Europa, em comparação com outras partes do mundo.
 - destaca o caráter democrático da medicina popular, em comparação com tratamentos mais caros.
 - associa o declínio dos tratamentos médicos à perseguição desencadeada pela Inquisição.
 - relaciona o acesso a tratamentos médicos às diferentes condições sociais e religiosas.
- 9. Enem 2019** O cristianismo incorporou antigas práticas relativas ao fogo para criar uma festa sincrética. A igreja retomou a distância de seis meses entre os nascimentos de Jesus Cristo e João Batista e instituiu a data de comemoração a este último de tal maneira que as festas

do solstício de verão europeu com suas tradicionais fogueiras se tornaram “fogueiras de São João”. A festa do fogo e da luz no entanto não foi imediatamente associada a São João Batista. Na Baixa Idade Média, algumas práticas tradicionais da festa (como banhos, danças e cantos) foram perseguidas por monges e bispos. A partir do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja resolveu adotar celebrações em torno do fogo e associá-las à doutrina cristã.

CHIANCA, L. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. *Revista Antropológica*, n. 18, 2007 (adaptado).

Com o objetivo de se fortalecer, a instituição mencionada no texto adotou as práticas descritas, que consistem em

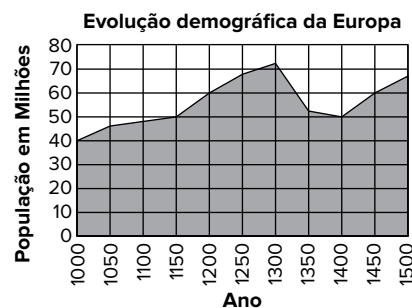
- promoção de atos ecumênicos.
- fomento de orientação bíblicas.
- apropriação de cerimônias seculares.
- retomada de ensinamentos apostólicos.
- ressignificação de rituais fundamentalistas.

- 10. Enem PPL 2019** A ausência quase completa de fantasmas na Bíblia deve ter favorecido também a vontade de rejeição dos fantasmas pela cultura cristã. Várias passagens dos Evangelhos manifestam mesmo uma grande reticência com relação a um culto dos mortos: “Deixa os mortos sepultar os mortos”, diz Jesus (Mt 8:21), ou ainda: “Deus não é Deus dos mortos, mas dos vivos” (Mt 22:32). Por certo, numerosos mortos são ressuscitados por Jesus (e, mais tarde, por alguns de seus discípulos), mas tal milagre – o mais notório possível segundo as classificações posteriores dos hagiógrafos medievais – não é assimilável ao retorno de um fantasma. Ele prefigura a própria ressurreição do Cristo três dias depois de sua Paixão. Antecipa também a ressurreição universal dos mortos no fim dos tempos.

SCHMITT, J.-C. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

De acordo com o texto, a representação da morte ganhou novos significados nessa religião para

- extinguir as formas de ritualismo funerário.
 - evitar a expressão de antigas crenças politeístas.
 - sacramentar a execução do exorcismo de infelizes.
 - enfraquecer a convicção na existência de demônios.
 - consagrar as práticas de contato mediúnico transcendental.
- 11. Fatec-SP 2020** Observe o gráfico. A leitura do gráfico permite concluir, corretamente, que o período de queda demográfica mais acentuada na Europa ocorreu



Fonte dos dados Acesso em: 05.10.2019.

- a) na primeira metade do século XI, devido ao período de secas que comprometeu as colheitas e provocou fome generalizada em toda a porção ocidental do Continente.
- b) na primeira metade do século XII, quando a introdução de técnicas agrícolas não-sustentáveis provocou o esgotamento dos pastos e a diminuição pronunciada dos rebanhos bovinos.
- c) na segunda metade do século XIII, devido à perseguição promovida pela Igreja Católica contra judeus, muçulmanos e praticantes de religiões pagãs, acusados de bruxaria.
- d) na primeira metade do século XIV, quando o número de infectados pela peste negra atingiu seu ápice, provocando a morte de pouco menos de um terço da população europeia.
- e) na segunda metade do século XV, devido à migração de milhões de europeus em direção aos continentes recém-descobertos no processo das Grandes Navegações.

12. Unesp 2016 Os mosteiros eram em primeiro lugar casas, cada uma abrigando sua “família”, e as mais perfeitas, com efeito, as mais bem ordenadas: de um lado, desde o século IX, os mais abundantes recursos convergiam para a instituição monástica, levando-a aos postos avançados do progresso cultural; do outro, tudo ali se encontrava organizado em função de um projeto de perfeição, nítido, bem estabelecido, rigorosamente medido.

(Georges Duby. “A vida privada nas casas aristocráticas da França feudal”. *História da vida privada*, vol. 2, 1992. Adaptado.)

A caracterização do mosteiro medieval como uma “casa”, um “posto avançado do progresso cultural” e um “projeto de perfeição” pode ser explicada pela disposição monástica de

- a) valorizar a vida privada, participar ativamente da vida política e combater o mal.
- b) recuperar a experiência histórica e pessoal do Salvador durante sua estada no mundo dos vivos.
- c) recolher-se a uma comunidade fechada para orar, estudar e combater a desordem do mundo.
- d) identificar-se com as condições de privação por que passavam as famílias pobres, celebrar a tradição escolástica e agir de forma ética.
- e) reconhecer a humanidade como solidária e unida num esforço de salvação da alma dos fiéis e dos infiéis.

13. Enem 2021 Desde o século XII que a cristandade ocidental era agitada pelo desafio lançado pela cultura profana – a dos romances de cavalaria, mas também a cultura folclórica dos camponeses e igualmente a dos cidadãos, de caráter mais jurídico – à cultura eclesiástica, cujo veículo era o latim, Francisco de Assis veio alterar a situação, propondo aos seus ouvintes uma mensagem acessível a todos, simultaneamente, enobrecendo a língua vulgar através do seu uso na religião.

VAUCHEZ, A. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental, séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995.

O comportamento desse religioso demonstra uma preocupação com as características assumidas pela Igreja e com as desigualdades sociais compartilhadas no seu tempo pelos(as)

- a) senhores feudais.
- b) movimentos heréticos.
- c) integrantes das Cruzadas.
- d) corporações de ofícios.
- e) universidades medievais.

14. UFJF-MG 2019 O mapa abaixo informa sobre rotas mercantis que conectavam Europa medieval, Ásia e África, **entre os séculos XI e XII**:



(Disponível em: <<https://bit.ly/2Jexo4P>>. Acesso em: 31 jul. 2018.)

Considerando-se a natureza e a incidência das rotas indicadas no mapa, é possível concluir que:

- a) A Idade Média foi um período marcado por uma economia rural, fechada e pautada pela ausência de trocas comerciais.
- b) A possibilidade de oferta de produtos de luxo oriundos do norte da África e Ásia nas principais cortes europeias é posterior à expansão marítima do século XV.
- c) Cidades como Roma, Paris e Londres são construções modernas e representativas do estilo de vida contemporâneo, portanto, sem elos com o mundo pré-capitalista.
- d) Durante a Idade Média existia uma circulação de produtos e pessoas, o que favoreceu a formação de redes mercantis que conectavam diversas cidades.
- e) O Mar Mediterrâneo serviu, durante a Idade Média, como barreira geográfica natural, o que favoreceu o isolamento das diferentes regiões europeias.

15. Famerp-SP 2018 (Adapt.) Leia o texto para responder à questão.

O Ocidente havia conhecido somente três modos de acesso ao poder: o nascimento, o mais importante, a riqueza, muito secundário até o século XIII salvo na Roma Antiga, o sorteio, de alcance limitado entre os cidadãos das cidades gregas da Antiguidade.

(Jacques Le Goff. *Os intelectuais na Idade Média*, 1985. Adaptado.)

O excerto sustenta que o acesso ao poder por meio da riqueza era secundário na Europa Ocidental até o século XIII, quando

- a) as monarquias nacionais sobrepuseram-se aos direitos da nobreza senhorial sobre os seus feudos.
- b) o esfacelamento do poder imperial romano transferiu as funções de defesa militar para os burgueses das cidades.
- c) os reis absolutistas constituíram seus exércitos com recursos de impostos arrecadados de banqueiros e comerciantes.
- d) as atividades comerciais e artesanais produziram novos grupos sociais no interior das cidades medievais.
- e) a fragmentação econômica do continente europeu foi substituída por um só padrão monetário.

16. Unesp 2017 Em Aire-sur-la-Lys, em 15 de agosto de 1335, Jean de Picquigny, governador do condado de Artois, permite ao “maior, aos **almotacés**¹ e à comunidade da cidade construir uma torre com um sino especial, por causa do mister da tecelagem e de outros misteres em que vários operários deslocam-se habitualmente em certas horas do dia”.

Jacques Le Goff. *Por uma outra Idade Média*, 2013. Adaptado.

¹ **almotacé**: inspetor municipal.

O texto revela

- a) a persistência da concepção antiga de emprego do tempo, associada aos ciclos da natureza.
- b) a persistência da concepção artesanal de emprego do tempo, associada à busca de maior qualidade.
- c) o surgimento de uma nova concepção de emprego do tempo, associada ao exercício do trabalho.
- d) o surgimento de uma nova concepção de emprego do tempo, associada à valorização do ócio.
- e) a persistência da concepção eclesíástica de emprego do tempo, associada à ditadura do relógio.

17. FGV-SP 2018 Este documento, do século XIV, encontra-se nos arquivos de Assize, na ilha de Ely, na Inglaterra: Adam Clymne foi preso como insurgente e traidor de seu juramento e porque traiçoeiramente com outros celebrou uma insurreição em Ely. Penetrando na casa de Thomas Somenour onde se apossou de diversos documentos e papéis selados. E ainda, que o mesmo Adam no momento da insurreição, estava andando armado e oferecendo armas, levando um estandarte, para reunir insurgentes, ordenando que nenhum homem de qualquer condição, livre ou não, deveria obedecer ao senhor e prestar os serviços habituais, sob pena de degola.

O acima mencionado Adam é culpado de todas as acusações. Pela ordem da justiça, o mesmo Adam foi levado e enforcado.

(Leo Huberman. *História da riqueza do homem*, 2008. Adaptado)

Considerando o documento, é correto afirmar que, no século XIV,

- a) as violentas revoltas e mortes de camponeses foram provocadas pelo desespero em não conseguir pagar, em dinheiro, aos senhores feudais, as novas taxas e o aumento das já existentes, além da exigência de mais tempo de trabalho nas reservas senhoriais.
- b) as revoltas camponesas aconteceram, tanto na Inglaterra como na França, contra os cercamentos, que empobreceram os trabalhadores e os obrigaram a deixar a terra pelo não pagamento do aumento dos aluguéis, o que enriqueceu ainda mais os senhores da terra.
- c) a impossibilidade de juntar dinheiro para a compra da terra onde trabalhavam fez com que muitos camponeses se revoltassem, porque se colocaram contra os senhores que aumentaram os impostos e exigiram o pagamento de novos; algo considerado ilegal.
- d) o recrudescimento da servidão decorria de uma nova estrutura econômica presente na Inglaterra, onde as pequenas propriedades rurais e os campos comunais perdiam espaço para os latifúndios produtores de matéria-prima para a nascente indústria.
- e) as insurreições camponesas ocorridas na Inglaterra e parte do Norte da Europa decorreram do rápido processo de dissolução dos laços servis de produção, dirigido por uma nova elite de proprietários rurais, que detinha forte representação no Parlamento inglês.

18. Enem 2018 A existência em Jerusalém de um hospital voltado para o alojamento e o cuidado dos peregrinos, assim como daqueles entre eles que estavam cansados ou doentes, fortaleceu o elo entre a obra de assistência e de caridade e a Terra Santa. Ao fazer, em 1113, do Hospital de Jerusalém um estabelecimento central da ordem, Pascoal II estimulava a filiação dos hospitalários do Ocidente a ele, sobretudo daqueles que estavam ligados à peregrinação na Terra Santa ou em outro lugar. A militarização do Hospital de Jerusalém não diminuiu a vocação caritativa primitiva, mas a fortaleceu.

DEMURGER, A. *Os Cavaleiros de Cristo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 (adaptado).

O acontecimento descrito vincula-se ao fenômeno ocidental do(a)

- surgimento do monasticismo guerreiro, ocasionado pelas cruzadas.
- descentralização do poder eclesiástico, produzida pelo feudalismo.
- alastramento da peste bubônica, provocado pela expansão comercial.
- afirmação da fraternidade mendicante, estimulada pela reforma espiritual.
- criação das faculdades de medicina, promovida pelo renascimento urbano.

19. UFU-MG 2018 Observe a imagem.



Pintura medieval de 1411. <<http://brasilescola.uol.com.br/oque-e/historia/o-que-foi-a-peste-negra.htm>>

Essa pintura retrata um dos fatores que contribuíram para a derrocada do sistema feudal na Europa Medieval. Sobre o contexto abordado, é correto afirmar que a rápida disseminação da peste negra decorreu em grande parte em função

- da circulação de mercadorias na Europa totalmente urbanizada.
- do reforço do sistema servil, que debilitou ainda mais os camponeses.
- da crença na ira divina, que dificultava a cura pela medicina.
- do baixo nível nutricional e das precárias condições sanitárias dos indivíduos.

20. Unicamp-SP 2022



Giacomo Borlone de Buschis, *O triunfo da morte a reunião dos três vivos e dos três mortos*. Parte superior de afresco na cidade de Clusone (Itália), século XV.

Na Europa medieval cristã, prevalecia a ideia de que a morte era a transição para uma vida espiritual plena. Os ritos fúnebres buscavam assegurar uma passagem organizada para esse outro plano e evita-se mostrar o processo de decomposição dos corpos. A chegada da peste negra rompeu com essa concepção. De acordo com a historiadora Juliana Schmitt, a doença deixava marcas no corpo, as pessoas morriam de repente, algumas em locais públicos. A ideia apaziguadora da morte, na concepção cristã, foi substituída pela ideia de morte caótica, causada pela peste. As imagens cotidianas relacionadas ao surto da doença passaram a ser rerepresentadas no campo das imagens e na literatura, no que hoje se conhece como “estética macabra”. O que caracteriza as obras macabras é a ênfase dada aos processos de decomposição do corpo. A estética é anterior ao período medieval, mas foi impulsionada pela peste negra.

(Adaptado de Christina Queiroz, *Pandemia como alegoria*. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 294. ago. 2020.)

Com base na imagem e no excerto, assinale a alternativa correta:

- A peste negra, enfrentada pela Europa do século XIV, afetou as representações da morte nas artes visuais, propondo reflexões sobre o potencial das ciências modernas para a resolução da peste à época.
- A estética do macabro, criada na Idade Média, é acionada pelas artes visuais como elemento valorizador da vida, gerando a negação dos contextos sanitários marcados pela peste e pela morte.
- A estética do macabro declinou no período medieval, ficando restrita a um ambiente religioso, católico e temente ao juízo final, como apresenta a obra através das figuras dos reis e das autoridades religiosas.
- A peste negra tornou-se uma referência presente na estética do macabro, que faz alusão a caveiras e cadáveres entre os vivos, compondo um ambiente festivo e aterrador.

- 21. FICSAE-SP 2017** [Na Europa, criaram-se] condições favoráveis para o estudo da Medicina [...]. Um fator decisivo [...] foi a retomada da herança antiga. [...] Em boa parte, o Ocidente tomou contato com a herança científica clássica graças às culturas bizantina e muçulmana. A partir do século XII foram feitas inúmeras traduções do grego e do árabe para o latim, um pouco em Veneza (por seus contatos com Bizâncio), um pouco na Sicília (anteriormente ocupada por bizantinos e islamitas) e sobretudo na Espanha.

FRANCO JR. Hilário. *A Idade Média, Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001, pp. 158.

[...] Ocupei-me então em dominar os vários textos e comentários sobre as ciências naturais e as metafísicas até se abrirem para mim todas as portas do saber. Em seguida desejei estudar medicina e empreendi a leitura de todos os livros que tinham sido escritos sobre esse assunto. A medicina não é uma ciência difícil e naturalmente em muito pouco tempo me distingui nela, de maneira em que físicos qualificados começaram a ler medicina comigo. [...]

AVICENA, apud. ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Livraria Costa Sá da Costa Editora, 1972, pp. 119-120.

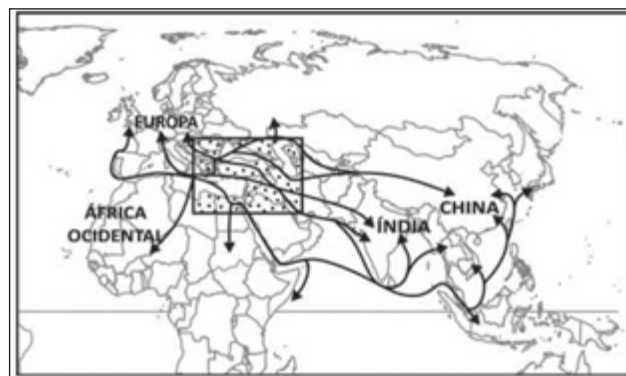
A partir dos textos, é possível afirmar que o estudo da medicina durante a Idade Média Central (séc. XI-XIII)

- desenvolvia-se na Europa com base em pesquisas empíricas que visavam confirmar as verdades teológicas reveladas pelos textos cristãos sagrados, e seguia para Bizâncio pelas rotas comerciais.
- baseava-se na tradução para o latim de obras antigas chegadas ao Ocidente por intermédio de bizantinos e muçulmanos, e estudos recentes das mesmas feitos por muçulmanos, como Avicena.
- realizava-se sob a orientação de mestres bizantinos, que vinham do Oriente ensinar as teorias clássicas apreendidas das obras de filósofos e cientistas gregos como Aristóteles e Hipócrates.
- destinava-se a proporcionar aos europeus os conhecimentos necessários para enfrentar as frequentes epidemias nas cidades e nos campos, que já tinham sido eliminadas no Oriente.

- 22. Uece 2017** Durante o período medieval, a Igreja Católica, herdeira das tradições romanas, sobressaiu-se como a mais poderosa instituição e grande baluarte da cultura europeia. À medida que avançava e convertia novos povos ao cristianismo, ampliava mais ainda seu poderio espiritual e material, e fundia a cultura romana com a dos povos convertidos. No que se refere ao papel da Igreja Católica na cultura europeia medieval, é correto afirmar que

- a literatura medieval era dominada pelo tema religioso imposto pela Igreja Católica; nesse período não se escreveu sobre nada que não estivesse no Livro Sagrado.
- a educação formal espalhou-se pela Europa através da Igreja Católica, à qual estavam ligadas as escolas e as universidades medievais.
- a filosofia escolástica nascida nas universidades católicas opunha-se à fusão da fé cristã com o pensamento racional humanista.
- apesar de controlar a literatura, as artes plásticas ficaram livres de qualquer tipo de cerceamento religioso por parte da Igreja Católica.

23. Fuvest-SP 2017



Alexander Anievas e Kerem Nisancioglu, *How the West Came to Rule. The Geopolitical Origins of Capitalism*. Londres: PlutoPress, 2015. Adaptado.

Encontram-se assinaladas no mapa, sobre as fronteiras dos países atuais, as rotas eurásianas de comércio a longa distância que, no início da Idade Moderna, cruzavam o Império Otomano, demarcado pelo quadro. A respeito dessas rotas, das regiões que elas atravessavam e das relações de poder que elas envolviam, é correto afirmar que

- a China, com baixo grau de desenvolvimento político e econômico, era exportadora de produtos primários para a Europa.
- a Índia era uma economia fracamente vinculada ao comércio a longa distância, em vista da pouca demanda por seus produtos.
- a Europa, a despeito do poder otomano, exercia domínio incontestável sobre o conjunto das atividades comerciais eurásianas.
- a África Ocidental se encontrava em posição subordinada ao poderio otomano, funcionando como sua principal fonte de escravos.
- o Império Otomano, ao intermediar as trocas a longa distância, forçou os europeus a buscar rotas alternativas de acesso ao Oriente.

- 24. Uece 2018** A historiografia recente não aceita mais uma ideia negativa sobre a Idade Média, porque considera essa ideia um juízo de valor do humanismo renascentista que pretendia ligar-se diretamente ao pensamento clássico da antiguidade greco-romana. Atente ao que se diz a seguir em relação à Idade Média, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- Nesse período foram extintas algumas línguas e literaturas.
- Ocorreu aumento demográfico causado por maior produtividade.
- Houve dinamismo social impulsionado pelos comerciantes e artesãos.
- Foram criadas as primeiras universidades.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- F, V, V, V.
- V, F, V, F.
- V, V, F, F.
- F, F, F, V.

25. UPF-RS 2021 No final da Idade Média surgiu um provérbio: “O ar da cidade torna o homem livre”. (PAIS, Marco Antonio de O. *O despertar da Europa*. São Paulo: Atual, 1992, p. 38).

Este provérbio indica que está acontecendo uma mudança no cenário europeu, marcado pelo declínio do feudalismo e o ressurgimento das cidades, refletindo a nova visão do homem daquele tempo diante do mundo. Considerando as transformações decorrentes da transição do feudalismo para o capitalismo e o provérbio acima, é correto afirmar:

- a) as Cruzadas (1096-1270) propiciaram um intercâmbio religioso entre o Oriente e o Ocidente, resultando numa maior tolerância religiosa nas cidades medievais, que passaram a seguir o modelo da cidade de Jerusalém.
- b) a vida no mundo rural era marcada por uma estrutura social estratificada, enquanto nos novos centros urbanos as práticas comerciais e artesanais criaram condições para a ascensão social do homem urbano.
- c) a condição servil caracterizava aqueles que trabalhavam nas terras do senhor e a ele entregavam parte da colheita, enquanto nas cidades, já no século XII, as relações de trabalho eram totalmente assalariadas.
- d) as cidades medievais, contando com seu próprio conjunto de leis e jurisprudência, livres da influência dos senhores feudais, proporcionaram liberdade a todos aqueles que se sentiam oprimidos pelo modelo social feudal.
- e) o Renascimento Comercial no final da Idade Média propiciou que as cidades medievais ficassem livres do pagamento das taxas e tributos feudais, deixando os habitantes das cidades livres de tais encargos monetários.

26. Unesp 2021

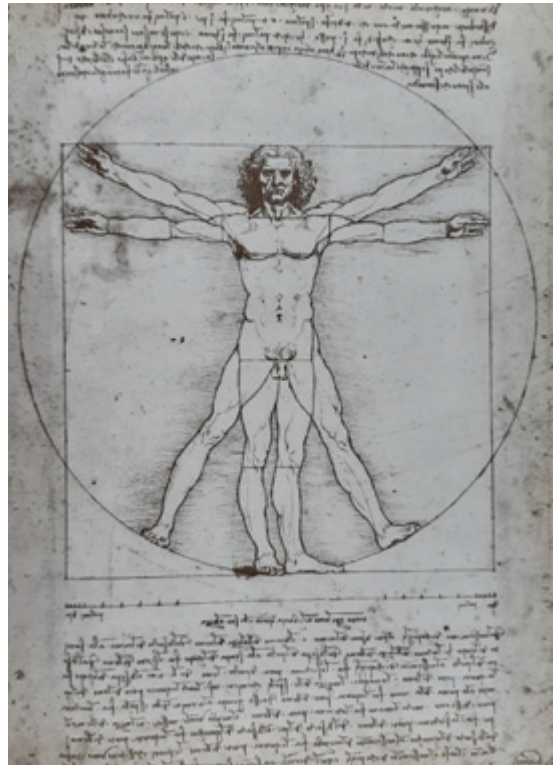


(<https://pt.wikipedia.org>)

A *Pietà*, escultura de Michelangelo Buonarroti, foi produzida nos últimos anos do século XV e revela uma característica importante da arte renascentista:

- a) o delineamento preciso das formas do corpo humano, realizado a partir dos estudos de anatomia pelo artista.
- b) o teocentrismo, explicitado na inexpressividade e no estatismo da representação das figuras humanas.
- c) a desproporcionalidade entre os tamanhos dos corpos, para evidenciar a grandiosidade da figura de Cristo.
- d) a influência da arte religiosa medieval, manifesta na tridimensionalidade e na carência de perspectiva da peça.
- e) o prevaletimento de temática bíblica, com recriação precisa e fiel de um trecho do Evangelho segundo Lucas.

27. Fuvest-SP 2022



Leonardo da Vinci: *Leben und Werk*. Stuttgart, Zürich: Belser Verlag, 1989, p. 171.

O “Homem Vitruviano” foi desenhado por Leonardo da Vinci (1452-1519) com base em um tratado sobre Arquitetura escrito e ilustrado por Marcus Vitruvius no século I a.C., na Roma Antiga. A obra ganhou versões impressas e traduções nos séculos XV e XVI.

O desenho de Da Vinci expressa propostas do movimento Renascentista ao

- a) buscar perpetuar obras da Antiguidade Clássica por meio da cópia e da salvaguarda.
- b) censurar os estudos da anatomia humana herdados da Antiguidade Clássica.
- c) retomar a percepção da simetria e das proporções humanas como ideal do Belo.
- d) apoiar-se no legado da Antiguidade greco-romana para reafirmar o teocentrismo.
- e) separar a arte do pensamento humanista e do conhecimento matemático.

- 28. Unicamp-SP 2015** A primeira lei de Kepler demonstrou que os planetas se movem em órbitas elípticas e não circulares. A segunda lei mostrou que os planetas não se movem a uma velocidade constante.

PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 289. (Adaptado)

É correto afirmar que as leis de Kepler

- a) confirmaram as teorias definidas por Copérnico e são exemplos do modelo científico que passou a vigorar a partir da Alta Idade Média.
 - b) confirmaram as teorias defendidas por Ptolomeu e permitiram a produção das cartas náuticas usadas no período do descobrimento da América.
 - c) são a base do modelo planetário geocêntrico e se tornaram as premissas científicas que vigoram até hoje.
 - d) forneceram subsídios para demonstrar o modelo planetário heliocêntrico e criticar as posições defendidas pela Igreja naquela época.
- 29. UFPR 2020** Em 1632, o matemático, astrônomo e filósofo italiano Galileu Galilei (1564-1642) publicou o *Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo*, no qual três personagens, de nomes Sagredo, Salviati e Simplicio, debatem sobre a cosmologia copernicana e a cosmologia aristotélica. Ainda no mesmo ano, Galileu foi intimado a comparecer à Congregação do Santo Ofício em Roma, acusado de defender as ideias de Copérnico, consideradas heréticas pela Igreja.
- Considerando o contexto histórico do processo e da condenação de Galileu Galilei pela Inquisição de Roma, assinale a alternativa correta.
- a) A Inquisição proibiu os livros de Nicolau Copérnico, relacionando-os ao *Index Librorum Prohibitorum*, por divulgarem a heresia protestante.
 - b) Os inquisidores descobriram, nos diálogos entre as personagens do livro de Galileu Galilei, passagens em defesa da magia como uma forma legítima de conhecimento do mundo natural, motivo para proibição do livro.
 - c) O processo contra Galileu foi além de uma admoestação, ordenando que abjurasse da teoria heliocentrista defendida por Copérnico e não a divulgasse e nem a ensinasse.
 - d) Após o Concílio de Trento, os doutores da Igreja procuraram estabelecer uma atitude de conciliação e diálogo com os filósofos naturalistas e matemáticos, com a finalidade de controlar o conhecimento da Natureza.
 - e) O livro de Galileu Galilei foi motivo de escândalo e condenação, por submeter a teologia à filosofia natural, questionando os dogmas religiosos e a verdade revelada pelas Escrituras.
- 30. Fuvest-SP 2018** Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução.

T. S. Kuhn. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

Analise as quatro afirmações seguintes, acerca das revoluções políticas e científicas da Época Moderna.

- I. A concepção heliocêntrica de Nicolau Copérnico, sustentada na obra *Das revoluções das esferas celestes*, de 1543, reforçava a doutrina católica contra os postulados protestantes.
- II. A Lei da Gravitação Universal, proposta por Isaac Newton no século XVII, reforçava as radicais perspectivas ateístas que haviam pautado as ações dos grupos revolucionários na Inglaterra à época da Revolução Puritana.
- III. Às experiências com eletricidade realizadas por Benjamin Franklin no século XVIII, somou-se sua atuação no processo de emancipação política dos Estados Unidos da América.
- IV. Os estudos sobre o oxigênio e sobre a conservação da matéria, feitos por Antoine Lavoisier ao final do século XVIII, estavam em consonância com a racionalização do conhecimento, característica da Ilustração.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) III e IV.

Texto complementar

Guia Medieval

O que é o Guia Medieval?

Um indexador de materiais didáticos e bibliográficos sobre o período medieval, produzido por especialistas da América Latina. A ideia era agrupar conteúdos *on-line* sobre a história medieval, como artigos, livros, conferências e videoaulas. “Constatamos a necessidade de melhor divulgar a produção científica sobre o período medieval realizada por pesquisadores latino-americanos”, conta Marcelo Cândido, coordenador do Laboratório de Estudos Medievais (Leme) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

Quem produziu?

Pesquisadores do Laboratório de Estudos Medievais (Leme) da USP. [...] O financiamento é do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP. A atual equipe do Guia Medieval é formada por 20 pessoas da comunidade USP, entre professores, pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos e alunos de graduação. Há ainda a participação de uma *designer* e de um programador.

Como usá-lo?

Quem acessa o *site* encontra as informações divididas em diferentes categorias, como cronologia, regiões geográficas e temas de pesquisa. Entre as formas de navegação, há a busca por assuntos de interesse, viagem por séculos ou espaços geográficos. O guia pode ser usado por pesquisadores e demais interessados em história medieval. Além dos materiais escritos, há conteúdo audiovisual na plataforma, como *podcasts* e videoaulas.

O que você encontra no Guia?

Atualmente são 600 documentos entre artigos, livros, *podcasts*, teses e videoaulas. São informações do século 5 ao 16, mas também há materiais sobre o pós-Idade Média, como o “Neomedievalismo”. O termo é usado para se referir à interpretação que jogos e séries, como *Game Of Thrones*, fazem sobre o período medieval. “É a reflexão sobre que tipo de Idade Média se produz nesse tipo de apropriação”, explicou Thiago Ribeiro, pesquisador que lidera o projeto do guia

[...]

SANTANA, Crisley. O que você quer saber sobre a Idade Média? Guia da USP ajuda a encontrar. *Jornal da USP*, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/o-que-voce-quer-saber-sobre-a-idade-media-guia-da-usp-ajuda-a-encontrar/>. Acesso em: 1º ago. 2022.

Resumindo

- A relação horizontal de suserania e vassalagem, herdeira, por um lado, do clientelismo romano e, por outro, do *comitatus* bárbaro, constituiu-se em um pacto entre um nobre (o suserano) e outro (o vassalo). Geralmente, o suserano concedia um feudo ao mais jovem em troca de lealdade e proteção.
- A servidão, herdeira, por um lado, do colonato romano e, por outro, da degradação de camponeses germânicos, consistiu no fato de o servo, ligado à terra, dever uma série de impostos e obrigações ao senhor feudal. Trata-se de uma relação de tipo vertical, por envolver ordens distintas.
- Os senhorios, herdeiros, por um lado, dos latifúndios romanos e, por outro, da distribuição de terras dos bárbaros, podem ser chamados também de “feudos”, embora o feudo nem sempre seja um senhorio. O senhorio, unidade básica do modo de produção feudal, é constituído pelas terras em que se localizam os servos (manso servil), as terras comunais (manso comunal) e as terras senhoriais (manso senhorial).
- A Igreja cristã, se foi, por um lado, o principal aqueduto sobre o qual passavam as reservas do mundo clássico, foi, por outro, uma instituição que adotou costumes e valores dos povos germânicos. Desse modo, ao longo da Idade Média, processa-se a cristianização da Europa, o que não se deu de forma homogênea ou incontestada.
- A partir do século IX, os monarcas, por um lado, são considerados sagrados como os últimos imperadores romanos (herança clássica), mas, por outro, possuem funções práticas reduzidas e se submetem aos aristocratas, como acontecia com os líderes bárbaros (herança germânica). Por isso, em relação ao que ocorre posteriormente, dizemos que o mundo feudal possui a soberania “parcelada”, dado que há uma poderosa fragmentação no que diz respeito aos costumes, às línguas, às moedas, aos impostos e a outros elementos da vida social.
- Perde-se a ideia de um exército unificado, do mundo antigo, o qual é substituído pelos fragmentados exércitos feudais. Se, por um lado, os costumes guerreiros bárbaros permanecem, por outro, surge a figura do “cavaleiro de Cristo”, muito forte em lendas medievais como o Santo Graal, típica mistura cristã-romana-germânica.
- Na Baixa Idade Média, teve início um processo de transformação das Artes e das Letras, ancorado no exemplo clássico, geralmente chamado de Renascimento Cultural. O Renascimento teve como protagonistas, em primeiro lugar, os humanistas, isto é, aqueles que trabalhavam nas universidades valorizando o estudo das humanidades para além do *trivium* e do *quadrivium* medievais, e, em segundo lugar, o trabalho de pintores, escultores e arquitetos, geralmente feito nos ateliês, de acordo com a noção da corporação de ofício medieval e sob patrocínio dos grandes mecenas.

Quer saber mais?



Livros

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

Obra do medievalista francês Jérôme Basche que apresenta uma visão diferente da tradicional sobre a Idade Média.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Obra-prima do historiador suíço Jacob Burckhardt, voltada a diversos públicos.

BURKE, Peter. *O Renascimento*. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

Análise do historiador inglês Peter Burke que rompe com o que normalmente conhecemos sobre o Renascimento Cultural.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. São Paulo: Vozes, 2018.

Obra indispensável para conhecer a Idade Média.

SOUZA, Laura de Mello e. *A feitiçaria na Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1987.

O livro traz uma análise geral da feitiçaria na Europa da Idade Moderna.



Podcasts

Estudos medievais – Mundus 02 – Feudalismo

O podcast do Laboratório de Estudos Medievais da USP (LEME) recebeu o historiador Diego Spínola para discutir o surgimento do conceito de feudalismo e sua utilidade no estudo do passado medieval.

Medievalíssimo – #007

Podcast exclusivamente dedicado aos estudos medievais, coordenado pelo historiador Bruno Rosa. No episódio 007, a professora Cláudia Bovo, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), fala da importância de se estudar a Idade Média.

Exercícios complementares

1. Mackenzie-SP 2019 Leia o documento abaixo:

É permitido a qualquer, sem punição, auxiliar o seu senhor, se alguém o ataca, e obedecer-lhe em todos os casos legítimos, exceto no roubo, no assassinato e naquelas coisas que não são consentidas a ninguém, sendo reconhecidas como infames pelas leis. O senhor deve proceder da mesma maneira com o conselho e a ajuda; e deve ir em auxílio do seu homem em todas as vicissitudes, sem malícia. É permitido a todo o senhor convocar o seu homem que deve estar à sua direita no tribunal; e mesmo que seja residente no mais distante *mansus* de quem o protege, deverá ir ao pleito se o seu senhor o convocar.

Pedrero-Sanchez, M. Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhos*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 95.

O trecho acima foi extraído de um documento inglês do século XI e diz respeito a uma típica relação feudal. A relação em evidência é a

- Vassalagem: relação recíproca entre senhores em que fica acordado a proteção por parte do Suserano e o trabalho nos campos por parte do Vassalo.
- Servidão: relação vertical entre senhores e camponeses que, uma vez presos à terra, não podem abandonar suas obrigações nos feudos.
- Vassalagem: relação horizontal entre senhores a qual cria uma teia de alianças políticas e uma maior descentralização do poder.
- Servidão: relação entre senhores e servos a qual estabelece um acordo de proteção e ajuda econômica em troca de terras para o plantio.
- Vassalagem e Servidão: relações equivalentes entre nobres e servos em que os vassalvos asseguram o trabalho nas terras senhoriais.

2. UFPR 2019 Leia o trecho abaixo, retirado de uma carta escrita entre 830 e 840 pelo aristocrata franco Eginardo, em favor de camponeses:

Ao nosso mui querido amigo, o glorioso conde Hatton, Eginardo, saudação eterna do Senhor. Um dos vossos servos, de nome Huno, veio à igreja dos santos mártires Marcelino e Pedro **pedir mercê** pela falta que cometeu contraindo casamento sem o vosso consentimento [...]. Vimos, pois, solicitar a vossa bondade para que em nosso favor useis de indulgência em relação a este homem, se julgais que a sua falta pode ser perdoada. Desejo-vos boa saúde com a graça do Senhor.

Cartas de Eginardo. Tradução de Ricardo da Costa. Extratos de documentos medievais sobre o campesinato (sécs. V-XV). Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/extratos-de-documentos-medievais-sobre-o-campesinato-secs-v-xv#footnoteref19_nuc8key>. Acesso em 11 de agosto de 2018.

Pedir mercê: pedir intercessão.

No extrato acima, encontramos elementos da vida social e econômica do período medieval europeu (Alta Idade Média). Esse documento insere-se em qual sistema social, político e econômico predominante nesse contexto?

- Feudalismo, caracterizado pela ruralização da economia, pela relação senhorial entre nobres e servos e pela atuação social e política da Igreja Católica.
- Mercantilismo, caracterizado pela urbanização da economia, pela relação senhorial entre nobres e camponeses e pela atuação social e política da Igreja Protestante.
- Socialismo, caracterizado pela ruralização da economia, pela relação remunerada entre nobres e servos e pela atuação cultural e política da Igreja Cristã.
- Mercantilismo, caracterizado pela urbanização da economia, pela relação campesina entre nobres e vassalvos e pela atuação social e política da Igreja Ortodoxa.
- Feudalismo, caracterizado pela urbanização da economia, pela relação agrária entre o clero e os servos e pela atuação social e cultural da Igreja Cristã.

3. Unesp 2018

Empunhando Durendal, a cortante,
O rei tirou-a da bainha, enxugou-lhe a lâmina
Depois cingiu-a em seu sobrinho Rolando
E então o papa a benzeu.
O rei disse-lhe docemente, rindo:
“Cinjo-te com ela, desejando
Que Deus te dê coragem e ousadia,
Força, vigor e grande bravura
E grande vitória sobre os infiéis.”
E Rolando diz, o coração em júbilo:
“Deus mo conceda, pelo seu digno comando.”

La Chanson d'Aspremont, século XII. Apud Georges Duby. A Europa na Idade Média, 1988.

- Qual é a cerimônia medieval descrita no texto? Identifique dois versos do texto que contenham elementos religiosos.
- Qual é a relação entre o rei e Rolando, personagens do poema? O que essa relação representa no contexto do feudalismo?

4. UEM-PR 2018 Sobre a sociedade feudal europeia, assinale o que for correto.

- No feudalismo havia dois segmentos sociais importantes, e a posse de terra era um critério que os diferenciava. De um lado, os senhores feudais, que detinham a posse das terras e o controle do trabalho servil; de outro, os servos, vinculados à terra e sem possibilidades de ascender socialmente.
- As relações entre suseranos e vassalos eram caracterizadas pela reciprocidade, de modo que a concessão de um feudo (*beneficium*) pelo suserano gerava, como contrapartida, a fidelidade do vassalo.
- As relações entre senhores e servos eram baseadas na ajuda mútua (recompensa aos agricultores de acordo com a produtividade), costume que foi introduzido na Europa a partir do século VI pelos muçulmanos.
- Concomitantemente à gênese do feudalismo, ocorreu na Europa a ascensão do cristianismo e sua institucionalização, consolidando-se o poder particularista dos senhores feudais e o poder universal da Igreja.
- O feudalismo tinha por base uma economia agrária, que se voltava para a autossuficiência e que usava moedas de forma muito restrita.

Soma:

5. Enem 2021 Nem guerras nem revoltas. Os incêndios eram o mais frequente tormento da vida urbana *do Regnum Italicum*. Entre 880 e 1080, as cidades estiveram constantemente entregues ao apetite das chamas. A certa altura, a documentação parece vencer pela insistência do vocabulário, levando até o leitor mais crítico a cogitar que os medievais tinham razão ao trata aqueles acontecimentos como castigos que antecediam o julgamento final. Como um quinto cavaleiro, o incêndio agia ao feitio da peste ou da fome: vagando mundo afora, retornava de tempos em tempos e expurgava os justos e pecadores em um tormento derradeiro, como insistiam os textos do século X. O impacto acarretado sobre as relações sociais era imediato e prolongava-se para além da destruição material. As medidas proclamadas pelas autoridades faziam mais do que reparar os danos e reconstruir a paisagem: elas convertiam a devastação em uma ocasião para alterar e expandir não só a topografia urbana, mas as práticas sociais até então vigentes.

RUST, L. D. Uma calamidade insaciável. Rev. Bras. Hist., n. 72, maio-ago. 2016 (adaptado).

De acordo com o texto, a catástrofe descrito impactava as sociedades medievais por proporcionar a

- correção dos métodos preventivos e das regras sanitárias.
- revelação do descaso público e das degradações.
- transformação do imaginário popular e das crenças religiosas.
- remodelação dos sistemas políticos e das administrações locais.
- reconfiguração dos espaços ocupados e das dinâmicas comunitárias.

6. UEL-PR 2018 Leia o texto a seguir.

A casa de Deus, que cremos ser uma, está, pois, dividida em três: uns oram, outros combatem e os outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não sofrem com a sua disjunção; os serviços prestados por uma são a condição da obra das outras duas; e cada uma, por sua vez, se encarrega de aliviar o todo. De modo que essa tripla associação nem por isso é menos unida, e é assim que a lei tem podido triunfar e que o mundo tem podido gozar de paz.

Adalbéron de Laon (c. 1020). Apud LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Lisboa: Estampa, 1984. p. 45-46.

Esse texto se refere à Europa cristã medieval como a “casa de Deus”.

A partir de tais informações, aponte o papel da Igreja Católica na criação e na manutenção do chamado Regime Feudal.

7. UPE 2018 Observe a imagem abaixo:



Chronica Maiora II, de Matthew Paris (séc. XIII). Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Matthew_Paris_Elephant_from_Parker_MS_16_fol_151v.jpg. Acesso em: 10 jul. 2017.

Essa imagem representa o famoso Elefante de Cremona, um presente que o Sultão Al-Kamil, do Egito, deu para o Sacro Imperador Romano-Germânico Frederico II em 1229. Esse fato indica que as relações internacionais nesse período se caracterizavam

- a) por conflitos e diplomacia.
 - b) pelo isolamento entre muçulmanos e cristãos.
 - c) unicamente pelas guerras.
 - d) exclusivamente por trocas comerciais.
 - e) pelo privativo da corte papal em Roma.
8. UEL-PR 2017 A respeito do período conhecido como Idade Média, durante muito tempo, historiadores e literatos referiam-se a esses séculos como “Idade das Trevas”. Segundo a historiadora Nucia S. de Oliveira, por mais que se tenha repensado essas ideias, elas ainda persistem na atualidade. Para a autora,

afinal, quantas vezes não ouvimos críticas àqueles que porventura têm um comportamento fora daqueles tidos como “civilizados” serem chamados de “bárbaros”? Quantas vezes não encontramos o adjetivo medieval ser usado para definir comportamentos violentos? Ou ainda, quem nunca ouviu alguém dizer “não vivemos mais na Idade Média” desejando exaltar a mudança de comportamentos para atitudes “inovadoras” ou “modernas”?

OLIVEIRA, N. S. O estudo da Idade Média em livros didáticos e suas implicações no Ensino de História. *Cadernos de Aplicação*. n. 1. v. 23. jan/jun. 2010, p. 101-125.

A respeito dessas afirmações que a autora cita, responda aos itens a seguir.

- a) Por que se construiu a ideia de Idade Média como a autora coloca?
 - b) Pode-se ou não contestar essa noção sobre a Idade Média? Justifique sua resposta.
9. Fuvest-SP 2016 No século XII, padres e guerreiros esperavam da dama que, depois de ter sido filha dócil, esposa clemente, mãe fecunda, ela fornecesse em sua velhice, pelo fervor de sua piedade e pelo rigor de suas renúncias, algum báfio de santidade à casa que a acolhera. Ela, por certo, era dominada. Entretanto, era dotada de um singular poder por esses homens que a temiam, que se tranquilizavam clamando bem alto sua superioridade nativa, que a julgavam, contudo, capaz de curar os corpos, de salvar as almas, e que se entregavam nas mãos das mulheres para que seus despojos carnis depois de seu último suspiro fossem convenientemente preparados e sua memória fielmente conservada pelos séculos dos séculos.

Georges Duby, *As Damas do século XII*. Adaptado.

A partir do texto,

- a) identifique dois papéis sociais exercidos pelas mulheres na Idade Média;
 - b) associe as relações entre homens e mulheres à estrutura social na Idade Média.
10. Unicamp-SP 2016 Reproduz-se, abaixo, trecho de um sermão do bispo Cesário de Arles (470-542), dirigido a uma paróquia rural.

Vede, irmãos, como quem recorre à Igreja em sua doença obtém a saúde do corpo e a remissão dos pecados. Se é possível, pois, encontrar este duplo benefício na Igreja, por que há infelizes que se empenham em causar mal a si mesmos, procurando os mais variados sortilégios: recorrendo a encantadores, a feitiçarias em fontes e árvores, amuletos, charlatães, videntes e adivinhos?

Fonte: http://www.institutosapientia.com.br/site/index.php?option=co_content&view=article&id=1397:sao-cesario-de-arles-sermao-13-parauma-paroquia-rural&catid=28:outros-artigos&Itemid=285.

A partir desse sermão, escrito no sul da atual França, é correto afirmar que:

- a) A Igreja Católica assumia funções espirituais e deixava à nobreza o cuidado da saúde dos camponeses, através de ordens religiosas e militares.
- b) O cristianismo tinha penetrado em todas as categorias sociais e era interpretado da mesma forma através da autoridade dos bispos.
- c) Práticas consideradas menos ortodoxas por Cesário de Arles ainda encontravam espaço em setores da sociedade e a elite da Igreja tentava se afirmar como o único acesso ao sagrado.
- d) O avanço do materialismo estava afastando da Igreja os camponeses, que, com isto, deixavam de pagar os dízimos eclesiásticos.

11. UEM-PR 2016 As Cruzadas foram expedições de caráter militar e religioso organizadas pela Igreja Católica. O termo “cruzada” é uma referência aos trajes usados pelos participantes, que traziam em suas vestimentas uma cruz vermelha bordada na altura do peito, simbolizando a relação do homem com Deus.

Sobre os objetivos das Cruzadas, assinale o que for correto.

- 01 Isentar os servos do pagamento da corveia (prestação de trabalho gratuito) aos senhores feudais.
- 02 Conquistar os territórios americanos recém-descobertos por Cristóvão Colombo para realizar a catequização das populações indígenas.
- 04 Expulsar os muçulmanos de Jerusalém, cidade considerada pelos cristãos como Terra Santa, já que foi nesta cidade que Jesus Cristo foi crucificado e sepultado.
- 08 Restituir a unidade cristã nas terras do Império Bizantino e ampliar o poder, naquela região, da Igreja Católica, já que estava enfraquecido pela fundação da Igreja Ortodoxa.
- 16 Perseguir os cátaros ou albigenses que viviam em território francês, mas mantinham autonomias política e religiosa.

Soma:

12. UEG-GO 2016 Leia o texto a seguir.

A Cruzada foi fonte de enormes infelicidades, desde a própria época: a tomada de Jerusalém, em 1099, o saque de Constantinopla em 1204 são páginas vergonhosas da história do Ocidente Cristão [...]. É claro que a Cruzada foi muito importante para a identidade da cristandade: um tal projeto une uma comunidade, dá-lhe uma unidade.

LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 101–102.

Quando, no século XI, o papa Urbano II convocou a Primeira Grande Cruzada ao Oriente, usou como justificativa para tamanha movimentação de tropas e recursos o projeto de

- a) reafirmar a universalidade da fé católica, ameaçada pelas conversões em massa dos cristãos do Oriente ao islamismo.
- b) reunificar os Impérios Romano do Oriente e do Ocidente, separados desde o Édito de Tessalônica de 395.
- c) retomar a posse de reinos cristãos ibéricos ocupados por muçulmanos, num projeto militar chamado de Reconquista.
- d) defender os cristãos do Oriente e a retomada dos “lugares santos” que estavam em posse dos muçulmanos.
- e) punir os cavaleiros cristãos que desobedeciam a Paz e a Trégua de Deus, enviando-os em missão suicida ao Oriente.

13. Unicamp-SP 2018 A ideia de que a demanda de especiarias resultava da necessidade de disfarçar o gosto da carne e do peixe putrefatos é um dos grandes mitos da história da alimentação. Na Europa medieval, os alimentos frescos eram mais frescos que os atuais, pois provinham da produção local. Os alimentos em conserva mantinham-se em salga, curtição, dessecção ou gordura, assim como hoje em dia são enlatados, refrigerados, liofilizados ou embalados a vácuo. De qualquer forma, os aspectos determinantes do papel desempenhado pelas especiarias na gastronomia eram o gosto e a cultura. A cozinha muito temperada com especiarias era objeto de desejo por ser cara e por “condimentar” a posição social dos ricos e as aspirações de quem ambicionava sê-lo. Além disso, a moda gastronômica predominante na baixa Idade Média europeia imitava as receitas árabes, que exigiam sabores doces e ingredientes fragrantes: leite de amêndoa, extratos de flores aromáticas e outras iguarias orientais.

Adaptado de Felipe Armesto-Fernández, 1492: o ano em que o mundo começou. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 27.

A partir do texto acima e de seus conhecimentos históricos:

- a) defina o que são as especiarias e explique seu significado social na Europa medieval.
- b) explique como era feito o comércio de especiarias na baixa Idade Média.

14. PUC-GO 2022 Antes da epidemia da COVID-19, outras doenças espalharam-se rapidamente e causaram a morte de milhares de pessoas. Na Idade Média ocidental, ficou famosa a Peste Negra que, combinada com a fome, dizimou cerca de um terço da população europeia.

Assinale a única alternativa que relaciona corretamente o surgimento dessa peste com o quadro maior da baixa Idade Média:

- a) O surgimento da Peste Negra reforçou o desenvolvimento científico, especialmente da medicina medieval, que pôde averiguar soluções salvíficas oferecidas pela Escolástica.
- b) O surgimento da Peste Negra indica o renascimento das rotas de comércio europeu e contribuiu para a decadência do regime feudal.
- c) A Peste Negra favoreceu o incremento das universidades na Europa, pois tanto suseranos quanto vassallos uniram-se para incentivar a elaboração de pesquisas e a criação de uma vacina eficaz.
- d) A Peste Negra levou os papas, bispos e reis a se unirem para obrigar as pessoas infectadas a lutarem nas Cruzadas, com a meta de, desse modo, transmitirem a doença aos muçulmanos que dominavam Jerusalém.

15. UFPR 2022 Leia o seguinte excerto:

[...] o acúmulo de agressões que atingiram as populações do Ocidente de 1348 ao começo do século XVIII criou, de alto a baixo do corpo social, um abalo psíquico profundo [...]. Constituiu-se um 'país do medo' no interior do qual uma civilização se sentiu 'pouco à vontade' e povoou de fantasmas mórbidos.

(DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800, Uma Cidade Sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 43.)

De acordo com os conhecimentos sobre a Europa no século XIV, são duas das principais "agressões" relacionadas ao excerto acima:

- a) a crise do sistema mercantilista e as revoltas burguesas.
- b) a querela das investidas e as controvérsias iconoclastas.
- c) a chamada caça às bruxas e as expedições cruzadas.
- d) a guerra das Duas Rosas e as invasões dos hunos.
- e) a epidemia de peste bubônica e as ondas de fome.

16. UFPR 2015 Sobre Joana D'Arc, o historiador Jules Michelet escreveu:

Pela primeira vez, sente-se, a França é amada como uma pessoa, e ela torna-se tal desde o dia em que a amam. Até ali era uma reunião de províncias, um vasto caos feudal, um país imenso, de ideia vaga. Mas desde esse dia, pela força do coração é uma pátria.

MICHELET, Jules. *Joana D' Arc*. São Paulo: Fulgor, 1964, p. 16.

Comente esse excerto, explicando as consequências da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) para a França e para o sistema feudal.

17. UFJF/Pism-MG 2021 Ao longo da história, as cidades foram palco de epidemias. Na Idade Média, as cidades europeias tornaram-se o berço da sociedade burguesa em ascensão e cenário de várias doenças e epidemias que atingiram as populações. Sobre o tema, analise as imagens abaixo e responda as questões.



O *Triunfo da Morte*, de Pieter Bruegel (1562), inspirado na peste negra do século XIV. <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/o-triunfo-da-morte-pieter-brugel-o-velho/>

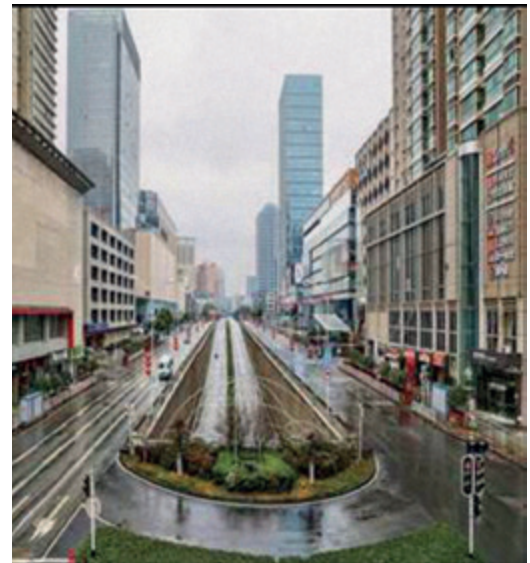


Foto de uma das principais vias da cidade de Wuhan, na China, onde foi identificado o primeiro caso da Covid-19 no mundo. <https://exame.com/mundo/a-cidade-de-wuhan-berco-da-pandemia-tenta-voltar-ao-normal/>

- a) Explique a relação entre a peste negra e o contexto do renascimento comercial da Idade Média.
- b) Identifique e compare UM efeito das epidemias nas cidades da Idade Média e nas cidades atuais.

18. UFRGS 2015 Considere as seguintes afirmações acerca das relações entre o Oriente e o Ocidente no mundo medieval.

- I. Uma das causas da queda do Império Romano do Ocidente foi a expansão do islamismo pelo território da Europa ocidental.
- II. A cultura árabe legou para as sociedades europeias estudos sobre autores como Platão e Aristóteles, estabelecendo um elo entre o mundo antigo pagão e o mundo moderno cristão.
- III. A Península Ibérica foi profundamente marcada pela presença muçulmana, que se estendeu entre os séculos VIII e XV, produzindo reflexos na cultura lusitana e hispânica.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

19. UFSC 2015 Sobre o período conhecido como Idade Média, é CORRETO afirmar que:

- 01 o romance de cavalaria foi um gênero literário que divulgou ideias de amor cortês.
- 02 a peste negra foi uma doença que teve graves consequências para a sociedade medieval, dizimando parte da população europeia.
- 04 as universidades criadas no período tiveram importante papel no desenvolvimento da cultura e do ensino no Ocidente.
- 08 a formação das corporações de ofício está relacionada à efervescência comercial da Europa no início da Idade Média.
- 16 várias dissidências da Igreja surgiram no período, como foi o caso dos cátaros. Devido ao acolhimento à diversidade defendido pela Igreja, as comunidades cátaras puderam ser mantidas.
- 32 o cristianismo difundido pela Igreja penetrou de tal maneira em todas as camadas da sociedade medieval que foi capaz de anular as crenças pagãs de origem antiga.
- 64 as ordens mendicantes foram criadas por uma parcela do clero medieval que defendia o conceito de usura e estimulava o acúmulo de bens e lucro.

Soma:

20. Unicamp-SP 2015 Guerreiros a pé e cavaleiros fizeram um caminho através dos cadáveres. Mas tudo isso ainda era pouca coisa. Fomos ao Templo de Salomão, onde os sarracenos tinham o costume de celebrar seus cultos. O que se passou nestes lugares? Se dissermos a verdade, ultrapassaremos o limite do que é possível crer. Será suficiente dizer que, no Templo e no pórtico de Salomão, cavalgava-se em sangue até os joelhos dos cavaleiros e até o arreio dos cavalos. Justo e admirável julgamento de Deus, que quis que este lugar recebesse o sangue daqueles que blasfemaram contra Ele durante tanto tempo.

Raymond d'Aguiller, *Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*. <http://www.fordham.edu/halsall/source/raymond-cde.asp#jerusalem2>. Acessado em 01/10/2014.

O texto acima se refere à Primeira Cruzada (1096-1099). Responda às questões abaixo.

- a) Identifique um motivo econômico e um motivo político para o movimento das Cruzadas.
- b) Que grupo social liderou esse movimento e como o cronista citado identifica o apoio de Deus ao empreendimento cruzadístico?

21. Mackenzie-SP 2015 Durante o século XV, a Europa experimentou o início de uma expansão marítima, que é um marco no início da europeização do mundo. Entre os motivos que levaram os portugueses a buscarem a Expansão Marítima, podemos apontar

- a) a queda de Constantinopla para o império turco otomano, em 1453, levando os países católicos a buscarem um novo caminho que os conduzissem à Terra Santa.
- b) o crescimento da circulação monetária e a consequente estabilização dos preços, na época, permitindo o acúmulo de que passou a ser investido nas empreitadas marítimas.
- c) o fortalecimento do poder dos monarcas europeus, que passaram a governar em caráter absolutista e centralizaram todas as decisões do Estado em suas mãos.
- d) a consolidação do sistema de manufaturas controladas pelas grandes corporações de ofício, que passaram a financiar a Expansão Marítima em busca de novos mercados consumidores.
- e) a necessidade da expansão comercial, que aumentaria os poderes do rei, manteria os privilégios da nobreza e elevaria os lucros da burguesia, pois o controle comercial do Mediterrâneo pertencia aos italianos.

22. Unesp 2017 A Igreja foi responsável direta por mais uma transformação, formidável e silenciosa, nos últimos séculos do Império: a vulgarização da cultura clássica. Essa façanha fundamental da Igreja nascente indica seu verdadeiro lugar e função na passagem para o Feudalismo. A condição de existência da civilização da Antiguidade em meio aos séculos caóticos da Idade Média foi o caráter de resistência da Igreja. Ela foi a ponte entre duas épocas.

(Perry Anderson. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, 2016. Adaptado.)

O excerto permite afirmar corretamente que a Igreja cristã

- a) tornou-se uma instituição do Império Romano e sobreviveu à sua derrocada quando da invasão dos bárbaros germânicos.
- b) limitou suas atividades à esfera cultural e evitou participar das lutas políticas durante o Feudalismo.
- c) manteve-se fiel aos ensinamentos bíblicos e proibiu representações de imagens religiosas na Idade Média.
- d) reconheceu a importância da liberdade religiosa na Europa Ocidental e combateu a teocracia imperial.
- e) combateu o universo religioso do Feudalismo e propagou, em meio aos povos sem escrita, o paganismo greco-romano.

23. UFPR 2020 Considere o trecho abaixo:

Se numa conversa com homens medievais utilizássemos a expressão “Idade Média”, eles não teriam ideia do que estaríamos falando. Como todos os homens de todos os períodos históricos, eles viam-se na época contemporânea. De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação *a posteriori*, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos de Idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito. Ou melhor, tal preconceito, pois o termo expressava um desprezo indisfarçado em relação aos séculos localizados entre a Antiguidade Clássica e o próprio século XVI. Este se via como o renascimento da civilização greco-latina, e, portanto, tudo que estivera entre aqueles picos de criatividade artístico-literária (de seu próprio ponto de vista, é claro) não passara de um hiato, de um intervalo. Logo, de um tempo intermediário, de uma idade média.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, Nascimento do Ocidente* (2. ed.). São Paulo: Editora Brasiliense, 2001, p. 9. Retirado de: Chrome extension://oemmdcblldboiebfnladdacbfmadadm/http://www.letras.ufrj.br/veralima/historia_arte/Hilario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf. Acesso em: 18/09/2019.

- a) Aponte três críticas realizadas pelo Renascimento ao modo de organização política, econômica e cultural do período que denominamos hoje como medieval.
- b) Indique três características econômicas presentes na Idade Média.

24. UFSC 2019 (Adapt.) A imagem a seguir, conhecida como o *Homem vitruviano* (1492), foi desenhada por Leonardo da Vinci (1452-1519) e é acompanhada por diversas notas sobre anatomia. A obra pertence aos estudos de da Vinci dedicados à representação do corpo humano, uma preocupação essencial dos artistas do Renascimento.

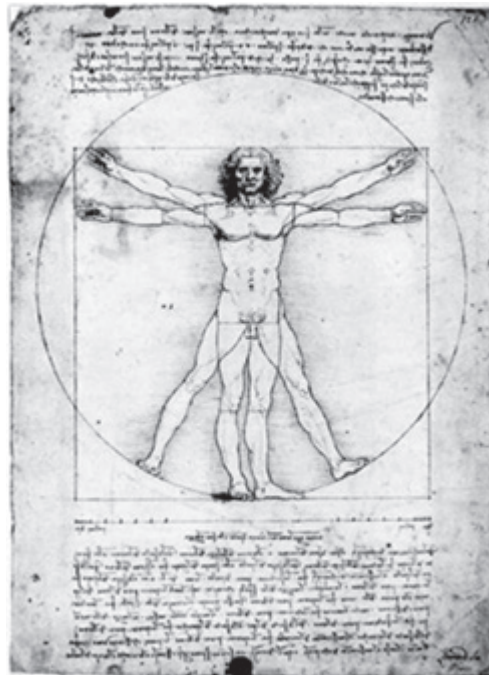


Imagem: *Homem Vitruviano*, de Leonardo da Vinci, c. 1492. Gallerie dell'Accademia, Veneza. Lápis e tinta sobre o papel, 35 cm x 26 cm.

As mudanças resultantes do movimento renascentista causaram impactos em diversas áreas da sociedade europeia e mundial. As artes, a literatura, as ciências e a medicina foram amplamente afetadas pelas mudanças conceituais proporcionadas pelos rumos do Renascimento. Muitos artistas e estudiosos do período, como Leonardo da Vinci, eram italianos e desenvolveram suas obras e pesquisas nas cidades italianas.

- a) Por que a Península Itálica é reconhecida como o “Berço do Renascimento”? Apresente duas razões e justifique-as.
- b) No centro dos ideais renascentistas estavam alguns conceitos considerados fundamentais, dois dos quais são citados abaixo. Defina-os:
 1. Antropocentrismo:
 2. Racionalismo:

- 25. Uece 2022** O fim do Feudalismo foi acelerado pela peste negra, que devastou a Europa durante o verão de 1348 e ceifou a vida de um terço de sua população. Atente para o que se afirma a seguir sobre o colapso do Feudalismo:
- I. A falta de mão de obra, ocasionada pela peste negra, provocou o aumento das reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.
 - II. A crise generalizada provocou levantes no campo e nas cidades, enquanto a nobreza se entregava a conflitos dinásticos como a Guerra dos Cem Anos.
 - III. Outra resposta para a crise da época foi o fortalecimento dos senhores feudais em aliança com seus poderosos vassalos.
 - IV. Para resolver a crise vigente, algumas nações investiram em uma política de expansão marítima.
- Está correto o que se afirma somente em
- a) I, III e IV. b) II, III e IV. c) I, II e III. d) I, II e IV.

26. Unesp 2017



(Andrea Mantegna. *Lamentação sobre o Cristo morto*, 1480. Pinacoteca de Brera, Milão.)

A pintura representa no martírio de Cristo os seguintes princípios culturais do Renascimento italiano:

- a) a imitação das formas artísticas medievais e a ênfase na natureza espiritual de Cristo.
- b) a preocupação intensa com a forma artística e a ausência de significado religioso do quadro.
- c) a disposição da figura de Cristo em perspectiva geométrica e o conteúdo realista da composição.
- d) a gama variada de cores luminosas e a concepção otimista de uma humanidade sem pecado.
- e) a idealização do corpo do Salvador e a noção de uma divindade desvinculada dos dramas humanos.

27. UFJF-MG 2015 Observe as seguintes figuras e leia o texto a seguir:



Figura 1: Os *quatro evangelistas*, iluminura de 820, Catedral de Aachen, Alemanha.

Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_carol%C3%ADngia>. Acesso em: 6 ago. 2014.



Figura 2: Rafael: *Madonna Cowper*, 1504/1505. National Gallery of Art, Washington.

Fonte: Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento>>. Acesso em: 6 ago. 2014.



Figura 3: Michelangelo: *David*, 1504. Galleria dell'Accademia.

Fonte: Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

No final da Idade Média, a Europa Ocidental passou por transformações sociais, políticas e econômicas relacionadas ao desenvolvimento do comércio e das cidades. E, no âmbito da cultura, as cidades italianas constituíam um ambiente propício para a consolidação de um movimento de transformação cultural, o chamado Renascimento.

- Disserte sobre uma transformação socioeconômica que possibilitou a afirmação da cultura renascentista na Península Itálica.
- Cite e analise um aspecto da cultura renascentista que entrava em conflito com os ensinamentos da Igreja.
- Analise um aspecto do Renascimento no âmbito das artes.

28. FGV-SP 2022 Como todas as autoimagens, a dos acadêmicos e dos artistas do Renascimento era tão reveladora quanto enganadora. Como outros filhos que se rebelam contra a geração dos pais, estes homens deviam mais do que julgavam à “Idade Média” que tão frequentemente denunciavam. Se sobrestimaram a sua distância do passado recente, subestimaram a sua distância do passado longínquo, a Antiguidade que tanto admiravam.

BURKE, P. *O Renascimento*. Lisboa: Ed. Texto & Grafia, 1997, p. 12.

De acordo com o texto, o Renascimento:

- foi um período de transição da Idade Média para a Idade Moderna.
- desenvolveu o humanismo em contraposição ao teocentrismo medieval.
- carregava características da cultura medieval em suas expressões.
- distanciava-se enormemente da cultura greco-romana.
- notabilizou-se pelo enfrentamento da religião cristã.

29. Fuvest-SP 2016 O grande mérito do sábio toscano estava exatamente na apresentação de suas conclusões na forma de “leis” matemáticas do mundo natural. Ele não apenas defendia que o mundo era governado por essas “leis”, como também apresentava as que havia “descoberto” em suas investigações.

Carlos Z. Camenietzki, *Galileu em sua órbita*. 01/02/2014. www.revistadehistoria.com.br.

Considerando que o texto se refere a Galileu Galilei (1564-1642),

- identifique uma das “leis” do mundo natural proposta por ele;
- indique dois dos principais motivos pelos quais ele foi julgado pelo Tribunal da Inquisição.

30. PUC-RS 2022 A obra “Escola de Atenas”, do pintor Rafael Sanzio (1509-1510), constitui uma importante representação artística alusiva à história do pensamento filosófico e humanista da cultura helênica antiga, em que estão retratados vários pensadores como Platão, Aristóteles, Pitágoras, Epicuro, dentre outros.



Considerando o contexto histórico, o texto e a imagem apresentados, o movimento cultural e artístico relacionado a este afresco de Rafael é o _____, caracterizado pela _____.

- Renascimento – valorização do legado clássico e do mecenato burguês.
- Renascimento – valorização exclusiva do teocentrismo e do naturalismo.
- Barroco – valorização do antropocentrismo e dos ideais epicuristas.
- Barroco – valorização exclusiva do racionalismo e do antropocentrismo grego.

EM13CHS102

1. UFRGS 2022 Leia o segmento abaixo a respeito da recente popularização do período medieval.

Graças ao cinema e à literatura [...], o período medieval tornou-se objeto de numerosas celebrações coletivas, cujas iniciativas são tanto públicas quanto privadas: filmes, espetáculos, romances, festas medievais, butiques e restaurantes, *sites*, jogos etc. No entanto, essa popularização não significou o triunfo de uma visão positiva sobre o período medieval. Não são raras as vezes em que ele é evocado para realçar aspectos negativos da atualidade: a tortura, a intolerância religiosa, a submissão da mulher e os crimes hediondos, entre outros. Ainda que nenhuma dessas práticas seja uma exclusividade daquele período, elas são identificadas como 'medievais'.

SILVA, M. C. *História medieval*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 138.

Com relação à construção e ao uso do conceito de "Idade Média", considere as seguintes afirmações.

- I. Os humanistas italianos definiram o período como um contexto intermediário, marcado pela ideia de "trevas", em contraposição aos valores artísticos e culturais da antiguidade greco-romana e ao seu "renascimento" a partir do século XIV.
- II. O Romantismo elaborou, na primeira metade do século XIX, uma valorização do período medieval, a partir da busca pelas origens culturais e pelos elementos definidores das identidades nacionais dos povos europeus.
- III. A noção de "Idade Média", além de conceito usado para demarcar um período histórico, é utilizada como um valor de contraponto àquilo que é considerado moderno, progressista e democrático nas sociedades contemporâneas.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

EM13CHS401

2. UPF-RS A organização feudal medieval pressupunha uma hierarquia orgânica e estável geralmente dividida entre os que rezavam, os que lutavam e os que trabalhavam. A economia era predominantemente rural. Sobre a ordem econômica feudal é incorreto afirmar que:

- a) Os servos recebiam alguns benefícios dos seus senhores, embora estivessem presos à terra pelas obrigações senhoriais.
- b) O trabalho economicamente produtivo era realizado pelas três categorias sociais da ordem senhorial e feudal.
- c) Os servos abriam mão da sua liberdade em troca de proteção oferecida pelos senhores feudais.
- d) O sistema senhorial contribuiu para a dependência e o servilismo de categorias sociais menos favorecidas em riqueza e poder.
- e) O discurso da Igreja Católica Apostólica Romana auxiliou na manutenção do sistema feudal por defender a ordem social como derivada da vontade de Deus.

EM13CHS101

3. Unesp Leia o texto.

Aquele que jura fidelidade ao seu senhor deve ter sempre presente estas seis palavras: incólume, seguro, honesto, útil, fácil e possível. Incólume, na medida em que não deve causar prejuízos corpóreos ao seu senhor; seguro, para que não traia os seus segredos ou armas pelas quais ele se possa manter em segurança; honesto, para que não enfraqueça os seus direitos de justiça ou outras matérias que pertençam a sua honra; útil, para que não cause prejuízo às suas possessões; fácil ou possível, visto que não deverá tornar impossível ao seu senhor o que facilmente poderia fazer [...]

(“Carta do bispo Fulbert de Chartres ao duque da Aquitânia, Guilherme V, datada de 1020”.)

- a) A que instituição do Ocidente Medieval o texto faz referência?
- b) Discorra sobre o papel exercido pela Igreja na organização sociopolítica da Idade Média europeia.

Frente 1

Capítulo 1 - A formação dos impérios ibéricos

Revisando

1. C
2. B
3. D
4. D
5. a) A prática econômica é o mercantilismo.
 - b) O principal objetivo da prática era garantir que nada saísse ou entrasse “em Espanha sem o consentimento de um governo muito desconfiado, tenaz em vigiar as entradas e as saídas de metais preciosos”.
 - c) O fecho era imperfeito porque os carregamentos de metais preciosos sofriam ataques de outras Coroas que, sem a disponibilidade desses metais, via nos carregamentos espanhóis suas “Índias”, que eram imaginadas como terras repletas de riquezas.
6. A
7. A Reconquista ocorreu quando a Igreja católica começou a ver o islã como ameaça, criando uma guerra em duas frentes: uma para conquistar novos fiéis e outra para retomar os territórios ocupados por exércitos muçulmanos. A guerra deixou, nesse momento, de ser feita em nome de um nobre ou rei, e passou a ser feita em nome de Deus. Tornada uma marca profunda na história da Espanha e de Portugal, a Guerra de “Reconquista” uniu os fatores que abriram caminho para as Cruzadas. Portanto, em linhas gerais, é predecessora das Cruzadas.
8. Entre os séculos VIII e XVI houve a perseguição de judeus e muçulmanos por parte dos reinos católicos, que ofereciam a esses povos duas opções: a conversão ou a expulsão. Aqueles que se convertiam eram considerados “cristãos-novos” e perdiam muitos direitos possuídos por cidadãos cristãos, além de sofrerem severas punições caso fossem acusados de prática da antiga fé.
9. C
10. O modo de produção feudal era sobretudo pautado pela subsistência. Com plantações rotativas e, por vezes, sementes de má qualidade, a agricultura medieval era marcada por um baixo desempenho produtivo que limitava a ocorrência das trocas naturais e do comércio. O sistema mercantilista, por sua vez, era o nome dado à junção de diversas práticas econômicas, como o metalismo, pela intervenção do estado na economia, pelo protecionismo, pelo estabelecimento de monopólios e pela expansão marítima. Todas essas características contribuíram para as Grandes Navegações. A adoção do metalismo levou à busca de metais preciosos, encontrados em terras distantes; a intervenção estatal foi importante por ter na figura da Coroa, dentre outros, o financiamento para as explorações e navegações; e a necessidade de expansão marítima para a busca de metais como um impulso ainda maior.

Exercícios propostos

1. A relação entre o cristianismo e a formação dos reinos ibéricos é profunda. Habitada por muçulmanos desde o século VIII, a península Ibérica foi palco da Guerra de Reconquista, cuja fundamentação era religiosa: os cristãos europeus entendiam que a península era uma possessão dos visigodos invadida pelo islã, daí a ideia de reconquistar o que lhes pertencia por direito e lutar pela verdadeira fé. Portanto, a Reconquista foi movida pelo cristianismo, e seus resultados contribuíram para a formação dos reinos de Espanha e Portugal.
 2. B
 3. C
 4. A
 5. E
 6. A
 7. C
 8. C
 9. Soma: 04 + 16 = 20

10. A
11. D
12. D
13. A
14. B
15. D
16. B
17. B
18. A
19. A
20. B

Exercícios complementares

1. a) A “Reconquista” foi o processo de expulsão dos muçulmanos da península Ibérica, sob as armas dos reinos cristãos setentrionais. Tal empreendimento religioso-militar encerrou-se no ano de 1492, com a tomada de Granada pelo exército espanhol.
 - b) A formação dos Estados Nacionais na península Ibérica deu-se mediante um duplo movimento: de combate ao “infiel muçulmano” e de confronto interno entre os diversos reinos cristãos rivais. Esse último aspecto indica a existência de interesses políticos contrastantes, além da presença dos mais variados particularismos e identidades regionais. Sendo assim, a atribuição de um significado transcendente à Batalha de Covadonga, por parte do clero das Astúrias, deve ser entendida como uma “luta dos habitantes locais por sua autonomia”.
 2. D
 3. A
 4. A
 5. B
6. O Império Romano aceitava a existência de várias crenças religiosas nos territórios conquistados, com a condição de que fosse mantida lealdade a Roma. Os cristãos foram perseguidos por não aceitarem a existência de mais religiões e por não serem fiéis a Roma, pois acreditavam em um único Deus, que estaria acima de tudo e todos. Os ibéricos, entretanto, impuseram o cristianismo às populações de seus impérios (original e dominada).
 7. B
 8. E
 9. A
10. a) As especiarias eram produtos de origem vegetal, como cravo, canela e pimenta, considerados exóticos e muito apreciados na Europa justamente por serem trazidos de terras distantes, como as Índias. Como o enunciado destaca, essas mercadorias eram caras e, portanto, apenas os mais ricos podiam adquiri-las, reforçando a sua posição social.
 - b) O comércio de especiarias na Europa cresceu a partir das Cruzadas, com a intensificação do comércio pelo mar Mediterrâneo durante a Baixa Idade Média. Surgiram em várias partes da Europa feiras e rotas comerciais marítimas, fluviais e terrestres. As especiarias eram obtidas por meio de rotas que ligavam a Ásia ao Mediterrâneo. Os mercadores das cidades italianas, por exemplo, compravam as especiarias de Constantinopla e as revendiam em outras áreas da Europa.
11. a) Havia, no cânone medieval, a premissa de que, sendo a Terra uma criação de Deus, o uso e a exploração dos territórios aconteceriam apenas mediante legitimação da Igreja católica. No início do século XV, a expansão marítima teve em Portugal e Castela (que depois seria unificada como Espanha) seus pioneiros. A Igreja católica, em 1480, ratificou o Tratado de Toledo que dividia as áreas que poderiam ser exploradas por Portugal e Castela. Após a chegada de Colombo à América, dois novos tratados foram feitos: a Bula *Inter Coetera*, em 1493, e o Tratado de Tordesilhas, em 1494.
 - b) Entende-se por mercantilismo o conjunto de práticas econômicas adotadas pelas monarquias europeias ao longo do final da Idade Média e parte da Idade Moderna. A economia de excedentes que havia se desenvolvido era beneficiada pelo comércio de produtos de alto valor comercial, como eram, à

época, as especiarias do Oriente. Sendo assim, a expansão marítima, na qual se insere a viagem de Colombo, buscava pelo Atlântico rotas alternativas para as chamadas “Índias”.

- c) Durante o século XX, principalmente no momento em que se organizaram as comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo à América, o navegante genovês foi exaltado como um desbravador destemido. Mesmo à época, essa construção foi questionada juntamente com o uso da expressão “descoberta” da América. Ao longo do século XXI, os questionamentos foram intensificados – não somente sobre a figura de Colombo, mas de forma ampla – a partir de uma reflexão que reforça como a chegada dos europeus à América também contribuiu para a subjugação das populações ameríndias.

12. B

13. a) Portugal era favorecido por aspectos como: posição geográfica; paz interna, fruto de relativa estabilidade política; formação e reunião de navegadores, matemáticos, geógrafos e astrônomos; tradição marítima e pioneirismo na formação do Estado Nacional Moderno.

- b) Metalismo: acumulação de metais preciosos dentro do território nacional. Identificação entre a riqueza de um país e a quantidade de moedas em circulação no seu território. Protecionismo: direito exclusivo dos governos sobre a comercialização de certos produtos em todos os seus domínios, principalmente nas colônias (pacto colonial). Imposição de barreiras tarifárias aos produtos estrangeiros. Balança comercial favorável: volume de exportações superior ao de importações. Estímulo à produção manufatureira e diminuição das importações. Posse de colônias de exploração como forma de garantir a balança comercial favorável. Colonialismo: conquista e domínio de territórios ultramarinos. A colônia como uma economia complementar à metrópole, com produção totalmente voltada à exportação.

14. C

15. A expansão marítima portuguesa foi um dos principais episódios da ambígua transição da Idade Média para a Idade Moderna, época em que a cultura europeia estabelece as bases do pensamento científico, ao mesmo tempo que mantinha uma forte carga de religiosidade (“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”). Nesse contexto de transformações materiais e espirituais, assistimos ao prenúncio da integração econômica mundial (“Deus quis que a terra fosse toda uma”) e a constatação empírica da esfericidade da Terra (“Surgir, redonda, do azul profundo”). Por fim, temos a concomitância entre o apogeu das conquistas navais lusitanas e o início da decadência do seu poderio político-econômico (“Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez”).

16. B

18. B

20. B

17. D

19. C

BNCC em foco

1. Um modo de desconstruir o discurso de apropriação do passado criado no século XIX por meio da narrativa histórica é relembra que não existe uma ideia de destino ou imutabilidade na história. As condições e os fatores que levaram à Guerra de Reconquista e à formação dos reinos de Portugal e Espanha são totalmente distintos da realidade de Portugal quando da ascensão dos nacionalismos, a partir do século XIX. A narrativa histórica também ajuda a quebrar a ideia de que um único povo teria direito àquela terra, por ter se estabelecido nela há eras. A história da humanidade é composta de migrações e contatos, portanto ideias como pureza geográfica e racial não se sustentam.
2. O termo “Reconquista” é fruto da ideia de que a península Ibérica pertenceria à cristandade europeia, herdeira do Império Romano, e deveria ser retomada das mãos dos invasores muçulmanos. O uso desse termo é problemático por várias razões: por legitimar a ideia de a península ter sido de fato invadida e conquistada, quando a historiografia mais recente percebe o movimento dos árabes como migrações; por dar a entender que a península pertencia

à cristandade; e por criar uma fronteira cultural entre muçulmanos e cristãos que, na prática, não existiu.

3. Ao misturar a ideia de pertencimento territorial e a luta por uma causa maior, como Deus, a Guerra de Reconquista resultou em uma fusão de referências culturais e na ascensão de personagens históricos que moldaram a forma como a população se reconhecia enquanto habitante do Reino de Espanha e como entendia sua história. Também influencia pela negação de identidades, ao retirar muçulmanos e judeus do convívio social (e do país) até que se convertessem ao cristianismo. Desse modo, a Guerra de Reconquista é a base de vários modos de pensar a Espanha e os espanhóis, nos diversos períodos históricos subsequentes, até os dias atuais.

Capítulo 2 - A formação das estruturas coloniais

Revisando

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| 1. E | 6. Soma: $01 + 08 + 16 = 25$ |
| 2. Soma: $01 + 04 + 08 = 13$ | 7. E |
| 3. C | 8. C |
| 4. C | 9. D |
| 5. E | 10. D |

Exercícios propostos

- | | |
|------|------------------------------------|
| 1. D | 9. E |
| 2. C | 10. C |
| 3. B | 11. Soma: $02 + 04 + 08 + 16 = 30$ |
| 4. E | 12. Soma: $02 + 08 + 16 = 26$ |
| 5. A | 13. D |
| 6. A | 14. A |
| 7. A | 15. D |
| 8. E | 16. D |

17. a) A obra do artista Jan Davidsz De Heem apresenta vários elementos que não eram originários da Holanda, incluindo o papagaio cinza africano, a arara vermelha do Brasil, frutas cítricas do sul da Europa e conchas raras das Índias Orientais e Ocidentais. Esses elementos apresentam características “exóticas”, pois são exibidos enquanto iguarias capturadas nas conquistas coloniais, representando a prosperidade e o alcance global da dominação colonial holandesa no século XVII.

- b) Semelhança: ambos os impérios coloniais se organizaram em torno de uma lógica econômica mercantilista. Diferença: a Holanda empreendeu suas conquistas coloniais por meio das companhias de comércio, a Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602) e a Companhia das Índias Ocidentais (1621), que organizaram a reexportação de mercadorias diversas e promoveram o tráfico de escravos para a América Hispânica. Diferentemente disso, no caso lusitano houve uma presença muito mais forte do Estado, por meio da atuação da Coroa portuguesa, que promoveu não apenas o financiamento das navegações marítimas, mas também controlou as áreas colonizadas.

18. a) O Império Espanhol era marcado pelos valores absolutistas, sendo o rei Felipe II, que protagoniza a pintura, ungido pela aliança com a Igreja católica e encarado por ela como um aliado na expansão da fé cristã em escala internacional.
- b) Pode-se afirmar que o Império Espanhol mantinha uma política expansionista marcada pela imposição da fé cristã e pelo domínio de novas terras. A pintura expressa o aspecto religioso ao representar a unção de Felipe II após a vitória sobre o Império Turco, em 1571. Quanto ao aspecto territorial, ele pode ser caracterizado pela anexação do reino de Portugal após

a morte de D. Sebastião e que deu início à chamada União Ibérica (1580-1640), garantindo à Espanha projeção mundial.

- c) O papel da religião cristã no processo de colonização da América pode ser lido em diferentes dimensões. Em primeiro lugar, ela contribuiu para o entendimento do Novo Mundo como um lugar “edênico”, isto é, uma região que carecia da cristianização. Também é importante notar que a religião alimentou intensos debates teóricos sobre a “natureza” dos indígenas. Por fim, a religião fundamentou a noção de “guerra justa”, que, apesar de ter origens na sociedade romana, sofreu inflexões a partir de Agostinho de Hipona (354-430), chegando a legitimar os decretos reais emitidos a partir de 1570 que justificavam a catequização e o extermínio dos indígenas resistentes a ela.
19. E 35. Soma: 01 + 04 = 05
20. D 36. Soma: 01 + 08 + 16 = 25
21. C 37. Soma: 04 + 08 = 12
22. A 38. C
23. C 39. Soma: 02 + 04 + 08 + 16 = 30
24. C 40. Soma: 02 + 04 + 16 = 22
25. B 41. A
26. E 42. Soma: 01 + 02 + 04 = 07
27. E 43. B
28. C 44. C
29. B 45. Soma: 02 + 04 + 08 = 14
30. D 46. D
31. B 47. D
32. D 48. D
33. A 49. B
34. Soma: 01 + 02 + 04 = 07
50. a) A instalação representada é um engenho; a força motriz utilizada é a água; a mão de obra predominante é a escravizada; e o produto processado é o açúcar.
b) A articulação entre essas regiões se dava por meio do tráfico de escravizados para o Brasil. De Angola, pessoas eram trazidas como mão de obra escravizada para a colônia.

Exercícios complementares

1. a) De acordo com o texto, Gil Vicente e Camões criticam “a brutalidade, a covardia, a avareza, a crueldade, a pilhagem e o desprezo pelas sensibilidades, costumes, crenças e propriedade dos locais” o que significava “o reverso da medalha do papel de colonizadores”, podendo, inclusive, refletir negativamente e levar, “à degenerescência moral e o declínio das virtudes cívicas de Portugal”.
b) Entre as formas de resistência à presença portuguesa no Brasil, podemos citar fugas, ataques contra os colonos e alianças locais ou com estrangeiros em lutas como a Confederação dos Tamoios (1554-1567), na capitania de São Vicente.
2. a) Nota-se, no texto, um conhecimento amplo a respeito dos costumes e das maneiras de outras populações, fato que só foi possível graças ao contexto das Grandes Navegações. Nesse ínterim, o texto refere-se a contatos ora pacíficos e marcados por trocas (caso da amizade do imperador japonês), ora conflituosos e marcados por guerras (caso da morte do rei francês).
b) Domingo Francisco de San Antón Muñón Chimalpahin Quauhtlehuanitzin (1579-1660), conhecido como Chimalpahin ou Chimalpain, escreveu a história do México e de outras nações vizinhas em náhuatl e castelhano, cobrindo os anos entre 1589 e 1615 (embora refira-se também a períodos pré-coloniais) e utilizando, para isso, testemunhas indígenas. Nesse sentido, a obra destaca-se por representar uma perspectiva indígena desses processos históricos.
3. D

4. As motivações presentes são a busca de recursos valiosos como metais e ferro, tal como está no trecho “Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal nem de ferro”, e a conversão dos indígenas à fé cristã, pelo que diz o trecho “Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar”.
5. a) A diferença está presente no modo de se referir aos habitantes das terras descritas. Enquanto no trecho da *Odisseia* os habitantes são descritos de modo pejorativo, na carta de Pero Vaz de Caminha eles são descritos de modo positivo.
b) A finalidade econômica da colonização portuguesa era a de produzir açúcar e encontrar metais preciosos como prata e ouro para que fossem extraídos e comercializados.
6. Os indígenas eram os habitantes do continente americano antes da chegada dos europeus e da subsequente colonização no século XVI. Eram numerosos étnica e culturalmente, e foram exterminados e colonizados pelos europeus e brasileiros nos séculos seguintes. O indígena hoje tem direito de posse da propriedade onde habita se conseguir provar que ela pertence a seu povo e que a cultura deste depende da propriedade. Muitas terras indígenas foram homologadas graças a isso, mas há diversas outras demarcações que se encontram em disputa, assim como a própria segurança dessas populações. Apesar do que diz a Constituição, pouco é feito para impedir as agressões aos povos indígenas por parte de diferentes grupos da sociedade.
7. a) Na tabela, observa-se que havia populações indígenas distribuídas pela maior parte do território americano, as quais viviam nas mais variadas formas de organização social e política. Não obstante, salta aos olhos a maior densidade demográfica na Cordilheira dos Andes, centro do Império Inca, e no México, centro do Império Asteca, regiões onde viviam populações sedentárias, que desenvolveram complexas redes de estradas, técnicas agrícolas, obras de irrigação, sistemas de servidão coletiva, centros cerimoniais e palácios.
b) À época do contato europeu, destacava-se, na Cordilheira dos Andes, o Império Inca e, no antiplano central mexicano, o Império Asteca (ou Mexica), além do decadente mundo maia, na península de Yucatán. Todos os regimes constituem teocracias com forte destacamento do poder real, no caso de mexicas, comungando inclusive de uma mesma cosmologia.

8. B 9. D 10. B

11. a) O declínio do valor do açúcar, na segunda metade do século XVII, é explicado pelo crescimento da concorrência antilhana, principalmente a partir do momento em que os holandeses, expulsos do nordeste colonial do Brasil, fundaram suas empresas açucareiras na região do Caribe.
b) Dentro do recorte apresentado, houve uma diversificação agrícola incentivada pelas reformas pombalinas. Além do ouro e do açúcar, outros produtos ganharam destaque nas exportações do Brasil, como o algodão e o cacau. Há ainda dois outros aspectos que colaboram para compreender a discrepância apresentada pelo gráfico: o contexto da industrialização britânica e os atritos ingleses com as 13 colônias na América do Norte.
c) Desde o final do século XVIII, o açúcar e o ouro estavam em declínio. A produção açucareira mantinha-se alta, no entanto, o contexto europeu não era favorável. O breve “Renascimento agrícola”, expressão utilizada para designar o período de crescimento das exportações açucareiras nas últimas décadas do século XVIII, havia chegado ao fim em razão da produção do açúcar de beterraba na Europa e da mecanização das plantações de cana-de-açúcar em Cuba. O ouro não havia sofrido uma diminuição em seu preço no mercado, o valor das exportações foi caindo devido ao esgotamento das minas pelo que as tecnologias permitiam. Em 1810, após a transferência do aparato político português para o Brasil, novos maquinários foram introduzidos na mineração, o que permitiu uma breve retomada das extrações auríferas.

12. D 14. C
13. C 15. C
16. a) Entre os séculos XVI e XVIII, o Vice-Reino do Peru foi uma das mais importantes áreas de exploração do Império Colonial Espanhol. Dentro da lógica do pacto colonial e da política mercantilista, a mineração era a principal atividade econômica. A mão de obra compulsória indígena era sistematicamente utilizada (*mita* e *encomienda*).
- b) As estruturas de poder político eram: corregedor (aplicação de leis), padre (conversão e aculturação dos nativos), escrivães (sistematização de normas, burocracia), caciques (líderes nativos que serviam aos espanhóis), *encomenderos* (latifundiários) e comerciantes (controle da atividade comercial).
- c) Os nativos ameríndios estavam sujeitos à violência, exploração e aculturação impostas pelos colonizadores espanhóis. A catequese forçada também era um forte elemento de submissão, vide a imagem do nativo ajoelhado, por exemplo.
17. a) A elite letrada nativa é a demonstração de maior miscigenação da sociedade colonial, e sua presença afetou a colonização espanhola por tornar menor as diferenças entre nativos e europeus: as sociedades coloniais miscigenadas eram únicas, não sendo europeias nem ameríndias.
- b) Os colonizadores espanhóis tentaram integrar os indígenas ao trabalho colonial com táticas não exploradas pelos portugueses, como as *encomiendas*. O colonizador português pensava no indígena como trabalhador e alvo de cristianização.
18. a) Em relação aos indígenas, podemos mencionar os ataques noturnos ou em terreno coberto, canoas encouraçadas que resistiam aos tiros das armas de fogo dos espanhóis e valas com estacas para empalar as montarias hispânicas. Em relação aos espanhóis, podemos destacar a utilização de armas de fogo e de cavalos. Outro aspecto que pode ser apontado como consequência da ocupação espanhola foi a disseminação de doenças.
- b) Além da utilização de armas de fogo e de cavalos (fato que o próprio texto da questão relativiza ao citar que a superioridade bélica espanhola era compensada pelo grande número de nativos), os espanhóis disseminaram doenças que vitimaram muitos nativos. Vale ainda ressaltar que, em vários casos, os espanhóis firmavam alianças com os nativos para incentivar conflitos locais e, dessa forma, facilitar a ocupação e a conquista do território. A destruição da estrutura produtiva dos povos nativos e a imposição do trabalho compulsório aos indígenas (*mita* e *encomienda*) também podem ser colocadas como fatores determinantes para o alto índice de mortalidade indígena.
19. B 20. C
21. O primeiro mapa representa o nordeste da América portuguesa e suas capitanias, criadas para a produção do açúcar. O segundo mapa, por sua vez, demonstra a ocupação do litoral da colônia, em referência ao sistema colônia-metrópole.
22. a) Nessa alternativa, várias respostas são possíveis. Entre as regiões que utilizavam predominantemente a mão de obra escrava, poder-se-ia identificar a atividade açucareira no Nordeste (Bahia e Pernambuco); a mineração no Centro-Oeste e em parte do sudeste (Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais); ou, ainda, o algodão no Maranhão (Nordeste).
- b) Trata-se de um tema bastante debatido entre os estudiosos. O historiador Fernando Novaes, em seu clássico *Brasil e Portugal na crise do antigo sistema colonial*, identifica dois motivos para o uso, em algumas áreas, da mão de obra escrava negra em vez da indígena: a lucratividade do tráfico negreiro e a dispersão da mão de obra indígena no território colonial, que tornaria bastante dispendioso seu aprisionamento. Vale lembrar que, formalmente, a Igreja católica proibiu a escravidão indígena, salvo os casos de guerra justa, isto é, as guerras em nome da fé católica. Entretanto, frequentemente essa proibição era desrespeitada ou manipulada, ou seja,

“fabricavam-se” guerras justas para a obtenção do trabalho compulsório. Nesse sentido, nas regiões Norte e Sudeste do Brasil, a mão de obra escrava indígena continuou a ser largamente utilizada até o século XIX. A oposição dos jesuítas à escravidão indígena, por isso, é um ponto polêmico: não é recomendável citá-la como motivo para a transição da mão de obra indígena para a negra em algumas regiões.

23. C 24. D 25. C
26. a) Os ventos alísios, que ocorrem entre 0° e 30° de latitude no hemisfério sul, sopram de leste para o oeste, partindo da proximidade do trópico de Capricórnio (alta pressão) em direção ao Equador (baixa pressão). Esse movimento de massa de ar sofre interferência do movimento de rotação da Terra e de seu eixo inclinado (efeito Coriolis). A funcionalidade desses ventos no transporte marítimo da África para o Brasil ocorria devido às embarcações a vela se utilizarem desses ventos para atracar no litoral brasileiro, localizado a oeste do continente africano.
- b) O tráfico de africanos escravizados se constituiu na principal atividade das relações entre Brasil e África. Essa prática, além de garantir bons lucros para Portugal, oferecia mão de obra para as atividades econômicas da colônia (cana, mineração etc.).
27. a) Em muitas sociedades africanas, as pessoas eram escravizadas nas seguintes situações: como prisioneiras de guerra, quando cumpriam penas por determinados crimes ou por não quitarem suas dívidas. De modo geral, nas sociedades africanas, a escravização de pessoas era também uma forma de aumentar o número de súditos de um reino, disponibilizando, assim, mão de obra para a realização de obras públicas ou para fortalecer os exércitos. Muitas vezes, o escravizado era vendido ou trocado pelo seu dono. As pessoas escravizadas costumavam trabalhar na agricultura, na mineração ou em serviços domésticos. Alguns chegavam a se tornar militares, funcionários públicos ou comerciantes, conseguindo, em certos casos, acumular riquezas.
- b) Na América portuguesa, os escravizados passaram a se tornar importantes mercadorias e instaurou-se uma grande rede de tráfico de pessoas, que vigorou entre os séculos XVI e XIX, tendo marcado profundamente a história da humanidade. A escravidão moderna – como costuma ser chamada a escravidão praticada nesse período – é essencialmente comercial/mercadorológica. Milhões de pessoas foram capturadas na África, separadas de suas famílias e transportadas para lugares distantes em porões de embarcações (conhecidas como navios negreiros) que cruzavam, primeiro, o oceano Índico, depois o oceano Atlântico. Foi dessa forma que, por mais de 300 anos, o Brasil recebeu pessoas escravizadas. Ao chegarem aqui, os africanos escravizados viviam em condições miseráveis, sofriam maus-tratos e eram obrigados a trabalhar incansavelmente. Caso se negassem ou resistissem (o que ocorria constantemente), sofriam pesados castigos físicos e psicológicos.
28. Um dos aspectos possíveis é a variedade étnica dos africanos; e uma das características é a diversidade da composição da população negra.
29. A 30. B
31. As capitanias eram administradas de modo hereditário e eram descentralizadas no que diz respeito à unidade colonial. O governo-geral, por sua vez, era centralizado e tinha seu governante nomeado pela Coroa.
32. D 34. C
33. A 35. C
36. a) Entre as práticas punitivas descritas no texto e presentes ao longo do período colonial brasileiro, podemos identificar os suplícios, os enforcamentos, os cadafalsos e os pelourinhos.
- b) As punições impostas durante o Antigo Regime tinham como finalidade “reconstruir a soberania lesada por um instante” e “reativar o poder”, ou seja, por meio de punições exemplares,

- amedrontar a população e fortalecer o poder monárquico.
- c) Não, pois, de acordo com o texto, o povo, além de não participar das decisões, era testemunha das punições exemplares que reforçavam o poder monárquico por meio do medo.
37. a) Durante o período do Brasil colonial, cabia à mulher branca, inserida na mentalidade portuguesa, entre outras tarefas, a organização do ambiente doméstico. Era obrigação da mulher branca o que o período compreendia como preservação da honra familiar; dessa forma, a organização ou condução (dependendo da esfera social) da casa e de seus respectivos afazeres cumpria com tal objetivo. Esse papel poderia, ainda, ser estendido em casos específicos. Nas Ordenações Filipinas, indica-se que, em caso de falecimento do marido, a mulher poderia assumir a condução de todo o patrimônio familiar.
- b) As mulheres escravizadas de origem africana podiam ter sua mão de obra explorada no ambiente doméstico: cozinhar, limpar, tornar-se ama de leite; assim como podiam cumprir obrigações braçais, ainda que em menor escala.
38. a) A catequização dos povos indígenas e, depois, dos povos africanos trazidos para o Brasil como escravizados era parte importante do projeto colonizador português. Essa catequização defrontou-se com um conjunto variado de crenças, mitos e ritos praticados pelas populações indígenas e africanas, dando origem a um intenso sincretismo religioso. Esse sincretismo foi caracterizado pelas múltiplas combinações de elementos provenientes das crenças religiosas, dos mitos e dos ritos das populações indígenas e africanas, como deuses, entidades, danças e mitos diversos, com os elementos do catolicismo. Ao promover a assimilação e equiparação de santos católicos a deuses e entidades das suas tradições culturais religiosas, indígenas e africanos preservavam, de algum modo, essas tradições, recriando cultos e rituais que apresentavam combinações de elementos católicos com aqueles de origens indígena ou africana. Ao mesmo tempo, o próprio projeto de catequização recebia as influências das religiosidades indígena e africana, adaptando-se, como no caso das festividades, entre outras ocasiões.
- b) A Igreja católica se comportou de maneira ambígua em relação à escravidão de indígenas e de africanos. No caso dos indígenas, a Igreja defendia que estes deveriam ser catequizados, ensinando-os a serem “bons cristãos” e adquirindo os hábitos europeus, uma vez que eles só não o faziam e não praticavam o catolicismo simplesmente por não o conhecerem. Já em relação aos africanos, embora a Igreja católica também tenha se empenhado na cristianização desses povos, ela estava ligada a setores sociais que sustentavam e se beneficiavam com o tráfico e o trabalho escravizado. A Igreja chegou a “explicar” a escravidão africana ora como “castigo e maldição de Deus” aos povos do continente africano, ora como um “sacrifício” que levaria à salvação da alma.
39. a) No contexto tratado, os escravizados eram “as mãos e os pés” dos senhores de engenho com os trabalhos na propriedade rural, do plantio ao fabrico do açúcar. Isto é, constituem as bases fundamentais da economia colonial.
- b) Em relação ao tratamento dispensado aos escravizados, Antonil observa que, muitas vezes, os castigos são mais abundantes que a vestimenta e a alimentação, ou seja, ele indica o desequilíbrio no tratamento dado aos escravizados. Em outras palavras, recomenda aos senhores que castiguem os escravizados na “medida correta”, sem exageros.
40. E
41. Soma: $04 + 08 = 12$
42. Com o advento do mercantilismo, após a expansão do feudalismo e do Renascimento urbano-comercial, cidades da península Itálica passaram a exercer o controle comercial sobre o mar Mediterrâneo. Tal controle garantia o favorecimento do comércio com o Oriente e, conseqüentemente, o enriquecimento dessa região. No século XV, a expansão marítima – com Portugal e Espanha na condição de pioneiros – proporcionou a existência de novas rotas ao encontro do Oriente, rompendo, dessa maneira, com o monopólio exercido até então pelas cidades italianas. A produção colonial nas Américas contribuiu, também, para a desvalorização das mercadorias orientais.
43. C
44. a) Desprovida de herdeiros, a Coroa portuguesa passou para o sucessor dinástico mais próximo, Felipe II, rei de Espanha, que se tornou também rei de Portugal. Essa união de Coroas e, conseqüentemente, de territórios deu origem ao que se entende por União Ibérica.
- b) Com a União Ibérica, os espanhóis vetaram aos holandeses o comércio com as colônias portuguesas. Privados dos lucros que advinham do comércio açucareiro com o Brasil, os holandeses decidiram invadir o território brasileiro.
45. D
46. Os viajantes europeus, como o pintor holandês Albert Eckhout, costumavam retratar o Brasil e os indígenas brasileiros de forma eurocêntrica, isto é, de acordo com seus valores e crenças. Entre os elementos apresentados na pintura de 1641 que configuram o “olhar europeu” sobre o Brasil, destacam-se a forma exótica e exuberante que a flora brasileira é apresentada e a forma equivocada que a antropofagia indígena é retratada por meio dos pedaços de corpos carregados pela indígena.
47. Soma: $01 + 02 = 03$
48. O principal objetivo econômico dos holandeses era a ocupação e o controle das regiões produtoras de açúcar no litoral nordeste da América portuguesa. O governo de Nassau foi marcado pela conquista de entrepostos na África, incentivo à presença de artistas, tolerância religiosa com católicos, protestantes e judeus, entre várias outras realizações.
49. C
50. a) Antes do movimento de penetração e conquista europeia da África, que se iniciou no século XV, o continente já havia testemunhado o surgimento de inúmeras organizações políticas e sociais complexas. Além de mencionar a existência de Estados, impérios e dinastias reinantes (Império de Gao e dinastia de Askya), o texto também faz referência à incrível capacidade de resistência dos grupos ali presentes, que “nem a coroa nem os marinheiros de Lisboa jamais conseguirão dominar”.
- b) Os agentes portugueses organizaram o tráfico de escravos através de feitorias fundadas em diversos pontos do litoral africano. A partir delas, alianças eram feitas com chefes locais, que forneciam cativos aos europeus em troca de alguns produtos, como tabaco e armas de fogo.

BNCC em foco

1. Pois são conceitos diferentes um do outro. Conquista se refere ao ato de conquistar determinada região, população e estrutura de poder por meio de guerras militares, culturais e/ou econômicas. Os conquistadores espanhóis foram cunhados de tal modo por conquistarem terras para a Coroa espanhola. Colonizar, por sua vez, é decidir o que será feito nesse espaço e abrange políticas educacionais, econômicas e outras que afetam, em diversos níveis, a vida daqueles que ali vivem.

2. C

3. Soma: $01 + 02 + 04 + 32 = 39$

Capítulo 3 - Da crise do açúcar ao apogeu do sistema colonial no Brasil

Revisando

- | | | |
|------|------|-------|
| 1. E | 5. A | 9. B |
| 2. E | 6. B | 10. A |
| 3. A | 7. B | |
| 4. A | 8. D | |

Exercícios propostos

1. B
2. D
3. E
4. C
5. C
6. A
7. E
8. C
9. Soma: $04 + 08 + 16 = 28$
10. E
11. A
12. B
13. Soma: $01 + 04 = 05$
14. A
15. C
16. Soma: $01 + 04 + 16 = 21$
17. Soma: $01 + 16 = 17$
18. A
19. Soma: $01 + 16 = 17$
20. D

Exercícios complementares

1. a) As câmaras municipais (algumas recebiam o título honorífico de Senado da Câmara) tinham uma função administrativa dentro do Sistema Colonial Português, controlando as rendas e gastos da administração pública do local, regulamentando as atividades comerciais desenvolvidas nos arredores da cidade, cuidando da preservação e limpeza de todo o patrimônio público e empreendendo a realização de obras públicas. As irmandades de caridade serviam para a realização de caridade e a construção de importantes laços de sociabilidade. Em muitos casos, o pertencimento a uma irmandade era pressuposto para que a pessoa tivesse um status social mais elevado. As confrarias laicas foram um braço forte da Igreja católica: contribuíram para o desenvolvimento do culto e para o seu apoio material, algumas chegaram até mesmo a atuar como uma espécie de banco, posto que realizavam empréstimos mediante pagamento de juros.
 - b) Duas razões que explicam como os quilombos problematizam a noção de integridade do império colonial português são: 1) os quilombos possuíam uma administração própria e se configuravam como centros de resistência à dominação político-administrativa colonial; 2) dentro dos quilombos as religiões africanas eram cultuadas e as tradições africanas eram revividas, sendo focos de resistência a um dos principais elementos de integração do império lusitano: o catolicismo.
2. A
 3. C
 4. D
5. As legendas correspondentes aos séculos XVI a XVIII indicam, respectivamente, fortificações coloniais portuguesas, destinadas a consolidar o controle territorial e fronteiriço, e áreas de extrativismo e exploração da biodiversidade (ou das chamadas “drogas do sertão”). As legendas dos séculos XX e XXI indicam, respectivamente, a área de localização do projeto Grande Carajás de mineração de produtos metálicos e os fluxos correspondentes às áreas de expansão da fronteira agrícola brasileira.
 6. a) As bandeiras tinham como principais atividades a busca, o aprisionamento, a escravização e o comércio de indígenas, além da busca por metais preciosos, como as jazidas de ouro encontradas na região de Minas Gerais.
 - b) Os bandeirantes são vistos pela historiografia e pelo conhecimento popular paulista como corajosos desbravadores e empreendedores, os pioneiros do Brasil. Essa visão justificaria a prevalência paulista do período e é atualmente criticada por tentar amenizar as ações dessas figuras.
 7. a) As expedições de apresamento ocorriam com o objetivo de capturar indígenas e forçá-los ao trabalho escravizado.
 - b) Dois processos históricos resultantes das expedições de apresamento foram a destruição de várias culturas e populações indígenas, e a entrada cada vez mais profunda dos colonos no interior do continente.
 - c) A diferença entre as expedições de apresamento e as realizadas pelos jesuítas diz respeito ao trabalho. Eles buscavam converter os indígenas ao cristianismo, e não os forçar ao trabalho físico, como pretendiam os bandeirantes.
8. E
 9. A
 10. C
11. a) Os bandeirantes são vistos como heróis pelas características dadas a eles, como corajosos e empreendedores, e pelo que realizaram, entre elas a descoberta de recursos valiosos e um aprofundamento do conhecimento do interior do Brasil.
 - b) Os bandeirantes são vistos como vilões pelas atitudes tomadas em relação aos indígenas, que resultaram em aprisionamentos, destruição de populações inteiras, danos irremediáveis à cultura desses povos e sua contribuição direta na manutenção do trabalho escravizado indígena.
12. E
 13. a) A Guerra dos Mascates foi um conflito local entre senhores de engenho de Olinda e comerciantes portugueses instalados em Recife. A guerra foi consequência do endividamento dos senhores de engenho de Olinda e a busca destes por supremacia no poder local.
 - b) A Guerra dos Emboabas foi travada porque os paulistas ligados ao bandeirantismo, que descobriram as jazidas de ouro, incomodaram-se com os desbravadores que chegaram ao local após a descoberta para realizar a exploração do raro metal. O conflito se iniciou com o pedido dos bandeirantes feito à Coroa para obter exclusividade na exploração e extração das minas.
14. A principal atividade econômica que condicionou o surgimento dos caminhos da Estrada era a extração de ouro e diamantes/mineração. Dois dos interesses da Coroa para controlar esse caminho eram: impedir o roubo dos recursos valiosos extraídos; garantir o monopólio desses produtos.
 15. a) A capitania de São Paulo vivia basicamente de uma produção agrícola de subsistência e, principalmente, de uma produção agrícola voltada para o mercado interno, visando abastecer a região das minas. Outra atividade era o comércio, que, através dos rios, abastecia a região mineradora — atividade econômica chamada de comércio das monções, vital na capitania de São Paulo no século XVIII.
 - b) O século XVIII foi marcado pela intensificação do processo de interiorização dos luso-brasileiros no território colonial devido a uma série de fatores econômicos, principalmente a pecuária e a atividade mineradora. Tal fato agravou as disputas territoriais entre Portugal e Espanha na América, diluídas por meio de vários tratados de limites, destacando-se o Tratado de Madri, de 1850.
16. B
 17. B
18. a) Entre as práticas punitivas descritas no texto e presentes ao longo do período colonial brasileiro, podemos identificar os suplícios, enforcamentos, cadafalsos e os pelourinhos.
 - b) As punições impostas durante o Antigo Regime tinham como finalidade “reconstruir a soberania lesada por um instante” e “reativar o poder”, ou seja, através de punições exemplares, amedrontar a população e fortalecer o poder monárquico.
 - c) Não, pois de acordo com o texto, o povo além de não participar das decisões, era testemunha das punições exemplares que reforçavam o poder monárquico através do medo.
19. E
 20. a) O sermão do padre Antonio Vieira, produzido no século XVII, pertence ao estilo barroco. Nota-se que o texto pretendia gerar uma reflexão de caráter moral e religioso.
 - b) O período entre 1580 e 1640 ficou conhecido como União Ibérica, pois com o final da dinastia de Avis, o trono português foi incorporado pelos Habsburgo que governaram a Espanha. Ao final desse período, Portugal encontrava-se em grave crise econômica, instaurando a Guerra de Restauração para obter a sua independência novamente, com a ascensão da dinastia Bragança ao trono português.
 - c) Durante a União Ibérica, a América portuguesa sofreu uma série de ataques e invasões estrangeiras. O sermão menciona o período de dominação holandesa no Nordeste açucareiro.

Após a tentativa fracassada dos holandeses de se estabelecerem em Salvador (Bahia, 1624), a Companhia das Índias Ocidentais invadiu Pernambuco em 1630, estabelecendo domínio sobre boa parte do Nordeste açucareiro (Nova Holanda). Durante essa dominação, a produção açucareira ampliou os investimentos nos engenhos e na infraestrutura de Recife, como o porto modernizado, por exemplo. Os holandeses também dominaram feitorias africanas e parte da rota do tráfico negreiro, garantindo o abastecimento de mão de obra escrava para a produção açucareira e gerando mais prejuízos para Portugal.

BNCC em foco

1. B
2. A
3. B

Frente 2

Capítulo 1 - História e Pré-História

Revisando

1. E
2. D
3. B
4. Soma: $01 + 02 + 08 = 11$
5. B
6. A
7. C
8. A
9. B
10. a) A Revolução Neolítica significou a transição dos grupos humanos de uma condição de nômades para a sedentarização, com o desenvolvimento da agricultura e posterior desenvolvimento das cidades.
b) A afirmação de que os grupos humanos anteriores ao desenvolvimento da escrita eram “pré-históricos” traz a ideia, equivocada, de que eles não tinham história.

Exercícios propostos

1. D
2. D
3. E
4. E
5. F; V; V; V; F
6. Soma: $01 + 02 + 04 + 08 = 15$
7. C
8. E
9. A
10. A

Exercícios complementares

1. E
2. A
3. B
4. D
5. B
6. C
7. D
8. B
9. D
10. D

BNCC em foco

1. D
2. A questão pode ser respondida de várias maneiras, porém os dois principais componentes são a relação passado-presente e o uso de diferentes fontes (escritas, orais, digitais, fotográficas, audiovisuais etc.). Além desses dois pontos, a interdisciplinaridade é uma das questões mais presentes nos estudos atuais, junto às mudanças e permanências. Todas essas questões são relevantes para a construção do conhecimento histórico.
3. C

Capítulo 2 - Os povos do Oriente Médio e do norte da África na Antiguidade

Revisando

1. A
2. B
3. C
4. E
5. C
6. C
7. B
8. B
9. C
10. D

Exercícios propostos

1. Soma: $01 + 04 + 32 = 37$
2. C
3. E
4. E
5. C
6. A
7. C
8. C
9. E
10. B

Exercícios complementares

1. a) A escrita no Egito e na Mesopotâmia marcava as distinções sociais entre as pessoas. A hierarquia social era rígida e quem possuía o acesso à escrita era um grupo muito limitado. Nesse caso, o Estado legitimava essa divisão e mantinha a dominação da elite composta dos sacerdotes em detrimento das demais camadas sociais, como os camponeses.
b) Essas civilizações foram marcadas por um Estado que interferia diretamente na economia, supervisionando colheitas e possuindo certo controle da irrigação, em acordo com as épocas de enchente. As pessoas comuns trabalhavam e o que era colhido primeiro era entregue ao Estado e depois redistribuído entre a população, reafirmando a dominação que existia nesse período.
2. a) Os rios Tigre e Eufrates são os principais recursos hídricos da região, e seu regime fluvial (cheias) promove a fertilização do solo, criando condições favoráveis às atividades agrícolas. Devido à aridez do clima dessa região, os rios e suas margens se tornaram as áreas de ocupação preferencial, no estabelecimento das primeiras civilizações mesopotâmicas.
b) Nos últimos anos, o principal conflito regional esteve vinculado ao grupo autodenominado Estado Islâmico e suas pretensões expansionistas, compreendendo desde o leste sírio até o noroeste iraquiano. As motivações do Estado Islâmico são político-religiosas, uma vez que pretendem implantar a sharia, um estado regido por leis islâmicas.
3. E
4. C
5. B
6. A
7. D
8. a) O trecho faz uma comparação entre *Iliada* e *Odisseia*, sendo a primeira uma epopeia guerreira, enquanto a segunda é uma coletânea de lendas e aventuras marítimas. Desse modo,

Ilíada está inserida no contexto da Guerra de Troia, lutas por territórios e disputas entre os diversos povos. Na *Odisseia*, o destaque é a razoável paz após o fim da guerra e o retorno de Ulisses para a sua terra.

- b) A organização política dos egípcios visava à centralização em torno da figura do faraó e da alta elite próxima a ele, além da extensa utilização da agricultura em grande parte do Egito. Já os gregos e fenícios se caracterizavam pelas cidades-Estado independentes, mantendo relações mediante trocas comerciais feitas por terra e mar.

9. B

10. Soma: $01 + 02 + 04 + 08 = 15$

BNCC em foco

1. A
2. Os povos mesopotâmicos eram muito dependentes do comércio externo. O uso da moeda como objeto de troca se constituiu em agente facilitador desse processo, pois era uma medida de valor comum entre os envolvidos. Ainda nesse contexto, o sistema bancário foi responsável por efetuar a guarda e o saque dos valores.
3. C

Capítulo 3 - A Antiguidade Clássica

Revisando

1. B
2. E
3. B
4. D
5. B
6. D
7. D
8. Soma: $01 + 02 + 04 + 08 = 15$
9. D
10. Soma: $02 + 04 + 08 = 14$

Exercícios propostos

1. D
2. B
3. D
4. C
5. B
6. a) O modelo político aristocrático que antecedeu a democracia era caracterizado por famílias nobres, e somente homens nascidos em Atenas, filhos de pais atenienses e que tinham posses eram os detentores de direitos políticos, ocupavam cargos públicos e escolhiam a maneira que isso ocorreria, uma oligarquia formada por eupátridas. Na democracia, as reformas iniciadas por Sólon possibilitaram a futura ampliação da participação política de mais cidadãos, independentemente de sua origem; entretanto, as mulheres não eram cidadãs e a escravidão permaneceu.
- b) Na Grécia Antiga o voto era permitido apenas para homens, maiores de idade, livres, nascidos em Atenas com pai ateniense. Nas democracias ocidentais contemporâneas, o direito ao voto foi ampliado para as mulheres, porém ainda existe a limitação por idade e a restrição aos estrangeiros a depender de cada país. Além disso, os analfabetos não são obrigados a votar, porém os seus direitos por muitos anos foram excluídos.
7. D
8. A

9. C
10. D
11. B
12. C
13. B
14. D
15. E
16. E
17. E
18. A
19. A
20. D
21. A
22. A
23. A
24. B
25. D
26. C
27. A
28. B
29. D
30. C

Exercícios complementares

1. A Grécia foi marcada por diferentes momentos em sua história. Durante o período arcaico, de 800 a.C. a 500 a.C., havia um governo feito pelas elites agrárias. Já no período clássico, séculos V-IV a.C., a democracia foi instituída e as decisões e o poder político foram dados aos cidadãos. A Ágora e a acrópole passaram a ser locais de debates e pensamentos para a organização da pólis. Apesar dessa participação política dos cidadãos, este era um grupo bastante limitado, sendo considerados apenas os homens, maiores de idade e filhos de pai ateniense. As mulheres, os escravos e os estrangeiros eram excluídos de seu papel político e não eram considerados cidadãos.
2. a) No mundo greco-romano, a mão de obra predominante era a escrava, especialmente o escravo de guerra. Sobretudo na Roma Antiga, que possuía numerosos escravos, estes realizavam todo tipo de trabalho nos meios urbano e rural. Nesse período, o trabalho manual era visto como algo degradante, relacionado aos grupos inferiores. Os escravos estavam excluídos do direito de participação política.
- b) Durante a Antiguidade Clássica, o conhecimento não estava relacionado ao trabalho, diferentemente da modernidade, em que a noção de trabalho foi transformada em algo positivo. Na Idade Moderna, a partir da exaltação do uso da razão, associada a uma postura de observação e experimentação, o homem pode avançar ainda mais no conhecimento do mundo ao seu redor, aplicando esse conhecimento e proporcionando inovações tecnológicas na estrutura de produção.
3. a) Ser um habitante de Atenas não implicava, necessariamente, pertencer à condição de cidadão. Para tal, o indivíduo deveria ser homem, adulto, livre e filho de pais atenienses.
- b) Metecos eram os estrangeiros residentes em Atenas. Dentre seus deveres, estavam o pagamento de tributos e a participação na defesa da cidade. Dentre seus direitos, estavam o de se tornarem proprietários de terras e o de exercerem alguma atividade profissional (comércio, artesanato, educação etc.).
4. B
5. a) Na canção “Mulheres de Atenas” é possível identificar referências a duas importantes epopeias gregas: a *Ilíada* e a *Odisseia*. Ambas as obras tratam de narrativas pautadas no mundo mitológico grego.
- b) As mulheres, na Atenas da Antiguidade, eram, socialmente,

submissas à figura masculina. Na música apresentada, tal característica é retratada pelo verso “Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas”. Outro elemento característico da condição da mulher, no mesmo contexto, aparece na canção no excerto “Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas”, representando, dessa forma, a valorização do feminino, ainda a partir de uma visão patriarcal, como agente reprodutor.

6. B
7. A
8. C
9. A
10. C
11. C
12. A
13. Nesse conflito, a Inglaterra se caracterizaria como Atenas, vista como uma potência expansionista, que exercia forte influência nas demais cidades. Além disso, Atenas se fortaleceu economicamente por seu comércio marítimo. A Guerra do Peloponeso foi um conflito entre Atenas e Esparta, que comandavam as principais alianças militares da época, a Confederação de Delos e a Liga do Peloponeso. Essa Guerra foi marcada pelos interesses de ambas em possuir hegemonia no mundo grego.
14. a) Os gregos conheceram e “imitaram” muito do que a civilização cretense produziu por meio do bronze, a construção naval, a arquitetura e várias características culturais.
b) Nos primórdios de sua formação, a Grécia possuía a presença de aqueus, jônios, eólios e dórios, povos que possuíam características diferentes entre si e que batalharam pela sua permanência no território. Nesse contexto, os gregos se caracterizaram por suas cidades-Estado independentes, se destacando por suas diferentes políticas. Já Esparta havia possuído a sua origem dos dórios. Dessa forma, Esparta e Atenas possuíam diferenças entre si. Esparta estava mais ligada às guerras e ao treinamento militar; Atenas, por outro lado, se caracterizava pela poesia, pelo teatro e pelos debates em público.
15. Soma: $01 + 16 = 17$
16. Alexandre, o Grande, foi um personagem simbólico para a Antiguidade. O seu legado não ficou restrito durante o seu curto tempo de sua vida, mas sim permaneceu após décadas de sua morte. Nesse contexto, Alexandre herdou vários territórios de seu pai e prosseguiu com novas conquistas, difundindo a cultura grega na Ásia, chegando a Pérsia e transformando a cultura grega com novas características, a chamada helenização. O seu legado cultural se relaciona a essas expansões militares, pois ele fundou diversas cidades por onde passou, sendo Alexandria uma das mais famosas.
17. a) As motivações para essa sistematização partiram de pedidos populares; a plebe se via em constante desvantagem se comparada aos patrícios. Dessa forma, a luta entre eles culminou nessas leis plebeias, sendo a igualdade política e civil o principal marco desse contexto. Portanto, as Doze Tábuas transformaram a estrutura social vigente em Roma e permitiram uma maior ampliação, claro, com limitações.
b) As leis deram origem ao direito civil e ao sistema jurídico, que possibilitaram a diminuição da injustiça em certa medida e evitaram que privilégios continuassem se perpetuando. Vale ressaltar que essa conquista foi inédita em Roma, principalmente pela participação dos plebeus no reconhecimento de seus direitos.
18. E
19. D
20. B

21. E
22. a) Os casamentos na Roma Antiga permitiam que a cidadania continuasse por meio da descendência legítima dos parceiros, o que garantia a continuidade do funcionamento político. Além disso, o recebimento de bens era uma melhoria e possibilidade de enriquecimento.
b) As mulheres eram excluídas do direito à cidadania, assim como os escravos.
23. A
24. A
25. D
26. C
27. A
28. D
29. C
30. A

BNCC em foco

1. a) A organização política mais relevante da Grécia Antiga foi a cidade-Estado, também conhecida como pólis grega. Ela possuía independência administrativa em relação às demais cidades, as próprias instituições políticas e cultivava-se a crença em vários deuses (politeísmo). Além disso, a pólis não era apenas a urbe (cidade), havia bosques, áreas de cultivo e zonas de pastoreio.
b) As pólis possuíam características diferentes quando o assunto era economia, afinal, isso dependia muito de sua localização e das condições geográficas. Apesar disso, elas dependiam muito do comércio marítimo, e, por isso, o comércio era uma constante em seu contexto social e político. Algumas se destacavam pela agricultura em regiões montanhosas, e outras, pelo comércio marítimo.
2. a) O trecho mostra que na visão de Tucídides não existia uma unidade política e muito menos uma união entre helenos, posto que as cidades se uniram apenas para combater durante a guerra. Os gregos não estavam reunidos antes disso.
b) Apesar da situação descrita por Tucídides, os gregos eram povos que se assemelhavam culturalmente, possuíam estruturas linguísticas parecidas e haviam se desenvolvido em comunidades anteriormente muito próximas, o que caracterizava a Hélade (Grécia) como uma civilização grega, mesmo com essas críticas do autor.
3. a) A modificação do material de tijolos para mármore simbolizava, além das mudanças nas edificações, uma superação de momentos anteriores, antes da ascensão de Augusto como imperador de Roma. Essas transformações, segundo Suetônio, transformaram-na em bela e magnífica, o que seria uma comparação aos valores do próprio Otávio Augusto.
b) Medida social: Otávio Augusto estabeleceu novas regras em Roma, criando uma divisão censitária, das ordens senatorial, equestre e do restante, e esses direitos dependiam da renda dessas pessoas, o que limitava ainda mais qualquer tipo de participação. Medida política: houve a continuação das instituições da República, mas isso apenas na aparência, pois Otávio Augusto era um ditador e suas decisões possuíam peso.

Capítulo 4 - Outras Idades Médias

Revisando

1. B
2. A
3. E
4. A

5. E
6. D
7. C
8. B
9. C
10. D

Exercícios propostos

1. A
2. D
3. D
4. B
5. B
6. B
7. C
8. A
9. A
10. A

Exercícios complementares

1. a) Política: havia uma grande divisão de tribos independentes. Religiosa: não havia uma única religião, e a maioria da população era politeísta e acreditava em vários deuses; no período pré-islâmico, a cidade de Meca já era um local de peregrinações, como ocorre até hoje, mas para o culto politeísta.
b) A partir do trecho citado no enunciado, é possível compreender que fé e conhecimento não eram contraditórios no mundo islâmico, mas complementares. Os povos árabes eram conhecidos por seus estudos de Medicina e Matemática.
2. A expressão “Idade Média” surgiu durante o Renascimento e foi criada pelos humanistas para denominar o período entre a Antiguidade Clássica e o Renascimento. Além disso, no século XVIII, os iluministas denominavam o período como “Idade das Trevas”, sempre em oposição ao momento em que eles estavam vivendo, considerado o do esclarecimento. Além de ser pejorativo, o termo “Idade das Trevas” não é explicativo sobre o período, sobretudo porque parece desconsiderar a criação das universidades e as diversas trocas culturais entre povos distantes e a cultura árabe-muçulmana.
3. E
4. a) Trata-se da peregrinação dos muçulmanos à cidade de Meca, um dos fundamentos do islamismo: se tiver condições físicas e financeiras, todo muçulmano deve ir a Meca ao menos uma vez na vida.
b) Meca foi uma região muito importante na unificação, pois o retorno de Muhammad à cidade e os elementos comuns da religião mantiveram a tradição da peregrinação, mas agora para cultuar Alá, fortalecendo o processo de unificação da península Arábica.
5. a) As três religiões são monoteístas. O cristianismo é derivado do judaísmo, conservando o Velho Testamento. O islamismo tem elementos dessas duas religiões, associados às tradições árabes e às revelações que teriam sido feitas a Muhammad. O judaísmo aguarda o retorno de um messias, enquanto cristãos e muçulmanos acreditam que o messias já veio ao mundo nas figuras de Cristo e Muhammad, respectivamente.
b) A unificação foi feita por meio da religião, pois as palavras de Muhammad também chegaram ao poder político, criando uma coesão maior entre os diversos grupos árabes. Dessa forma, o islamismo se tornou predominante entre a população e continuou a se expandir após a morte de Muhammad.
c) Os motivos dessa divisão remontam à época da morte de Muhammad, quando os muçulmanos se dividiram, destacando-se dois grupos opostos: os sunitas, que achavam que a

sucessão de Muhammad não precisava ter laços consanguíneos, podendo assumir o posto outros líderes islâmicos próximos ao poder político, diferentemente dos xiitas, que só aceitavam descendentes diretos de Muhammad como seus sucessores. Esse conflito perdura na atualidade e ainda gera debates entre os diversos grupos islâmicos.

6. A legislação bizantina foi feita a partir do código romano, reformulando-se com a criação do Código Justiniano. Suas terras faziam parte das antigas conquistas romanas, mantendo a hierarquia social e a importância da religião em suas localidades. Em relação às diferenças, o Império Bizantino existiu por séculos, enquanto o Império Romano do Ocidente sofreu constantes ataques até não conseguir mais se manter “unificado”. O século V marca oficialmente a data da queda de Roma, apesar de sua influência permanecer por séculos.

7. A
8. C
9. C
10. Soma: $04 + 08 = 12$

BNCC em foco

1. Soma: $01 + 04 + 08 = 13$
2. B 3. D

Capítulo 5 - A Idade Média na Europa ocidental e o início da primeira modernidade

Revisando

1. Soma: $01 + 02 + 08 + 16 = 27$
2. A
3. C
4. C
5. A
6. A
7. A partir do texto, é possível inferir que a Igreja condenava a usura ou o empréstimo a juros; diante disso, é justificado com a afirmação de que o tempo pertence a Deus, portanto ele é divino e não deve ser comercializado como essas transações. O trabalho é bem-visto, mas não a usura. Assim, o lucro pode até ser alcançado, mas deve vir do trabalho, e não da venda do tempo divino.
8. B
9. A
10. B

Exercícios propostos

1. B
2. B
3. A
4. a) O texto revela como as orientações da Igreja católica se pautaram pela dualidade entre corpo e alma, entre vida material e espiritual. Dessa maneira, os aspectos sensoriais (como a alimentação, a afetividade e a sexualidade) foram construídos como profanos e impuros, enquanto o jejum, a abstinência e a castidade eram definidos como sinais de retidão moral e meios de ascese para a uma vida virtuosa.
b) Em primeiro lugar, deve-se notar que, enquanto o “corpo medieval” era atravessado pelas tensões entre o profano e o sagrado, o “corpo contemporâneo” é tensionado pelas

demandas hedonistas da indústria cultural e da sociedade de consumo. Em consequência, o ideal medieval era regulado pelas noções de recusa e contração, enquanto os ideais contemporâneos são moderados pelas noções de rendimento e eficiência próprios de uma sociedade do desempenho.

- 5. A
- 6. A
- 7. A
- 8. E
- 9. C
- 10. B
- 11. D
- 12. C
- 13. B
- 14. D
- 15. D
- 16. C
- 17. A
- 18. A
- 19. D
- 20. D
- 21. B
- 22. B
- 23. E
- 24. A
- 25. B
- 26. A
- 27. C
- 28. D
- 29. C
- 30. E

Exercícios complementares

- 1. C
- 2. A
- 3. a) A cerimônia mencionada dita no poema é a sagração do cavaleiro, conhecida como homenagem. A partir dos trechos como “Deus mo conceda”, “Que Deus te dê coragem e ousadia”, é possível compreender que se trata de uma sagração, além da “vitória sobre os infieis”, tipicamente um dever dos cavaleiros.
- b) A relação existente entre o rei e Rolando é a suserania e vassalagem, fidelidade e acordo entre dois homens nobres. Essa relação entre membros da nobreza era muito comum; o suserano permitia o uso da terra, e o cavaleiro prestava serviços militares quando fosse preciso.
- 4. Soma: $01 + 02 + 08 + 16 = 27$
- 5. E
- 6. A Igreja católica teve um papel central na criação e na continuação do feudalismo. Por possuir grande influência, seus membros constantemente reafirmavam a divisão social entre os que trabalham, os que oram e os que guerreiam. A partir de seu poderio, ela possuía muitas terras e aliados em vários reinos; com os batismos de reis, cada vez mais a sua confiança e fidelidade a tornavam parte essencial do mundo feudal. Por isso e outros fatores, ela foi um elemento basilar na vida social, política e cultural do medievo.
- 7. A
- 8. a) A Idade Média é, muitas vezes, conhecida pelo seu imaginário, ignorando o contexto histórico. O que temos ainda hoje vem da ideia pejorativa do medievo construída principalmente

pelos iluministas no século XVIII; em oposição às luzes, existia esse período de “retrocesso” e de não uso da razão. Ao dizer que o Iluminismo visava ao progresso, a Idade Média parecia um poço de atrasos e de violência. Todas essas ideias são construções que possuem fins específicos; neste caso, reafirmar o século ilustrado como um momento de ascensão do conhecimento contra os outros passados.

- b) Sim. A noção de Idade Média como um período de trevas e de retrocesso não deve ser mais considerada. O medievo é muito mais diverso, amplo e com muitos estudos mostrando que existiram criações, modos de vida próprios, divergências entre os diversos locais e a criação das universidades. Portanto, a sua imagem pejorativa já foi descartada pelos historiadores, mas muitas pessoas ainda não se questionam sobre o seu papel e as mudanças ocorridas nesse contexto.
- 9. a) Alguns dos principais papéis exercidos pelas mulheres na Idade Média eram o de filha, esposa e mãe. Nesse contexto, elas eram submetidas aos valores da Igreja e ao universo masculino do medievo. Além disso, a constante reafirmação de seu papel doméstico e religioso era comum. Apesar desses papéis atribuídos a elas, isso não significa que todas as mulheres viviam dessa maneira por toda a vida.
- b) As relações entre homens e mulheres eram extremamente hierarquizadas, e havia um predomínio das ações políticas e econômicas dos homens, principalmente como guerreiros, reis e clérigos. Assim, existia uma assimetria entre os gêneros, o que não significa dizer que as mulheres permaneciam restritas ao meio familiar e às classes baixas do clero, pois ocorreram exceções; além disso, existiram grandes rainhas que possuíam poder de decisão.

10. C

11. Soma: $04 + 08 + 16 = 28$

12. D

- 13. a) As especiarias eram produtos de origem vegetal, como pimenta, cravo, canela e noz-moscada, vindos principalmente da Ásia e utilizados pelos europeus devido ao forte sabor e aroma. A partir do texto apresentado na questão, percebe-se que esses artigos eram uma forma de distinção social, pois eram de difícil obtenção e de regiões distantes. Além dos usos em alimentos, essas ervas eram utilizadas para fins medicinais.
- b) O comércio das especiarias era feito pelas rotas comerciais espalhadas por toda a Europa, África e Ásia. A Rota da Seda era uma das mais famosas e fazia a conexão da China a Constantinopla e outras partes do Mediterrâneo. Além dessa rota terrestre, o oceano Índico era utilizado para levar especiarias das Índias.

14. B

15. E

- 16. Os séculos XIV e XV são um período marcado por transformações sociais, políticas e econômicas. Nesse contexto, ocorreram más colheitas, que geraram a fome, a peste negra, que dizimou a maior parte da população da Europa, além dos conflitos da Guerra dos Cem Anos. Portanto, esse momento trouxe novas definições da economia; posteriormente, o mercantilismo seria mais dominante que o antigo sistema feudal, e os poderes locais se tornariam cada vez mais centralizados em torno de reis e rainhas. É preciso dizer que isso não significou uma total centralização política, e muito menos um desaparecimento do sistema feudal.
- 17. a) O período da chamada crise do feudalismo envolveu o crescimento dos espaços urbanos, assim como o aumento populacional e comercial nessas regiões. Desse modo, as cidades desse período tornaram-se locais de grande insalubridade e proliferação de doenças, uma vez que não havia estrutura de coleta de esgoto e as práticas de higiene eram bastante precárias nesse contexto.

- b) As cidades nos períodos representados pelas fotografias são centros comerciais e populacionais, assim, tornam-se epicentro de epidemias e locais onde ocorrem muitas mortes. Assim sendo, os espaços urbanos, de modo geral, acabam sofrendo profundamente com crises sanitárias e passam por transformações econômico-sociais em momentos de epidemias.
18. D
19. Soma: $01 + 02 + 04 = 07$
20. a) O principal motivo econômico foi a tentativa de retomar o controle das rotas comerciais do mar Mediterrâneo, que, em alguns séculos, foi mais fortemente influenciado pelos árabes e muçulmanos. O motivo político se relacionava à ajuda que a Igreja católica precisou conceder ao Império Bizantino, que, embora não idêntico ao lado ocidental, partilhava muitas semelhanças com a Igreja católica. Apesar dessa ajuda, os membros da Igreja tinham outras ambições além de uma mera ajuda contra os islâmicos.
- b) A nobreza liderou a Cruzada. O cronista do texto apresentado na questão justifica o apoio de Deus dizendo que essa era uma reparação necessária ao que os muçulmanos estavam fazendo desses locais sagrados do cristianismo, principalmente Jerusalém.
21. E
22. A
23. a) Os renascentistas criticavam o modo de organização política que eles diziam ser mais fragmentado politicamente, pois existiam vários reis e, no período do movimento renascentista, houve ascensão de novas dinastias e, em alguns locais, a tentativa de centralização. Na Idade Média, a economia era predominantemente rural, e, em momento posterior, as pessoas criticariam a vida nos campos e em volta de muralhas e torres. No âmbito cultural, reprovavam a forma como as pinturas e esculturas eram feitas; afinal, fazia-se uma adaptação da Antiguidade Clássica, enquanto os renascentistas buscavam as formas e os modelos semelhantes ao período clássico.
- b) A Idade Média foi um longo período de tempo, com predomínio de economia rural, permeada pela fidelidade da suserania e vassalagem. Ademais, o comércio marítimo e terrestre estava em expansão e havia uma constante busca por novos locais. Por fim, a produção em seu início era voltada para os feudos, e havia o uso de moedas, que variavam de região para região.
24. a) A península Itálica contava com vasto comércio e era uma região de encontro e trocas de ideias entre diferentes populações, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos. Além disso, a Itália havia sido o centro do Império Romano e possuía diversos intelectuais de sua localidade e advindos de outros locais. Ademais, as ricas famílias que a habitavam financiavam obras de arte e impulsionavam cada vez mais o desejo e a busca por esses artigos.
- b) O antropocentrismo corresponde à noção de que o ser humano deveria estar em vários âmbitos dos estudos, seja na arte, seja nas ciências. Por isso, a sua presença estava em todos os lugares, desde estudos anatômicos até pinturas e representações humanas. O racionalismo se relaciona ao conceito anterior, no qual privilegiam-se noções geométricas e estudos matemáticos para compreender e representar os seres humanos, e isso não significa ignorar os antigos preceitos, mas sim reformulá-los a seu modo.
25. D
26. C
27. a) A península Itálica já era, há muitos anos, um local de comércio e encontro de diversos povos; por essa razão, tornou-se um dos centros comerciais mais ativos do Mediterrâneo. Desse modo, os novos grupos sociais foram surgindo e desejavam novos produtos e novas artes, o que favoreceu mudanças nos diversos âmbitos da vida social, cultural e política.
- b) A teoria heliocêntrica de Copérnico questionava o geocentrismo, defendido pela Igreja e por alguns de seus membros. Além disso, houve a crítica ao uso do latim para todos os âmbitos e o favorecimento do uso da língua de cada localidade.
- c) O uso da perspectiva linear e o efeito de um espaço tridimensional nas pinturas, além da representação das pessoas cada vez mais próxima do ser humano e de suas medidas geométricas.
28. D
29. a) Uma das leis mais conhecidas de Galileu foi a de que todos os corpos em queda livre caem com a mesma aceleração independentemente de suas massas, a lei dos corpos em queda.
- b) Galileu foi julgado pela Inquisição de seus escritos críticos, muito comuns no Renascimento, o que a Igreja não tolerava de maneira tão direta. Além disso, a defesa do heliocentrismo foi um dos principais pontos em que ele foi acusado mais fortemente.
30. A

BNCC em foco

1. E
2. B
3. a) O texto trata do laço de feudo-vassalagem, a estruturação do feudalismo.
- b) A Igreja na Idade Média tinha o papel essencial de ser uma referência em vários campos do cotidiano, da economia à educação. Entretanto, não se pode pensar nela como uma instituição à parte da sociedade, pois os clérigos e nobres estavam em constantes trocas, e grande parte das terras estava sob seu domínio – posteriormente, elas seriam vendidas e trocadas entre os senhores feudais e os mosteiros. Portanto, o seu papel vai além do religioso, estando a Igreja presente em várias esferas sociais e políticas.